

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

PODER/SABER E CORPO: OS REGIMES DISCIPLINARES E A CONSTRUÇÃO
MICROFÍSICA DA PROFISSIONALIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Tese de Doutorado

Eduardo Nunes Jacondino

Porto Alegre, 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

PODER/SABER E CORPO: OS REGIMES DISCIPLINARES E A CONSTRUÇÃO
MICROFÍSICA DA PROFISSIONALIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Porto Alegre, 2011

EDUARDO NUNES JACONDINO

PODER/SABER E CORPO: OS REGIMES DISCIPLINARES E A CONSTRUÇÃO
MICROFÍSICA DA PROFISSIONALIZAÇÃO¹ DA SEGURANÇA PÚBLICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Professor Doutor José Vicente Tavares dos Santos

Porto Alegre
2011

EDUARDO NUNES JACONDINO

PODER/SABER E CORPO: OS REGIMES DISCIPLINARES E A CONSTRUÇÃO
MICROFÍSICA DA PROFISSIONALIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovada em 13 de dezembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alex Niche Teixeira
PPGS/UFRGS

Prof. Dr. Cesar Barreira
CH/DCS

Prof. Dra. Clarissa Eckert Baeta Neves
PPGS/UFRGS

Profa. Dra. Rosimeri Aquino da Silva
FACED/UFRGS

Para minha esposa

Para meus pais

Para meus filhos.

AGRADECIMENTOS

À minha família, por ter me apoiado e por ter tido paciência comigo, durante o tempo transcorrido para a realização da Tese. Sei que este tempo não pode ser recuperado;

Ao professor Dr. José Vicente Tavares dos Santos, meu orientador, que mesmo levando uma vida acadêmica extremamente ocupada, encontrou espaços em sua agenda para me receber. Além disso, por ter me incentivado a desenvolver um trabalho com o qual pude alimentar o desejo pelo saber, ao mesmo tempo em que pude preservar minha história de vida;

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), por ter me cedido um tempo de afastamento das atividades acadêmicas, de modo que eu pudesse desenvolver o trabalho referente à Tese;

Aos policiais militares da 2ª Companhia da Polícia Militar, localizada na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná. Por terem me recebido sem restrições e permitido que eu desenvolvesse um estudo profícuo da realidade formativa dos policiais militares/soldados, durante o ano de 2010;

Aos policiais do Instituto de Educação Superior (ISEPOL), localizado na cidade de Assunción (no Paraguai); da Escola de Formação de Suboficiais, localizada na cidade de Capiatá (no Paraguai) e aos funcionários do Ministério do Interior (na cidade de Assunción, Paraguai) por terem me recebido de forma tão calorosa e fornecerem as informações de que precisei (na medida do possível), de modo a desenvolver o trabalho, no ano de 2009, que resultou na presente tese;

Aos policiais da polícia civil do Estado do Rio Grande do Sul com os quais trabalhei, bem como aos amigos policiais que fiz durante esses anos, por terem me ensinado a respeitar o trabalho policial.

Somos quem podemos ser, sonhos que podemos ter
(Engenheiros do Havaí)

Historicamente, o processo pelo qual a burguesia se tornou a classe politicamente dominante no decorrer do século XVIII abrigou-se atrás da instalação de um quadro jurídico explícito, codificado, formalmente igualitário, e pela organização de um regime do tipo parlamentar representativo. Mas, o desenvolvimento e a generalização dos dispositivos disciplinares constituíram a outra vertente, obscura, desse processo. A forma jurídica geral que garantia um sistema de direitos em princípios igualitários era sustentada por esses mecanismos miúdos, cotidianos e físicos, por todos esses sistemas de micropoder essencialmente inigualitários e assimétricos que constituem as disciplinas (Michel Foucault, Vigiar e Punir).

A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma
força pública, instituída para vantagem de todos e não
para ser utilizada, particularmente, por aqueles a quem ela é
confiada.

Declaração de Direitos dos Homens e dos Cidadãos de 1789, artigo

Resumo

As sociedades ocidentais têm vivenciado processos difusos pelos quais, por um lado, institucionalizam sistemas políticos democráticos, com a ampliação de uma gama de direitos individuais e sociais. Por outro lado, têm vivenciado o crescimento de processos de desestabilização referentes ao controle social, ancorados em fenômenos tais como o crescimento das formas de violência e de criminalidade. Esta ambivalência tem sido caracterizada pelo conceito de modernidade tardia. Neste quadro, o papel da polícia, instituição que emergiu ligada à expansão do poder do Estado, de manter a ordem, garantir a segurança das cidades e lutar contra as formas de delinquência, tem sido foco de críticas, notadamente no que se refere à questão do uso da força. O clássico modelo educativo dado aos policiais – notadamente aos policiais militares – passa a ser alvo frequente de análises que apregoam a necessidade da construção de um novo perfil profissional. Modelo que auxilie as instituições policiais a superarem os padrões militarizados, hierárquicos, ligados a uma postura combativa e focada no crime. Não obstante, a formação dos policiais tem transcorrido, de forma recorrente, dentro das corporações policiais, caracterizadas pela existência de padrões de conduta disciplinares que mantêm uma conformação específica de educação, bem como consolida mecanismos formativos muito diferentes daqueles preconizados pelos críticos. Este emaranhado de elementos que perpassam os processos formativos de policiais militares (brasileiros e paraguaios) conforma um campo de saberes/poderes que delimitam os embates travados em torno da formação dos policiais.

Palavras-chave: educação policial, modernidade tardia, polícias, polícia militar, regimes disciplinares.

Abstract

The Western societies have experienced diffused processes by which, on the one hand, institutionalize democratic political systems, with the expansion of several individual and social rights. On the other hand, they have experienced the development of destabilization processes concerning the social control, based on phenomena such as the development of forms of violence and crime. This ambivalence has been characterized by the concept of late modernity. In this context, the police role, an institution that emerged related to the expansion of State power, is to keep the order, ensure safety of cities and fight against forms of delinquency, but this has been a focus of criticism, especially regarding the issue of the use of force. The classical model of education, given to the policemen, especially the military police, becomes a frequent target of analyses that proclaim the necessity to establish a new professional profile. A model that assists the police authorities to overcome the militarized, hierarchical patterns, which are associated to a combative attitude and focused on crime. Nevertheless, the training of police has passed on a recurring basis, inside the police companies, characterized by the existence of disciplinary standards of conduction that maintains a conformation-specific education, training and consolidating very different mechanisms from those recommended by the critics. This mixing of elements that run through the training processes for police officers (Brazilian and Paraguayan) forms a field of knowledge/power that surrounds the difficulties lived by the policemen concerning their training.

Keywords: disciplinary regime, late modernity, military police, police, police officers' education.

Lista de Quadros

Quadro 1: Dados sobre a Polícia Militar do Paraná.....	261/262
Quadro 2: Quadro de vagas (Edital de Concurso para Policiais Militares/Soldados do estado do Paraná). Ano 2009/2010.....	275
Quadro 3: Modelo de Horários das Aulas do Curso de Formação de Policiais Militares/ Soldados do Paraná. Ano 2010.....	281/282
Quadro 4: Disciplinas do Curso de Formação de Policiais Militares/ Soldados do Paraná. Ano 2010.....	282/283
Quadro 5: Constituição da Grade de Avaliação das Disciplinas do Curso de Formação de Policiais Militares/ Soldados do Paraná. Ano 2010.....	285/286
Quadro 6: Referência para a Atribuição do Conceito de Aptidão Profissional.....	294/299
Quadro 7: Ficha Individual de Ocorrência.....	300
Quadro 8: Valores para Desconto – Faltas Disciplinares.....	302/303
Quadro 9: Quadro Amostral de alguma disciplinas trabalhadas no Curso de Formação de Policiais Militares/Soldados do Paraná. Ano de 2010.....	345/347
Quadro 10: Edifício do Comando da Polícia Nacional do Paraguai.....	441
Quadro 11: Divisão de Zonas Policiais (Paraguai).....	442
Quadro 12: Organograma da Polícia Nacional do Paraguai.....	443
Quadro 13: Organograma do Sistema de Ensino Policial Paraguaio.....	450
Quadro 14: Malha Curricular (Curso Suboficiais) ano 2010.....	488
Quadro 15: Malha Curricular (Curso Suboficiais) ano 2011.....	489/490
Quadro 16: Escolas de Formação de Suboficiais localizadas no Paraguai.....	495
Quadro 17: Cronograma de Atividades – Processo Seletivo para o Concurso de Suboficiais – ano 2009/Turma 2010.....	497/499

Lista de Figuras

Figura 1: Presidente Carlos Cavalcanti de Albuquerque em Condecoração ao Regimento de Segurança (1915).....	261
Figura 2: Soldado da PM/PR atuando em Guapiara (agosto de 1932).....	264
Figura 3: Veículo para o transporte de presos em 1909.....	265
Figura 4: Desfile do Dia da Independência em 1938.....	265
Figura 5: Patrulha Escolar em 2008.....	266
Figura 6: Hospital da Polícia Militar do Paraná – Curitiba - em 2010.....	266
Figuras 7 a 12: Vista externa da Polícia Militar da cidade de Francisco Beltrão – Paraná (2010).....	269/270
Figuras 13 a 38: Setores que compunham a parte interna da Polícia Militar da cidade de Francisco Beltrão - Paraná (2010).....	270/274
Figuras 39: Primeiro Pelotão faz “sentido!”, enquanto Segundo Pelotão faz “cobrir!”.....	315
Figura 40: Xerifes observando Pelotões.....	315
Figura 41: Pelotões fazem “cobrir!”.....	315
Figura 42: Xerife geral faz a “inspeção”, enquanto alunos permanecem na posição “descansar!”.....	315
Figura 43: “Xerife Geral” apresenta a “Tropa” a um Instrutor do Curso	316
Figura 44: Oficial da Coordenação do Curso faz a “inspeção de rotina” na “tropa”!.....	316
Figura 45: Alunos “marchando”!.....	316
Figura 46: Alunos fazem “apresentar armas”!.....	316
Figuras 47 e 48: Alunos realizando “marchando acelerado”!.....	316
Figura 49: Oficial da Coordenação do Curso fazendo a “inspeção de rotina”!.....	317
Figura 50: Pelotões realizando exercícios de “ordem unida”!.....	317
Figura 51: Alunos sendo orientados pelos “Xerifes de Turma”, enquanto “Xerife Geral” Observa.....	317
Figura 52: Aluno “pagando flexões”!.....	317
Figura 53: Aluna respondendo pergunta do Oficial da Coordenação do	

Curso.....	317
Figura 54: Instrutor conversando com alunos.....	317
Figuras 55 e 56: Alunos preparando e realizando o exercício: “Marchando acelerado”!.....	318
Figura 57: Alunos recebendo orientações do “Xerife Geral” antes da aula de Educação Física.....	318
Figura 58: Alunos fardados, realizando exercícios de “ordem unida”!.....	318
Figura 59: Instrutor conversando com a “tropa”!.....	318
Figura 60: Instrutor entregando provas aos alunos – Policiamento Comunitário.....	352
Figura 61: Aula de Policiamento Comunitário no Anfiteatro (sala de aula II).....	352
Figura 62: Imagem (Power Point) retratando pontos que envolvem o “Policiamento Comunitário”.....	353
Figura 63: Alunos de um dos Pelotões assistindo Aulas de “Etiqueta Social” no Anfiteatro.....	355
Figura 64: Imagem (Power Point) retratando a questão dos trajes sociais.....	355
Figuras 65 e 66: Aula de “Legislação Especial” retratando a questão do Processo e do Procedimento Administrativo.....	357
Figura 67: Imagem (Power Point) retratando pontos sobre “Processo e Procedimento Administrativo”.....	358
Figura 68: Instrutor em aula de “Procedimentos em Ocorrências Policiais Mais Comuns”.....	360
Figura 69: Imagem (Power Point) retratando tema: “Ocorrências de trânsito”.....	360
Figura 70: Aula de “Operações Policiais Especiais”.....	364
Figura 71: Imagem (Power Point) retratando questões que envolvem a “turba”.....	364
Figura 72: Posição “descansar!”.....	370
Figura 73: “Sentido!”.....	370
Figuras 74 e 75: As várias posições de “alinhamento!”.....	370
Figura 76: Movimento envolvendo apenas o olhar.....	370
Figura 77: Alunos em “Ordinário, marche!”.....	370

Figura 78: Alunos efetuando o movimento: “Frente para a retaguarda!”.....	371
Figura 79: Alunos em: “Acelerado, marche!”.....	371
Figura 80: Alunos com as carabinas e em “posição, sentido!”.....	371
Figuras 81 a 84: Os vários movimentos feitos com as armas, dentre eles “ombro, armas!” e “armas ao solo!”.....	371/372
Figura 85: Alunos praticando com a “tonfa” (PR 24), no Parque “Jaime Canet Junior”.....	374
Figura 86: Instrutores conversando com alunos antes de uma aula de “defesa Pessoal”.....	375
Figura 87: Armas utilizadas nas aulas de “Defesa Pessoal”.....	375
Figuras 88 e 89: Aplicação e ou defesa de “golpes traumáticos”.....	375
Figuras 90 e 91: Técnicas de chaves e torções articulares.....	375
Figura 92: Técnica de estrangulamento.....	376
Figura 93: Algemação, após imobilização.....	376
Figura 94: Uso da “tonfa” para imobilizar.....	376
Figura 95: Defesa de “arma branca”.....	376
Figura 96: Alunos chegando no “Parque Alvorada” para realizarem atividades físicas.....	381
Figura 97: Fazendo “aquecimento!”.....	381
Figura 98 e 99: Alunos realizando as atividades físicas previstas.....	381
Figuras 100 e 101: Alunos realizando o “esfriamento muscular” para irem embora.....	382
Figuras 102 e 103: Alunos em mais um dia de atividades físicas.....	382
Figuras 104 e 105: Deslocando-se até a pista do exército para realizarem atividades físicas.....	382
Figuras 106 e 107: Alunos fazendo o “reconhecimento” da “pista do exército”.....	383
Figuras 108 e 109: Alunos realizando as provas na “pista do exército”.....	383
Figuras 110 e 111: Mais “aparelhos”.....	383
Figuras 112 a 115: Outros aparelhos da “pista do exército”.....	384
Figuras 116 e 117: Imagens (Power Point) retratando posições de tiro policial.....	389

Figuras 118 e 119: Mais exemplos de posições para o tiro policial.....	389
Figura 120: Uso correto do dedo no disparo da pistola na hora do “disparo com a pistola”.....	390
Figura 121: A importância da respiração na hora do “disparo com a pistola”.....	390
Figura 122: Instrutores conversando no “estande de tiros”.....	390
Figura 123: Alunos “amaciano os coldres” (os cintos).....	390
Figura 124: “Posição Sull”	390
Figura 125: “Atirar!”	390
Figura 126: Instrutor observa aluno praticando tiro com a pistola	391
Figura 127: Aluno (xerife da Semana) entregando as pistolas para os colegas.....	391
Figura 128: Alunos confeccionando os alvos para a prática do tiro policial.....	391
Figura 129: Instrutor mostrando o mecanismo de funcionamento da pistola.....	395
Figura 130: Instrutor mostrando o mecanismo de funcionamento da arma de cano longo.....	395
Figura 131: Alunos vão à frente do grupo para desmontar e montar a arma.....	395
Figura 132: Aluno pesquisando na “internet” sobre a pistola	395
Figura 133: Aula no “estande de tiros”	395
Figura 134: Instrutores conversando com alunos antes do início da aula..	398
Figura 135: Iniciando técnica de abordagem em “suspeitos”.....	398
Figura 136: Outras etapas da técnica de abordagem em “suspeitos”	398
Figura 137: Revistando “suspeitos”	398
Figuras 138 a 139: Outra técnica de “Abordagem Policial”. Agora em veículo conduzido por cidadãos que cometeram atos delitivos.....	398
Figuras 140 e 141: Continuação da técnica de abordagem em condutores de veículo, que praticaram ato delitivo	399
Figuras 142 e 143: Revistando os “suspeitos”	399
Figuras 144 e 145: Prosseguem as revistas e, por fim, a algemação.....	399
Figura 146: Entrada em recinto.....	400
Figura 147: Enquanto um faz segurança, o outro policial se prepara para	

executar as “revistas”	400
Figuras 148 e 149: Prosseguem as “revistas nos suspeitos”	400
Figuras 150 e 151: Quando encontram entorpecentes e ou armas com alguém, o algemam.....	400
Figura 152: Instrutor reforça a forma correta de “fazer a revista”	401
Figuras 153 e 154: Prédio do Comando da Polícia Nacional do Paraguai e Mapa das Zonas Policiais.....	442/443
Figura 155 e 156: prédio do Ministério do Interior	472
Figura 157: Placa Indicativa dos Setores existentes no Ministério do Interior Funcionários do Ministério do Interior.....	473
Figura 158: Funcionários do Ministério do Interior.....	473
Figura 159: INECIP.....	473
Figura 160: Evento sobre Direitos Humanos.....	473
Figuras 161 e 162: Caminhada até Caacupé.....	476
Figura 163: Polícia Nacional do Paraguai.....	477
Figura 164: Manifestação por segurança.....	477
Figura 165: Manifestação contra os sequestros	477
Figura 166: A multidão chega à Praça de Caacupé	477
Figura 167: A Polícia Nacional em Caacupé	477
Figura 168: Imagem da Igreja de Caacupé.....	477
Figura 169: Entrada da ISEPOL.....	480
Figuras 170 a 172: Espaço interno da ISEPOL.....	480
Figura 173: Visão externa do auditório: ISEPOL.....	480
Figura 174: Visão interna do auditório: ISEPOL.....	480
Figura 175: Alunos de Curso de Formação (Oficiais)	481
Figura 176: Corredores internos da ISEPOL.....	481
Figura 177: Placa indicativa ISEPOL.....	481
Figura 178: Oficial Inspetora.....	481
Figura 179: Secretário Geral (ISEPOL).....	481
Figuras 180 e 181: Entrada do Colégio de Polícia para Suboficiais Sargento Ajudante José Merlo Saravia.....	483
Figura 182: Corredores do Colégio.....	484
Figura 183: Setores destinados aos alunos.....	484
Figura 184: Sala de aula.....	484

Figura 185: Corredor do Colégio.....	484
Figura 186: Pátio do Colégio	486
Figura 187: Refeitório.....	486
Figura 188: Pátio do Colégio	487
Figura 189: Grades das camas dos alunos.....	487
Figura 190: Setores administrativos	487
Figura 191: Gramados do Colégio.....	487
Figuras 192 e 193: Cozinha do Colégio	487
Figura 194: Inspetor ajudante e assessor do Diretor Geral da Escola de Suboficiais.....	488
Figura 195: Diretor Geral da Escola de Suboficiais	488

Sumário

1- Introdução.....	20
Parte I – Segurança pública e modernidade tardia.....	41
Capítulo 2 – Iniciando o ciclo: A relação Polícia/Controle Social/Estado.....	42
2.1 – Controle Social.....	51
2.2 – O Estado-Nação.....	54
2.3 – Do Estado-Nação ao Contexto Global.....	69
2.4 – A Modernidade Tardia como Horizonte Analítico para a Interpretação do Movimento Societário Contemporâneo.....	81
2.5 – As Democracias e o Crescimento das Violências Difusas no Horizonte da Modernidade Tardia.....	83
2.6 – O Campo da Segurança Pública e as Reviravoltas no Controle Social.....	85
2.7 – Completando o Ciclo; o papel das Polícias no Horizonte da Modernidade Tardia.....	91
Capítulo 3 – Análise do campo policial: revisitando teorias e abordagens.....	109
3.1 – Demilitação do Escopo do Trabalho Policial: A Questão do Uso da Força.....	110
3.2 – O Mandato Policial.....	118
3.3 – Demarcação de Elementos Responsáveis pelo Desenvolvimento da Polícia Moderna.....	123
3.4 O Carátewr Militarizado das Polícias.....	126
3.5 – A Relação da polícia com o Sistema de Justiça Criminal.....	130
3.6 – A Visão da Comunidade sobre a Polícia e a Questão da Polícia Comunitária.....	136
3.7 – O Controle da Polícia.....	139
3.8 – A Questão da Formação Policial.....	141
3.8.1 – Definição das Características de um Bom Policial.....	144
3.8.2 – Mudança Processada a partir do Recrutamento de Policiais com Perfis Diferenciados.....	147

3.8.3 – Treinamento de Recrutas.....	149
3.8.4 – Relação entre Educação Superior e Polícia: Argumentos a Favor.....	153
3.8.5 – Potencial das Universidades no Sentido da Contribuição para a Formação de Policiais.....	155
3.9 – Mudanças Efetivas e Necessárias no Campo da Atuação Policial.....	156
3.10 – O Futuro do Policiamento.....	160
Parte II – Redemocratização política e crise das polícias (Brasil e Paraguai).....	162
Capítulo 4 – A crise da formação dos policiais no Brasil contemporâneo (1988 – 2010).....	163
Capítulo 5 – As polícias e a educação policial no Paraguai.....	192
Parte III – A Formação de policiais militares/soldados nas sociedades Latino Americanas (Brasil e Paraguai).....	242
Capítulo 6 – A pesquisa realizada no Paraná, no ano de 2010, junto ao curso de formação de policias militares/soldados.....	243
6.1 – A Questão da Violência Policial no Brasil.....	243
6.2 – O Olhar da Polícia Brasileira sobre sua Função – Condição de Trabalho.....	245
6.3 – Do Universo Macroestrutural Relacionado a Segurança Pública ao Microcosmo da Formação Policial.....	261
6.4 – A Pesquisa Realizada no ano de 2010 junto ao Curso de Formação de Policiais Militares/Soldados (CFSd. 2010).....	267
6.4.1 – O Edital do Concurso para Policial Militar/Soldado.....	275
6.4.2 – O Plano de Curso de Formação de Policiais Militares/Soldados (Turma 2010) estado do Paraná.....	278
6.4.3 – Os Regimes Disciplinares e os Códigos de Conduta.....	304
6.4.4 – Os Saberes/poderes.....	327
6.4.5 – A Entrevista com os Instrutores do Curso de Formação de Soldados.....	334
6.4.6 – A Análise das Matérias.....	348

6.4.7 – As Entrevistas Focais Realizadas com os Alunos.....	400
6.4.8 – Entrevista com o Coordenador do Curso de Formação e Soldados (CFSd. 2010).....	424
Capítulo 7 – Uma investigação sobre o curso de formação de suboficiais no Paraguai – 2009/Turma 2010.....	436
7.1 – A Questão Policial no Paraguai.....	436
7.2 – Características da Polícia Nacional do Paraguai.....	438
7.3 – A Formação Policial no Paraguai.....	447
7.4 – A Violência Policial no Paraguai.....	451
7.5 – As Condições de Trabalho da Polícia Nacional do Paraguai.....	456
7.6 – A pesquisa da Campo Realizada no ano de 2009 e que retratou a Formação de Policiais Paraguaio (Suboficiais).....	469
7.6.1 – Malhas Curriculares dos Cursos de Formação de Suboficiais – Área de Ordem e Segurança.....	488
7.6.2 – O processo de Seleção para Suboficiais.....	494
7.6.3 – As Entrevistas Efetuadas com os Instrutores do Curso de Formação de Suboficiais.....	506
7.7 – Provocações: Balizando as Idéias Centrais que Emolduraram a Tese.....	515
8 – Conclusão.....	537
Referências.....	544
Anexos.....	553

INTRODUÇÃO

Escrever é demarcar idéias, é consolidar um olhar e justapor uma determinada convicção. No caso de um trabalho acadêmico, especificamente de uma tese, o ato de escrever coloca-nos diante do desafio de demarcarmos categorias analíticas consubstanciadas por procedimentos metodológicos que possibilitem um olhar em profundidade na direção do objeto que se quer compreender.

No caso específico desta tese, a delimitação do objeto de estudo (passo fundamental para o fazer sociológico e que, segundo Max Weber¹, é estabelecido em consonância com os valores do pesquisador), ocorreu quando decidimos analisar a questão da formação de policiais militares (soldados), a fim de se desenvolver um estudo que abarcasse dois Países da América Latina, o Brasil e o Paraguai, em vias de processos de redemocratização.

Nos propusemos desenvolver estudos acerca de um campo social, científico e institucional até então por nós conhecido apenas pelo viés empírico: ‘Segurança Pública e Sociedade’, às voltas com o objetivo de resgatar sua legitimidade, no contexto das sociedades democráticas. De forma mais específica, as academias de polícia militar, por sua vez, com o desafio de formarem policiais capazes de atenderem às demandas sociais crescentes, em contextos nos quais diferentes saberes adentram o mundo policial e apontam novos rumos de atuação profissional.

Ao nos referirmos à experiência empírica nos reportamos ao fato de termos participado, entre os anos de 2000 e 2001, como alunos do Curso Superior de Formação de Policiais Civis (Inspetores), realizado no Estado do Rio Grande do Sul. Nesta ocasião, dividimos os espaços formativos e os momentos de lazer, durante longos nove meses, com os alunos do Curso de Formação de Policiais Militares (soldados) que ocorreu na mesma época.

Tal processo aconteceu durante o governo progressista encabeçado pelo Governador do Estado, Sr. Olívio Dutra, membro do Partido dos Trabalhadores (PT).

¹ Segundo Aron (2003, p 736-737), o que Weber denominou de “relação com os valores”, ou seja, o processo pelo qual o pesquisador seleciona determinado fato da realidade social a ser estudado, delimitando o processo de investigação mais pertinente a este fim. Esta escolha se dá, num primeiro momento, por afinidade temática; mas, num segundo momento, deve ser trilhada de forma objetiva.

Na época, o cargo de Secretário de Justiça e Segurança era encabeçado pelo Sr. José Paulo Bisol; tendo sido o curso integrado coordenado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Pode-se afirmar que foi um tempo, no que se refere à formação das polícias, marcado pela implementação de um programa mais adequado ao modelo democrático, um programa melhor disposto diante do Estado Democrático de Direito, em que a ênfase nos direitos humanos constituiu-se como elemento central.

Esta realidade gerou, na época, uma tensão, uma vez que havia, de um lado, uma expectativa muito grande por parte dos novos governantes, acerca do papel que assumiríamos dentro das corporações policiais (vistas, em grande medida, como corruptas e/ou como forças de controle social, ultrapassadas). De outro lado, havia uma prática institucional consolidada pelas instituições policiais e que ‘acomodava’ a ação pedagógica dentro de padrões disciplinares específicos, consolidados historicamente.

Havia, ainda, um saber advindo das ciências jurídicas e outro advindo das ciências humanas. Saberes que se ‘confrontavam’ e também confrontavam e/ou buscavam nortear o saber-fazer policial, baseado em processos disciplinares e técnico-operacionais cristalizados numa cultura específica, típica do mundo policial.

Todos esses elementos se confrontaram na busca por modelos de formação policial mais adequados ao que cada campo de saber propunha como ideal. Enquanto isso, nas instituições onde ocorriam os processos formativos (as escolas de polícia civil e militar, sediadas na cidade de Porto Alegre), o aparato estatal voltado à área de segurança pública materializava-se diante de nós, alunos, a partir de uma hierarquia de posições (comandos) que, assim percebíamos, adotavam estratégias diante da questão da legitimação das ações empreendidas. Ou seja, havia um campo de disputas diante de diferentes saberes e práticas, buscando resgatar e ou reconstruir a autoridade institucional, o auto-respeito, num contexto sócio-político não afeto às práticas até então utilizadas.

Essa realidade em transição, conflituosa, nos pareceu continuar existindo e fazendo parte das corporações policiais, notadamente no que se refere ao contexto formativo dos futuros policiais. Afirma-se isto porque apesar de termos deixado de atuar na atividade policial desde o ano de 2002, quando ingressamos na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e passamos a desenvolver um trabalho no campo da docência, preservamos o convívio com a polícia

(notadamente com a Polícia Militar), por meio da prestação esporádica de serviços na 2ª Companhia da Polícia Militar, localizada na cidade de Francisco Beltrão, no estado do Paraná (por meio da realização de instrução na área de defesa pessoal policial, feita esporadicamente entre 2003 e 2010, bem como por meio do exercício da docência na disciplina de defesa pessoal – uso da força – no Curso de Formação de Soldados realizado no ano de 2008).

Estas experiências nos possibilitaram visualizar os paradoxos existentes nas instituições que compõem o campo da Segurança Pública. Além disso, nos fizeram despertar para o fato de que seria profícuo analisar este paradoxo a partir de uma leitura que abarcasse o contexto social mais amplo, envolto pelo fenômeno sociologicamente caracterizado como modernidade tardia, no qual valores contraditórios têm entrado em choque de forma recorrente.

Neste contexto, encontramos a afirmativa da razão e da técnica, nos processos de desenvolvimento econômico e social (embasados por pontos como direitos humanos e universalização da educação), vistos como possíveis e necessários para que se supere a obscuridade cultural e humana. De outro lado, encontramos diversas formas de desencantamento (nihilismos) consubstanciados por meio de posturas que desconfiam das instituições historicamente consolidadas (notadamente as políticas) e dos modelos e/ou padrões de comportamento constituídos (notadamente das tradicionais figuras de autoridade).

Tal realidade tem apresentado desafios para o modelo societário que, desde a Revolução Francesa, marco histórico da entrada no período contemporâneo, se ancorou em proposições como as da igualdade de direitos, do progresso material e da justiça social. Erigidos por meio da administração política de modelo republicano.

Esses valores passaram a ser historicamente incorporados ao espírito dos mais diversos países, a partir do processo de consolidação dos direitos civis, políticos e sociais, considerados dentro do padrão democrático. Por outro lado, e ao mesmo tempo, valores que conviveram com o crescimento das diversas formas de conflitualidade interpessoal e coletiva, com as diferentes formas de violência bem como com as dificuldades enfrentadas pelos órgãos de segurança pública (notadamente as polícias do mundo), no sentido de se contraporem a este processo.

Diante deste quadro, se passou a falar e escrever cada vez mais sobre a crise das instituições policiais, que refletiriam a perda de legitimidade do Estado-Nação (enquanto órgão dotado do monopólio da coerção física legítima) diante do

esgarçamento das relações sociais que se avolumaram nas sociedades contemporâneas. Esta situação parece ter sido agravada, especialmente desde 1989, pelo processo de globalização e pela implementação, em vários países, do modelo neoliberal, como os respectivos efeitos negativos, trazidos para o âmbito das relações sociais.

Se pensarmos os efeitos que estes acontecimentos podem ter trazido para os países que possuem um recente e/ou frágil histórico democrático (caso do Brasil e do Paraguai), sociedades nas quais desenvolvemos nossas pesquisas, podemos imaginar o *quantum* a mais de desafios que se têm lançado por sobre estes Estados e mais especificamente por sobre o campo da Segurança Pública.

De todo modo, as polícias dos países latino-americanos têm sofrido pressões por parte de setores da sociedade civil, assim como de organizações não-governamentais (ONGs) dentre outras, por conta do processo de amadurecimento e de implementação democrática, colocando em pauta questões como o respeito ao multiculturalismo e aos direitos humanos.

Este movimento societário mais amplo tem demandado novos posicionamentos por parte dos órgãos que exercem o papel de controladores sociais, notadamente as instituições policiais. Esta complexa configuração, por sua vez, justapõe elementos que configuram padrões de normas procedimentais embasados em determinados saberes, ao atuarem num espaço-tempo determinado e específico, ou seja, as academias de polícia, através dos programas pedagógicos voltados à formação dos policiais.

Partimos do entendimento de que uma análise microssociológica, alicerçada nos processos institucionais formativos dos futuros policiais, com suas respectivas configurações, possibilitaria o desenvolvimento de uma compreensão mais apropriada acerca dos elementos (discursos e práticas, saberes e poderes em disputa) em processo de efetivação e configuração a partir dos regimes disciplinares (e atuando sobre os 'corpos' e 'mentes' destes), nas escolas de formação de policiais militares; constituindo um modelo de educação adotado pelas corporações da área de segurança pública.

Diante do quadro exposto, nos propusemos a compreender o que estava sendo feito pelas instituições policiais militares (aquelas que de forma mais intensa sofrem os efeitos dos regimes disciplinares) diante das crescentes demandas que se debruçam sobre a área de segurança pública, mais especificamente por parte das

sociedades da América Latina. Sociedades que, por um lado, têm vivenciado processos de fragmentação societários; e por outro, têm buscado redemocratizar seus processos institucionais.

A crise institucional vivenciada pelas polícias, no bojo da crise social mais ampla, configurada no conceito de modernidade tardia, diante do modelo de atuação até então adotado (com os respectivos problemas apresentados no sentido da legitimação social), acabava sendo enfrentada ou 'acomodada' no âmbito formativo das corporações policiais. Encontramos um processo microfísico que absorvia temporal e espacialmente os poderes/saberes que estariam se colocando em disputa, no sentido de proporem um novo modelo de formação policial.

Para aprofundamos estudos sobre estes aspectos presentes no dia-a-dia das corporações policiais, mais especificamente nos cursos de formação de policiais militares, buscamos respaldo no trabalho fecundo desenvolvido por Michel Foucault acerca dos regimes disciplinares, como modo de verificar-se de que modo os elementos presentes no campo formativo dos policiais, saberes e práticas, se confrontariam e também se consolidariam por sobre os corpos e mentes.

Este trabalho busca respostas às seguintes questões: Como os regimes disciplinares são construídos e praticados dentro das instituições policiais militares, mais especificamente, nos espaços educativos voltados à formação dos futuros policiais? Que elementos compõem a relação saber/poder dentro das instituições policiais militares, em contextos formativos, gerenciados a partir da consolidação dos processos disciplinares? Como se configuram os saberes/poderes, em disputa, nos cursos de formação profissional de policiais militares? Qual o papel dos regimes disciplinares no contexto educativo das polícias militares?

Buscou-se apreender os efeitos da construção micropolítica da profissionalização da segurança pública, entendendo que as práticas disciplinares, ao atuarem sobre os sujeitos em curso (futuros policiais), por meio da articulação entre diferentes poderes/saberes, enaltecem, por fim, um modelo de sujeição, um modelo profissional baseado em efeitos de dominação, presentes na constituição formativa dos sujeitos policiais.

Para a realização da pesquisa propomo-nos reconstruir os saberes advindos do mundo policial, nem sempre tratados com a devida atenção por parte dos que propõem os processos formativos, pelo fato de os perceberem como problemáticos em termos de se atingir um modelo de atuação profissional mais adequado para as

polícias, no contexto de sociedades democráticas.

A defesa desta posição se manteve porque os Cursos de Formação de Policiais Militares, via de regra, transcorrem no interior das próprias corporações policiais, ou seja, em contextos fortemente caracterizados pela presença de uma cultura advinda do mundo militar (hierárquica e embasada em regras comportamentais muito explícitas).

Tais espaços são fortemente caracterizados pela presença de policiais, uma vez que são os membros da própria corporação que trabalham como 'instrutores', na quase totalidade das disciplinas ofertadas. Tal aspecto demonstra a importância de uma análise que leve em consideração a cultura policial militar, com suas rotinas disciplinares e processos hierárquicos, como elemento constitutivo da educação dos futuros policiais.

Por conta disso, entendeu-se que para que fosse possível o desenvolvimento de uma compreensão destes elementos microfísicos presentes no contexto formativo de policiais militares, seria preciso estudar qualitativamente o cotidiano dos cursos de formação. Foram considerados elementos que extrapolam as propostas pedagógicas, os quais compõem o universo de regras e padrões comportamentais que, a partir das tecnologias do eu atuam e exercem forte influência nos contextos educativos das polícias, a partir da gestão do espaço, do controle do tempo e dos movimentos dos corpos dos futuros policiais.

Por isso, foram analisados os saberes e as práticas que envolvem a profissionalização da segurança pública. Do mesmo modo, verificou-se de que forma o uso da força policial, elemento tido como definidor da função policial e alvo preferencial dos debates em torno da mudança do comportamento das polícias, é tratado nos cursos de formação.

Foi necessário compreender a questão da 'micropolitização' dos instrumentos disciplinares que se fazem presentes na formação policial, ou seja, o peso que a organização militar, hierárquica exerce sobre o cotidiano dos cursos de formação. Por fim, foram observados elementos (saberes) constitutivos das práticas disciplinares na sua relação com a construção das tecnologias do eu por parte dos futuros policiais.

Nossas hipóteses de trabalho constituíram-se da seguinte forma:

1) Nos cursos de formação dos policiais militares, a ênfase tem recaído sobre a força física e o corpo adestrado. Esta supervalorização da formação física – militar -

denota uma perspectiva profissional orientada para o uso da violência, para a cultura da violência.

2) Os demais aspectos trabalhados nos cursos de formação de policiais militares – notadamente os advindos, mais recentemente, da área das ciências humanas – são trabalhados de maneira formal, os quais não são incorporados nas práticas operacionais nem na conduta profissional adotada.

Para atendermos à nossa proposta, nossas pesquisas foram embasadas em uma compreensão mais apurada dos elementos teórico-metodológicos que permeiam o saber sociológico (notadamente nas suas mais recentes transformações). Para isso, procurou-se melhor explicitar alguns pontos que têm perpassado o campo sociológico.

Nas últimas décadas do século XX ocorreram mudanças, avanços no que toca à construção de um novo olhar sociológico, a partir do enfrentamento dos antigos dualismos presentes no campo: ideal X material; objetivo X subjetivo; coletivo X individual e macro X micro. Avanços que passaram a influenciar de forma mais significativa o olhar dos pesquisadores em Sociologia.

Algo que pode ser avaliado a partir de Philippe Corcuff (2001, p. 07-08), quando mostra que entre os anos 80 e 90 do século XX, na França as concepções e perspectivas teórico-metodológicas da disciplina foram analisadas em profundidade, suscitando dois olhares distintos: um primeiro olhar, negativo, por meio do qual se verificou a existência de uma multiplicidade de paradigmas (referências teóricas, rivalidades entre escolas, hiperespecialização dos subcampos disciplinares, baixa frequência de debates, etc). Um segundo olhar, positivo, por meio do qual verificaram-se avanços em termos da superação das clássicas antinomias da sociologia. Estes avanços foram consubstanciados pelo que Corcuff denominou de construtivismo social, ou seja, o predomínio do paradigma que vê a realidade social enquanto construção.

Neste sentido, a discussão estrutura/ação passou a tomar corpo a partir de novos enfoques. No plano epistemológico se consolidou um novo procedimento, diante das noções de verdade científica (Idem: 186), entendidas a partir de então como uma das formas possíveis de os homens se relacionarem com a verdade. A ética, o amor ou a estética constituiriam, por exemplo, o suporte para outros usos. Verdade(s) que passa(m) a ser vista(s) no plural, sendo histórica e socialmente situadas, provisórias.

Cabe salientar, entretanto, que a noção de verdade continua a constituir um horizonte regulador para o trabalho científico. Ainda, a noção de realidade passa a ser influenciada poderosamente por um elemento muito importante e que adentra definitivamente o campo sociológico, qual seja, a noção de reflexividade sociológica (Idem: 188).

Paralelo a este processo, cresce em importância o pensamento complexo, difundido principalmente por Edgar Morin (1994), que afirma:

o método da complexidade pede-nos que pensemos sem nunca encerrar os conceitos, que quebre as esferas fechadas, que restabeleçamos as articulações entre o que está desconjuntado, que tentemos compreender a multidimensionalidade, que pensemos com a singularidade, com a localização, com a temporalidade, que não esqueçamos nunca as totalidades integradoras. (...) A totalidade é simultaneamente verdade e não-verdade, é isso a complexidade: a conjunção de conceitos que se combatem entre si (Idem: 50).

Morin (1994) declara que os conceitos de vida, de animal, de homem e de cultura não podem ser considerados inflexíveis. Para ele, é preciso considerar a interação de sistemas complementares, concorrentes e antagonistas, como o sistema genético, o cérebro, o sistema sócio cultural e o ecossistema. Nesse sentido, o ser humano, um ser vivo complexo, é uno e múltiplo simultaneamente, e faz parte de um tempo considerado uno e múltiplo também, do qual, além de ser o produto, é o produtor. Corpo multidimensional, que além de ser técnico e racional, é mítico, festivo, dançante, capaz de sentir e provocar êxtase, amor e guerra (MORIN, 1973).

O homem é um ser bio-cultural, totalmente biológico e cultural, pois tudo o que é humano possui ligação com a vida. A respeito dessa relação, Morin (1980) expõe que

a afetividade, a inteligência, o espírito humano, provenientes duma evolução animal e duma ontogênese biológica constituem realidades vivas e vitais. A própria cultura é fruto duma evolução biológica e, dependente da sociedade humana, depende da auto-(geno-feno-ego)-eco-re-organização social... Mas, ao mesmo tempo, a cultura é uma emergência propriamente metabiológica, irreduzível enquanto tal, produzindo qualidades e realidades originais, e que retroage enquanto tal sobre tudo o que é biológico no homem (Idem: 387).

Desse modo, corpo, natureza e cultura se interpenetram através de uma lógica recursiva. O que é biológico no ser humano encontra-se simultaneamente infiltrado de cultura. Assim, todo ato humano é bio-cultural.

Somam-se a esta argumentação as análises do sociólogo Hugo Assmann (1994, p. 107), ao afirmar que o homem não é apenas um ser racional, mas corpóreo, situado num contexto cultural que tende a delimitar suas formas de expressividade e comunicação. Daí a importância, para Assmann, de se compreender a corporeidade, reconhecendo, de um lado, que o homem é mais do que mente, entendida tradicionalmente como a parte privilegiada, racional, deste mesmo homem. De outro lado, reconhecer que não é possível propor processos educativos progressistas sem levar em consideração os desejos dos indivíduos (a positividade do querer, presente no homem), inclusive externada na sua individualidade, que deve ser respeitada.

Entendemos que todas estas leituras, em se tratando de um olhar microsociológico que leve em conta os regimes disciplinares e o trabalho efetuado sobre o corpo dos indivíduos, passaram a ser de suma importância para nosso trabalho. Leituras que foram enriquecidas por meio do pensamento de Michel Foucault (visto, por alguns críticos, como representante do pós-estruturalismo).

Termo que, assim entendemos, deve ser distinguido do termo estruturalismo. Para Michel Peters (2000), o estruturalismo, mais especificamente o estruturalismo Francês

elevou-se, entre os anos 50 e 60, ao status de metaparadigma transdisciplinar, um vez que buscou integrar as ciências humanas e sociais, com base na crença da centralidade da linguagem na vida cultural e social humana, considerada como sistema semiótico ou como sistema de significação auto-reflexiva (Idem: 10).

Já o pós-estruturalismo foi o resultado de esforços no sentido da construção de uma resposta filosófica específica, motivada principalmente pelos trabalhos de Friedrich Nietzsche e de Martin Heidegger, os quais se voltaram contra as pretensões científicas do estruturalismo. Nesse sentido, o pós-estruturalismo se caracterizaria pela rejeição diante das grandes narrativas e também pela compreensão da realidade enquanto conjunto de fragmentos desconexos, pela redução da história a um conjunto de estilos de narrativa e pela insistência dos efeitos desintegradores deste processo por sobre os sujeitos.

Assim, a importância da filosofia de Nietzsche, ao não supervalorizar a questão do poder, como Marx; nem a questão do desejo, como Freud, foi fundamental para o advento do pós-estruturalismo. Perpassou, desde então, a questão do 'descentramento' da estrutura, do significado transcendental e do sujeito soberano, por meio da crítica da metafísica e, especialmente, da crítica dos conceitos de ser e de verdade.

Aliou-se a este movimento intelectual a crítica efetuada por Freud da questão da auto-presença, da consciência, do sujeito, da autoidentidade e da auto-proximidade ou da auto-posseção; bem como a crítica de Heidegger acerca da metafísica, da determinação do Ser como presença.

Se o humanismo tendia, como um motivo central do pensamento liberal europeu, a colocar o 'sujeito' no centro da análise e da teoria, vendo-o como a origem e a fonte do pensamento e da ação, e se o estruturalismo via os sujeitos como simples portadores de estruturas; o pós-estruturalismo vai dar continuidade, de variadas formas, a essa compreensão acerca do sujeito. Concebendo-o em termos relacionais, como um elemento governado por estruturas e sistemas.

Daí as críticas às diversas construções filosóficas do sujeito: o sujeito cartesiano-kantiano; o sujeito Hegeliano e fenomenológico; o sujeito do existencialismo; o sujeito coletivo marxista. Encontramos a influência do pós-estruturalismo na sociologia de autores como Zygmunt Bauman e de Aray Smart.

Para Peters,

[...] a redescoberta estruturalista de Freud e Marx, juntamente com a recuperação de Nietzsche feita por Heidegger, preparou o palco para a emergência do pós-estruturalismo, visto como uma resposta distintivamente filosófica ao privilegiamento das ciências humanas que caracterizou o trabalho dos estruturalistas (SCHRIFT, 1995, p. 4 *apud* PETERS, 2000, p. 10).

Já o modernismo (outro termo que não deve ser confundido com o termo estruturalismo) foi caracterizado pelas transformações ocorridas no mundo da arte, a partir do fim do século XIX, por meio do rompimento com os métodos clássicos e tradicionais baseados no realismo e no naturalismo. Na mesma medida, foi um movimento baseado na crença no avanço do conhecimento, a partir do método científico.

Por sua vez, o pós-modernismo (que não deve ser confundido com o pós-

estruturalismo) foi (e é) a transformação ocorrida no campo das artes (em reação ao modernismo). Representa, também, a transformação do sistema de valores e das práticas que caracterizaram a modernidade, uma vez que setores como o Estado, a família, a religião, o trabalho e a sexualidade estariam passando por transformações significativas, entrando em crise os velhos padrões de comportamento (Idem: 13-14).

Cabe ressaltar, aqui, ainda, que tanto os elementos ressaltados pelos teóricos da modernidade tardia, quanto os teóricos do pós-estruturalismo vão apontar para um horizonte social ambíguo, tenso e conflituoso. No qual se situariam, por exemplo, as polícias do mundo; às voltas com a tentativa de manter o controle e a ordem social.

De todo modo, para Peters, a genealogia do pós-estruturalismo francês deve ser compreendida, em parte, por suas filiações com o pensamento de Nietzsche. Em particular na sua crítica da verdade e na ênfase que deu à pluralidade da interpretação; na centralidade que concebeu em relação ao estilo, visto como crucial, tanto filosófica quanto esteticamente, para que cada um se supere, em um processo de perpétuo autodevir. Também foi relevante a importância dada ao conceito de vontade de potência e suas manifestações como vontade de verdade e vontade de saber, as quais se desdobram na obra de autores como Michel Foucault.

Esses temas filosóficos foram assumidos, adotados e experimentados pelos pós-estruturalistas franceses sob novas e estimulantes formas. Foucault, por exemplo, desenvolveu a genealogia nietzscheana como uma forma de história crítica que resistiu à busca por origens e essências, resistiu às tendências universalizantes da filosofia moderna, ao pensamento binário, a fim de privilegiar os 'jogos da vontade de potência' contra o 'trabalho da dialética'.

A ênfase, neste sentido, recai no significado como uma construção ativa, radicalmente dependente da pragmática do contexto. Questionando a suposta universalidade das chamadas 'asserções de verdade'. Foucault via a verdade como o produto de regimes ou gêneros discursivos, com seu próprio e irreduzível conjunto de regras (construindo sentenças ou proposições bem formadas).

Enfim, segundo Peters, seguindo Nietzsche, os autores do pós-estruturalismo francês, notadamente, questionaram o sujeito cartesiano-kantiano humanista, ou seja, o sujeito autônomo, livre e transparentemente autoconsciente, que é tradicionalmente visto como a fonte de todo o conhecimento e da ação moral e

política.

Em contraste, e seguindo a crítica da filosofia liberal também efetuada por Nietzsche, eles descrevem o sujeito em toda sua complexidade histórica e cultural, um sujeito 'descentrado' e dependente do sistema linguístico; um sujeito discursivamente constituído e posicionado na intersecção entre as forças libidinais e as práticas socioculturais. O sujeito é visto, em termos concretos, como corporificado. Um ser temporal, que chega, fisiologicamente falando à vida e enfrenta a morte e a extinção como corpo. Ser que é infinitamente maleável e flexível, estando submetido às práticas e às estratégias de normalização e individualização que caracterizam as instituições modernas.

Estas leituras localizam o sujeito (e o social) a partir da configuração de diferentes olhares/discursos, e saberes, advindos de vários campos: científico, acadêmico, midiático, religioso, etc. Estes acabam por se consubstanciar em práticas institucionais que constroem, por sua vez, procedimentos próprios denominados de regimes disciplinares, com suas normas e regras de normalização, em grande medida distanciadas dos ideais preconizados pelos metadiscursos, tais como o discurso jurídico.

Estes elementos podem ser observados no campo da segurança pública e sociedade, pela proliferação de questões que têm gerado, por exemplo, a efetivação de parcerias entre as universidades e as academias de polícia (palco do embate e da entrada dos direitos humanos no horizonte da ação policial). Também por meio da configuração, na arquitetura do sistema de justiça criminal, de diferentes olhares e perspectivas quanto ao enfrentamento da criminalidade, quanto às reformas que devem ser levadas a cabo pelo sistema (conforme o lugar ocupado, por exemplo, por juízes, promotores e policiais). Ainda mais, a influência que a mídia exerce diante da questão da 'criminalidade', uma vez que desenvolve parâmetros valorativos sobre este fenômeno, normalmente baseados em maniqueísmos que simplificam o olhar sobre o social, contrastando fortemente com os estudos e proposições advindos do campo científico.

Esta profusão de discursos, saberes (e suas respectivas 'lógicas') consolida práticas de assujeitamento dos futuros policiais. Isso ocorre, geralmente, a partir dos regimes disciplinares existentes em ambientes fortemente hierarquizados e militarizados, como o são as academias das polícias militares.

A análise deste processo seria melhor conduzida a partir de uma leitura que

levasse em consideração estes aspectos (multifacetados, conflitantes da realidade social); que levasse em consideração os efeitos que os saberes, entendidos como forças que buscam sujeitar corpos e consciências, exercem enquanto práticas de poder sobre os futuros policiais.

Importa destacar que esta análise, que desconfia do sujeito do iluminismo, conforme já se apontou, vislumbra, por outro lado, as práticas, estéticas e éticas, de autoconstituição, que podem ser consolidadas pelos indivíduos e grupos sociais. Práticas capazes de constituírem-se, enquanto estratégias, enquanto processos de autoconstituição identitários (profissionais) não mais ancorados em posturas violentas e ou corruptas por parte dos policiais. No entanto, não como o resultado, unilateral, do discurso advindo dos direitos humanos e ou dos regimes de verdade advindos do campo jurídico; ao contrário, a partir de um trabalho, corpóreo e ético de autoconstituição, efetivado pelos sujeitos policiais.

Adotou-se esta perspectiva ciente de que no campo da sociologia existem correntes de pensamento diferenciadas e, inclusive, conflitantes. Campbell (1999), entre outros, buscou caracterizar os elementos teórico-metodológicos que orientam os diferentes 'parâmetros sociológicos'. Isto porque, para ele, o objeto de estudo dos sociólogos é a sociedade ou as sociedades. Estas "[...] implica(m) *la existencia de unos patrones de interacciones regulares [...] o que no se dá sin conflicto alguno o incluso sin violencia [...] variando su alcance claramente de sociedad em sociedad [...]*".

Para Campbell, *"los teóricos no se ponen muy de acuerdo sobre la naturaleza de los fenómenos sociales [...]. No existe uma teoria social que haya sido establecida mediante el consenso"*.

Ciente destas divisões, Georges Lapassade (2005, p.138) consolidou os elementos norteadores dos distintos enfoques sociológicos a partir do eixo teórico/metodológico que distingue o fazer macrossociológico do fazer microssociológico, ou o paradigma normativo do paradigma interpretativo.

Segundo Lapassade, no paradigma normativo (macrossociológico), os sociólogos pensam os indivíduos enquanto produtos da sociedade, dependentes das regras daquela, bem como de seus sistemas de valores e de verdade. Paradigma baseado em uma análise sociológica centrada nos funcionamentos coletivos, nos grandes conjuntos sociais, nos macrodeterminismos. Não ignorando a interação, mas subordinando-a aos mecanismos sociais em seu conjunto.

Já no paradigma interpretativo – microssociológico – os sociólogos pensam o nível ‘elementar’ da interação social presente na vida cotidiana. Esses não ignoram o nível das normas nem da ordem macrossocial. Entretanto, procuram verificar sua existência e o sentido no plano microssocial da percepção que deles têm os atores no dia-a-dia (Idem: 138).

Cabe afirmar que o enfoque interpretativo que balizou esta tese, apesar de não desconsiderar de forma alguma os macrodeterminismos que se fazem presentes no campo da segurança pública e sociedade, voltou-se mais especificamente para os elementos microssociológicos presentes nos ambientes formativos do polícias militares. Justamente por entender que os elementos advêm daí e, enfim, condicionam as futuras práticas profissionais a serem adotadas.

Em relação a uma sociologia das conflitualidades, desenvolvida no Brasil por Tavares dos Santos (1999) e outros, e para com a qual buscamos contribuir, é importante analisar a realidade social brasileira, do início do século XXI, através das formas crescentes e plurais de conflitualidades, de violência, de diferentes e crescentes metamorfoses do crime, da crise das instituições de controle social, do crescimento dos conflitos interpessoais e grupais. Isto porque esta realidade configura novas modalidades de ação coletiva, protagonizadas por outros agentes sociais e por diferentes pautas de reivindicações (TAVARES DOS SANTOS, 2002: 03).

Partimos do entendimento de que nos encontramos na presença de um social heterogêneo, no qual nem indivíduos nem grupos parecem reconhecer valores coletivos. Esse contexto dá origem a múltiplos arranjos societários, a múltiplas lógicas de condutas, num contexto social fragmentado, plural, diferenciado, heterogêneo. O que torna mais complexo o trabalho sociológico voltado para a captura do(s) sentido(s) dado(s) pelo(s) ator(es) em seu(s) processo(s) de socialização.

Pareceu-nos que tanto a análise proposta pela sociologia das conflitualidades (das microviolências), quanto às análises pós-estruturalistas compunham um mosaico interpretativo que demarcam as ambivalências características das sociedades contemporâneas. Principalmente no nível da crise vivida pelos Estados no sentido da manutenção de uma mínima coesão social.

Entendeu-se, por isso, que não havia desacordo entre estas duas perspectivas analíticas; se fossem utilizadas na tese forneceriam bases conceituais

através das quais se poderia avançar de uma análise macroestrutural para uma investigação microssociológica que mantivesse a abrangência necessária, diante de uma complexa realidade que não mais se localiza de forma dialética e a partir de um viés evolucionista.

Foi o que se buscou fazer, desde o capítulo dois da tese, por meio do qual foram discutidos os conceitos de modernidade Tardia e a questão da microfísica da violência. Do horizonte social caracterizado pela globalização e pela implementação de sistemas neoliberais, com os respectivos desgastes trazidos para o âmbito das relações sociais, caracterizada por fenômenos tais como a crise de autoridade pelas quais estariam passando as instituições que sustentam o modelo social vigente. Com o auxílio de diversos autores foram indicadas as questões que passaram a permear as diversas formas de violência interpessoal e/ou institucional, na contemporaneidade.

Este capítulo retratou a precária situação encontrada pelos Estados-Nação, no sentido de manterem a legitimidade da coerção física legítima diante das novas conformações societárias que carregaram consigo também novas formas de institucionalização da violência e ou do exercício da criminalidade. Ainda, discutiu-se a questão dos cursos de formação de policiais militares, diante de um contexto, no qual diferentes e conflitivos saberes parecem disputar modelos 'ideais' de formação profissional para o campo da segurança pública.

No capítulo três, foram aprofundadas as leituras acerca do universo policial. A começar pelo próprio conceito de polícia e pela tentativa de esclarecer, de forma mais pormenorizada, os vários pontos que se ligam com o fazer profissional/policial. Nesse capítulo foram traçados os paralelos entre a realidade vivida pelas polícias de países desenvolvidos (notadamente dos EUA) e aquela vivenciada por policiais que trabalham em países que têm estabelecido, de forma recente, processos de redemocratização política, encontrando-se em vias de desenvolvimento político e econômico (caso do Brasil) e ou que enfrentam sérios problemas no sentido de estabelecerem processos confiáveis e duradouros de redemocratização (caso do Paraguai).

No capítulo quatro apresentou-se a realidade enfrentada pela polícia militar brasileira, no sentido da efetivação de seu trabalho. Buscou-se retratar os elementos que estariam atuando de modo a compor as práticas violentas que subjazem à profissão, bem como indicar as carências, do ponto de vista da formação dada aos

policiais militares.

No capítulo cinco retratou-se a realidade enfrentada pelos policiais paraguaios (suboficiais) para exercerem seu ofício. Trabalho que foi feito por meio de materiais que nos foram cedidos por autoridades (tanto do Ministério do Interior quanto daquelas ligadas às Escolas de Polícia) e ou intelectuais que atuavam no Paraguai, quando lá estivemos, no final do ano de 2009.

Os capítulos seis e sete, respectivamente, retrataram a formação dos policiais brasileiros e paraguaios. Estes capítulos, notadamente o capítulo seis, apresentaram os resultados de pesquisas de cunho qualitativo (embasadas no recurso metodológico advindo da observação participante).

No caso brasileiro, acompanhamos, durante aproximadamente seis meses (de julho de 2010 a janeiro de 2011), um curso de formação de policiais militares (soldados) que ocorreu na 2ª Companhia do Terceiro Batalhão de Polícia Militar, órgão sediado na Rua Peru n.º 477, bairro Luther King, cidade de Francisco Beltrão, Paraná.

A proximidade com a polícia local favoreceu uma inserção mais aprofundada no campo. Deste modo, efetuamos a observação do cotidiano do curso de formação, tiramos fotos, entrevistamos os policiais que faziam parte da coordenação do curso, bem como alguns instrutores e os alunos do curso. Além disso, conseguimos acessar materiais importantes que nortearam, do ponto de vista jurídico e disciplinar, o Curso de Formação. Compendo um rol de informações que balizaram um trabalho bastante profícuo e por meio do qual se buscou retratar de forma fiel os valores e as práticas predominantes no Curso. Notadamente, as advindas e/ou coordenadas a partir dos regimes disciplinares existentes no *lócus* onde se deu o Curso.

No que concerne ao Paraguai, conseguimos desenvolver uma inserção exploratória, por meio da qual durante cinco dias (no mês de dezembro de 2009) efetuamos entrevistas com membros do Ministério do Interior (órgão que, no Paraguai, gerencia o trabalho feito pela polícia), com membros das Escolas de Polícia do Paraguai (notadamente do Instituto Superior de Educação Policial - ISEPOL – que coordena os processos formativos, policiais, no Paraguai, tanto de oficiais quanto de suboficiais), e com instrutores que trabalhavam em Cursos de Formação de Suboficiais. Além disso, tivemos acesso a materiais consolidados pela própria ISEPOL, e que retratavam aspectos relacionados ao trabalho policial bem como aspectos relacionados à estrutura institucional e de funcionamento dos cursos

de formação dos policiais.

No Ministério do Interior, fomos agraciados com estudos sobre a realidade concernente à Segurança Pública Paraguaia, bem como por um estudo (realizado entre os anos de 1999 e 2004) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que retratou, de forma mais pormenorizada, a realidade do trabalho policial desenvolvido no Paraguai, bem como aspectos que se relacionavam mais especificamente com a formação das polícias daquele País.

Já na Escola responsável pela institucionalização dos parâmetros formativos e pela formação dos suboficiais paraguaios (Escola Sargento Ajudante José Merlo Saravia), localizada no Km 23 de La Ruta 2, 'Mariscal Estigarriba', na Cidade de Capiatá (que fica a aproximadamente 50 km de Assunción, capital do Paraguai), tivemos acesso a dois documentos importantes: a Resolução nº 583, que estabeleceu as normas que regularam o processo de seleção dos "aspirantes a Suboficiales Del Colegio de Policia 'Sargento Ayudante José Merlo Saravia'"; e o 'Regulamento Orgânico Funcional', por meio do qual foram elencados os fins, objetivos e a organização do processo formativo adotado no Colégio de Polícia Sargento Ajudante José Merlo Saravia. Documento que estabeleceu, de igual modo, as formas de avaliação que foram instituídas, a organização do cotidiano (com as rotinas a serem assumidas) e os regulamentos disciplinares a serem adotados na Escola.

Neste sentido, no Paraguai, nossa pesquisa de campo buscou apreender os procedimentos administrativos, os processos disciplinares e os pressupostos que norteavam a formação dos Suboficiais (que correspondem aos policiais militares – soldados - no Brasil). Embora não tenhamos tido as mesmas condições obtidas no Brasil, no sentido de efetuarmos uma pesquisa participante em proporções mais satisfatórias, entendemos que a incursão no Paraguai apresentou um trabalho inédito e que levantou os elementos disciplinares (formativos) concernentes à realidade da formação policial paraguaia.

A pesquisa sobre a formação de policiais paraguaios se constituiu, então, como uma contribuição para o desenvolvimento de análises sociológicas que abarquem o mundo policial em um país ainda pouco estudado, sob este aspecto.

A tese teve como objetivo adentrar o cotidiano dos cursos de formação de policiais militares. O que pressupunha a entrada no universo de valores, normas e regras consolidadas nestes ambientes. Desta forma, buscou-se referendar os

procedimentos de pesquisa a partir de um viés qualitativo, pois esse nos pareceu fornecer as situações e/ou instrumentos mais adequados para viabilizar a tarefa proposta.

Para Boni e Quaresma (2005, p. 70), as pesquisas qualitativas na Sociologia trabalham com significados, motivações, valores e crenças, uma vez que estes não podem ser reduzidos às questões quantitativas, pois respondem a noções muito particulares. Isto foi feito, no caso da presente tese, por meio da observação participante.

Ainda para Boni e Quaresma (2005, p. 71), a observação se constitui num importante recurso para a efetivação de pesquisas de cunho sociológico, uma vez que possibilita ao pesquisador obter informações sob determinados aspectos da realidade. Sendo um importante recurso para que se possa “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (LAKATOS: 1996, p. 79).

A observação suscita do pesquisador uma inserção mais direta com a realidade observada. O que pode ser feito de forma assistemática, por meio de estudos exploratórios sobre o campo a ser pesquisado; ou de forma mais sistemática (por meio da observação participante, por exemplo). De todo modo, e segundo Flick (2004), a observação implica a busca pela compreensão de práticas, vivências e interações a partir do contexto em que elas ocorrem.

A observação participante, de forma mais específica, se caracteriza por ser uma estratégia de campo utilizada de forma combinada com outras estratégias, como a análise de documentos, a entrevista, a participação e/ou a observação direta e a introspecção. O que implica uma presença mais prolongada no campo, de modo a se obter acesso às experiências realizadas pelos participantes (devendo, o pesquisador, estar aberto às oportunidades que se abrem para a investigação).

De todo modo, por meio da observação participante, o observador tem a possibilidade de interagir de forma mais intensa com o grupo, o que requer que sejam estabelecidas formas de interação mais prolongadas (constituindo elemento importante o contato com pessoas-chave, que facilitem um acesso mais profundo nas questões do campo).

Normalmente a observação participante envolve três fases: a observação descritiva (voltada à compreensão da complexidade do campo); a observação focal (voltada aos aspectos específicos do campo); a observação seletiva (no fim da

pesquisa, voltada ao encontro de mais evidências e exemplos para o que se está pesquisando).

Conforme se afirmou, buscamos desenvolver o trabalho de campo que redundou na presente tese (notadamente na parte concernente ao Brasil) a partir do recurso metodológico fornecido pela observação participante, por entendermos que nos possibilitaria adentrar de forma mais intensa (qualitativa) no universo da formação policial.

Como elementos complementares à observação participante, efetuamos entrevistas que, conforme Haguette (1997, p. 86, *apud* BONI e QUARESMA, 2005, p. 72), atuam como um “processo de interação social entre duas pessoas, no qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. Optamos por entrevistas abertas e semi-estruturadas, uma vez que, conforme apontou Minayo (1993), permitem que se explore melhor o meio.

Conforme Minayo (1993), a entrevista aberta é utilizada quando o pesquisador deseja obter o maior número de informações possíveis sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado, e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão. Ela é utilizada geralmente na descrição de casos individuais, na compreensão de especificidades culturais para determinados grupos e para comparabilidade de diversos casos.

Já as entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa, fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha ‘fugido’ ao tema ou tenha dificuldades com ele.

Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. Além disso, este tipo de entrevista colabora muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que esses têm podem

fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa.

Como as pesquisas realizadas para a presente tese transcorreram a partir de um viés qualitativo, entendeu-se como fundamental efetuar entrevistas, de modo a aprofundarem-se leituras acerca do contexto formativo dos policiais, referendado por valores, opiniões, atitudes e relações de poder.

Para entrevistar os alunos, notadamente os alunos do curso de formação de policiais (soldados) transcorrido no Brasil, no ano de 2010, utilizamos das entrevistas focais que, segundo Aigner (2003), representam um processo de interação durante o qual se apresentam e se podem analisar representações, opiniões, preconceitos, atitudes, relações de poder e negociações pelas quais se chega a um consenso ou a polarizações e concepções dos participantes (BRAGE, 2004). Em contraponto com as técnicas de entrevistas individuais, os grupos focais apresentam discussões que correspondem à maneira, pela qual, as opiniões são geradas, expressas e modificadas na vida cotidiana (FLICK, 2004).

Para alguns pesquisadores sociais, entretanto, as opiniões do grupo não são formuladas no momento da entrevista, mas sim atualizadas. Suas posições refletem acima de tudo as orientações coletivas ou as visões de mundo do grupo social ao qual o entrevistado pertence (WELLER, 2006). Assim, é possível explorar, através dessa técnica, não apenas as opiniões e experiências dos participantes, mas as vivências coletivas ou as posições comuns de determinados grupos sociais. O grupo focal é, neste sentido, uma técnica de avaliação que oferece informações qualitativas.

Buscando, ainda, melhor desenhar o contexto da pesquisa nos utilizamos amplamente de imagens (fotografias), pois concordamos com José de Souza Martins (2008) quando este afirma que a fotografia, enquanto recurso para a realização de pesquisas sociológicas é um instrumento que possibilita que sejam lidas e/ou narradas histórias reais.

Neste sentido, a fotografia (as imagens) não “congelam” momentos, mas possibilitam ao pesquisador um olhar sobre determinadas circunstâncias e/ou práticas sociais. Enriquecendo as análises possíveis sobre os contextos sócio-culturais.

Salienta-se, ainda, a importância que a análise documental teve para a efetivação da presente tese. Pois, tanto no caso do curso de formação de soldados

ocorrido no Brasil (que acompanhamos de perto) quanto os pressupostos curriculares e os componentes disciplinares que norteavam os cursos de formação de suboficiais, no Paraguai, foram obtidos por meio de documentos (Resoluções, Regulamentos, etc). Assim, houve um somatório de informações que se mostraram fundamentais para a inserção mais profícua no universo pesquisado.

A tese se encerra com um capítulo conclusivo, no qual lançamos mão de uma imaginação sociológica por meio da qual pudéssemos (de forma mais livre) discutir os pontos concernentes a cada capítulo. Avançando para proposições mais provocativas. Neste foram feitos apontamentos relativos às possibilidades futuras de pesquisa, a partir das proposições apresentadas na tese.

Cabe registrar, por fim que, ao final do trabalho aparecem documentos e informações, sob forma de anexos, como forma de melhor esclarecermos alguns pontos apresentados durante alguns capítulos da tese (mais especificamente referentes aos capítulos VI e VII), que trataram das pesquisas efetuadas no Brasil e no Paraguai sobre a formação de policiais militares.

PARTE I – SEGURANÇA PÚBLICA E MODERNIDADE TARDIA

“O indivíduo de jure [falso] não pode se tornar indivíduo de facto sem antes tornar-se cidadão. Não há indivíduos autônomos sem uma sociedade autônoma, e a autonomia da sociedade requer uma auto-constituição deliberada e perpétua, algo que só pode ser uma realização compartilhada de seus membros”

“Os mecânicos de automóveis de hoje não são treinados para consertar motores quebrados ou danificados, mas apenas para retirar e jogar fora as peças usadas ou defeituosas e substituí-las por outras novas e seladas, diretamente da prateleira. Eles não têm a menor idéia da estrutura interna das ‘peças sobressalentes’ (uma expressão que diz tudo), do modo misterioso como funcionam; não consideram esse entendimento e habilidade que o acompanha como sua responsabilidade ou como parte de seu campo de competência. Como na oficina mecânica, assim também na vida em geral: cada ‘peça’ é ‘sobressalente’ e substituível, e assim deve ser. Por que gastar tempo com consertos que consomem trabalho, se não é preciso mais que alguns momentos para jogar fora a peça danificada e colocar outra em seu lugar?”

Zygmunt Bauman
Modernidade Líquida

CAPÍTULO II

INICIANDO O CICLO: A RELAÇÃO POLÍCIA/CONTROLE SOCIAL/ESTADO

O tema da Segurança Pública é um tema caro às sociedades democráticas, uma vez que lida com direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, bem como explicita a real capacidade do Estado no sentido de atender às expectativas destes. Neste contexto, o papel das polícias passa a ter relevância e adquire maior visibilidade, uma vez que ‘encarna’, ‘corporifica’ os preceitos legais por sobre os grupos sociais.

Este capítulo foi escrito como forma de buscar explicitar, num primeiro momento, as questões que nos pareceram envolver, de forma mais significativa, o campo da segurança pública (trazendo consigo elementos que atingem a polícia no que toca à sua atuação), no rol de debates que questionam as bases de sustentação dos dispositivos de poder² exercido nas sociedades contemporâneas.

Para isto, buscamos apreender, num primeiro plano, o estudo das polícias dentro do contexto de uma sociologia das conflitualidades, visando compreender de que forma o tema da polícia estaria ligado a outro mais abrangente, que seria o tema do controle social. Neste sentido, cabe ressaltar que, para José Vicente Tavares dos Santos (1999: 10-13),

Uma sociologia das conflitualidades, no tempo atual, deve ser situada no contexto dos efeitos do processo de globalização da sociedade e da economia, os quais produzem transformações na estrutura e no espaço social das diversas regiões do planeta, desencadeando novos conflitos sociais e novas formas de conflitualidades.

O mesmo autor aponta ainda (2002: 18) que:

² Dispositivo, na acepção Foucaultiana, significa um conjunto de instituições, discursos, leis, etc, que delimitam o controle por sobre os indivíduos. Neste sentido, o dispositivo seria composto pelo “dito e pelo não dito”; indo para além dos elementos meramente discursivos e ou cognitivos.

No início do Século XXI, a questão das conflitualidades – das formas de violência, das metamorfoses do crime, da crise das instituições de controle social e dos conflitos sociais – configura-se pela emergência de novas modalidades de ação coletiva, com lutas sociais protagonizadas por outros agentes sociais e com diferentes pautas de reivindicações.

Tal leitura nos levou a outro plano de análise, consolidado a partir do conceito de modernidade tardia, o qual possibilitou visualizar os desafios colocados aos Estados-Nação no que se refere à capacidade de legitimarem o uso da coerção física legítima. Além disso, nos ajudou a compreender de que maneira e em que medida este complexo e multifacetado processo parece forçar as instituições da área de segurança pública no sentido de estas repensarem o seu papel e a sua atuação nas sociedades democráticas.

A partir disso, foi possível desenvolver o capítulo com bases conceituais referendadas por autores como Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Richard Sennett³, uma vez que as ferramentas analíticas trazidas por estes nos possibilitaram efetuar uma análise mais específica acerca dos contextos formativos das polícias; apontando, num primeiro momento, para suas especificidades, bem como para as especificidades que envolvem uma pesquisa de cunho sociológico por meio da qual se pretenda compreender os elementos microfísicos que têm dado sustentação para o atual modelo de educação policial.

A polícia e a Segurança Pública caracterizam, portanto, um bloco de temas interligados, que nas sociedades democráticas parecem delimitar o pano de fundo através do qual se pode discutir, em grande medida, os desafios colocados para os Estados no contexto das sociedades contemporâneas.

Esta relação (polícia/controlado social/Estado) pode ser observada, num primeiro momento, no contexto constitucional (jurídico), tal como o fez Silva (1998), ao verificar que a Carta Constitucional brasileira, de 1988, dispõe que “a segurança pública limita as liberdades individuais, estabelecendo que a liberdade de cada cidadão, mesmo em fazer aquilo que a lei não lhe veda, não pode ir além da liberdade assegurada aos demais [...]” (1998: 740).

A Carta Constitucional estabelece ainda que

³ Autores dos quais retiramos uma série de ferramentas analíticas de modo a desenvolvermos a presente tese. Ferramentas de análise que estarão sendo apresentadas e discutidas conforme o desenvolvimento deste capítulo.

[...] garantir a segurança pública é dever do Estado e tê-la assegurada é direito dos cidadãos, pois ela se exerce para a incolumidade das pessoas e do patrimônio. São seus órgãos historicamente constituídos, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária, a Polícia Ferroviária, a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros (Idem).

Do ponto de vista histórico-político, podemos analisar esta relação com o apoio das leituras de Tavares dos Santos (1997), que observa que a polícia teria surgido ligada à expansão do poder do Estado, desde o final do século XVII, mas, sobretudo, no século XVIII, nos principais países europeus, sob a égide do Absolutismo.

No reinado de Luiz XIV, mais especificamente no ano de 1667, tem-se o ato fundador da polícia, que delimita as ações a serem desempenhadas por esta: *“garantir a segurança da cidade, lutar contra a delinqüência e a criminalidade, proteger a população contra os acidentes e as epidemias e cuidar da subsistência da cidade”* (Idem: 158).

A partir da Revolução Francesa, por meio do código Brumário, ocorre a consolidação definitiva da polícia enquanto órgão, cuja função se estabelece no sentido de *“manter a ordem pública, a liberdade, a propriedade, a segurança individual”* (Idem: 158).

Estas passagens explicitam a vinculação política e jurídica existente entre polícia e Estado moderno. Entretanto, do ponto de vista sociológico, é preciso ater-se ao fato de que se esta relação for concebida estritamente no rol dos direitos constitucionais promulgados, tenderá a ser simplificada diante do contexto mais abrangente que tem envolvido os processos recentes de redemocratização política que se fazem presentes em países como o Brasil e o Paraguai⁴.

Um contexto envolto pela realidade peculiar às sociedades Latino-Americanas, caracterizada por desigualdades sociais de maior proporção e por mecanismos institucionais que não seguiram os cânones da racionalidade e da imparcialidade que autores, como Weber, atribuíram às burocracias modernas.

Este contexto também está envolto por processos de alcance mundial, tais

4 Países nos quais realizamos nossas pesquisas sobre a formação de policiais militares (nosso objeto de estudo) para a presente Tese.

como os trazidos pela globalização e pelo neoliberalismo, com os respectivos efeitos (desafios, demandas e, inclusive desgastes), que passaram a envolver os Estados e mais especificamente o campo da segurança pública. Trazendo a problemática que envolve a complexa vinculação entre este movimento social mais abrangente e as ações desenvolvidas, mais especificamente, no campo da formação de policiais militares⁵.

Deste modo, entendeu-se que a imbricação destes elementos abrangentes, que interligam a redemocratização política e os movimentos societários globais, com as respectivas formas sócio-culturais que parecem ter intensificado e ou mesmo criado novos tipos de interação social, caracterizados, em grande medida, pela linguagem da violência, bem como por terem colocado novos desafios diante dos órgãos que compõem o campo da segurança pública, precisava ser caracterizada antes de se partir para a questão mais específica que envolve a formação dos policiais.

Este trabalho foi feito com base na advertência dada por Pierre Bourdieu no sentido da distinção que deve ser feita entre questões sociais e questões sociológicas. Isto porque, por um lado, é fato que o campo político e o campo cultural, demarcados pelas recentes constituições democráticas desenvolvidas em países como o Brasil e o Paraguai, parecem ter caminhado na direção de uma leitura contrária à atuação 'truculenta' dos policiais, exigindo agora um novo tipo de atuação profissional/comportamental (o que muito provavelmente pode ter pressionado as academias de polícia a mudarem seus processos formativos). Por outro lado, é preciso investigar de que modo isto estaria gerando mudanças pedagógico-formativas voltadas aos futuros policiais.

Neste sentido, e ainda com base em Bourdieu, que entende que os espaços sociais conformavam a condição dos agentes sociais dentro de contornos muito específicos, pretendemos demarcar os elementos que estariam perpassando os processos formativos dos policiais militares. Elementos que, muito provavelmente, atuariam para 'peneirar' e ou rearticular os discursos e práticas que se fizeram presentes na consolidação das cartas constitucionais (estabelecendo, de forma recente, o retorno da democracia política nos países citados).

Esta afirmação baseia-se no entendimento de que o papel desempenhado

5 Responsáveis constitucionalmente pelo exercício do policiamento ostensivo (fardado).

pelos ‘operadores do direito’, pelos servidores públicos encarregados de fazer cumprir as leis em países como o Brasil (os policiais, notadamente os policiais militares), passou a ser exercido em contextos demarcados historicamente por assimetrias de poder e por formas expressivas de desigualdade social. O caso do Paraguai, que possui uma polícia única, não é muito diferente.

Deste modo, as polícias militares (polícias ostensivas), ao representarem o braço do poder Executivo, que assumiu a função social ‘moralizadora’, exercitando o controle social por sobre os grupos sociais, ao invés de zelar pela garantia da ordem e da paz dentro da Federação acabaram adotando formas de atuação caracterizadas pela violência (tendo em vista os contextos demarcados por instabilidades políticas) diante da população que, em tese, deveriam proteger. Gerando traumas e resistências.

Ainda neste sentido, é possível afirmar que nossa caminhada pelo campo da segurança pública, enquanto policial civil e enquanto docente em cursos de formação de policiais,⁶ mostrou-nos que tem havido avanços recentes, do ponto de vista político institucional, no sentido da mudança paradigmática que historicamente conduziu a formação das polícias. É notório, por outro lado, que os elementos que compõem o cotidiano institucional, ou seja, o cotidiano em que se dá a formação dos policiais militares, com a valorização de elementos como os códigos de ética comportamental, notadamente os que advogam sobre o modelo de atuação profissional a ser adotado, com especial ênfase na inculcação de uma postura ordeira em relação à hierarquia corporativa, parecem ainda prevalecer enquanto demarcações estratégico-formativas que subjazem no cotidiano formativo dos futuros policiais, tanto brasileiros quanto paraguaios.

Práticas que concorrem para que sejam mantidos esforços significativos, no campo formativo, direcionados ao controle do tempo, do corpo e ou dos gestos dos futuros policiais (elementos que, muitas das vezes, perpassam ao largo o cotidiano pedagógico “oficial” dos cursos de formação).

Como forma de melhor delimitarmos a aproximação, bem como o devido e necessário distanciamento, entre os fenômenos sociais mais abrangentes, que

6 Conforme já citado, atuamos como policial civil no Estado do Rio Grande do Sul, bem como desenvolvemos trabalhos junto à 2ª Companhia da Polícia Militar, localizada no município de Francisco Beltrão, região Sudoeste do Paraná, por meio de aulas de defesa pessoal policial que lá ministramos durante vários anos. Este contato nos permitiu conhecer a realidade vivenciada no cotidiano policial Brasileiro.

parecem envolver e pressionar o campo da segurança pública, e àquele mais específico, voltado à formação dos futuros policiais, utilizamos ferramentas analíticas fornecidas por Michel Foucault. Dentre elas a que nos permitiu ler o conteúdo jurídico que sustentou as recentes cartas constitucionais democráticas de países como o Brasil e o Paraguai enquanto um mecanismo de saber que atua no sentido de legitimar o poder soberano, ou seja, o poder do Estado democrático de Direito por sobre as instituições e os grupos sociais.

Para Foucault, o saber, que se distingue do conhecimento tomado em si mesmo, classicamente analisado enquanto instrumento para a busca da verdade, para a superação das obscuridades humanas, está essencialmente ligado ao poder, à medida que, a partir da Idade Clássica, por meio do discurso da racionalidade (isto é, da separação entre o científico e o não científico, entre o racional e o não racional, entre o normal e o anormal), vai-se efetuar uma ordenação geral do mundo e dos indivíduos.

Tal ordenação passaria, ao mesmo tempo, por uma forma de governo (Estado) e por procedimentos disciplinares (que atuariam sobre os corpos, via disciplina comportamental a ser adotada).

Neste sentido, para Foucault o sujeito é produzido como um efeito dos discursos e nos discursos, notadamente os advindos da ciência e do Estado, não tendo existência independente. O autor afirma, então, que o processo de subjetivação (de construção de um sujeito) dar-se-ia por meio de processos de objetivação.

Foucault ressalta que os discursos advindos das ciências humanas (a partir do século XIX) teriam também se consolidado por meio dos efeitos que passariam a exercer por sobre os indivíduos, mediante a construção de posições-de-sujeito, atuando por meio de uma imbricação que Foucault chama de poder/saber.

A articulação poder/saber constituir-se-ia então enquanto instrumento que possibilitaria analisar não somente como os sujeitos tornam-se sujeitos de governo e objetos de conhecimento, mas também a maneira pela qual se acaba por exigir que estes sujeitos produzam um discurso sobre si mesmo, como também sobre sua existência, seu trabalho, seus afetos, sua sexualidade. Isso a fim de fazer da própria vida, tornada objeto de múltiplos saberes, o campo de aplicação de um biopoder (FOUCAULT, apud REVEL, 2005: 26-27).

É possível, deste modo, analisar o saber jurídico enquanto um saber que

busca dotar o Estado de características universais, positivas, por meio de parâmetros como o da racionalidade, do humanismo e de uma propensão apolítica, o que faz com que este traga consigo a pacificação social e o fim das formas de violência interpessoais desregradas, ligadas a uma fase pré-histórica, atrasada, irracional, que teria sido vivenciada pela humanidade, mas que, contudo teria sido definitivamente superada⁷.

Um saber que, de todo modo, estabeleceu o lugar das polícias, notadamente nos países em foco no lugar mais baixo e menos prestigiado da hierarquia que sustenta os modelos de justiça criminais consolidados. O que demonstra que os preceitos universais, racionais e humanistas propalados pelo discurso jurídico, pelo campo do direito, e que buscam regular a ação dos denominados 'operadores do direito', dentre eles os policiais, apresentam dificuldades quando confrontados com a materialidade hierárquica que diferencia e regulamenta as formas de atuação destes mesmos agentes.

O conceito poder/saber nos possibilitou ainda, nesta direção, interpretar as leituras que tendem a justificar o campo de atuação policial, bem como o próprio campo do controle social enquanto instrumentos a serem utilizados para o combate ao 'crime' e para a manutenção da 'ordem social', dentro dos cânones e preceitos da legalidade e da processualidade penais. O que concorre para que perdure, grosso modo, um modelo de formação policial direcionado para o enfrentamento das ações delituosas, tidas como ações individuais e ou como anomalias a serem combatidas.

Ressaltamos que pesquisas advindas das ciências sociais têm demonstrado que este tipo de visão não produz ferramentas que capacitem os policiais no sentido de estes atenderem, a contento, situações que não se relacionem diretamente com ações criminais, mas sim com questões 'sociais', tais como brigas de vizinhos, condução de bêbados e ou de incapacitados mentais, controle de trânsito, controle social em eventos como partidas de futebol, passeatas, etc.⁸

7 Estas leituras essencialistas e ou evolucionistas são criticadas por Foucault, uma vez que para este não existiriam sujeitos capazes de emancipação, à priori, ou de forma transcendental; como também não existiriam processos sócio-históricos contínuos, ininterruptos, em se tratando de evolução social, econômica e ou política.

8 Este ponto será melhor apresentado e discutido no terceiro capítulo da tese. No entanto, cremos que é importante citar programas televisivos como o apresentado durante o ano de 2010, nas quintas-feiras, pela Rede Bandeirantes de Televisão e intitulado "Polícia 24 horas", como modo de exemplificarmos as assertivas advindas das Ciências Humanas e que giram em torno da crítica diante do modelo de policiamento existente (ostensivo). A partir de programas como este, em que uma rede de repórteres acompanha o trabalho diário da polícia militar da cidade de São Paulo, é possível perceber claramente que grande

No bojo da construção deste outro saber, que Foucault denominou de saber disciplinar, e que se diferencia do saber jurídico, os cursos de formação de policiais militares acabam recebendo críticas que confrontam as históricas práticas hierárquico-militares instituídas, com as respectivas delimitações que estas práticas dão ao padrão de formação e de atuação profissional. Críticas que buscam, dessa maneira, superar este modelo por um modelo de atuação que respeite os direitos humanos. Notadamente, isso ocorre no contexto das sociedades latino-americanas que, por um lado, têm vivenciado processos de fragmentação sociais, mas que por outro lado, têm buscado redemocratizar seus processos político-institucionais.

Este saber, que mais recentemente tem adentrado os ambientes formativos dos policiais, parece também carregar para dentro destes ambientes proposições que se debruçam por sobre a questão da profissionalização e da humanização das práticas policiais. Assim, busca consolidar, estrategicamente, no que concerne ao campo da segurança pública, proposições políticas dirigidas ao Estado.

Estado fragilizado diante do contexto social e cultural mais abrangente, com as respectivas ambivalências centradas no embate entre processos políticos democráticos que se consolidam, entretanto, em contextos históricos fortemente delimitados por desigualdades sociais e, ainda, por recentes processos históricos que carregam consigo crises civilizatórias de proporção mundial.

Diante do exposto, temos que, se por um lado, e num primeiro momento, esta realidade mais abrangente parece ser condensada e ou 'adaptada' aos contextos formativos dos policiais, por meio da regulamentação jurídica; por outro lado, justapõe elementos que ao atuarem num espaço-tempo determinado e específico (as academias de polícia), através de programas pedagógicos voltados à formação de policiais, tendem a configurar um padrão de normas procedimentais embasadas no rol da influência e no embate de determinados poderes/saberes, às voltas com mecanismos de controle e ou de sujeição dos futuros policiais.

A pesquisa, que resultou na presente tese, foi guiada, em grande medida, pela tentativa de apreenderem-se os elementos que efetivamente estariam atuando no sentido de conformarem os cursos formativos de policiais militares diante da tradicional regulamentação jurídica, bem como diante do rol de debates que pareciam apontar, fortemente, para a necessária mudança comportamental a ser

parte do tempo de trabalho dos policiais é direcionado para atender a demandas sociais não ligadas diretamente a ações criminosas.

adotada, profissionalmente, por parte dos policiais no trato com a população. Mudança comportamental orientada pela leitura de que o uso da força policial deveria ser norteado por padrões condizentes com os regimes democráticos, tendo em vista os direitos humanos.

Estas análises apontam para a constituição de duas formas de poder/saber que se voltariam para a sujeição de policiais militares, ao buscarem nortear o comportamento profissional destes. Formas de saber/poder que atuam, ainda, em contextos, por sua vez, caracterizados fortemente pelo que Foucault denominou de regimes disciplinares.

Para este autor, o conceito de regimes disciplinares (FOUCAULT, 2004) caracterizaria um conjunto de relações de poder voltado ao controle minucioso do corpo, adestrando gestos, atitudes, hábitos, comportamentos e discursos.

Neste sentido, a disciplina atua de modo a caracterizar a microfísica do poder, instituída para possibilitar o controle e a sujeição do corpo, com o objetivo de tornar o indivíduo dócil politicamente e útil economicamente.

Segundo Foucault (2004), a produção de corpos dóceis e úteis seria obtida por meio da consolidação de uma dissociação entre corpo individual, como capacidade produtiva; e vontade pessoal, como poder do sujeito sobre a energia do próprio corpo.

Como modo de melhor compreender os elementos (discursos e práticas, saberes e poderes em disputa), que muito provavelmente estariam se efetivando nas corporações da área de segurança pública, constituindo um determinado modelo de educação, buscamos desenvolver uma análise sociológica alicerçada nos processos institucionais formativos dos futuros policiais, com suas respectivas configurações.

Configurações estas que acabariam por compor um processo de 'atualização' do global em direção ao local, ou um 'recorte' entre as demandas externas e a realidade formativa efetivamente desencadeada. Trazendo consigo as respectivas normas procedimentais e seus valores de sustentação.

Deste modo, e de acordo com o recorte teórico que adotamos, entendemos que os processos formativos dos policiais militares carregariam consigo as marcas de um embate estratégico que tem demarcado o uso da força policial⁹ a partir de três

9 Traço profissional que parece melhor delimitar a função social dos policiais. Elemento sobre o qual, também, transitam

campos de poder/saber distintos:

O primeiro campo seria constituído pelo modelo jurídico, caracterizado pela supremacia de Promotores e Juízes e que requer, por parte dos policiais, a obediência e ou a sujeição destes, do ponto de vista da atuação profissional diante da Lei e do Sistema de Justiça Criminal.

O segundo campo seria constituído, de modo mais recente, pelo advento das Ciências Humanas, que procuram inserir, nos ambientes formativos dos policiais, conteúdos que possam conformar as práticas profissionais destes dentro de parâmetros ético/morais embasados no respeito aos direitos humanos. Buscando fazer com que o trabalho policial se volte ao atendimento das necessidades da população e não, apenas, ao confronto da criminalidade.

As instituições policiais¹⁰, entretanto, mantêm procedimentos organizativos e operacionais baseados nas forças armadas, tendo em vista que são forças auxiliares do exército. Neste sentido, são caracterizadas a partir de uma centralização administrativa rigidamente hierarquizada e disciplinar por excelência. Características que atuam de modo a compor o terceiro campo da relação poder/saber existente nos Cursos de formação de policiais militares.

2.1 CONTROLE SOCIAL

Conforme apontamos, o papel das polícias está diretamente ligado à questão do Estado e, por sua vez, à do controle social que, segundo Alvarez (2007), é um tema recorrente nos estudos sociológicos; presente desde a época dos fundadores da disciplina.

Emile Durkheim, por exemplo, debruçou-se sobre questões como a da obediência às regras sociais, o sentimento de dever e a disciplina como elementos necessários e positivos diante do estabelecimento de uma nova ordem urbano-industrial, baseada na razão e na ciência. Assim, aponta para a educação como elemento fundamental para a inscrição dos valores da sociedade por sobre as subjetividades infantis.

grande parte das discussões que se voltam para o modelo de atuação profissional a ser adotado por parte dos policiais.

10 Notadamente as militares

Max Weber, ao partir da análise dos elementos culturais que teriam sedimentado a sociedade capitalista, apreendeu nas práticas autodisciplinares (advindas do protestantismo religioso) o elemento cultural que teria tornado possível a configuração social conhecida como capitalismo.

Alvarez (2007) ressalta que, para Weber, as sociedades modernas utilizaram-se largamente, a partir das experiências acumuladas com as guerras e ou com as forças armadas, das práticas disciplinares, tanto por meio do modelo de dominação carismático quanto do burocrático. Isso teria limitado o âmbito da ação individual em prol dos grandes empreendimentos.

Foucault analisa a questão do controle social levando em consideração os mecanismos de vigilância que teriam aparecido no Ocidente entre os séculos XVIII e XIX com a função de prevenir e corrigir os desvios de conduta individual, no bojo do novo processo de produção capitalista. Para ele,

Toda a penalidade do século XIX passa a ser um controle, não tanto sobre se o que fizeram os indivíduos está em conformidade ou não com a lei; mas ao nível do que podem fazer, do que são capazes de fazer, do que estão sujeitos a fazer, do que estão na iminência de fazer (FOUCAULT, 2003: 85).

Essa extensão do controle social está ligada, segundo Foucault, a uma nova distribuição espacial e social da riqueza industrial e agrícola, correspondente à formação da sociedade capitalista.

Processo decorrente da necessidade de controlar os fluxos e a repartição espacial da mão-de-obra, levando, ainda, em consideração necessidades de produção e do mercado de trabalho (tornando necessária uma verdadeira ortopedia social). Para esta, o desenvolvimento da polícia e da vigilância das populações foram criados, tornando-se instrumentos essenciais.

Foucault também afirma que o controle social se alicerçou por meio de uma série de poderes laterais, tais como as instituições psiquiátricas, psicológicas, criminológicas, médias, pedagógicas; bem como mediante a gestão dos corpos e da instituição de uma política de saúde, dos mecanismos de assistência, das associações filantrópicas e dos patrocinadores. Este controle, portanto, se articula em dois tempos e ou formatos:

No primeiro, constituindo populações nas quais os indivíduos são inseridos,

pois o controle é essencialmente uma economia do poder que gerenciaria a sociedade em função de modelos normativos globais integrados num aparelho de Estado centralizado.

No segundo, tornando o poder capilar. Isto é, instalando um sistema de individualização que se destinou a modelar cada indivíduo, gerindo sua existência.

Para Gilles Deleuze (2004: 222), o controle social é uma forma de expressão, a partir de espaços abertos e em contínuo devir, da vigília constante que todos passam a exercer sobre todos nas sociedades contemporâneas. Trata-se também da conformação de processos ininterruptos de formação dos indivíduos, dispostos agora de forma permanente diante de agenciamentos que lhes cobram a atualização permanente de seus conhecimentos, uma vez que para o atual modelo de sociedade, nunca se está totalmente pronto ('nunca se termina nada').

Modelo social no qual, ainda segundo Deleuze, tende a prevalecer o padrão 'analógico', através do qual não há mais o indivíduo (a assinatura) e a massa (ou o número de matrícula que determina a posição do indivíduo na massa), mas a cifra (ou a senha de acesso ao sistema).

Estas análises demonstram que a questão do controle social é dependente de uma complexa relação que se estende entre os efeitos de dominação sócio-culturais e as respectivas formas de justificação dos poderes instituídos historicamente. Estes ocorrem, via de regra, por meio da racionalização e da universalização de certos valores e temas socialmente instituídos.

À medida que este padrão sócio-cultural consolida elementos que atuam numa perspectiva que passa a ser considerada "antidemocrática", transforma o campo do controle social em alvo de críticas contundentes.

Críticas que, por sua vez, apontam para uma realidade problemática e conflituosa, compondo uma institucionalidade demarcada por elementos negativos.

É o que faz Passeti (2003), quando afirma que o Estado

[...] Apresenta-se basicamente na forma de [...] Cobrança de impostos, polícia, exército, prisões... Uma força que atua sobre as relações sociais, econômicas, culturais e intelectuais. Força que também está presente no que chamamos de políticas governamentais de saúde, educação, transportes, comunicações [...] e, em grande medida, na forma da defesa de direitos de empresários diante dos direitos de trabalhadores. [...] Onde houver Estado haverá um poder de autoridade centralizada disseminado pela sociedade [...] Formando, assim, uma rede de poderes, deveres e assujeitamentos.

(Idem: 22)

Essa rede de poderes, deveres e assujeitamentos, que compõem o campo do controle social (exercido nas sociedades modernas a partir da centralidade do Estado, mas existente em maior ou menor grau em todo e qualquer tipo de ordenamento social), insiste em se manter. Entretanto, agora, em contextos caracterizados pelo ímpeto democrático, exigindo destes poderes padrões mínimos de negociação e ou de aceitabilidade social, ancorados, em grande medida nos discursos que defendem a ampliação dos direitos e a consolidação, em bases mais firmes, da cidadania.

Do ponto de vista sociológico, portanto, os processos sociais constituem-se por intermédio de mecanismos de dominação social, revestidos por formas de violência que tendem a se apresentar como 'legítimas' (notadamente nos regimes democráticos); compondo um quadro de negociação que busca preservar o poder estatal exercido.

Se isto não for feito, este poder poderá sofrer desgastes que acabariam por atingir a própria base de sustentação dos chamados regimes democráticos.

2.2 O ESTADO-NAÇÃO

Os países Latino-Americanos têm vivido processos de implantação político-democráticos que, por sua vez, têm se consolidado em sociedades marcadas por desigualdades sociais substantivas; construídas no bojo das relações de dominação, histórica e socialmente instituídas.

Este processo parece criar um caldo cultural que vivencia proposições muitas vezes tensas, situadas entre o tradicional e o moderno. A tensão que envolve este processo coloca a questão do poder dos Estados no bojo de relações sociais que estão em permanente tensão e negociação, gerando avanços e recuos.

Este tema é analisado por Grossi Porto (2000) que resgata em Weber importantes contribuições históricas no que se refere aos estudos sobre a consolidação das sociedades capitalistas, bem como sobre a legitimação do poder político dos modernos Estados-Nação.

Para a autora (Grossi Porto: 2000), a importância dos estudos desenvolvidos por Weber constituiu-se justamente em mostrar os dilemas ligados à manutenção do poder, por parte dos Estados modernos, alicerçados na manutenção e legitimação do uso da força. Tema que, assim entende-se, está diretamente vinculado ao papel a ser desempenhado, nas modernas sociedades democráticas, pelas polícias; já que nenhuma forma de poder pode deixar de justificar suas ações.

De acordo com Grossi Porto (2000), quando Weber estabeleceu a noção de monopólio da força física legítima, chamada por este de violência legítima, como atributo definidor do Estado, deixou claro que o que está em disputa é o poder. Este é caracterizado pelo autor como toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências (WEBER: 1998).

No entanto, para Weber, o conceito de poder seria um conceito 'sociologicamente amorfo', visto que todas *“as qualidades imagináveis de uma pessoa e todas as espécies de constelações possíveis podem pôr alguém em condições de impor sua vontade”*, numa dada situação (Weber, 1998: 33). Por isso, enfatizou o conceito de dominação, ou seja, a *“probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis”* (Idem: 33), por entender que este retratava melhor as formas adotadas historicamente pelo poder político (pelo Estado).

Weber afirma que a dominação se efetiva quando há *“alguém mandando eficazmente em outros”* (Weber, 1998: 33-4, e 1974: 97-9), no contexto de uma associação ou no de um quadro administrativo; sendo uma *“associação de dominação”* a submissão por parte dos membros desta associação *“a relações de dominação, em virtude da ordem vigente”*.

Já a *“associação política”* surge quando há *“contínua ameaça e aplicação de coação física, por parte do quadro administrativo, num determinado território geográfico, com o objetivo de preservar esse território e manter a vigência de suas ordens”* (Idem 1998: 33-4 e 1974: 97-9).

Ainda segundo Grossi Porto (2000), a noção de legitimidade, consolidada por Weber, está ligada à noção de monopólio. Este, por sua vez, se estabeleceu como prolongamento da ideia de administração da escassez, diante de contextos sociais caracterizados por situações de tensão, de conflitos, de disputas, de lutas pela hegemonia.

O Estado, e de modo mais amplo a política visariam o monopólio dos bens

da dominação, no sentido da restrição diante do controle sobre bens, materiais ou simbólicos; impedindo sua livre circulação diante da busca por um controle social possível diante dos diferentes valores existentes, de modo a se manter um mínimo de ordem social.

Grossi Porto salienta que em Weber o monopólio da coerção legítima exercida pelo Estado apresenta uma conotação positiva, uma vez que serviria como condição para a desprivatização da violência, concentrando-a e racionalizando-a no interior do aparelho do Estado (2000).

A ausência desse monopólio configuraria, ao contrário, o arbítrio, a vigência de privilégios, a presença de uma violência difusa, disseminada no todo social, controlada por algum ordenamento social particularista, incompatível com as possibilidades de se falar em valores universais, tais como os da igualdade e da cidadania.

Na perspectiva do controle social, isto representa um elemento de suma importância, já que se apresenta como um movimento legítimo, ou seja, autoimposto por parte dos variados grupos sociais, mediante a crença compartilhada de valores universais, subsumindo os elementos constitutivos do poder e da dominação.

O percurso dessas análises mostra que, em Weber, o desenvolvimento dos Estados, no contexto das sociedades modernas, apresenta a capacidade de adotar, paulatinamente, uma prerrogativa reguladora, doutrinadora, complexa, ao concentrar poderes e instituições antes dispersas e concorrentes entre si.

Este movimento trouxe a necessidade da presença de um aparelho que detivesse o monopólio da coerção física legítima, papel que vai ser exercido pelas polícias, enquanto agentes “disciplinadores” da sociedade. Assim, realiza-se a tarefa de controlar e unificar os objetivos do Estado perante a sociedade civil (o que Foucault, por sua vez, caracterizou como sendo a perspectiva descendente¹¹ do poder).

11 Para Foucault (1985a), as teorias jurídicas do Soberano, que teriam seu marco em Maquiavel e teriam procurado dotar de habilidades os príncipes para que estes conservassem seu reinado, procuram marcar descontinuidades entre o poder do príncipe e as outras formas de poder. Já as teorias da arte de governar, datadas dos séculos XVI e XVIII, apregoam que a arte de governar se dá por meio da relação de exterioridade que o principado estabelece para com as demais formas de governo. Esta relação de exterioridade adotaria uma perspectiva ascendente e outra descendente. A ascendente se reportaria ao fato de que quem quer governar o Estado deve, antes de tudo, saber governar a si mesmo (moral), aos seus bens (economia) e ao seu patrimônio (política). A descendente diz respeito ao fato de que quando o Estado é bem governado as demais instâncias de poder saberão também governar dentro de suas respectivas instâncias (exemplo é o pai de família). Isto faria com que os indivíduos se comportassem da forma desejada.

Para Weber, a racionalização crescente das sociedades ocidentais modernas incrementou modelos administrativos baseados no uso cada vez mais intensivo da burocracia, da ciência e da disciplina. Estes seriam os elementos que distinguiriam o próprio capitalismo dos modelos de sociedades anteriormente desenvolvidas.

Deste modo, encontramos em Weber uma análise que trata os processos disciplinares como elementos importantes para a constituição das sociedades modernas, no bojo do desenvolvimento da ciência, da técnica, da racionalização e da burocratização crescente dos aparatos institucionais. Para ele, a disciplina trata-se da *“probabilidade de encontrar obediência pronta, automática e esquemática a uma ordem, entre uma pluralidade indicável de pessoas, em virtude de atividades treinadas”* (WEBER, 1998: 33).

Esta leitura, construída em uma configuração geopolítica específica, a da Alemanha de finais do século XIX e início do século XX, aponta para aspectos positivos presentes no processo de consolidação do Estado Moderno (racional-legal) que acabaria por se generalizar, sendo figura bem vinda diante da desintegração política até então vivenciada por alguns países da Europa.

Bourdieu (2005), numa perspectiva mais crítica, indica outros elementos que teriam acompanhado a consolidação do Estado moderno. Para ele, a influência deste se faria presente notadamente no domínio da produção simbólica; representando justamente a universalização da presença deste mesmo Estado por sobre a totalidade dos grupos sociais.

Em Bourdieu,

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo – e, em particular, do mundo social – supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências. Durkheim – ou, depois dele, Radcliffe-Brown, que faz assentar a solidariedade social no facto de participar num sistema simbólico – tem o mérito de designar explicitamente a função social - no sentido do estruturo-funcionalismo – do simbolismo, autêntica função política que não se reduz à função de comunicação dos estruturalistas. Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação – conforme a análise Durkheimiana da festa. Eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição

da integração moral (BOURDIEU, 2005a: 09-10).

Tal processo passaria tanto pelas estruturas objetivas quanto pela produção de subjetividades, ou seja, pelas estruturas mentais (enquanto esquemas de percepção e pensamento), produzindo uma leitura que tende a naturalizar algo que, na verdade, é histórico (Bourdieu, 2005: 96-97-98).

Bourdieu, dessa forma, analisa a questão do Estado sob o ponto de vista da construção da gênese e da estrutura do campo burocrático, nas sociedades modernas. Alerta para o fato de que, para se pensar o Estado não se deve assumir os pressupostos e ou as categorias analíticas produzidas e garantidas pelo próprio Estado (2005: 91). Chama a esta precaução metodológica de dúvida hiperbólica (2005: 92).

De acordo com Bourdieu, o Estado surgiu como resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital: força física (exército, polícia), econômico, cultural (informação) e simbólico. Sendo dotado, por isto, de uma espécie de metacapital (p. 99), compondo o campo do poder, ou seja, o jogo em que detentores de diferentes tipos de capital lutam particularmente pelo poder sobre este Estado (Estado que teria realizado a concentração do poder simbólico).

Como Weber, Bourdieu entende que o Estado se fez acompanhar da concentração no campo da força física (exército e polícia). Por meio desta, as instituições com mandato para garantir a ordem foram progressivamente separadas do mundo social, mantendo um mandato oficial, centralizado e disciplinado, claramente identificado pela sociedade (2005: 100).

De igual modo, este processo foi acompanhado pela unificação do espaço econômico (criação do mercado nacional) por meio de eficientes procedimentos fiscais. Daí o imposto de Estado que apareceu no último decênio do século XII, na Europa. Este se desenvolveu vinculado ao crescimento das despesas de guerra, tornando-se, pouco a pouco, “obrigatório”, “regular” e “sem limite de tempo [...]” aplicado de modo indistinto a “todos os grupos sociais” (2005: 101), trazendo consigo uma lógica econômica específica. Esta se fundamenta sobre o imposto sem contrapartida, transformando o capital econômico em capital simbólico.

Tal procedimento é exemplificado pelo uso “burocrático” dado às “despesas públicas”, que passou a gerir o Estado impessoal, tal como o conhecemos hoje

(2005: 101-102), depois de um período em que formas de cobrança de impostos existiram num contexto caracterizado pelo que o autor chamou de guerra interna. Esta foi gerida pelos agentes do Estado diante das resistências dos súditos que, pouco a pouco, passaram a se descobrir como contribuintes (2005: 102).

Este processo de concentração e centralização foi possível graças à construção do espírito nacionalista (que gerou a questão em torno da unificação e da defesa do território), um recurso importante utilizado para a consolidação paulatina do reconhecimento dos impostos oficiais; trazendo consigo, também, a concentração das informações, da qual o capital cultural é uma dimensão (2005: 104-105).

O Estado, deste modo, contribuiu para a unificação do mercado cultural, ao centralizar todos os códigos (jurídico, linguístico, métrico), e também ao realizar a homogeneização das formas de comunicação, especialmente a burocrática (mediante formulários impressos).

Por meio dos sistemas de classificação (idade e sexo) inscritos no Direito, bem como dos procedimentos burocráticos, das estruturas escolares e dos rituais sociais, o Estado moldou as estruturas mentais. Além disso, impôs princípios de visão e de divisão comuns, bem como formas de pensar (principalmente através da universalização da escola, que ocorre desde o séc. XIX) (2005: 105-106).

Desta forma, se impôs universalmente uma cultura dominante, constituída sob a forma de cultura nacional legítima (2005: 106). No entanto, advertiu Bourdieu, a unificação nacional e linguística se fez acompanhar da imposição da língua e da cultura dominantes (tidos como legítimas), bem como pela rejeição de todas as outras culturas como indignas, remetendo os que não tinham acesso a essa universalização a uma particularidade.

Como a universalização das exigências, assim distribuídas, não se fez acompanhar da universalização do acesso aos meios de satisfazê-las, acabou favorecendo tanto a monopolização do universal, por alguns, quanto o esbulho dos demais (que se encontrariam, então, de certa maneira mutilados em sua humanidade) (2005: 106-107).

Do ponto de vista da análise jurídica, Bourdieu salienta que o Estado, ao concentrar em si o exercício do poder simbólico (objetivado e codificado pelo capital jurídico), possibilitou a este desenvolver-se na forma de um capital específico, com uma lógica própria, distinguindo-se da concentração efetivada pelos capitais militar e

financeiro.

Este capital jurídico, advindo de um contexto caracterizado num primeiro momento pela dispersão, acaba, pouco a pouco, se instaurando por toda a sociedade, por meio da “justiça real” (2005: 108). Esta, por sua vez, se apoia nos interesses específicos dos juristas (que passam a representar o interesse pelo universal), vinculados ao Estado.

O processo de concentração do capital jurídico se fez acompanhar pela constituição do campo jurídico, autônomo, com a respectiva constituição do corpo jurídico (organizado e hierarquizado). Como exemplo deste processo tem-se a criação, no século XIV, do ministério público, encarregado da perseguição por ofício (2005: 109).

Para Bourdieu, a concentração do capital jurídico é um aspecto, ainda que central, de um processo mais amplo de concentração do capital simbólico sob suas diferentes formas. Este é caracterizado pela possibilidade, por parte do detentor do poder estatal, de nomear, fazendo com que as antigas honrarias estatutárias fossem substituídas pelas honrarias atribuídas pelo Estado (2005: 110-111).

Ao enunciar com autoridade que um ser, coisa ou pessoa existe em verdade – veredicto – em sua definição social legítima – é o que está autorizado a ser, o que tem direito a ser, o ser social que ele tem o direito de reivindicar, de professar, de exercer – por oposição ao exercício ilegal – o Estado exerce um verdadeiro poder criador, quase divino, que retira de cena a necessidade de se conhecer o princípio das coisas (2005: 114).

Deste modo, para Bourdieu, a formação do Estado Moderno se fez acompanhar por uma violência simbólica e por um arbitrário cultural, o qual passa a ser legitimado muito fortemente pelo capital jurídico. Daí a presença marcante do saber jurídico nos cursos de formação de policiais militares.

Foucault, por sua vez, analisa a formação do Estado moderno a partir do que denomina de tecnologias de poder:

A primeira diz respeito à tecnologia do poder disciplinar, que busca normatizar a ação e a intenção dos indivíduos diante das necessidades trazidas com o capitalismo, caracterizando-se pela busca de novas formas de regulação social e de individualização desta regulação.

A segunda refere-se ao biopoder (FOUCAULT, 2008a), que se volta para o governo não apenas dos indivíduos, por meio de certo número de procedimentos disciplinares, mas para o conjunto dos seres vivos, constituídos por meio da população, e que, mediante os poderes locais, ocupam-se da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade, etc., uma vez que estas questões passam para o campo das preocupações políticas.

Se o poder disciplinar passa pela consolidação do que Foucault chama de anátomo-política, buscando tornar os corpos politicamente dóceis e economicamente úteis; para o mesmo autor, o biopoder vai se caracterizar, a partir de fins do século XVIII e início do XIX, como a típica forma de racionalidade política advinda do liberalismo.

É preciso registrar que, para Foucault, a ‘razão de Estado’, mesmo tendo buscado o desenvolvimento de seu poder por meio do crescimento do próprio Estado, não teria se fixado neste. Ou seja, não poderia ser deduzida dos aspectos econômicos e ou jurídicos (ainda que estes acompanhassem esta nova conformação social), pois se apresentaria como uma tecnologia de poder que tomaria para si a questão da população, com seus traços biológicos e patológicos particulares. Assim, leva-se em conta que a própria vida seria suscetível de ser controlada a fim de assegurar uma melhor gestão da força de trabalho.

A biopolítica, num primeiro momento, está ligada à *Polizeiwissenschaft*, isto é, à busca pela manutenção da ordem e da disciplina, atreladas ao crescimento do Estado (ligadas, em termos de política externa ao campo diplomático; e em termos de política interna à polícia). Mas teria avançado para outra fase, através da qual a dicotomia Estado/sociedade civil dá lugar a uma economia política da vida em geral.

Neste sentido, temos um ‘último Foucault’ (1985, 2001, 2006) que concebe os processos de subjetivação como mecanismos éticos dispostos diante das formas de poder que se insinuam enquanto processos de objetivação (de assujeitamento) da própria vida.

Análises que são importantes para a presente tese, uma vez que concebemos, de uma parte, o poder/saber soberano (caracterizado pelo conteúdo jurídico), bem como o poder/saber disciplinar (caracterizado pelas Ciências Humanas e embasado na questão dos direitos humanos), como elementos que delimitam formas específicas de assujeitamento e ou de conformação profissional, por parte dos policiais militares.

De outra parte, os ‘exercícios’ disciplinares, que perfazem o cotidiano das escolas de polícia militar, atuam também enquanto formas de sujeição do comportamento dos policiais em formação. Condição que põe, num certo sentido, para estes, a necessidade de escolherem que postura profissional adotarão, dentre os vários elementos que sedimentam o seu fazer profissional.

A análise mais específica da questão jurídica, a quem Foucault chama de saber soberano (do Estado), é feita a partir da análise da influência das práticas sociais sobre as formas de subjetividade (2003: 11). Estas se consolidaram também por meio das práticas judiciárias, através das quais a sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber e relações entre homens e a verdade (Idem: 11).

Ressaltamos que, para Foucault, na senda de Nietzsche, o conhecimento foi inventado, não estando em absoluto inscrito na natureza humana. Deste modo, para ele, não haveria algo como um germe do conhecimento humano (Idem: 16).

Da mesma forma, Foucault ressalta que assim como entre o instinto e o conhecimento não existiria uma continuidade, mas uma relação de luta, de dominação, de subserviência; também entre o conhecimento e as coisas que o conhecimento tem a conhecer não poderia haver nenhuma relação de continuidade natural, mas de violência, de dominação, de poder e de força, de violação (Idem: 18). O que faz desaparecer o sujeito em sua unidade e soberania (Idem: 19), uma vez que não haveria algo como a continuidade que iria do desejo ao conhecer, do instinto ao saber, do corpo à verdade (Idem: 19-20).

Neste sentido, Foucault se separa da visão marxista que mantém a ideologia enquanto marca (enquanto estigma), dentro das condições políticas ou econômicas de existência (disposta diante de um sujeito de conhecimento) que, de direito, deveria estar aberto à verdade (Idem: 26-27).

Percebemos que Foucault busca mostrar, ao contrário, como, de fato, as condições políticas, econômicas de existência não são um véu ou um obstáculo para o sujeito de conhecimento, mas aquilo através do qual se formam os sujeitos de conhecimento, e, por conseguinte, as relações de verdade (2003: 27).

Foucault adverte que com Platão iniciou-se a construção de um grande mito: àquele que prega que existiria uma antinomia fundamental entre saber e poder, *“quando o que existe é uma relação entre ambos, uma vez que aonde há saber há uma luta pelo poder”* (2003: 50-51).

Em Foucault, temos:

Relações políticas que se estabeleceram e se investiram profundamente na nossa cultura, dando lugar a uma série de fenômenos que não podem ser explicados a não ser que os relacionemos não às estruturas econômicas... Mas as relações políticas que investem toda a trama de nossa existência (p. 30-31).

Em termos de história do Ocidente, e, segundo esta perspectiva, observamos, basicamente, três formas de regulamentação judiciária:

A primeira constituiu-se com base na confrontação das partes envolvidas no 'litígio', para ver quem estaria com a verdade. Uma verdade que se faria presente durante a disputa, dispensando a promulgação de uma sentença.

Não haveria, aqui, testemunhos sobre a verdade, mas sobre a regularidade do processo (2003: 53-62). De igual modo, a prova não servia, neste momento, para nomear ou localizar quem teria dito a verdade, mas para estabelecer que o mais forte tivesse a razão (2003: 62).

A segunda compõe-se por intermédio do 'pastor', ou seja, de uma testemunha do litígio, bem como da inserção de novos procedimentos de aferição da verdade: Como produzir a verdade? Em que condições? Que formas observar? Que regras aplicar? (2003: 54).

A arte de persuadir, desenvolveu-se, então, como forma de se obter a vitória pela verdade, bem como se desenvolveu um novo tipo de conhecimento, por testemunha, por lembrança, ou seja, por meio do inquérito (2003: 54).

Ainda segundo Foucault, o inquérito surge a partir do século XII, na Europa, quando da separação entre diferentes poderes, no rol de uma 'justiça' que se impõe por sobre os indivíduos diante de suas contestações; marcando a figura do 'procurador', ou seja, do representante do soberano (2003: 65-66). Desenvolveu-se também neste processo a noção de infração, não no sentido de dano que um indivíduo teria causado a outro indivíduo, mas ao soberano (2003: 66); o que faz com que o Estado exija uma reparação (2003: 67).

O inquérito, neste sentido, conforme Foucault estaria envolto por uma origem religiosa (maneira de gerir, vigiar e controlar as almas) e por uma origem Estatal (olhar sobre os bens e sobre as riquezas, os corações, os atos, as intenções) (2003: 71).

O inquérito é precisamente uma forma política, uma forma de gestão, de exercício de poder que, por meio da instituição judiciária, veio a

ser uma maneira, na cultura Ocidental, de autenticar a verdade, de adquirir coisas que vão ser consideradas como verdadeiras e de as transmitir: O inquérito é uma forma de saber/poder (2003: 78).

No fim do século XVIII e início do XIX, com o desenvolvimento da sociedade disciplinar têm-se a reforma, a reorganização do sistema judiciário e penal desenvolvido nos diferentes países Europeus e do mundo (2003: 79).

Os sistemas penais se modificam uma vez que se insurge uma concepção que passa a entender que não pode haver infração antes da existência da Lei (2003: 80), de modo que uma Lei penal deve simplesmente representar o que é útil para a sociedade (2003: 81). E ainda de que o crime não é algo aparentado com o pecado ou com a falta, mas é algo que danifica a sociedade: um dano social, um incômodo para toda a sociedade (2003: 81), e, além disso, de que o criminoso é àquele que danifica, que perturba a sociedade (é o inimigo social, um inimigo interno) (2003: 81).

A Lei penal, aqui, visa à perturbação causada à sociedade (2003: 81), tendo como foco reparar o mal ou impedir que males semelhantes possam ser cometidos contra o corpo social.

Foucault mostra que neste período surgem quatro propostas, modalidades, de aplicação da Lei penal: A primeira (advinda das ideias de Beccária, Bentham) se refere à deportação do 'criminoso'; a segunda remete-se à humilhação (menosprezo, condenação) que deveria se infringir ao condenado; a terceira se volta à reparação do dano causado à sociedade, por meio de trabalhos forçados; a quarta propõe-se impedir a repetição do dano (atuando sobre a vontade dos indivíduos), o que seria feito por meio da ideia de Talião, ou seja, por meio do 'olho por olho, dente por dente'.

No entanto, estas ideias não foram colocadas em prática, sendo substituídas pela utilização indiscriminada da prisão (2003: 84). Tal direcionamento explica, segundo Foucault, o nascimento da prisão, que surge no início do século XIX como uma instituição de fato, quase que sem justificação teórica (2003: 84), distanciando-se do projeto teórico direcionado à reforma da penalidade do século XVIII.

Neste momento, a legislação penal do século XIX vai se desviando, pouco a pouco, do viés que pregava a utilidade social das penas, dirigindo-se aos indivíduos (p. 84), agora, com o intuito de reformar psicologicamente e moralmente suas

atitudes e comportamentos.

Subjaz a este processo uma leitura que nos informa que estes procedimentos não poderiam ficar unicamente ao encargo da justiça, mas ligados também a uma série de outros poderes laterais (à margem da justiça), tais como a polícia e toda a rede de instituições de vigilância, bem como as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas, que trabalhariam no sentido da correção dos comportamentos (2003: 85/86).

Temos, com isto, a efetivação do terceiro modelo de regulamentação judiciária, ou seja, o exame (não mais o inquérito ou a prova), por meio do qual vai se instituir por sobre os indivíduos uma vigilância permanente, de modo a verificar se estes se conduzem ou não como devem, conforme ou não à regra, em torno da norma, do que é normal ou não, correto ou não, do que deve ou não fazer (2003: 88).

Se as análises de Bourdieu nos auxiliam no sentido de verificarmos de que modo o 'capital' judiciário se consolidou enquanto forma de legitimação do poder soberano (enquanto capital simbólico, inclusive); as análises de Foucault nos mostram de que modo outros saberes/poderes têm adentrado o universo que compõem o campo da segurança pública, mantendo o modelo formativo dos policiais dentro dos cânones do uso da força, no rol de uma leitura que se volta para o 'combate à criminalidade' e dentro do padrão de conduta esperado pela sociedade capitalista, ou seja, mais na direção dos crimes praticados contra o patrimônio do necessariamente para os crimes contra a pessoa.

As escolas de polícia, por sua vez, também acabam por receber a influência destes poderes/saberes, uma vez que as mesmas 'atravessam' os corpos e mentes dos futuros policiais, por meio da imposição de normas de ação e de exercícios corporais embasados num corpo doutrinal e disciplinar (com predominância, insistimos, no uso da força).

O Estado, deste modo, acaba atuando enquanto um dispositivo que, de forma semelhante à prisão, parece ir de encontro aos discursos humanistas que defendem a presença do Estado (notadamente do Democrático de Direito) enquanto 'o ente' regulador das relações sociais e mantenedor da segurança pessoal dos cidadãos (e que garantiria, dentre outras coisas a ressocialização dos indivíduos desajustados).

A polícia, enquanto instrumento deste dispositivo, tende a atuar dentro de

limites bem precisos, podendo chegar ao ponto de desrespeitar os direitos humanos e sociais promulgados. A exemplo disso, podemos citar os casos em que manifestações sociais (tumultos sociais) promulgados por grevistas, manifestantes, são vistas como ações que coloquem em risco a segurança do Estado.

Nestas situações, quando a polícia é chamada à ação, esta atua em nome do Estado, para a defesa do Estado e, conseqüentemente, contra a população. Fato que pode ser observado desde o século XIX, em países como a Inglaterra, por exemplo. Quando a polícia atuava com o intuito de combater os tumultos operários, típicos da época, a partir da leitura que tomava a estes enquanto ‘crimes políticos’ (ou de classe), que estariam colocando em ‘cheque’ a segurança do Estado.

Neste contexto, para Foucault, a prisão, por sua vez, tende a produzir e demarcar o controle sobre a delinquência, instituindo uma relação que se autoalimenta por conta da relação que se estabelece entre a polícia, a própria prisão e a delinquência.

A prisão, para Foucault (2004), então, não é a materialização de uma penalidade diante de um ato infracional cometido, mas sim a positivação de saberes que demarcam uma espécie humana ‘criminógena’.

Deste modo, a relação ilegalismos-Lei prevaiente, consolidada pelo olhar policial, no bojo da supremacia do direito penal e processual penal, passa a operar baseada em instrumentos, como o da ‘biografia’ do criminoso e ou do delinquente. Mecanismo que institui uma forma (postura) de atuação policial que encarna o papel de ‘braço forte da Lei’ e ou do Estado.

Deste modo, analisar a questão da consolidação do Estado Moderno, principalmente àquele que se deu no interior de realidades sócio-históricas, como as que caracterizaram países como o Brasil, nos leva a pensar na construção de uma situação específica. Isso porque a ocupação territorial e a consolidação das relações sociais (desde a época dos ‘descobridores’ europeus) se deram enquanto processos de exploração e de submissão da cultura local, outorgadas por elementos que, no bojo das ciências sociais, têm sido caracterizados pelos conceitos de patrimonialismo e de clientelismo.

Para Sorj (2000: 13), o conceito de patrimonialismo foi largamente utilizado pelos estudiosos de países como o Brasil para caracterizar a apropriação privada dos recursos públicos (do Estado). Elemento que, para parte considerável destes estudiosos, caracteriza um tipo de sociedade contrária à sociedade liberal clássica,

onde o Estado encontrar-se-ia separado do mercado, em que as burocracias funcionariam de acordo com regras universais (burocráticas e racionais). E, ainda, onde o governo expressaria mais apropriadamente os projetos apresentados pelos representantes políticos advindos da sociedade civil.

Neste sentido, tal conceito passou a ser atrelado a traços culturais que caracterizariam as denominadas sociedades 'atrasadas'.

O autor, entretanto, adverte para o fato de que este conceito deve ser utilizado não como forma de se classificar o que diferenciaria, essencialmente, as ditas sociedades 'desenvolvidas' das sociedades 'atrasadas', mas como forma de apreender histórica e culturalmente as metamorfoses próprias a cada país; conforme estas apresentam suas formas de articulação entre os poderes econômicos e políticos (SORJ, 2000).

Para o autor, os elementos constitutivos do patrimonialismo encontraram-se presentes, em maior ou menor grau, em todas as sociedades, designando as diversas formas de distribuição desigual de riqueza e de poder, presentes em todas elas, variando apenas em seu grau de intensidade (SORJ, 2000).

No caso brasileiro, este fenômeno está ligado mais especificamente a questões como a da desigualdade social, à histórica impunidade de suas elites bem como ao abandono dos setores mais pobres da população (caracterizada, em grande medida, pela população não-europeia e ou não escolarizada).

Ressaltamos estas análises por entendermos que os traços históricos enraizados nas sociedades da América Latina (ressalvadas as especificidades de cada país) caracterizados por meio de conceitos como o de patrimonialismo¹², perduram e continuam exercendo pressões nos padrões de sociabilidade em vias de democratização. Assim, conformam um padrão social que, se comparado ao Europeu, não vivenciou as etapas constitutivas da consolidação dos Estados Modernos. Estados que destituíram as demais instâncias de poder, locais e feudais, bem como as eclesiásticas; estabelecendo, ainda, a clara demarcação, no campo educacional, entre o religioso e o laico.

Por aqui, os traços sociais que predominaram não foram os da

12 Na acepção de Sorj, ou seja, enquanto uma leitura que se diferencia daquela tradicional, que vê no patrimonialismo o efeito da apropriação privada do "universal" (como se este alguma vez tivesse existido), dos "bens públicos"; fazendo-nos esquecer que o que existe é um arbitrário cultural e político, justificado por instâncias de saber como o direito.

institucionalidade histórico-cultural que acompanhou a consolidação burguesa, com as respectivas formas de operacionalização burocrático-rationais, mas sim aquelas rarefeitas no bojo da garantia da desigualdade social, bem como dos privilégios herdados pelos que ocuparam o território. Assim, demarcou-se a apropriação econômica, política e cultural, caracterizada pela violência (física e simbólica) diante da população nativa e pela violência difusa que demarca as formas de sociabilidade contemporâneas.

A violência, na primeira acepção, é entendida como um conceito diferenciado do conceito de crime. Isso porque se faz representar por características próprias. Pensa-se que se o crime é algo que vai contra os padrões de sociabilidade, aceitos e institucionalizados, sendo combatido por meio da ação policial e por meio do código penal e processual penal; a violência é algo que se liga à cultura geral, sendo 'aceita' por determinada população (sociedade) como mecanismo de interação social.

As violências difusas (uma vez que temos várias formas de violência, e não uma só), segundo Tavares dos Santos (1995; 1999a), são as diferentes formas de violência presentes em cada um dos conjuntos relacionais. Tais formas estruturam o social e podem ser explicadas ao se compreender a violência como um ato de excesso, qualitativamente distinto, que se verifica no exercício de cada relação de poder presente nas relações sociais de produção do social.

Estaria subjacente a esta leitura, portanto, a ideia de força ou de coerção como representando um dano que se produz em outro indivíduo ou grupo social, seja pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero ou a uma etnia, a um grupo etário ou cultural.

Neste sentido, caracterizaram a violência social contemporânea a força, a coerção e o dano causados a outrem, por meio de um ato de excesso presente nas relações de poder. Tanto nas estratégias de dominação do poder soberano quanto nas redes de micropoder existentes entre os grupos sociais.

Tais elementos nos parecem ainda limitar a criação de um espaço político, de um poder policial e mesmo de um poder judicial (bem como de uma burocracia pública) que possam efetivar uma integração e uma sustentação para a consolidação de um Estado de bem estar social, que assegure, conforme aponta Sorj, padrões sustentáveis, requeridos pela população e propalados pelo Estado, em termos de educação, saúde, empregabilidade, renda e segurança física (2000: 120-

121).

Mesmo que não se possa desconsiderar o imenso avanço que a sociedade brasileira tem apresentado, em termos de índices sociais, no período recente de sua história (notadamente nos dois mandatos do presidente Luis Inácio Lula da Silva), e através do qual mais de 30 milhões de pessoas saíram da “zona de pobreza” e entraram na ‘classe com poder de consumo’; não se pode afirmar que isto tenha solidificado um padrão societário que possa minimizar as diversas formas de violência intergrupala, interpessoal, bem como as diversas formas de desigualdade (principalmente em termos escolares e ou de acesso a uma vida melhor, numa perspectiva continuada) ainda existentes em nosso meio.

2.3 DO ESTADO-NAÇÃO AO CONTEXTO GLOBAL

Talvez por conta deste caldo cultural sedimentado por imposições arbitrárias, com as respectivas formas de manutenção de extremas desigualdades sociais que, por sua vez, constituem situações cotidianas que se explicitam, notadamente em países como o Brasil, por meio de profundas fissuras sociais embasadas na consolidação e na manutenção de diferenciações (etno-raciais, salariais, etc) e na personalização de distinções sociais; tenhamos solidificado fenômenos sociais como os da violência difusa, enquanto formas de comunicações sociais destrutivas.

Tais elementos se contrapõem às formas de sociabilidade sustentadas por autores como Elias, uma vez que este teria analisado o processo societário instituído no bojo da consolidação dos Estados modernos (o processo civilizador), levando em conta a implantação de formas administrativas e culturais que acabaram por superar as primitivas formas de violência interpessoal, transformando a questão da agressividade dos indivíduos¹³.

Processo que contribuiu para inculcar nesses indivíduos um maior autocontrole sobre suas paixões e medos, instituindo um movimento tendencial no sentido da pacificação social.

¹³ Consolidada a partir dos investimentos nas formas de controle social, caracterizadas por sua vez pela monopolização dos meios de emprego da força física, bem como dos meios de consumo e de produção.

Daí, Elias (1993: 201) dizer que

A monopolização da violência física, a concentração de armas e homens armados sob uma única autoridade, torna mais ou menos calculável o seu emprego e força os homens desarmados, nos espaços sociais pacificados, a controlarem sua própria violência mediante precaução ou reflexão.

Esta perspectiva humanista, que parece ter defendido a consolidação de formas de autocontrole, tipificando modelos de sociedades civilizadas e pacificadas manteve-se ligada à consolidação dos modernos Estados democráticos de direito, trazendo consigo, dentre outras características a questão da cidadania.

No entanto, é preciso que nos lembremos que o movimento histórico que trouxe à cena a questão da cidadania (embasada, por sua vez na *igualdade e na liberdade de direitos*) foi o mesmo que trouxe os pressupostos elencados pela revolução Inglesa de 1688, Americana de 1776, e Francesa de 1789. Não por acaso chamadas de revoluções burguesas.

Neste sentido, o Estado-nação, ao qual está vinculado o conceito de cidadania, passa a ser a instituição política, e jurisdicional, que dará legitimidade à nova ordem sócio-econômica e cultural.

A legitimação deste processo se consolida, em grande medida, através das teorias do contrato social que, desde Hobbes (1974; 1992), buscam justificar a soberania a partir da necessidade de defender-se o pacto social construído em nome da segurança e da paz. Assim, superando o medo generalizado que existia anteriormente, diante de um estado de natureza que colocava em risco a vida de todos. Daí a necessária presença de um Estado forte, coercitivo e legal.

Na esteira desta defesa, John Locke (1973) define a cidadania mediante a relação fundamental que se estabelece entre esta e a propriedade privada, bem como entre estas e a classe que a reivindicava, ou seja, a burguesia, como modo de preservar-se a si própria, a sua liberdade e propriedade, uma vez que o objetivo final que levaria os homens a “unirem-se em sociedades políticas e submeterem-se a um governo é, portanto, a conservação de sua propriedade” (LOCKE, 1998: 495).

Para esta linha de discurso, a propriedade privada e o progresso são resultados do trabalho individual (o que, em tese, justifica a desigualdade inata entre os homens).

É em Tocqueville (1973; 1998), que vemos as dicotomias presentes neste modelo, quando este, ao estudar os costumes e a organização política dos cidadãos estadunidenses, aponta para a liberdade existente naquele país. Liberdade que teria contribuído para caracterizar a Constituição Americana em moldes mais democráticos do que os encontrados, inclusive, na Inglaterra.

Entretanto, Tocqueville ressalta, por outro lado, que este contexto não está imune aos perigos e riscos colocados para a organização dos partidos, para as instituições comunais (que passavam então a ser alvo de novas formas de poder local) (Op. Cit. 1973: 202), bem como diante do favorecimento, reservado pelas leis promulgadas, aos ricos (Op. Cit. 1973: 200). O que abriria espaço para a tirania (Op. Cit. 1998: 296), que só seria combatida através de uma imprensa forte.

A igualdade, tida por Tocqueville como um dos principais instrumentos para a consolidação de uma sociedade próspera, é apontada (Op. Cit. 1998: 7) também como um fenômeno também existente na América em maior proporção do que na própria Inglaterra. Entretanto, reservada aos descendentes dos europeus, ou seja, aos homens brancos e “civilizados”.

Se somarmos a esta abordagem as leituras de Rousseau (1973a), outro contratualista, veremos que a ênfase na universalização dos direitos, na consolidação da cidadania e da democracia, promulgadas enquanto remédios para os males sociais, nem sempre foram analisadas sob um ângulo otimista.

Para este autor, a sociedade instituída pelo contrato teria se estabelecido a partir de uma condição existencial, colocada pelos e para os homens, caracterizada pela fraqueza, pelo medo, pela subserviência e pela perda da força e da coragem (por isso, para ele, erroneamente defendida como um ato benéfico para todos).

Neste sentido, as desigualdades sociais estabelecidas no rol do contrato social (com o consentimento dos homens, a partir de convenções sociais estabelecidas), debruçar-se-iam por sobre os privilégios de alguns em detrimento de outros. Diante deste quadro, Rousseau se propôs realizar um trabalho através do qual pudesse:

Assinalar, no progresso das coisas, o momento em que, sucedendo o direito à violência, submeteu-se a natureza à lei; de explicar porque encadeamento de prodígios o forte pode resolver-se a servir ao fraco e o povo a comprar uma tranquilidade imaginária pelo preço de uma felicidade real (ROUSSEAU, 1973b: 241).

São conhecidas as passagens da obra de Rousseau que versam sobre o fato de que a soberania do povo não poderia ser delegada para representantes, sem que o primeiro perdesse sua condição de liberdade e, conseqüentemente, sem que a delegação da 'vontade geral' se transformasse em escravidão (Rousseau, s/a: 24-25).

A instauração desta 'escravidão' foi definida por Rousseau a partir das seguintes assertivas

O mais forte não é nunca assaz forte para ser sempre o senhor, se não transformar essa força em direito e a obediência em dever [...]. Uma vez que homem nenhum possui uma autoridade natural sobre seu semelhante, e, pois que a força não produz nenhum direito, restam, pois as convenções como base de toda autoridade legítima entre os homens [...]. Renunciar à própria liberdade é o mesmo que renunciar à qualidade de homem, aos direitos da Humanidade, inclusive aos seus deveres [...]. Enfim, não passa de vã e contraditória convenção estipular, de um lado, uma autoridade absoluta e, de outro, uma obediência sem limites [...]. (ROUSSEAU, s/a: 24-26).

Assinalamos, aqui, a importância dada ao trabalho, no bojo das perspectivas teóricas voltadas à defesa do contrato social, pelo fato de este ser visto como o elemento que representa, em síntese, a ruptura efetuada diante do estado de natureza, fundamentando o princípio da liberdade individual e da propriedade (somente alcançadas após a efetivação do contrato).

Esta postura, aliada a uma racionalidade instrumental técnica¹⁴, acaba por justificar a expropriação da terra, a subordinação, a escravidão e, até mesmo, o extermínio dos que representam obstáculos para o alcance destes objetivos¹⁵.

A relação entre polícia/control social/Estado se explicita melhor diante das análises que nos mostram que, no bojo de teorias como a do contrato social, desenvolvidas com o intuito de justificar as formas de racionalidade tidas como

14 Conforme salientaram os pensadores da escola de Frankfurt e que teria por características determinar o uso dos meios naturais em função dos fins orientados para a produtividade e o progresso.

15 Tese largamente defendida por autores, como Engels, a partir de uma perspectiva ligada ao materialismo histórico. Apontando, entre outras coisas, para o fenômeno da violência que teria caracterizado o nascimento do Estado moderno, por meio da apropriação privada, por parte da classe burguesa, dos frutos do trabalho desenvolvido pela classe trabalhadora (Engels, In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich: 7-143).

universais¹⁶, temos na verdade uma realidade composta por arbitrários culturais.

Neste sentido, o modelo democrático de direito, que acabou por se consolidar em sociedades como a brasileira (e ousaríamos afirmar, também a paraguaia), manteve traços societários caracterizados, segundo Ribeiro (2001: 65-66) por uma leitura que vê a cidadania enquanto elemento necessário à consolidação do Estado. Um elemento, porém, que não se fez acompanhar pela defesa da justiça social.

Neste sentido, prevaleceu a percepção acerca da cidadania enquanto processo de participação da sociedade civil, por meio do sistema representativo. Do mesmo modo, prevaleceu um modelo de cidadania voltado para os indivíduos que têm acesso ao conhecimento (o que teria contribuído, dentre outras coisas, para a exclusão dos que não têm acesso aos bancos escolares).

Trata-se ainda de um modelo que entende a cidadania enquanto base da vida política das cidades (*do burgo*), em detrimento do campo, consolidando formas de divisão entre os civilizados e os não civilizados, o homem e a mulher, o adulto (produtivo) e o velho (não produtivo), o branco europeu (educado, civilizado, limpo), e o advindo de outras culturas (tidas como subdesenvolvidas, incivilizadas e ou atrasadas).

Uma concepção que transformou, enfim, a educação como pressuposto para a implantação do modelo de cidadania liberal, sendo cada vez mais propalada, mas não estendida, efetivamente, para a maioria da população (com raras exceções) fora do eixo europeu¹⁷.

Autores como Fedozzi (1997), por sua vez, ao refletirem sobre o modelo de formação social e político de países como o Brasil, apontam para a existência de uma cultura profundamente autoritária presente nas instituições nacionais.

Tal cultura é caracterizada pela concepção tutelar do poder, composta pela primazia do Estado por sobre a sociedade e pela ausência total da noção de

16 Instâncias simbólico-culturais delimitadas pelo poder do Estado moderno.

17 O Brasil tem avançado, nos últimos anos, em termos de universalização da educação primária. No entanto, várias formas de avaliação internacional (que buscam comparar os modelos educativos) mostram as fraquezas de nosso modelo educacional, principalmente nas áreas da matemática e língua portuguesa. Da mesma forma, vivenciamos uma crise no ensino médio, pois os níveis de evasão são enormes e o efetivo alcance da formação fornecida por este nível educacional tem deixado muito a desejar, no sentido de fornecer a qualificação profissional a que os jovens brasileiros buscam e ou precisam para disputar uma vaga no mercado de trabalho.

contrato social (no sentido da manutenção da ordem social e política). O que pressupõem o reconhecimento do outro como sujeito portador de direitos. Elementos, estes, que no caso da Europa, parecem ter acompanhado os movimentos revolucionários burgueses.

Cultura que parece, também, ter encontrado dificuldades no sentido de distinguir o espaço público do espaço privado, caracterizando-se pela inexistência da noção republicana que, mais uma vez, parece ter acompanhado a consolidação das modernas democracias modernas europeias.

Cultura, por fim, e ainda segundo Fedozzi, que teria mantido a dualidade, no caso brasileiro, entre o país real e o país formal, denotando a esquizofrenia entre os níveis institucional (burocrático/legal), e o social. Esquizofrenia explicitada pelo conhecido 'jeitinho' brasileiro.

Além deste contexto mais específico, presente em alguns países da América Latina, e para o qual chamamos a atenção para demarcar os níveis de racionalidade aqui existentes (que teriam carregado consigo as condições 'ideais' para o desenvolvimento das mais diversas formas de violência), é notório o fato de que as formas de institucionalidade que foram historicamente consolidadas por conta do modelo civilizatório instituído com o moderno Estado democrático de direito (burguês e liberal), estão passando por mudanças recentes (datadas de fins do século XX e caracterizadas enigmaticamente pela queda do muro de Berlim). Estas também trouxeram consigo mudanças nos padrões de organização sociais gestados dentro do modelo do Estado-nação.

Fato que teria gerado traumas, do ponto de vista da justificativa dada pelos Estados diante da atuação no campo da manutenção da coerção física legítima, frente aos efeitos desencadeados, nos mais diversos países, por conta de processos sócio-históricos como os da globalização e do neoliberalismo.

Com a globalização, que ficou mais conhecida pelos efeitos econômicos que suscitou a partir da consolidação do modelo do capitalismo financeiro, da telemática e da crescente influência das mídias, passamos a conviver com a retomada do discurso liberal no sentido da defesa do *modus vivendi* advindo da sociedade estadunidense.

Neste sentido, valores como os da superioridade do indivíduo por sobre o coletivo, mantiveram-se e ou até se acirraram (por meio do hedonismo e do pragmatismo), bem como parecem ter guiado, nos moldes liberais, a universalização

dos direitos como corredores de entrada no mundo civilizado (capitalista e democrático).

Além disso, e por sua vez, os efeitos trazidos com o neoliberalismo, que reforçou a defesa da redução do Estado diante das questões sociais, fizeram-se sentir nos mais variados espaços e instituições sociais, notadamente nos ambientes de trabalho, por meio da implementação do que ficou conhecido como reestruturação produtiva.

Esta, por sua vez, se não afetou os trabalhadores do setor público (do qual fazem parte os policiais militares) na mesma proporção com que atingiu os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), acabou por consolidar, entretanto, em países como o Brasil uma cultura de desconfiança e ou mesmo de 'perseguição', por exemplo a que acabou sendo gerada pelo governo do então presidente da República, Fernando Collor de Mello. Este adotou (Moura, 1990: 55) um discurso (e uma prática), por meio do qual combateu o que entendia ser uma das causas do atraso e da ineficiência do Estado brasileiro: o corporativismo (a ineficácia e inoperância deste), e o inchaço presente em setores do serviço público.

Da mesma forma, passou-se a criticar o modelo de desenvolvimento brasileiro (baseado na substituição de importações), tido como não competitivo e não produtivo, por não condizer com a nova realidade mundial. Realidade caracterizada pela competitividade bem como pela abertura de mercado (Idem: 29).

Na mesma direção, surgiu a proposta de reforma do Estado, viabilizada pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio do Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE). Este deu continuidade, em certa medida, àquela leitura que acusava o Estado Brasileiro pela sua ineficácia (reforçando a crítica anteriormente dirigida aos funcionários públicos), propondo, dentre outras coisas, a privatização de setores produtivos¹⁸ (NEVES, 2005).

18 Não por acaso, a partir da década de 90 do século XX, conforme apontou Sorj, passam a predominar nas ciências sociais análises que se voltam para a privatização do Estado brasileiro, a globalização dos mercados e o neoliberalismo como ideologia do modo de produção capitalista. Esta demarcação histórica atinge também os policiais, uma vez que pesquisas (da década de 90) apontam para a existência de problemas de saúde, encontrados na categoria, tais como a baixa autoestima (pesquisa de saúde dos policiais).

No bojo deste processo, se insurge a economia política neoliberal, proposta inicialmente por um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos (entre eles Popper e Lippman). Estes, em 1947, reuniu-se com o austríaco Hayek e o norte americano Friedman com o objetivo de se contraporem ao surgimento do Estado de Bem Estar Social, de viés Keynesiano.

Nas décadas de 50 e 60, do século XX, o grupo elaborou um projeto econômico e político que atacava o Estado-Providência. Afirmou que este destruía a liberdade dos cidadãos e a competição (sem as quais não haveria prosperidade sustentável). Na década de 70, com a crise do crescimento econômico e as altas taxas de inflação, o grupo alcançaria enorme prestígio, bem como suas explicações acerca do surgimento da crise financeira, por meio da leitura que apontava que os sindicatos seriam os responsáveis pela elevação dos encargos sociais e pelos gastos insustentáveis, por parte dos Estados. O que, segundo eles, teria desencadeado os estrondosos processos inflacionários (CHAUÍ, 1999: 3).

É importante lembrarmos, mesmo que brevemente, que este projeto tomou corpo a partir dos governos Thatcher, na Inglaterra (1979), e Reagan, nos EUA (1980), por meio do ataque aos sindicatos e a qualquer tipo de atuação intervencionista, por parte dos Estados, diante da crise vivenciada.

Neste momento, passam a ser adotadas, em grande medida, as premissas defendidas por Friedman e seu grupo, que retomam a discussão acerca dos elementos fundamentais da democracia liberal, dentre eles os que estariam relacionados com a questão da liberdade entre o campo econômico e o político, vistos na acepção que busca manter a exata proporção de sua independência.

Neste sentido, Friedman (1985: 18-19), afirma que

O tipo de organização econômica que promove diretamente a liberdade econômica, isto é, o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, nesse sentido, permite que um controle o outro [...] Não conheço nenhum exemplo de uma sociedade que apresentasse grande liberdade política e que também não tivesse usado algo comparável com um mercado livre [...].

Todos estes fatores, que teriam atuado no sentido do enfraquecimento da atuação social por parte de grande parte dos Estados, trouxeram, mais especificamente para o campo da Segurança Pública, embates ligados, em grande

medida, à discussão sobre a legitimação social do controle social, que parece ter se encaminhado para a adoção de posturas penalizantes, com um teor mais severo, e não no sentido de se efetivarem ações que se contrapusessem diante do esfacelamento de significativa parcela da população, encontrada notadamente em países como os da América Latina.

Esta postura, reacionária, parece também não ter contribuído para repensar o modelo de atuação profissional policial, uma vez que este se manteve hierarquizado, militarizado e incapaz de lidar com as novas formas de sociabilidade criminosas, tais como as que passam a ser gestadas pelo crime organizado, os crimes pela internet, etc.

Talvez como pano de fundo de uma discussão voltada à questão do Estado e de seu papel diante dos efeitos desintegradores trazidos com a globalização e o neoliberalismo, a contestação da truculência e ou da violência do fazer policial tornou-se o foco das propostas de reforma direcionadas ao campo da segurança pública, notadamente em países que passaram, recentemente, por processos de redemocratização.

Lembramos que este emaranhado de questões se explicita na década de 80 do século XX, quando surgem, justamente, novos desafios para os Estados, no sentido de estes serem capazes, efetivamente, de garantir os direitos constitucionalmente promulgados, bem como o de combaterem de forma eficaz o crescimento das mais variadas formas de violência e de criminalidade que se disseminam pelo espaço social.

E qual seria este contexto? Segundo Ianni (1999: 11-52), um contexto caracterizado por determinadas conformações conjunturais que se avolumaram e que teriam se tornado visíveis, justamente, a partir da década de 80 do século XX, consolidando uma mudança na estrutura global das sociedades em proporções até então desconhecidas.

Alguns pontos centrais desta mudança foram demarcados por acontecimentos como a Primeira e a Segunda Guerra mundiais, a grande depressão econômica (deflagrada com a quebra das bolsas de Nova Iorque), a Guerra Fria e a já citada queda do muro de Berlim (ocorrida no fim da década de 80 do século XX).

O mundo, conforme Ianni, se transformou diante destes acontecimentos, notadamente diante da ausência da tradicional bipolaridade política mantida pelas duas superpotências mundiais: URSS e EUA.

Tal mudança estabeleceu uma nova agenda geopolítica, alicerçada pelas disputas entre os países capitalistas desenvolvidos; pelo desafio colocado aos EUA no sentido de manter sua hegemonia; pelo aparecimento, nas agendas dos países desenvolvidos, agora dispostos diante de um mundo globalizado, de temas como os da migração, violência e discriminação.

Ao largo dos avanços tecnológicos que persistiriam, tornou-se explícita a permanência da precariedade das condições de parcela significativa de trabalhadores, no mundo, representada emblematicamente pelo trabalho escravo e pelo subemprego.

Esta nova realidade, caracterizada por um mundo capitalista hegemônico (EUA), passou a compor novas formas de estruturação do poder, de decisão e de influência que anunciaram problemas para os Estados-Nação, uma vez que as mudanças substantivas na forma com que as sociedades se configuravam, passaram a atingir os processos de organização da sociedade civil, girando fortemente em torno de questões como direitos humanos, narcotráfico, proteção do meio ambiente, dívida externa, saúde, educação e meios de comunicação de massa.

Neste sentido, assuntos econômicos, políticos e culturais tornam-se de interesse global, acirrando a crítica diante da tímida atuação de organismos internacionais, como a ONU, que parecem não corresponder às expectativas depositadas nestas no sentido de serem capazes de equilibrar o jogo político internacional, bem como de evitar os conflitos armados entre os países e ou regiões do globo.

Para Ianni, a globalização representou um processo que deixou de lado continentes quase que inteiros como a África, bem como uma parcela significativa da América Latina. Além disso, fez com que diversos países adotassem procedimentos como a liberalização do comércio e a privatização de empresas nacionais, mudando a forma e o desempenho dos mercados, tornando acalorados os debates entre os defensores da economia planificada e os do mercado livre.

Enquanto isso, países até então sem grande importância no contexto internacional passam a se destacar, como a China, a Índia e os Tigres Asiáticos.

No campo da cultura, no rol destas transformações, generalizaram-se os pacotes de informações, de entretenimento e de ideias, a partir da instantaneidade dos novos meios de imagem e de som, tornando lentos os antigos veículos de

informação, tais como os jornais.

Formaram-se linguagens globais alicerçadas na cultura eletrônica, fazendo surgir a cultura internacional popular, enquanto processo de produção, estilização ou pasteurização de modos de vida. Essas linguagens foram desenvolvidas com o intuito de apresentar as diversas mercadorias produzidas de forma palatável para diferentes públicos.

A propaganda passa a carregar de significados as mercadorias, trazendo consigo valores de uso e de troca, emitindo mensagens/recados que povoam o imaginário social, através dos padrões de comportamento que incitam ideias, modos de ser, sentir e imaginar.

Estas estratégias contribuem fortemente para a constituição e ou para a reconstrução da subalternidade de indivíduos, grupos, classes, etnias e até mesmo de sociedades inteiras.

Ianni ressalta que a sociedade global trouxe, como uma de suas características fundamentais, a intensificação das desigualdades e dos traumas sociais, contribuindo também para se intensificassem as dicotomias entre culturas, etnias e grupos, ao mesmo tempo em que universalizou o conteúdo de sua globalidade (calcada na supremacia do capitalismo enquanto 'única via').

Para Castoriadis (1992: 22-31), a globalização, ou melhor, o que denominou de era do conformismo generalizado, consolidou, enquanto modelo de sociabilidade, questões como a do 'individualismo e a da despolitização', no bojo de processos histórico-sociais como os trazidos pelas duas guerras mundiais e pelo surgimento institucionalizado do totalitarismo; pela derrocada dos movimentos operários e pelo declínio da crença absoluta, mitologizada, no progresso científico; pelo estabelecimento, em termos de ações coletivas com viés político, de uma espécie de desencantamento e ou de esfriamento.

Para Castoriadis (1992), todos estes fatos contribuíram para que, a partir das décadas de sessenta/setenta do século XX, os movimentos sociais entrassem num período de inação, quase que em colapso, uma vez que pareceram não mais apresentar alternativas viáveis diante dos poderes e da lógica instituídos.

Ainda segundo Castoriadis (1992), este contexto trouxe consigo o arrefecimento dos ideais sociais, bem como dos discursos ideológico-políticos, já que os socialistas têm seu discurso esvaziado e os economistas (liberais) entram numa espiral analítica caracterizada pela repetição.

A ciência, por sua vez, manteve seu avanço. Entretanto, sem angariar crenças generalizadas sobre seu potencial emancipatório. A partir da segunda metade do século XX, ainda conforme Castoriadis, intensifica-se a perspectiva (política e cultural) que passa a enaltecer o 'pluralismo e o respeito da diferença', glorificando o ecletismo e a perda de valores comuns.

Enquanto isso, no que tange mais especificamente ao já citado mundo do trabalho, novas tecnologias e novas formas de gestão passam a ser aplicadas, num contexto que parece acirrar a distância entre aqueles poucos que obtêm bons salários e a massa que exerce ocupações desqualificadas, desprestigiadas e ou mal-remuneradas, conforme atestam os estudos de autores como Cattani (1996: 30-31).

O mesmo movimento traz consigo, ainda no campo das relações de trabalho, o aumento da carga horária dos que trabalham, contrariando as estimativas que apontavam na direção da redução da mesma, tendo em vista a utilização cada vez mais intensa da tecnologia nos ambientes produtivos.

De igual modo a monotonia, o ritmo, o tempo e a disciplina exacerbam-se por sobre os trabalhadores formais. Sob o signo emblemático do toyotismo, passamos a ouvir falar em mortes no trabalho por exaustão¹⁹.

Por conta destes fatos, adverte Cattani, cresce a instabilidade e a incerteza quanto ao futuro, por parte dos trabalhadores, bem como os problemas de saúde mental e de sofrimento psíquico.

Todo este contexto remete a um momento de crise vivenciado pelo poder Estatal e, conseqüentemente, pelas polícias, notadamente no que toca ao monopólio da coerção física legítima.

Ao mesmo tempo, proliferam discursos e práticas que buscam legitimar seu papel e adentrar nos cursos de formação policial, com o intuito de dotar os mesmos de novas características, em nome da democracia e da profissionalização das polícias, com base nos direitos humanos e no respeito às diferenças: sociais, étnicas, de gênero, etc.

19 O Japão é o caso típico.

2.4 A MODERNIDADE TARDIA COMO O HORIZONTE ANALÍTICO PARA A INTERPRETAÇÃO DO MOVIMENTO SOCIETÁRIO CONTEMPORÂNEO

A crise que se apresenta ancora-se no enfraquecimento dos referenciais que deram sustentação, nos últimos séculos, às sociedades ocidentais, e que giravam em torno de questões como a crença inabalável na ciência como fonte de desenvolvimento e de superação das obscuridades; na racionalidade como processo de compreensão e proposição de modelos de sociedade; na humanidade existente dentro dos homens e mulheres; na certeza da perpetuidade e ou da continuidade histórica no sentido da evolução humana.

Este ‘mal-estar’ é caracterizado a partir do conceito de modernidade tardia que, segundo autores como Giddens, representa, dentre outras coisas, o rompimento do “referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações muito maiores e impessoais”, em que “o indivíduo se sente privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança oferecido em ambientes mais tradicionais” (GIDDENS, 2002: 38).

Neste sentido, formas de sociabilidade embasadas pelo padrão familiar e no bojo da tradição, conformando uma estabilidade no sentido da formação dos hábitos e costumes, passam por mudanças significativas, perdendo muito de sua capacidade de gerar coesão social. Segundo Giddens, estas seriam características típicas de uma crise que atinge o que denomina de “instituições casca”, ou seja, “aquelas que se tornaram inadequadas para as funções que são chamadas a desempenhar” (2005: 28).

A própria democracia passa por paradoxos, uma vez que, de um lado, passa a ser incorporada por um número cada vez maior de países. De outro lado, perderia a adesão voluntária das populações, que demonstram descrença nas instituições políticas e nas suas promessas em prol da universalização da igualdade, da justiça e do bem-estar. Para Giddens (1991: 61-64), o capitalismo, o industrialismo, a vigilância social²⁰ e o controle dos meios de violência²¹ consolidam as quatro

20 Que passaria tanto pela supervisão direta dos indivíduos e grupos sociais através das prisões, escolas e locais de trabalho, apontadas por Michel Foucault; quanto e, principalmente, pela supervisão indireta, por meio do controle da informação, apontada por Gilles Deleuze.

21 Que consiste no monopólio, por parte dos Estados, do controle armamentista e da industrialização da guerra, inaugurada com as guerras nucleares.

dimensões predominantes nas sociedades da modernidade tardia.

Baumann (1998: 7-11) analisa as características predominantes nas sociedades atuais, que chama de pós-modernas, com base no sentimento de mal-estar predominante e que representa justamente as instabilidades e incertezas que passam a girar em torno da ideia de liberdade individual, eleita como valor supremo. Isto diferencia, de forma significativa, o sentimento vivenciado pelas comunidades contemporâneas daquele vivenciado pelas comunidades típicas das sociedades modernas, em que ainda prevalecem os ideais de beleza, pureza e ordem. Neste sentido, para Baumann, a espontaneidade, o desejo e o esforço individual passam a ser os grandes balizadores comportamentais dos indivíduos situados nas sociedades atuais. Por isso, para ele, pós-modernas.

O mal-estar contemporâneo está situado, então, na falta de segurança pessoal, na instabilidade e na conseqüente falta de certezas e crenças duradouras. Isto porque a busca pelo prazer imediato pouco tolera as intervenções e ou as interferências externas, seja por parte da família, da religião, do trabalho ou do Estado. As conseqüências deste processo, segundo Baumann, estão ancoradas em práticas que se voltam para a desregulamentação e privatização do que até então era tido como público e social, em nome do destino individual.

Por sua vez, Touraine (2006: 86-87) visualiza as sociedades contemporâneas tendo em vista o paradoxo que se situa entre, de um lado, o que chama de elementos positivos, fundantes da modernidade, e que agiriam como mantenedores da coesão social, tais como a crença na razão e no reconhecimento dos direitos universais dos indivíduos. Estes elementos são classificados, por Touraine, como não sociais. De outro lado, situam-se o que chama de elementos negativos, embasados nas várias propostas de modernização.

Nota-se que Touraine distingue modernidade de modernização que, com as diversas formas de imposição de valores, normas, formas de autoridade, definição de estatutos e de funções, acabaram por desgastar-se, perdendo a capacidade dinamizadora e gerando a crise atual das sociedades. Deste modo, perdendo espaço para forças²² como a violência, o mercado, a guerra e o medo.

22 Que Touraine define mais uma vez como não sociais.

2.5 AS DEMOCRACIAS E O CRESCIMENTO DAS VIOLÊNCIAS DIFUSAS NO HORIZONTE DA MODERNIDADE TARDIA

É possível caracterizar, estruturalmente, os efeitos da modernidade tardia no paradoxo situado, de um lado, pela crença e pela valorização da democracia, ancoradas no papel a ser desempenhado pelas instituições (dentre elas as da segurança pública) na busca pela ordem e pela paz social. De outro lado, pela descrença, pelo desencantamento e pela frustração diante dos Estados no sentido de atenderem aos anseios das populações.

Esta ambivalência se aprofunda em sociedades como a brasileira e a paraguaia, em que o 'Welfare State' nunca foi implementado. Realidades que desafiam a capacidade dos Estados-Nação no sentido de manterem a paz e a ordem sociais.

Podemos pensar os efeitos deste processo para as instituições da área da segurança pública, notadamente no que se refere à formação dos policiais, se pensadas dentro da perspectiva da sociologia da conflitualidade, que ressalta a ampliação das novas formas de violência e criminalidade.

É o que vai faz Wieviorka (1997: 5-41), ao mostrar a crise de identidade vivenciada por várias nações diante das diásporas mundiais, como também o acirramento da exclusão social e da indiferença, o crescimento do pânico moral diante do que passou a ser chamado de raças perigosas, não mais 'classes perigosas', e os processos de demonização do outro, constitutivos da postura adotada no final do século XX e início do século XXI por grupos terroristas. Segundo Wieviorka (1997), estas questões tomaram corpo a partir de quatro dimensões sócio-históricas que caracterizaram as sociedades nos últimos trinta anos.

A primeira dimensão é caracterizada pelo sistema internacional pós-guerra fria, por meio da proliferação de conflitos regionalizados e localizados que trouxeram à tona a globalização da violência, através das redes de narcotráfico, de contrabando, e também por meio das máfias e do crime globalmente organizado²³.

A segunda dimensão é caracterizada pelo enfraquecimento dos Estados nacionais. Se Max Weber aponta, de forma positiva, para a consolidação da atuação do monopólio legítimo da força física por parte dos Estados, centralizadores e

²³ Relacionado com o tráfico de drogas e com o comércio ilegal de armas.

racionalizados; contemporaneamente, estarmos vivendo o enfraquecimento dos Estados-Nação. Isso contribuiu para o crescimento das atividades ilícitas. Realidade que permitiu a proliferação da violência ilegítima, exercida por agentes policiais e militares, em que também atores privados passam a ser chamados à cena e começam a utilizar-se da força para 'resolver' os conflitos diários.

Neste contexto, a ideia de nação, de coletividade nacional, como também de reconstrução de outras identidades, como, por exemplo, as de gênero e as étnicas passam a acirrar os conflitos entre as diversas culturas. Além disso, os Estados perdem legitimidade porque não conseguem atender às diversas carências da população, decorrentes da crise fiscal, e gerou a consequente diminuição das atividades do Welfare State²⁴.

A terceira dimensão se caracteriza, mais precisamente, pelo progresso industrial que não se converteu em bem-estar populacional. A “perda da centralidade do trabalho na vida das pessoas” e as trajetórias de exclusão, caracterizadas pelo desemprego, trabalho precário, bem como pelo enfraquecimento dos sindicatos e das relações profissionais tradicionais, criam uma situação propícia ao desencadeamento de atos transgressores.

Por fim, a quarta dimensão caracteriza-se pela disseminação do individualismo, desenvolvido em contextos em que a negação da existência, a exclusão e a perda de sentido passam a tomar corpo, gerando práticas violentas. Essas práticas se intensificam através de ações globais, advindas da delinquência juvenil, dos fanatismos religiosos, dos sectarismos raciais, enquanto projeções de si ou enquanto reforço identitário.

Esta ambiência, caracterizada como “cultura do narcisismo²⁵”, por meio da qual a experiência de impotência e de desamparo é levada a tal ponto que torna conflitante e extremamente difícil a prática da solidariedade social, resulta em ações violentas em que o homem pode criar o “impensável, o inimaginável”.

Na mesma direção, Caldeira (2000) mostra que o crescimento das formas de violência e de criminalidade são elementos que caracterizam o que também chama

24 Acrescentaríamos a estas análises de Wiewiorka, neste ponto, a 'crise' financeira vivenciada, a partir do ano de 2009 pelos EUA, e que passou a ser 'sentida' em inúmeros países, dentre eles os Europeus.

25 Narcisismo representa a situação resultante da angústia face à impotência, quando o Ego ativa mecanismos de preservação, de afirmação do “mínimo eu” diante da necessidade de sobrevivência, conforme apontou Christopher Lash (1986).

de modernidade tardia. O autor aponta para o fato de que estaríamos vivendo num modelo de urbanização sociopática, através do qual centros deteriorados e bairros periféricos, habitados por populações vulneráveis, convivem ao lado de bairros cercados por aparatos de segurança privada (os condomínios fechados).

Além disso, segundo Taylor (1999: 110), estão crescendo os territórios dominados pelo “crime organizado” e, no mesmo sentido, a privatização dos espaços de comércio, que se utilizam cada vez mais de aparatos de segurança privadas (colocando em xeque a capacidade dos Estados, em termos de garantir a segurança da população). Também se instituiu a desigualdade social e espacial, a violência cotidiana nas ruas e a violência no espaço escolar²⁶.

Diante deste quadro, as antigas instituições disciplinadoras, como a família, a escola e os ambientes de trabalho, parecem perder seu potencial no sentido de atuarem como agências de controle social.

Ressaltamos que, diante deste processo, a questão do controle social e, mais precisamente da segurança pública, notadamente nas democracias em fase de amadurecimento, como as que encontramos no Brasil e no Paraguai passam a ser tratadas como temas de suma importância, conforme aponta Lechner (2002: 47-48), uma vez que o debate sobre a democracia passa a girar em torno da segurança e ou da demanda de ordem.

2.6 O CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA E AS REVIRAVOLTAS NO CONTROLE SOCIAL

Segundo Baumann (1998; 1999) e (Baumann, apud Alvarez, Gauto e Salla, 2006), as proposições colocadas para e pelo campo da segurança pública, de forma geral, diante dos efeitos desintegradores da globalização, avançaram no sentido da reorganização da questão do controle social, com base no acirramento das políticas de punição.

Bauman associa o papel exercido pelas prisões de segurança máxima, valorizadas neste período e nas quais os presos permanecem a maior parte do dia sem direito a trabalho e lazer, a uma estratégia política de contenção dos

26 O Bullying seria o exemplo.

marginalizados. Neste sentido, a “prisão é a forma última e mais radical de confinamento espacial” (Idem: 114, apud Alvarez, Gauto e Salla, 2006).

Para Baumann, a globalização radicalizou a dissolução dos laços sociais, esvaziando a perspectiva de uma sociedade fundada na ética do trabalho. Por isso, o acirramento de uma postura criminal que surgiu como nova estratégia voltada, dentre outras coisas, para a garantia da acumulação de capital, diante de um contexto não mais demarcado pela busca da regeneração do criminoso (diante da virtude do trabalho), mas pela imobilização dos mesmos em poucos metros quadrados, em instituições que, se antes eram o marco disciplinar da sociedade, agora não passam de fortalezas que paralisam os miseráveis indóceis.

No mundo das finanças globais, os governos detêm pouco mais que o papel de distritos policiais superdimensionados; a quantidade e qualidade dos policiais em serviço, varrendo os mendigos, perturbadores e ladrões das ruas, e a firmeza dos muros das prisões assomam entre os principais fatores de ‘confiança dos investidores’ e, portanto, entre os principais dados considerados quando são tomadas decisões de investir ou de retirar um investimento (Idem: 128, apud ALVAREZ, GAUTO e SALLA, 2006).

Neste sentido, podemos afirmar que a globalização não apenas alterou as relações econômicas, ao estreitar as distâncias e homogeneizar a paisagem mundial, mas foi igualmente acompanhada por mudanças consideráveis no perfil do Estado. O que aconteceu, num primeiro momento, em países desenvolvidos, como a Inglaterra e os EUA, onde o Estado de Bem-Estar Social implantado depois da Segunda Guerra Mundial passa a ser o alvo de políticas neoliberais, que propõem uma reformulação que coloque este mesmo Estado nas dimensões minimamente necessárias. Temos, assim, a passagem do Estado-Providência para o Estado-Policial.

No bojo deste processo, no campo da Segurança Pública (a partir do sistema de justiça criminal), cresce a cultura criminalizante que surge com as profundas mudanças que, segundo apontou Garland (2001: 2), ocorreram a partir da década de 70 do século XX. No rol dessas mudanças, as sociedades do ocidente passam a entender o crime por meio de um intrincado processo simbólico, colocando-o como um verdadeiro teste para a ordem social e para as políticas governamentais.

O crime se torna, então, um desafio para a sociedade civil, para a

democracia e para os direitos humanos. Conforme Garland, na modernidade tardia se consolida o que denomina de obsessão securitária, que torna as políticas criminais mais rigorosas em relação às penas e menos tolerantes em relação aos criminosos. Há trinta anos, afirma o autor, em países como EUA e Inglaterra, essa tendência seria totalmente insuspeita²⁷.

Também com base no conceito de modernidade tardia, Garland concebe um distintivo padrão de relações sociais, econômicas e culturais que trouxeram consigo um aumento significativo das percepções sociais acerca dos riscos, inseguranças e problemas de controle social. Estes passam a configurar um padrão específico de respostas ao crime, tais como as que apoiam a implantação das políticas criminais (independente dos altos custos envolvidos neste processo), bem como da penalização máxima e das excessivas taxas de encarceramento.

Cabe ressaltarmos que Garland visualiza os conceitos de 'crime' e de 'justiça criminal' com base no entendimento de que estes elementos fazem parte de um conjunto de eventos, práticas, leis e instituições que se relacionam com a lei penal e com o funcionamento da justiça criminal, mostrando a especificidade deste campo, bem como as mudanças pelas quais este teria passado nos últimos 30 anos.

Leis penais e instituições são sempre propostas, discutidas, legisladas e operadas por meio de códigos culturais definidos. Elas são estruturadas em linguagens, discursos e num sistema de signos que corporificam significados culturais específicos, distinções e sentimentos que devem ser interpretados e entendidos quando se quer tornar inteligível o sentido social e aquilo que motiva a punição. Dessa forma, mesmo que alguém queira discutir que interesses econômicos e políticos formam a base determinante das políticas penais, esses 'interesses' devem, necessariamente, operar por meio das leis, linguagens institucionais e categorias penais que estruturam e organizam as ações penais (GARLAND, 1995: 198).

Para o autor, as criminologias da era do *Welfare State* tendem a assumir a perfectibilidade do homem, a ver o crime como o signo de um processo incompleto de socialização, bem como a perceber o Estado enquanto àquele que deve assistir aos que foram privados das condições econômicas, sociais e psicológicas

27 Os dois países compartilharam intrigantes similaridades em suas práticas criminais, a despeito da divisão racial, das desigualdades econômicas e da letalidade violenta que demarcariam fortemente o cenário americano.

necessárias para o adequado ajustamento social e para o desenvolvimento de uma conduta respeitadora da lei.

Já as teorias do controle, por sua vez, formaram uma visão mais obscura a respeito da condição humana, ao assumirem que os indivíduos são fortemente atraídos para condutas antissociais e criminais, a menos que sejam impedidos por formas severas e efetivas de controle, bem como veriam na autoridade da família, da comunidade e do Estado estratégias de imposição de restrições e de limites.

Deste modo, se “a velha criminologia caminha na direção do bem-estar e da assistência, a nova reforça os controles e a aplicação da disciplina” (GARLAND, 2001: 15). Para o autor (Idem, 2001), entretanto, essa mudança de paradigma criminal não deve ser compreendida apenas como uma resposta diante do aumento das taxas de criminalidade ou do medo a elas direcionado, tampouco como resultado de um debate intelectual que se voltou para um ou outro lado, ou ainda como resultado unilateral da vitória dos conservadores (tanto nos EUA de Reagan quanto no Reino Unido de Thatcher). Mas sim a partir da mudança nas políticas de controle do crime, como também nos sentimentos públicos e em outras tendências que lhes dão apoio, causadas por amplas transformações históricas, econômicas e sociais que marcaram as últimas décadas do século XX.

Estas transformações se consolidaram juntamente com as mudanças econômicas em curso, que, por sua vez deram lugar à economia de serviços, as taxações regressivas e aos salários estagnados, bem como ao enfraquecimento dos sindicatos e ao aumento do exército de reserva, de subempregados e desempregados. O que constituiu uma sociedade clivada por formas de ressentimento, de conflito e de deterioração do senso de identidade e ou de destino compartilhados.

Dessa forma, temos, segundo Garland, uma sociedade marcada por dramáticas mudanças na estrutura familiar, como também pelo crescimento dos subúrbios segregados, pelo império da televisão e da comunicação de massa, pelo declínio das comunidades tradicionais e pela mudança dos padrões de autoridade. Uma sociedade marcada, ainda, pelo crescimento da criminalidade, por novos padrões de alienação, isolamento, necessidade e mobilidade.

Este momento histórico se caracterizou pela entrada, nos debates políticos e no processo eleitoral, da temática do controle do crime, acirrando o populismo através do qual se passa a oferecer soluções fáceis para o problema. O que dá

ensejo para que as inquietações e receios da população passem a influenciar o processo de formulação de políticas criminais (uma vez que para parcela significativa da população dos mais variados países, em termos de matéria penal, nada parece funcionar).

Todas essas mudanças levaram ao fortalecimento de uma perspectiva 'reacionária', na qual o problema do crime passou a ser visto não mais a partir do sentido de solidariedade e dos direitos humanos, mas enquanto fraturas ocorridas na ordem social.

Essa visão passa a coexistir com programas neoliberais que preconizam a cooperação entre Estados e agências privadas na definição de estratégias de prevenção da criminalidade, bem como em termos de um maior investimento econômico nas áreas de segurança empresarial e doméstica.

A situação ambivalente que, segundo Garland (Idem: 138), emergiu da crise da modernidade tardia é o resultado de uma cultura ambígua e de uma complexa máquina estatal que se confrontou com suas próprias limitações. Desse modo, políticas punitivas duras, fundadas na expressão 'lei e ordem' passaram a conviver enigmaticamente com estratégias preventivas e ou com parcerias ampliadas.

Passeti (2003) chama a atenção para este movimento, quando afirma que as transformações sociais contemporâneas, ancoradas na globalização e no neoliberalismo e que instituem a crise da ambiência social, analisadas por meio de conceitos como o de modernidade tardia, foram acompanhadas por transformações em nível dos Estados que, ao abandonarem o projeto de implementação do Bem-Estar Social, acabaram rearticulando os mecanismos e instituições assistencialistas e ou filantrópicos, no entanto, dentro da lógica da exclusão.

Para Passeti,

O Estado não investe mais na formação do corpo produtivo. Agora ele necessita do corpo produtivo já agenciado: sua inteligência, participação contínua e defesa democrática. Aos demais, parece não haver nada mais a fazer senão disponibilizá-los para filantropias de múltiplas ordens. O estado, então, existe como agenciador produtivo ao lado das empresas e organizações não governamentais para administrar corpos desnecessários, trazendo para o centro das controvérsias a ética da fraternidade (2003: 32).

Diante deste contexto, se fortalece a crença de que o "crime é uma decisão

pessoal, não uma doença". Esta postura, de acordo com Garland, apoia a ficção necessária que, embasada na economia de mercado, coloca a prosperidade e a pobreza como realizações individuais e não como condicionantes de raças, classes ou gêneros. O que reforça a visão que prega que nenhuma pessoa é responsável diante das dificuldades enfrentadas por outras, nem tampouco obrigada a confrontar as deficiências estruturais do sistema.

Wacquant (2001), na mesma direção, aponta para o processo que se consolidou nos Estados Unidos no final do século XX, tomando corpo na Europa a partir da expansão das ideologias dos conservadores norte-americanos, e que se volta para a criminalização da miséria e dos miseráveis, enquanto resultado do desmantelamento das políticas de assistência social voltadas aos mais pobres.

No bojo da doutrina de 'tolerância zero', retorna à cena o recrudescimento da ação policial e das sanções penais para os mais diversos tipos de conduta tidos como inadequados diante dos códigos de comportamento vigentes.

No processo de transição do Estado-providência para o Estado penal, os recursos destinados à assistência social sofrem uma redução na exata proporção em que os recursos destinados ao sistema carcerário e policial aumentam. Tudo isso apoiado por uma mudança nas concepções que transformaram a imagem daqueles que são beneficiários das políticas sociais em pessoas dependentes, ou seja, enquanto parasitas do Estado social.

[...] a excessiva generosidade das políticas de ajuda aos mais pobres seria a responsável pela escalada da pobreza nos Estados Unidos: ela recompensa a inatividade e induz à degenerescência moral das classes populares, sobretudo essas uniões 'ilegítimas' que são a causa última de todos os males das sociedades modernas – entre os quais a 'violência urbana' (WACQUANT, 2001: 22).

A resposta à maior degradação social, segundo Wacquant deflagrada pelas mudanças nas políticas sociais, compôs o desenvolvimento de um complexo sistema de vigilância dos pobres, não só a partir de instrumentos tecnológicos, mas também de toda uma estrutura de assistência social que passa a controlar os passos daqueles que recebem benefícios, obrigando-os a desenvolver alguma forma de trabalho em troca do recurso.

Neste sentido, a política de tolerância zero foi um instrumento utilizado para controlar as camadas populares, dando respaldo jurídico ao encarceramento ao menor sinal de delinquência, fazendo com que a população carcerária aumentasse de forma expressiva²⁸.

2.7 COMPLETANDO O CICLO; O PAPEL DAS POLÍCIAS NO HORIZONTE DA MODERNIDADE TARDIA

Essa mudança de objetivo e de resultado, no que tange ao campo da segurança pública, traduz o abandono do ideal de reabilitação que, depois das críticas cruzadas da direita e da esquerda, na década de 1970 do século XX, foram substituídas por uma ‘nova penologia’. Esta passa a não ter como objetivo prevenir o crime, nem tratar os delinquentes, visando seu eventual retorno à sociedade (uma vez que a pena tenha sido cumprida), mas sim isolar grupos considerados perigosos por meio de uma série padronizada de comportamentos e de uma gestão dos riscos que se parecem mais com uma investigação operacional ou com uma reciclagem de “detritos sociais” do que com qualquer tipo de trabalho social (Idem: 86).

Dessa maneira, temos, entre o rigor penal e o assistencialismo excludente que coexistem, a permanência da figura do Estado, atrelada às discussões sobre a democracia e sobre o papel dos órgãos de segurança pública diante da manutenção da paz e da ordem social²⁹. Neste sentido, o jogo de forças e estratégias perdura.

Observamos que, de um lado, estão os que lutam pela democratização das instituições e do Estado. De outro lado, os que vêem neste a oportunidade para a aplicação de práticas punitivas, legitimadoras da exclusão.

Percebemos que cresce o consentimento popular, desencadeado pelos processos democráticos, quanto ao fato de não ser mais possível que o uso da força ilegítima, por parte dos Estados, seja utilizado como recurso válido para a garantia

28 Para Wacquant, as prisões passam a ficar lotadas, não de criminosos perigosos, mas sim de presos por uso de drogas, furto ou simples atentados à ordem pública. Quanto às penas, estas se tornam cada vez mais rigorosas e os casos de liberação em regime de liberdade condicional diminuem.

29 Uma vez que um novo modelo societário, não demarcado pelas instituições e decisões políticas, ainda não veio substituir o atual, que agoniza, mas não morre.

da lei e da ordem.

Wieviorka (1997: 8) afirma, neste sentido, que “A violência subjetiva, tal qual é sentida, apresenta como primeira característica fundamental a de parecer ter perdido qualquer legitimidade no espaço político, quase a ponto de significar o mal absoluto; ela é o que a sociedade, unânime, deve proscrever e combater”.

Esse processo demarca um novo olhar (advindo dos contextos sociais envoltos por processos de redemocratização) sobre as políticas de segurança pública, já que traz para a arena de debates novas exigências de atuação das polícias. Disso decorre a profusão de discursos e de práticas, advindas de campos diferenciados que, em disputa, se debruçam sobre a formação dos futuros policiais. Um número cada vez maior de segmentos sociais passa a exigir o fim da truculência policial e a consolidação de novas formas de intervenção por parte dos funcionários do Estado.

Entretanto, e de outro lado, surge outro movimento, contrário a este, caracterizado pelo ‘pânico moral’, ou seja, pelo temor que alguns grupos sociais desenvolvem acerca de outros, exigindo mudanças políticas e ou jurídicas que se voltem ao comportamento destes³⁰.

O ‘algo a ser feito’ aponta então para o fortalecimento dos mecanismos de controle sociais, seja através de leis ou até mesmo por meio de uma maior e ou mais intensa hostilidade (condenação pública) diante de determinados estilos de vida.

Os pânicos morais são fenômenos sociais importantes no contexto de uma sociologia das conflitualidades, pois mostram como ocorrem discussões acerca da manutenção ou da criação de mecanismos de controle social e legal por sobre determinadas formas de comportamento.

Neste sentido, os empreendedores morais são aqueles que propõem medidas educativas, preventivas e regulamentações legais diante de um contexto em que é preciso debater e renegociar, a todo o momento, os limites morais das coletividades (THOMPSON: 1998).

Este contexto social acaba pressionando os Estados e, mais especificamente, os órgãos de segurança pública no sentido de intervirem diante de

30 Erich Goode e Nachman Ben-Yehuda (2003) definem o pânico moral como sendo o consenso, partilhado por um número substancial de membros de uma sociedade, de que determinada categoria de indivíduos ameaça a sociedade e a ordem moral. Esse número considerável de pessoas que se sentem ameaçadas tende a concordar que “algo deveria ser feito” a respeito dos indivíduos “perigosos” e de seu comportamento.

vários processos sociais considerados violentos, criminais e que estariam ameaçando a paz social.

Inevitavelmente, este quadro complexo e heterogêneo adentra os cursos de formação de policiais, que passam, a seu modo, por um processo ambíguo, através do qual, por um lado, ainda têm sido 'educados' em ambientes militarizados e hierarquizados³¹, que conformam expectativas de corpo, marcadamente, masculinizadas³² e propensas aos excessos de uso da força (fato que acaba sendo reforçado pela precária formação no que se refere às técnicas de contenção física administradas nas instituições policiais).

Por outro lado, sofrem a pressão de saberes que buscam legitimar sua importância como instrumentos capazes de gerar a mudança comportamental que se espera das polícias em sociedades democráticas, uma vez que partem do pressuposto de que àquelas devem atuar com base em novos conhecimentos, adotando efetivamente uma postura profissional que supere a truculência e a inabilidade no trato com a população.

Estes elementos, se somados aos problemas enfrentados pela categoria no que tange ao gozo de direitos políticos³³ e sociais, materializados pelos baixos salários, insuficientes para manter a própria operacionalidade de sua condição de profissionais da segurança pública, têm resultado em processos operacionais que facilitam a adoção de uma postura corrupta e ou violenta.

Entendemos, por isso, que a violência e a corrupção, uma de suas formas correlatas, praticadas por alguns policiais no Brasil, são ações que articulam os

31 Interessa-nos compreender, mais especificamente, como os regimes disciplinares têm 'conformado' os saberes que compõem as estratégias pedagógicas utilizadas nos cursos de formação de policiais militares, compreendendo de que modo estes regulam as práticas formativas, profissionais, dos agentes da segurança pública.

32 Pierre Bourdieu (2005b: 19-20) afirma que "o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-o aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social". Silva (2001) utiliza o termo "expectativa de corpo" para se referir às leituras que se tomaram hegemônicas na atualidade - provindas da tecnociência, da globalização da economia e dos meios de comunicação de massa -, e que moldam os corpos sociais. No caso das polícias, caberia perguntar-nos quais as expectativas de corpo estariam sendo consolidadas nos cursos de formação?

33 As polícias militares não possuem o direito, constitucional, de reivindicar melhorias salariais e ou questões profissionais por meio de sindicatos e de greves.

impactos da cultura institucional/organizacional do trabalho policial, historicamente hierarquizada (através de um modelo burocrático-militar),³⁴ e socialmente discriminatória (em que setores da população exigem destes profissionais, mesmo que de forma velada, posturas violentas e/ou discriminatórias em relação a outros grupos sociais).

De um lado, observam-se a postura militarizada, uma infraestrutura precária para a realização do trabalho, assim como a falta de treinamento condizente a um modelo de atuação profissional (não existe formação continuada). De outro lado, aglutinam-se saberes que pregam um modelo profissional baseado no conhecimento dos direitos humanos, na capacidade de discernimento diante dos padrões de uso da força.

Verificamos que todos estes elementos compõem um complexo processo que molda a cultura profissional e exercem influências nos processos formativos dos policiais. Neste sentido, buscamos, através de um estudo sociológico, analisar de que forma os mecanismos institucionais agiam no sentido de construir comportamentos, subjetividades, profissionais.

Para realizar tal proposta, conforme afirmamos no início deste capítulo, fizemos o resgate da obra de Michel Foucault (2004), que apresentou importantes ferramentas conceituais e metodológicas para o campo das ciências sociais, a partir de sua 'microfísica do poder'.

Relembramos que Foucault desenvolveu, em seu percurso intelectual, uma análise sobre as sociedades ocidentais modernas, incluída aí a leitura sobre o Estado Moderno, a partir do que denominou de biopolítica (2008), ou seja, as diversas maneiras com que o poder passa a governar a vida de populações inteiras, na modernidade, mais precisamente desde o século XVIII, visando disciplinar e/ou controlar a vida destas populações, dentro do modelo social burguês.

Segundo Foucault, vários elementos (interesses) somaram-se para que este modelo social se desenvolvesse, tais como a expansão colonial, a industrialização insipiente, a conseqüente necessidade de povoação e de mão-de-obra barata nas colônias, bem como a organização das cidades e a disputa entre os novos Estados emergentes.

34 Que busca preservar uma cultura ordeira, com base nas hierarquias funcionais estabelecidas, e não tanto preparar os profissionais da segurança pública para que, com base em sua capacidade de tomar decisões diante das situações que encontram no dia-a-dia de trabalho, adquiram autonomia profissional.

Estas práticas se fizeram acompanhar de diferentes discursos, advindos do campo religioso, filosófico e científico (notadamente do campo médico), que se somaram, a partir de dado momento histórico, sob o jugo da sociedade burguesa, exercendo formas de poder alicerçadas em instituições que se voltaram para o controle das individualidades, das famílias e, por fim, das populações.

Foucault aponta que estes modos específicos de exercício do poder, analisados a partir do conceito de regimes disciplinares, tomaram corpo entre os séculos XVIII e XIX, compondo fórmulas gerais de dominação, mediante a consolidação de um conjunto de técnicas de coerção voltadas ao esquadramento do tempo, do espaço, do movimento, das atitudes, dos gestos e dos corpos dos indivíduos. Neste sentido, os regimes disciplinares se constituíram enquanto técnicas que, ao individualizarem os efeitos do poder, através de mecanismos de sujeição exercidos por sobre os corpos e mentes de cada indivíduo, tornaram possíveis, num momento posterior, a consolidação da biopolítica.

O que há de específico nos discursos e nas práticas disciplinares, segundo Foucault, e o que os distinguiria do discurso e da prática jurídica soberana, é que estariam voltados à norma social e ou às regras de atuação social, ou seja, aos processos sócio-institucionais. Nesse sentido, buscariam sujeitar as forças, tornar 'dóceis' os comportamentos, constituindo uma 'arte do corpo humano', tornando-o obediente e produtivo. Foucault utilizava o termo 'anatomia política' para se referir a este processo.

Os regimes disciplinares atuam, então, como um conjunto de técnicas que permitem o controle minucioso do corpo, adestrando gestos, atitudes, hábitos, comportamentos e discursos.

A disciplina é a própria microfísica do poder, instituída para o controle e a sujeição do corpo, com o objetivo de tornar o indivíduo dócil e útil. Processo obtido através da dissociação entre corpo individual, enquanto capacidade produtiva, e vontade pessoal, enquanto poder do sujeito sobre a energia do corpo.

Os elementos constitutivos da disciplina, segundo Foucault, são a distribuição dos corpos conforme funções predeterminadas; o controle da atividade individual, pela reconstrução do corpo como portador de forças dirigidas; a organização das gêneses, pela internalização/aprendizagem das funções; a composição das forças, pela articulação funcional das forças corporais em aparelhos eficientes (2004: 125-156).

Os princípios da disciplina são constituídos pelo método de adestramento dos corpos: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame³⁵.

Em Foucault, os mecanismos sociais de controle, chamados de tecnologias sociais ou tecnologias de poder, desenvolvidos pelas e nas sociedades modernas, como já afirmamos, mais precisamente desde o século XVIII, consubstanciaram-se através de processos microssociais, através do investimento político dos corpos³⁶, dispostos diante de processos de disciplinarização que se voltariam à sujeição das individualidades a partir de uma série de instituições (os manicômios, as clínicas psiquiátricas, os quartéis e as escolas) envoltas por saberes que atuariam também como mecanismos de poder.

Ao analisar o poder, Foucault parte do questionamento se seria este um efeito secundário da economia, leitura predominante entre os estudiosos sociais de sua época. O autor se pergunta, também, se o poder seria essencialmente repressivo, outra leitura predominante e presente nas análises sociais de sua época (FOUCAULT, 1999: 20, 21, 22). As respostas de Foucault a estas perguntas foram negativas e, diante disso, propôs cinco passos, chamados de precauções de método, para a consolidação de sua análise microfísica do poder.

1º) “Tomar o poder em suas formas e em suas instituições mais regionais, mais locais [...] Indo além das regras de direito que organizam o poder, o delimitam [...] investindo-se em instituições, consolidando técnicas e fornecendo instrumentos de intervenção material [...]. Até violentos”;

2ª) “Não analisar o poder no nível da intenção ou da decisão [...]. Mas sim estudar o poder, de certo modo, do lado de sua face externa, no ponto em que [...]

35 Vigilância hierárquica: existe como um sistema de poder sobre o corpo alheio, integrado por redes verticais de relações de controle, exercidas por dispositivos/observatórios que obrigam pelo olhar, pelos quais técnicas de ver, operantes sobre a completa visibilidade dos submetidos, produzem efeitos de poder, como ocorre nas fábricas, por exemplo: permite o controle contínuo dos processos de produção e, assim, funciona como operador econômico inseparável do sistema de produção, da propriedade privada e do lucro. Sanção normalizadora: existe como um sistema duplo de recompensa – promoção – e de punição – degradação –, instituído para corrigir e reduzir os desvios, especialmente mediante micro-penalidades baseadas no tempo - atrasos, ausências -, na atividade - desatenção, negligência - e em maneiras de ser – grosseria, desobediência –, fundadas em leis, programas e regulamentos, em que a identidade de modelos determina a identificação dos sujeitos. Exame: representa a conjugação de técnicas de hierarquia – vigilância – com técnicas de normalização – sanção –, em que relações de poder, criam o saber e constituem o indivíduo como efeito e objeto de relações de poder e de saber (2004).

36 Os indivíduos seriam conformados por dispositivos de poder disciplinares que atuariam sobremaneira sobre seus corpos. Para Foucault, portanto: “Houve, no curso da idade clássica, toda uma descoberta do corpo como objeto e alvo do poder” (FOUCAULT, 2004: 138).

ele se implanta e produz seus efeitos reais”.

3º) “Não tomar o poder como um efeito de dominação maciço e homogêneo – dominação de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras –; ter em mente que o poder, exceto ao considerá-lo de muito alto e de muito longe, não é algo que se partilhe entre aqueles que o têm e que o detêm exclusivamente, e aqueles que não o têm e que são submetidos a ele. O poder [...] deve ser analisado como uma coisa que circula [...] Que só funciona em cadeia”.

4ª) “É preciso fazer uma análise ascendente do poder, e não descendente [...]. É preciso mostrar o modo como, nos níveis mais baixos, os fenômenos, as técnicas, os procedimentos de poder atuam [...], como são investidos, anexados por fenômenos globais [...]”.

5ª) “É bem possível que as grandes máquinas do poder sejam acompanhadas de produções ideológicas [...]. Mas na base, no ponto em que terminam as redes de poder, o que se forma, não acho que sejam ideologias [...] são instrumentos efetivos de formação e de acúmulo de saber, são métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de investigação e de pesquisa, são aparelhos de verificação” (Idem: 32-40).

Portanto, ao tomar o poder como tema central de suas análises, Foucault o faz abrindo distância das leituras que, pelo menos até a década de 70 do século XX, atrelavam o mesmo, exclusivamente, ao processo de legitimação do Estado (leituras advindas do campo político e ou jurídico), bem como daquelas que atrelavam o poder à esfera de dominação econômica (tal qual a realizada pelos marxistas).

Para Foucault, o poder é algo que atua em cadeia, conformando corpos, individualidades, tanto no sentido “negativo” do controle/repressão quanto no sentido “positivo” da manipulação/estimulação. Por isso, declarou: “Se o poder é forte é porque produz efeitos positivos ao nível do desejo e também ao nível do saber” (FOUCAULT, 1985: 148).

Este olhar, que representa a segunda fase da obra foucaultiana, conhecida como genealógica, visa compreender a complexidade das formações disciplinares que, para além dos construtos jurídico-formais do direito, que acompanharam a expansão do Estado moderno, atuam num universo mais escondido sobre os corpos, as mentes e os comportamentos dos indivíduos. Estes conformam, através da aplicação progressiva de uma tecnologia social, padrões normalizadores dos

comportamentos.

Tal processo se estabeleceu de acordo com o amadurecimento de configurações que, a princípio, sem conexão direta, passaram, em determinado momento histórico (conhecido como o momento da configuração da sociedade burguesa) a desenvolver mecanismos mais abrangentes de controle dos corpos e dos comportamentos. Isso com o objetivo de evitar possíveis ‘desvios’ que pudessem prejudicar o necessário investimento na consolidação das forças produtivas em ascensão.

Autores como Thompson (1998) corroboram com esta perspectiva, ao mostrarem como ocorria o processo de produção do trabalho realizado pelo camponês europeu, antes da consolidação do capitalismo moderno. Um processo baseado na compreensão tempo-espacial dependente das mudanças climáticas, como as trazidas pelas diferentes estações do ano, através das quais a regulação do processo produtivo não distinguia local do trabalho de local da moradia, e onde as atividades orientadas pelas tarefas prevaleciam.

Adotando uma perspectiva histórica, Thompson mostra como, a partir do século XIV, na Europa, este processo vai sendo substituído, por meio do surgimento de formas de trabalho assalariado, reguladas então pelo tempo que se gasta e não pelo tempo que se passa.

Esta mudança, o controle diferenciado e ‘externo’ do tempo, instituiu-se a partir da introdução da sociedade capitalista industrial e faz-se acompanhar por outros elementos disciplinares, encontrados em documentos, como o “Livro das Leis da Siderúrgica Crowley”. Tais documentos destinam-se a regular a força de trabalho rebelde (Idem: 289), bem como pelo “Conselho amigável dos pobres”³⁷.

Importa registrarmos que este processo se fortalece por meio do trabalho realizado pelas escolas, uma vez que estas contribuem para a inculcação de hábitos condizentes com as novas exigências disciplinares do mundo do trabalho fabril, uma vez que os valores ligados à ordem e à regularidade tomam corpo (Idem: 292).

André Gorz (1980: 69) aponta para a heterogeneidade que caracterizou os trabalhadores fabris dos primeiros tempos: “Soldados licenciados, camponeses

37 Este alertava os trabalhadores para que não fossem “preguiçosos”, para que não perdessem tempo “fazendo compras” e/ou perambulando “na praça do mercado”; e ainda para que levantassem cedo após terem ido dormir cedo na noite anterior (Idem: 292).

expulsos de suas aldeias pela extensão das grandes propriedades, indigentes sob custódia das paróquias, o refugio de todas as classes e de todos os ofícios”.

Essa heterogeneidade foi enfrentada com a instituição de novas regras comportamentais, baseadas na divisão e no controle externo das tarefas, produzindo elementos voltados à normalização social. Elementos baseados na construção de dualidades, tais como as que passam a separar o “trabalhador” do “vagabundo”.

Michelle Perrot (1988: 58) analisa o percurso pelo qual passam as disciplinas sob o regime do capitalismo industrial. Afirma que, num primeiro momento, estas teriam surgido através do que denominou de era do olhar, representada pelo ‘panopticon’ de Jeremy Bentham; caracterizado pela vigilância, pela visibilidade, pela divisão de tarefas e pelo ordenamento do espaço. Seria, neste sentido, o momento da unificação de dois modelos disciplinares: o da igreja (sistêmico) e o do exército (hierarquia, disposição em fileiras).

Quando o trabalho passa a ser realizado fora do ambiente familiar, os instrumentos de disciplinamento, paulatinamente, distanciam-se das bases de sustentabilidade iniciais e passam a operar a partir da utilização de vigilantes (guardiões), como também através da utilização cada vez mais intensa dos ‘regulamentos de fábrica’. Estes se multiplicam ao longo do século XIX, instituindo normalizações processuais, como também sanções.

Diante da resistência dos trabalhadores acaba por se instaurar um movimento patronal mais enérgico, bem como se constrói uma disciplina ‘contratual’ e ‘científica’, baseada no salário-incentivo e em uma reorganização técnica. Surge a ergonomia, o controle do corpo e do tempo-produção por intermédio do taylorismo. Inaugura-se também a utilização das ciências humanas (psicologia, sociologia) utilizadas, em certa medida, como novas ferramentas disciplinares.

Diante do exposto, observamos que, conforme apontou Foucault, o processo de acumulação do capital desenvolvido pela sociedade capitalista foi complementado pelo processo de acumulação de homens.

Verificamos que estes elementos são também encontrados no cotidiano do policial militar. Nesse cotidiano, os processos disciplinares se fazem presentes de forma tão ou mais significativa do que os que são encontrados nas demais ocupações profissionais, uma vez que, aqui, grande parte dos rituais e processos é direcionada de modo a se instituir um padrão comportamental específico (no caso dos policiais militares: hierárquico e militarizado).

Por isso, torna-se importante, do ponto de vista sociológico, desenvolver uma análise 'microfísica' (nos moldes propostos por Michel Foucault), estudando os 'processos de subjetivação'³⁸ pelos quais passam os futuros policiais (mais propensos a se constituírem a partir de processos de objetivação)³⁹.

Este caminho passa pelo poder, analisado em seus mecanismos também microsociais. E, neste sentido, não só Foucault contribui, a partir da análise dos regimes disciplinares, mas também autores como Richard Sennett (2001: 13-114), que, na busca de uma análise mais profícua acerca dos elementos que estão envoltos pelas relações de poder, mostrou que tanto a obra Weberiana⁴⁰, quanto a obra de Sigmund Freud⁴¹ representaram, num primeiro momento, avanços no que tange a uma analítica do poder.

Entretanto, aponta Sennett, estas leituras não teriam desenvolvido abordagens mais consistentes sobre o "toma lá, dá cá efetivo", que se opera "entre fortes e fracos", ou seja, entre os que se encontram em situações assimétricas, diferenciadas, diante de relações de poder (Idem: 41).

Para Sennett (2001), portanto, estas abordagens não teriam aprofundado análises acerca do como se efetivam as estratégias de contra-poder por parte dos que estão submetidos a este. Estratégias que são consolidadas, normalmente, com o objetivo de enfraquecer a autoridade daqueles que se encontram numa condição de superioridade, ao invés de buscarem atingir o próprio poder; por conta da condição de dependência que os indivíduos e ou grupos desenvolvem diante dos efeitos do poder (mediante os vínculos que ligam, amarram indivíduos e ou grupos às figuras de autoridade).

38 Foucault (2001) busca traçar uma história da verdade que os indivíduos estabelecem para consigo mesmos, ou a relação do indivíduo, em diferentes momentos históricos, de si para consigo mesmo (o que chama de as "artes da existência", as "técnicas de si" ou ainda de "processos de subjetivação"). Distingue, em seu estudo, dois momentos desta construção: No primeiro, o da época grega, prevalece a leitura das técnicas de si como exercício da liberdade e da responsabilidade do sujeito diante de si e do seu corpo. No segundo, o da época cristã, prevalece a leitura das técnicas de si a partir da incorporação de regras comportamentais (da moral) vindas de fora do sujeito (uma vez que estes se encontrariam sob o pecado original, sendo, por isso, incapazes de se constituírem como atores primeiros de sua própria salvação).

39 Isso porque se encontrariam envoltos por um conjunto de saberes/poderes que os atravessam, por meio do "esquadrinhamento de seus corpos e de seus comportamentos".

40 Que desenvolveu uma interpretação do poder a partir do conceito de legitimação.

41 Que desenvolveu uma leitura do poder enquanto transferência, tornando as leituras sobre a autoridade independentes das qualidades de quem assume posições de poder.

Vínculos que seriam construídos por meio das imagens de força e de fraqueza (sendo a expressão emocional desta relação), consolidadas pelos que recebem, numa condição de inferioridade, o poder (Idem: 13).

O peso deste processo residiria no fato de a vida psíquica e social necessitar de figuras de autoridade como forma de consolidar seu processo de desenvolvimento (SENNET, 2001: 27). Daí os sujeitos estarem amarrados aos efeitos do poder.

Entretanto, e de forma paradoxal, as sociedades contemporâneas, por desacreditarem e ou desconfiarem das figuras de autoridade (notadamente das autoridades políticas), vivenciam o sentimento de medo e ou de aversão diante destas (Idem: 27-28). Segundo Sennett (2001), os poderes formalmente legítimos (das instituições dominantes) passaram a inspirar um forte sentimento de ilegitimidade entre os que estão submetidos a elas. Vivemos, assim, sob a cisão entre autoridade e legitimidade, pois a força pessoal das autoridades é aceita, mas se duvida do valor de sua força para os outros.

O exemplo das polícias (e do próprio Estado enquanto detentor do monopólio da coerção física legítima) torna-se emblemático diante deste processo.

O conceito de autoridade, em Sennet, representaria as qualidades observadas em um indivíduo, expressas em questões como “segurança, capacidade superior de julgamento, capacidade de impor disciplina, capacidade de impor medo [...]” (Idem: 30).

No entanto, no terreno político ou social, as imagens de força são consolidadas a partir de processos muito mais complexos, bem como é mais delicada a relação que se estabelece entre força e autoridade, uma vez que esta, em função de seu conteúdo de integridade, ou seja, de sua capacidade de perdurar no tempo e de se fazer valer mediante o princípio da ação justa que dela se espera, não consegue manter-se intacta por muito tempo.

Estaríamos vivendo então num tempo em que, de um lado, a percepção da ilegitimidade se faz dominante; de outro lado, em que a permanência da força percebida nas autoridades se mantém. Fato que, conforme Sennet, teria contrariado a crença de pensadores como Karl Marx, uma vez que estes acreditaram na derrocada final das figuras de autoridade, o que tornaria possível a configuração de novos modelos sociais.

Nesse sentido, mantém-se, mesmo que de forma desgastada, uma relação

dependente, emocional e social para com as figuras de autoridade tradicionalmente consolidadas. Essas figuras estão desgastadas, mas são vistas, ainda, como necessárias para a paz e a ordem sociais. Por isso, segundo Sennet, surgem discursos que visam subsumir os efeitos do poder, atacando a integridade das autoridades, e não a elas mesmas, diretamente.

Ao buscar explicações para este processo, Sennett (2001) aponta para o sentimento de vergonha que acomete, hoje, a maior parte das populações do ocidente, quando precisam se submeter à força das autoridades, pois isto tende a levar os indivíduos e os grupos sociais a se sentirem enfraquecidos ou inferiorizados. Isso porque o ato de submissão representa, para a consciência coletiva de sociedades competitivas, algo como a perda da liberdade, da autonomia e da competência.

O autor acrescenta que o sentimento de vergonha teria possibilitado a construção de posturas de negação diante da força da autoridade, como forma de afastar ou reduzir tal sentimento (Idem: 68).

Em sociedades como as latino-americanas, em que a dependência de uma parcela significativa de indivíduos diante de instituições (ilegítimas) acompanhou a história, a força das figuras de autoridade⁴² acabou por consolidar formas estratégicas de preservação do poder, embasadas nos já citados patrimonialismo e clientelismo.

Tais práticas geraram vínculos sociais estéreis, tendo em vista que não tiveram como fundamento garantir, a exemplo, a clássica universalização dos direitos civis, políticos e sociais, mas sim preservar o poder de alguns poucos sobre as populações e as leis, mesmo as estabelecidas constitucionalmente. Este processo teria maculado as imagens consolidadas a respeito das figuras de autoridade, tornando (pelo menos em países como os da América Latina) difícil e intrincado o processo de redemocratização.

Entretanto, e por outro lado, como afirma Sennet (2001), existe uma carência inequívoca por figuras de autoridade, já que esta se alicerça em questões profundas da nossa psique, às voltas com temas diversos como os que se encontram ligados à fraternidade social⁴³. “Por isso, a dificuldade de se repelir os

42 Que não veio acompanhada pelo sentimento de legitimidade, mas de distanciamento e ou de temor.

43 Que, por sua vez, remetem à crença de que podemos, devemos, cuidar dos outros: dos filhos, dos mais velhos, dos

que afirmam exercer poder sobre nós, ou a depressão que acompanha este ato de rejeição, porque estão associados à perda do sentido da existência de algum valor humano no poder” (Idem: 114).

Além disso, o desgaste absolutizado da crença no poder (político e ou social) acaba também por romper com a crença no valor da autoridade, da força, por exemplo, que os pais acreditam que devem exercer sobre os filhos e que os professores acreditam que devem exercer sobre os alunos.

Se trouxermos as análises de Sennett, sobre o poder, para o campo da formação de policiais, no rol de uma batalha que se efetiva por meio dos diversos saberes que buscam consolidar uma perspectiva específica para os controladores sociais, os policiais, em uma sociedade em vias de democratização, veremos que este embate é travado diante do (e não contra o) modelo hegemônico do liberalismo e ou do neoliberalismo burguês (dentro dos modernos Estados Democráticos de Direito). Disso decorre a importância do tema dos direitos humanos, que busca superar as posturas paternalista, clientelista e/ou autoritária por parte do Estado.

Veremos também que o campo da formação policial está disposto diante de estratégias e de relações de poder que afetam os policiais militares em curso. Gerando, por parte destes, reações.

Se, além disso, retomarmos as leituras de Foucault, mais uma vez, a respeito dos processos de subjetivação⁴⁴, teremos ferramentas analíticas no que toca a uma análise microfísica, institucional, do poder. O que possibilita-nos desenvolver uma leitura acerca das estratégias possíveis e/ou utilizáveis pelos indivíduos e ou grupos sociais diante das forças de sujeição.

Foucault, em sua terceira fase, passa a considerar, explicitamente, que as resistências ao poder devem ser entendidas como aquelas que visam à defesa da liberdade. No último Foucault, portanto, restauram-se o lugar e o papel dos indivíduos, ontologicamente considerados como livres, uma vez que dotados de sentimento, pensamento e ação.

Indivíduos éticos, sensíveis e racionais, como afirma Foucault: "A liberdade é a condição ontológica da ética. Mas a ética é a forma refletida que a liberdade

necessitados, etc. Do mesmo modo que deveremos ser cuidados na velhice, etc.

44 Leituras que correspondem a terceira e a última fase da obra do autor, conhecida também como sendo a dos estudos sobre o biopoder e ou, como já afirmamos, como a fase dos estudos dos processos de subjetivação.

assume" (1994: 712). Acrescenta ainda:

O que eu quero analisar são práticas, é a lógica imanente à prática, são as estratégias que sustentam a lógica dessas práticas e, por conseguinte, as maneiras pelas quais os indivíduos, livremente, em suas lutas, em seus afrontamentos, em seus projetos, constituem-se como sujeitos de suas práticas ou recusam, pelo contrário, as práticas que se lhes são propostas. Eu acredito solidamente na liberdade humana (ibidem: 693).

A partir de Foucault e Sennett, acreditamos ser possível desenvolver um estudo sociológico que, ancorado nos processos formativos de policiais militares, nos permita analisar os elementos que concorrem para sua sujeição/controlado, mas que, ao mesmo tempo, propiciam a construção de estratégias moleculares de resistências, situadas num campo em que a autoridade hierárquica da polícia (e a figura do Estado, enquanto detentor do monopólio legítimo da coerção física encontra-se enfraquecidos).

Isso porque, nesta condição, em que diferentes saberes e práticas se debruçam, buscando legitimar regimes de verdade ao defenderem um modelo profissional policial melhor disposto diante de sociedades em vias de democratização, muito provavelmente ocorrem momentos em que os futuros policiais desenvolvem um olhar (sobre si mesmos e sobre sua formação) a partir de matizes que os diferenciam dos policiais mais antigos.

É claro que esta 'liberdade' encontra-se reduzida diante de processos formativos em que os indivíduos não possuem um grau de autonomia mais amplo, o que ocorre em contextos institucionais hierárquicos como os das polícias militares. Porém, esta liberdade não é totalmente ausente, uma vez que os próprios saberes que adentram os processos formativos, em disputa, possibilitam, por parte dos alunos, a adoção de um olhar crítico e autocrítico perante o papel a ser adotado pelas polícias nos contextos societários atuais.

Retornando mais uma vez a Sennet (2004), podemos verificar, ou ao menos supor, que estes elementos giram fortemente em torno da necessidade fundamental, vivenciada por parte dos futuros policiais, de consolidarem o reconhecimento e o autorrespeito por parte dos colegas mais antigos e também por parte da sociedade.

Nesse cenário, insistimos, como hipótese, que tais elementos passam a se

constituir como parâmetros fundamentais de conversão de processos de subjetivação, por parte dos futuros policiais.

No entanto, para aprofundarmos as análises acerca destes processos, é preciso ainda que sejam observadas as especificidades do campo policial. Nesse sentido, autores como Bourdieu, a partir da noção de campo⁴⁵, tornaram possível pensar a realidade específica presente nos órgãos que compõem o campo da segurança pública, e mais especificamente a realidade das polícias militares. Realidade que não pode ser reduzida ao sistema de justiça criminal.

Sabemos que as polícias militares desenvolveram rotinas administrativas baseadas na hierarquia, o que gerou diferenciações entre oficiais e soldados. Essas rotinas remetem a divisões procedimentais significativas, expostas em códigos de ética diferenciados, um para os oficiais e outro para os soldados.

Há a exigência de curso superior para o ingresso na carreira de policial militar, no caso dos oficiais, que se formam para coordenar os trabalhos da polícia. Exige-se o ensino médio para o ingresso na carreira de policial militar, no caso para soldados. Estes se formam para obedecer às ordens encaminhadas pelos superiores hierárquicos⁴⁶.

A importância das análises de Bourdieu, diante de pontos como os elencados acima, consiste no fato de este ter mostrado, ao estudar a sociedade a partir do que denominou de espaços sociais⁴⁷, com seus respectivos processos de

45 Para Bourdieu: "Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder - ou de capital - cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com outras posições - dominação, subordinação, homologia, etc. Nas sociedades altamente diferenciadas, o cosmos social é constituído do conjunto destes microcosmos sociais relativamente autônomos, espaços de relações objetivas que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade específicas e irredutíveis às que regem os outros campos. Por exemplo, o campo artístico, o campo religioso ou o campo econômico obedecem a lógicas diferentes" (BOURDIEU e WACQUANT, 1992: 72).

46 O que mostra a existência de diferenciações funcionais expressivas, bem como as assimetrias das relações de poder que existem nas corporações policiais militares.

47 Para Bourdieu, a sociedade poderia ser analisada enquanto: "A forma de um espaço - com várias dimensões -, construído sobre a base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que agem no universo social considerado. Os agentes e os grupos de agentes são assim definidos por suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está situado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas - isto é, numa região determinada do espaço - e não se pode ocupar realmente, mesmo que seja possível fazê-lo em pensamento, duas regiões opostas do espaço" (HOMO ACADEMICUS, 1984).

diferenciação, como esta é hierarquizada, sendo estruturada a partir de uma desigual distribuição de capitais⁴⁸ e ou de poder.

Em Bourdieu, o social é o lugar de um processo de diferenciação progressiva, através de universos (campos) produzidos e produtores de divisões funcionais⁴⁹. O campo é um mercado, por meio do qual, os agentes que nele circulam se comportariam como jogadores.

Importa registrarmos que os distintos campos exerceriam relativas influências uns sobre os outros. Todavia, para Bourdieu, existe uma espécie de autonomia em cada campo. O que pode ser constatado no caso das polícias militares, que se diferenciam de forma significativa, em termos organizativos, em seus valores, das polícias civis.

Bourdieu ficou conhecido por dar primazia, em seus estudos sobre o social, ao enfoque estruturalista. O autor prega que sobra muito pouco espaço de liberdade aos indivíduos, diante dos condicionantes sócio-institucionais que sobre ele se consolidam.

Para não cair na vala comum, consolidou uma perspectiva estruturalista através da qual buscou mostrar de que forma os indivíduos são levados a adotar determinados padrões de comportamento, tentando ainda mostrar que haveria espaços de 'liberdade', embora muito reduzidos, diante das estruturas.

Fez isso através do conceito de *Habitus*, tido como “um sistema de disposições duráveis e transponíveis”, ou seja, as disposições que atuam em nós como elementos fortemente enraizados, por meio das experiências familiares que são transpostas para a experiência profissional e que tendem a ser unificadas entre si, gerando inclinações e disposições comportamentais (BOURDIEU, 1980: 88-89).

Bourdieu subdividiu o *Habitus* em:

1º) Ethos, os princípios ou os valores em estado prático, a forma interiorizada e não-consciente da moral que regula a conduta cotidiana – esquemas em ação, mas de maneira inconsciente.

48 Segundo Bourdieu existiriam vários tipos de capital: o capital econômico, o capital cultural, o capital social, o capital simbólico.

49 Bourdieu aponta que existiriam estratégias para a conservação do poder, utilizadas pelos grupos sociais para sua conservação e/ou para a tomada do poder. Bourdieu chama a atenção também para as seguintes formas: a do investimento biológico; de sucessão; educativas; de investimento econômico e de investimento simbólico.

Este *ethos*, no caso específico dos policiais militares, está fortemente atrelado à cultura burocrático-militar que sustenta as corporações policiais, incluindo aí os ambientes de formação de novos policiais.

2º) Exis, as posturas, as disposições do corpo, as relações em relação ao corpo, interiorizadas inconscientemente pelo indivíduo ao longo de sua história.

No caso dos policiais militares, são verificadas as disposições corporais que são sedimentadas a partir da adoção de uma postura masculinizada, marcada também pela utilização de um fardamento que, através das insígnias utilizadas, delimita o papel de cada sujeito na corporação.

Os elementos analíticos, apresentados por Bourdieu, efetuam uma análise do poder centrada nos efeitos deste sobre os valores e o corpo dos indivíduos, demarcando sua posição e visão de mundo. Processo que, assim o entendemos, aproxima-se das análises desenvolvidas, e citadas anteriormente por Foucault, acerca dos processos de sujeição sofridos pelos indivíduos e grupos nas sociedades modernas, por meio do trabalho efetuado pelos regimes disciplinares.

Deste modo, entendemos que, ressaltando-se os distintos enfoques utilizados por cada autor, há convergências possíveis que se somam de forma a auxiliar pesquisadores que queiram analisar os saberes e as práticas que se inserem sobre os corpos dos futuros policiais militares, buscando sujeitá-los dentro de determinados modelos de atuação profissional. Modelos presos, certamente, e ainda, a um padrão moderno. Mas acossados, no entanto, pelo contexto demarcado pela modernidade tardia.

Neste capítulo foram discutidos os conceitos de modernidade tardia e a questão da microfísica da violência, a partir dos efeitos que a globalização e a aplicação de modelos neoliberais de governo trouxeram, notadamente, para os Países da América Latina.

Diante do quadro apresentado buscou-se referendar o fato de que os órgãos responsáveis pela segurança pública (notadamente as polícias) passaram a sofrer pressões diante do quadro caracterizado por fenômenos como os do esgarçamento das relações sociais e a crise de autoridade pela qual estariam passando as instituições que sustentam o modelo social vigente.

Com o auxílio de diversos autores foram indicadas as questões que permeiam as diversas formas de violência interpessoal e/ou institucional, na contemporaneidade. Deste modo, foi analisada a precária situação encontrada pelos

Estados-Nação, no sentido de manterem a legitimidade da coerção física legítima diante das novas conformações societárias que, por sua vez, carregaram consigo também novas formas de institucionalização da violência e ou do exercício da criminalidade.

Por fim, discutiu-se (com o aporte de autores importantes dentro do quadro analítico sociológico) a questão dos cursos de formação de policiais militares, diante de um contexto caracterizado por diferentes e conflitivos saberes que, assim nos parece, disputam modelos 'ideais' de formação profissional para os policiais.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DO CAMPO POLICIAL: REVISITANDO TEORIAS E ABORDAGENS

O primeiro capítulo da presente tese tratou da relação mais abrangente que se estabelece entre o campo policial e as recentes transformações macroestruturais pelas quais as sociedades contemporâneas têm passado. Neste capítulo, avançaremos para uma investigação mais acurada e específica acerca do universo policial, bem como diante dos desafios colocados para esta instituição em termos da formação de seus quadros (traçando aproximações para com a realidade de países como Brasil e Paraguai).

Deste modo, serão averiguadas, com o aporte de autores importantes dentro do contexto dos estudos policiais, as questões afetas a este campo para que sejam traçadas as aproximações que tais leituras possibilitam, se pensadas do ponto de vista das polícias brasileiras e paraguaias.

Para Bayley (2006), os estudos policiais foram desenvolvidos tardiamente, por parte de historiadores e cientistas sociais, se comparados a outros objetos de estudo. Para o mesmo autor, alguns elementos teriam contribuído para o atraso nos estudos sobre o tema:

- 1) A visão de que a polícia não desempenha um papel importante nos grandes eventos históricos;
- 2) De que não é uma atividade glamorosa, ou seja, de alto prestígio;
- 3) De que é moralmente repugnante (por lidar com coerção, controle e opressão, ou seja, com o uso da força exercida pela sociedade contra ela mesma);
- 4) E, por fim, por problemas práticos que envolvem especificamente o estudo das polícias (normalmente envoltos com a falta e/ou com resistências no sentido do fornecimento de informações melhor elaboradas).

Bittner⁵⁰ (2003), por sua vez, afirma que a polícia em países como os EUA teria recebido a presença de cientistas sociais com desconfiança, sendo a única

⁵⁰ Em uma obra que, segundo o próprio autor, foi escrita após 25 anos de trabalhos de pesquisa voltados para as polícias. Notadamente as dos EUA (BITTNER, 2003, p. 13).

instituição a não fazer um esforço de autocrítica, no século XX. Ademais, a mesma não desenvolveu, por conta própria, um programa de estudos e de pesquisas acerca de seu trabalho.

Por outro lado, a partir da década de sessenta, do século XX, começaram a ser feitas pesquisas sociais que retratam questões policiais (notadamente desenvolvidas em países como os EUA). Pesquisas que foram impulsionadas pelos movimentos sociais emergentes e financiamentos governamentais.

Neste sentido, há autores que, embora tenham desenvolvido trabalhos (pesquisas) em países como os EUA, apresentaram perspectivas teóricas abrangentes, as quais (com o devido cuidado) podem ser externadas para as demais realidades nacionais, uma vez que atingem pontos que perpassam o campo policial, independente do país onde esse se situe.

Análises que mostram as diferenças que cercam o trabalho policial realizado nos denominados 'países desenvolvidos' e aquele que se faz nos 'países em desenvolvimento'. Isto possibilita um olhar comparativo que denota tanto as respectivas realidades nacionais como os avanços que precisam ser galgados por parte das instituições policiais localizadas nos países da América Latina (objeto desta tese), no sentido da democratização de suas condutas.

De todo modo, as pesquisas apontaram para uma série de elementos importantes, do ponto de vista do trabalho policial.

3.1 DELIMITAÇÃO DO ESCOPO DO TRABALHO POLICIAL: A QUESTÃO DO USO DA FORÇA

Para Bayley (2006, p. 20), o termo polícia⁵¹ traduz, mais precisamente, a existência de indivíduos autorizados por um grupo para se utilizar da força física como modo de serem regularizadas as relações interpessoais dentro deste mesmo grupo. Deste modo, elementos como o emprego de força física, o uso interno e a autorização coletiva caracterizariam mais especificamente o trabalho ou a função

51 Registramos o fato de que, neste capítulo, serão retomadas algumas categorias de análise que embora tenham sido trabalhadas no capítulo anterior, serão aqui aprofundadas e complementadas com outras, mais específicas acerca do campo policial, e que, assim esperamos, ajudem a melhor compreendermos a complexidade do trabalho policial, bem como tornarão mais explícitas algumas das principais questões postas para o universo policial.

social da polícia.

O autor salienta, desse modo, que o uso da força para controlar o comportamento das pessoas determina o papel profissional da polícia, o qual ao ser desempenhado, conta necessariamente com a autorização social e que, do mesmo modo, se caracteriza por excluir outras formas de utilização da força que não sejam direcionadas para fins coletivos⁵².

Ainda para Bayley, do ponto de vista histórico, diversos tipos de unidades sociais teriam autorizado o uso da força policial, tais como famílias, clãs, tribos, grupos de interesse e comunidades territoriais.

Isto caracterizaria o fato de que o Estado não foi o único tipo de comunidade a criar uma força policial porque, dentre outras coisas, e ainda para o autor, seriam raros os casos de comunidades e ou sociedades que teriam existido sem a presença de forças policiais⁵³ (Idem: 20).

Para Bittner (2003, p. 107-108), a polícia moderna é, entretanto, fruto da consolidação do padrão sócio-histórico caracterizado pelo modelo urbano industrial. Modelo consolidado, num primeiro momento, pela sociedade inglesa, mais precisamente no período histórico que correspondeu ao segundo quartel do século XIX. A maioria dos países ocidentais, dentre eles os EUA, teriam se apoiado nesta experiência para consolidar seus quadros policiais.

Bittner (2003) lembra ainda que a sociedade inglesa deste período teria experimentado índices alarmantes de criminalidade, especialmente nos anos 20, o que serviu para a consolidação de ideias que apoiaram a criação do que viria a ser conhecido como a polícia moderna.

Por outro lado, e de forma paradoxal, existia na mesma época um movimento de resistência, no sentido da criação de um aparato policial, tendo em vista o temor quanto ao fato de que tal força pudesse ser usada contra a população.

Mesmo diante das resistências, a consolidação da polícia se tornou inevitável, principalmente pelo fato de as antigas formas de enfrentamento dos

52 Formas que seriam representadas, segundo Bayley, pelo uso da força aplicada por assaltantes, rebeldes e terroristas, pais, empregadores, proprietários de terras, professores, membros da igreja, etc.

53 Para Bayley, seriam raros os casos de grupos que teriam coexistido e/ou que coexistam sob bases consensuais, porque o que caracteriza a convivência humana é o caráter social involuntário. Fato que teria tornado o policiamento uma atividade praticamente universal (Idem: 22 - 23).

motins urbanos, comuns à época (encabeçadas por guardas montados e ou perseguidores de ladrões), terem se tornado brutais (Idem: 108-109).

Tendo em vista que os valores sociais modernos passaram por modificações e se direcionaram mais para o progresso material e para o empreendimento persistente nos negócios do que para as virtudes da bravura masculina e da honra combativa, a mudança no perfil do trabalho policial se tornou inevitável.

Para Bittner (2003, p. 109-111), ainda do ponto de vista da esfera de governo, dois elementos foram fundamentais para que a mudança ocorresse:

- 1) O gradual distanciamento que se criou entre governantes e governados e
- 2) As mudanças na administração da justiça que se direcionaram a partir de então para a implementação de mecanismos de reabilitação, abandonando a antiga perspectiva baseada nos castigos físicos⁵⁴.

Na mesma direção, levando-se sempre em conta elementos sociais, o autor aponta para as mudanças que ocorreram também nas formas de se conduzirem os negócios privados que, por sua vez, fizeram com que o hábito de andar armado fosse superado e assim fosse criada uma visão pejorativa diante das ações privadas voltadas à resolução de conflitos. Por conseguinte, essas passaram a ser vistas como posturas imaturas e ou como decorrentes da 'cultura da classe baixa' (idem: 112).

Bittner (2003) aponta para o fato de que toda uma prática voltada à superação do sofrimento físico se desenvolveu neste íterim, a qual foi observada a partir das práticas médicas, que passaram a desenvolver, dentre outras coisas, anestésicos para acabar com o sofrimento dos pacientes submetidos a incisões cirúrgicas, dentre outras intervenções.

Os procedimentos somados aos valores sociais que caminharam em direção ao abandono do uso da força, por parte dos cidadãos, no trato cotidiano, consolidaram uma visão que corroborou então para que se passasse a ver o uso da força de forma negativa. Mas, Goldstein adverte para o fato de que este processo não ocorreu devido às possíveis influências que o pensamento aristotélico/cristão possa ter exercido sobre a cultura ocidental, sedimentando as bases morais das

⁵⁴ Este processo histórico pode ser melhor analisado com o apoio das leituras de Foucault, notadamente a partir do livro *Vigiar e Punir*.

sociedades ocidentais; mas, por conta do utilitarismo ético que prevaleceu em sociedades como a norte-americana (Idem: 113).

Diante do quadro, para Goldstein (2003, p. 13), a presença de policiais nas sociedades ocidentais modernas (notadamente nas sociedades democráticas) apresenta-se como uma anomalia, como uma questão envolta por paradoxos, uma vez que a função policial está calcada justamente na aplicação da força.

Para Goldstein (2003, p. 13), o paradoxo da condição policial em sociedades democráticas reside no fato de que apesar de ser considerada uma 'anomalia', a democracia depende de maneira decisiva da força policial, para que possa manter o grau de ordem que torna possível uma sociedade livre.

Por isso, a polícia é investida de enorme grau de autoridade (poder), mas dentro de sistemas de governo na qual esta autoridade é relutantemente concedida e/ou quando o é, logo é cerceada ou reduzida. E é por isto que, mesmo detendo o monopólio do uso da força, os policiais enfrentam limitações formais para o uso dessa, que determinam que a mesma só poderá ser usada:

- 1) de acordo com as circunstâncias e ou situações;
- 2) no estrito desempenho de seus deveres profissionais, e de forma alguma de modo que os policiais venham a auferir vantagens pessoais e/ou para terceiros;
- 3) de forma a não envolver malícia ou frivolidade.

Tudo isto porque a forma específica de uso da autoridade policial, qual seja, prender, investigar, deter e usar a força se apresenta como algo apavorante, no sentido de que pode desagregar a liberdade, invadir a privacidade e de forma rápida e direta causar forte impacto sobre os indivíduos.

Bittner (2003, p. 13-14) sugere que essa autoridade avassaladora, por uma questão de necessidade, foi delegada às pessoas do mais baixo nível da burocracia, as quais exercem seu trabalho, na maioria dos casos, sem supervisão e controle adequado. Estas assertivas se encaixam perfeitamente na realidade de Países como o Brasil e o Paraguai.

Bayley (2006, p. 206-210) reforça o fato de que a importância da polícia para a vida democrática é normalmente esquecida, exceto em casos isolados. No entanto, o poder da polícia tende a se tornar explícito quando determina quem pode participar da política, por meio de suas decisões quanto a prisões, detenções e exílio; ou quando decide com quem ficará a vitória, quando o governo é confrontado por uma violenta aparição organizada.

A polícia influencia a própria política por atividades clandestinas tais como espionagem e provocações, bem como no que diz respeito a todas as normas que necessitam de execução da lei como parte de sua implementação. Além disso, para Bayley, os policiais são a encarnação do governo, sendo os professores mais permanentes dos valores cívicos diante da sociedade. O autor cita como exemplo deste processo o fato de que na Inglaterra os valores de ordem, respeito e cortesia diante da lei foram assimilados pela população, a partir do século XIX, pelo exemplo da polícia Inglesa.

A polícia influencia grandemente a legitimidade do governo e dos processos que esse emprega, uma vez que tende a espelhar os problemas e ou os potenciais da nação (Idem: 212-214). Goldstein (2003, p. 13-14), por sua vez, aponta para o fato de que, embora o aparato policial tenha significativa importância para as sociedades democráticas, nações como os EUA trataram de modo superficial as necessidades do trabalho policial. A maioria das manifestações por parte do interesse público diante deste, quase sempre isoladas e ou repentinas, foi resultante de acontecimentos locais, tais como os caracterizados por denúncias de corrupção e/ou por algum outro desmando cometido pela polícia no trato com a população.

O caso Brasileiro reforça esta tese.

Em decorrência disso, bem como da forte influência que os partidos políticos exerceram sobre as corporações policiais, nos EUA, o modelo profissional policial gestado por este país, no começo do século XX, teve como característica principal o compromisso de se criarem órgãos policiais segundo linhas militares justamente para melhor controlar e também isolar a administração policial das demais instâncias de poder (Idem: 14-15).

A partir da década de 60 do século XX, pressões e/ou manifestações a favor do acesso ao emprego e moradia, passeatas de estudantes contra a guerra do Vietnã, bem como os protestos que grassavam contra todos os tipos de problema e injustiças existentes na sociedade norte americana fizeram com que a polícia refletisse sobre seu trabalho.

De outro lado, pressões internas advindas dos sindicatos policiais, bem como de várias ações trabalhistas mostraram o despreparo da polícia no sentido de lidar com tais questões. A crise trouxe, para a polícia, dentre outras coisas a necessidade de resgatar o 'respeito de sua autoridade' (Idem: 16-18).

Portanto, precisamente a partir da década de sessenta do século XX,

grande parte dos avanços obtidos por parte das polícias norte-americanas pode ser creditada, dentre outras coisas, ao aprimoramento tecnológico utilizado nos veículos policiais, no setor de radiocomunicação, bem como na melhoria dos sistemas de registro de ocorrências e/ou no controle centralizado dessas. Isso teve como repercussão, ainda nos anos de 1980, o uso de computadores (Idem: 15).

Nos Países da América Latina, esta instrumentalização do trabalho policial deu-se de forma mais problemática. Se pensarmos os casos Brasileiro e Paraguai (mas principalmente neste) é notório o fato de que as forças policiais desses países carecem de recursos tecnológicos e de infra-estrutura, de modo a poderem exercer suas atividades de maneira mais eficiente.

Contudo, mesmo em países como os EUA nem todos os órgãos policiais adotaram uma postura mais flexível e/ou autocrítica, o que acabou por refletir a desigualdade do desenvolvimento do trabalho desenvolvido pelos agentes do controle social (observe-se que os EUA é um dos países que apresenta um dos mais descentralizados sistemas de policiamento do mundo - Polícias Municipais, Estaduais e Federal - além de agências especializadas em determinados tipos de enfrentamento da criminalidade).

A autossuficiência passou a ser adotada como uma das atitudes reativas, caracterizada pelo distanciamento de alguns policiais diante da comunidade e ou pelo fato desses não aceitarem discutir os problemas internos advindos das agências de polícia (Idem: 15-18).

Para Bittner (2003, p. 127-128), toda esta problemática foi acompanhada, como pano de fundo, pelo fato de que, em que pese à busca pela 'pacificação social' dos últimos séculos, as sociedades ocidentais não puderam abrir mão, completamente, da força social reativa. Isto porque se obrigaram a consolidar formas especiais de autorização para o uso desta força, nos casos de autodefesa; ou por terem que conferir a algumas pessoas, especificamente designadas, o poder de proceder de maneira coercitiva contra outras pessoas, de igual forma especificamente designadas⁵⁵; ou, por fim, por terem de criar uma polícia para atuar na regulação das relações sociais.

Tendo em vista que o emprego da força na função policial foi historicamente direcionado para o 'combate à criminalidade', os policiais desenvolveram

55 Seria o caso, aqui, de guardas de prisões e de atendentes de hospitais psiquiátricos.

características profissionais específicas. A primeira delas ligada ao fato de terem a tendência de ver todos os tipos de problemas como se envolvessem crimes por culpa. A segunda embasada no fato de verem o controle do crime como o único trabalho sério a ser realizado (Idem: 130-134).

Dado que está presente no Brasil e no Paraguai, e que mantém as polícias militarizadas voltadas ao combate à criminalidade.

Esta realidade gerou problemas que, segundo Bittner, fizeram com que uma pergunta passasse a ser colocada para os países ocidentais desenvolvidos (e democráticos), em termos da utilização do trabalho policial: “Em que termos uma sociedade dedicada à paz pode institucionalizar o exercício da força?”

Uma primeira resposta foi dada com o objetivo de se definirem quais seriam os alvos desta força legítima, ou os ‘inimigos’ sociais diante dos quais tal força devesse ser direcionada. Isto desencadeou a incorporação de uma postura militar por parte dos órgãos policiais, embasada na deflagração da ‘guerra’ contra seus alvos (pelo aumento da força coercitiva a ser utilizada). O que fez com que virtudes militares como as da bravura, da obediência e do espírito de solidariedade (corporativo) prevalecessem.

Uma segunda resposta buscou definir os alvos da força a partir do entendimento de que esses seriam um assunto de expediente prático, ou seja, de responsabilidade pública que seria atribuída individualmente aos incumbidos do seu exercício (os policiais), sendo estes, por sua vez, pessoalmente responsáveis por suas decisões e ações (Idem: 139).

Dois modelos, para Bittner, incompatíveis. Entretanto, o primeiro modelo, ligado a uma postura quase militar foi o mais utilizado pelas polícias dos EUA e apresentou-se como muito autodestrutivo, já que desenvolveu obstáculos para a formação de uma prática profissional de policiamento. O fato é que este modelo foi alimentado pela própria retórica política, que propagou (e propaga) a ‘guerra contra o crime’, além de prometer algo inatingível (o fim deste); mexendo com o inconsciente coletivo que, por sua vez, instiga ainda mais as ações policiais moralmente condenáveis (idem: 140).

Por um lado, liga-se a isto o fato de que persiste nas organizações policiais uma desigualdade entre o crescimento e a insistência quanto ao uso de regulamentos internos e, por outro, a negligência quanto aos regulamentos que cuidam das ações dos policiais, quando desempenham suas atividades nas ruas.

A partir disto, Bittner inferiu que os códigos (ético-comportamentais, internos às corporações policiais) existentes devem ser suplementados por instruções e padrões substantivos que auxiliem os policiais quando em serviço (idem: 144).

Fato análogo perdura nas polícias do Brasil e do Paraguai, envoltas por códigos de conduta ilibada, por parte dos policiais, dentro dos muros dos 'quartéis'. Entretanto, a rigidez não se faz acompanhar de uma fiscalização eficiente do trabalho desenvolvido nas ruas, por parte dos mesmos policiais.

Para Bayley (2006, p. 109), à medida que as sociedades se desenvolvem economicamente, elas tendem a requisitar mais os serviços policiais que não se relacionam diretamente com a violação da lei, por conta da maior facilidade de comunicação física e do declínio da capacidade de coesão advinda dos grupos primários.

Para Bittner (2003, p. 227–230), no entanto, as instruções que servem para balizar esta outra faceta do trabalho policial ainda são escassas e, quando existem, são norteadas em grande medida pela base oficial dos mandatos de aplicação das Leis, ou seja, pelo exercício do controle legal que se volta para a manutenção da legalidade e punição das transgressões penais. Isto persiste para o autor porque, embora as sociedades modernas tenham substituído a confiança nos mecanismos informais da autoridade tradicional pela confiança nos meios legais/racionais (conforme apontou Max Weber), mantiveram a visão quanto ao fato de que a polícia surgiu para controlar o crime e que esse, por sua vez, deve ser regulado pelo Código Penal.

No entanto, o Código Penal e o Código de Processo Penal contêm centenas de artigos. Todavia, apenas os mais socialmente conhecidos são propalados e/ou utilizados. Deste modo, os próprios policiais tendem a selecionar as leis com as quais irão trabalhar na sua prática cotidiana com base nesta perspectiva social.

Uma realidade encontrada nas polícias brasileiras e paraguaias.

Ainda para Bittner, nas mãos dos policiais, as leis servem mais para justificar a prisão do que para nortear as ações que possam resultar nessa. Isto porque os policiais atuam, normalmente, em situações em que 'a necessidade de se fazer alguma coisa' está presente, ou seja, nas situações diante das quais precisam correr para o local, julgar as necessidades de atuarem com base nos cânones e na razão do senso comum e por meio das quais precisam impor soluções que não levem em conta a resistência e/ou a oposição (Idem: 236-239).

Soma-se a esta condição o fato de que os policiais agem geralmente sozinhos e sem apoio. E isso, para Bittner, dificulta ainda mais uma ação melhor elaborada. Assim, para o autor, o fato é que o trabalho policial é pouco conhecido quanto às suas nuances⁵⁶ e tem sido desenvolvido, em grande medida, de forma bastante precária e ou aquém do que efetivamente as sociedades democráticas esperam (Idem: 240-253).

3.2 O MANDATO POLICIAL

Neste sentido, segundo Goldstein (2003, p. 27), é preciso repensar as atribuições da polícia, reconhecer as arbitrariedades inerentes ao trabalho policial e estabelecer valores básicos para o policiamento. É importante trabalhar melhor as expectativas da população diante do que a polícia pode realmente fazer e ter em mente que é preciso aprimorar a qualidade do que a polícia faz, sem querer, entretanto, que ela atinja a perfeição.

A complexidade do trabalho policial reside, de um lado, na obrigação de exercer sua legitimidade e autoridade em conformidade com a Constituição e, por meios legais, aplicar suas restrições. Por outro lado, na obrigação de impedir que outras pessoas infrinjam as liberdades garantidas constitucionalmente. Esta tensão é, normalmente, resolvida a partir de um comportamento profissional que se volta mais para a manutenção da ordem do que para o trabalho dentro da legalidade (Idem: 28-29).

No entanto, ainda para Bittner, é mais do que urgente que se compreenda que a preservação e a propagação dos valores democráticos devam ser o *ethos* do trabalho policial profissionalizado. Do mesmo modo, é preciso alterar as expectativas públicas, pois os crimes dependem menos da polícia do que de fatores como clima, índice de natalidade, desemprego e sentido de comunidade (Idem: 29-30). Mas, como a polícia é o órgão de 'último recurso', a mesma se vê envolvida com os mais graves problemas comportamentais advindos de nossa sociedade. Daí, a maior parte de seus assuntos envolverem o imprevisível e o bizarro. Isto faz com que os policiais, ao se depararem com situações complexas, apelem (muitas vezes) para a

56 Para Bittner, a leitura mais comum acerca deste que é regulado pelo Código Penal e pelo Código de Processo Penal. Leitura insuficiente para compreender-se a complexidade que envolve este trabalho.

improvisação, ao invés de tentarem fazer a lei prevalecer (Idem: 31).

Por isso, a importância no sentido de implantarem-se recursos necessários para o desempenho das funções policiais. O que não pode ser feito por meio do sistema de justiça criminal vigente (uma vez que esse é insuficiente para caracterizar o papel da polícia). Isto porque o volume do trabalho policial, medido em termos de contatos com os cidadãos, tem precedência por sobre o sistema de justiça criminal (que por sua vez se baseia na análise de circunstâncias suspeitas, parada e inquirição de pessoas, manutenção da vigilância).

A amarração a este sistema faz com que a polícia lance mão dos códigos como forma de atingir outros propósitos, para além dos que se voltam para a instauração de processos (providenciar proteção ou investigar), bem como para além de tratar de questões que ocorrem fora do sistema de justiça criminal (solucionar conflitos, lidar com multidões, proteger ativistas) (Idem: 52-53).

Para Goldstein (2003, p. 54), a polícia norte-americana deveria ser vista como um órgão do governo municipal que acolhe várias funções. Isso contribuiria para colocá-la no rol das unidades administrativas dos governos locais e combateria a ideia amplamente difundida de que a única função policial é a de combater o crime. Para o autor, uma análise que mostre os objetivos com os quais a polícia está comprometida precisa ir além do que a polícia faz (além dos aspectos voltados à manutenção da paz, ao combate ao crime, serviço e proteção), além da descrição literal de como a polícia gasta seu tempo (na recuperação de bens perdidos, na localização de pessoas desaparecidas, no cuidado do trânsito e no patrulhamento), além da descrição dos meios empregados por ela (detenção preventiva, entrega de mandatos e prestação de informações).

Os objetivos seriam os seguintes:

- 1) Prevenir e controlar condutas amplamente reconhecidas como ofensoras à vida e à propriedade (crimes graves);
- 2) Auxiliar pessoas que estão em risco de dano físico;
- 3) Proteger as garantias constitucionais, como o direito à liberdade de expressão e de reunião;
- 4) Facilitar o movimento de pessoas e de veículos;
- 5) Dar assistência àqueles que não podem se cuidar sozinhos: os bêbados, viciados, deficientes mentais, deficientes físicos e os menores;
- 6) Solucionar conflitos;

7) Identificar os problemas que têm potencial de se tornarem mais sérios para o cidadão, para a polícia ou para o governo;

8) Criar e manter um sentimento de segurança na comunidade (Idem: 56-57).

Esses elementos demonstram a complexidade que envolve o trabalho policial e não são levados em conta (na proporção devida e necessária), até os dias atuais, pela maioria esmagadora dos policiais (e agentes do controle social), de países como o Brasil e o Paraguai.

Para Bayley (2006, p. 117-122), o trabalho policial deve ser analisado para além das definições, leis e responsabilidades percebidas em um primeiro momento. Para o autor, uma atenção mais detalhada deve ser dada aos tipos de situação com as quais a polícia se depara ao lidar com os membros da população. Uma das formas de se fazer isto seria caracterizando, de forma mais apropriada, a natureza do trabalho policial. O que o autor faz a partir de três questões:

1) Por meio do que a polícia é designada a fazer, ou seja, por meio de sua atribuição; que envolve pontos como o patrulhamento, a investigação criminal, o controle de trânsito, a administração interna e as formas de controle auxiliar;

2) Por meio de situações com as quais a polícia tem de lidar, tais como as que compõem as formas de violação e de não violação da Lei e as respectivas ações que devem ser tomadas ao lidar com estes dois tipos de situação;

3) Os resultados ou as formas de imposição e ou não imposição das ações da polícia diante de situações delituosas. O que, por sua vez, envolve pontos como reprimi-las fisicamente ou não.

As atribuições da polícia podem ser direcionadas pelo Estado ou pela sociedade e, portanto, gerar ação proativa (iniciativa da polícia) ou reativa (iniciativa do público). As situações, por sua vez, são o indicador mais direto do que o trabalho policial envolve; uma vez que revelam o campo onde ocorrem os confrontos entre a polícia e a sociedade. Confrontos que, por sua vez, também são definidos por dois fatores principais:

1) pela demanda pública;

2) ou pela decisão da polícia acerca do que será prioritário em seu trabalho (Idem: 143).

Logo, as atribuições, as situações e os confrontos são normalmente balizados pelo patrulhamento, o qual se caracteriza por ser a atribuição mais

numerosa em todas as forças policiais, respondendo pela grande maioria dos confrontos com o público e das prisões. O patrulhamento e a investigação são, segundo Bittner, duas das ações mais tradicionais da polícia e juntas demandam aproximadamente de 80% a 90% do tempo do trabalho policial. A maior parte da força policial atua nestas funções, sendo usada para atender aos pedidos de socorro.

Outro fato facilmente encontrado na realidade policial brasileira e paraguaia.

Ainda para o autor supracitado, existiriam três formas de patrulhamento:

- 1) a primeira caracterizada pelo atendimento de pedidos de ajuda;
- 2) a segunda caracterizada pela manutenção da presença policial;
- 3º) e a terceira caracterizada pela investigação de situações suspeitas (preventivas). Entretanto, o argumento normalmente usado de que a patrulha oferece maior rapidez para que a polícia possa chegar à cena do crime não se mantém diante da prática diária (Idem: 73).

Além disso, nos grandes centros, os policiais passam a maior parte do tempo de patrulhamento atendendo a chamados. A presença da polícia nem sempre é capaz de evitar a ocorrência de crimes, até porque o patrulhamento ocorre em áreas restritas (Idem: 74-75).

O tempo real do trabalho policial, gasto no patrulhamento móvel, corresponde a apenas 14%, uma vez que a maior parte do tempo é utilizado para suprir necessidades administrativas.

Ainda, é notório que o valor da investigação depende da familiaridade do policial de ronda com a área e as pessoas que moram naquela área, bem como é fato que os policiais de ronda geralmente empregam suas próprias regras para decidir o que é e o que não é suspeito durante seu patrulhamento (Idem: 77-79). Esta característica se mantém mesmo após toda uma discussão acerca da necessidade de desenvolvimento de uma polícia comunitária (Idem: 128). De forma geral, aponta Bittner (2003, p. 253-271), concordando com Bayley, falta clareza a respeito do que envolve o mandato policial.

O autor elenca quatro pontos nesta direção:

- 1) O primeiro se refere ao fato de a polícia estar presa ao campo da aplicação criminal, o que faz com que ela desenvolva uma leitura que vê, por um lado, os problemas de ordem doméstica (não criminal) como condicionais (dependem das circunstâncias); e os problemas que envolvem crimes, por outro

lado, como incondicionais (prender um criminoso é papel da polícia).

O problema, neste ponto, segundo Bittner, se encontra no fato de que a intervenção policial diante da população que pratica os crimes comuns⁵⁷ tende a ser feita, em países como os EUA, de forma truculenta. Enquanto os crimes de colarinho branco sequer são tratados pela polícia, uma vez que são combatidos por outros órgãos governamentais;

2) O segundo se refere aos limites externos da responsabilidade policial, ou seja, ao fato de que seu trabalho pode se direcionar não apenas para questões como a da condução de criminosos, mas para àquelas voltadas à manutenção da paz. Fato que exige a apreensão, por parte dos policiais, de conhecimentos advindos da psicologia e da psiquiatria, de modo a se instrumentalizarem para lidar com situações que envolvam, por exemplo, um suicida em potencial;

3) O terceiro se refere à relação entre polícia e pobreza urbana, uma vez que a intervenção policial, nos EUA, é mais comum diante dos pobres. Até porque a maioria das violências interpessoais registradas ocorre entre os pobres, uma vez que eles estão mais desamparados e são menos assistidos pelos serviços médicos/assistenciais, bem como pela empregabilidade ocupacional.

Deste modo, para Bittner, se por um lado a polícia norte-americana não agiu, historicamente, contra os proletários, tal qual o fez a polícia inglesa do século XIX, por outro lado, tem se demonstrado intransigente no trato com os pobres, que em sua maioria são negros e ou latino americanos. Além de ser encorajada por parcelas da sociedade para agir desta forma;

4) O quarto envolve o fato de se insistir em ver o trabalho policial enquanto vocação. Problema que é analisado por Bittner a partir de algumas considerações que buscam melhor caracterizar o universo policial, encoberto justamente por esta noção de 'vocação': 1) o policiamento é uma ocupação complexa, que enfrenta problemas sérios e exige conhecimento e habilidade. De forma paradoxal, e de outro lado, os policiais detêm um poder sem igual na sociedade, mas estão pouco preparados para lidar com este poder;

2) o policiamento exige experiência e julgamento;

3) os policiais lidam, no dia-a-dia, com situações diante das quais outras pessoas responderiam com medo, raiva ou repugnância;

57 Cometidos na maior parte por pessoas de baixo poder aquisitivo.

4) a maior parte do trabalho policial é feita individualmente, ou seja, o policial depende de si mesmo;

5) o policiamento oferece oportunidades para indolência, abuso e corrupção.

Para Bittner, essas questões não teriam sido enfrentadas a contento por parte das formas de organização policial, desencadeadas historicamente nos EUA.

Poderíamos acrescentar aqui que se não foi enfrentada nos EUA, muito menos o seria no Brasil e no Paraguai.

3.3 DEMARCAÇÃO DE ELEMENTOS RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DA POLÍCIA MODERNA

Como forma de melhor demarcar os elementos que delimitaram as características da polícia moderna, Bayley (2006, p. 23-25) desenvolveu uma análise calcada em três pontos fundamentais:

1) o caráter público⁵⁸ que se refere à natureza da agência policial. Que não deve, entretanto, ser confundido com a autorização para o uso da força;

2) a especialização, cujo foco é a aplicação da força;

3) o profissionalismo, atrelado à função ou à racionalização da atividade-fim da polícia, e por meio da qual se dá a preparação para a realização das funções exclusivas dessa, alicerçadas por elementos como o recrutamento, o treinamento formal e a evolução na carreira (por meio de uma disciplina sistemática e pelo tempo integral dedicado ao trabalho).

Do ponto de vista do caráter público, esse se dá quando se torna pago e controlado pelas comunidades, agindo em nome das mesmas coletividades. Este critério é importante, segundo Bayley, porque a polícia tem sido controlada pelo governo, mas paga privadamente, através da história. Um exemplo seria o de Atenas, que até o século seis antes de Cristo instituiu processos criminais com base na ação direta das partes lesadas, o que excluía a iniciativa por parte do Estado e/ou por conta de terceiros. Por outro lado, às vezes, os governos se utilizam de bens públicos para manterem serviços com controle privado, como quando recorrem às

58 Embora o mesmo autor faça uma advertência para o fato de que formas de policiamento privado sejam cada vez mais utilizados pelas sociedades; bem como para o fato de que o caráter público do policiamento não necessariamente vá se perpetuar no futuro.

seguranças privadas para trabalharem em prédios públicos (Idem: 35-37).

Para Bayley, portanto, não existe uma exata correlação entre o desenvolvimento da soberania político-territorial, bem como o conseqüente desenvolvimento do sentimento de nacionalidade, e a criação, por parte dos governos centrais, de formas de policiamento público. Do mesmo modo, as formas de policiamento público não suplantam permanentemente as formas privadas, sendo um processo reversível (Idem: 37-46). Para Bayley, dois fatores específicos teriam influenciado, mais especificamente, a mudança do caráter do policiamento privado para o público:

1) As mudanças sociais que teriam enfraquecido os grupos privados, no sentido de manterem níveis aceitáveis de segurança;

2) e a formação de comunidades políticas maiores que enfrentaram resistências violentas por parte dos demais grupos que pretendiam governar (Idem: 50).

No que se refere à especialização, ou seja, à exclusividade no desempenho de uma tarefa, a polícia teria se caracterizada, no período moderno, por ser uma instituição que se voltou para a aplicação da força, substituindo a função de policiamento efetuado tradicionalmente pelos militares e, em um segundo momento, pelas milícias.

A utilização dos militares no policiamento se deu, historicamente, devido à necessidade de se lidar com erupções prolongadas, severas ou generalizadas de violência, cometidas por um grande número de pessoas nas colônias Européias e/ou então, na própria Europa, entre os anos de 1650 e 1850, em que bandos de excluídos sociais passaram a se sublevar contra as autoridades.

O problema do policiamento efetuado por militares devia-se ao fato de o mesmo, normalmente, ser feito com o emprego de força excessiva. Já as milícias foram forças voluntárias e irregulares recrutadas localmente (normalmente caracterizadas por serem milícias montadas), que recebiam armas e atuavam em nome de interesses privados (Idem: 55-56). O policiamento moderno, deste modo, vem sendo dominado por organizações que se tornaram cada vez mais especializadas. Movimento que se iniciou na Inglaterra, em 1829.

No entanto, para Bayley, isto não pode ser explicado apenas pela consolidação das sociedades e/ou dos Estados modernos, uma vez que o policiamento especializado não é uma peculiaridade desses. Para ele, tal processo

deve ser explicado como uma decorrência do abandono da função policial, por parte dos militares, já que passaram a fazer parte de exércitos que recrutavam e ou alistavam compulsoriamente seus membros. Outro elemento que teria interferido neste processo estaria ligado às mudanças efetuadas na tecnologia de guerra (Idem: 57-59).

Já a profissionalização seria o elemento moderno que melhor caracteriza a polícia, envolvendo-a numa complexidade que comporia a função profissional, por meio da conquista da qualidade no desempenho e envolvendo, ainda, questões como o recrutamento de acordo com padrões específicos, a remuneração elevada o suficiente para criar uma carreira, o treinamento formal e a supervisão sistemática por parte de oficiais superiores. No entanto, segundo o autor, a profissionalização da polícia estaria envolta por problemas, no sentido de se poder especificar o momento exato em que a mesma ocorre.

Primeiro, porque a profissionalização se constitui de diversas partes, tais como as que nortearam o processo ocorrido em Londres, no ano de 1829, e através do qual o recrutamento dos policiais, por exemplo, foi feito com base no sexo, na altura, peso, personalidade e na habilidade em ler e escrever. Este processo contou, ainda, com um treinamento obrigatório, que consistiu, grosso modo, na repetição, por parte dos recrutas, de ordens de comando.

Segundo, porque as tentativas podem ser irregulares no sentido de se estabelecerem os elementos norteadores do profissionalismo, tais como as que ocorreram por parte dos partidos políticos, em relação às polícias nos EUA (Idem: 60-61). Teriam sido poucas as exceções diante do padrão irregular da profissionalização das polícias. O Japão representa uma destas poucas exceções, uma vez que instituiu em apenas uma década (1878 e 1887), no Governo Meiji, a polícia profissional nacional. Processo consolidado a partir do modelo policial europeu, contando com ex-samurais, treinados nas escolas das prefeituras. A Índia também teria incrementado a profissionalização sistemática das polícias no século XIX.

Terceiro, porque a profissionalização ocorreu e/ou tende a ocorrer em velocidades diferentes, em diferentes níveis hierárquicos. Pode-se citar como exemplo a Europa, que levou 200 anos para estabelecer a profissionalização da polícia.

Quarto, porque apenas julgamentos qualitativos podem determinar se é

possível dizer que tenha ocorrido qualquer tipo de profissionalização na polícia⁵⁹. Isto porque, no período moderno, a profissionalização tem sido vista como elemento essencial, *per se*, para a consolidação de uma administração eficiente (axioma da reforma progressiva). Esta crença tornou a Europa uma grande exportadora de modelos de profissionalização policial para suas colônias.

Do mesmo modo, a crença quanto ao fato de que um governo territorial deve ser responsável pela lei e pela ordem corroborou para a consolidação de uma postura voltada para a profissionalização das polícias; reforçando, do mesmo modo, a crença de que somente assim a eficácia e a confiabilidade do aparato policial seriam alcançadas (Idem: 61-64).

A abrangência nacional das reformas policiais, para Bayley, está diretamente ligada ao fato de as comunidades territoriais terem assumido a responsabilidade pelo policiamento. Fato ocorrido no século XIX, considerado a era da profissionalização das polícias de países como Japão, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Índia, EUA e Rússia.

Entretanto, o futuro do profissionalismo na polícia, adverte Bayley, apesar de ser uma das características que melhor caracterizam a função policial moderna, pode estar menos assegurado do que a experiência dos últimos anos nos sugere, pois depende de recursos e da utilização ou não de outras possibilidades sociais auto-reguladoras, tais como a existência de policiamento privado ou da criação de formas de policiamento de autodefesa, tais como as constituídas por organizações voluntárias de cidadãos (Idem: 63).

3.4 O CARÁTER MILITARIZADO DAS POLÍCIAS

Para Bittner (2003, p. 13-15), a primeira mudança no perfil das polícias norte-americanas teve seu início em 1829, com August Volmer, considerado o introdutor do modelo profissional. Modelo implementado como forma de superar a antiga postura truculenta, corrupta e indisciplinada dos policiais. No antigo modelo,

59 Critérios como os de peso e altura têm sido constantemente utilizados, mas também alterados. Caberia perguntar: De que modo podem ser considerados critérios de seleção de recrutamento? Sabe-se que o próprio salário pago aos policiais serve, de forma mais objetiva, ou para atrair pessoas competentes, se for alto, ou manter pessoas incompetentes e ou desajustadas, se for baixo.

os policiais acreditavam em promessas de aventura bem como possuíam uma visão romântica de seu trabalho (visto como fundamental para: a consecução da melhoria da vida social). De igual modo, valores como os da honestidade, lealdade, agressividade e coragem viscerais predominavam, tendo em vista que se ligavam às 'virtudes másculas' tidas como essenciais para o trabalho policial.

Além disso, os policiais, de modo geral, tinham pouca educação e eram encorajados apenas a seguir ordens. No rol destas mudanças, mais especificamente no campo administrativo (creditado a Wilson), surgiu o modelo comportamental baseado em uma atitude policial neutra, devotada ao policiamento criminal e à própria prevenção do crime (levando em conta outras condições que também requeriam controle coercitivo) (idem: 15).

Do mesmo modo, avançou-se para um modelo de polícia menos atrelada à política municipal e, portanto, menos corrupto. Embora o 'hábito de chamar a polícia', por parte da população americana tenha permanecido. De todo modo, o modelo profissional policial foi incrementado, nos EUA, em grande medida a partir da utilização do automóvel e do rádio, uma vez que possibilitaram uma mudança administrativa, embasada na comunicação e na velocidade (Idem: 16-17).

Apesar dos avanços, lembra Bittner, o estilo e a organização do policiamento nos EUA do pós-reforma policial seguiram o modelo militar/burocrático, baseados em elementos como a detalhada regulação e/ou a rigorosa disciplina interna. Disciplina que não veio acompanhada por um olhar mais atento ao que acontecia nas ruas, onde se dava o trabalho dos policiais. Como decorrência da falta de controle, ou por conta de um modelo educacional falho, os policiais aprendem a fazer o seu trabalho por conta própria, ou seja, por meio da experiência profissional acumulada, e não por conta da formação que recebem (idem: 34-36).

Item fartamente encontrado no contexto policial brasileiro. E o caso Paraguai o qual, embora menos conhecido por nós, não está em condição diferente.

Tal realidade, somada ao mandato profissional que os policiais exercem, conjuga poder e relações com setores sociais problemáticos (envoltos por traficantes, bandidos de toda a espécie, desagregados sociais), bem como os coloca numa condição sócio-profissional de proximidade para com possíveis atos de corrupção. Uma vez que esta atuação está embasada na prática que se volta para as situações em que, por um lado, a força talvez seja usada; e por outro lado, em

que a habilidade da sua ocupação é caracterizada pelo fato de ser capaz de evitar o uso desta mesma força (idem: 37-38).

De todo modo, para Bittner, em que pese o distanciamento entre um rigoroso controle interno e uma fragilidade em termos de controle externo, o modelo quase militar de organização da polícia é atraente para os que comandam, e isso não ocorre sem razão.

Em primeiro lugar porque existe uma analogia poderosa e atraente entre o poder militar e o da polícia (uso da força) e isso requer homens em estado de alerta permanente, altamente disciplinados e com preparo adequado.

Em segundo lugar porque o formalismo que caracteriza a organização militar, a insistência em leis e regulamentações, em limpeza e polimento, em obediência aos superiores, constitui a reafirmação permanente da 'coisa em si', caracterizando um tipo de instituição onde os vários tipos de leis e regulamentações são menos importantes do que a existência de uma grande quantidade deles, e onde o fato de os quadros de funcionários estarem continuamente cientes de poderem ser duramente chamados a prestarem contas por desobediência é visto como positivo (idem: 144-145).

Além disso, como os departamentos norte-americanos de polícia padeceram da mácula da preguiça e da corrupção, a reforma profissional instituída atuou, preferencialmente, no campo disciplinar. Deste modo, adotou-se o método militar para assegurar a disciplina interna, uma vez que os departamentos pareciam não ter outra opção, na época, para lidar com a questão do controle dos policiais.

No entanto, este modelo não trouxe benefícios no sentido de se instituir um perfil profissional baseado em procedimentos técnicos e na segurança para o exercício da discricionariedade da ação policial (Idem: 145-146). Do mesmo modo, como os padrões estabelecidos e as recompensas por bom comportamento estão relacionados à disciplina interna, os julgamentos transmitidos não têm praticamente relação com o trabalho externo do policial, ou seja, com o trabalho desenvolvido por esse na comunidade onde atua.

A manutenção da estabilidade organizacional e da moral do pessoal requer que o elogio e a recompensa, assim como a condenação e a punição, sejam distribuídos metodicamente, sendo atribuídos de acordo com regras explícitas. O que ocorre, diante disso, é que quanto maior o peso colocado na submissão à regulamentação departamental interna, menos livre fica o superior, por um lado,

para censurar as práticas não regulamentadas de trabalho que ele reprova; e, por outro lado, para poder recompensar aquelas práticas que ele admira.

Nossas pesquisas indicam que as polícias brasileiras e paraguaias vivenciam situações análogas a essas.

Exceção à disciplinarização interna excessiva é a necessidade sentida por boa parte dos policiais, no sentido de produzirem resultados visíveis em seus trabalhos. Resultados traduzidos em prisões muitas vezes especificadas pelo número de cotas que devem cumprir. Este 'engajamento', entretanto, faz com que os policiais busquem ficar dentro do esperado pelos departamentos, ao invés de procurarem agir de acordo com as circunstâncias.

Por sua vez, tendo em vista o arranjo organizacional, os superiores dependem da boa vontade dos subordinados, mesmo que seja apenas para proteger suas próprias vantagens ocupacionais na instituição (Idem: 147-152).

Além disso, prossegue Bittner (2003, p. 153), a ênfase em elaborados códigos de regulamentação interna, do tipo militar, tende a subverter o treinamento policial. Pelo menos quando esse é administrado nos departamentos policiais, como geralmente acontece.

Do ponto de vista do cotidiano profissional e das relações que se estabelecem entre os policiais, quando em serviço, os estudos efetuados por cientistas sociais demonstraram que a exigência do trabalho policial faz com que esses tenham que, necessariamente, confiar em outra pessoa (o colega de trabalho). Confiança partilhada, mais especificamente, entre as duplas que trabalham juntas (no caso dos EUA), uma vez que não existe uma cultura instituída nos departamentos policiais no sentido da troca de informações (Idem: 156-158).

Outro elemento pouco controlado pelos departamentos norte-americanos refere-se ao uso de informantes, considerados pelos policiais como peças insubstituíveis no sentido da realização do trabalho de coleta de informações. Tal questão, consubstanciada por um tipo de relação que se estabelece entre policiais e pessoas com atividades ilegais, tende a gerar ações que escapam aos procedimentos profissionais considerados éticos, corroborando para a manutenção de um 'código de silêncio' e para a consecução de procedimentos que envolvem favores que expõem a atuação e a própria conduta policial (Idem: 159).

Outro ponto encontrado por parte das polícias brasileira e paraguaia.

Bittner (2003, p. 161) ainda analisa o fato de que a postura organizacional

burocrático/militarizada das polícias norte-americanas tende a gerar uma postura defensiva diante do 'pessoal de fora', traduzida em arranjos corporativos contingentes. Arranjos que não impedem que excessos de rupturas e ou conspirações internas também aconteçam. Além disso, o autor afirma que não é usual que pessoas acostumadas a dizer 'sim, Senhor' ou 'como o Senhor quiser' desenvolvam práticas de diálogo aberto.

Neste sentido, para o autor, um avanço importante aconteceria se os departamentos policiais criassem espaços para a existência de reuniões participativas, ao invés de os policiais terem de ficar em pé, em formação militar, para ouvirem a ordem do dia (tal como ocorre normalmente – tanto nos EUA quanto no Brasil e no Paraguai).

3.5 A RELAÇÃO DA POLÍCIA COM O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL

Para Bayley (2006, p. 30), julgar o desempenho da polícia é um procedimento difícil, multifacetado e controverso. Quando se assume, por exemplo, que o combate ao crime é a principal característica do trabalho policial, encontram-se sérios problemas no sentido de obterem-se informações confiáveis quanto à quantidade de crimes efetivamente praticados.

Parte deste problema ocorre principalmente pelo fato de que grande parte dos crimes sequer chega ao conhecimento da polícia, o que ficou conhecido por 'cifra negra'. Isto ocorre simplesmente pelo fato de que a população se sente 'acuada' e/ou porque não confia na instituição policial. Tal fato concorre para que não se procure a polícia, logo, como consequência, não sejam efetuados registros dos atos delituosos, em grande medida.

Do mesmo modo, o autor supracitado adverte para o fato de que o crime (tipificado em códigos legais) está ligado a fatores diversos e que transcendem à atividade policial, tais como os relacionados à idade, sexo, raça, renda, desemprego, industrialização, urbanização, senso de comunidade, valores partilhados, desorganização psicológica e oportunidades profissionais. O que torna o trabalho policial, se tomado em si mesmo, pouco útil no sentido de lidar com os fenômenos criminológicos.

Por sua vez, as medidas de eficácia policial, efetuadas normalmente por

taxas de solução de crimes, tendem também a retratar uma falsa realidade, principalmente porque os relatos não são confiáveis; uma vez que medem apenas o que a polícia faz (prisões) e não o que alcança com isto (a prevenção dos crimes).

Realidade encontrada pela forças policiais de diferentes países. Inclusive pelas do Brasil e do Paraguai.

Bayley (2006, p. 31) aponta ainda para o fato de que a própria estrutura do policiamento⁶⁰ é dependente de fatores externos a essa, tais como a tradição e a construção político-nacional⁶¹. De todo modo, um dos aspectos aparentemente mais conhecidos do trabalho policial está voltado para a relação que se estabelece entre esse e os tribunais (ou entre esse e o Sistema de Justiça Criminal).

Entretanto, para o autor, esta relação, embasada na legalização do processo criminal, não é tão 'racional' e/ou mesmo tão completa quanto se tende a sugerir. Com isto, o autor quer expor que o 'ritual' apresentado nos tribunais, onde são julgados os casos criminais, representa mais uma fachada diante das verdadeiras decisões e/ou dos verdadeiros acordos que são encaminhados, já que grande parte dos casos levados a esses não vão a julgamento e/ou têm questões, ligadas aos processos, resolvidas por meio de acordos ocultos, envoltos por disputa e barganha.

O caso da 'justiça' brasileira (tão criticada pela morosidade e pela 'corrupção') indica que por aqui tais elementos também se fazem presentes. Numa proporção, assim se supõe, mais problemática do que a encontrada em países como os EUA. O fato irônico é que o mesmo sistema criminal que coloca a polícia no mais baixo escalão da hierarquia que compõe este sistema, recebe praticamente todo o fluxo do trabalho dos tribunais por meio da mesma⁶² (Idem: 115-117).

Além disso, os tribunais têm muito pouco ou quase nenhum controle sobre o trabalho que os policiais realizam. Mesmo os juízes que se encontram no topo da pirâmide que compõe o campo da Justiça criminal não são superiores diante dos policiais, uma vez que não há nada que possam fazer para evitar os últimos de agirem como quiserem ao estabelecerem seus passos nas ruas das cidades (Idem:

60 Que estabelece se haverá, em determinado país, uma polícia única ou não; ou se esta terá um caráter militarizado ou não.

61 Que vão estabelecer as bases para a organização da polícia, podendo ser, esta, Municipal, Estadual ou Federal.

62 Os policiais decidem sobre o quê se debruçará o trabalho de seus superiores, ou seja, dos promotores e juízes.

117-119).

Pesquisas realizadas por cientistas sociais apontaram, ainda, para o fato de que, em muitas ocasiões, os policiais invocam a lei para angariar outros resultados, diante da população com a qual entram em contato. Resultados que extrapolam o mero cumprimento de prerrogativas jurisdicionais.

Isto pode ser exemplificado no caso de a polícia deixar preso, por uma noite, um suspeito de homicídio, para forçá-lo a confessar o crime; ao invés de proceder a uma investigação que, com base nos princípios da materialidade e autoria, corrobore para que o sistema de justiça criminal elabore um procedimento legal que possa redundar, após o devido processo legal, na absolvição e/ou na prisão do condenado ('se' considerado culpado).

Nossa experiência empírica no campo policial (enquanto policial civil) nos mostrou que isto ocorre seguidamente no campo de atuação policial brasileira.

Os únicos pontos que parecem realmente colocar os policiais sob o jugo dos juízes e dos mecanismos jurisdicionais são os envoltos pela vontade dos primeiros, no sentido de se utilizarem dos poderes consolidados pelos tribunais para poderem punir ou para que, diante das pressões sociais direcionadas ao trabalho policial que, por sua vez, redundem em ações por parte das promotorias, possam garantir certa autonomia e segurança na consecução de seu trabalho (idem: 117-120).

De modo geral, tendo em vista que o monopólio da força é um papel que em última instância (e mesmo nas sociedades democráticas) cabe apenas à polícia, ocorre que as instituições policiais adquirem uma autonomia institucional e funcional muito grande. Mesmo que sejam 'vigiadas' pelas demais instâncias que compõem o campo da justiça criminal e/ou por outras instituições governamentais (Idem: 126-127).

Além disso, os policiais tendem a não ser imparciais em seu trabalho, pois sua função é direcionada para a detenção de pessoas. Deste modo, suas atitudes têm caráter prático (postura que é endossada por uma parcela significativa da sociedade). No entanto, a mesma sociedade desconfia do trabalho policial e tende a se apoiar em procedimentos legais como forma de controlá-lo. Fato que é comprovado pelos inquéritos que visam responder às queixas sobre o uso alegadamente indevido de força física policial e que, normalmente, são direcionados para determinar se o profissional acusado transgrediu alguma lei.

Este tipo de procedimento, no entanto, normalmente é utilizado como último

recurso, justamente quando as expectativas em relação ao trabalho policial não foram atingidas, servindo muito mais como medida paliativa do que como recurso eficaz de controle do trabalho policial executado. Daí, o fato de a capacitação da mão-de-obra do policial ser, para Bayley, uma questão bem mais importante do que os critérios de legalidade que possam ser atribuídos à função que esse execute (Idem: 333-334).

Para Bittner (2003, p. 30), a desconfiança da população norte-americana em relação à polícia surgiu, dentre outras coisas, porque a última demonstrou não estar preparada para atender aos inúmeros chamados e/ou a situações encabeçadas pela primeira. O despreparo manteve-se ligado, dentre outras coisas, aos valores enraizados no corpo policial no que tange à auto-imagem e à respectiva valorização dada a cada domínio que compõem o campo de atuação policial, quais sejam, o domínio criminal, o do controle regulador e o da manutenção da paz:

1) O domínio criminal é caracterizado pela efetuação de prisões e/ou pelo combate ao crime. É considerado, normalmente, o 'verdadeiro trabalho policial'. Entretanto, mesmo aqui a polícia 'peca', uma vez que age de forma discricionária e vê a lei como defesa do criminoso. Além disso, a atuação criminal se volta normalmente para os crimes 'comuns'⁶³, tais como roubos, arrombamentos, furto de veículos e outros e não para os chamados crimes de 'colarinho branco';

2) O domínio do controle regulador se caracteriza por ações como as que se voltam para o controle do tráfego, do porte de armas, da permissão e/ou do controle de feiras e/ou eventos;

3) A Manutenção da paz se caracteriza por ações que se voltam para as emergências críticas e para os desastres de toda espécie, bem como para as crises protagonizadas por doentes mentais e menores de idade, moradores de guetos étnicos, boêmios, pessoas com passado criminal conhecido, para a contenção de brigas violentas e/ou potencialmente violentas.

Normalmente, não existem registros deste trabalho, principalmente porque não redundam em prisões. Mas, o fato é que inúmeras pesquisas demonstraram que corresponde a dois terços do que a polícia faz (Idem: 31-34).

Além disso, o Sistema de Justiça Criminal não dá conta de apreender a 'seleção' que os policiais fazem das normas legais, diante das situações de trabalho

63 Geralmente a partir da "queixa perpetrada pela população".

com as quais se deparam. Tais como as que ocorrem em áreas ‘deterioradas’.

Neste sentido, e ainda para Bittner (p. 51-65) vários parecem ser os fatores que podem desencadear o tão temido abuso do poder policial. Desde os que se relacionam aos traços de personalidade e à ausência de controle sobre o trabalho executado até a incompetência profissional, agravada pela precariedade das condições de trabalho. Porém, existiriam outros elementos menos conhecidos, mas que influenciariam sobremaneira o abuso do poder de polícia, notadamente nos casos em que esses atuam em áreas deterioradas (bairros empobrecidos, onde residem minorias étnicas e ou grupos historicamente segregados).

Estas áreas seriam o habitat natural das pessoas que perderam a capacidade e/ou o comprometimento, no sentido de levar uma vida ‘normal’, ou seja, sob bases permanentes. Para Bittner (2003, p. 51-65), neste tipo de ambiente, os policiais norte-americanos se utilizam de forma discricionária de alguns conhecimentos adquiridos, como forma de nortear suas ações. Conhecimentos embasados, segundo o autor, nos seguintes pontos:

- 1) na particularização do conhecimento;
- 2) na relevância restrita da culpabilidade e
- 3) na tomada *ad hoc* de decisão (conforme o cenário encontrado).

A particularização do conhecimento seria a orientação do policial (norte-americano) que, via de regra, em áreas deterioradas norteia sua ação com base na pressuposição de que “se não se conhece um homem, há pouca coisa a se supor sobre ele” (Idem: 55). Isto significa afirmar que conhecer as pessoas e suas circunstâncias, principalmente em áreas deterioradas, é fundamental. Neste sentido, o policial que atua nestas áreas tem, normalmente, um conhecimento factual (por meio do qual ele acumula dados e faz uma caracterização dos ‘tipos’ sociais) de sua região de ronda.

Segundo Bittner é normal que nestes ambientes os policiais façam abordagens e esperem que as pessoas correspondam a seus questionamentos e intervenções. Mesmo que mantenham uma postura de distanciamento e não esperem deferências pessoais. Tanto é assim que a recusa a uma abordagem, nesses ambientes, normalmente termina em detenção.

Isto porque, dentre outras coisas, os policiais veem seus objetivos como hierarquicamente superiores às pessoas que abordam, tomando os que resistem a suas investidas como pessoas suspeitas e/ou que querem “lhes dar um grande

trabalho” (Idem: 56-57). Mesmo que saibam que suas abordagens, nestes lugares, são difíceis de conciliar com as doutrinas das liberdades civis.

De todo modo, os policiais acreditam que ajudam os moradores ‘de bem’ que vivem nessas regiões, quando ao serem chamados, normalmente encaminham as pessoas ‘inoportunas’ (por exemplo, bêbados e/ou drogados que estejam no interior e/ou perturbando o trabalho do comércio ou dos hotéis), para as instituições mais apropriadas, porque sabem que famintos, doentes e desequilibrados são uma fonte potencial de problemas (Idem: 57-58).

A relevância restrita da culpabilidade se caracterizaria pelo uso indiscriminado da Lei, por parte dos policiais norte-americanos, como pretexto para manterem a paz e dominarem as situações. Isto porque para os policiais não haveria como distribuir culpa e inocência, em áreas deterioradas, segundo as convencionais fórmulas racionais da justiça; pois o sentido de pertencimento, as noções do roubar alguém e/ou trapacear são vistas de forma totalmente diferente da convencional, as quais são, algumas vezes, aceitas pela comunidade que reside nessas áreas.

A tomada *ad hoc* de decisão, por fim, estaria ligada aos problemas enfrentados pelos policiais no sentido da observação e aplicação da Lei. Isto porque a rotina básica de se manter a paz dentro de áreas deterioradas envolve um processo de combinar os recursos de controle com as exigências da situação. Nesse processo, a praticidade representa um papel bem mais importante que as normas legais (Idem: 61-65).

Países como o Brasil e o Paraguai apresentam situações sociais mais problemáticas, se comparadas às dos EUA, uma vez que as formas de desigualdade e, conseqüentemente, de violência e desrespeito humano são encontradas numa proporção mais abrangente. Deste modo, as análises que giram em torno do conceito de policiamento em ‘áreas deterioradas’ podem ser empregadas nestes países (mesmo advindo de analistas sociais que desenvolveram seus trabalhos em países com os EUA).

Por aqui, aliás, a fragilidade social e a deterioração da vida, encontradas de forma explícita nas favelas, compõem um quadro no qual os policiais tendem a ‘afrouxar’ a postura profissional, adotando leituras ‘pré-concebidas’ em relação a um grande número de pessoas. Agindo, por conseqüência, de maneira ‘truculenta’ e ou embasadas em parâmetros por meio dos quais ‘ajustam’ sua ação a contextos que extrapolam os modelos ‘ideais’ de sociabilidade.

3.6 A VISÃO DA COMUNIDADE SOBRE A POLÍCIA E A QUESTÃO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA

Apesar das reformas que ocorreram nas polícias norte-americanas, nos últimos anos, a imagem negativa da polícia permaneceu forte entre a população. De modo geral, para Bittner, esta ainda vê o trabalho policial enquanto uma ocupação corrompida ('há algo de dragão no exterminador de dragões'). Do mesmo modo, a atividade policial continua envolta em mistério e desconfiança, gerando posturas de desprezo e ou de medo (mas também de fascinação), por parte da população (Idem: 93-99).

Do ponto de vista prático, analisa Bittner, o trabalho policial não é necessariamente corrupto, mas, como se faz sempre a favor de alguém e contra outro alguém, envolve profundas ambiguidades morais. Além disso, as exigências de rapidez e da 'ação agressiva', ou seja, aquela que elimina a resistência condena o trabalho policial a ser injusto e ofensivo (pelo menos aos olhos dos que estão próximos daqueles que são alvos da ação policial) (Idem: 101).

Se somarmos a isto o fato de a polícia ter um caráter militarizado e legalista, é quase inevitável que, como ocorre nos EUA, se direcione mais para o quê as pessoas são do que para o quê elas fazem. Em decorrência disto se desenvolve uma postura preconceituosa para com os negros, latino-americanos e outros. De todo modo, uma parte considerável da sociedade os instiga a agirem desta forma, quando chama a polícia para que a primeira atue contra alguém (Idem: 103-105).

Fato encontrado no Brasil, de modo recorrente.

Tendo em vista que a polícia lida com questões como a manutenção da paz (o que envolve questões complexas de seu trabalho e um preparo que, via de regra, não é dado pelos departamentos) e não somente com a questão do combate à criminalidade, mantêm-se em aberto pontos críticos do policiamento. O que afeta possibilidade de se visualizar melhorias na qualidade do serviço policial, gerando uma visão social pejorativa quanto a este (idem: 107-109).

De todo modo, para Bittner (2003, p. 21-25), os anos de 1980 podem ser caracterizados como os que implementaram a ideia de policiamento comunitário nos EUA, para substituir o foco de atuação policial até então existente, centrado nos indivíduos, por uma visão que levasse em conta a comunidade, bem como a necessidade de se criarem relações de colegiado (iniciativa que bateu de frente com

a hierarquia tradicional) e um serviço genuíno de solução de problemas (o que envolveu a realização de pesquisas e diagnósticos).

Este outro perfil profissional foi buscado, segundo Goldstein (2003, p. 18), diante das críticas sociais desencadeadas entre as décadas de 60 e 70 do século XX, que impulsionaram a consolidação, por parte dos governos, de quatro comissões presidenciais, entre os anos de 1965 e 1970, de modo a serem analisados os problemas relativos ao campo policial.

As comissões apontaram, dentre outras coisas, para o fato de que o modelo profissional de policiamento deveria sofrer mudanças como a incorporação da educação superior como pré-requisito para a entrada no mundo policial; a aquisição de respostas mais humanitárias e o respectivo estreitamento das relações com a comunidade; o maior recrutamento de grupos minoritários; o reconhecimento do poder discricionário da polícia, que deveria ser submetido a um controle com orientação mais hábil e diplomático; o desenvolvimento de métodos mais satisfatórios do que o existente no sistema de justiça criminal (Idem: 19-20).

O perfil profissional comunitário trouxe, dentre outros pressupostos, a percepção de que a polícia não é a 'tênue linha azul' que separa a sociedade da barbárie, por um lado; e que, por outro lado, que essa não é uma instituição simplesmente dispensável. De que o papel da polícia envolve lidar com um 'vasto leque de problemas humanos' e que por isso 'deve poder reconhecer e julgar praticamente tudo'. De que, ao degradar outras pessoas, os policiais se rebaixam ao nível dos rebaixados. De que utilizar-se da força que não seja para reprimir é criar uma violação de confiança para com a sociedade, distanciando-se de uma ação que corrobore para a construção de uma educação civil.

Segundo Bittner (2003, p. 285-288), o policiamento comunitário não necessita do envolvimento total dos departamentos para a realização do trabalho. De igual modo, não enfraquece o trabalho policial criminal. Além disso, não deve estar atrelado a uma política partidária nem tampouco ficar refém das demandas sociais. Por fim, o policiamento comunitário não vai transformar os policiais em assistentes sociais, mais vai ajudá-los a desenvolver um trabalho bem definido.

Para o autor, a contribuição que a ideia de policiamento comunitário trouxe foi a de projetar uma condição através da qual o policial possa pensar problemas complexos de forma complexa, uma vez exposto diante de outros grupos sociais. Não no sentido de ser sufocado e/ou dominado por esses, mas justamente para que

possa descobrir um papel mais destacado e mais claramente definido para si próprio.

Segundo Goldstein (2003, p. 21-22), infelizmente os esforços empreendidos por meio de pesquisas e por conta de algumas práticas desenvolvidas não causaram melhorias significativas no padrão operacional da polícia, uma vez que questões como as ligadas à frieza das ações praticadas por essa e a crença na capacidade e eficiência policiais continuaram se impondo (postura que, segundo Goldstein, não corresponde à realidade do trabalho policial).

Os novos programas não deram conta de resolver os problemas para os quais foram elaborados, ou seja, para melhorar o nível de sensibilidade da polícia diante do seu papel, criando um padrão de atuação melhor direcionado por meio de parâmetros legais. Do mesmo modo, não houve avanço significativo no aprimoramento das relações da polícia com grupos minoritários, bem como no controle do exercício da ação policial.

O impacto reduzido, em termos de mudanças, segundo Goldstein, teria ocorrido porque a preocupação central voltou-se para a consecução de uma superestrutura que não se fez acompanhar pela sedimentação das fundações, ou seja, a preocupação teria se direcionado para aspectos como os ligados à organização, às pessoas e aos equipamentos. Questões afetas à ambiguidade que envolve a tarefa policial, bem como os numerosos conflitos e contradições interdepartamentais e/ou organizacionais existentes não foram tratados. Além disso, continuou-se acreditando que prevenir o crime e prender criminosos são atribuições fundamentais da polícia (Idem: 23).

De todo modo, manteve-se a contradição entre as leis, as expectativas do público e a realidade das atividades policiais, o que contribuiu para que uma subcultura policial fosse criada e/ou preservada, permitindo que os policiais enfrentassem as pressões conflitantes e intratáveis lançadas sobre eles. O que fez com que os policiais aprendessem a improvisar (Idem: 24-26). Ainda, o escopo do trabalho comunitário não parece ter se efetivado de forma mais abrangente, mesmo em países como os EUA, afirma Bittner, pois a polícia permaneceu na 'espera de ser chamada' para aplicar a força e intimidar o grupo de pessoas (ou indivíduos) que, entende, precisa ser contido e/ou encaminhado para algum estabelecimento institucional.

Além disso, as pressões para tratar de maneira isolada determinados

problemas advindos do campo da segurança pública, bem como certas propostas para promover mudanças no campo policial permaneceram muito variadas.

É notório o fato de que no Brasil, nos últimos anos, as discussões acerca da necessária mudança no perfil profissional policial (notadamente o encontrado nas polícias militares) têm proliferado. Estas apontam para as deficiências encontradas no modelo policial ostensivo, militarizado e embasado no combate à criminalidade. Entretanto, este perfil tem perdurado, mesmo que estejamos vivendo há 22 anos sob um modelo democrático.

3.7 O CONTROLE DA POLÍCIA

Para Bayley (2006, p. 176-182), o controle e a responsabilização do trabalho policial, tendo em vista os problemas no trato com a população, foram buscados como forma de se adequar o comportamento policial aos objetivos da comunidade. O autor classificou as formas de controle do trabalho policial em quatro categorias:

1) Controle externo exclusivo, composto por comissões de avaliação civil ou por Ministros de Estado;

2) Controle externo inclusivo, composto pelos tribunais, pelo poder legislativo, pelos partidos políticos e/ou pela mídia de massa;

3) Controles Internos explícitos, compostos pelos processos internos da polícia, ou seja, pela capacidade da polícia em se autocontrolar. O que depende, inicialmente, de que lhe sejam dadas as condições de fazê-lo e, mesmo que possa fazê-lo, que ela escolha fazê-lo;

4) Controles Internos implícitos, compostos pela supervisão hierárquica; por procedimentos disciplinares organizacionais; pela responsabilização entre colegas; pela socialização. De qualquer forma, a eficácia do controle interno depende dos processos disciplinares existentes (Idem: 183-188).

O controle da polícia, para Bayley, pode ser aumentado se a responsabilidade do colegiado pelas ações for explicitamente desenvolvida. Além disso, o tipo de treinamento, voltado ou não para instruções morais também importa na questão do controle (Idem: 183). Por outro lado, quanto maior o tamanho do controle, mais burocrático e menos político este será; mas diferente do que se pensa

isto não acarreta num procedimento menos adequado aos anseios da comunidade (Idem: 187-188).

De todo modo, os sistemas de controle não determinam por si mesmos a concordância entre o comportamento policial e os desejos da comunidade; nem tampouco o aumento da participação política parece produzir uma mudança nas estruturas de responsabilização mais politizadas.

Por isso, as formas de controle interno são mais eficazes do que as desencadeadas por meio do controle externo. Isto porque as primeiras apresentam maior complexidade, abrangência e podem ser mais variadas, sutis e diferenciadas (Idem: 190-192). Além do mais, a regulação externa colide com o processo de regulação interno e é mais utilizada quando há a crença de que as instituições policiais não cumprem com suas responsabilidades; refletindo desconfiança e sendo vista pelos policiais como uma acusação que ataca seu orgulho e auto-estima (uma vez que denota que a população não os respeita). Isso concorre para que se desenvolvam formas de dissimulação no trato com os cidadãos (Idem: 190-193).

Ainda para Bayley, é perigoso atacar o orgulho policial, pois pesquisas têm demonstrado que existem fortes vínculos entre esse e a auto-regulação. Daí o discurso do 'profissionalismo', advindo dos policiais, que é um pedido de respeito. A regulação externa da polícia, deste modo, é uma forma de controle que funciona a partir da punição, fato análogo às medidas tomadas contra os criminosos. Ora, se os próprios criminologistas duvidam da eficácia da punição, pois consideram que o controle auto-imposto ou exercido informalmente é muito mais eficaz, no caso dos criminosos; isto deve ocorrer também por parte dos policiais.

O fato é que apenas os policiais podem saber, exatamente, o quê os colegas estão fazendo, por isso a forma mais eficaz de controle é interna. A confiança extremada no controle externo pode ser contraproducente, pois enfraquece a regulação ativa e responsável que os oficiais de polícia exercem uns sobre os outros (Idem: 194-201).

No Brasil, por exemplo, as formas de controle externo têm ganhado força, nos últimos anos, movidas por denúncias contra a violência policial que se direciona contra a população. Entretanto, as advertências de Bayley quanto ao fato de as formas de controle internos serem mais efetivas devem ser levadas em consideração.

3.8 A QUESTÃO DA FORMAÇÃO POLICIAL

Para Goldstein (2003, p. 317), nos EUA, desenvolveu-se uma crença quanto ao fato de que a melhoria do funcionamento da polícia seria alcançada pelo aumento proporcional da qualidade do trabalho feito por essa. Diante disto, programas de pessoal foram desenvolvidos, voltados mais especificamente para a questão do recrutamento, dos padrões de seleção, dos procedimentos de promoção, do treinamento e, mais recentemente, da educação. Infelizmente, quase sempre os esforços têm sido frustrados, uma vez que a preocupação predominante voltou-se para questões como contratação, promoção e aplicação de procedimentos disciplinares.

Assim, para Goldstein (2003, p. 318), não é possível que se faça uma correlação direta entre reformas de pessoal e melhoria da qualidade do serviço policial. Neste sentido, assumir que o recrutamento, a seleção e o treinamento de acordo com procedimentos recomendados vão resultar em diferenças na formação dos policiais de outrora, não se sustentam, porque o fato é que as reformas policiais têm se endereçado mais precisamente para questões como a da obtenção de maior prestígio institucional, melhoria das relações públicas e melhoria salarial.

As reformas de pessoal normalmente são vistas como uma forma de aperfeiçoar o desempenho da polícia, no entanto, tal visão tende a permanecer presa a padrões comuns de verificação de desempenho, assim, não existe uma percepção mais acurada do que efetivamente signifique. Por isso, normalmente as reformas policiais acabam envoltas com a falta de concordância sobre quais os objetivos específicos que devem nortear o processo.

Há também os que veem as reformas administrativas da polícia como uma forma de causar uma mudança radical no policiamento e com elas buscam atrair e promover oficiais que têm atitude e valores diferenciados. No entanto, a maioria dos programas é subvertida, uma vez que a ênfase dos mesmos é normalmente desviada do conteúdo para a forma, ou seja, para questões como a do número elevado de candidatos rejeitados por um dado processo de avaliação, o número de horas adicionadas aos programas de treinamento e o número de futuros soldados que possuem curso superior.

A preocupação com números normalmente deixa para trás problemas substanciais, que estariam atrelados mais aos critérios empregados para avaliar o

peçoal, o conteúdo e a qualidade da instrução nos programas de treinamento e a utilidade, para o trabalho policial, que apresenta um policial formado em faculdade.

Questões que perduram em países como o Brasil.

Goldstein aponta para o fato de que esses 'erros' de percepção são fruto da limitação dos administradores ligados ao campo policial, bem como da ingenuidade dos que acreditam que se pode muito a partir das reformas de pessoal (Idem: 318-319).

Ainda para Goldstein (2003, p. 319-320) para atualizar o trabalho policial os programas deveriam ser precedidos por uma visão mais precisa acerca da realidade desse, tais como a multiplicidade de funções por eles exercida; a necessidade limitada de atividades combativas; as várias alternativas de que se valem os policiais, diante das situações com as quais se encontram; o poder discricionário; o alto valor ligado à restrição e a responsabilização das ações praticadas.

Além disso, a subcultura policial, que desenvolve uma postura profissional que tem como pano de fundo a autoproteção e a proteção mútua (entre os policiais) contra as intervenções advindas de fora, a manutenção de segredos compartilhados e a resistência diante das influências externas, apresenta-se como outro elemento que normalmente escapa aos reformadores.

O caso das polícias militares encontradas em países como o Brasil expõe o fato de que elementos como os acima citados perpassam o campo da formação policial existentes em distintos países.

Isto se dá, segundo Goldstein porque as reformas de pessoal na polícia não levam em conta o papel-chave do administrador. O que tende a levar à falta de apoio e ou ao desenvolvimento de formas de oposição.

Conforme as pesquisas têm apontado, em termos de reforma de pessoal da polícia, não basta trazer pessoas com comportamento diferente para o ambiente organizacional. É mais produtor mudar o clima interno do que delinear um tipo diferente de funcionário. Isto porque o policiamento é essencialmente um serviço civil, conduzido em um ambiente civil.

No entanto, as agências de polícia são organizadas à maneira militar/piramidal e isso tende a ser desmoralizante para o policial de linha. Desmoralizante porque o treinamento começa, via de regra, com a despersonalização do novo policial, sendo moldado pelo departamento desde o momento que recebe número e uniforme e é encorajado a abandonar conduta e

opiniões pregressas e ou individuais (Idem: 319- 321).

Uma vez em serviço, é recompensado por seu conformismo e por sua obediência impensada às instruções, sofrendo medidas disciplinares severas quando comete infrações pequenas, diante de regras menores. Além disso, para atender às necessidades da agência o serviço pode ser remanejado a qualquer momento, o que geralmente acarreta prejuízos pessoais. Ainda, o policial é usado, grosso modo, em uma perspectiva que o leva a sugerir que sua presença física é mais importante do que suas ações. É mantido fora das questões que o envolvem diretamente e confrontado com a percepção de que pode muito bem ser mantido por toda a carreira no posto de soldado raso.

No Brasil e no Paraguai são comuns as reclamações por parte dos policiais que se encontram na hierarquia inferior, no sentido das restrições e ou prejuízos pessoais e familiares que sofrem, diante dos encaminhamentos dados por seus superiores.

Para Goldstein os superiores hierárquicos, normalmente, mantêm um distanciamento dos subalternos. E este ambiente autoritário é compensado, quando o é, apenas por questões como a oferta de recreação para os policiais e/ou familiares, por serviços médicos oferecidos e/ou por formas de aconselhamento financeiro e familiar.

Mais uma vez, pontos que se encaixam perfeitamente na realidade vivida pelas polícias militares de países como o Brasil e o Paraguai.

Segundo Goldstein, até pouco tempo atrás, nos EUA, era comum policiais serem proibidos de participar de qualquer atividade política, de criticar as operações policiais no fórum público, de se unir a vários grupos (principalmente sindicatos), bem como com pessoas que foram condenadas por algum tipo de crime.

Se ressalta que no Brasil e no Paraguai, ainda hoje, os policiais militares não têm o direito de constituírem sindicatos profissionais.

Para o autor, privar alguém responsável pelas garantias constitucionais de exercer seus direitos é uma maneira 'pobre' de preparar a polícia para exercer suas responsabilidades. Neste sentido, aponta para o fato de que as políticas de organização e de administração de uma agência de polícia devem ser consoantes com os valores que a polícia deve defender na comunidade maior (Idem: 321-322).

3.8.1 DEFINIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DE UM BOM POLICIAL

De forma geral, os processos de seleção e recrutamento, na polícia, são moldados pelo objetivo de atrair candidatos de 'alta qualidade', usualmente definidos em termos genéricos por meio de questões como presença de alta inteligência, caráter ilibado e habilidade. No entanto, quais são as características relacionadas à função policial? Pergunta-se Goldstein (2003, p. 323-324). Para ele, a resposta foi dada, até pouco tempo atrás, com base em estereótipos construídos sobre o trabalho policial.

Os testes foram aplicados pelos superiores como forma de identificar o desempenho longitudinal dos policiais ao se comparar o desempenho passado com o do presente, a permanência no serviço, o número de cartas com elogios e prêmios, o número de queixas registradas, o número de ações disciplinares e número total de prisões efetuadas. Essas medidas servem para perpetuar um modelo de organização mais tradicional, mas não para indicar as características que irão fazer com que policiais sejam capazes de agir de forma diferente e com mais efeito, no futuro (Idem: 324-325).

As qualidades necessárias a um bom policial estariam ancoradas nos seguintes pontos: em primeiro lugar, no fato de ter um alto grau de inteligência, uma vez que lida com decisões complexas que têm grande impacto na vida das pessoas; em segundo lugar, no fato de ter a capacidade de mudar facilmente de função, com a respectiva mudança de comportamento mental e operacional; em terceiro lugar, no fato de saber apreciar as diferenças existentes entre as culturas, aprender a tolerar comportamentos não convencionais e respeitar estilos de vida diferentes; em quarto lugar, no fato de apreciar o significado da liberdade e de ser sensível às consequências terríveis do uso indiscriminado da autoridade; em quinto lugar, no fato de acatar o controle social sobre o trabalho feito (GOLDSTEIN, 2003, p. 325).

Mais ainda, em um serviço que consiste principalmente no relacionamento constante com as pessoas, os policiais devem ter autodisciplina e maturidade que lhes possibilitem lidar com outros de uma maneira objetiva, sem externar emoção, o que vai ajudá-los a tolerar o estresse e demonstrar interesse em questões que, se para eles são banais, para os outros representam crises existenciais graves.

Esses elementos, que se direcionam para as características que devem envolver o profissional da segurança pública (em detrimento das características, há

muito propaladas e/ou defendidas, tais como bravura, coragem, agressividade), normalmente passam ao largo dos critérios de seleção dos candidatos a um posto policial, em países como o Brasil e o Paraguai.

Para o autor, os EUA teriam avançado em termos da formação das suas polícias, estabelecendo novos requisitos para os testes de seleção, notadamente não discriminatórios. Mas os testes mediram apenas a capacidade dos candidatos no sentido de compreenderem instruções simples, reconhecerem detalhes e raciocinarem logicamente. Embora isto possa oferecer recursos para superar os padrões do passado, eles podem, por outro lado, impedir que a administração policial use o processo de seleção para trazer um novo tipo de pessoas para dentro das agências. Isto porque questões subjetivas importantes, como a capacidade de se relacionar com indivíduos, sensibilidade diante dos problemas da vida urbana e flexibilidade quando em face de mudanças não podem ser medidas pelos testes objetivos (Idem: 325-326).

É claro que tais características são difíceis de serem mensuradas, mas para Goldstein devem ocorrer, em algum momento do processo. Embora, se deva tomar cuidado para que não sejam utilizadas por pessoas, na organização, que ao defenderem os velhos padrões, afastem os que têm possibilidade de trazer mudanças efetivas para as agências policiais e assim façam com que fiquem subsumidos os objetivos de se manter a equidade trazida pelos testes objetivos.

Uma alternativa diante deste tipo de problema (avaliação subjetiva dos candidatos) segundo Goldstein, seria trazer pessoas para fazerem entrevistas e ou levantarem informações curriculares acerca dos candidatos, de modo a conhecer melhor suas aptidões. Nos EUA, em alguns lugares, isto tem sido feito já há algum tempo (Idem: 326).

No Brasil, principalmente, o processo seletivo de policiais é altamente exigente em termos das características comportamentais requeridas para o exercício da atividade profissional (pesquisas da vida pregressa dos candidatos são feitas de forma recorrente). Entretanto, após este processo, não há acompanhamento individual dos candidatos nem tampouco uma estrutura (institucional, psicológica) que dê suporte para o profissional, no sentido desses desenvolverem seu trabalho de maneira mais eficaz.

Para Goldstein o processo tradicional de seleção de candidatos ao trabalho policial deveria ser complementado por informações biográficas dos candidatos

(coletadas de forma independente), bem como por observações acerca daqueles candidatos que tenham apresentado alguma forma de conduta questionável durante seu período de experiência. Isto representaria, por um lado, um aumento do custo, no sentido de perder-se alguém que foi treinado; mas, por outro lado, representaria uma forma mais justa e abrangente de avaliação subjetiva (psicológica e ou psiquiátrica) dos futuros policiais (Idem: 336-337).

De todo modo, garantir a presença de policiais capazes requer envolvê-los em políticas de planejamento e em métodos de operação. Do mesmo modo, é preciso propiciar que tenham mais voz nas políticas que afetam seu próprio papel, bem como é importante dar-lhes maiores oportunidades para que percebam seu potencial, sem ser necessariamente por meio de promoção.

Isto pode ser feito por consulta ao pessoal operacional sobre assuntos que surgem em áreas onde adquiriram bastante conhecimento. Goldstein se pergunta, mais uma vez: quão essencial é que os policiais fiquem em estado de alerta todos os dias para inspeção formal? Ou que sigam a linha de comando em toda a comunicação? Ou que se considere que estão de serviço o tempo todo?

Ao invés disto, seria mais produtivo que fossem feitas reuniões no início do turno a fim de melhorar a comunicação interna. Algumas agências, nos EUA têm aplicado este processo, obtendo significativo sucesso (idem: 326-327).

Questões pertinentes, se pensadas do ponto de vista da estrutura encontrada nas polícias militares brasileira e paraguaia.

Para Goldstein a própria questão do uniforme precisaria ser revista. Sua substituição por vestimentas civis reduziria a hostilidade dos cidadãos? Provavelmente. Mas, por outro lado, é fato que o uniforme impõe um importante padrão de autoridade.

Um dos desenvolvimentos mais promissores feito nos EUA em termos de avaliação do trabalho policial tem sido a experiência realizada com forças-tarefa, com o objetivo de se desenvolverem políticas departamentais relacionadas a um aspecto específico das operações policiais ou relacionadas ao desenvolvimento de procedimentos internos (regulamentações). Em Kansas City, Missouri, forças-tarefa foram criadas para a identificação de problemas em suas áreas de operação e por meio destas foram criados programas para o enfrentamento desses problemas. Processo feito com apoio financeiro e acompanhamento da equipe da *Police Foundation*, no tocante a elaboração dos projetos (Idem: 327-329).

Outra possibilidade de avanço, no sentido da modificação do ambiente de trabalho, consiste em dar ao policial a oportunidade de avanço, tanto em pagamento quanto em status, sem requerer que mude para uma posição de supervisão. Isto porque bons policiais, por exemplo, não têm inclinação nem habilidade para supervisionar outros e/ou executar tarefas administrativas.

Relacionada a essa alternativa, especialmente nos departamentos maiores, está a possibilidade de serem reconhecidos, em um nível mais alto, as habilidades e talentos especiais de policial. Isto vem sendo feito em alguns departamentos norte-americanos, onde a promoção para investigador ou, por exemplo, para o exercício do policiamento de jovens é baseada nos exames ou em alguma forma de avaliação das habilidades requeridas para o desempenho específico dessas tarefas.

A especialização em determinadas tarefas, conforme a propensão individual, só faz bem aos cidadãos e aos próprios policiais (Idem: 330).

Nas polícias militares do Brasil e na polícia nacional paraguaia, por regimento, os subalternos não encontram espaço para exercerem as atividades acima elencadas, uma vez que são treinados para obedecerem às ordens dos superiores hierárquicos.

3.8.2 MUDANÇA PROCESSADA A PARTIR DO RECRUTAMENTO DE POLICIAIS COM PERFIS DIFERENCIADOS

Para Goldstein, se por um lado a mudança cultural no interior das agências policiais é fator-chave para a mudança comportamental dos policiais, por outro, as mudanças de pessoal podem vir antes daquelas, e serem tão importantes quanto as primeiras. Isto vai depender da habilidade do comando para que as coisas se complementem (mudanças externa e interna).

Neste sentido, o aumento no número de funcionários advindos de grupos minoritários; o aumento de funcionárias mulheres e o ingresso de jovens que cresceram numa época na qual as instituições tradicionais foram questionadas apresentam-se como pontos que fortalecem a mudança no perfil do administrador policial. Uma experiência positiva, nos EUA, foi a que resultou no recrutamento de jovens universitários para passarem um período curto na polícia, ou como forma de subsidiarem suas mensalidades na universidade ou como forma de exercitarem

conhecimentos em áreas que envolvam estudos em questões como administração e urbanismo. De todo modo, mesmo que a ideia tenha sido boa, ela não ganhou corpo (idem: 331-332).

Goldstein (2003, p. 333) lamenta, pois para ele a polícia ganharia com este processo de diversas formas: atraindo indivíduos com nível de competência que diz estar procurando e atraindo os serviços de jovens altamente motivados, ativos e diferentes. Além disso, se algum destes jovens se interessasse pelo trabalho policial, poderia participar de um futuro programa de recrutamento.

É claro que isto poderia gerar um distanciamento entre os policiais de carreira e esses jovens, mas, de qualquer forma, a iniciativa poderia criar um ambiente mais favorável às mudanças futuras. Ainda, em termos de atrair pessoal com perfil diferenciado para dentro das agências de polícia, uma experiência significativa consistiria no recrutamento de minorias para o trabalho policial.

Nos EUA dos anos 60 do século XX, caracterizado pela onda de violência urbana, diversas críticas direcionaram-se à polícia, devido ao fato de essa não possuir em seus quadros membros advindos de grupos minoritários (notadamente nos postos administrativos). Isso permitiria posturas abertas de discriminação contra negros, no processo de contratação.

Essa crítica, juntamente com os programas de ação afirmativa que se desenvolveram, tornou o recrutamento de minorias uma grande preocupação dos administradores, quer seja porque passaram a acreditar que a força policial deveria mesmo ser representativa da sociedade; quer seja por uma questão pragmática, ou seja, porque buscaram reduzir a hostilidade advinda das minorias; quer seja, ainda, simplesmente porque precisavam cumprir a lei.

Em países como o Brasil, a discriminação contra negros e pobres é praticada por parte de um número significativo de policiais. Embora a corporação seja constituída por pessoas advindas das classes menos favorecidas.

Para Goldstein tal mudança foi acompanhada, nos EUA, pela propaganda direcionada a certas comunidades, via rádio, a fim de contrastar com o que ocorria até então, onde os candidatos interessados precisavam procurar, por conta própria, o emprego de policial (Idem: 334).

Se, por um lado, essas ações representaram avanços; por outro, o problema é que muitos grupos minoritários permaneceram vendo a polícia como hostil a eles e a seus interesses. De todo modo, o administrador policial deveria ver

tais mudanças (ou possibilidades de mudança) como um caminho para melhorar a qualidade de vida nas áreas urbanas. O que não quer dizer que não haveria tensão e/ou resistências (Idem: 335-336).

Em Países como o Brasil, mais recentemente, as corporações policiais têm recebido um contingente de candidatos que possuem um grau de instrução maior e ou que advêm de um meio que lhes dotou de um capital cultural importante, e que pode servir para trazer novos valores para as corporações policiais. O que parece qualificar os quadros policiais. Entretanto, de nada adianta exigir uma formação mais qualificada para o ingresso na polícia se a qualificação não for efetivamente usada (ou seja, se não forem dadas as condições, bem como atrativos que permitam aos jovens talentosos permanecerem na polícia).

Do mesmo modo, tem havido um aumento da participação de mulheres nas corporações policiais brasileiras, embora de forma tímida (caberia perguntar, entretanto, se a presença feminina está trazendo uma mudança no perfil de atuação policial – nas ruas – ou se estas estariam adotando a mesma postura profissional advinda do mundo masculino – afeta a posturas agressivas e/ou a ações truculentas).

3.8.3 TREINAMENTO DE RECRUTAS

O treinamento de recrutas (novos policiais) tem sido visto como uma das formas mais objetivas de levar o novo pessoal ao grau exigido e/ou como forma de estabelecerem-se padrões novos, mais elevados e, de alguma forma, diferentes de formação profissional. Ao mesmo tempo, crescem as dúvidas quanto ao fato de que o treinamento, na forma como se apresenta, alcance os objetivos que seus proponentes previram para ele. Isto porque os programas de treinamento têm sido consolidados de forma inconstante, nos EUA, com exceção da Califórnia, que o fez de forma sistemática desde 1959 (Idem: 337-338).

É fato que a entrada das legislações estaduais, com decretos de padrões mínimos de treinamento antes que um candidato possa ter o certificado de policial mudou a realidade caracterizada pela inconstância. Mesmo assim, o treinamento permanece sendo visto, via de regra, como um luxo a ser feito se o tempo, os recursos e a equipe permitirem.

Fato análogo é encontrado em países como o Brasil.

Deste modo, e diante deste contexto, as aulas (nas diferentes disciplinas ofertadas) normalmente se sobrepõem, sendo dadas em períodos de tempo curto, com jornadas de 8 horas diárias. As palestras são usadas com a esperança de que sejam maximizadas questões que não serão trabalhadas nas disciplinas, mas consideradas importantes. Além disso, não há equipe de treinamento regular. E mais, de modo geral, o sucesso dos programas de treinamento é avaliado a partir do número de horas de trabalho em sala de aula.

Estes pontos foram encontrados nos Cursos de Formação de Soldados (policiais Militares) que acompanhamos no Brasil (e o caso paraguaio pareceu não apresentar realidade distinta).

Para Goldstein, normalmente o treinamento enfatiza questões como a manutenção de cadernos arrumados; compromete a memória dos alunos com um grande número de fatos irrelevantes; trata de assuntos técnicos em detrimento de princípios básicos de lei, democracia e relações humanas e é desenvolvido em uma atmosfera militar. De todo modo, as técnicas usuais de ensino tornam o treinamento muito passivo para o recruta (Idem: 338-339).

Elementos que são encontrados nos cursos de formação de policiais militares no Brasil e no Paraguai.

Esses e outros pontos críticos foram avaliados por estudiosos da polícia, do ponto de vista dos programas de treinamento. As pesquisas mostraram a importância dada ao protocolo militar, ao serem ensinadas operações policiais 'de acordo com o livro'. Soma-se a isto a primazia dada também para o combate ao crime, por meio da qual são tratados tópicos específicos, com valor prático, ignorando grandes áreas que ocupam a maior parte do tempo dos policiais.

Do mesmo modo, persiste a crença de que o modelo estereotipado da polícia vai aumentar a velocidade do novo recruta em se afastar de costumes menos desejáveis, com sua ênfase em limpeza e polimento de equipamentos, objetividade e disciplina rígida.

Na tentativa de moldar os policiais com um modelo irreal, amarrado aos mitos do policiamento, os programas de treinamento tendem a fracassar em alcançar o objetivo mínimo de orientar um novo empregado para seu novo serviço. Contudo, o novo policial aprende a não levar a sério a estrutura formal e a direção administrativa da agência, substituindo a importância dada a essa pela que dá às

instruções informais que recebe de seus colegas.

Daí o notável fracasso em prepararem-se os policiais para enfrentarem o estresse inerente ao seu trabalho, pois eles não recebem preparação para lidar com os conflitos e as pressões contraditórias em que deverão, inevitavelmente, se envolver.

Os policiais quase sempre são instruídos a serem corteses e respeitosos com membros de grupos minoritários; a avisarem aos suspeitos que eles podem permanecer em silêncio; protegerem o direito de falar dos oradores mais radicais; exercitarem a restrição no uso da força; recusarem até a mais sincera oferta de um presente; prenderem pequenos apostadores e usuários de maconha (Idem: 340). Cada instrução dessas resulta de um julgamento legislativo, judicial ou administrativo extremamente importante, que tem uma longa história e que quase sempre reflete um saldo de valores e prioridades que competem entre si. Questões que normalmente não são repassadas para os recrutas em treinamento.

Isto os deixa sozinhos para descobrir os aborrecimentos em que a sociedade os coloca, tais como tentarem ser educados, corteses e respeitosos dentro de ambientes hostis; perseguirem criminosos incansavelmente, mas salvaguardando os direitos deles; desenvolverem boas relações com a comunidade, mas mantendo-se suficientemente distantes e frios, com o objetivo de fazerem cumprir a lei; comprometerem-se com a aplicação de todas as leis, mas, de vez em quando, eximirem-se de aplicar algumas delas; serem respeitosos com a comunidade, mas resistirem às pressões da maioria, a fim de protegerem os interesses das minorias (Idem: 340-341).

Uma oportunidade para melhorar o treinamento de recrutas, neste sentido, segundo Goldstein (2003, p. 342), seria feita ao deixá-los a par da multiplicidade de funções policiais que vão encontrar, bem como com os métodos formais e informais que são normalmente usados pela polícia para lidar com essas situações; e as formas de se utilizar da discricionariedade para escolher entre os métodos. Do mesmo modo, a instrução deveria ser dada com base em situações reais que vão encontrar na rua e não no vácuo.

Além disso, o recruta deveria aprender o suficiente sobre conduta criminal séria, de modo a entender tal conduta no contexto de problemas mais abrangentes de desorganização social; discutir pontos como luta por igualdade racial; a existência de dissidências políticas e o comportamento de organizações sociais e políticas (de

modo a perceber estes pontos no contexto dos sistemas políticos). Deveriam mostrá-lo a forma como a sociedade enxerga a polícia e os motivos pelos quais isto ocorre. Isto ajudaria na resolução de problemas como estresse, ansiedade e atitude defensiva que geralmente desenvolvem.

De todo modo, por conta do uso extensivo do sistema de justiça criminal, o recruta deveria ser familiarizado com as operações desse sistema (além dos casos formais), incluindo revisões das grandes questões que vêm à tona na operação do sistema. Isto o faria entender melhor as sentenças dadas e o faria aproximar-se dos promotores e juizes.

Poder-se-ia até mesmo esperar que os novos recrutas explorassem e debatesses visões opostas em assuntos policiais controversos, tais como o uso da sanção criminal para controlar a prostituição, as apostas e os narcóticos; a interceptação ilegal de transmissões e grampos telefônicos; o uso de informantes; a possível proibição do registro de armas de fogo; a vigilância política; a pena de morte; as práticas de sentenciamento; os métodos de controle da corrupção policial. Isto os tornaria mais flexíveis (Idem: 343).

Todo esse processo poderia estabelecer um modelo de análise que resultaria em uma crítica construtiva do futuro policial quanto a todos os aspectos do funcionamento da polícia, cuja consequência é o alargamento das perspectivas do trabalho a ser realizado.

Esses elementos, assim nos parece, têm encontrado espaços, do ponto de vista dos cursos de formação de soldados realizados no Brasil e Paraguai, a partir da introdução de disciplinas como direitos humanos e polícia comunitária. Tais disciplinas possibilitam que discussões acerca dos modelos de atuação policial sejam feitas e contribuam para que os alunos exercitem um olhar crítico sobre o papel a ser exercido, por parte das polícias nos contextos sociais (idem: 344).

Entretanto, tais matérias têm adentrado os cursos de forma tímida e recentemente. Além disso, se comparadas ao montante de outras matérias e ou enfoques que são trabalhados nos cursos, envoltos por procedimentos jurídicos e ou técnico-operacionais, encontram pouco espaço para 'se fazerem ouvir'

Segundo Goldstein (2003), duas formas de treinamento, nos EUA, desencadearam questões importantes e geraram promessas importantes no trato com a questão do treinamento policial. A primeira consistiu em familiarizar os recrutas com a grande variedade de pessoas com as quais eles terão que trabalhar,

e, no processo, sensibilizá-los para as diferentes culturas e estilos de vida dos cidadãos. A segunda consistiu na construção de projetos experimentais que tiveram como objetivo sensibilizar a polícia diante da autoridade que ela exerce.

3.8.4 RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO SUPERIOR E POLÍCIA: ARGUMENTOS A FAVOR

Nos EUA, o primeiro esforço para atrair pessoal com curso superior para os quadros policiais foi feito em 1917. No entanto, o esforço não prosperou devido ao fato de os policiais de linha apresentarem resistências diante deste movimento (Idem: 350). Os policiais passaram a chamar os colegas advindos dos bancos escolares de ‘tira de faculdade’.

Deste modo, a manutenção do velho estereótipo do ‘tira burro’; o conceito prevalecente do policiamento como uma tarefa simples; o baixo pagamento e as limitações de progresso na carreira fizeram com que se chegasse à conclusão de que seria um desperdício exigir curso superior para a entrada na polícia. Além disso, a prioridade dada ao curso superior foi sempre direcionada, no campo policial, para o pessoal que ocupa cargos administrativos (GOLDSTEIN 2003, p. 350-351).

De todo modo, houve, nos EUA, um aumento no número de Faculdades que criaram programas de estudos voltados para o pessoal da polícia, por conta do apoio entusiástico que surgiu com o intuito de melhorar as operações policiais (Idem: 349).

Sabe-se que historicamente, nos EUA, a educação superior passou a ser vista como sinônimo de compromisso com o desafio, o questionamento, a consolidação de uma visão crítica, bem como com a capacidade mais aguçada para proferir análises acerca das instituições existentes. Também como forma de, aos poucos, criarem-se novos valores e perspectivas mais abertas (Idem: 361).

Com isso, a busca por candidatos portadores de curso superior e/ou que frequentassem cursos superiores tornou-se algo cada vez mais praticado do ponto de vista do ingresso na polícia norte-americana. Mesmo que não tenha sido demonstrada, efetivamente, a validade do ensino superior para o policiamento foi dado um valor muito grande ao fato de que a experiência da faculdade produziria um policial melhor, entendendo-se que com isto melhoraria a qualidade do atendimento

do policial diante do público (Idem: 353-356).

O problema é que as instituições policiais e a cultura policial apresentaram resistências quanto às inovações possíveis trazidas com o pessoal universitário. Deste modo, foi colocada maior ênfase nos estudos pós-ingresso do que no recrutamento de pessoal que já possuía curso superior (Idem: 361- 364). Também é fato que muitos policiais foram segregados nas faculdades que cursavam e vários cursos que frequentaram (muitas vezes à distância) e/ou que foram incentivados a fazer⁶⁴, algumas vezes não demonstraram ser úteis ao trabalho policial.

Para Goldstein (2003), o pessoal da polícia deveria reconhecer que quando se abraça a educação superior é preciso fazê-lo de modo à submeter suas operações à análise crítica. Mas, isto é algo que está longe de ser tratado com tranquilidade pelo campo policial. Do ponto de vista da relação mais estreita entre curso superior e trabalho policial, o autor infere que as artes liberais têm um grande potencial para preparar os policiais, no sentido de consolidarem análises construtivas acerca de suas tarefas e assim possibilitarem uma mudança de postura profissional (Idem: 364-367).

Para o autor supracitado, cursos como os de História, Economia, Introdução à Sociologia e Psicologia, Desenvolvimento de Instituições e Movimentos Políticos seriam apropriados. Além disso, como os policiais no seu trabalho diário lidam com questões abstratas e complexas, além de atuarem em ambientes desestruturados e viverem situações caracterizadas por ambiguidades, teriam a ganhar se fizessem disciplinas como Teoria Política, Filosofia ou Jurisprudência. De igual modo, os policiais necessitam desenvolver habilidades analíticas para resolverem questões importantes e tomarem decisões rápidas. Por isso, seria útil terem acesso aos conhecimentos advindos da Metodologia da Pesquisa, Matemática, Estatística e Lógica.

Igualmente importante, para os policiais, é a familiarização com o local aonde irão trabalhar e com os problemas com os quais terão de lidar. Isso exige conhecimento do campo da criminologia, controle social, problemas de minorias raciais e étnicas, urbanização, governo urbano e política, direito constitucional e administrativo.

Como modo de operacionalizar essa formação, seria interessante que a

64 Tais como eletrônica, mergulho, trabalhos em madeira, aulas de computação, etc.

oferta das disciplinas fosse feita dentro da estrutura de cursos já existentes e não a partir da consolidação de uma nova estrutura voltada à área criminal (Idem: 368).

No Brasil, mais especificamente, é recente a aproximação entre Universidades e Polícia. E embora esta venha crescendo (por meio, principalmente, dos cursos de pós-graduação voltados para policiais), ainda há muito a ser feito para que as instituições acadêmicas efetivamente contribuam, de forma continuada, para a melhoria do trabalho policial. De todo modo, o fato é que a própria polícia apresenta resistências no sentido de mudar o perfil formativo de seus quadros. Uma vez que insiste, por exemplo, em manter os cursos de formação atrelados exclusivamente às corporações policiais (com instrutores advindos exclusivamente destas corporações).

Mesmo que seja inegável o aporte das faculdades, nos EUA, no sentido da instrumentalização do trabalho policial, seria mais produtivo que essas desenvolvessem capacitação também em áreas de discussão sobre: a natureza da função policial, o desenvolvimento de alternativas para o sistema de justiça criminal, o exercício do poder discricionário da polícia e o controle da conduta policial.

Em termos de seleção de pessoal, insiste Goldstein (2003, p. 370-371) seria mais produtora que ao invés de depender da credencial para contratar e/ou para promover, a polícia fizesse mais para examinar cada candidato individualmente, no sentido de medir individualmente as características mais necessárias ao trabalho a ser feito.

3.8.5 POTENCIAL DAS UNIVERSIDADES NO SENTIDO DA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DOS POLICIAIS

É inegável a importância que as pesquisas acadêmicas, nos EUA, trouxeram para a polícia. Entretanto, perdura uma negligência por parte das instituições de ensino superior no sentido de se envolverem com as questões policiais (GOLDSTEIN, 2003, p. 371-372).

Resistências surgem de ambos os lados, uma vez que o ambiente acadêmico é aberto e questionador; e o da polícia é dado à obediência sem questionamentos. Também é fato que os policiais se ressentem de que os acadêmicos se aproximam deles apenas para realizarem pesquisas para publicação

e adquirirem reconhecimento. De fato, por vezes os pesquisadores não são francos quanto aos resultados de suas pesquisas e prometem um retorno que não ocorre. Esses, ainda, tendem a se utilizar de uma linguagem distante da que os policiais estão familiarizados e não adotam a prática de dar um retorno, para a polícia, do que estão fazendo (Idem: 372-373).

De todo modo, as pesquisas (aplicação de questionários, etc.) não podem ser feitas enquanto único contato com o mundo policial. Devem ser feitos esforços para que surja uma relação de comprometimento entre ambos (polícia e universidade). Neste sentido, o papel dos projetos de extensão, advindos do mundo acadêmico, serve como instrumento importante para a realização de tal aproximação (Idem: 374-375).

3.9 MUDANÇAS EFETIVAS E NECESSÁRIAS NO CAMPO DA ATUAÇÃO POLICIAL

Para Goldstein (2003, p. 378-380), as mudanças não terão êxito se forem encaminhadas de forma isolada pelos departamentos policiais. Precisam ser direcionadas por vários órgãos de forma concomitante. Mas, independente disto, a figura central do processo de mudança é a do gestor policial, pois é sobre ele que tanto as forças de mudança internas como as externas exercem suas pressões. Por isso, ele deve ser paciente, pois as mudanças geralmente são vagarosas e dependerão, em grande medida, da capacidade deste em conquistar o apoio de seu pessoal.

O principal papel do administrador policial, diante das forças externas, é o de articulá-las com as necessidades internas da polícia. Além disso, deve encorajar os policiais para que adotem, em sua postura profissional, um olhar para as mudanças. Assim, a articulação entre redes policiais informais, ou seja, as trocas de experiências entre gestores policiais que estejam em busca de mudanças, pelos sucessos e fracassos, é um processo importante e que tem demonstrado sua importância ao ser adotada por alguns gestores policiais dos EUA (Idem: 382).

Goldstein (2003, p. 383-385) lembra ainda que depois de 1960, nos EUA, os sindicatos policiais foram instituídos e passaram a trabalhar na direção das reivindicações salariais e no sentido da melhoria das condições de trabalho. Tal fato gerou dois posicionamentos: de um lado, os grupos que atacaram os sindicatos por

defenderem o *status quo*; de outro lado, os grupos que defenderam a existência dos sindicatos por entenderem que auxiliariam em questões como as da defesa de uma polícia mais democrática.

Neste embate, os chefes policiais foram os que mais se sentiram lesados e interpretaram a presença dos sindicatos como algo que gerou divisões administrativas (Idem: 384). Pressão que se fez sentir, também, por meio do rádio, da televisão e da imprensa escrita. Uma vez que essas exercem uma enorme influência sobre a forma e a qualidade do serviço policial.

A televisão, entretanto, para Goldstein, obteria o maior alcance (tendo a tendência de perpetuar os mitos sobre o trabalho policial e de tratar este por meio do sensacionalismo). Além disso, tende a fomentar perspectivas irrealizáveis acerca desse. De todo modo, a cobertura de mídia influencia muito as atitudes e as respectivas pressões que o público exerce sobre a polícia. Neste sentido, é possível afirmar que a polícia é dependente da mídia, pois tende a responder diretamente, e algumas vezes excessivamente, às suas críticas, sejam elas explícitas ou implícitas (Idem: 390).

Segundo o autor em muitas situações uma imprensa alerta e comprometida com a justiça e a integridade no governo atua no sentido de pressionar agressivamente a polícia a fim de reformas. Fato já ocorrido nos EUA. Reformas que podem e devem ser fomentadas por parte dos administradores municipais, uma vez que exercem uma enorme influência, se quiserem, sobre o trabalho policial, por meio de ações que visem, por exemplo, mudar o foco adotado pelos departamentos policiais (forçando administradores e policiais a desenvolverem programas prioritários, amadurecendo suas condutas) (Idem: 393).

Para Goldstein, ainda (2003, p. 395-396), é importante para o trabalho policial a presença atuante dos governos estaduais. Entretanto, esses geralmente mantêm-se distantes e desconhecem as dificuldades e/ou as peculiaridades existentes em cada cidade. De todo modo, o auxílio que podem prestar à polícia pode advir das legislações (estatutos) e/ou pelo estabelecimento de alternativas diante do sistema de justiça criminal.

Já o papel do Governo Federal, quanto ao trabalho policial, parece ter crescido, nos EUA, movido pela preocupação diante do aumento da criminalidade. Para Goldstein esse pode auxiliar a polícia, ainda, por meio da defesa dos valores e dos sistemas democráticos (encaminhamento de programas permanentes de

administração policial bem como pela garantia do comprometimento mais pesado e mais explícito de pesquisas que se voltem para todos os aspectos da função policial) (Idem: 397-399).

Em Países como o Brasil (onde as polícias civis e militares estão atreladas aos estados), há situações díspares (há estados que, por exemplo, pagam melhor os policiais do que outros), bem como encaminhamentos (do ponto de vista formativo) que não contribuem para uma uniformização profissional dos quadros policiais. Além disso, o Governo Federal tem mantido uma histórica distância diante das demandas advindas dos policiais (avanço diante deste quadro foi feito nos últimos anos, por parte do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, pela efetivação de documentos como o do PRONASCI).

De todo modo, avanço que será implementado aos poucos e que encontrará resistências e limites estruturais e culturais para sua efetivação.

Para Goldstein, as pesquisas que se voltam para a polícia precisam ter continuidade e não ser abandonadas, em função do aparecimento de outras prioridades (o que causa certa esquizofrenia e/ou falta de diretrizes melhor elaboradas). Fato ocorrido em alguns lugares dos EUA (Idem: 399-400).

Da mesma forma, as pesquisas e/ou os recursos elencados não podem ficar reféns de pressões sociais momentâneas.

Goldstein (2003) observa, ainda, que o foco da ajuda, por parte do Governo Federal Norte-Americano, voltado para o trabalho policial, tem se concentrado na compra de equipamentos e/ou no sentido de auxiliar no melhoramento estrutural dos recursos tecnológicos (que são importantes, mas não devem ser vistos como a única possibilidade de ajuda) (Idem: 400-401). Fato que ocorre no Brasil, onde políticos de plantão buscam se sobressair ao alardearem a compra de carros novos e ou de mais equipamentos policiais, arregimentando popularidade diante de uma população acoitada pelo medo.

Segundo Goldstein, além das instâncias de governo, os tribunais, nos EUA, de forma crescente passaram a considerar questões básicas que envolvem o trabalho policial. Deste modo, adotaram uma postura mais aberta e próxima desse, sendo relutantes em condenar práticas policiais sem oferecer formas alternativas para lidar com isso. No entanto, e infelizmente perduram resistências, diferenças e preconceitos por parte dos tribunais, em relação à polícia. Falta diálogo e muitos tribunais mantêm o hábito de desconsiderar as provas obtidas pelos policiais,

considerando-as ilegais (o que gera desgastes enormes entre policiais e promotores e ou juízes) (Idem: 402).

De todo modo, segundo Goldstein (2003, p. 406), do ponto de vista do administrador da polícia, as mudanças e/ou melhorias nas condições do trabalho policial parecem ser questões remotas, pois o crescimento do número de questões pontuais e ou imediatas continua sendo cada vez mais agudo, tais como os voltados ao combate e/ou à diminuição da violência, à resolução de crimes específicos e à detenção de criminosos, à proteção dos que são vítimas, ao fim do vandalismo estúpido, aos conflitos raciais e à satisfação do público diante das insistentes exigências por mais proteção nas ruas, parques e trânsito.

Além disso, ao se refletir o estado de espírito das principais cidades, inúmeras agências policiais passaram a reproduzir tensões étnicas (entre brancos, negros e representantes policiais advindos de grupos minoritários). A emergência dos sindicatos proliferou ainda mais as distâncias entre a parte administrativa e a operacional, dentro das instâncias policiais. Não bastasse isso, a estabilidade do emprego tem se esvaziado na polícia, que vê o orçamento ser reduzido e as probabilidades de ajustes nos salários e/ou nos pagamentos extras (e futuros) escassearem.

Porém, para Goldstein (2003, p. 407), as mudanças na polícia não vão advir dela mesma (da administração policial), nem das agências governamentais. Estas serão determinadas, num primeiro momento, pelo interesse e pelo apoio da comunidade.

Para o autor, embora se saiba que as pessoas tendem a querer segurança pessoal, em ambientes que consideram ameaçadores, voltando-se apenas para a busca de soluções pontuais e individualizadas (sendo, em grande medida, insensíveis diante da proteção das minorias), existem esperanças.

Em primeiro lugar porque as comunidades variam bastante em suas composições, e em alguns lugares pode haver apoio para as mudanças na polícia, por parte daquelas. Em segundo lugar porque conflitos e tensões, embora sejam um peso para a polícia, de um jeito ou de outro, tendem a produzir mudanças. E em terceiro lugar, as atitudes das comunidades são muito influenciadas pela polícia. E mesmo que esta tenda a repassar uma imagem falseada de seu trabalho, pode, com a entrada de novos trabalhadores (com novos perfis), mudar seu comportamento, alterando as expectativas por parte da população (Idem: 408).

3.10 O FUTURO DO POLICIAMENTO

Para Bayley (2006, p. 231-237), a propensão em se manter uma polícia que seja paga pelos cofres públicos e dirigida pelos governos dos Estados não necessariamente se sustentará no futuro. Para o autor, entretanto, uma intensificação generalizada do policiamento acontecerá, em todos os países; devido ao aumento no volume total de crimes (ligados ao aumento da população), bem como devido ao provável colapso da disciplina informal, advinda dos grupos sociais tradicionais, notadamente nos países que estão se modernizando rapidamente (o que fará com que cresça a taxa de policiais em relação à área territorial).

Entretanto, a instituição policial permanecerá a mesma, exceto nos locais em que ocorrer irrupções marcadas e persistentes de violência coletiva, ameaçando o regime. Isto porque a estrutura dos sistemas policiais é relativamente invariável, mesmo frente a grandes mudanças sociais ou políticas. O trabalho policial, em grande medida, continuará o mesmo (aplicação da lei, investigação criminal, prestação de serviço, controle das multidões, regulação de tráfego). A polícia continuará vivenciando, tal qual o faz hoje, a tensão entre aplicação da Lei e prestação de serviços.

Assim, como a razão de ser da polícia é a proteção da vida e da propriedade, dentro de um contexto caracterizado pelo crescimento dos casos de demanda não criminosa (prestação de serviço), ela tenderá a ser pressionada, cada vez mais, nesta direção. Do mesmo modo, é improvável que ocorram mudanças nos atuais modelos (nacionais) que se voltem para o controle do trabalho policial. Com o adendo de que, provavelmente, os países se sentirão mais compelidos a criar, pelo menos na aparência, consultas populares.

Para Bayley (2006), a polícia não tem eficácia na proteção diante dos crimes. No entanto, continuará a se queixar das atividades não relacionadas a este aspecto de seu trabalho. Da mesma forma, a polícia não tem como provar sua competência (o que a diferencia de todas as demais profissões). Independente disto continuará atendendo aos interesses da população, no sentido do combate aos crimes.

Como provavelmente continuará a enfrentar problemas para a prevenção eficaz da criminalidade, sofrerá pressões no sentido do seu treinamento e administração. No mesmo sentido, os custos e as exigências voltados aos requisitos

profissionais para que ela se torne mais eficaz na prevenção de crimes irão crescer, mas nem sempre serão atendidos pelas agências financiadoras.

De todo modo, assim como na maioria dos países do ocidente predomina o individualismo, tenderá a aumentar o poder disciplinar, formal, dos Estados (e, portanto, o papel da polícia enquanto agência de regulação dos comportamentos sociais).

Podemos inferir do que foi exposto, indo na direção de nossas proposições teóricas, que as forças policiais estão envoltas por poderes/saberes em disputa. Cada qual defendendo determinados valores e práticas. Processo que tende a perdurar e cujo resultado – no sentido do modelo policial a ser adotado – encontra-se em aberto.

Neste capítulo apresentamos uma discussão mais aprofundada sobre as especificidades que envolvem o trabalho policial. Neste sentido, as características do trabalho policial e as prerrogativas modernas que envolvem a profissão policial foram esmiuçadas. Bem como os pontos que envolvem a questão da formação policial (objeto desta tese).

Este trabalho foi feito com base em autores norte americanos, por conta de estes terem desenvolvido estudos que redundaram na construção de recortes analíticos importantes para a compreensão acadêmica acerca do ‘universo policial’. O que possibilitou, no caso específico desta tese, que fossem feitas aproximações, em diversos pontos, entre o que ocorre em países como os EUA (do ponto de vista do trabalho e ou da formação policial) e países como Brasil e o Paraguai.

De todo modo, reiteramos que esta escolha não subsume a importância que autores brasileiros tenham no que concerne aos estudos policiais. E isto pode ser comprovado, no caso desta tese, pelo fato de termos construído o próximo capítulo (o capítulo IV, que retrata justamente as especificidades do trabalho e da formação policial existente no Brasil) com o aporte de vários autores brasileiros. Autores que estudaram a condição posta para as policiais (notadamente as polícias militares) em nosso território.

PARTE II – REDEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA E CRISE DAS POLÍCIAS (BRASIL E PARAGUAI)

“[...] garantir a segurança pública é dever do Estado e tê-la assegurada é direito dos cidadãos, pois ela se exerce para a incolumidade das pessoas e do patrimônio. São seus órgãos historicamente constituídos, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária, a Polícia Ferroviária, a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros”.

Silva (1998: 740)

“Um Estado, lembra Errico Malatesta... é sempre cobrança de impostos, polícia, exército, prisões e também religiões. Uma força que atua sobre as relações sociais, econômicas, culturais e intelectuais. Força que também está presente no que chamamos de políticas governamentais de saúde, educação, transportes, comunicações e, principalmente, enquanto defesa de direitos de empresários diante dos direitos de trabalhadores. Onde houver Estado haverá um poder de autoridade centralizada disseminado pela sociedade. Forma-se, assim, uma rede de poderes, deveres e assujeitamentos”.

Passetti (2003: 22)

CAPÍTULO IV

A CRISE DA FORMAÇÃO DOS POLICIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (1988-2010)

Conforme observou Bayley (1975, p. 328), as instituições policiais são “aquelas organizações destinadas ao controle social com autorização para utilizar a força, caso necessário”. Para frisar a especificidade da atividade policial, o autor construiu uma comparação entre o trabalho realizado por essa e o realizado pelas forças armadas; isso mostra que enquanto as forças armadas atuam na questão do controle social apenas em situações excepcionais e, nos regimes democráticos, sempre dentro de determinados limites, as polícias realizam tal tarefa quotidianamente.

Neste sentido, para Bayley, a questão do controle da força não é uma preocupação central para as forças armadas (o treinamento militar visa ao aniquilamento do ‘inimigo’). Já para a polícia, esse é um ponto central, uma vez que deve sempre considerar a possibilidade de não se utilizar da força ou de usá-la de forma limitada. Contexto que implica, geralmente, na necessária utilização de mais recursos humanos e materiais.

Quem conhece o contexto das polícias de Países como o Brasil sabe que uma das carências recorrentes enfrentadas pela categoria está relacionada justamente com a falta de recursos materiais e humanos (que vão desde o sucateamento dos veículos, o armamento restrito, muitas vezes ultrapassado, e que pode ser exemplificado pelos casos nos quais os policiais, notadamente os que se formam e vão trabalhar nas cidades do interior dos Estados, recebem revólveres calibre 38, sem acesso aos equipamentos mais modernos como pistolas). Diante dessas carências, é prática comum os policiais adquirirem o próprio fardamento, bem como a munição que venham a utilizar em treinamento.

Podemos pensar nas consequências que esta realidade pode gerar se somarmos a ela o fato de que o salário das polícias, notadamente dos soldados militares, não é elevado. Dentre elas, a utilização de munições que já ultrapassaram o tempo permitido para seu uso (a questão da validade dos projéteis) e a falta de

treinamento contínuo para o aprimoramento do uso da força (em se tratando das técnicas de tiro policial, defesa pessoal, algemação e uso da tonfa).

De todo modo, a falta de prática no manuseio de equipamentos não letais, por parte da polícia brasileira, tem gerado críticas e respostas duras por parte do poder judiciário. Independente disto, como se tornou cada vez mais condenável e inapropriado o exercício do controle social, por meio das forças militares, nos regimes democráticos, o papel das polícias adquiriu fundamental importância. Sendo o mesmo exercido, por isso, dentro da regulação imposta pelas sociedades democráticas, que desenvolveram instrumentos, notadamente os ligados à formação dos policiais, com o intuito de adaptar as práticas profissionais desses dentro de contextos em que impera o respeito aos direitos humanos.

No entanto, observações mais acuradas apontam para o fato de que os preceitos jurídicos, os principais instrumentos utilizados para impor restrições diante do uso da força policial, não têm sido suficientes para inculcar uma postura menos truculenta por parte dos profissionais da segurança pública. Isso ocorre notadamente nos países em desenvolvimento que carregam consigo o 'espectro' de processos políticos autoritários.

Segundo Gabaldón e Birkbeck (2003, p. 09-10), os governos de países situados na América Latina têm se voltado para a questão do uso da força policial, já que enfrentam o problema do excesso da mesma. Diferente situação é encontrada pelos governos dos países Anglos Saxões que não vivenciam este tipo de questão.

Do ponto de vista jurídico, o uso da força policial é apresentado da seguinte forma, segundo Amaral (2003): o uso comedido (proporcional/suficiente, sem excessos) da força é inerente ao trabalho do policial. Todo profissional da segurança pública precisa saber dessa possibilidade legal para que possa, com tranquilidade jurídica, exercer a função de preservação da ordem pública. No entanto, segundo o mesmo autor, o uso legítimo da força não se confunde com a truculência (com a violência policial). Com efeito, a força legítima (autorizada pela/lei/direito) pode ser até mais intensa, mais agressiva e mesmo assim ser mais facilmente aceita que a menor das violências.

Segundo a abordagem jurídica, o uso da arma de fogo contra alguém está autorizado somente quando se configurar perigo iminente de morte ou lesões graves, em defesa própria (ou seja, do próprio policial) ou de outras pessoas. Também será autorizada como meio razoável (isto é, dependente da situação

concreta que o policial irá enfrentar), de evitar a concretização de um delito/crime mais grave e que represente séria ameaça para a vida e/ou a segurança pública. Por último, o uso da arma de fogo será permitido com o objetivo de deter esse alguém que represente perigo grave e que oponha injustificada resistência (pois ordem policial ilegal pode ser resistida), ou para impedir sua fuga. De todo modo, o uso da força letal é permitido apenas nos casos em que outros meios sejam insuficientes.

Cabe ressaltar, entretanto, que o termo 'outros meios' não é explicitado pela lei, assim, deixa em aberto uma compreensão mais acurada, inclusive por parte do próprio saber jurídico, sobre os elementos que compõem a complexidade posta para o policial diante do fato de poder usar a força (inclusive letal), mas dentro de circunstâncias muito específicas (que se caracterizam justamente por não darem muito tempo para que o profissional pense no que irá fazer).

O fato é que diante da história recorrente que a violência policial adotou em países como o Brasil, setores da sociedade civil buscaram desenvolver formas de controle das atividades policiais. Os esforços, neste sentido, basicamente concentraram-se na criação de mecanismos institucionais de responsabilização (tais como os advindos das ouvidorias de polícia), e de fiscalização (feito normalmente por parte das promotorias públicas). Este histórico que se volta para a instauração de mecanismos de controle externo da atuação policial, entretanto, se pensado do ponto de vista da qualidade e da eficácia, foi timidamente problematizado e/ou divulgado (tanto por parte das próprias polícias quanto por parte da sociedade civil).

Alguns estudos internacionais têm buscado entender essas questões com base nas relações que se estabelecem entre os padrões de atividade policial e o tipo de sociedade em que atuam os profissionais da Segurança Pública, a fim de verificar quais os elementos que instigam ou minimizam a ação violenta dos policiais (BAYLEY, 2006; MONJARDET, 2003; BITTNER, 2003).

Com base nestes estudos, dois temas têm sido apontados: o primeiro é concernente aos elementos que reforçam os vínculos entre a polícia e a comunidade, advindos de práticas como as do policiamento comunitário. O segundo trata da necessidade de, em sociedades democráticas, controlar a atividade das polícias, ou seja, por meio da atuação das corregedorias e das ouvidorias de polícia, bem como por meio das promotorias públicas e organizações não governamentais.

Já o campo da educação policial, objeto desta tese, tem recebido

contribuições de autores como Goldstein (2003) que, conforme foi mostrado, apontou para importantes elementos que estão envolvidos na educação desses profissionais, dentre outros o fato de o ensino superior ser requerido, nas sociedades livres, como pré-requisito para o ingresso na profissão (uma vez que a posse de um diploma de Curso Superior passa a ser vista como um elemento qualitativo, de fundamental importância, para o exercício mais qualificado das práticas profissionais desenvolvidas pelos agentes do serviço público, dentre eles os próprios policiais).

Goldstein (2003) concorda com o fato de que a referida 'cobrança' contribuiria para a inserção definitiva, no campo policial, mesmo que de forma tardia (se comparada a outras instituições e/ou funções profissionais públicas), de patamares mínimos exigidos para a profissionalização da função policial, sob nova perspectiva.

No Brasil, a polícia civil, em Estados como o Rio Grande do Sul, tem complementado seus quadros profissionais a partir do ingresso de pessoas portadoras de diploma de Curso Superior (movimento iniciado em 2001). Já a polícia militar exige o ensino médio para o ingresso nos quadros funcionais (para soldado)⁶⁵.

Goldstein (2003) aponta que a expectativa inicial diante da consolidação de quadros profissionais policiais, ancorados em uma formação acadêmica, se embasava na crença de que tal formação possibilitaria que se atingisse uma nova postura (tradicionalmente, conservadora, corporativista e ancorada numa desqualificação educacional) por parte inclusive dos antigos policiais, no trato com a população. Cabe ressaltar, entretanto, que os cursos de formação de policiais têm se mantido dentro dos velhos padrões disciplinares advindos das corporações (instituições) policiais, uma vez que normalmente são consolidados (e acontecem) no interior destas corporações.

O fato é que, pelo menos até recentemente, a função policial permaneceu, em grande medida, ocupada por pessoas com baixa escolaridade. Sendo vista como uma atividade menos qualificada, portanto de baixo *status* social. De todo modo, em se tratando da atuação profissional desempenhada social e profissionalmente, segundo Tavares dos Santos (1997) e Bretas (1997), as polícias teriam adotado

65 No Estado do Paraná, no ano de 2010, foi aprovada a Lei Estadual que passa a exigir, por parte dos candidatos ao ingresso na PM (para soldado), o grau de instrução correspondente ao Curso Superior.

historicamente dois modelos clássicos: O primeiro voltado à obtenção do exercício do monopólio da coerção física, representando os Estados-Nação nesta função. O segundo voltado à construção da legitimação do monopólio da coerção, que atua de modo a equilibrar o jogo de forças sócio-institucionais diante da supremacia dos Estados-Nação.

Já nos países em desenvolvimento, tais como o Brasil, teria se consolidado um terceiro modelo de atuação profissional, caracterizado pela:

inserção da violência no cerne do espaço social no qual se situa a organização policial (...), além do exercício da violência física legítima e de ações visando à sedimentação de um consenso social (...) está contida a virtualidade da violência física ilegítima, enquanto prática social que implica a possibilidade do excesso do poder (TAVARES DOS SANTOS, 1997, p. 162).

Nas sociedades em desenvolvimento, portanto, o recente processo de democratização constituiu-se de forma conjunta e problemática com diversas formas de dominação excludentes, tais como as de classe, gênero, etnia e categoria social, reforçando as fraturas da legitimidade do Estado-Nação. E é justamente neste contexto que passa a ser discutido o papel das polícias (notadamente no que tange aos limites do uso da força, aplicada por essa no trato com a população). Isto porque se tornou emblemática a questão do uso da força policial utilizada de maneira desproporcional e ou desacompanhada de uma justificação legal ou moral. Este seria o caso brasileiro e paraguaio.

Donnici (1990), ao resgatar a história das polícias brasileiras, chamou a atenção para o fato de que a mesmas teriam agido de forma deplorável, uma vez que se mantiveram atreladas e dominadas pelo poder de um judiciário politiquero, corrupto e por políticos patrimonialistas. Entretanto, segundo o autor, foi a partir do governo do presidente Getúlio Vargas, na década de 30, que as forças de segurança pública começaram a amargar o descrédito do povo, porque não se preocuparam em estabelecer um plano de prevenção ao crime, atuando, ao contrário, com base em uma cultura corporativa (violenta) contra a população

Deste modo, desrespeitou os direitos e as garantias individuais, instituindo a luta contra os 'superbandidos' por meio da consolidação da figura de 'superpolíciais'. Por isso, aponta:

hoje estou absolutamente convencido de que a polícia no Brasil é totalmente opressora, defensora dos ricos, deixando o povo como oprimido. Essa minha afirmativa não é uma ideologia de esquerda, mas a convicção de mais de 40 anos de advocacia criminal e de estudo de todas as polícias do mundo (Idem: 60).

Ainda segundo Donnici, passado o período histórico das ditaduras militares (pelo qual o arbítrio cometido pelas polícias tomou proporções mais amplas, uma vez que foi abertamente apoiado pelo Estado), as instituições policiais pouco evoluíram no sentido da democratização.

Em que pese este passado, o fato é que a formação das polícias brasileiras, desde a Constituição de 1988, voltou-se obrigatoriamente para proteção e respeito aos direitos dos cidadãos. Neste novo contexto, definiu-se constitucionalmente o lugar das forças de segurança pública na sociedade brasileira. Uma sociedade que permaneceu plural, atravessada, de um lado, por disputas de classe; e por outro, por ações que buscam consolidar avanços sociais típicos das democracias maduras, tais como os embasados nos direitos humanos.

Essa tensão tem sido registrada pelas ciências sociais brasileiras desde a década de 80 do século XX, a partir de estudos mais abrangentes sobre a atividade policial. Fato que Lima *et al* (2000) denominaram de 'sociologia da organização policial contemporânea'.

Até aquele momento, poucas obras teriam retratado o tema policial e quando o fizeram, teriam adotado o prisma da sociedade de classes, pelo qual algumas questões como a do militarismo presente nas polícias seriam vistas enquanto processo de cooptação, por parte do Estado, de parcelas da população de baixa renda (em um contexto sócio-econômico caracterizado, então, por autores como Fernandes -1973 - como modelo de acumulação do capital).

Lima (1995, p. 01), ao adotar uma leitura antropológica acerca do mundo policial, dá início a outro olhar. Ele retrata as práticas da polícia civil da cidade do Rio de Janeiro do início da década de 1980, a partir do que passa a chamar de 'paradoxo legal brasileiro', pelo qual a condição da polícia encontrar-se-ia atrelada a uma ordem institucional igualitária, mas aplicada de maneira hierárquica pelo sistema judicial. O autor mostra, então, a existência de diferentes tratamentos legais para as mesmas infrações, que ocorrem em países como o Brasil e que se ligam à situação social ou profissional do sujeito infrator.

Além disso, pelo fato de as polícias civis terem recebido, além das atividades judiciais uma função enquanto vigilantes sociais, teriam ‘contaminado’ sua função profissional ao adotarem procedimentos não afetos à lei (consolidados a partir de critérios de julgamento e punição). Procedimentos totalmente diferentes dos propostos pelo sistema judiciário. Para Lima (1995, p.02), no entanto, as atividades policiais no Brasil atuariam como complemento do sistema judicial, uma vez que filtrariam e/ou selecionariam questões afetas ao sistema criminal, a partir da discricionariedade utilizada.

A própria polícia, dessa forma, encontrar-se-ia refém de um sistema que a utilizaria como bode expiatório, dentro de uma ideologia jurídica elitista e de um ordenamento político teoricamente igualitário (Idem: 08). O autor identifica, em seu trabalho, uma forte tendência por parte dos policiais civis da cidade do Rio de Janeiro, à época da pesquisa, no sentido de ‘tirar’ os indivíduos com os quais entravam em contato, ou seja, no sentido de classificá-los de acordo com critérios policiais.

Dentre os critérios, dois lhe pareceram significativos: os que identificavam/separavam os indivíduos a partir de categorias tais como ‘Doutores e pés-inchados’, e ‘trabalhadores e marginais’. O que reforçaria uma correlação entre trabalho e ordem; e entre não trabalho e crime (Idem: 54-56).

Ainda, segundo Lima (1995, p. 56-57), os processos de industrialização e urbanização adotados pelo Brasil teriam consolidado uma postura profissional, por parte dos policiais civis, caracterizada pelo fato de enfatizar a vigilância por sobre a população (a partir do pressuposto de controlar e ou prevenir distúrbios públicos). Daí a tônica na manutenção da ‘segurança interna’ e da ‘tranquilidade pública’ que se consolidou enquanto mote para a formação de uma polícia ‘profissional’ (baseada numa criminologia ‘científica’), que foi retirada da obra de Lombroso e influenciada, ainda, pela ‘escola positiva’.

Tudo dentro de um contexto social hierarquizado e que, por exemplo, permitiu aos cidadãos portadores do diploma de ensino superior o direito à prisão especial. Na mesma linha, mas a partir de pesquisa realizada em anos mais recentes⁶⁶, Costa (2003) avaliou as relações entre a Polícia (militar) e a Sociedade

66Tese de doutorado intitulada: *Polícia e Sociedade no Brasil: o caso de Salvador*. Defendida em julho de 2003 no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa / Portugal.

sob a ótica da própria Polícia, bem como a partir dos segmentos populares das grandes cidades (os que mais convivem com a violência e a criminalidade urbanas). O referido estudo foi realizado na cidade de Salvador (Brasil) e, mais especificamente, no bairro da Liberdade, considerado o mais populoso e complexo espaço de violência e criminalidade, localizado no entorno do centro da capital da Bahia.

A autora analisou as relações microssociais, estratégicas, que se consolidavam entre a população pobre, os criminosos e os policiais. Numa pesquisa que mostrou um contexto social discriminatório em relação à pobreza, bem como afeto às relações marcadamente elitistas, clientelista e/ou patrimonialistas.

Costa (2003) chamou a atenção para o fato de que, de modo geral, temos a tendência de avaliar a relação entre a polícia e a sociedade a partir de uma suposição que aponta para o fato de que a mesma ocorre a partir de características como a da contradição e da complexidade, mediadas pela falta de confiança, pela insegurança e pelo medo. No entanto, a autora afirma que há a participação de policiais na reconstrução de novos espaços de confiança e resistência de vida social, só que dentro do mundo da ilegalidade.

Policiais que são apoiados, na cumplicidade e nas negociações que estabelecem com este mundo, por jovens, ladrões, traficantes, comerciantes, bandidos e cidadãos que ao adotarem estratégias de convivência e sobrevivência humanas, configuram uma complexa rede de relações sociais existentes nas áreas pobres da cidade.

Neste sentido, o contexto de violência e falta de dignidade reinante em lugares como o que referendou a pesquisa da autora desafiaria o Estado, mas, principalmente a área de Segurança Pública no sentido de serem capazes de consolidar formas de policiamento em bases profissionais, ou seja, embasadas em questões como a do preparo e da qualidade do efetivo operacional que atue em áreas 'deterioradas' das cidades. Entretanto, ainda para a autora, como a sociedade brasileira mantém uma tradição cultural fundamentada no autoritarismo e clientelismo (formas contrárias às exigências e às condições de implementação da cidadania), questões como a do desrespeito no trato com a população por parte dos policiais permaneceriam presentes.

Para Costa (2003), Segurança Pública significa proteção, direito de estar seguro. Inclui ainda o direito ao emprego, à educação, saúde e moradia. Representa

a garantia da não submissão diante da violência contra a pessoa e, tampouco contra o patrimônio. É a situação caracterizada pela ausência do medo. Enfim, é o direito de viver em paz. Algo que, no Brasil, notadamente para as camadas pobres da população, ainda para a autora (a época da pesquisa), era uma possibilidade distante.

Costa (2003), ao externar os pontos negativos que por meio de sua pesquisa retrataram a atuação policial, mostrou que a postura dos policiais, em grande medida, reflete uma lógica corporativa autoritária, consubstanciada pelo modo de o policial se conduzir, se relacionar, ver a si próprio e os outros. Deste modo, normalmente o policial que não foi adequadamente preparado para atender à comunidade acaba por intimidar o cidadão com a farda, como também com o uso da arma e com uma conduta agressiva.

Fato comprovado pela pesquisa que, ao entrevistar famílias dos estratos populares afetados pela atuação policial, verificou que grande parte dos moradores queixou-se do fato de os policiais invadirem suas casas com mais frequência que os ladrões (policiais que, entretanto, não se utilizavam da mesma truculência contra os traficantes que dominavam os bairros onde estes moradores – entrevistados – residiam).

As razões da avaliação negativa da Polícia foram sintetizadas, pela autora, a partir das seguintes características: apatia, negligência, agressividade, falta de respeito ao cidadão. O que, para ela, denota a permanência ‘teimosa’ de elementos que perpassam as instituições policiais, dentre elas a violência institucional e social. Tal realidade explicitaria para a autora a falência do Estado no sentido do não atendimento aos aspectos que se voltam para a regulação social (notadamente nos casos em que a própria polícia atua como instrumento de controle social).

A polícia, com a conveniência do Estado, encontrar-se-ia de costas para a sociedade, intensificando o quadro de violência social. Assim, a relação que se constrói entre a Polícia e a sociedade, para Costa (2003), se expressaria mais explicitamente a partir de duas modalidades: a primeira baseada na desconfiança, na insegurança e no medo e a segunda baseada na cumplicidade.

No entanto, ambas seriam formas contrárias ao papel que a polícia deveria assumir, ou seja, de protetora do social. Tal contradição vai traduzir-se nas dificuldades encontradas por parte da gestão das organizações policiais, especialmente no que toca às políticas de policiamento ostensivo e investigatório.

Isto porque se os policiais integrados em atividades operacionais não encontram condições dignas de vida, acabam por sua vez sofrendo violências. Situação que os coloca em uma condição propícia ao desenvolvimento de práticas clandestinas (no mundo da ilegalidade).

Desta realidade, segundo a autora, emergem fenômenos que envolvem cumplicidade entre policiais e desviantes e culminam geralmente no uso discricionário do poder, por parte dos primeiros. Neste caso, o cargo que lhes é atribuído como policiais (desviantes) resulta em estratégias de sobrevivência diante de uma ordem social que desconsidera a lei e afeta relações absolutamente assimétricas de poder.

Importa anotar que tanto Lima (1995) como Costa (2003), em lugares e momentos diferentes, apontam para questões semelhantes no que toca ao trabalho policial. E, no que concerne ao campo mais específico da formação educacional dos policiais, objeto desta tese, vários autores desenvolveram pesquisas e análises que, diante do quadro acima exposto, apontam para a necessária mudança comportamental a ser adotada por parte dos trabalhadores da Segurança Pública, notadamente em contextos sócio-político-institucionais caracterizados pela redemocratização.

Castro (1990, p. 12), por exemplo, realizou uma pesquisa antropológica pioneira junto aos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, no ano de 1989. Mostrou a importância de realizarem-se estudos voltados para elementos que envolvem a disciplina existente nos Cursos de Formação (elementos próprios à cultura corporativo-militar). Focou seu olhar no processo de socialização profissional dos cadetes, pelo qual os valores, as atitudes e os comportamentos apropriados à vida militar são assimilados.

Neste sentido, os aspectos informais do curso, atrelados à experiência subjetiva dos alunos, na Academia, tornaram-se seu objeto de estudo, embora o autor tenha reconhecido a importância que os conteúdos (formais), atinentes às matérias ensinadas, tenham do ponto de vista da formação dos futuros oficiais do exército.

O trabalho do autor mostrou que, até então, no campo das Ciências Sociais, os estudos sobre as instituições militares teriam transcorrido por meio de olhares 'politizados', sem tratar tais instituições como objetos legítimos de análise (Idem: 13). Neste sentido, Castro (1990, p. 15) focou, com riqueza de detalhes, a rotina

padronizada na Academia das Agulhas Negras. Destacou, principalmente, o que ocorria com os alunos que ingressavam no curso, no transcorrer das primeiras semanas, onde eram testados e instados a desistir do mesmo.

Isto em um processo formativo que perdurava das 6 horas da manhã às 22 horas, por meio de um rígido esquema de controle do tempo no qual as horas de estudo intercalavam-se com trabalhos de 'ordem-unida', educação física, instruções sobre regulamentos institucionais e outros. Além disso, segundo o autor supracitado, era feita uma pressão psicológica por parte dos oficiais (normalmente os tenentes) por sobre os cadetes, com xingamentos e até mesmo ações que buscavam humilhá-los (Idem: 16).

Para os que perduravam no curso (com duração de quatro anos), havia uma rotina padronizada, hierarquizada, constituída por horários de estudos e por uma seleção do tempo e pelo controle do comportamento, ancorado pelas 'Normas Gerais de Ação'. Normas que delimitavam como os oficiais deveriam se comportar fora das dependências da academia (demonstrando a importância dos elementos disciplinares enquanto componentes balizadores das ações cotidianas) (Idem: 21).

O trabalho deixou evidente a existência e formas de utilização do poder (que ocorriam no interior da academia), por meio da análise que distinguiu os conceitos de 'chefe' e de 'líder', retirados das entrevistas com os alunos e que retrataram a relação que se estabelecia para com os superiores hierárquicos (Idem: 22-23).

Do mesmo modo, para Castro (1990), eram notórias as distinções identitárias construídas pelos cadetes, embasadas na separação entre eles e os 'paisanos'. Neste sentido, o autor apresentou afirmativas retiradas das entrevistas, nas quais os cadetes apontavam para a falta de seriedade, ociosidade, infantilidade, desatenção, má apresentação pessoal, gírias, palavrões, falsa liberdade, displicência e desordem, comuns de serem encontradas, segundo eles, em professores e alunos de faculdades 'civis'.

Atitudes tidas como contrastantes diante da seriedade, da atividade contínua, da maturidade, da atenção, da boa apresentação pessoal, do linguajar correto, da verdadeira liberdade, da disciplina e da ordem encontradas entre os militares e professores da Academia Militar das Agulhas Negras (Idem: 41).

Embora o estudo tenha se voltado para a realidade das forças armadas, é pertinente lembrar que as polícias militares (nosso objeto de estudo) sofreram significativa influência do meio militar, tanto em sua estrutura organizacional quanto,

e principalmente, em seus processos voltados à consolidação da normalização dos comportamentos.

Muniz (2001) adentra mais especificamente este campo ao analisar a formação dos policiais militares (PMs) no Brasil diante das exigências efetivadas após a Constituição de 1988, que pregam uma mudança no perfil profissional dos policiais. Perfil mais adequado ao contexto de um Estado Democrático de Direito e que, efetivamente, respeite o estatuto da cidadania estendido a todos os Brasileiros.

Desponta, desse modo, a questão da relação direta que se estabelece entre a polícia e a sustentabilidade do Estado Democrático de Direito, alicerçada nas críticas que se voltam à 'baixa qualificação profissional' e ao 'despreparo' dos policiais no trato com a população, bem como para a precária capacidade do Estado no sentido de enfrentar a criminalidade.

A autora, a partir de uma pesquisa em que retrata historicamente o surgimento e o papel das PMs no Brasil, ressalta o descompasso entre o 'servir e proteger' promulgados pela Constituição e os conhecimentos, técnicas e hábitos aprendidos pelos PMs, herdados do passado (Idem: 178).

Isto porque as polícias militares brasileiras nasceram como organizações paramilitares subordinadas, simultaneamente, aos Ministérios da Guerra e da Justiça portuguesas e, gradualmente, suas estruturas burocráticas tornaram-se idênticas às do exército brasileiro; mantendo componentes organizativos que preservaram o Estado Maior, a cadeia de comandos, os batalhões, os regimentos, as companhias, os destacamentos, as tropas.

Além disso, os policiais militares usam fardas com nome de guerra e ostentam seus graus hierárquicos, tal qual o fazem os membros das Forças Armadas (Idem: p. 180). A militarização das polícias militares, segundo Muniz (2001), atingiu patamares para além da assimilação do modelo organizacional advindo do exército, uma vez que se acondicionaram enquanto 'forças especiais' ou 'extraordinárias', atuando menos em serviços de proteção da sociedade e mais em questões de defesa do Estado, adotando postura de aquartelamento.

O conteúdo militarizado das PMs perpassou todos os regimes políticos e formas de governo estabelecidos no Brasil, logo não se restringiu aos períodos de exceção tais como a ditadura Vargas (1937 -1945) e a ditadura militar (1964 -1985); dirigindo o trabalho daquelas no sentido da 'manutenção' da segurança do Estado, por meio de processos de disciplinarização a serem utilizados diante de uma

sociedade rebelde à 'normalidade' e à 'boa ordem' (MUNIZ, 2001).

Situação que se explicita nos anos de chumbo da ditadura militar, quando as PMs passam a realizar o 'serviço sujo' da repressão política. Nos anos setenta, por exemplo, passam a integrar o serviço de informação e contra informação do exército brasileiro. Passam, nesse mesmo momento, também a exercer a prática do policiamento ostensivo (o que dota suas práticas de uma característica ambígua, contraditória) (Idem: 183-184).

Uma perspectiva diferenciada desta surge apenas com a Constituição de 1988, na qual pela primeira vez na história brasileira adota-se um capítulo específico dedicado à Segurança Pública, separada da questão da Segurança Nacional. Naquele momento, começa uma busca pela reconstrução da identidade da função policial militar no Brasil, que se encontra defasada em relação a outros países quanto a pontos como utilização de novos e mais bem equipados veículos, novos equipamentos, domínio de novas tecnologias de informação (Idem: 185).

Além do mais, o tradicional modelo pedagógico militar que prioriza o adestramento e o condicionamento, voltado à constituição de uma força combatente, se depara com os valores da legalidade e legitimidade.

Para Muniz (2001, p. 186), neste sentido, a capacidade individual de tomada de decisão em situações voláteis, bem como o elevado grau de aleatoriedade são elementos que caracterizam o trabalho policial em sociedades democráticas; questões que exigem a consolidação de um novo modelo de formação e de atuação profissional por parte dos policiais militares. Um modelo que dê ensejo a características tais como iniciativa, criatividade e discernimento. Todavia, além de continuarem a conviver com um sistema burocrático/militar, as polícias do Brasil são também reféns do 'bacharelismo', ou seja, do apego acrítico à perspectiva criminal do direito.

Para a autora tal realidade não auxilia os policiais no atendimento de situações que se dão em contextos não criminais, com os quais rotineiramente se defrontam, como o atendimento de um doente mental, a condução de uma parturiente, a retirada de um bêbado que importuna determinada comunidade ou a querela entre vizinhos.

Apesar disso, e ainda para a autora, o aumento da carga horária em Direito Penal nos cursos de policiais militares só tem aumentado nos últimos anos. Tanto é que os oficiais com mais dois anos de cadeiras em algum curso de direito podem

tornar-se bacharéis (Idem: 187). Recurso que tem sido utilizado (notadamente pelos oficiais) como forma de atualização profissional, uma vez que não há consenso no meio policial sobre qual formação deve ser dada aos seus quadros. Prática que tem sido utilizada, da mesma forma, como uma estratégia que permita a esses oficiais galgarem uma equiparação (em termos salariais), para com os salários dos delegados da polícia civil.

De todo modo, tal procedimento contribuiu para reforçar uma visão criminalizante da ordem pública, na direção da produção e multiplicação de fatos que a polícia, em tese, deve prevenir (a criminalização do mundo social acabou sendo acompanhada por uma espécie de legalismo moral) (Idem: 187-188).

Diante de tal contexto, surgiram perspectivas para a formação policial que, segundo Muniz (2001), podem ser caracterizadas a partir de três perspectivas: a que defende o papel da universidade como instituição privilegiada para a formação dos policiais; a que defende, do ponto de vista da formação profissional dos policiais, a consolidação de parcerias com as universidades; e a que defende a autonomia das instituições policiais no processo de educação/qualificação de seus quadros.

Enquanto não se chega a um consenso mínimo neste sentido, algumas linhas de intervenção pedagógica são aplicadas. Uma perspectiva voltada à aprendizagem de métodos e técnicas policiais; uma perspectiva administrativa mais voltada às questões de gestão da organização e dos recursos; uma perspectiva operacional, ou seja, mais voltada à produção de resultados mais eficientes (estatísticas temporais, espaciais); uma perspectiva humanista, voltada à valorização da dimensão reflexiva do trabalho policial, visando a uma mudança de mentalidade; uma perspectiva normativo-legal, orientada para a valorização do ensino de técnicas do campo do direito (principalmente as advindas do direito penal) (Idem: 190).

Poncione (2005), em pesquisa relacionada à formação profissional dos policiais militares do Rio de Janeiro, destaca a sensação de insegurança que se instalou no Brasil nos últimos trinta anos, e que passou a pressionar os órgãos de segurança pública (notadamente as polícias) no sentido de melhorarem o atendimento prestado à população.

Tal pressão, entretanto, segundo a autora, gerou mudanças pouco efetivas nas práticas e nos procedimentos utilizados pelas polícias do Brasil, uma vez que teriam continuado a adotar uma postura violenta e incapaz de enfrentar a criminalidade. Isto porque, salvo raras exceções, não existiriam análises mais

detalhadas sobre o modelo profissional a ser adotado pelas polícias militares brasileiras, nem sobre os métodos práticos de intervenção para a realização das tarefas cotidianas e que envolvem a manutenção da ordem e da segurança pública (Idem: 586).

Poncione (2005) se propôs, diante desse quadro, a analisar o modelo de polícia profissional presente no ensino e no treinamento desenvolvido pelas academias da polícia militar do Rio de Janeiro. Para a autora, a importância deste tipo de análise residiria no fato de a primeira etapa da socialização dos futuros policiais ocorrer justamente no interior das academias de polícia (a segunda aconteceria nas ruas, quando o policial já está formado) (Idem: 587).

A autora também afirma que a seleção de matérias teóricas e práticas, a sobreposição de determinados eventos sobre outros, a estilização de atividades rotineiras do cargo a ser ocupado, bem como algumas ideias de conveniência acerca de um elenco de respostas comportamentais para situações periódicas no mundo do trabalho são encontradas nos cursos de formação (Idem: 588).

Deste modo, os programas de ensino e treinamento profissional exemplificam estratégias fundamentais de transmissão de idéias, conhecimentos e práticas de uma dada visão do papel, da missão, do mandato e da ação deste campo profissional que necessariamente envolvem a transmissão de valores, crenças e pressupostos sobre este campo específico. Pontos que são revelados particularmente pelas diretrizes teóricas e metodológicas dos currículos adotados dos cursos (Idem: 588).

Neste sentido, a formação profissional básica realizada pelas academias de polícia militar é de suma importância para a constituição da identidade profissional dos policiais, momento em que são adquiridos valores e crenças acerca da profissão. Assim, para a autora, a partir deles é possível que se desenvolva um quadro analítico de referência, que torne possível a análise do modelo profissional policial adotado (Idem: 589).

No histórico policial brasileiro, os aspectos voltados à burocratização e militarização, com excessivo realce no comportamento burocrático-militar e legalista dos policiais têm se mantido como mais relevantes. Poncione (2005, p. 590) vai apontar, diante deste quadro, que esse modelo teria surgido no final do século XIX, início do XX, com o objetivo de disciplinar a polícia, tornando-a menos discricionária em suas operações, menos politizada e mais profissional.

Esse modelo passaria a pregar a aplicação da lei, por parte dos policiais, de modo imparcial; criando uma cultura reativa (não eficaz diante de fenômenos como o da violência doméstica e das agressões por motivações raciais), uma vez que fez com que os policiais tratassem a população de modo 'profissional', seguindo um padrão de atuação independente de inclinações pessoais e a despeito das necessidades do público (que não estejam diretamente relacionadas à aplicação da lei).

A perspectiva burocrático-militar fez também com que a postura voltada para o 'controle do crime' fosse substituída pela da 'guerra contra o crime', já que é um modelo que propõe mobilizar os indivíduos para reagirem dentro de uma maneira aderente e disciplinada, a fim de responder imediatamente às situações apresentadas. Poncione classifica-o como 'modelo de polícia profissional tradicional'.

De todo modo, a orientação para o controle do crime, com apelo ao 'combate', por um lado, teria trazido 'vantagens' para a polícia no sentido de auxiliá-la na propagação e na justificação da imagem (da missão) institucional perante o público. No entanto, por outro lado, teria deixado de lado outras demandas e interesses que, conforme estudos anglo-saxões comprovaram, demandam a atuação das polícias em um sentido que em nada tem a ver com o atendimento de questões legais e ou penais (Idem: 590-591).

Além disso, a formação burocrático-militar dos policiais militares, baseada em pontos como o da restrição da tomada de decisão (por parte dos soldados), contribui para a 'desilusão' dos mesmos em relação aos conhecimentos adquiridos nas academias, logo que vão trabalhar nas ruas. Deste modo, o aspecto normativo-legal que gerencia a ação dos policiais é visto pelo próprio policial, diante deste quadro, como simplista e irreal (Idem: 592).

Para Poncione (2005, p. 592), tal modelo profissional começou a ser questionado a partir dos anos 70 do século XX, em diversos países, na busca pela implementação de uma postura policial condizente com o que as sociedades democráticas passaram a demandar de profissionais (servidores públicos) da área de segurança pública. Daí o crescimento da perspectiva da polícia comunitária, através da qual a polícia procura se aproximar da comunidade. No entanto, o modelo quase militar manteve-se em países como o Brasil, com o respectivo cerceamento de discricção, a falta de recompensas fora dos rígidos parâmetros de disciplina (hierarquia), e baseados na impessoalidade.

Em termos de formação, a autora aponta que, no Brasil, fora a existência de dois universos distintos de policiamento (polícia civil e militar), no que tange à polícia militar teriam persistido dois tipos de treinamento, um voltado para oficiais e outro para praças (Idem: 594-595). De todo modo, é notório o predomínio, ainda no caso brasileiro, do ‘modelo policial profissional tradicional’, com ênfase no comportamento legalista e no arranjo burocrático-militar.

Este modelo carrega consigo aspectos que influenciam a cultura, a filosofia, as operações táticas e as estratégias policiais, bem como as concepções presentes nos currículos. Concepções que promulgam um modelo de trabalho policial baseado essencialmente no controle do crime e na aplicação da lei com ênfase na adesão a regras e procedimentos advindos da organização.

Porém, o ‘fazer profissional’ tem encontrado dificuldades diante de uma realidade social complexa, já que envolve a manutenção da ordem, da prevenção e repressão do crime. Soma-se a isto a irregularidade na realização de cursos voltados ao aprimoramento profissional. Cursos que, quando ocorrem, não atingem a todos os membros das corporações policiais (Idem: 596).

Ainda para Poncione, do ponto de vista da formação dos quadros de policiais militares, não há um corpo docente inteiramente dedicado ao ensino (os professores em sua grande maioria advêm da própria polícia). Tais professores trabalham muitas vezes sem receber qualquer soldo e/ou sem serem compensados com horas de descanso; além de adotarem profundas variações pedagógicas (Idem: 596-597).

A questão pedagógica ligada ao preparo do profissional policial militar gira em torno de diferentes e conflitantes funções: função civil de policiamento e função militar de força auxiliar e reserva do exército. Logo, torna extremada a preocupação e os rituais que buscam conservar a estrutura militar, com base na hierarquia e na disciplina. Mantém-se, perpassando o currículo, a concepção do ‘policial combatente’, atrelada à dimensão cultural do ‘mundo policial’, que expressa a ‘missão’ da polícia (Idem: 599).

O perfil adotado nos cursos de formação policial encontra-se relacionado ao policiamento geral ostensivo, com ênfase na preparação física desse, a partir de uma concepção baseada no controle do crime (que enaltece valores ligados à força física e à virilidade). Contudo, pouca atenção é dada para questões tais como a administração de conflitos e o relacionamento direto com o cidadão. Soma-se a isto

o baixo índice de disciplinas das áreas de ciências humanas e sociais (Idem: 598).

Todos esses elementos, idéias e valores (advindos do mundo militar) presentes na organização policial, segundo Poncione, devem ser analisados, de um lado, como parte expressiva de um conjunto de crenças, valores, reflexões e modos de acomodar as exigências da burocracia policial. De outro lado, devem ser vistos como uma defesa diante das pressões advindas da sociedade, com vistas a justificar a 'eficiência' do trabalho policial.

Tal acomodação consolida a força e a dominação como pontos de atuação, a partir da imagem do 'soldado-guerreiro' (Idem: 600). Ainda mais diante do predomínio da busca por respostas rápidas devido ao aumento da criminalidade (o que concorre para que se reforce a postura embasada no 'combate ao crime'). De todo modo, as propostas de reforma da polícia, quando ocorrem, mantêm um caráter descontínuo e fragmentário, especialmente no que toca à formação profissional. (Idem: 602-603).

Damasceno de Sá (2002, p. 53-97) foca suas análises na especificidade do mundo policial-militar, a partir de uma pesquisa realizada no Ceará, no ano de 1989, com oficiais da polícia militar (que estavam realizando o Curso de Formação). O autor foca seus estudos nos aspectos disciplinares, normativos, que acompanham o dia-a-dia do Curso de Formação. Para o autor, a importância em se acompanhar esses pontos residiria no fato de que se estendem "desde a [...] alvorada até o toque de silêncio [...] até para dormir tem que ter normas [...]".

A normalização das condutas, segundo o autor, é a questão central que perpassa a academia de oficiais, uma vez que é voltada para a formação dos que irão conduzir a normalização das condutas dos policiais militares (Idem: 54). No caso dos oficiais da Polícia Militar, formados para exercerem funções de comando, pode-se inferir que, além de serem vistos como "especialistas em violência e representarem [...] o monopólio da força física legítima, isso gera auto-representações que enaltecem a postura policial, atreladas aos 'guardiões da sociedade', cujo propósito é 'servir' e/ou 'prestar serviço à comunidade'" (Idem: 55-56).

Este imaginário compõe uma postura a ser incorporada pelos oficiais durante o curso de formação, que vai ao encontro de valores como os da 'renúncia e da bravura', 'honra e civismo'. Elementos simbólicos que, construídos pelos próprios oficiais, na academia, voltados para o ato heróico, a força e a missão social, buscam

legitimar a profissão policial militar diante de sociedades democráticas (que se mostram insatisfeitas diante do trabalho policial desenvolvido) (Idem: 57-58).

Neste sentido, a academia da polícia militar, lugar de formação de oficiais, é presumida como o lugar da 'ética' e do 'espírito de corpo' da corporação, exigindo uma conduta (ética) ilibada, eficiente e ao mesmo tempo autodisciplinada.

Albuquerque e Machado (2001, p. 214-215) também salientam a importância de análises acerca do que denominam de ritos de passagem, na formação de oficiais (policiais militares), bem como o respectivo paradoxo vivenciado por essas corporações, representado, tanto por uma perspectiva inovadora (de cunho democratizante existente no interior da própria polícia, que prega uma nova formação para os policiais), quanto pela existência de uma cultura calcada na violência, mortificação do corpo e sustentação de traços hierárquico/militarizados que demarcam determinado perfil identitário na formação das polícias militares. Fazem isto a partir de uma pesquisa realizada com uma turma de Oficiais (policiais militares), que se encontram em Curso, no Estado da Bahia, no ano de 1999.

O estudo retrata, mais especificamente, a Jornada de Instrução Militar (JIM), que à época da pesquisa se mantinha em Estados como o da Bahia e correspondia a seis dias de 'campo', no qual os alunos-oficiais, então no segundo ano de curso (de um total de quatro anos), realizavam treinamento na mata atlântica, nos arredores do município de Salvador, sob um clima tenso e estressante (Idem: 217).

De acordo com os autores, em momentos como esses a identidade do policial militar é pressionada: com qual perfil profissional se identificará? Com o perfil profissional democrático ou militarizado, baseado no confronto e na adoção de táticas de guerra? (Idem: 225).

Segundo os autores, práticas como as adotadas na JIM consolidam a perspectiva militarizada e guerreira como fortes componentes identitários das PMs, logo, descaracterizam todo e qualquer discurso a favor de uma postura menos truculenta por parte dos policiais (Idem: 226).

Baseada em castigos gratuitos, em cenas de agressão e xingamentos (efetuados pelos oficiais antigos por sobre os oficiais em curso), a JIM externaliza uma prática irracional, no sentido do uso excessivo da força, sacralizando a hierarquia e impossibilitando que críticas sejam dirigidas ao sistema policial militar.

Desta forma, o 'currículo velho' (destinado à manutenção da ordem pública) se contrapõe ao 'novo', visto como aquele que se consolida por meio de instruções

abstratas, voltadas ao atendimento de uma 'coletividade imaginária, idealizada' (Idem: 225-228).

Nummer (2005, p. 95) retratou a socialização dos policiais militares (praças) em formação, ocorrida entre 1999 e 2000, no Rio Grande do Sul. Foram levados em consideração os elementos que compunham o 'governo de si' e que passam a ser desenvolvidos pelos alunos-soldados. A autora mostra as técnicas e estratégias pedagógicas utilizadas no Curso de formação, voltadas à redução do espaço do privado, a fim de sujeitar os alunos ao 'espírito de corpo' (Idem: 71).

Elementos como a relação hierárquica que se estabeleceu entre os futuros soldados, que ocupavam a parte inferior na hierarquia da corporação policial militar e os oficiais que ocupavam a parcela superior na hierarquia da corporação foram analisados enquanto estratégias de identificação e de sobrevivência, desenvolvidas pelos policiais. Tal identificação/diferenciação estendeu-se também para os colegas de curso (Idem: 72-73).

As técnicas analisadas (ou o governo de si) eram desenvolvidas a partir das prescrições ético-comportamentais, repassadas aos alunos durante o curso e voltadas ao modo de se vestir, à postura corporal adotada, ao asseio com as coisas de uso pessoal e para a limpeza do alojamento (Idem: 95-97).

Tais elementos, somados às 'chamadas' (repreensões efetuadas pelos oficiais por sobre os alunos/soldados), à utilização do nome de guerra e às 'revistas' feitas pelos superiores nos alojamentos remetiam a estratégias voltadas para a imposição do respeito, do 'dar o exemplo na sociedade' e para o 'representar bem a corporação' (Idem: 81).

Cabe ressaltar que todos esses elementos retratados pelas pesquisas realizadas no meio policial, direcionados tanto para o contexto formativo de oficiais quanto praças (atuando na forma de um 'currículo oculto') e se contrapondo a uma postura pedagógica calcada na transformação da atuação profissional dos policiais militares (no sentido da democratização de suas práticas profissionais), foram sintetizados por Tavares dos Santos (2007, p. 239), ao efetuar importante resgate histórico acerca da educação policial no Brasil.

O autor relembra que o referido tema ganhou força a partir da II Conferência Internacional de Direitos Humanos, ocorrida em Viena no ano de 1993, que por sua vez desencadeou, até o ano de 2007, cerca de 46 reuniões internacionais (TAVARES DOS SANTOS, 2007). O movimento atingiria as PMs do Brasil e

explicitaria suas contradições, envoltas com o fato de estas proporem, por um lado, mudanças no perfil profissional (contando com o apoio de professores civis e militares), e com o fato de estas, por outro lado, manterem rituais, processos e padrões comportamentais tradicionais (que envolvem os cursos de formação de policiais), fortemente enraizados no militarismo e na postura combativa, guerreira.

Para o autor a problemática situação que envolve o ofício de polícia se faz presente em sociedades complexas, onde não mais se encontram as tradicionais bases de sustentação, tais como as advindas do mundo do trabalho. Como se não bastasse isso, se explicita, a partir da década de noventa do século XX o crescimento da violência no campo e na cidade (notadamente em países como o Brasil).

Fatos que concorrem para que, segundo Tavares dos Santos (2007), a segurança pública, no século XXI, apareça como uma das tecnologias políticas que se desenvolveram no quadro da razão de Estado, identificando a segurança e as forças públicas com a reprodução da ordem social. Por outro lado, a crise do Estado-Nação (em virtude do processo de formação da sociedade global) e as vicissitudes do Estado de Bem Estar Social, face às políticas neoliberais, trazem dificuldades crescentes para o exercício do ofício de polícia (Idem: 24).

Nesse sentido, mesmo depois da Constituição 'cidadã' de 1988, no Brasil, manteve-se o déficit educacional/policial, o qual não foi equacionado pelas Universidades, organizações policiais e/ou pelos partidos políticos. Déficit expresso pelo paradoxo trazido por um processo de democratização que não consegue equacionar, de modo coerente, a questão policial, ligada à manutenção de ações violentas no trato com a população, ao caráter militarizado (notadamente das polícias militares estaduais), à corrupção, às dualidades de condutas operacionais (encontradas na polícia civil e na polícia militar), no foro privilegiado que perdura notadamente nas justiças militares estaduais.

Ainda, segundo Tavares dos Santos (2007, p. 241), é notório que as violências exercidas por membros das polícias civis e militares têm como origem uma cultura do ofício de policial marcada pela dominação masculina, pelo machismo, pela cultura do 'homem de fronteira', bem como pela figura do policial-herói. O autor aponta para a existência de um currículo oculto nas academias de polícia, atrelado a uma cultura, à normas e a valores que enaltecem a postura profissional truculenta e não afeta ao cumprimento da lei.

Mesmo diante desse quadro, as propostas elencadas pelo Governo Federal, em 1997, que se voltaram aos problemas do campo policial, não foram efetivadas pelo Congresso Nacional. Permanece, portanto, o impasse que mostrou que uma mudança nesta direção exige a democratização das instituições políticas, do poder legislativo e do próprio poder judiciário brasileiro.

Diante desse quadro, o autor aponta quatro classes de problemas que desafiavam as polícias brasileiras: o primeiro atrelado a modernização e transformação institucional; o segundo atrelado à formação dos policiais; o terceiro voltado às condições de trabalho e de vida e o quarto ao controle político do trabalho policial (Idem: 242).

Mais especificamente no que concerne ao campo de formação policial, o autor, com o apoio de outros estudiosos aponta para a fragmentação existente em termos de recursos operacionais, também no que concerne a supervalorização da cultura jurídica (direito positivo) e para a existência de metodologias de ensino baseadas na enumeração desproporcional de conteúdos e ou na memorização.

Além disso, mostra que perdura a duplicação das instituições de ensino e/ou a inexistência de centros de formação sistemáticos, como os voltados para as guardas municipais (Idem: 244). Ainda, que a herança militarista e jurdicista, bem como a segmentação corporativista teriam se caracterizado como entraves para que uma mudança comportamental e formativa pudesse ocorrer; porque mantiveram as academias das polícias militares reféns diante de uma cultura organizacional militarizada, que exalta a disciplina, a hierarquia militar e que se baseia nas operações de índole militar, aliadas a um arcaísmo pedagógico (com poucas exceções).

Segundo Tavares dos Santos (2007), a profissionalização da polícia, no Brasil, passa por problemas complexos de lei e de ordem, tais como o da dualidade das polícias; a questão da seleção e da formação; o processo de socialização do policial (currículo oculto); bem como pelo predomínio da dominação masculina, do machismo e pela ausência de conteúdos referentes a sistemas de informação (Idem: 245).

Ainda, os dilemas da formação estariam passando pela dificuldade de concretizarem ações que redundem na redução da criminalidade e da violência, mesmo porque a formação permanece sendo feita com base no treinamento militar, que propõe o 'enfrentamento ao inimigo'.

Apesar desse quadro, Tavares dos Santos (2007) ressalta a importância e os avanços galgados nos últimos anos, em termos da formação dos policiais, com a efetivação de convênios entre as polícias de alguns estados brasileiros e universidades públicas, no sentido de reestruturarem os currículos dos cursos de formação policial. Como resultado desse movimento, ocorreu a incorporação de disciplinas da área das Ciências Humanas nos cursos de formação policial, como também a relativização da formação militar, a redução do enfoque positivista, baseado no ensino do direito e a absorção de conteúdos ligados aos direitos humanos.

De todo modo, para o autor, apresenta-se uma realidade no ensino policial brasileiro que está consolidada a partir de conflitos propositivos, tanto com propostas curriculares democráticas, críticas; como com práticas pedagógicas arcaicas (Idem: 245).

As experiências ocorridas no Brasil, no campo da educação policial, partiram de Estados como o Rio Grande do Sul, onde ocorreram cursos de formação unificados entre polícia civil, militar e superintendência de serviços penitenciários, a partir de 2000. Pará e Ceará, por sua vez, realizaram cursos de especialização *Lato Sensu* na área de Segurança Pública (Idem: 246-247).

No primeiro governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006), houve também um movimento na direção da formação policial, caracterizado por questões relativas à seleção dos futuros policiais e às situações de risco psicológico afetas à profissão, à necessidade de formação permanente, aos problemas de saúde mental, à necessidade de se manter um corpo permanente de professores nas academias de polícia (de modo que fosse criada e aplicada uma filosofia de ensino, exposta na formulação dos currículos).

Além disso, emergiu a busca pela especificidade da formação dos policiais, que passaria também pelas matérias advindas das Ciências Humanas, das Ciências Sociais Aplicadas e dos conhecimentos técnico-operacionais. Tornou-se patente a necessidade de formar profissionais 'ecléticos', que dominem novas tecnologias de comunicação e informação (Idem: 254-255).

Começa a ser discutido, também no primeiro governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, o projeto do Plano Nacional de Segurança Pública, que propõe nova perspectiva acerca do direito à segurança. Tal documento acaba por se concretizar em 2008, com o nome de 'Plano Nacional de Segurança Pública com

Cidadania', a fim de trazer consigo a crítica das 'representações sociais da insegurança', bem como a defesa de uma polícia cidadã, voltada à mediação de conflitos, à prevenção e erradicação das formas de violência. Esse documento propôs, enfim, outro modelo de trabalho policial (Idem:255).

Diante desse quadro, Tavares dos Santos (2007, p. 257-259) avalia a existência de processos não lineares presentes na educação policial, no Brasil; que teriam girado em torno das discussões voltadas para o tema da segurança cidadã e da democracia. O autor afirma que o País estaria passando por um período positivo, em termos de políticas públicas relacionadas à área de segurança pública, nos dois governos do presidente Luis Inácio Lula da Silva, uma vez que teriam emergido possibilidades para a busca da construção de uma governabilidade social preocupada com as práticas de si, emancipatórias, por parte dos cidadãos e cidadãs.

Conforme já explicitado, busca-se com a presente tese compreender como os regimes disciplinares têm sido desenvolvidos nos cursos de formação dos policiais militares, de modo a analisarmos como esses conformam as práticas profissionais dos profissionais da segurança pública e articulam os saberes associados à formação dos policiais.

Por intermédio desses se entende que é possível entrar em contato com os vários elementos normativos que passam normalmente despercebidos por aqueles que propõem os currículos formativos dos policiais (currículos implementados pelas academias de polícia). Elementos que, muitas vezes, batem de frente com as proposições desenvolvidas, e servem como entraves para a consolidação de novos padrões de formação policial.

Assim, buscamos verificar a relação existente entre as propostas e as práticas formativas dos policiais militares. Isto porque, dentre outras coisas, se sabe que as academias de polícia militares, responsáveis pela educação dos policiais militares de países como o Brasil desenvolveram e/ou têm mantido diversas propostas para a formação dos profissionais de segurança pública, uma vez que é muito recente a consolidação de um sistema nacional, unificado, de formação e atuação policial no Brasil.

Problema que começou a ser enfrentado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da tentativa de consolidar um Sistema Único de Segurança

Pública (SUSP). Isto foi feito, em um primeiro momento, por meio do documento: 'Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública', que apresentou balizamentos para uma nova formação policial (e que reproduzimos aqui por entendermos que levanta questões cruciais para os policiais).

O capítulo IV do documento acima citado trata especificamente da formação policial e aponta para a necessária uniformização e profissionalização da formação policial, no Brasil, a partir da seguinte questão:

De que modo pode ser desenvolvido o treinamento em técnicas policiais que reduzam o risco de vida dos policiais e da população, seguindo a orientação de só utilizar armas de fogo em casos extremos, de acordo com a filosofia do recente Estatuto do Desarmamento? (SENASP, 2003, P. 114).

Ainda, o documento apresentou a seguinte análise, quando refletiu, no capítulo 1.8.1, acerca dos problemas estruturais enfrentados pelas polícias brasileiras:

Nenhuma mudança ocorrerá se o princípio fundador das corporações não sofrer radical transformação. Essa mudança é representada pela transição de uma cultura de guerra para uma cultura de paz, de uma visão excludente de mundo para um entendimento dialogal das funções policiais [...]. As ações policiais têm de respeitar as diferenças de gênero, classe, idade, pensamento, crenças e etnia, devendo criar instâncias de proteção aos direitos dos diferentes, a fim de proporcionar-lhes um tratamento isonômico [...]. Se o servidor da segurança pública não estiver preparado psicologicamente, eticamente e tecnicamente para utilizar armas ou outros recursos de força, não se pode falar de uma polícia legítima, com possibilidades de ser respeitada pela população (SENASP, 2003, p. 22-23).

Conforme Tavares dos Santos (2007) apontou, não é possível negar os avanços dos últimos anos, no que toca ao tema da formação dos policiais brasileiros. No entanto (e as análises apontadas pelos autores citados neste capítulo explicitaram isto), tais avanços foram subsumidos diante de práticas institucionais que mantiveram, no caso específico das polícias militares, padrões disciplinares que emperram a profissionalização das polícias sob bases democráticas.

A proposta de se partir de uma análise sociológica sobre os efeitos que os

regimes disciplinares exercem sobre os corpos e mentes dos policiais, consolidando identidades específicas, ocorre porque se compreende que os elementos trazidos por estes encontram-se atrelados aos modelos historicamente consolidados pelas instituições e grupos que compõem o campo da segurança pública (influenciando, por isso, poderosamente as práticas desencadeadas no campo da formação policial).

Se, por um lado vive-se um processo sócio-histórico em que crescem as discussões acerca da necessidade de se superar a ação truculenta, violenta, por parte das polícias, notadamente porque há um entendimento de que a atuação do profissional da segurança pública deve estar embasada nos direitos humanos e na consequente contenção dos excessos (para evitar o que se entende por violência policial); por outro lado, observa-se que a polícia atua com base na possibilidade do uso da força, e que portanto, não pode simplesmente abandonar esse elemento, que é parte integrante da atividade profissional (atividade profissional que, assim nos parece, gira em torno deste elemento central).

A tensão apresentada, para nós perpassa o corpo dos policiais, uma vez que o mesmo se encontra exposto diante dos processos educativos, tanto os oficiais como os ‘oficiosos’, que contribuem poderosamente para a construção de identidades profissionais, consolidadas com base nos preceitos apreendidos, nas práticas e valores assimilados, bem como por meio dos exercícios técnico-operacionais desenvolvidos.

A formação dos policiais, neste sentido, inaugura um caminho que ao abarcar necessariamente o corpo desses (por meio das práticas disciplinares adotadas), tende a contribuir para a consolidação de determinados padrões estéticos e éticos.

Isso influencia poderosamente suas ações profissionais cotidianas, por meio de importantes pressupostos educativos que, por sua vez, tendem a denotar uma busca pelo domínio de si (ou no sentido da submissão diante de parâmetros comportamentais que são exigidos, de fora; ou no sentido da consolidação de uma atuação profissional calcada na autoconstrução), a partir da seleção de elementos éticos e estéticos que perpassam a profissão.

Referimo-nos ao que Foucault chamou de ‘produção do eu’ ou práticas de autoconstituição dos indivíduos e/ou grupos sociais. Com isto, Foucault (2001, p. 15) apontou para as “[...] práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens

não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo”.

A ética ou o conjunto de princípios que norteiam a ação do indivíduo (instrumento importante na constituição da ‘produção do eu’) tem sido influenciada poderosamente, nos casos dos cursos de formação de policiais militares, por práticas que se voltam para o uso da força, por técnicas historicamente demarcadas por uma postura militarizada e/ou agressiva.

No entanto, essas práticas têm sofrido pressões e têm sido confrontadas por outros saberes, bem como pela própria pressão social, em busca de novos padrões de comportamento (a serem adotados pelos policiais). Elementos que se somam e que podem contribuir para a consolidação de novas práticas, de uma nova conformação das ‘tecnologias do eu’ policial, numa outra direção.

Portanto, entende-se que o ‘embate’ (entre diferentes saberes que se debruçam por sobre os policiais) se situa no corpo desses, uma vez que o corpo é o alvo preferencial das ações disciplinares consolidadas nos cursos de formação. Insistimos nisto porque entendemos que os elementos constitutivos dos regimes disciplinares⁶⁷, que atuam por sobre os ‘corpos’ dos policiais (desde seu processo formativo), conformam uma postura específica de atuação profissional, algumas vezes muito diferente daquela preconizada pelos discursos que advogam em prol de uma formação que se volte para a instauração de uma postura não truculenta, por parte dos policiais, no trato com a população.

A proposta de estudar os ambientes formativos dos policiais militares a partir dos regimes disciplinares configurou-se, então, por entendermos que eles consolidam posturas, valores e disposições, construídos a partir do exercício corporal dos alunos, que norteiam as construções identitárias (profissionais) dos mesmos.

Neste sentido, adotamos a leitura que afirma que a identidade se constrói sempre em um processo de interdependência para com a diferença. Não sendo,

67 Conforme Foucault (2004), já citado, modalidade de aplicação do poder que aparece entre o final do século XVIII e o início do século XIX e caracterizada por certo número de técnicas de coerção que exercem um esquadramento sistemático do tempo, do espaço e do movimento dos indivíduos. Atingindo particularmente as atitudes, os gestos, os corpos desses. Para Foucault, o discurso da disciplina é estranho à lei ou à regra jurídica derivada da soberania, pois produz um discurso sobre a regra natural, isto é, sobre a norma.

portanto, perspectivas dicotômicas, mas interdependentes. Deste modo, a identidade ('aquilo que sou', em contraposição a 'aquilo que não sou') aponta para questões voltadas à conformação do eu, a partir de elementos como os que se relacionam com as identidades nacionais, sexuais, de gênero, raciais e étnicas (SILVA, 2000, p. 84).

Nosso estudo busca identificar a construção de um padrão profissional (de uma identidade profissional) dos policiais militares, por intermédio de sua corporeidade e se espelha nas possibilidades apontadas por autores como Strauss (1999) quando aponta para o fato de que a identidade dos sujeitos sociais é continuamente construída (mesmo na vida adulta). Notadamente por meio dos ambientes profissionais.

Problema que não pode ser enfrentado a contento, pelo campo educativo policial, enquanto esse se mantiver refém das duas propostas pedagógicas que, segundo Assmann (1994), têm dominado as perspectivas educacionais do Ocidente:

A primeira, de cunho liberal e/ou neoliberal (do ponto de vista da atuação policial) pode ser entendida como a que prega a manutenção da ordem e o combate à criminalidade e/ou aos que não são úteis ao sistema.

A segunda, de cunho progressista, que prega a transformação da atuação policial por meio da transformação das consciências - de consciências ingênuas para consciências críticas - dos profissionais da Segurança Pública.

Isto porque, para Assmann (1994, p. 45), tais paradigmas se mantêm atrelados "ora sob a égide do que há, ora sob a égide do que se espera". Assim, é mantida a dicotomia entre a 'realidade-agora' e a 'realidade-esperança'; além de não permitirem que se vislumbrem espaços para o surgimento da 'realidade-possível'.

Do ponto de vista educacional, esses paradigmas podem ser traduzidos a partir da relação que se estabelece entre conhecimento e prática social. Deste modo, se as práticas pedagógicas calcadas nos pressupostos liberais e ou neoliberais têm adotado uma perspectiva voltada para a formação do 'capital humano', ou seja, baseada na qualificação para o mundo do trabalho (formação técnico-científica destituída de um olhar crítico, por parte dos alunos); as práticas pedagógicas embasadas no materialismo dialético histórico (marxista) têm adotado uma perspectiva voltada para a consolidação de consciências críticas, por parte dos educandos (conforme prega, por exemplo, a pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani).

Hoje se sabe que tanto uma quanto outra perspectiva apresenta problemas e limites no que concerne ao fato de se construir um sujeito consciente, ao mesmo tempo em que se constrói um trabalhador eficiente. Limites que adentram, inclusive, o campo formativo dos policiais militares. Limites que serão superados se avançarmos para práticas de formação que não dicotomizem visões e ou valores de atuação profissional.

Portanto, para Assmann (1994), se de um lado o liberalismo e o neoliberalismo buscam petrificar, objetalizar os sujeitos históricos numa realidade sem história, sem sujeitos; de outro, as correntes progressistas voltam-se obcecadamente para questões como sujeito e consciência.

De todo modo, para o autor (mesmo que se situe mais ao lado das perspectivas educacionais progressistas), as categorias mentalistas⁶⁸ trazidas por elas perdem o sentido se não forem ancoradas em uma compreensão corpórea, uma vez que não existem sujeitos e ou consciências abstratas, mas sim relacionadas a indivíduos concretamente situados diante de um sistema social que intensifica seu controle sobre os corpos, sobre os valores, as sensibilidades, as necessidades e desejos, enfim, sobre as representações que esses sujeitos constroem sobre si mesmos e sobre suas possibilidades diante da existência.

Neste capítulo apresentou-se a realidade enfrentada pela polícia militar brasileira, no sentido da efetivação de seu trabalho. Buscou-se retratar os elementos que estariam atuando de modo a compor as práticas violentas que subjazem à profissão, bem como indicar as carências, do ponto de vista da formação dada aos policiais militares.

Para isso, autores importantes, do ponto de vista dos estudos policiais, foram trazidos à cena.

A discussão se encerra com o aporte de autores como Foucault e Assmann, por meio dos quais propomos estudar a formação policial militar com base na microfísica do poder de Foucault (notadamente por meio de sua proposta genealógica, que leva em consideração as formas de assujeitamento dos indivíduos, efetuadas por meio da atuação de diferentes tipos de saberes/poderes, que se voltam para o corpo (para as formas de docilização e de disciplinamento corportamental/atitudinal).

68 Ancoradas no Paradigma da consciência, estudado por autores como Habermas (1989).

CAPÍTULO V

AS POLÍCIAS E A EDUCAÇÃO POLICIAL NO PARAGUAI

O Paraguai possui uma história peculiar que deve ser observada antes de se aprofundar uma leitura sobre suas polícias. O país foi vítima de um golpe de Estado efetuado pelo General Alfredo Stroessner, no ano de 1954, que se perpetuou no poder por 35 anos (até o ano de 1989). Seu governo ficou conhecido como 'strosnismo', ou seja, como um regime opressivo, mas que mantinha uma 'fachada' legalista (CLÍNICA DE DERECHOS HUMANOS, PROGRAMA DE DERECHOS HUMANOS, FACULDAD DE DERECHO DE LA UNIVERSIDAD DE HARVARD E UNIVERSIDAD DEL PARAGUAY 2008, p. 06).

No ano de 1964, Stroessner promulgou uma nova Constituição e validou à força a sua reeleição. Dez anos mais tarde efetuou a mesma manobra, com o mesmo propósito, só que desta vez indefinidamente.

No 'strosnismo' nunca houve uma oposição política real, mas apenas candidatos 'maquiados' que, em períodos de eleição, davam a 'impressão' de que o Paraguai vivia processos eleitorais concorrenciais. As campanhas se faziam sob um forte Estado de Sítio (que durou por quase todo o mandato do general) e a única forma de propaganda permitida era a oficial (idem: 06).

As eleições, celebradas a cada cinco anos e controladas apenas pelo governo (partido de Stroessner), invariavelmente terminavam com a reeleição desse, com uma média de 90% dos votos.

Esse período trouxe uma aparente estabilidade econômica para o Paraguai. No entanto, o Estado de Direito foi manipulado e instituições estatais que deviam ser independentes, tais como o Poder Judiciário e o Poder Legislativo foram subjugadas pelo regime unilateral de Stroessner (Idem: 07).

A liberdade de imprensa, de expressão e a liberdade individual foram cerceadas. *"A todo quien le hacía una oposición (al General) basaba sobre principios e ideales, era perseguido, apresado, torturado e incluso deterrado y exilado"* (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2001).

A corrupção era desenfreada e o aparato estatal se converteu em um

elemento a mais do poder do ditador. Deste modo, graves abusos contra os direitos humanos foram cometidos, tais como o exílio forçado e prolongado (até pela vida inteira), a prisão arbitrária, o uso de forças paramilitares, os expurgos políticos e a captura de prisioneiros políticos (FARINA, 2003, p. 157-88).

Da mesma forma, o regime maltratou e perseguiu milhares de pessoas sob o pretexto de defender a segurança nacional e combater o comunismo. Cometeu sistematicamente vários atos de violência, que incluíram a tortura, as execuções extrajudiciais e os massacres (CLÍNICA DE DERECHOS HUMANOS, PROGRAMA DE DERECHOS HUMANOS, FACULTAD DE DERECHO DE LA UNIVERSIDAD DE HARVARD E UNIVERSIDAD DEL PARAGUAY, 2008, p. 07).

O próprio governo documentou esses fatos de maneira assombrosamente extensa e detalhista, por meio de arquivos descobertos anos mais tarde e que ficaram conhecidos como *'archivos del terror'* ou *'archivos del horror'* (Idem: 07-08).

Durante os anos de ditadura, o sistema penal paraguaio delegou à polícia um poder excessivo. Na prática, a determinação da polícia de prender uma pessoa passou a ter o mesmo efeito de uma ordem judicial, uma condenação e/ou uma sentença judicial. Milhares de pessoas permaneceram meses ou anos sob prisão preventiva, muitos jamais viram uma autoridade judicial.

Durante os últimos anos da ditadura de Stroessner mais de 90% daqueles que se encontravam nas prisões estavam ali reclusos preventivamente. Embora o regime tentasse repassar para a população uma leitura que buscava retratar uma atuação eficiente e efetiva, em termos do cumprimento da lei, o fato é que houve enormes custos para os direitos dos cidadãos e para a integridade governamental (Idem: 08).

Para o escritor Paraguaio Augusto Roa Bastos (1987), o medo social se instaurou enquanto consciência pública:

El miedo era la conciencia pública invisible que se comunicaba en secreto entre toda la población no adicta al régimen totalitario. La callada violencia represiva que éste ejerció no suele ser computada por las estadísticas de la política en nuestra América Latina, pero el sufrimiento del pueblo paraguayo bajo la dictadura fue muy grande."

Durante a era de Stroessner, as maiores ameaças, em termos de segurança pública, não provinham dos crimes comuns praticados nas ruas, mas das forças

policiais bem como de um governo autoritário e repressivo (CLÍNICA DE DERECHOS HUMANOS, PROGRAMA DE DERECHOS HUMANOS, FACULDAD DE DERECHO DE LA UNIVERSIDAD DE HARVARD E UNIVERSIDAD DEL PARAGUAY, 2008, p. 9).

De todo modo, o stronismo teve um abrupto final na data de 03 de fevereiro de 1989, quando outro general, Andrés Rodríguez derrubou Stroessner por meio de um golpe militar. Logo depois, por meio de eleições *'libres, pero no limpias'*, Rodríguez se tornou presidente do Paraguai, comprometendo-se com o restabelecimento do Estado de Direito.

Um avanço galgado naquele período, em termos políticos, foi o que se relacionou à redação da Constituição de 1992. Documento que estabeleceu um governo democrático, caracterizado pela separação dos poderes e que defendeu o fortalecimento da proteção aos direitos individuais (idem: 09).

Entretanto, independente disso, o País enfrentaria ainda uma série de lutas políticas que perdurariam pelos próximos anos. Em 1993, por exemplo, após ter ganhado as eleições sob acusações de fraude (por parte de membros de seu próprio partido), Juan Carlos Wasmosy se converteu no primeiro presidente civil do Paraguai, depois de quase quarenta anos de 'strosnismo'.

Três anos mais tarde, Wasmosy repeliu uma tentativa de golpe de Estado liderado pelo então comandante do Exército, general Lino César Oviedo. Já em 1998, imediatamente após ter sido eleito presidente, Raúl Cubas (ex-companheiro de Oviedo), por meio de uma medida controversa libertou Oviedo (que havia sido inabilitado a competir politicamente e condenado a dez anos de prisão por rebelião e insubordinação, após a tentativa frustrada de golpe). Enquanto isso, Cubas (presidente) e seu vice (Luís María Argaña) discordavam radicalmente em termos da maneira com que deviam tratar Oviedo (Idem: 09-10)

Em 1999, Argaña foi assassinado (supostamente a mando de Oviedo), o que causou uma grande comoção pública nacional e internacional. Nesse ínterim, vários manifestantes saíram às ruas para exercer pressão política sobre Cubas, enquanto o Senado instituíva procedimentos de juízo político contra o presidente, por abuso de poder.

No transcurso de vários dias tensos e dramáticos, transcorridos no mês de março de 1999, franco-atiradores (sob a proteção da polícia) efetuaram disparos contra a população que se encontrava reunida em frente ao edifício do Congresso.

Em 28 de março, Cubas preferiu renunciar antes que saíssem os resultados do juízo político perpetrado pelo Senado, contra ele.

Diante dos acontecimentos, o presidente do Senado, Luís González Machhci assume o lugar de Cubas e tenta, sem êxito, criar um governo de coalizão (incluindo os três principais partidos políticos existentes no Paraguai). González enfrenta, ao largo de seu breve período no poder, uma tentativa de golpe realizada no ano de 2000; múltiplos casos de corrupção e acusações de má administração; e sofre um juízo político perpetrado pelo Senado (Idem: 10).

Por sua vez, o presidente Nicanor Duarte Frutos, eleito em 2003, destituiu seis ministros da Corte Suprema de Justiça, acusados de corrupção e outros crimes (já no primeiro ano de seu mandato).

Independente dos acontecimentos, o fato é que o partido colorado manteve-se no poder, desde os tempos do General Strossner até a eleição de Fernando Lugo (o último presidente eleito no Paraguai, no ano de 2008).

Conforme as palavras de um de seus presidentes: *“su partido quedaría vacío si sus dirigentes debían renunciar por sospechas de corrupción”* (COMITÉ DE IGLESIAS PARA AYUDA DE EMERGENCIA, 2001, p. 29-30).

De todo modo, na data de 20 de abril de 2008 o ex-bispo da maior Diocese Católica do País (que contava com a maior densidade organizacional de camponeses existentes no Paraguai), Fernando Lugo Méndez ganhou as eleições presidenciais e derrotou o partido colorado depois de 61 anos em que o mesmo manteve-se no poder (FOGEL, 2009, p. 199).

La decisión de Fernando Lugo Méndez de dejar el obispado enfrentando incertidumbres para liderar una alianza opositora fue una opción de fe, una fe encarnada en un pueblo, y sobre todo en el pueblo pobre (Abente, 2008; Selecciones, 2008). El obispo de los pobres que había acompañado las primeras marchas campesinas a la capital, sensible al dolor de los campesinos, renunció a su condición de obispo para liderar una propuesta emancipadora, a sabiendas que sería básicamente el sembrador en un proceso que revertiera injusticias seculares y que daría parte de sus frutos más allá del período presidencial. Sin embargo en plena campaña electoral la Alianza propuso revertir la situación de una sociedad castigada por injusticias sociales y por toda la colonización de su Estado que había entregado sus recursos básicos; la propuesta electoral incluía recuperar la soberanía energética, realizar una reforma agraria, y combatir frontalmente la corrupción (Idem: 200)

Mesmo tendo triunfado nas eleições presidenciais, a composição governista ficou subrepresentada em termos do poder legislativo, pois contava com apenas cinco parlamentares. A mesma representação obtida no ano de 2003, quando não conseguiu eleger o presidente.

De igual modo, o movimento campesino, bem como os campesinos sem terra, os trabalhadores informais sindicalizados e outros que apoiaram o presidente Fernando Lugo nas eleições de 2008 não contribuíram para instituírem uma composição parlamentar que desse sustentação ao governo do presidente eleito, uma vez que 65% de todos os votos foram para os partidos tradicionais, de tendência conservadora (FOGEL, 2009, p. 202).

Para Fogel (2009), existem fatores de ordem socioeconômica que explicam tal processo. Um deles é que o Paraguai é o país da América do Sul com o menor número de trabalhadores na área industrial (16%). Setor que responde por apenas 16% do PIB do País, cuja maior contribuição econômica advém da agricultura (Idem: 204).

Além disso, como não houve na história Paraguaia a implantação de indústrias, o País carece de uma burguesia empreendedora e de um setor obreiro, logo, restou uma estrutura sem atores coletivos fortes e associados aos partidos clientelistas (hegemônicos e tradicionais). Condições que tornam difícil empreender políticas públicas orientadas ao desenvolvimento nacional (Idem: 205-206).

A característica econômica predominante é a agroexportadora (notadamente de soja) e contribui para o aumento da divisão social. Ainda mais diante do fato de o Estado paraguaio ter assumido uma característica abertamente patrimonialista. Tal quadro permitiu, dentre outras coisas, que o crime organizado crescesse e acabasse sendo incorporado ao próprio funcionamento estatal (Idem: 207-208).

Não bastasse isso, a imprensa Paraguaia adotou um comportamento totalmente parcial, sendo controlada pelos partidos hegemônicos e pelos grupos mais ricos (herança das várias décadas em que foi controlada pela ditadura) (Idem: 211-213).

O País sofre com as tensões crescentes advindas, de um lado, da pressão por mudanças (trazidas pelos grupos populares); e de outro lado, das resistências e ou imobilismos advindos de partidos que mantêm a hegemonia do poder, com caráter conservador (Idem: 213-218).

Diante desse cenário, a questão policial se tornou problemática no Paraguai.

Para desenvolver-se uma análise acerca da condição policial (notadamente diante da escassez de materiais bibliográficos), nos utilizamos do estudo feito em 1999 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sobre a Polícia Nacional Paraguaia. Estudo que, de forma conjunta com a Polícia Nacional do Paraguai (PN) realizou um diagnóstico abrangente, com o objetivo de consubstanciar a busca pela transformação institucional do corpo policial daquele País.

Este importante diagnóstico, fruto de um esforço institucional efetuado pela polícia Paraguaia e que contou com o apoio técnico e financeiro do PNUD, foi finalizado e apresentado em sua versão final (e resumida), no ano de 2004, sob o seguinte título: *Informe Final del Proyecto de Apoyo Institucional del Pnud a la Policía Nacional de Paraguay* (utilizado aqui a partir da publicação, feita em 2009, deste trabalho) .

Cabe ressaltar que este trabalho contou com a colaboração de *experts* (também designados pelo PNUD), tais como o Diretor Geral de Assessoria, Rafael Nieto Loaiza (especialista internacional em assuntos de justiça e segurança cidadã), três oficiais da Polícia Nacional da Colômbia e um *expert* Uruguaio, Juan Faroppa, os quais ofereceram seus aportes como consultores internacionais nas áreas de luta contra o narcotráfico, inteligência policial, relações com a comunidade, sistema de educação e formação da PN.

Além disso, o PNUD ofertou metodologia especializada para o trabalho de diagnóstico e deu apoio pontual nas áreas que se fizeram necessárias por consultores internacionais.

Este trabalho também foi emoldurado a partir da compreensão de que um diagnóstico fiel da Polícia Nacional do Paraguai exigiria uma visão franca que somente os membros da própria instituição poderiam realizar. Por isso, a metodologia de trabalho foi amplamente participativa. Conforme apontou o documento:

Con ella se buscó, además de un estudio completo y profundo desde las entrañas de la organización, ir rompiendo la resistencia interna al cambio. La metodología participativa invita a la reflexión permanente de los miembros sobre su realidad actual, sobre los

objetivos que se deben alcanzar, y sobre los caminos y medios que se necesitan para lograr tales metas (INFORME FINAL DEL PROYECTO DE APOYO INSTITUCIONAL DEL PNUD A LA POLICÍA NACIONAL DE PARAGUAY, 2009, P. 02).

Assim, a partir de pedido do PNUD a direção principal da PN Paraguaia constituiu nove comissões de trabalho, com 8 a 10 membros cada, a cargo de um dos comissários gerais da instituição (sediados a partir da cidade de Assunção), ou de um comissário principal, com experiência ampla na matéria.

Os temas de trabalho das comissões abarcaram todo o espectro institucional, de modo que, conforme apontou o documento citado, pode-se considerar o relatório como significativo.

O foco das comissões foi organizado a partir de áreas temáticas: 1) marco jurídico; 2) organização institucional e recursos humanos; 3) direção, planificação e gestão policial; 4) doutrina e sistema educativo; 5) operações e inteligência policial; 6) relações com a comunidade e polícia comunitária; 7) mecanismos de controle da atividade policial; 8) infraestrutura, logística e intendência; 9) bem-estar das polícias.

Sobre a base dos questionários elaborados pelo PNUD e aprovados pela PN, e das guias construídas pelo diretor geral da assessoria (compartilhadas com seus membros) as comissões elaboraram um relatório preliminar que procurou determinar “o estado das perguntas” construídas para cada área temática.

O diretor da assessoria estudou em profundidade cada uma das informações preliminares, identificou vazios, fraquezas e inconsistências, e se reuniu várias vezes com os membros das comissões, de modo a determinar a maneira de melhorar os informes.

Com base em amplas discussões e investigações complementares, as comissões finalmente elaboraram um informe de diagnóstico. Trabalharam forte, durante dois anos, com uma série de comissões internas. A partir das informações advindas dessas comissões, foi elaborado um relatório preliminar de diagnóstico da PN.

Mais tarde, com base nessas conclusões e a partir dos questionários preparados pelo Diretor da assessoria, durante 2003 e 2004, a PN preparou alguns documentos de atualização que demonstraram os avanços ou retrocessos institucionais ocorridos desde a apresentação do informe preliminar.

O conjunto dos informes finais somado às atualizações que se fizeram no tempo transcorrido até 2004 conformaram o '*Diagnóstico de la Policía Nacional del Paraguay*' (Idem: 02).

No informe final (que serviu de base para nossa leitura), não foi transcrito todo o diagnóstico, mas um resumo executivo realizado pelo Diretor Geral da assessoria, com o objetivo de sistematizar os informes finais das comissões, somar as opiniões dos *Experts* internacionais e tornar mais fáceis a leitura e a compreensão geral do respectivo diagnóstico.

Cabe salientar que os relatores do documento em tela salientaram que a PN necessitava mudar, de modo que pudesse enfrentar os desafios que o século XXI lhe apresentava, notadamente em termos da temática da segurança cidadã.

A experiência deste projeto mostrou ao PNUD, segundo o mesmo documento, que muitos dos membros das polícias do Paraguai estavam dispostos a serem servidores públicos eficazes na busca da segurança do cidadão paraguaio, respeitosos dos direitos e liberdades que as comunidades exigiam. Por isso, era necessário aproveitar tais talentos e a boa vontade demonstrados. No entanto, advertiram:

Es de resaltar que, en todo caso, para este fin es indispensable contar con la dirección activa del Ministerio del Interior y el soporte de las entidades encargadas del Tesoro y la Hacienda públicas (en algunos puntos el apoyo financiero es simplemente indispensable para el cambio), así como con la colaboración de los otros organismos estatales que tiene relación con la PN, en especial en la rama judicial del poder público, y el soporte de la comunidad internacional (Idem: 04).

E encerraram a introdução do documento reiterando o que foi dito, de forma consensual, pela PN paraguaia, ao término de um trabalho de cinco anos, cujo resultado do diagnóstico foi bastante abrangente:

Luego del diagnóstico realizado, los que participaron en el mismo tienen la expectativa de que tenga la continuidad necesaria, hasta que se logren los objetivos de modernización institucional. Se tiene esperanza en que la ayuda llegue desde fuera de la institución, porque a través de los recursos institucionales no se logrará ese fin (Idem: 04).

5.1 O DIAGNÓSTICO DA POLÍCIA NACIONAL DO PARAGUAI

De modo geral, o diagnóstico apontou fortemente para o fato de que “*si alguna vez la tuvo, la Policía Nacional ha perdido la visión institucional, y con tal pérdida se han difuminado también los objetivos institucionales*” (Idem: 05). Isto porque, segundo o documento, dentre outras coisas a Polícia Nacional do Paraguai não contava, à época do estudo, com uma visão clara de si mesma. Do mesmo modo, sua missão institucional não estava suficientemente definida e priorizada (além do fato de sua estrutura institucional encontrar-se inadequada).

A cultura institucional era caracterizada pelo autoritarismo e pelo militarismo do passado recente. O trabalho policial encontrava inúmeras interferências políticas externas que impediam o desenvolvimento de seu profissionalismo. Os recursos humanos, materiais, financeiros, tecnológicos e de informação eram escassos e insuficientes.

Os policiais (notadamente os oficiais) careciam de formação voltada para a liderança moderna, para a gerência e o exercício do comando.

A instituição manejava uma crise atrás da outra e executava tarefas demais, algumas delas não propriamente relacionadas com suas funções (tais como as voltadas para a formação de músicos profissionais e professores de educação física) (Idem: 05).

A característica fundamental da PN paraguaia foi apontada como a de ser uma instituição nova e ou, mais estritamente, em transição. Instituição que, como outras que constituíam a nova democracia do Paraguai, sofria as pressões e ambiguidades decorrentes do fato de estar parcialmente ancorada no passado autocrático, ao mesmo tempo em que desejava percorrer os caminhos da democracia plena e do Estado de Direito.

Característica histórica que não pertencia apenas à PN, mas a todas as instituições do Estado paraguaio. Porém, fato que inegavelmente marcava a instituição policial. Até porque a mesma foi organizada a partir das bases policiais instituídas, num primeiro momento, na cidade de Assunção, capital do país. Justamente no período da ditadura militar.

Segundo a comissão de estudos da área ‘jurídica’:

la policía paraguaya tiene sus antecedentes legales en el Decreto

del 8 de marzo de 1843, dictado por el Segundo Gobierno Consular presidido por Don Carlos Antonio López. Este cuerpo legal otorgó a la Institución un primer marco jurídico legal, disponiendo su organización básica con competencia en la Capital de la República, denominada "Departamento de Policía", otorgándole además una función específica que no era otra sino la de cuidar de los mercados de las plazas en lo que respecta a las pesas y medidas y evitar la venta de cosas pasadas y podridas, entre otras. La primera Constitución de la República de 1842, la segunda de 1870, la tercera de 1940 y la cuarta de 1967, no se ocuparon expresamente de la Institución Policial. Recién la Constitución de 1992 instituyó en su texto la Policía Nacional (Idem: 06).

O relatório indicou que as leis promulgadas ao longo do tempo e que passaram a reger a PN guardaram estreita relação e continuidade, não desenvolvendo uma observação mais detalhada acerca das diferenças substanciais que, historicamente, passaram a ocorrer na sociedade Paraguaia. Deste modo, mantiveram-se os mesmos procedimentos em termos de organização, direitos e obrigações voltadas ao corpo policial.

Neste sentido, as leis foram basicamente réplicas umas das outras e regiam, por exemplo, apenas a polícia existente na capital e região metropolitana, mas não as polícias existentes no interior do País. Esse fato contribuiu para que cada departamento policial (que atuava, por sua vez nas diferentes regiões Estado) passasse a desenvolver organizações próprias, em matéria de segurança. Isso equivale a dizer que cada departamento manteve sua própria polícia (Idem: 07).

De todo modo, a PN teve sua criação decretada pela Constituição de 1992. Pela primeira vez no Paraguai uma Carta Constitucional se ocupou da questão policial, pois tratou entre outras coisas da uniformização das forças de segurança pública existentes.

Assim, as polícias da capital foram anexadas às distintas delegações departamentais, tais como a ligada à direção de migrações. O Artigo 172 da Constituição expôs que *"la fuerza pública está integrada, de forma exclusiva, por las fuerzas militares y policiales"*. Já o Artigo 175, por sua vez, criou a polícia Nacional e estabeleceu o caráter institucional, a dependência e os fins desta, nos seguintes termos:

la Policía Nacional es una institución profesional, no deliberante, obediente, organizada con carácter permanente y en dependencia

jerárquica del órgano del Poder Ejecutivo encargado de la seguridad interna de la Nación. Dentro del marco de esta Constitución y de las leyes, tiene la misión de preservar el orden público legalmente establecido, así como los derechos y la seguridad de las personas y entidades y de sus bienes; ocuparse de la prevención de los delitos; ejecutar los mandatos de la autoridad competente y, bajo dirección judicial, investigar los delitos. La ley reglamentará su organización y sus atribuciones. El mando de la Policía Nacional será ejercido por un oficial superior de su cuadro permanente. Los policías en servicio activo no podrán afiliarse a partido o a movimiento político alguno, ni realizar ningún tipo de actividad política. La creación de cuerpos de policía independientes podrá ser establecida por ley, la cual fijará sus atribuciones y respectivas competencias, en el ámbito municipal y en el de los otros Poderes del Estado (Idem: 08).

Outrossim, a nova polícia nacional foi regulamentada pela Lei nº 222/93, ou seja, pela Lei *Orgánica de la Policía Nacional* que definiu a organização, funções e atribuições da mesma, bem como estabeleceu os direitos e obrigações dos policiais. A lei, conforme apontado pela Comissão citada, foi *“promulgada en medio de un descontento y desconcierto de las autoridades políticas departamentales, quienes vieron mutiladas las atribuciones que dichas autoridades tenían sobre las Policías departamentales”* (Idem: 08).

Diante desse contexto, conforme apontou a Comissão, a PN arrastou consigo os valores que a constituíram desde seu nascimento: Um caráter autoritário; atuação como instrumento de repressão do governo; dificuldades no sentido de estruturar-se a partir da polícia da Capital; além de sofrer constantes interferências políticas de âmbito nacional, departamental e municipal.

Não obstante, embora tida como uma instituição nova (o relatório do PNUD foi feito em 2004, ano emblemático para a PN, uma vez que representou a condição de mudança posta para a Polícia diante da transição democrática trazida com a Constituição de 1992), a PN do Paraguai foi avaliada por meio de uma leitura que demonstrava haver questões ‘congênitas’ que estavam prestes a se perpetuar se nada fosse feito, no sentido da mudança estrutural e organizacional da mesma (observe-se que este relato foi feito 12 anos depois que a Constituição Democrática passou a vigorar no Paraguai).

Ficou notório o pesar, apontado pelos estudiosos, da condição da PN do Paraguai, quanto ao fato de que o País encontrava-se imerso em um esforço muito difícil e dispendioso, no sentido da construção da institucionalidade democrática.

Fato que, em grande medida, explicaria a problemática condição na qual se encontrava a instituição policial daquele país.

Isso é mostrado por meio da avaliação da Missão Institucional da PN do Paraguai, tida como obtusa, até porque o Artigo 175 da Constituição de 1992 (que tratou desta questão) não instituiu, enquanto pressuposto, a questão da defesa dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas.

Por isso, o documento aponta que:

la Policía Nacional, bajo la disposición constitucional pertinente, se constituye, a más de la pretendida institución moderna, en una institución civil y civilista, al otorgarle funciones protectoras y conservadoras de los derechos fundamentales del hombre en sus más diversas formas. Pero se advierte que estas caracterizaciones de la Policía no significan la vigencia irrestricta de ellas. Tienen su obstáculo desde la misma interpretación de los modernos Institutos Jurídicos contenidos en la constitución relacionados con los labores policiales, por parte de los integrantes de la Institución (Idem: 10).

Deste modo, a Lei 222/93 não teria se diferenciado de modo significativo das anteriores, uma vez que manteve excessiva carga regulamentar voltada aos aspectos menores, ou seja, aos procedimentais que não se coadjuvam com o trabalho policial a ser feito em uma sociedade democrática; nem tampouco com as recentes reformas processadas pelos Códigos Penal e Processual Penal Paraguaio (Idem: 11).

Do mesmo modo, teriam se mantido as interferências políticas no trabalho da polícia, conforme apontou uma das comissões:

la realidad política de nuestro país juega un papel decisivo en el desenvolvimiento de la Institución. Es así que la injerencia de políticos que ocupan cargos de relevancia en el gobierno y en el peor de los casos hasta los correligionarios del barrio, ejercen influencias sobre la Institución, [influencias] que son graves en muchos casos. Esas influencias, naturalmente, son para distorsionar el cabal cumplimiento de sus funciones y obligaciones; y los que ostentan la administración de la Policía no puede mayormente hacer nada frente a las determinaciones e influencias de los políticos inescrupulosos (Idem: 12).

Mesmo durante a realização do trabalho conjunto entre a PN e o PNUD,

ficou notório o fato de que as interferências políticas sobre a instituição continuavam a ocorrer, mantendo uma valoração altamente negativa em termos do trabalho policial.

Esta interferência acabava por afetar a moral dos membros mais dedicados ao trabalho policial, fazendo ainda com que a sociedade desenvolvesse uma leitura pejorativa acerca da capacidade dos órgãos policiais, no sentido de desenvolverem um trabalho calcado na autonomia institucional (Idem: 12).

O documento ressaltou a necessidade de se mudarem aspectos organizativos da PN, inclusive os que se voltavam para a defesa da doutrina de segurança nacional, prevaiente, e que deveriam ser substituídos por outros, tais como os que apontavam na direção da defesa da segurança cidadã (Idem: 13 e 14).

Da mesma forma, apontou para a necessidade de manterem-se as conquistas legais promulgadas pelo Estado de Direito, como forma de preservar-se o *“triunfo supremo de la comunidad y del individuo, tras siglos y siglos de lucha, sobre aquellos que, alegando los títulos más diversos o simplemente recurriendo a la violencia, pretendieron imponer su voluntad a los demás”* (Idem: 14).

Deste modo, a polícia Paraguaia apresentava-se como um meio para a aplicação das leis, de modo a assegurar a proteção da coletividade e, mais precisamente, os direitos e liberdades individuais da coletividade do País. Mas, para tal, seu trabalho deveria também ser pautado pelos marcos regulatórios da Lei.

Para os relatores do estudo do PNUD, a polícia paraguaia não poderia violar a lei sob pretexto de defendê-la. Não poderia continuar a vulnerabilizar os direitos e liberdades dos cidadãos com o argumento de protegê-los.

Por isso, seria preciso:

hacer una investigación, estudio y evaluación de las normas existentes sobre seguridad ciudadana y policía. Hay que estudiar la expedición de un “código nacional de policía”, en el cual se identifiquen y regulen los medios de policía y las contravenciones ciudadanas. Y hay que analizar la reglamentación del uso de la fuerza y de los operativos policiales. Por supuesto, resulta indispensable apoyar el desarrollo de sistemas y organizaciones internas y externas de control de la acción policial, tanto en materia disciplinaria como penal. Y, como bien se dice en el informe de la comisión de “Organización y Recursos Humanos”, también se debe revisar la regulación de los procesos contra los policías, puesto que, en su opinión, “no se obtiene la debida normativa en la defensa del personal de acuerdo con los reglamentos en los actos sumarios (Idem: 15).

De acordo com os membros da comissão da área de 'Direção e Planificação', a instituição deveria realizar um esforço sério e sistemático para que as normas externas e/ou internas da instituição fossem efetivamente cumpridas.

A seu turno, o relatório consolidado por esta comissão foi drástico nas suas conclusões, bem como enumerou as dificuldades atinentes ao departamento de planeamento e operações. *“Como se puede notar, no se cumplen las funciones establecidas en el Reglamento Orgánico Funcional y el Departamento se constituye en una simple oficina sin poder de decisión y sin medios para el cumplimiento de sus funciones”*.

Do mesmo modo, a comissão de 'Operações e Inteligência', após fazer uma descrição das funções calcadas na normativa vigente, verificou que *“la mayoría de las disposiciones constituyen verdaderas letras muertas”*. Ademais, as dependências reservadas a estas tarefas *“nunca fueron organizadas para su funcionamiento como se pretende”*.

A questão do respeito aos direitos laborais foi também avaliada como problemática. Inúmeras queixas processadas pelos policiais mostravam que se violavam continuamente a lei e os regulamentos que estabeleciam as diretrizes quanto aos *“servicios, destinos y traslados, horas extras, viáticos y demás asuntos relacionados”*. O que, necessariamente, transformava-se em fonte de mal-estar institucional (Idem: 16).

Todas estas questões mostravam que, no Paraguai, a segurança cidadã não caminhava a contento, mesmo depois de 12 anos da implementação de uma constituição considerada avançada, em termos de questões voltadas ao campo da atuação policial.

Para os relatores do estudo do PNUD, o conceito de segurança cidadã representava então

la situación en la cual las personas, los habitantes todos, sin discriminación ni privilegios de ninguna clase, pueden disfrutar materialmente de sus derechos y libertades fundamentales. La inseguridad, por consiguiente, no es otra cosa que el estado en el cual esos derechos y libertades son vulnerados (a través del delito, por ejemplo), o es imposible o no hay certeza en su efectivo y tranquilo disfrute (Idem: 17).

Assim, foi observado que, em termos de implementação de técnicas de

investigação e operações policiais, com especial cuidado para com o uso da força (nos casos de procedimentos voltados à prisão e tratamento dos detidos), se fazia necessária e urgente uma ação institucional que levasse em conta os direitos e liberdades fundamentais das pessoas.

A falta de preparação e especialização dos policiais, bem como os casos de tortura, que ainda aconteciam (embora de forma isolada), geraram denúncias contra a instituição policial e/ou contra alguns policiais (Idem: 18).

Foi constatado, por outro lado, um avanço na questão da interceptação das comunicações (interceptações telefônicas), uma vez que estariam sendo usadas apenas com autorização judicial.

Do mesmo modo, os relatores perceberam como avanço a criação de uma unidade de *'Protección Ecológica y Rural'*. Todavia, essa mesma unidade não conseguia cumprir efetivamente seu trabalho, uma vez que dependia do apoio do Ministério da Agricultura para o seu deslocamento.

Ainda, foi constatado que casos de discriminação continuavam ocorrendo, inclusive para com os próprios policiais, uma vez que o decreto 3070 estabelecia que esses, no caso de serem pais, mas solteiros, não tinham o mesmo direito dos policiais casados (no sentido de receberem a *'unidad de bonificación alimentaria - UBA'*) (Idem: 18).

Quanto à questão de gênero, foi constatado que não havia mulheres na escola de Suboficiais. Na escola de Oficiais as aspirantes eram bem poucas, cuja representação era menos de 10% do total. Além disso, quase 70% das mulheres egressas do Colégio de Polícia não cumpriam funções operacionais, mas sim funções administrativas e/ou encontravam-se em atividades extra-institucionais, sob o viés 'comissionado' (Idem: 19).

Las pocas mujeres que desempeñan funciones operativas realizan los mismos trabajos que el personal masculino, como por ejemplo servicio de estadio, patrulla, seguridad en entidades públicas, traslado y custodia de mujeres a cargo de la justicia, entre otros (Idem: 19).

A denominada *'Comisaría de La Mujer'* cumpria meramente a função de 'depósito' de mulheres/policiais que haviam cometido atos delitivos, em serviço. Não resguardava lugar algum, por exemplo, para mulheres vítimas de delitos nem para

as que tivessem sofrido violência familiar. O pessoal que trabalhava neste departamento (em média 20 pessoas), não possuía formação adequada e o prédio utilizado, por sua vez, apresentava-se bastante deteriorado.

Embora o artigo 180 da lei 1286, de 1998, do Código Processual Penal paraguaio tenha exposto que *“las requisas se practicarán separadamente, respetando el pudor de las personas”* e que *“la inspección de una persona será practicada por otra de su mismo sexo”*, não havia como manter este princípio legal, uma vez que o número de policiais mulheres não poderia atender à demanda de serviço ligada a esta exigência (Idem: 20).

Porém, do ponto de vista do tratamento das vítimas de delito, o relatório apontou para o fato de que, nas sociedades contemporâneas, em termos de atuação dos sistemas de administração da justiça teria aumentado a preocupação no sentido de proteger os direitos de suspeitos e delinquentes. Todavia, era preciso voltar-se para a defesa dos direitos das vítimas.

Para isso não bastava que tais direitos estivessem resguardados pelo Código Penal. Seria preciso, apontava o documento, que no caso da PN do Paraguai fossem desenvolvidas técnicas e unidades especializadas no atendimento de vítimas de violência, com ênfase nos delitos cometidos contra os menores e as mulheres (idem: 20-21).

Com relação ao uso da arma de fogo, os relatores apontaram para o fato de que a polícia paraguaia, de modo a cumprir a transição e a consolidação democrática, deveria ser desmilitarizada. Isto porque, embora se constituísse, de um lado, enquanto aparato armado; desempenhava, por outro lado, uma atividade de natureza civil.

Neste sentido, prossegue o relatório, o uso da força deveria ser operacionalizado a partir da proporcionalidade, uma vez que a polícia não trabalha de forma a garantir a soberania e/ou a integridade do território (atividades afetas às forças armadas) (Idem: 21).

Assim,

la policía no tiene al frente de sí misma enemigos sino ciudadanos a los que debe proteger. Si alguno de ellos pareciese colocarse al margen de la ley o lo ha hecho efectivamente, la policía debe proceder a su control y captura con el fin de entregarlo a las autoridades judiciales para su juzgamiento. Por otra parte, la policía no crea normas jurídicas sino que actúa, no decide sino que ejecuta,

y despliega la fuerza instituida como medio para alcanzar los fines de la sociedad y el Estado, por orden superior y de acuerdo con el derecho (Idem: 22).

Pelo fato de manter uma natureza civil, a polícia não poderia receber ordens da mesma forma com que essas são encaminhadas aos militares, porque tem caráter reflexivo. Deste modo, o policial poderia e deveria ser instigado a impugnar ordens que violassem a constituição e/ou os direitos e liberdades dos cidadãos.

No caso da Polícia Paraguaia, não havia clareza quanto à distinção entre funções civis e militares. Alguns policiais entrevistados à época do diagnóstico realizado entre os anos de 1999 e 2004 confessaram que a PN mantinha princípios de autoridade advindos do tempo dos regimes ditatoriais (Idem: 22). Por isso, o relatório apontou para a necessidade de a PN desenvolver uma vocação de serviço público:

la policía es, dentro de todas las instituciones del Estado, la de mayor presencia y cercanía a los ciudadanos. Por un lado, su misión y sus funciones giran alrededor de la ciudadanía. Por el otro, el grueso de sus actividades supone y exige, precisamente, un contacto inmediato y cercano con la comunidad. La policía es el único servicio público existente en nuestras comunidades para las ocasiones de crisis. Aun más, en muchas ocasiones la Policía Nacional es la única presencia real del Estado en los remotos parajes de nuestras arduas geografías (FOGEL, 2009, p. 23).

Do mesmo modo, apontou para o fato de que embora a polícia

no posee facultades resolutivas para los problemas de carácter social que se suceden... sin embargo sirve de medio en la mayoría de los casos para que las personas afectadas lleguen ante las autoridades pertinentes para la resolución de sus problemas. En la realidad cotidiana, la Policía se constituye en receptor de los problemas sociales de cualquier índole (Idem: 23).

Daí a necessidade da polícia exercer seus poderes apenas no sentido de atender aos interesses da sociedade, dentro do marco do ordenamento jurídico vigente. Por isso, a polícia deve manter-se disponível (presença permanente diante do cidadão), manter-se responsável e disciplinada (no sentido da ordem de seu

corpo e de subordinar sua conduta ao que ordena a lei e os regulamentos internos da polícia) (Idem: 23).

Por conseguinte, para os relatores do estudo em tela, a polícia necessita ser flexível e hábil para adaptar às necessidades da comunidade e ajustar seus objetivos aos meios mediante os quais essa cumprirá seu serviço; a fim de preservar sua '*vocación social*' e assim se aproximar da comunidade. Trabalhando, deste modo, na direção da prevenção.

De todo modo, ficou claro que no Paraguai não havia um trabalho policial voltado à prevenção do crime, e que sequer a polícia daquele país conhecia tal perspectiva; uma vez que a comissão de *Operaciones y Inteligencia* destacou que "*la Policía Nacional realiza su tarea preventiva a través del Departamento de Relaciones Públicas*" (Idem: 25). De forma geral, a prevenção se esgotava "*con la presencia del personal uniformado en la calle sin la debida instrucción*". A mesma comissão informou que a PN seguia com "*el mismo modelo paramilitar en el ejercicio de sus funciones*" (Idem: 25).

Do ponto de vista de um 'modelo' policial mais adaptado à realidade nacional, foi informado que não havia, no Paraguai, por parte da PN, estudos que identificassem as atuais necessidades da população quanto à segurança e assistência, além de não possuir meios para realizar tal empreitada.

A questão da profissionalização da polícia foi outro tema tratado no relatório do PNUD, que apontou, dentre outras coisas, para o fato de que essa é uma das características fundamentais das polícias modernas. Polícias que prestam serviço público e que não devem sofrer interferências políticas (mantendo critérios de civilidade, apoliticidade e respeito diante da lei e dos direitos humanos) (Idem: 26).

No que tange à PN, foram observadas dificuldades para a realização deste papel, conforme apontou a comissão de assuntos jurídicos:

Actualmente la Policía Nacional, por un lado, está inmersa internamente en una constante y profunda discusión sobre su delineamiento profesional a partir de los nuevos ordenamientos jurídico, constitucional y legal, con miras a lograr o a comportarse como verdadera institución profesional (Idem: 26).

Entretanto, a mesma comissão informou que até aquele momento não havia sido possível que a PN pudesse madurar medianamente como "*una institución*

profesional”, dentre outras coisas, mais especificamente, devido “a la deficiente formación profesional del personal policial, y por otro lado, externamente, [a que] la Institución se encuentra con graves limitaciones y sujeto a manipulaciones en el cumplimiento de sus funciones” (Idem: 26).

Não existiam critérios para a profissionalização, na PN paraguaia, além dos voltados para a antiguidade, dependentes da subjetividade avaliativa dos superiores. Da mesma forma, os estímulos profissionais e o regime de segurança social, que deveriam compor elementos para o ingresso no corpo policial, por parte de cidadãos que possuíam interesse e/ou qualificação não existiam no Paraguai, à época da pesquisa.

A formação contínua e especializada, calcada em critérios que ajudassem a definir o ‘perfil policial’ mais desejado para cada atividade também não existia na PN, na época dos levantamentos.

A explicitação dos requisitos necessários para o ingresso nos cursos de formação, tanto de Oficiais como de Suboficiais⁶⁹ não era feita, conforme foi registrado pela comissão encarregada dos aspectos ‘jurídicos’:

la carrera policial, dice, se inicia en los Institutos de formación... [y por tanto] la incorporación en los centros de formación debió ser objeto de rigurosa reglamentación por la misma ley policial. Sin embargo nada prevé al respecto (Idem: 27).

A reforma profissional da PN, para os relatores, deveria passar, no futuro, pela modificação curricular; pela incorporação de aspectos como os da produção de materiais; pela implementação de metodologias especializadas; pela execução de programas permanentes e conjunturais, bem como pela especialização policial (p. 28).

Acabar com a situação dos ‘conscriptos’⁷⁰ também foi apontado como fundamental para se instituir um profissionalismo policial, embasado no caráter voluntário, de modo a garantir a estabilidade e o progresso na carreira.

69 As duas categorias que compunham a hierarquia funcional da PN paraguaia.

70 Exercício obrigatório nas forças policiais, por um determinado período de tempo. Algo que a polícia Paraguai herdou das forças armadas. Cabe salientar que os conscriptos adentram o universo policial sem passar por nenhum processo educativo e ou de treinamento, assumindo encargos de risco. O número destes, na PN, servia também para “maquiar” o número real de policiais disponíveis, uma vez que chegaram a representar 34% da força policial (Idem: 28).

Quanto ao perfil Profissional esperado, o relatório apresentou a seguinte proposição para a PN do Paraguai:

a) Perfil de personalidad: valores personales y profesionales que debe acompañar la policía. Perfil académico: comprende dos fases: en primer lugar, los requisitos a exigir a los aspirantes a ingresar a la institución policial y a avanzar a grados superiores; segundo, es necesario definir el tipo y la duración de la capacitación que requiere el policía en cada nivel. Perfil ocupacional: partiendo de los dos perfiles anteriores, debe desarrollarse uno ocupacional, relacionado directamente con la organización del cuerpo de policía y que debe responder a las diferentes funciones que, en sus distintos niveles, debe cumplir. La conformación de este perfil exige analizar los conocimientos generales y específicos del policía de acuerdo tanto con su antigüedad y su rango, como con el cargo institucional, las funciones que debe realizar y las obligaciones que le son inherentes, de manera que responda de forma integral a las características de la sociedad en que va actuar y a los tipos de delincuencia con la cual va a enfrentarse. La especialización es, en este caso, la palabra clave (Idem: 30).

De acordo com os mesmos relatores, todo este processo viria a reboque da definição da missão e dos objetivos estratégicos da instituição, pois sem eles o perfil profissional se converteria em um jogo inútil de requisitos formais. De todo modo, a modernização da PN requeria a adoção de meios técnicos adequados em razão de suas funções. Questões como narcotráfico, falsificação de moeda e documentos, delitos econômicos, fraudes contábeis e informáticos, contrabando e outros temas supunham o uso avançado de tecnologia, por parte dos delinquentes. Deste modo, a polícia não poderia ficar 'refém' de procedimentos arcaicos.

Da mesma forma, se fazia necessária a implementação de mecanismos que permitissem analisar as ações sob o ponto de vista do custo-benefício; organizar a estrutura administrativa e financeira (policial), com base em princípios de gestão e administração de recursos modernos; embasados, por sua vez, em sistemas de auditoria interna e externa.

Así, la PN necesita asistencia para la compra e implementación de equipos y técnicas de operación policial moderna, incluyendo y priorizando centros de comunicación y respuesta policial y de equipos permanentes de comunicación. La Institución debe desarrollar nuevas técnicas y tecnologías de investigación criminal y forense, y volcar sus esfuerzos de formación a esta área (Idem: 31-32).

O artigo 175 da Constituição Paraguaia de 1992 instituiu o caráter auxiliar das funções da Polícia, em termos de administração da justiça. Do mesmo modo, o Código Processual Penal outorgou à instituição policial a tarefa de acompanhar os fiscais da área da administração da justiça durante os procedimentos investigativos.

Esta realidade, vista num primeiro momento com otimismo foi pontada de forma negativa pelos policiais entrevistados; pois segundo eles teria trazido inúmeros problemas para a PN, um deles relacionado à questão das medidas substitutivas de prisão que passaram a ser adotadas (mantendo em liberdade indivíduos que representavam alta periculosidade).

Segundo relataram vários policiais, à época do levantamento das questões que redundaram no relatório do PNUD, ações como as que se relacionavam à prisão domiciliar, sob custódia policial, faziam com que aproximadamente 20% da já escassa força policial fosse alocada neste tipo de trabalho (Idem: 32).

Além disso, os policiais se queixaram do fato de não serem compreendidos por outros funcionários do Estado, em especial pelos que faziam parte do sistema de administração da justiça. Na mesma direção, não havia acordos regionais acerca de pontos como segurança cidadã, prevenção, repressão de delitos e cooperação policial (Idem: 33-34).

Outro ponto presente no relatório do PNUD foi o concernente ao envolvimento da PN com o trabalho penitenciário. Um trabalho que fugia, inclusive por conta de disposições constitucionais, ao âmbito da polícia. Entretanto, a realidade mostrou, à época da pesquisa, que as já precárias instalações policiais eram utilizadas para custódia e manutenção de detidos.

Tanto o era que a comissão de *‘Operaciones y Inteligencia’* afirmou: *“ultimamente, la patrullera se utiliza casi solamente para transportar ‘demorados’ (personas detenidas en las unidades policiales) para su comparecencia ante jueces y fiscales, dejando su jurisdicción abandonada”* (Idem: 34).

Tal situação colocava em risco a vida dos policiais e dos próprios detidos, bem como explicitava uma situação pela qual os funcionários do Estado, não preparados para lidar com a questão da recuperação de presos, eram acometidos por uma responsabilização que não lhes cabia.

Já do ponto de vista das políticas estatais voltadas à segurança cidadã o relatório informou que estas, no Paraguai, não existiam. Políticas que deveriam ser implementadas independente dos partidos políticos que detivessem o poder,

contando com o apoio da sociedade civil e abrangendo questões como a do combate diante da criminalidade, mas também as que se voltavam para o atendimento das demais enfermidades sociais, tais como as que envolviam a transmissão sexual de doenças (Idem: 35-36).

Neste sentido, o conceito e a prática da segurança cidadã deveriam ser efetivamente desenvolvidos pela PN do Paraguai, segundo os relatores do estudo em tela, uma vez que para os mesmos a distinção trazida pelo artigo 40 da lei nº 1337/99 entre os conceitos de ‘Segurança Nacional’ e ‘Segurança Interna’ não se aplicava na prática. Isto porque quando tal artigo expôs, dentre outras coisas que *“el sistema de seguridad interna tiene como finalidad determinar las políticas de seguridad así como planificar, coordinar, dirigir, controlar y apoyar el esfuerzo nacional de policía dirigido al cumplimiento de esas políticas”*, os observadores verificaram que as tarefas (planejamento, coordenação, controle e apoio) não eram realizadas (Idem: 36).

Com relação à existência de uma política nacional voltada ao enfrentamento da criminalidade, o relatório mostrou, ainda, que esta não existia no Paraguai. Nem do ponto de vista constitucional nem enquanto lei específica (Idem: 37).

Según dicen las comisiones, ni el gobierno actual, ni los anteriores, han establecido una política gubernamental de seguridad y criminalidad. El ejecutivo se limita a dar en ocasiones y de manera puntual y coyuntural, algunos lineamientos de trabajo. Pero no hay un ejercicio de definición de misiones, metas y objetivos a corto, mediano y largo plazo en la materia (Idem: 37-38).

Logo, um passo importante foi dado no ano de 2003 quando se consolidou o *Consejo Nacional de Seguridad Ciudadana* (CONASEC), o qual agrupava numerosas comissões. Por outro lado, conforme relato dos próprios policiais: *“Em la Policía muy poco se conoce sobre su existencia y funciones”* (Idem: 38).

Outro avanço importante adveio do fato de o Ministério Público ter desenvolvido o Plano Nacional de Prevenção de Delitos. No entanto, o sucesso deste estava atrelado à consolidação de um trabalho coordenado, ou seja, da articulação de todas as instâncias do Estado que, de algum modo, estivessem envolvidas com a matéria.

Em termos de planejamento, a PN do Paraguai encontrava-se em uma

realidade, apontada pelos relatores do estudo do PNUD, 'pré-moderna'. Não contava com metas, políticas definidas, tampouco com um planejamento estratégico, organizacional e/ou tático. Segundo apontou a comissão de 'Direção e Planejamento', o departamento de *Planificación y Operaciones* não contava "con modelos ni con métodos de planificación"; e o Conselho Assessor Superior, por sua vez, não contava com "cronograma de trabajo, registro de actividades..." (Idem: 39).

Do mesmo modo, foi verificado que o "relevamiento através de los trabajos de campo, que son fundamentales para la planificación, no se cumple por falta de recursos"; que a proposição de organizar e estruturar as dependências policiais foi "totalmente nula porque no se cuenta com los medios"; que a chamada "Directiva General de Instrucción sólo se refiere al sistema educativo policial y no contempla planes de prevención de La delincuencia.

Constatou-se na época, que as "estadísticas no son procesadas ni elaboradas para la elaboración de planes", que não havia cartas topográficas atualizadas, enfim, que "no se cumplen las funciones establecidas en el reglamento y el departamento [de Planificación] se constituye en una simple oficina sin poder decisión y sin medios para el cumplimiento de sus funciones" (Idem: 39).

A composição interna dos órgãos policiais era composta por muitos oficiais, poucos suboficiais e pela presença elevada de civis. Isso correspondia a aproximadamente 23,28%, 76,72% e 11,20%, respectivamente, do pessoal da Instituição policial. A proporção de oficiais para suboficiais era de um para menos de quatro (Idem: 40).

Além disso, muitos policiais trabalhavam em áreas que não correspondiam às atribuições específicas da função policial, incluindo áreas administrativas:

la lista incluye panaderos, carniceros, cocineros, peluqueros, jardineros, lavanderas, choferes, pintores, mozos, electricistas, plomeros, albañiles, sastres y zapateros, entre otros oficios (Idem: 40).

De todo modo, a polícia do Paraguai apresentava índices muito abaixo dos exigidos internacionalmente, em termos percentuais comparativos, em relação ao número de habitantes.

Em termos de estrutura organizacional, o relatório deixou evidente que muitos policiais encontravam-se envolvidos com funções de direção e administração

e muito poucos trabalhavam nas ruas. A estrutura não respondia nem a um planejamento estratégico nem às necessidades institucionais (Idem: 42). A lei orgânica 222/93 criou disposições que em nada contribuíram, no sentido da melhoria da estrutura organizacional da PN; ao “*mezclar muy desordenadamente la parte orgánica de La Institución con los estatutos Del personal, es decir con los derechos y obligaciones del personal*”.

De outro modo,

la grave y excesiva remisión de la Ley al dictamiento (sic) de normas de inferior jerarquía para cubrir las lagunas legales que expreso fueron dejadas, como técnica de legislar el cuerpo normativo... permitió, que desde su promulgación y bajo la administración de varios Comandantes de la Policía, se dictaran resoluciones que crean dependencias de nivel superior. Esas, una y otra vez, fueron derogadas y puestas en vigencia, situación que puso en confusiones graves a muchos miembros de la Policía, incluso a los propios jefes de unidades afectadas directamente. Deste modo, la ley creó varios organismos relevantes en la Institución, sin que la misma ley les diera ninguna función, situación que fue resuelta por medio de Resoluciones de la Comandancia de la Policía (Idem: 43).

Para os relatores dos estudo da PNUD sobre a PN, a situação apresentada era inadmissível, uma vez que organismos eram criados sem funções e ou por razões distintas das necessidades relacionadas ao serviço.

Em termos de número de policiais, a PN apresentava um quadro de servidores extremamente baixo, em 2000 (em média um policial para cada 476 habitantes; 210 policiais para cada 100.000 habitantes; um policial para cada 35,2 km quadrados)⁷¹. Em 2004, a média seria de um policial para cada 451 habitantes. Ainda distantes das metas mundiais elencadas em 1994 (Idem: 44).

Em relação à distribuição da força policial pelo território nacional em 2004, a realidade apresentada pela PN do Paraguai era a mesma da encontrada em 1992, ou seja, de quando foi criada (porque não seguiu critérios demográficos, de risco público ou de atividade delitiva).

Em termos de cobertura de demandas institucionais foi registrado que a PN atendia questões como as que envolviam custódia domiciliar, segurança de entidades estatais, financeiras e de bancos (bem como de sedes diplomáticas e

⁷¹ Faltariam, pelo menos, 9.456 policiais para que se alcançasse a média de 382 policiais por 100.000 habitantes. A média mundial recomendada desde 1994.

residências de autoridades). Tais ações representavam, para a comissão de ‘Operações e Inteligência’, *“dejar abandona el resto Del servicio policial... pues casi La totalidad del recurso humano disponible es afectado para tales fines”* (Idem: 45).

No que se refere mais especificamente à prestação de *“seguridad y custodia de residencias de personas particulares”*, isto era feito *“por motivo del trato directo [que tales personas] tiene com el jefe de la dependencia policial”* (Idem). Este tipo de serviço ‘extraordinário’ bem como os voltados para o atendimento de demandas de segurança em estádios de futebol eram frequentes e exigiam grande quantidade de pessoal operacional. Além disso, muitos policiais eram convocados para trabalhar em horários de folga, sem receber qualquer remuneração específica para isso.

A excessiva concentração da PN na capital e região metropolitana, em detrimento da zona rural, aonde vivia pelo menos 50% da população Paraguaia, até o ano de 2004, foi outro problema detectado. As distintas unidades especializadas deveriam abarcar todo o território nacional, mas isto não acontecia.

Al interior del País, las encargadas de dar cumplimiento a los fines de la Policía Nacional en el territorio departamental donde tiene sus jurisdicciones son las denominadas Jefaturas de Policía de Departamento. En total hay 18 Jefaturas, 17 en el interior y una Jefatura de Policía Metropolitana en la Capital. Todas las Jefaturas de Policía de Departamentos tienen las mismas funciones, atribuciones y obligaciones dentro de su jurisdicción territorial, bajo la supervisión y coordinación de un organismo superior denominado Dirección de Zona. Cada una de las seis direcciones de zona controla tres o cuatro Jefaturas de Policías. A su vez, cada Jefatura se organiza en Comisarías, Subcomisarías, Destacamentos, y Puestos Policiales (Idem: 46).

Na PN, as funções eram independentes entre os departamentos que constituíam o território nacional. No entanto, esta independência não cobria as funções das unidades especializadas (as distintas dependências policiais). Para alguns oficiais:

las funciones especializadas de las distintas dependencias policiales - unidades descentralizadas - [deveriam ser] también desconcentradas y situarse tan cerca como sea posible de las Jefaturas de Policía de Departamento, por ser éstas las unidades responsables del cumplimiento de la misión constitucional de la Policía en cada Departamento territorial. Eles afirmavam que seria a única maneira para que la intervención y cooperación de aquellas

unidades especializadas sea oportuna y eficaz (Idem: 46).

Da mesma forma que as funções especializadas se concentravam na capital, as áreas de logística e de administração, bem como aquelas que prestavam assistência aos policiais e familiares também se mantinham atreladas à região metropolitana.

Portanto, se por um lado, havia a concentração de atividades na capital; por outro, perdurava a disfunção, dispersão de objetivos e diluição de recursos, ao se manter,

por ejemplo, panadería y carnicería, un departamento de construcciones y uno de talleres y transporte. A ellos, como se vio, dedica casi el 5% de la fuerza policial. Para rematar, estas dependencias cumplen sólo parcialmente las tareas que les corresponden. El de construcciones porque no hay presupuestos suficientes y, en consecuencia, apenas si pueden construir. El de talleres porque muchos de los automóviles y camiones de la Institución no son llevados a sus instalaciones para su reparación. Estas actividades se prestan, además, para la corrupción 'menor', como por ejemplo, arreglar los automóviles personales o los de los amigos, o hurtar pequeñas cantidades de panes y galletas, o la mayor, como el recibo de 'comisiones' para comprar material a este o aquel proveedor. Como nos propias de sus funciones, la PN debe eliminar estas dependencias y proceder a comprar en el mercado estos servicios (Idem: 47).

Além disso, a PN mantinha um trabalho voltado (além da dotação de espaços físicos) para idosos e para menores. Trabalho que, embora louvável, deveria ser feito por órgãos governamentais com especificidade para esta função (Idem: 47).

A questão da alta rotatividade nos cargos foi outro ponto levantado. Como foi citado o caso da Direção Geral de Polícia, que mudou sete vezes em cinco anos. Algo que se reproduzia em todas as instâncias da instituição, como na subcomandância, nas direções Gerais (de ordem e segurança, de ensino, de logística e da que tratava do setor de bem estar policial), nas direções de apoio tático, de apoio técnico, de justiça policial e administrativa, no colégio Superior de Polícia e nas seis zonas policiais em que se encontrava dividido o território nacional. Por todas essas instâncias teriam passado, em média, de seis a onze chefes.

Outro elemento que apareceu na análise efetuada e consubstanciou o estudo do PNUD acerca da PN do Paraguai foi o fato de não haver qualquer tipo de planejamento.

La única presupuestación existente en la PN es la financiera y por objeto del gasto. Ella, además, se hace con base en los presupuestos de vigencia anteriores y sin consideración de necesidades y objetivos institucionales. No hay presupuestación de recursos humanos, materiales, tecnológicos, de tiempo e información, que se requieren para la acción institucional y que son indispensables para tomar decisiones efectivas (idem: 49).

Como afirmou a comissão da área de Operações e Inteligência: “no hay transparencia para la construcción del presupuesto financiera. Para decir verdad, constituye secreto de estado. No se le da la posibilidad a los administradores de las dependencias de presentar su ante proyecto, y si es así, [el anteproyecto que presentan] es irrelevante” (Idem: 49).

A questão das finanças da PN foi, desse modo, outro importante elemento analisado. Os estudos efetuados apontaram para o fato de que os recursos financeiros destinados à PN eram muito baixos e tendiam a diminuir com o tempo.

En dólares, ha bajado de algo más de 123 millones de dólares en 1996 a 78.1 millones en el año 2000 y a 65.5 millones en el 2004. Si en 1996 el presupuesto de la PN era el 1.27% del PIB, y en el 2000 es el 1,01%, en el 2004 es el 0.89%, una disminución de más del 30% (Idem: 49).

Além disso, se em 1996 a parte dos recursos destinados ao Ministério do Interior e repassados à PN havia sido de 90,8%; em 2001, esse montante teria sido de apenas 67,24%. A comissão, à época do estudo, levantou algumas hipóteses para a ocorrência da diminuição de recursos destinados à PN:

1) O Ministério do Interior teria assumido novas tarefas, que requeriam recursos;

2) O Ministério do Interior estaria absorvendo tarefas que deveriam ser feitas pelo corpo policial;

3) O Ministério do Interior estaria, de algum modo e por algum motivo desconhecido, ‘castigando’ a polícia, com a redução dos recursos (Idem: 50).

Entre 2001 e 2004, os recursos teriam voltado a crescer, mas em termos

reais, teriam decrescido a patamares próximos a 8%.

Foi apontado também que a PN possuía baixo e deficiente nível tecnológico, apesar dos importantes e valiosos esforços que foram feitos pela mesma nos últimos anos.

En materia de informática, no hay todavía red integrada. De hecho hay muy pocos computadores en la PN, apenas 7 servidores y 265 computadores personales, y casi todos ellos viejos y de baja capacidad. El único esfuerzo en esta materia se hace sobre la base de datos construida como apoyo al registro único de automotores. Sólo hay cinco conexiones a Internet en toda la Institución. Hasta el 2001 no había conmutador telefónico, central de despacho computarizada, ni sistemas de grabación de llamadas de emergencia y denuncias. El sistema de despacho estaba en manos de un par de telefonistas que recibían llamadas y trasladaban la información, también por teléfono, a las unidades policiales en cuya jurisdicción creían que estaba ocurriendo el hecho. Esa ausencia de un sistema moderno de despacho se sumaba a la reducida movilidad de la Institución, de manera que el tiempo de respuesta para quienes solicitan auxilio no era nunca menor de 20 o 30 minutos, según afirmaban varias comisiones (Idem: 53).

Além disso, o registro de denúncias era feito manualmente e não havia uma maneira de saber quais eram a disponibilidade e a localização de unidades motorizadas e/ou a pé. Tampouco, havia um sistema de informação da identidade das pessoas e/ou de verificação de dados sobre antecedentes criminais (o sistema encontrava-se em fase de construção e enfrentava muitos problemas e inconsistências para sua implantação). Não havia sistemas de controle de migração e emigração nem registros criminais que mostrassem casos por resolver (Idem: 54).

Em termos de comunicação, em 2001, havia apenas 607 equipes de rádio na PN, e desses, somente 223 equipes eram portáteis. Isto representava um para cada 52 policiais. Segundo o relatório da comissão de Operações e Inteligência havia 'Comisarías' no interior do País que não contavam com qualquer meio de comunicação e estavam completamente isoladas da estrutura policial.

Houve um pequeno avanço a partir da compra de novos equipamentos (rádios bases e rádios portáteis), com recursos da própria polícia e/ou por meio de doações de particulares.

De todo modo,

Los riesgos para el policía que patrulla incomunicado, que son la mayoría, son muy altos, porque no tiene posibilidades de solicitar apoyos por radio. Por supuesto, esta debilidad también afecta la efectividad de las operaciones policiales, pues impide los apoyos puntuales y las coordinaciones en terreno y durante la acción policial que muchas veces son indispensables (Idem: 55).

Em relação ao armamento, foi apontado, com incredulidade, o fato de os próprios policiais terem que comprar suas armas. Além disso, não havia forma de especificação quanto ao tipo de armamento e calibre que deveria ser utilizado. O levantamento feito na época apontou que pelo menos 90% dos policiais utilizavam armas particulares.

Tampoco se hace un control previo de tiro, con custodia y archivo de casquillos, de manera que puedan establecerse las características de cada arma y de las balas que dispara. Como, además, los tipos de armas y municiones no están estandarizados, no hay manera de verificar en la práctica si el uso del arma de fuego se ha hecho siguiendo las reglas de necesidad y proporcionalidad. En consecuencia, no hay ningún control real sobre el uso de armas de fuego por miembros de la PN. Sin embargo, en forma contradictoria, la PN cuenta con 5073 fusiles belgas, 362 fusiles chinos, 313 brasileros, 121 alemanes y 30 italianos, además de cuatro morteros y ocho ametralladoras pesadas. Su armamento es el propio de un ejército y por tanto inadecuado para la tarea policial, y no es el que debe corresponder a un cuerpo de seguridad ciudadana. Las armas largas son sólo de apoyo, deben conservadas en armerías especializadas, y sólo podrán usarse cuando a juicio del mando policial la situación lo amerite (Idem: 55).

Ademais, não havia qualquer espécie de treinamento em tiro policial, nas escolas de polícia do Paraguai. Nessas, não existiam apostilas com as especificações requeridas, nem munição para as práticas. Talvez por isto, dos 124 policiais mortos em serviço, entre 1996 e meados de 2000, dezoito tenham sido por seus próprios companheiros ou por sua própria mão (o que corresponde a 14.5%) (Idem: 56).

Conforme apontou o perito Faroppa, no relatório do PNUD,

En la medida que el personal policial no tenga el suficiente número de tiros [de práctica] para asegurar un correcto manejo del arma de fuego en situaciones críticas, las garantías que ofrece una policía correctamente capacitada para la utilización legítima de la fuerza no

estarán presentes en la Policía Nacional de Paraguay (Idem: 56).

De outro lado, nos últimos anos, a PN havia feito investimentos pesados em termos de materiais para o controle de desordens públicas, comprando cerca de *mil equipos antimotines, conformados por bastones, cascos y escudos protectores, chalecos antibalas, granadas de gas y balas de goma, entre otros elementos* (Idem: 56).

Em termos de mobilidade ou de capacidade de locomoção a PN não contava com instrumentos para deslocamento aéreo ou fluvial. Além disso, seus equipamentos automotores encontravam-se escassos, mesmo diante de um esforço, efetuado desde 2002, para a aquisição de motos, camionetas e caminhões. Os relatores retrataram o fato de que não era incomum ver os policiais que trabalhavam em Assunción utilizarem veículos particulares, de modo a conseguirem desempenhar seu trabalho.

Do ponto de vista do controle voltado ao trabalho policial ficou claro que *“la Institución no cuenta con un mecanismo eficiente de evaluación, control y desempeño de la actividad policial”*. Esta seria *“una de las causales que imposibilita el reencausamiento y reorientación de las estrategias para el cumplimiento de los objetivos”* (Idem: 57).

Como não havia metas definidas, os esforços em termos de organização e ação se resumiam em um único trâmite administrativo, pelo qual a cada ano se distribuía uma ficha de avaliação, preenchida pelos superiores, com a qualificação de seus subalternos. As fichas eram reencaminhadas ao setor de pessoal para serem ‘arquivadas e esquecidas’. Também não existia uma avaliação feita por parte dos subalternos, em relação aos superiores.

A própria ‘justiça policial’ se limitava ao papel de julgar as faltas cometidas. O controle superior, apesar da estrutura verticalizada, não existia na prática. Havia um divórcio entre subalternos e superiores.

Para os relatores do estudo:

No hay que olvidar que, por sus funciones y por su contacto ineludible con el delito, la policía es vulnerable, como ninguna otra institución estatal, tanto a la tentación del abuso del poder como a los fenómenos de corrupción. A esta vulnerabilidad contribuyen, además, los bajísimos salarios y las deficiencias sustantivas de los

sistemas de seguridad social y prestaciones que cobijan a los cuerpos policiales, como ocurre con la PN de Paraguay. Dentro de estos cuerpos, debemos resaltarlo, los riesgos mayores caen en cabeza de las unidades no uniformadas y en cabeza de quienes manejan dineros y materiales institucionales. Aunque no resulta sencillo establecer el grado verdadero de penetración de los vicios de corrupción dentro de la institución, muchos de los miembros de las comisiones de trabajo confesaron que en su opinión ciertas formas de corrupción, como la mordida, la aceptación de “regalos” y el uso de los recursos institucionales para fines privados, hacían parte de una práctica común y extendida en la Institución (Idem: 57).

Por isso, a necessidade da PN do Paraguai adotar códigos de deontologia e aplicá-los efetivamente. Do mesmo modo, deveriam ser aceitas formas externas de controle de seu trabalho, tais como a realizada pelos meios de comunicação e pelas demais organizações governamentais. Ainda, para os relatores:

Debe, además, advertirse que es un error creer que la disciplina que se estila en la institución, de tipo militar y no policial, es un mecanismo para un control eficiente. Esta disciplina, impuesta por intimidación y no asumida por convicción, en realidad no genera ninguna ventaja para la Institución y no se constituye en garantía ni del control de las actividades por parte de los superiores ni el buen comportamiento de los policías (Idem: 57-58).

As questões internas da PN paraguaia, conforme já apontado, até a criação do departamento de assuntos internos, se limitava à chamada ‘justiça policial’. A lei orgânica policial dedicava um título ao regime disciplinar, artigos 128 e posteriores, bem como estabelecia conceitos elementares sobre a disciplina e sua vigência. Estabelecia as sanções que pudessem ser aplicadas ao pessoal.

À parte das disposições legais referidas, havia um regulamento disciplinar que regia todo o pessoal da instituição, no qual se encontravam tipificadas as faltas e as sanções aplicáveis (Idem: 58). Além disso, a instituição contava

con una Dirección de Justicia Policial, organismo interno encargado de administrar justicia em las faltas policiales cometidas por personal policial. Este organismo está mal denominado, por cuanto la administración de justicia es competencia reglada constitucionalmente y esta dirección no cumple tal función. Sus funciones se limitan exclusivamente al régimen disciplinario. Esta unidad es la encargada de instruir el pertinente sumario administrativo, en cumplimiento de la garantía constitucional del juicio

previo para la aplicación de cualquier sanción para toda persona. Sorprendentemente, el personal sancionado no tiene recursos para interponer cuando se sienta injustamente sancionado, hecho que constituye una violación a las normas del debido proceso (Idem: 58).

Quanto à existência de um sistema de informações, foi constatado que esse ou não existia ou o que existia não era confiável e/ou atualizado por parte da PN. Por isso, as decisões eram tomadas ‘às cegas’ (Idem: 59). Para a comissão que tratou do assunto, a ausência de informações apresentava-se como o ‘mais notório’ obstáculo para o planejamento das operações policiais.

O setor de ‘inteligência policial’ era insuficiente e não contava com recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos de modo a poder cumprir seu trabalho de forma adequada. A PN contava com menos de 40 homens nas unidades de inteligência, com a obrigação de cobrir todo o território Nacional. Seu pessoal não estava preparado, especializado e a maioria cumpria suas tarefas a partir de dados empíricos (Idem: p. 59-60).

Para a comissão encarregada desse tema: *“los pocos policías que accedieron a la especialización en el extranjero se encuentran dispersos en diferentes unidades”*, portanto, não encontravam-se no encargo das operações de inteligência (Idem: 60).

As relações com a comunidade, por sua vez, encontravam-se, com alguma exceção, desvalorizadas. Geralmente, os policiais eram vistos como mal qualificados e eram rechaçados pela população. Não havia qualquer avanço no sentido de a polícia encabeçar algo como a função de liderança comunitária. O projeto de ‘polícia comunitária’, desenvolvido na época, era improvisado e não respondia nem a uma estratégia nem a um avanço real da cultura policial.

Esses elementos faziam com que, dentre outras coisas, o ‘grosso’ dos delitos cometidos não fosse denunciado à polícia do Paraguai.

Como a PN apresentava uma instituição verticalizada e fechada, sofria com a marginalização e a estigmatização por parte da comunidade, que proclamava para que os militares assumissem as funções policiais, no Paraguai.

De todo modo, verificou-se que

a las percepciones del público, la policía responde percibiendo a la comunidad como una fuente de oportunidades para la criminalidad.

El policía no encuentra respaldo ciudadano para su labor y percibe el uso de la fuerza como el único recurso con que cuenta para hacer su trabajo. Los derechos humanos son entendidos como obstructores de la acción policial (Idem: 60).

Nesta área, para os relatores do estudo do PNUD, estava *‘casi todo por hacer’* (Idem: 61).

Quanto ao tema da formação dos policiais, objeto desta tese, foi apontado inicialmente que o sistema educativo policial no Paraguai mostrava-se como uma das maiores fortalezas da Instituição. No entanto, pela falta de determinação quanto aos objetivos policiais, pela influência ainda marcante da doutrina do passado e pela ausência de definição quanto ao perfil de polícia que queria a instituição, o processo educativo se dava de forma conservadora e tradicional (Idem: 62).

Além disso, a educação era excessivamente formal, não dando aos oficiais ferramentas para que pudessem exercer a liderança, o comando e a gerência em termos dos assuntos da instituição. Havia também um divórcio entre a preparação acadêmica e a realidade do serviço policial, dentro de um quadro em que existia um número excessivo de institutos de formação.

Para a comissão da área jurídica *“la deficiente formación profesional Del personal policial”* afetava sobremaneira a profissionalização da instituição. Para a comissão de *“Operaciones y Inteligencia”*, de 90 a 95% do pessoal se encontrava com preparação mínima ou muito baixa para o exercício da profissão e o nível de preparação era muito ruim. Isto ocorria por diversos fatores, mas, principalmente *“porque el programa de enseñanza se encuentra totalmente desfasado”* (Idem: 62).

A formação predominantemente militarizada foi outro ponto destacado, além da falta de qualidade dos recursos humanos utilizados no ensino policial, a carência de um programa atualizado de estudos, em todos os institutos (que se encontrava defasado), e a carência de um plano de especialização e aperfeiçoamento (p. 62).

Para a comissão de *“Dirección y Planificación”* a função do Departamento de Planificación y Operaciones, que era a de *“preparar y supervisar la instrucción policial del personal... no se realiza porque los responsables de las dependencias ejecutoras lo consideran una intromisión”* (Idem: 63).

A doutrina de formação não se baseava em pressupostos democráticos, conforme apontou o especialista Faroppa (a partir dos estudos efetuados e que

resultaram no diagnóstico apresentado pelo PNUD).

Uma série de problemas existentes na área foram apontados:

1) A impossibilidade dos alunos (tanto oficiais quanto suboficiais), no sentido de apresentarem opiniões discrepantes das práticas e ou abordagens repassadas nos cursos. Conforme apontaram alguns policiais em entrevistas, havia, no processo de seleção de ingresso nas forças policiais do Paraguai, uma preocupação oficial no sentido de delimitar e rechaçar a presença de pessoas portadoras de um 'perfil psicológico rebelde'. Deste modo, eram conduzidos a '*orientación psicológica*' os que fossem assim caracterizados (Idem: 63).

2) O perfil militarizado que predominava, compondo a disciplina policial, gerava problemas no sentido da capacitação dada aos policiais (uma vez que esta não qualificava os alunos no sentido de enfrentarem uma grande quantidade de situações que acabavam encontrando nas ruas e que exigiam a capacidade de pensar autonomamente e tomar decisões rápidas).

Para Faroppa, '*las fuentes calificadas*' informaram que "*la mayor parte de los casos de deserción de aspirantes a oficiales o suboficiales se produce en las primeras semanas del ingreso a los centros de formación, y esto porque algunos piensan 'que entran a una institución civilista y no uniformada'*" (Idem: 63).

Tal questão denotava a existência de uma visão institucional voltada à 'disciplina militar', nos cursos de formação da PN do Paraguai, que reforçava a obediência irrestrita por parte do policial, uma vez que este não deveria "*discutir las disposiciones para cumplirla, sino ejecutarla sin condicionamientos de acuerdo con lo que establece la ley*" (Idem: 64).

3) O conceito de segurança, que na PN se voltava para a questão da 'segurança nacional', mais do que para a 'segurança cidadã', refletia uma postura doutrinal, por parte dos cursos de formação, voltada para a perpetuação deste entendimento.

4) As questões que perpassavam pela discriminação de gênero, raça, credo religioso ou político nos cursos de educação policial do Paraguai, à época da pesquisa.

5) A inexistência do caráter civil da PN, presente por conta do perfil militarizado prevaemente nas instituições formativas (tanto de oficiais quanto de suboficiais).

6) A inexistência de um diagnóstico que detectasse os problemas que

pudessem existir, no cotidiano dos policiais, tais como a excessiva carga horária de trabalho, os baixos salários, a incidência de stress profissional, os casos de violência doméstica envolvendo policiais. Este trabalho, em sendo feito, poderia auxiliar na melhoria das condições laborais dos policiais; melhorando, por consequência, a qualidade do atendimento prestado, por estes, aos cidadãos.

Em termos de estrutura, o sistema de educação policial (SEP) dependia da Direção Geral se Institutos Policiais de ensino, com base em cinco categorias: formação da carreira de oficiais; da carreira de suboficiais; formação estratégica policial; formação técnica diversificada; formação física e artística.

Cada una de estas categorías incluye diferentes centros de estudios, entre los que se encuentran los “Institutos de Formación” (Colegio de Policía; Escuela de Educación Física; Escuela de Suboficiales; Banda de Músicos y Escuela de Aprendices), y los “Institutos de Perfeccionamiento” (Escuela de Jefes y Asesoramiento Policial; Escuela de Aplicación para Oficiales; Escuela de Especialización Profesional y Escuela de Aplicación para Suboficiales) (Idem: 65).

Esta estrutura apresentava, segundo Faroppa, uma grande complexidade caracterizada pela existência de uma inflação de institutos docentes. Seria necessário considerar uma reestruturação do organograma do SEP, racionalizar e otimizar os recursos humanos. Planejar, ainda, de forma mais eficiente as atividades docentes, em tempos mais reduzidos e de forma coerente com as necessidades operacionais da PN.

Una reestructura racional del Colegio de Policía permitiría que se incorporasen al mismo, una vez analizadas y ajustadas, las misiones que actualmente cumplen el Colegio Superior de Policía, la Escuela de Jefes y Asesoramiento Policial, la Escuela de Aplicación para Oficiales, la Escuela de Especialización Profesional para Oficiales y la Escuela Superior Politécnica. Por su parte, y como primer paso de una eventual reestructura a mediano plazo que pueda implicar un único centro de formación a partir de una nueva normativa en materia de Carrera Policial, la estructura de la Escuela de Suboficiales puede incorporar las misiones que ejecuta actualmente la Escuela de Aplicación para Suboficiales (Idem: 66).

Ademais, não havia justificativas para se manter dentro do SEP um instituto

encarregado de ‘formar docentes e músicos profissionais competentes’. Da mesma forma, não havia por que manter-se a escola de Educação Física.

Apesar dos problemas existentes teriam ocorrido avanços no sentido do reconhecimento formal do sistema de educação policial, o que redundou na adequação e atualização do desenho curricular do SEP, estabelecendo-se um sistema de avaliação permanente do mesmo e, mais importante, integrando-se ao SEP o sistema de educação nacional por meio da Resolução do Ministério de Educação e Cultura (Idem: 67).

Do ponto de vista da infraestrutura, as instalações físicas do Colégio de Polícia General José E. Díaz, que concentrava a formação dos oficiais apresentava uma edificação moderna, de adequado desenho para atender aos fins aos quais deveria servir. Isto porque mantinha o correto equilíbrio entre seus espaços abertos e fechados, destinados a salões de classe ou oficinas administrativas.

No entanto, afora a arquitetura não havia infraestrutura adequada para a aplicação prática dos conhecimentos teóricos, inexistindo laboratórios de informática, de idiomas, campos de tiro e outros (Idem: 67).

Mais especificamente com relação à biblioteca, foi observado que não apresentava bibliografia policial; e quando essa era encontrada estava desatualizada.

As deficiências em matéria de laboratórios de criminalística eram visíveis, comprometiam as necessidades de uma polícia de caráter civil e profissional que pudesse executar suas funções a partir de um adequado suporte técnico, tornando-se eficaz no auxílio da justiça.

Tal carência explicitava o fato de que a obtenção das provas criminais utilizadas pela Polícia Paraguaia continuava sendo feita com base na ‘confissão’ das pessoas presumivelmente vinculadas a um fato criminoso, com as nefastas consequências que isto acarretava em termos de garantias dos direitos fundamentais das pessoas.

Já a Escola de Suboficiais Sgto. Ayudante José Merlo Raravia apresentava carências,

más serias que en el caso anteriormente comentado. Se trata de una edificación totalmente inadecuada para el desarrollo de actividades de tipo docente. Existe solamente un salón amplio cerrado que podría ser utilizado como salón de clases, pero todavía

se encuentra en proceso de construcción. Las clases se dictan en un patio abierto, sin que existan las mínimas condiciones para un correcto desarrollo de la actividad docente. Se pudo verificar la existencia de grupos de alumnos superpoblados, reunidos en un pequeño espacio que, evidentemente, hace imposible incluso oír adecuadamente lo que trata de enseñar el instructor. Al tratarse de una capacitación en régimen de internado, los alumnos se alojan en pequeños dormitorios, en evidentes condiciones de hacinamiento. No existen espacios para estudiar ni para aprovechar el tiempo libre realizando alguna actividad recreativa. En este marco, parece difícil sostener que los Suboficiales de la Policía Nacional reciben una formación adecuada a las necesidades de las funciones que debe cumplir la institución. No existe una biblioteca, ni salones ni materiales para una formación policial básica (nociones de criminalística, conservación de la escena del crimen, etc.)” (Idem: 68).

O sistema de educação policial tinha grandes debilidades, geradas pelo fato de não existir um norte estratégico que agregasse os esforços de formação, e pelo fato de não haver definição do perfil profissional esperado pela instituição.

Para os relatores do estudo do PNUD, o campo das habilidades gerenciais apresentava as maiores carências. Os oficiais precisavam ser instruídos, pelo menos, nas seguintes habilidades: características e valores da liderança, comunicação efetiva, pensamento e planejamento estratégico, tomada de decisões, trabalho em equipe e delegação de tarefas, gestão de crises, capacidade de negociação e resolução pacífica de conflitos.

Além disso, o sistema deveria suprir, a médio e longo prazo, através da formação, os vazios que se formaram em termos de gestão efetiva, tais como os encontrados nas áreas de: *“enfoces y control de La gestión, recursos humanos, sistemas de estadística e información, control de costos, logística y finanzas”* (Idem: 68).

Do mesmo modo, deveria ser disseminado na instituição policial o fato de ser, o trabalho policial, de caráter civil. Muito diferente, portanto, do trabalho a ser feito pelo soldado das forças armadas. Uma vez que para o primeiro, é fundamental desenvolver a capacidade de avaliar as situações e tomar decisões.

As aulas direcionadas para a administração policial (liderança e gestão) deveriam ir além do modelo tradicional (formal). Igualmente, os estudos de caso, inexistentes nas instituições policiais paraguaias, seriam formas mais efetivas de construir-se capacidades avaliativas dos métodos policiais utilizados, servindo

ainda como fonte de melhorias dos procedimentos adotados.

También es importante propiciar en el sistema educativo el uso de metodologías de participación, tareas en equipo y trabajos de proyecto a lo largo del desarrollo del programa lectivo. De la misma manera, se extrañan en los programas de formación la instrucción en el uso de computadores y programas informáticos, herramientas fundamentales para los líderes, gerentes y comandantes policiales modernos (Idem: 69).

Assim, a comissão de Diagnóstico Doutrinário e Sistema Educativo Policial desenvolveu uma análise bastante interessante⁷² do processo educacional da PN paraguaia (Idem: 70):

a. No caso do *Colegio Superior de Policía*, as horas destinadas à Educação Física eram exatamente o dobro das demais. Isso reforçava a compreensão de que a propensão militarista predominava. Do mesmo modo, tendo em conta o perfil de uma polícia moderna em um Estado Democrático, resultava-se ineficiente a carga horária destinada à matéria *Administración de Crisis* (com apenas duas horas semanais), já que é uma capacitação essencial para um corpo policial que se queira preparado tecnicamente para resolver diferentes formas de conflito, utilizando um mínimo de força. Não havia, por outro lado, uma hora aula destinada à matéria de *Derechos Humanos*.

b. No Plano de Estudos da Escola de Chefes e Assessoramento Policial se repetia a ausência de uma matéria voltada aos direitos humanos. No entanto, a matéria de *Código de Processo Penal* tinha a metade da carga horária de outras matérias, *“lo que sin duda atenta contra la adecuada actualización de los Oficiales en este campo”*. Por outro lado, havia uma pesada carga horária em matérias como *Protocolo y Oratoria* (uma disciplina sem utilidade para uma formação de policiais, se pensada dentro de parâmetros modernos).

c. Também se observou a desproporcional carga horária da matéria *Educación Física (el doble o el triple de otras asignaturas)*. Por outro lado, a matéria de *‘Derechos Humanos’* ocorria junto com o tema *‘Código del Menor’*, o que

⁷² Colocamos na íntegra esta análise, pela importância que tem para a presente tese, de modo a sermos fiéis ao estudo realizado.

denotava a existência de uma conceitualização equivocada sobre o tema. Também havia uma distribuição inadequada das horas-classe em matérias jurídicas, quando, pela própria natureza da função, deveriam ser priorizadas as áreas de Direito Penal e Processual Penal.

d. O Plano de estudos da Escola de Especialização profissional apresentava uma insuficiente carga horária na matéria de *Administración*, disciplina fundamental, na atualidade, para o correto desempenho das funções policiais (a cargo de unidades básicas, dentro de um sistema descentralizado). Tampouco havia a matéria de *Derechos Humanos* enquanto, novamente, *Educación Física* detinha a maior carga horária.

e. No Colégio de Polícia “Gral. José E. Díaz” (voltado para a formação de suboficiais), havia um número elevado de matérias, implicando uma carga horária excessiva e enorme dispersão das atividades de formação policial. A matéria *Derechos Humanos* aparecia com carga horária reduzida (ainda mais se comparada à carga horária destinada às matérias de *Español I y II*, *Redacción I y II y Oratoria*, consideradas desnecessárias). A matéria de *Educación Física* se dividia em *Gimnasia Deportiva*, *Gimnasia Aeróbica*, *Gimnasia Artística* e *Karate* (talvez o conhecimento mais direcionado para o uso moderado da força legal). A comissão que estudou a malha curricular dos cursos de formação surpreendeu-se ao ver *Gimnasia Artística* em um curso de formação de policiais; encontrando dificuldades em entender qual a possível relação entre ambas. Além do mais, havia a ausência total de matérias voltadas ao relacionamento da polícia com a comunidade, e não havia horas destinadas a formação prática (o que denotava que a formação puramente teórica predominava).

f. O Plano de estudos da Escola Superior Politécnica não mereceu qualquer tipo de observações, apenas a que versou sobre o fato de dever incluir horas de estudo em matérias de *Derechos Humanos y Victimología* (Idem: 72).

g. Com relação à Escola de Aplicação para Suboficiais, observou-se que as matérias destinadas à área jurídica não eram idôneas para uma correta atualização do pessoal, neste campo. Novamente a matéria de Direitos Humanos não aparecia,

e outras, não diretamente ligadas ao trabalho policial, se faziam presentes, tais como *Castellano, Matemáticas, Español-Guaraní, Ciencias Naturales, Música, Artes Plásticas y Educación Artística, Física e Literatura*. Além disso, a carga horária destinada a estas matérias era alta. Como exemplo foi citado o caso de *Artes Plásticas y Educación Artística*, com 48 horas mensais, enquanto *Práctica de Tiro* tinha 24 horas mensais.

h. A malha curricular da *Escuela de Suboficiales José Merlo Saravia* mostrava também uma clara desproporção entre a matéria *Educación Física* (24 horas mensais) e as outras matérias (8 horas mensais, com exceção de *Procedimiento Policial, Legislación Policial y Reglamento Disciplinario*, que incluía três matérias em 28 horas-classe mensais). Novamente, não foi feito um trabalho associado à disciplina de Direitos Humanos.

i. Não houve comentários sobre a *Escuela de Aprendices y Banda de Músicos y La Escuela de Educación Física* (Idem: 70-72).

A estas observações foram acrescentadas às do especialista Juan Faroppa (Idem: 72):

La necesidad de fortalecer la formación práctica que recibe el policía para desempeñarse adecuadamente en tareas de investigación del delito. La formación policial respecto a sus acciones de relacionamiento con la comunidad (se reconoce expresamente que “Ningún Instituto ofrece respuesta educativa a la población policial respecto al relacionamiento de la policía con la comunidad”). El sistema verticalista (militarizado) de formación y disciplina policial, no contribuye, por otra parte, a formar policías que puedan actuar con autonomía técnica de criterio, como es necesario en un modelo operativo de policía comunitaria o “de proximidad”. La capacitación en materia de inteligencia policial es también deficitaria. Resulta imposible concebir una policía que enfatice el rol preventivo sobre el represivo, si no tiene la capacidad técnica en materia de recopilación, almacenamiento y análisis de información, en los términos estrictamente necesarios para enfrentar la delincuencia común y organizada dentro del marco de un Estado de Derecho. En forma complementaria con el párrafo anterior, se observa una seria deficiencia en materia de formación en planificación estratégica e, incluso, operativa. Este es uno de los puntos que deberá asumirse como prioritario, por ser esencial a cualquier proceso de actualización o profesionalización policial. Por otra parte, se aprecia que la formación policial en materia de Derechos Humanos y

Funciones Policiales es prácticamente inexistente, sin perjuicio que, cuando se trata el tema, se lo hace directamente vinculado con temas anexos, como minoridad y violencia familiar”.

Além das carências apresentadas na área de direitos humanos, a maneira com que eram tratadas as matérias de Tiro Policial e Manejo de Armas de Fogo era notoriamente insuficiente, em especial no caso dos suboficiais. Havia problemas para com a questão do uso da força, na PN, os quais foram reconhecidos pelos próprios policiais entrevistados à época da pesquisa (Idem: 73).

Havia também problemas em termos de investigação e operação policial, se entendidas a partir da garantia do respeito aos direitos e às liberdades fundamentais dos cidadãos. Assim, para a comissão da área de *Operaciones y Inteligencia*:

[N]o podemos negar, especialmente a consecuencia de la falta de preparación, especialización y perfeccionamiento del personal, que a veces se excede en la utilización de la fuerza, hecho que en muchas ocasiones ha motivado las denuncias directamente contra el personal o contra la Institución policial (Idem: 73).

Por fim, como no Paraguai não existiam serviços paramédicos, os policiais que atendiam os feridos graves deveriam receber capacitação em primeiros socorros e/ou em situações de emergência.

Com relação ao corpo docente, foi avaliado como positivo o fato de existirem avaliadores em algumas atividades de formação policial. Pessoal técnico capacitado para orientar e colaborar com os docentes dos centros de formação policial em matéria de planejamento de cursos, elaboração e correção de exames, etc.

Outro elemento destacado consistiu na incorporação da organização não governamental, *Global Infancia*, capacitando os policiais na matéria de *Derechos del Menor*, existente no *Colégio de Policía*. Este tipo de parceria foi considerado exemplar e visto como parâmetro a ser seguido em outras áreas que compunham a formação dos policiais (Idem: 74).

Por outro lado, a existência de pessoal docente designado diretamente para o cargo, isto é, sem realizar qualquer tipo de concurso, causava sérios riscos para a qualidade dos cursos. Fato que, em acontecendo, certamente afetaria também o

campo formativo dos policiais. Além disso,

Se ha destacado por algunas fuentes que existe poco rigor en la evaluación de los Oficiales que realizan cursos de especialización o perfeccionamiento profesional. En algunos casos, se trata de cursos que se realizan “sin perjuicio del servicio” y que tienen niveles de aprobación del 100 %, lo que resulta poco razonable (Idem: 74).

Cabe ressaltar que outro estudo, realizado pelo Programa de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Harvard, entre os anos de 2005 e 2007, mas publicado em sua versão definitiva em 2008 (contando com o apoio da Universidade de Columbia, do Paraguai, e da Clínica Internacional de Direitos Humanos), voltou-se mais especificamente para a análise da percepção da população paraguaia quanto ao fato de que estariam aumentando as formas de criminalidade e, ao acompanhá-las, teria aumentado a sensação de insegurança no Paraguai.

Este diagnóstico, portanto, visou analisar a relação entre esta ‘percepção’ popular e a realidade social, em termos das formas de criminalidade existentes, uma vez que desde a saída do governo Stroessner parece ter crescido a sensação de insegurança pública, no Paraguai (2008, p.11).

De todo modo, uma primeira análise demonstrou que a sensação de insegurança foi consolidada e/ou alimentada pela imprensa e por políticos interessados em angariar apoio popular. A crença popular, neste sentido, passou a atribuir o incremento da delinquência às formas penais implementadas entre os anos de 1997 e 1998. No entanto, o estudo feito demonstrou que essa percepção estava equivocada.

Em primeiro lugar, por conta das análises estatísticas que demonstraram que, apesar de elevada, a criminalidade existente no Paraguai apresentava-se menor do que em outras regiões da América Latina. Em segundo lugar porque as reformas não teriam como provocar o aumento da criminalidade. Seria mais provável que tal fato tenha acontecido, se é que o foi, por conta do problema da estagnação econômica, das trocas demográficas e do uso crescente do Paraguai como ponto de trânsito e/ou de tráfico de contrabando internacional.

O relatório citado apontou ainda para o fato de que enfrentar o problema da insegurança paraguaia exigiria, por parte do Governo, o enfrentamento das causas

reais do aumento da delinquência e da ineficácia do sistema de justiça penal. Este problema encontrava eco na dificuldade de estabelecer um sistema de justiça penal eficiente, no período de transição para a democracia, uma vez que a polícia, por exemplo, que anteriormente só seguia as ordens do poder executivo (raras vezes levando a cabo investigações penais), não avançou para a implantação de um modelo de atuação profissional.

Por outro lado, as prisões superlotadas impediam a ressocialização dos detentos. Além disso, a corrupção, a arbitrariedade e os privilégios persistentes continuariam caracterizando as instituições que compunham todo o sistema de justiça penal (Idem: 12).

Se a consolidação dos Códigos Penal e Processual Penal de 97 e 98 teria representado avanço, do ponto de vista da modernização do sistema de justiça penal (substituindo o antigo sistema inquisitivo e acusatório pela promessa de realizar audiências públicas e orais, garantir os direitos individuais, realizar juízos rápidos e tornar mais eficiente o processo penal), o fato é que sofreram resistências (por conta da ineficácia na sua coordenação, por conta das resistências institucionais e pelo aumento da percepção de insegurança que acompanhou a transição para a democracia) (Idem: 12).

Deste modo, retrocessos teriam ocorrido nesta área, concorrendo para que práticas penais mais severas e autoritárias fossem instituídas, tais como as que propuseram a redução da disponibilidade de medidas alternativas e o aumento das condenações à prisão, diante de alguns fatos puníveis (sugestionados por meio do sensacionalismo jornalístico que passou a vigorar).

De todo modo, os relatores do estudo afirmaram que as estatísticas existentes no Paraguai sobre segurança pública não eram confiáveis. Já as fontes alternativas de informação eram escassas. Tudo isso os fez analisar o fato de que as ações governamentais eram tomadas sem que se analisasse detidamente a realidade da situação criminal do País (Idem: 13).

A experiência de outras democracias em transição na América Latina havia mostrado que algumas ações pretendidas, no Paraguai, em termos de policiamento, não seriam efetivas no trato da criminalidade, tais como a contratação de mais oficiais de polícia, a promoção do uso excessivo da força o incremento das forças de segurança privadas (Idem: 14-15).

Outras práticas, adotadas em realidades semelhantes à do Paraguai, tais

como o fomento da cooperação entre polícia e comunidade, a organização das ações policiais (de forma bem coordenada e com objetivos claros), o estabelecimento de mecanismos institucionais de combate à corrupção e abuso policial, a coordenação do trabalho policial de forma conjunta com os fiscais (do poder judiciário), demonstraram ter um potencial maior para reduzir a delinquência.

As práticas policiais efetivas foram apontadas como necessárias, porém, não suficientes em si mesmas para que se conseguissem bons índices de combate à insegurança. Neste sentido, medidas alternativas à prisão teriam um maior potencial de diminuir a delinquência, já que auxiliariam na diminuição da população carcerária (gerando ambientes com menor violência e menor reincidência) (Idem: 15). Outro mecanismo viável seria o investimento em programas de reabilitação e reintegração, pois esses tendem a diminuir a reincidência e ajudam os indivíduos na transição para estilos de vida produtivos e não delitivos.

Do mesmo modo, melhorar a eficiência judicial por meio da redução da corrupção e do desenvolvimento de programas de proteção de testemunhas seria outra forma, já testada com sucesso em outros países, no sentido da redução da criminalidade Paraguaia.

Finalmente, as políticas de justiça penal apresentar-se-iam como mais efetivas, provavelmente, se abordassem as causas próximas da delinquência (condições e ambientes que permitem diretamente que a mesma subsista e prolifere). Tais políticas poderiam incluir programas dirigidos à juventude envolvida em risco, melhorar o controle de armas de fogo e a desenvolver medidas secundárias de prevenção, tais como a melhoria da iluminação das casas e o estabelecimento de programas de vigilância nos bairros (Idem: 16).

Os relatores do estudo em tela, entretanto, apontaram para o fato de que o diálogo sobre estes pontos não era produtivo, no Paraguai, diante da postura governamental. Esta se baseava, para agir, na sensação de medo e insegurança populacionais (elementos facilmente distorcidos e/ou manipuláveis).

O estudo, após apresentar o diagnóstico, desenvolveu ainda uma série de recomendações para o Governo Paraguaio, a Polícia Nacional, o Ministério Público, as políticas relacionadas ao sistema penitenciário, a comunidade e ONGs, para os meios de comunicação e para a comunidade internacional (Idem: 16-19).

Do ponto de vista desta tese, por motivos já explicitados, interessou-nos apontar de forma mais detalhada as recomendações feitas para a Polícia Nacional

do Paraguai:

1) Melhorar a coordenação entre a PN e o MP, incluindo o desenvolvimento de programas conjuntos de treinamento e clarificação do âmbito de suas respectivas responsabilidades, para evitar confusões e conflitos;

2) Criar incentivos para a promoção e cooperação com os fiscais de Direitos humanos, na investigação da corrupção e do abuso policial;

3) Apoiar mais firmemente o sistema de emergência (911), que constitui-se em importante ferramenta no sentido de melhorar a interação da polícia com a comunidade;

4) Exigir horas razoáveis de trabalho, dos policiais e assegurar uma compensação adequada para reduzir os incentivos à corrupção;

5) Implementar sanções mais efetivas contra o abuso e a corrupção policial;

6) Criar controles no processo de recrutamento para assegurar que a seleção de novos oficiais não se baseie em conexões pessoais ou políticas;

7) Encarar as causas subjacentes da delinquência, antes de seguir políticas baseadas na remoção dos delinquentes, das ruas;

8) Requerer que a polícia recolha dados estatísticos mais detalhados sobre as pessoas presas, incluindo idade, antecedentes gerais, antecedentes policiais e índices de reincidência, entre outras características;

9) Considerar a implementação de programas de polícia comunitária para conseguir a cooperação e coordenação entre a polícia e vários setores da sociedade;

10) Estabelecer na carreira policial o respeito ao profissionalismo e a especialização de funções, potencializando ao mesmo tempo sua capacitação (Idem: 17).

Estes diagnósticos serviram para impulsionar o trabalho do Ministério do Interior, a partir da posse do Presidente Lugo (no ano de 2008), na direção do comprometimento com a mudança cultural/institucional no Campo da Segurança Pública paraguaia.

Isto pode ser constatado a partir do documento: *'plan de los 100 días del Ministerio del interior'*, promulgado no ano de 2009. Em tal documento o então Ministro do Interior, Sr. Rafael Filizzola afirmou que:

"Estamos iniciando un gobierno que no tiene precedentes en nuestra

historia reciente. Las expectativas que se han generado nos exigen poner el mayor de nuestros esfuerzos en iniciar las transformaciones que nuestro país necesita y con las que se ha comprometido la Alianza Patriótica para el Cambio. El Ministerio del Interior tiene responsabilidades que se encuentran en el centro de las prioridades que tenemos que encarar en los próximos años. Dentro de sus competencias políticas, la gobernabilidad democrática es una condición esencial para lograr el ambiente propicio que nos permita alcanzar entre todos los sectores los grandes consensos nacionales sobre políticas de Estado para enfrentar los problemas que más nos afectan como país. La lucha contra la inseguridad requiere de una firme voluntad política y un esfuerzo colectivo que nos una a todos en el marco de un programa que parta de una profunda reformulación de la concepción misma de la doctrina en materia de seguridad y de la reforma de los organismos encargados de implementarla, con la mayor participación ciudadana posible y en el marco del respeto irrestricto de la Constitución Nacional y la vigencia de los derechos humanos. En este documento exponemos nuestras prioridades para los primeros días de gobierno, que han sido elaboradas en un marco participativo, por medio de foros de consulta con representantes de las distintas organizaciones e instituciones de la sociedad civil. Ha sido una experiencia que nos ha inspirado y sobre todo, ha fortalecido la convicción que tenemos de que el pueblo paraguayo está firmemente comprometido con el cambio, y que su participación es la garantía de que el mismo se va a producir inexorablemente, para bien de todos y todas. Cabe destacar, que la entrega de este documento ha sido posible gracias a la labor voluntaria del Equipo de Transición y el apoyo del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo –PNUD- y la Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo –AECID-, a quienes expreso mi agradecimiento. El cambio está en marcha. Vamos hacer del Ministerio del Interior el Ministerio de la Gobernabilidad, para garantizar la seguridad a las personas y facilitar su participación democrática, en un marco pleno del respeto de la Constitución y la vigencia de los derechos humanos” (Idem: 01-02).

Deste modo, o Ministério do Interior Paraguai assumiu publicamente sua vontade política no sentido de implementar ações que gerassem mudanças no antigo perfil institucional, a partir das duas áreas pelas quais respondia: governabilidade democrática⁷³ e segurança da população⁷⁴ (Idem: 03).

A mudança apontada dar-se-ia no sentido de caminhar de um Estado

73 O setor de governabilidade democrática representaria a capacidade do Governo no sentido de formular e implementar políticas públicas para o desenvolvimento, com ampla participação e legitimidade cidadã. Substituindo as antigas intervenções, feitas pelos governos locais, por uma participação social coordenada pelo Ministério do Interior.

74 O setor de segurança representaria a missão do Estado Paraguai, no sentido de salvaguardar a vida e a convivência das pessoas em seu território, com a atenção voltada para os vários aspectos interdependentes que compõem este campo, devendo estar centrado na questão dos direitos humanos.

repressivo e clientelista, ainda existente, para um Estado de Direito; com a renovação das regras tradicionais de jogo político por meio da incorporação de novos atores sociais e institucionais.

Do mesmo modo, seria direcionada no sentido de mudar-se a postura ainda existente, por parte do Ministério do Interior, voltada para a segurança Nacional (do poder político), direcionando-a para a segurança dos cidadãos (Idem: 04). Logo, o compromisso assumido para a área de governabilidade democrática foi apresentado a partir dos seguintes eixos:

Articular la gestión participativa de políticas públicas con Gobernaciones y Municipalidades; Poner en marcha la Política Nacional de Población; Mejora del servicio y fortalecimiento de la Dirección General de Migraciones; Garantizar la plena vigencia de los Derechos Humanos en la gestión del Gobierno; Ejecución de medidas de lucha contra la corrupción (Idem: 10).

Já para a área de segurança cidadã, os eixos privilegiados foram os seguintes:

Mejoramiento de las condiciones laborales y el desarrollo del talento humano en la Policía Nacional; Prestación de servicio policial con calidad; Optimización de las medidas de control institucional de la Policía; Fortalecimiento del Sistema de respuesta de la Policía Nacional; Fortalecimiento de las Comisarías; Implementación de un sistema unificado de información sobre seguridad ciudadana; Desarrollo de la prevención participativa en comunidades; Atención especializada a niñas, niños, adolescentes, mujeres y comunidades indígenas (Idem: 10).

Do ponto de vista da PN, estas ações influenciaram a consolidação de um Planejamento Estratégico (desenvolvido a partir dos estudos efetuados pela Comissão Permanente de Estudos de Leis e Regulamentos – COPELER), a ser implementado entre 2009 e 2013. Este Planejamento, na sua parte introdutória, apresentou a seguinte análise:

El Comando Institucional, interpretando las exigencias actuales de la sociedad paraguaya, que requiere cotidianamente un mejoramiento de la seguridad ciudadana, lleva adelante un renovado esfuerzo a partir de la constitución de las nuevas autoridades nacionales, mediante estrategias con proyección a corto, mediano y largo plazo; que desarrolladas e implementadas, buscará satisfacer la demanda

de la ciudadanía en materia de seguridad interna. Este Plan, define cinco ejes principales que serán implementados mediante programas tendientes a lograr el desarrollo y fortalecimiento Institucional, ampliando su equipamiento con tecnología moderna y capacidad operativa, con miras a lograr un eficiente servicio (2009a: 01).

O mesmo Planejamento visou, como objetivo geral, garantir a segurança pública, condição fundamental para o desenvolvimento individual e social, diante das exigências atuais, com estrita observância da Constituição Nacional e demais leis da República.

Os objetivos específicos foram elencados na seguinte ordem: reduzir os índices delitivos; otimizar os recursos e a gestão policial; fortalecer a estrutura orgânica institucional (Idem: 02).

Já os eixos temáticos constituíram-se da seguinte forma: *Área de seguridad ciudadana e investigación criminal (subdividida em prevenção e ordem pública, investigación criminal e apoyo táctico); Fortalecimiento estructural y relaciones institucionales; Recursos humanos y bien estar Del personal; Educación superior; Área administrativa y logística (Idem: 03).*

E como para esta pesquisa a área de educação policial é a mais importante, transcrevemos os pontos que fizeram parte deste eixo temático:

Mejorar los programas de admisión, formación, capacitación y evaluación en los Institutos de Educación. Desarrollar Programas de actualización del personal policial. Fomentar una campaña de educación preventiva interinstitucional, sobre gestión de riesgo. Facilitar la formación policial a miembros de parcialidades indígenas, respetando su creencia y cultura. Fomentar el cumplimiento de los derechos humanos en las acciones policiales (Idem: 08).

Para a implementação do Plano, segundo apontou o documento, o comando geral e as direções gerais conformariam comissões ou equipes de trabalho que se encarregariam da elaboração dos programas ou planos, conforme as estratégias definidas em cada área. As unidades executoras seriam as seguintes: Comando da PN; Direção Geral de Ordem e Segurança; Direção Geral do Instituto Superior de Educação Policial; Direção Geral de Bem Estar Policial; Direção Geral de Logística (Idem: 15).

Do mesmo modo, ficou definido que os Diretores Gerais realizariam uma

avaliação permanente sobre a implementação do Plano, cujo resultado seria levado mensalmente ao Presidente do Conselho Assessor Superior. Esse, por sua vez, realizaria uma avaliação global sobre a operacionalidade do Plano, cujo resultado seria elevado ao Comando Institucional.

Os resultados esperados foram apresentados da seguinte forma:

Mejorar la calidad del servicio policial; fortalecer la seguridad ciudadana; optimizar la función investigativa; mejorar el empleo de los recursos humanos; fortalecer la disciplina Institucional; incentivar la autoestima del personal; mejorar la imagen institucional (Idem: 15).

Salientamos o fato de que no final de 2009, mais precisamente no mês de dezembro, nos deslocamos até o Paraguai de modo a realizarmos uma pesquisa de campo que fornecesse dados e informações sobre o processo de formação de suboficiais (que correspondem, em termos da hierarquia, aos soldados PMS brasileiros).

Na semana que lá passamos fomos muito bem recebidos pelas autoridades do Ministério do Interior e pela própria polícia Paraguaia. Obtivemos dados importantes (como os retratados acima), e pudemos efetuar visitas nas escolas de formação (de oficiais e de suboficiais), consolidando entrevistas com alguns policiais-instrutores que atuavam nos respectivos cursos de formação de policiais.

Como nosso objetivo foi o de avaliar a transição democrática, tanto no Brasil como no Paraguai (e as conseqüências desses processos para o campo formativo dos policiais militares), a inserção do governo Lugo nos pareceu ser o marco fundamental, do ponto de vista das possíveis mudanças efetivadas nos processos formativos dos policiais paraguaios.

Cabe ressaltar que no caso paraguaio, mais especificamente, a pesquisa foi efetuada a partir de uma proposta efetivada por nosso orientador, que colocou como importante desenvolvermos uma pesquisa exploratória ('inédita') sobre a realidade que envolve o trabalho e a formação das polícias, em um país tão próximo, mas ao mesmo tempo pouco conhecido, do ponto de vista acadêmico, pelos brasileiros.

Um melhor detalhamento das questões levantadas por meio das entrevistas e das visitas feitas aos estabelecimentos policiais paraguaios será feito em um capítulo específico. Deste modo, o levantamento aqui realizado foi feito para que

podéssemos conhecer a realidade da polícia paraguaia, de modo a, num passo posterior, poder desenvolver uma análise focada no contexto formativo dos policiais (suboficiais), após a recente implantação democrática ocorrida no País.

PARTE III – A FORMAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES/SOLDADOS NAS SOCIEDADES LATINO AMERICANAS (BRASIL E PARAGUAI)

“De que modo pode ser desenvolvido o treinamento em técnicas policiais que reduzam o risco de vida dos policiais e da população, seguindo a orientação de só utilizar armas de fogo em casos extremos, de acordo com a filosofia do recente Estatuto do Desarmamento?”

SENASP (2003: 114).

“Nenhuma mudança ocorrerá se o princípio fundador das corporações não sofrer radical transformação. Essa mudança é representada pela transição de uma cultura de guerra para uma cultura de paz, de uma visão excludente de mundo para um entendimento dialogal das funções policiais [...]. As ações policiais têm de respeitar as diferenças de gênero, classe, idade, pensamento, crenças e etnia, devendo criar instâncias de proteção aos direitos dos diferentes, a fim de proporcionar-lhes um tratamento isonômico [...]. Se o servidor da segurança pública não estiver preparado psicologicamente, eticamente e tecnicamente para utilizar armas ou outros recursos de força, não se pode falar de uma polícia legítima, com possibilidades de ser respeitada pela população”

SENASP (2003: 22-23).

CAPÍTULO VI

A PESQUISA REALIZADA NO PARANÁ, NO ANO DE 2010, JUNTO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES/SOLDADOS

6.1 A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA POLICIAL NO BRASIL

Por meio da presente tese, buscamos retratar aspectos relacionados à educação dos policiais militares/soldados do estado do Paraná. Conforme já expomos, o enfoque se deu nesta direção por entendermos que nos últimos anos uma série de críticas foram e têm sido consolidadas por diferentes entidades, instituições e ou grupos sociais na direção do trabalho policial.

Essas críticas se referem, grosso modo, às elevadas taxas de casos de violência policial que, de forma persistente, é cometida por agentes do controle social no trato com a população.

A insistência deste fato apresentar-se-ia como altamente condenável (inaceitável) numa sociedade que passa por um processo de mudança político-institucional (que perdura há, pelo menos, 22 anos) e que visa justamente superar o período histórico caracterizado pela ditadura militar; instituindo em seu lugar um sistema democrático que preserve o respeito aos direitos humanos.

Tais denúncias e críticas podem ser retratadas por meio dos Relatórios Anuais de ONGs, como as que Human Rights Watch publicam sobre assuntos como violência policial praticada em países como o Brasil. Utilizamos do documento apresentado no ano de 2009, que reforça a ideia de que a violência policial no Brasil manter-se-ia como um problema crônico⁷⁵.

De acordo com este mesmo relatório, no primeiro semestre de 2008, a polícia do Rio de Janeiro foi responsável por um em cada cinco assassinatos no Estado, totalizando 757 mortes por policiais.

O caso do Estado de Pernambuco, apresentado como preocupante, foi retratado por dados que indicaram que 70% dos homicídios cometidos pelos

75 <http://abordagempolicial.com/2009/12/forca-letal-violencia-policial-e-seguranca-publica/>

chamados "esquadrões da morte", existentes naquela região do País, foram praticados com a "ajuda" de policiais que fariam parte destes grupos.

A estimativa apresentada foi a de que em 2008 aproximadamente 50.000 pessoas foram assassinadas no Brasil. A ONG destacou que as regiões metropolitanas brasileiras estariam convivendo com inúmeras formas de violência. Violências que seriam coordenadas, em larga escala, por organizações criminosas e também por parcela das forças policiais.

Importa ressaltar que questões como as das más condições carcerárias, da tortura e do trabalho forçado apareceram nos relatórios da Human Rights como os principais problemas de violação de Direitos Humanos existentes em nosso País.

As condições carcerárias, de modo geral, foram apresentadas como degradantes e preocupantes. De acordo com a CPI do Sistema Carcerário, em pelo menos seis Estados Brasileiros: Rondônia, Piauí, Mato Grosso, Ceará, Maranhão e Goiás os prisioneiros possuíam "cicatrices de tortura". Além disso, considerou a superlotação dos presídios como um problema existente, recorrente e grave.

Ainda em relação aos presídios brasileiros, o relatório apontou para o fato de que o principal problema encontrado é o da tortura. O documento citou um caso ocorrido em Goiás, onde uma mulher grávida foi chutada e recebeu choques elétricos.

O documento reconheceu o esforço do Governo Federal brasileiro no sentido da erradicação do trabalho escravo. Todavia, os dados da Comissão Pastoral da Terra registraram 8.653 pessoas em condições de trabalho escravo no País, no ano de 2007. Assim, mostra que este é outro problema de violência recorrente no Brasil.

Entendemos que tais dados podem ser questionados em sua proporção, mas não na sua totalidade e ou em sua existência. Estes demonstram, de forma cabal, que existem diferentes formas de violência social e ou institucional sendo praticadas, atingindo significativa parcela da população brasileira.

Do ponto de vista do Estado Democrático de Direito, fenômenos como estes tendem a abalar de forma recorrente a estrutura político-institucional ligada à Segurança Pública, atingindo "em cheio" o trabalho desenvolvido pelos agentes do controle social.

Os desafios colocados às polícias brasileiras parecem ter gerado algumas mudanças político-institucionais. Como exemplo disto (já citado nesta tese) é a

efetivação do “Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania”, desenvolvido no segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva após anos de discussão por parte de inúmeros setores da sociedade civil e do poder público.

Ações como esta reforçam a existência de um processo macroestrutural que se direcionam às mudanças de postura que devem ser efetivadas pelos poderes públicos diante do sofrimento de significativa parcela da população brasileira, ainda alijada das garantias constitucionais que um sistema democrático se propõem compor.

Ademais, essas ações apontam para avanços (mesmo que lentos) por parte deste mesmo poder público no sentido de dar uma resposta aos desafios colocados diante das reformas que se fazem necessárias no campo da segurança pública brasileira.

Entretanto, entendemos que avanços já poderiam ter sido feitos há mais tempo e em maior proporção no que diz respeito à formação e à atuação policial, já que durante tanto tempo ficou suspenso um olhar mais atento na direção das fragilidades e necessidades profissionais (dos sofrimentos, mas também dos desejos) advindos daqueles que exercem a segurança da população, ou seja, dos policiais.

6.2 O OLHAR DA POLÍCIA BRASILEIRA SOBRE SUA FUNÇÃO – CONDIÇÕES DE TRABALHO

Esta lacuna parece ter sido sanada, em certa medida, pela pesquisa realizada no ano de 2009 (de forma conjunta entre o Ministério da Justiça/SENASP e o PNUD), a qual retrata justamente o olhar dos profissionais da Segurança Pública, no Brasil, sobre seu trabalho.

Essa pesquisa possibilitou que entrasse em cena:

Com direito a voz e exercitando a liberdade de crítica, o principal ator no drama da segurança pública, o protagonista de épicos e tragédias, o cidadão comum e trabalhador – sempre alvo de cobranças, freqüentemente objeto de preconceitos e aquele que até hoje, paradoxalmente, não foi escutado e, por vezes, foi silenciado: o policial; a policial. E também o bombeiro militar, o guarda civil

municipal e o agente penitenciário⁷⁶ (Idem: 01).

O diagnóstico, cujos resultados pretendem-se apresentar abaixo, de forma sintética e como forma de melhor identificar pontos centrais que apareceram por meio da pesquisa que desenvolvemos para a concretização desta tese, foi feito com 64.130 mil profissionais da segurança pública de todo o país. Isso ocorreu por meio de questionários respondidos nos meses de abril e maio de 2009. Esses questionários foram aplicados por meio virtual a partir do subsídio fornecido pela RENAESP e da articulação da SENASP.

Deste modo, um recorte amostral foi feito, levando em conta dados nacionais sobre os contingentes profissionais de cada instituição contemplada: Polícias Militares – oficiais e não-oficiais – e Polícias Civas – delegados e agentes. Também se consideraram as respectivas inserções regionais, o que acabou por abranger uma representatividade nacional.

O primeiro item retratado no documento tentou verificar o que pensavam os profissionais da segurança pública sobre suas instituições, levando em conta as mudanças propaladas e/ou encabeçadas pelo poder público, no contexto policial.

Os policiais, em sua grande maioria, exprimiram o desejo por “mudanças institucionais profundas”. Exprimiram, de igual modo, o desejo pela efetivação de uma nova polícia, uma vez que reprovaram a polícia na qual trabalhavam, bem como o modelo organizacional de suas instituições.

Um dado interessante que apareceu no diagnóstico, mais especificamente a respeito dos policiais militares, foi o de que estes são mais “mudancistas” do que os civis (inclusive os oficiais, que estão no topo da pirâmide funcional da Polícia Militar).

De todo modo, os policiais civis também demonstraram apoiar as mudanças, mas por estreita margem e com grande divisão interna (os delegados demonstraram serem “muito menos conservadores” do que os agentes).

Neste sentido, apenas 15% dos policiais militares brasileiros defenderam a manutenção do atual modelo de polícia. Outros 77% demonstraram querer mudanças.

76Encontrado

em

<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJCF2BAE97ITEMID265C344CCF4B48B68EDC906D15067F01PTBRIE.htm>. No documento intitulado “Sumário Executivo”.

Nas polícias civis brasileiras, 41% dos agentes e 40,1% dos delegados defenderam o atual modelo. Todavia, 56,4% dos delegados e 51,2% dos agentes evidenciaram desejarem mudanças.

Somando-se as opiniões antimudança, obtém-se 40,9% de policiais civis e 15% de policiais militares (sem distinção de patentes).

Quando computadas as preferências pró-mudança, independentemente das patentes se chega a 51,9% de policiais civis e 77% de policiais militares.

Já se forem somadas as opiniões de todos os profissionais da segurança pública (não só os policiais), verificamos que 69,8% se identificaram com a mudança.

Do ponto de vista de um estudo qualitativo, tal como o que foi feito para a concretização da presente tese, a questão do desejo de mudança se explicita. Isso porque é notório que a inserção nos Cursos de Formação de soldados, de disciplinas como a de “polícia comunitária” e de “qualidade de vida” aponta para uma nova realidade (uma nova orientação que passa a ocorrer nos processos formativos das policiais, tanto do ponto de vista do atendimento ao público – não mais visto como o “inimigo a ser combatido” – quanto do ponto de vista do próprio policial – historicamente desassistido em termos da preservação de sua saúde e ou de seu bem-estar).

Tal mudança também passa a ocorrer na forma como os alunos e/ou os oficiais enxergam o seu trabalho, ao afirmarem dentre outras coisas que hoje em dia o policial é um profissional que precisa ajudar a população, “servir” a população, e não apenas combater a criminalidade.

Entretanto, é possível afirmar que o combate à criminalidade ainda detém a quase centralidade da preocupação predominante nos cursos de formação de policiais militares de Países como o Brasil (podemos afirmar o mesmo do Paraguai).

Já a opinião dos profissionais da segurança pública acerca da necessidade de mudança do atual modelo de polícia, analisada por meio do diagnóstico nacional apontou que 42,1% dos policiais militares não-oficiais (soldados, cabos, sargentos e subtenentes) preferem que a polícia seja unificada e civil. Outros 18,8% dos não-oficiais optaram pela unificação, desde que a nova polícia unificada permaneça militar.

Entre os oficiais não passou de 15,8% aqueles que se identificaram com a proposta de unificação das polícias (dentro de um formato civil).

De todo modo, um dado significativo apareceu no levantamento nacional feito, qual seja, de que 39,9% dos policiais militares de todas as patentes preferem um modelo civil de polícia, se considerarmos as alternativas de modelo de polícia (civil e militar) que foram retratadas no questionário apresentado aos policiais.

Ao refletir sobre este ponto, o documento sinalizou para a provável relação que a rejeição diante do modelo militar tenha com a rejeição também demonstrada em relação a itens como hierarquia, disciplina e com processos de vitimização policial, os quais são decorrentes do modo como o formalismo militar tem sido praticado dentro das instituições policiais militares brasileiras.

O documento demonstrou ainda a provável aceitação, advinda dos policiais entrevistados, pela implantação de um modelo militar de polícia, desde que este modelo mudasse seu formato atual diante de pontos, como, por exemplo, o regimento disciplinar adotado, o recorrente desrespeito aos direitos constitucionais dos policiais, a hierarquia enrijecida que tende a atravancar a plasticidade e o dinamismo da gestão e do trabalho policial, como ainda a vinculação ao Exército (que tem imobilizado a estrutura organizacional e a cultura corporativa policial, no contexto de uma sociedade civil).

A mudança do perfil profissional, acima referida, se avaliada do ponto de vista da pesquisa qualitativa que realizamos junto aos cursos de formação de policiais militares, um situado no Estado do Paraná e outro no Paraguai, parece reforçar os itens expostos pela pesquisa nacional e que se direcionaram para o peso negativo que a militarização das polícias exerce sobre a conduta profissional adotada.

Este elemento realmente tem mantido os cursos de formação atrelados a um “paradigma” que coloca a polícia ostensiva como modelo ideal de atuação, mantendo a polícia distanciada da população, de modo que esta age apenas quando é chamada para o “combate diante da criminalidade” e ou para prender os “meliantes”.

O prejuízo causado por este modelo de atuação profissional, no que se refere à qualidade do serviço prestado à população, tem sido apontado pelos próprios policiais e/ou alunos de cursos de formação de policiais.

Outro ponto retratado no diagnóstico nacional se refere às experiências de vitimização sofridas pelos policiais, de modo a conhecer a realidade vivida pelos profissionais da segurança pública brasileira diante das violações de seus direitos.

Conforme apontaram os pesquisadores, o objetivo foi o de contribuir para o enfrentamento e superação das condições, práticas e normas que estariam mantendo o desrespeito, a submissão e o sofrimento de centenas de milhares de policiais em todo o país.

De igual modo, buscaram compreender, a partir de um olhar mais amplo, os valores e os caminhos que parecem enquadrar as relações que alguns policiais mantinham e/ou mantêm no seu trabalho diário com a perversão.

Deste modo, questões como a da tortura foram levantadas por meio do tratamento dado à vitimização dos agentes de segurança, tanto em processo de formação quanto no exercício da profissão. Neste sentido, retiraram o conceito da Lei nº 9.455/97, que tem como foco central a questão da imposição deliberada de sofrimento físico ou mental.

Dentro deste contexto, e como forma de “não inflacionar” as respostas afirmativas à pergunta sobre processos de “tortura” mental e ou física sofridas por policiais, desenvolveu-se um item específico sobre práticas de “humilhação” que têm como vítimas justamente os policiais brasileiros.

De todo modo, 20,5% dos respondentes da amostra relataram já terem sido vítimas de tortura. Percentual impactante e que revela a dimensão do sofrimento existente por parte dos profissionais da segurança pública brasileiros (até então não retratada com a devida atenção).

Ao refletirem sobre os motivos que estariam levando a tal fenômeno, os pesquisadores apontaram para as concepções vigentes nos processos formativos de policiais e bombeiros militares. Concepções que estariam alimentando a crença de que a oferta de sofrimento existente cumpriria um papel “formador” (ideal) requerido para as atividades de policiamento.

Esta questão parece se esclarecer em pesquisas de cunho qualitativo como a que realizamos. De fato, é possível afirmar que subsiste uma cultura que mantém os cursos de formação de policiais militares atrelados a elementos como os da masculinidade, capacidade de enfrentamento do medo (com destemor) instigando os futuros policiais para que sejam capazes de superar obstáculos físicos (a dor, o sono e o cansaço) e mentais (o medo, a raiva, a insegurança diante da “caça” e ou do “perigo”).

Estes aspectos puderam ser constatados nas pesquisas qualitativas que realizamos. As formas de discriminação sofridas pelos policiais diante da profissão

que exercem também foram avaliadas no diagnóstico nacional. Um índice de 61,1% apontou sentirem-se excluídos ou desrespeitados por parte do público.

Do mesmo modo, 53,9% dos respondentes da amostra relataram já terem sofrido humilhação e desrespeito por parte de superiores hierárquicos. Outros 21,1% sofreram o mesmo por parte de colegas da mesma posição hierárquica, e 7,2%, por colegas de posição hierárquica inferior.

Importa ressaltar que o diagnóstico alertou para o fato de que não haveria necessariamente correlação direta entre hierarquia e discriminação nas polícias brasileiras. Com efeito, entre praças, as vítimas de humilhação por parte de superiores hierárquicos corresponderam a 57,7% da amostra ponderada, contra a existência de 61,9% de oficiais.

Dado coerente com a realidade encontrada entre policiais civis, em que os percentuais de vitimização para o mesmo item foram muito próximos para Delegados (52,3%) e não-delegados (53,4%).

Percebemos, por meio da pesquisa qualitativa realizada para a concretização desta Tese, que a discriminação entre colegas, policiais e/ou futuros policiais militares, pode ser “facilitada” em decorrência da relação altamente hierárquica que os oficiais têm para com os não-oficiais.

De todo modo, entre os próprios alunos dos cursos de formação também apareceram formas de discriminação, tais como as de gênero (pois a profissão policial ainda é vista como profissão “de homens”) e as que decorreram da percepção dos alunos diante das diferenças obtidas por conta da ordem de classificação no Concurso.

Nesse sentido, há no imaginário de alguns alunos uma diferença qualitativa entre os que estão bem classificados no concurso para policial, em relação àqueles que estão mal classificados. Tal fato, pretensamente, aponta para distinções de capacidade e/ou de inteligência.

Outra questão que apareceu no diagnóstico nacional sinalizou para o fato de quase $\frac{1}{4}$ dos respondentes terem afirmado já terem sido acusados injustamente da prática de um delito, e pouco mais de $\frac{1}{4}$ terem assinalado que sua corporação já teria negado ou cerceado seu direito de defesa.

Conforme apontou o documento:

O fenômeno é especialmente preocupante também pelo fato de que

as corporações da área da segurança pública não oferecem aos seus integrantes, via de regra, apoio jurídico diante de um processo – menos ainda ante um procedimento administrativo (o qual, na PM, pode implicar privação de liberdade) (idem: 06).

Durante as observações dos cursos de formação de policiais militares realizadas para a concretização desta Tese, observamos que a cultura corporativa existente ainda nas polícias militares é fonte de aplicação de “castigos físico/psicológicos” deveras importantes e impactantes. Basta registrarmos que os cursos de formação de futuros policiais ainda são realizados, via de regra, no interior das instituições policiais militares, notadamente nos Batalhões e ou Companhias.

Isto se dá por meio de uma organização hierárquica que controla, de forma muito visível, o direito de ir e vir e/ou até mesmo de se expressar dos alunos (bem como dos policiais, logo após a formatura).

Com relação ao racismo, 5,3% dos respondentes do diagnóstico nacional consideraram já terem sido vitimados por tal conduta (sendo os negros os mais atingidos pelo fenômeno). Quase um entre cada quatro agentes de segurança pública de cor negra foram vítimas de racismo, ou seja, 23,3%. Depois dos negros, os indígenas foram os que mais relataram casos de discriminação por racismo (8,8%).

Nos cursos que foram acompanhados para a efetivação desta Tese, não observamos processos de discriminações tão abertamente declarados. Isso talvez porque os alunos, durante o tempo de realização dos cursos de formação, fiquem ainda restritos à “caserna”, saindo e mantendo contato com a população de forma esporádica e controlada (distante).

Vale registrar que a Região Sul do Brasil é caracterizada pelo predomínio de pessoas de “cor branca”. Fato que foi comprovado no curso de formação de soldados policiais militares que acompanhamos no Estado do Paraná – 2010. Isto certamente serviu e/ou serve para minimizar o efeito “cor da pele”.

De todo modo, alunos relataram que, durante a realização dos estágios, foram confrontados por condutores de veículos que, após terem sido abordados e questionados sobre a posse da carteira de motorista, adotaram postura bastante agressiva ao perceberem que estavam sendo abordados por “alunos” e não “por policiais de verdade”.

Isto demonstra o fato de que a população, em grande medida, só obedece “as ordens policiais” quando não há outro recurso, fazendo isto, normalmente, de má vontade.

Percebemos que tal fato se efetiva, por um lado, em decorrência da própria atuação policial (em grande medida contestável). Por outro lado, também, por causa de uma conduta social avessa a autoridades (sejam elas quais forem).

Nossa experiência como policial, assim como o contato com policiais “antigos” deixam claro que, em países como o Brasil e Paraguai, a atuação policial é mediada pelos caracteres distintivos do sujeito profissional, tais, como o grau de escolaridade, o status sócio cultural e outros. A cor da pele, neste sentido, também tem um peso considerável na forma como a população recebe e se sujeita às ordens policiais.

Do ponto de vista do assédio sexual e da discriminação de gênero, 3,3% dos policiais e agentes de segurança (da amostra nacional) relataram terem sido vítimas de assédio sexual, ou seja, da tentativa constrangedora de obtenção de favores sexuais por parte de algum superior hierárquico. Já 9,7% do total da amostra revelaram terem sido discriminados pelo gênero.

A grande maioria das vítimas de assédio sexual foi composta por mulheres, uma vez que 16% já foram vitimadas por este delito, contra 1,3% dos homens. Distribuição desigual que se amplia quando são examinados pontos como discriminação de gênero entre os sexos: 55,3% das mulheres já sentiram na pele o problema, contra 2,5% dos homens.

Nos cursos de formação de policiais militares, que acompanhamos, os obstáculos colocados às mulheres ficaram claros no sentido das exigências físicas e também da postura masculinizada propalada e buscada.

De outro lado, ouvimos “reclamações” que apontaram que algumas alunas eram “protegidas” durante o transcorrer dos cursos, obtendo “benefícios” e/ou “vantagens” que não eram externadas aos homens.

É fato, observado nos cursos que deram ensejo a presente Tese, que a profissão policial (principalmente a de policial militar) ainda tem sido vista como aquela mais afeta aos homens. Mesmo que isto seja implicitamente colocado nos Editais dos Concursos.

Isto porque o cotidiano da formação policial ainda se baseia na aquisição de uma postura profissional “masculinizada”, ou seja, voltada ao desenvolvimento de

uma conduta enérgica, viril, aguerrida, que se faça respeitar e que, se necessário, subjugue àqueles que resistam à abordagem policial (que resistam “à aplicação da Lei”).

Isto necessariamente coloca as mulheres numa condição “desigual” no meio policial. Porém, tal fato não se aplica àquelas que ocupam posições hierárquicas superiores, tais como a de Delegada de Polícia.

Contudo, na polícia militar ainda se vê uma minoria de mulheres policiais ocupando postos, tanto na hierarquia inferior quanto e, principalmente, na hierarquia superior.

Não se pode esquecer que existe no meio policial a “teoria do encanto da farda”, que retrata a atração que algumas mulheres sentem pelos policiais fardados (com os símbolos de poder que a farda sustenta, tais como o de bravura, masculinidade e “proteção”). Tal pensamento coloca inclusive muitos policiais diante de determinadas situações tidas como “constrangedoras” e caracterizadas, dentre outras coisas, como “assédio” advindo das vítimas femininas que são socorridas pelos policiais.

Este é um aspecto que está posto no imaginário de grande parte dos alunos dos cursos de formação de policiais militares, conforme observamos nas pesquisas realizadas.

Com relação à convicção política, aspecto também avaliado pelo diagnóstico nacional feito com os policiais brasileiros, percebemos que do total da mostra 13,9% relataram já terem sido discriminados por suas convicções políticas ou por serem simpatizantes de determinados partidos políticos.

Os percentuais para cada uma das corporações sugeriram forte influência política sobre o cotidiano dos profissionais em segurança pública, no Brasil. De acordo com o documento, trata-se de: *“Um tema para o qual, ao que tudo indica ainda não se conferiu a devida importância”* (Idem: 06).

Se retratarmos este tema a partir das experiências qualitativas realizadas para a presente pesquisa podemos afirmar que a cultura policial não é afeita à política. Tanto no Brasil como no Paraguai, a democratização não trouxe, como fez em países como os EUA, a presença do sindicato e a expansão de direitos por parte dos policiais.

O processo de democratização na América Latina fez com que a ingerência externa, política, permitisse que os comandantes dos respectivos Batalhões fossem

escolhidos por critérios políticos e não técnico-administrativos.

Esta ingerência política também permitiu/permite que ocorram ações por parte de políticos, no sentido de protegerem ou perseguirem determinados policiais. Por meio das observações de campo e/ou das entrevistas que realizamos, constatamos que existe um “desconforto” por parte de determinados policiais militares diante de tal situação.

Dois outros pontos de grande importância apareceram no diagnóstico nacional: o fato de os policiais afirmarem que são desatendidos em sua saúde e, frequentemente, desrespeitados em seus direitos trabalhistas.

A questão trabalhista realmente pode ser analisada como preocupante no que se refere às polícias militares. Fortemente hierarquizadas e disciplinarizadas (embora não tenha sido uma preocupação principal de nosso trabalho).

Isto porque aspectos como férias, folgas e outros direitos trabalhistas, na polícia militar, passam pelo “crivo” de superiores hierárquicos. Estes, em nome do contingente de pessoal e/ou das necessidades de serviço (atendimento das demandas públicas), podem redistribuir e/ou remanejar estes pontos, afetando, em muito, a vida dos policiais e de suas famílias.

O controle da vida profissional pode ser observado deste o período de realização de cursos de formação, pois os alunos – futuros policiais – passam a fazer parte da corporação, dependendo totalmente do comando para terem direito a folgas nos finais de semana e/ou para poderem se deslocar para outras regiões do Estado (que extrapolem os limites em que o Batalhão ao qual pertencem esteja inserido).

Já em relação à saúde dos policiais, é fato que, por ser uma atividade de risco e bastante estressante, demanda cuidados com a saúde (física e mental) ainda não atendidas a contento. Desse modo, os riscos de lesões, que vêm desde o tempo do curso de formação (uma vez que as atividades físicas são contínuas e exigentes) como o passado nas ações nas ruas (que apresenta situações que podem causar transtornos psíquicos e ou incapacitações de ordem física, ou mesmo levar a morte) são atendidos, via de regra, pelos mesmos Planos de Saúde que assistem nos Estados, indistintamente, a todos os funcionários públicos, com as precariedades já conhecidas por nós brasileiros.

No caso mais específico dos policiais Paranaenses, sabemos que existe apenas um Hospital voltado ao atendimento específico das demandas policiais,

localizado na capital, Curitiba.

O fato de as polícias militares ainda manterem tribunais militares é outro ponto que permite que os direitos dos policiais, aparentemente, fiquem à mercê da intervenção de seus superiores hierárquicos, os quais tanto podem protegê-los como prejudicá-los durante o processo militar perpetrado.

Outro item que aparece no diagnóstico nacional refere-se ao perfil da formação profissional dos policiais brasileiros. A presença de mulheres nas corporações policiais, por exemplo, foi avaliada e atingiu patamar pouco superior a 13%, se consideradas todas as corporações.

Em algumas categorias, como a de delegados, a participação feminina mostra-se superior, chegando a um terço. Nas Guardas Municipais e nos Bombeiros, a presença de mulheres evidencia-se ligeiramente superior à média.

A correlação entre cor da pele e escolha profissional apresentou dados já divulgados em pesquisas anteriormente feitas, ou seja, a de que as Polícias Militares (e de modo geral as profissões “de farda”) são especialmente atraentes para jovens negros. Isto porque são carreiras em que segmentos oriundos dos estratos pobres (nos quais os negros ainda constituem maioria) encontram melhores possibilidades de ascensão, podendo, inclusive, ocupar cargos de chefia.

Entretanto, percebemos nas pesquisas efetuadas que tem aumentado de forma significativa o número de pessoas de “cor branca” a buscar uma vaga de emprego nas corporações policiais.

Do mesmo modo, cresceram as exigências em termos da formação escolar requerida para o ingresso na atividade. Muito provavelmente por conta da crescente competitividade que têm envolvido a busca por um emprego público.

Isto pode ser comprovado pelo fato de que, no ano de 2010, aprovou-se uma Lei, no Estado do Paraná, que exige o diploma de curso superior (por parte de candidato ao concurso para policial militar/soldado), bem como o diploma de bacharel em Direito (para candidatos ao concurso de Oficial da polícia militar).

Isto tem feito com que pessoas com um grau de instrução maior adentrem as corporações policiais militares, forçando uma melhora no nível de formação dos futuros servidores da área de segurança pública.

Nós mesmos passamos por experiência análoga quando ingressamos na polícia civil do Estado do Rio Grande do Sul, em 2001, após a realização de concurso público que exigia o diploma em qualquer curso superior como pré-

requisito à concorrência nas vagas do referido concurso. Fato considerado um avanço, do ponto de vista da qualificação dos agentes da segurança pública.

De todo modo, cabe ressaltar que se não forem garantidos pontos como o pagamento de um salário mais atrativo, os profissionais mais qualificados serão, infelizmente, os primeiros a deixarem os postos policiais.

A questão do “segundo emprego” e/ou dos “bicos” praticados pelos policiais foi retratada no diagnóstico nacional e apontou que, para 77,8% dos entrevistados, a “maioria” de seus colegas policiais ou “mais ou menos a metade” deles mantêm uma segunda atividade remunerada em caráter permanente. Os bombeiros chamaram a atenção, calculando em 85,1% o índice de colegas que mantêm um segundo emprego.

Quando perguntados se escolheriam novamente a carreira atual, caso pudessem escolher uma vez mais a profissão a seguir, 55,3% dos entrevistados disseram que sim, 29% disseram que não e 15,7% disseram que não sabiam.

Os mais satisfeitos com a escolha foram os bombeiros (63,5%), seguidos pelos oficiais da PM (62,1%), logo em seguida dos agentes da PC (54,9%) e dos praças da PM (54,8%). Já os guardas municipais (53,2%), os agentes penitenciários (49,5%) e os delegados (48,9%), demonstraram-se menos satisfeitos com sua profissão.

O diagnóstico nacional, neste ponto, acabou ratificando o que outras abordagens qualitativas efetuadas com policiais já teriam apontado acerca da ideia de que “ser policial não é uma opção de trabalho, mas uma opção de vida, um estilo de vida” e ainda de que “um policial é policial 24 horas por dia”, ou de que “ser policial” é uma “razão de ser”.

Os dados do levantamento nacional reforçaram, portanto, a noção de que as carreiras em segurança pública são vistas como mais do que “empregos”, “trabalhos” ou “profissões”, fortalecendo a visão que nesta área predomina a visão que atrela trabalho e “missão”.

Nos cursos de formação de policiais militares que acompanhamos, pode ser observada esta correlação, mesmo que elementos como o da consolidação de uma visão mais “profissional” pareça estar sendo consolidada por conta da cobrança que a população passa a exercer sobre o trabalho policial.

Afirmamos isto porque foram recorrentes as falas de alguns alunos no sentido de relacionarem ao seu trabalho elementos como a satisfação de “servir” à

população. O que parece denotar que àqueles que exercem a função policial carregam consigo características éticas típicas dos “nobres”.

Do mesmo modo, as falas de alguns alunos retrataram a função policial por meio de elementos como o “poder de realizar coisas que ninguém mais pode fazer na sociedade”, o que denota o fato de que aqueles que exercem a função policial carregam consigo características estéticas atreladas aos “heróis”.

Estes elementos, unidos ao desejo, como também à necessidade de reconhecimento profissional e pessoal, são de suma importância e compõem o elo entre a profissão e o sentimento de orgulho pessoal. Ainda, fazem com que a opção por uma carreira policial produza agentes sociais profundamente ligados às “culturas” corporativas (conforme a pesquisa nacional apontou), gerando um ambiente:

onde idealismo, vocação e frustração se combinam, às vezes de maneira surpreendente e contraditória, fazendo com que os debates sobre mudanças e reformas possam encontrar um contexto próprio a resistências e, ao mesmo tempo fecundo e estimulante da criatividade (idem: 08).

Esta condição ambivalente, de “amor” e “ódio” diante da profissão, ficou muito clara quando das incursões de pesquisa nos cursos de formação de policiais/soldados. Se de um lado há revelações acerca das “injustiças” trazidas aos alunos por conta da disciplina militar imposta; por outro lado, há revelações que demonstraram existir um “encantamento” diante da função policial e da capacidade trazida por esta no sentido de o profissional poder fazer coisas pela população que “realmente fazem a diferença na vida das pessoas”. Ou ainda no sentido de o policial poder realizar “proezas” que só são reservadas a ele.

Do ponto de vista da qualificação profissional, 97,1% dos profissionais consultados no diagnóstico nacional afirmaram que formação e treinamento são itens “muito importantes” ou “importantes” para o desempenho das forças de segurança.

Ao buscar verificar, contudo, o período e o conteúdo da formação desses profissionais, a pesquisa constatou haver quadros distintos e problemáticos nas diferentes instituições.

O caso da polícia militar apontou para o fato de 70% dos oficiais terem feito

cursos de formação de mais de 12 meses de duração. Para os praças, este índice foi de 75%; já o número dos que teriam feito cursos de até seis meses ficou em 25%.

Policiais civis, guardas municipais e trabalhadores do sistema penitenciário realizaram, respectivamente, cursos com período de duração menores (de no máximo 6 meses).

Constatamos com isto o fato de os cursos de formação de policiais militares, tanto de oficiais quanto de praças (mas principalmente o de oficiais), terem maior duração que os direcionados às demais profissões da área da segurança pública.

Entretanto, nossas observações (e experiência no campo policial) mostraram que a duração maior dos cursos não, necessariamente, garante a qualificação profissional desejada, por conta de os conteúdos serem bastante variados, extensos. Esses conteúdos, em determinados casos, são expostos por meio de uma “cultura” corporativa voltada para certos aspectos da função policial (normalmente relacionados ao policiamento ostensivo), que incentiva o uso da força policial diante das resistências impetradas por sujeitos e/ou grupos sociais considerados perigosos.

Revelação importante se depreendeu da análise dos dados retirados do diagnóstico e que se voltaram para os conteúdos trabalhados nos cursos de formação. Embora matérias relevantes, como Direitos Humanos apareçam com frequência (84,7%), compondo a formação da maior parte dos entrevistados, a pesquisa apontou para o fato de que esta realidade se fez presente apenas recentemente.

O mesmo se deu com matérias menos frequentes, tais como Gerenciamento de Crise (48,6%), Policiamento Comunitário (47,1%), Mediação de Conflitos (39,8%), e Informática (27,7%). Quando observados caso a caso, verificamos que a oferta destas matérias varia ao longo dos anos, embora numa perspectiva ascendente. Vale registrar que especificaremos, ainda neste capítulo, os dados sobre as respectivas disciplinas trabalhadas nos cursos de formação de soldados militares. De todo modo, nossas pesquisas, bem como nossa experiência pessoal/profissional demonstraram que há crescente inserção de determinadas disciplinas, como Direitos Humanos e Policiamento Comunitário nos cursos de formação de policiais militares. Entretanto, isto tem se dado de forma gradual.

Também importa destacar que como cada estado da Federação Brasileira

organiza seus cursos de maneira muito própria (ainda hoje), estas mudanças têm ocorrido de forma diferenciada, não sendo coordenadas nacionalmente.

Quando o diagnóstico nacional buscou saber em que campos os policiais gostariam de aprofundar seus conhecimentos (para além dos cursos e especialidades oferecidos tradicionalmente pelas corporações), a escolha por matérias como Direito ou Criminologia aparece em primeiro lugar (para os profissionais de todas as corporações). Porém, a escolha dos bombeiros foi diferente, já que, para estes, tal opção ficou em terceiro lugar, atrás de Informática e Educação Física.

Tais dados reforçam o que nossas observações e experiências retrataram, ou seja, que a ênfase no combate à criminalidade e na manutenção da ordem mantêm-se enquanto elementos norteadores dos cursos de formação de policiais militares. Daí a insistente importância dada para as disciplinas advindas do campo jurídico e para as que se direcionam para o uso da força.

Outro ponto retratado pelo diagnóstico nacional se refere à intervenção da comunidade no trabalho policial, o que foi feito por meio de questões como: “As comunidades deveriam influir de forma decisiva no afastamento de um policial apontado como violento/desrespeitoso?”, “Os policiais deveriam prestar contas às comunidades e ouvir as queixas/críticas do seu trabalho?”, “As comunidades deviam participar da decisão sobre as prioridades do trabalho de policiamento?”, “A polícia deveria oferecer apoio em visitas domiciliares e informações sobre as investigações para as vítimas?”, “A polícia deveria distribuir folhetos às comunidades informando tendências criminais e medidas preventivas?”. Os índices de concordância total ou parcial, diante destas questões, giraram em torno de 80%.

O diagnóstico nacional questionou os policiais, ainda, acerca do procedimento a adotar em caso de atuação em ocorrência com morte, levando em consideração as alternativas relacionadas: Encaminhar o policial para período de capacitação, com cursos sobre temas como uso legal da força. Retirar o profissional, durante um determinado período, da escala normal de trabalho para preservá-lo. Garantir apoio jurídico. Garantir apoio psicológico.

Sobre tal questionamento, as respostas foram demarcadas entre 70% e quase 100% dos entrevistados que se declararam favoráveis a estas alternativas.

Os policiais também foram questionados quanto à atuação do Ministério Público e Judiciário em relação a seu trabalho. Para 30,6% dos policiais entrevistados

o Ministério Público age de forma correta em relação ao trabalho policial. Já para 43,07%, este órgão age com indiferença diante do trabalho policial, para 11,8%, este órgão se opõe ao trabalho policial e 13,9% não apresentaram opinião.

Já no que se refere ao Poder Judiciário, levando-se em consideração as mesmas perguntas, 35,01% responderam que este órgão age corretamente em relação ao trabalho policial; 41,08% afirmaram que tal órgão age de maneira indiferente; 13,05% responderam que o judiciário se opõe ao trabalho policial, 9,4% não tiveram opinião formada.

Embora estas questões não se relacionem à nossa pesquisa, uma vez que esta se centra nos elementos que envolvem especificamente a formação dos futuros policiais, não podemos deixar de registrar o fato de haver certo desconforto, por parte de alguns oficiais entrevistados, diante da atuação do Ministério Público e dos tribunais no que tange à ação policial. Assim, percebemos que há uma leitura policial que reclama a falta de respaldo, por parte das instâncias judiciárias, no que concerne ao trabalho policial.

De todo modo, parece haver uma barreira “intransponível” que separa a “função” e/ou o papel social desempenhado por juízes e promotores do papel desempenhado por policiais, que estão numa condição de inferioridade grotesca em relação aos primeiros. Isso ocorre, em muito, por causa de critérios de diferenciação existentes nos diversos campos sociais, os quais se reproduzem na esfera judiciária, tais como os que separam o trabalhador braçal do intelectual.

Por fim, o diagnóstico nacional buscou saber a opinião dos profissionais da segurança pública sobre o que fariam se flagrassem um agente de sua própria corporação recebendo propina. A opinião destes oscilou entre a denúncia (22%), a conversa para tentar convencer o colega a não praticar mais delitos (42%), o fingir não ter visto (2%), a conversa com o colega para também receber propina (2%), e 9% que não tiveram opinião sobre o assunto.

Estes dados corroboram com o fato de que há certa cumplicidade entre os policiais, em decorrência de questões como a necessidade de confiarem uns nos outros, e a proximidade que se estabelece por parte das equipes de trabalho (e que se desdobram sob a forma de relações de cumplicidade e/ou de protecionismo), muitas vezes, diante do “preconceito” que lhes é imputado por parcela significativa da sociedade. Realidade que concorre para que uma postura corporativa se desenvolva no meio policial.

6.3 DO UNIVERSO MACROESTRUTURAL RELACIONADO À SEGURANÇA PÚBLICA AO MICROCOSMO DA FORMAÇÃO POLICIAL

Conforme apontamos nos primeiros capítulos da presente tese, nossa proposta de estudo, no que tange ao referencial empírico, buscou abranger a formação de policiais militares/soldados, levando em consideração a realidade de dois países da América Latina, o Brasil e o Paraguai.

No Brasil, mais especificamente, o trabalho de campo foi feito de forma mais pormenorizada, uma vez que o acompanhamento junto ao Curso de Formação de Soldados que ocorreu no Estado do Paraná (Brasil) entre os meses de julho de 2010 e janeiro de 2011 possibilitou-nos manter a proposta de trabalho que era a de desenvolver uma pesquisa participante.

O resultado desta pesquisa está exposto neste capítulo, consolidado por meio de uma narrativa etnográfica, através da qual visamos preservar os detalhes das entrevistas e os registros das observações realizadas.

Breve Contextualização da Polícia Militar do Paraná

Quadro 01: Dados sobre a Polícia Militar do Paraná

 <p>Brasão da PMPR</p>	
Activa	10 de agosto de 1854.
País	 Brasil  Paraná

Subordinação	Secretaria Estadual de Segurança
Tipo	Polícia Militar
Missão	Segurança Pública
Dimensão	Efetivo com 21.880 PMs
Guarnição/QG	Curitiba
Sigla ou alcunha	PMPR
Patrono	Joaquim Antônio de Moraes Sarmiento
Lema	“Sua proteção é nosso compromisso”
Marcha	Canção 10 de Agosto ⁷⁷ .
Batalhas/Guerras	Guerra do Paraguai - Revolução Federalista - Guerra do Contestado - Revolução de 1924 - Revolução de 1930 - Revolução de 1932.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%A9cia_Militar_do_Paran%C3%A1

⁷⁷ “Polícia Militar paranaense, de tão brava e tão nobre tradição, ao Brasil nossa vida pertence e a ti servimos por brio e vocação. Que sejas como sempre este templo, venerado através de gerações, onde o civismo impera e é o exemplo que nos prende e aquece os corações. Estribilho: Salve, salve Milícia querida! Eia, avante colosso de glória! Que prossiga pujante, aguerrida, e que brilhes para sempre na História! Esta farda que com honra envergamos, orgulhosos das missões consagradas, representa a paz que preservamos, nas cidades, nas matas e estradas. Mas, se a negra presença da guerra a unidade da pátria ofender, palmo a palmo, no gládio, esta terra saberemos também defender! Declamado: Milicianos, Se às armas o chamado da Pátria ocorrer, em combate, pela honra do Brasil não importa morrer! Assobiado: Tema musical do estribilho. Salve, salve Milícia querida! Eia, avante colosso de glória! Que prossiga pujante, aguerrida, e que brilhes para sempre na História! Brado final: Avante PMPR! Hurra! Hurra! Hurra!”. Obtida de http://pt.wikisource.org/wiki/Can%C3%A7%C3%A3o_10_de_Agosto”

De acordo com a consulta realizada⁷⁸ podemos afirmar que a Polícia Militar do Estado do Paraná (PM/PR) tem por função primordial efetuar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública neste Estado. É Força Auxiliar e Reserva do Exército Brasileiro⁷⁹ e integra o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Brasil. Seus integrantes, dentre os quais os membros do Corpo de Bombeiros do Paraná, são denominados Militares dos Estados:

Foi criada em 10 de agosto de 1854, com a denominação de Companhia de Força Policial (Unidade de Caçadores), e esteve presente em vários episódios que marcaram a vida nacional, tais como a Guerra do Paraguai, a Revolução Federalista, a Guerra do Contestado e as Revoluções de 1924, 1930 e 1932.

Nestes eventos, adotou postura de combate, típica das Forças Armadas (por isso não ser possível distinguir a sua função do papel do exército). Assim, observamos a estrita relação (histórica) existente entre as Forças Armadas e as polícias militares brasileiras, bem como a influência que àquela exerce diante destas, no sentido do perfil profissional adotado.

Figura 01 – Presidente Carlos Cavalcanti de Albuquerque em Condecoração ao Regimento de Segurança - Guerra do Contextado (1915)

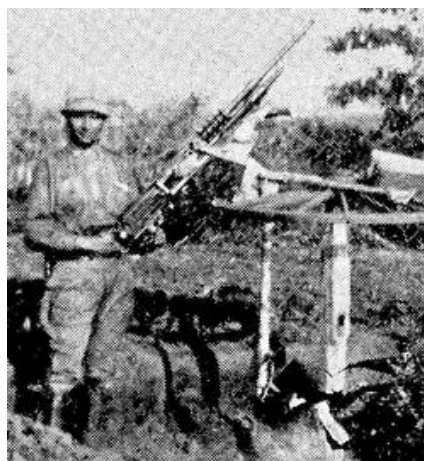


Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_Militar_do_Paran%C3%A1

78 "http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_Militar_do_Paran%C3%A1". Consulta feita entre os dias 23 de dezembro de 2010 e 7 de janeiro de 2011. E <http://www.policiamilitar.pr.gov.br/>, em 26 de abril de 2011.

79 A subserviência que as Polícias Militares dos estados brasileiros têm em relação ao Exército, com a respectiva proximidade que liga a ambos explicita o fato de que grande parte dos elementos que perpassam o cotidiano (a institucionalidade) destas polícias advém do contexto militar típico das forças armadas. Esta situação, num contexto de trabalho demarcado por uma relação com a sociedade civil é, no mínimo, paradoxal.

Figura 02: Soldado da PM/PR atuando em Guapiara – Revolução de 1932 (agosto de 1932)



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_Militar_do_Paran%C3%A1

A Polícia Militar do Paraná nos Dias Atuais

A PMPR passou por mudanças, notadamente a partir do fim do Estado Novo, diversificando suas atividades e criando, progressivamente, serviços especializados, além de desenvolver a configuração abrangente e complexa que possui nos dias atuais: Policiamento Montado, Policiamento de Trânsito, Policiamento Rodoviário, Policiamento Ambiental, Policiamento Cosme e Damião, Policiamento Rádio Patrulha, Policiamento Portuário, Policiamento Modular, Policiamento Comunitário, Policiamento Ostensivo Volante, Patrulha Escolar e Policiamento de Fronteiras⁸⁰.

80 Do ponto de vista das Unidades Operacionais, a PMPR está assim distribuída: 1º Batalhão de Polícia Militar - Ponta Grossa; 2º Batalhão de Polícia Militar - Jacarezinho; 3º Batalhão de Polícia Militar - Pato Branco; 4º Batalhão de Polícia Militar - Maringá; 5º Batalhão de Polícia Militar - Londrina; 6º Batalhão de Polícia Militar - Cascavel; 7º Batalhão de Polícia Militar - Cruzeiro do Oeste; 8º Batalhão de Polícia Militar - Paranavaí; 9º Batalhão de Polícia Militar - Paranaguá; 10º Batalhão de Polícia Militar - Apucarana; 11º Batalhão de Polícia Militar - Campo Mourão; 12º Batalhão de Polícia Militar - Curitiba; 13º Batalhão de Polícia Militar - Curitiba; 14º Batalhão de Polícia Militar - Foz de Iguaçu; 15º Batalhão de Polícia Militar - Rolândia; 16º Batalhão de Polícia Militar - Guarapuava; 17º Batalhão de Polícia Militar - São José dos Pinhais; 18º Batalhão de Polícia Militar - Cornélio Procopio; 19º Batalhão de Polícia Militar - Toledo; 20º Batalhão de Polícia Militar - Curitiba; 21º Batalhão de Polícia Militar - Francisco Beltrão; 1ª Companhia Independente de Polícia Militar - Lapa; 2ª Companhia Independente de Polícia Militar - União da Vitória; 3ª Companhia Independente de Polícia Militar - Telêmaco Borba; 4ª Companhia Independente de Polícia Militar - Londrina; 5ª Companhia Independente de Polícia Militar - Umuarama; 6ª Companhia Independente de Polícia Militar - Ivaiporã; 7ª Companhia Independente de Polícia Militar - Araçongas; 8ª Companhia Independente de Polícia Militar - Irati. Suas unidades especializadas são as seguintes: Regimento de Polícia Montada; Batalhão de Polícia de Trânsito; Batalhão de Polícia Ambiental; Batalhão de Polícia Rodoviária; Batalhão de Polícia de Guarda; Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária; Batalhão de Policiamento de Eventos; Companhia de Polícia de Guarda Independente; Companhia de Polícia de

A Polícia Militar do Paraná atualmente se encontra em todos os Municípios do Estado, mantendo Batalhões e/ou Companhias e Pelotões nos principais centros urbanos.

Nas fotos a seguir, podemos visualizar a evolução da PM/PR através de sua história.

Figura 03: Veículo para o transporte de presos em 1909



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%A9cia_Militar_do_Paran%C3%A1

Figura 04: Desfile do Dia da Independência em 1938



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%A9cia_Militar_do_Paran%C3%A1

Figura 05: Patrulha Escolar em 2008



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%A9cia_Militar_do_Paran%C3%A1

Figura 06: Hospital da Polícia Militar do Paraná – Curitiba - em 2010



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%A9cia_Militar_do_Paran%C3%A1

Corpo de Bombeiros

O Corpo de Bombeiros do Paraná é um comando intermediário da Polícia Militar do Paraná (PMPR), cuja missão consiste na execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, como também buscas, salvamentos e socorros públicos, no âmbito do estado do Paraná.

A corporação foi criada em 1912, com completa autonomia. Em 1917, foi realizado um acordo entre o Estado e a União, do qual resultou o fato de as forças militares dos Estados passarem a ser consideradas reserva militar do Exército Nacional (neste momento o Corpo de Bombeiros foi anexado à Polícia Militar - PM).

Em 1928, o Corpo de Bombeiros readquiriu autonomia, porém foi reconvocato nas Revoluções de 1930 e 1932, tendo participação ativa nos combates realizados na região litorânea.

Com a promulgação de uma nova Constituição em 1946, a Legislação Federal passou a permitir que os Corpos de Bombeiros voltassem a ser reintegrados às PMs. No Paraná, o Corpo de Bombeiros (CB) voltou a ser incorporado à PM/PR em 1948, porém, usufruindo de total autonomia técnica, administrativa e financeira⁸¹.

6.4 A PESQUISA REALIZADA NO ANO DE 2010 JUNTO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES/SOLDADOS (CFSd. 2010)

Conforme exposto na introdução da presente tese, no mês de julho de 2010, recebemos a informação de que um Curso de Formação de Policiais Militares/Soldados havia começado, tendo como sede a cidade de Francisco Beltrão (cidade pertencente à região sudoeste do Estado do Paraná).

Frente a esta oportunidade, passamos a manter contato com o Comando da 2ª Companhia e com a Coordenação do Curso de Formação de Soldados, de modo a expormos, num primeiro momento, a intenção de realizarmos a pesquisa.

Diante da boa receptividade que nos foi concedida, avançamos, num segundo momento, para a exposição das ações que precisaríamos desencadear para que pudessemos obter as informações necessárias à consecussão da tese.

Como recebemos apoio para o desenvolvimento do trabalho, tratamos de atuar de forma a nos familiarizarmos com o ambiente que estava sediando o Curso de Formação. Cabe ressaltar que, num primeiro momento do trabalho com a observação participante, buscamos realizar uma análise mais descritiva do local. Trabalho que foi efetivado no mês de julho de 2010.

Durante estes primeiros contatos e observações mais genéricas, a ideia que

81 Estrutura Operacional do CB: 1º Grupamento de Bombeiros - Curitiba; 2º Grupamento de Bombeiros - Ponta Grossa; 3º Grupamento de Bombeiros - Londrina; 4º Grupamento de Bombeiros - Cascavel; 5º Grupamento de Bombeiros - Maringá; 6º Grupamento de Bombeiros - São José dos Pinhais; 7º Grupamento de Bombeiros - Curitiba; 1º Subgrupamento Independiente de Bombeiros - Foz de Iguaçú; 2º Subgrupamento Independiente de Bombeiros - Paranaguá; 3º Subgrupamento Independiente de Bombeiros - Ivaiporã; 4º Subgrupamento Independiente de Bombeiros - Pato Branco; 5º Subgrupamento Independiente de Bombeiros - Francisco Beltrão.

prevaleceu foi a de conhecermos as instalações e a ambientação do Curso. Instalações que haviam mudado desde a realização do Curso que ocorrera em 2008 (do qual participamos como instrutores na disciplina de Defesa Pessoal) por meio da construção de um anfiteatro (feito pelos próprios policiais militares que trabalhavam na cidade de Francisco Beltrão).

Este anfiteatro passou a compor a segunda sala de aula dos alunos (estruturados, agora, a partir de dois Pelotões, cada um com 35 alunos). O Curso de 2008 abrigou um total de 35 alunos, que utilizavam uma única sala de aula, já existente. Por sua vez, o “estande de tiros” recebeu mais alguns retoques e acabamentos.

Durante as conversas com os oficiais, membros da Coordenação do Curso de Formação de Soldados (composta por um Coordenador, Tenente, e um assessor, Sargento), soubemos que os dois Pelotões abrigavam um total de cinco mulheres, e que muitos alunos haviam sido enviados para a cidade de Francisco Beltrão pelo fato de residirem na cidade ou arredores.

De todo modo, e ainda com relação a este aspecto, havia um número considerável de alunos advindos de outras regiões do estado do Paraná, algumas bem distantes. Isto teria se dado por conta da classificação no concurso (para Soldado), que colocou para estes a necessidade de realizarem o Curso de Formação na cidade de Francisco Beltrão.

Foi informado, ainda, que os alunos tinham 10 aulas por dia, cinco no período da manhã e cinco no período da tarde (desde o dia cinco de julho de 2010).

Os alunos, segundo informações advindas da Coordenação, poderiam ficar “detidos” nos finais de semana, na Companhia, conforme necessidade e/ou interesse do comando, sendo esta também uma forma de “se adaptarem ao mundo da caserna”, ou seja, ao mundo do policial militar.

Registramos nestes primeiros contatos as falas que apontaram para o fato de que as atividades dos alunos começavam “bem cedo”, tendo de estarem na Companhia às 06h30min. Esta prática vigoraria nas primeiras semanas, de modo que os alunos se habituassem ao “espírito da corporação militar”.

Na sequência, estes horários seriam regularizados de modo que os alunos se apresentassem às 07h15min da manhã. A partir daí, as aulas estenderiam-se pelo período da tarde até às 18h00min, após uma pausa para almoço, feito na própria Companhia.

Durante estes primeiros contatos, visamos adentrar paulatinamente o ambiente policial militar que sediava o Curso de Formação. Deste modo, direcionamos os diálogos mais especificamente para o comando do Curso e para os demais policiais que trabalhavam no local (no COPOM), ou seja, no centro de atendimento telefônico da polícia; bem como para os auxiliares administrativos (alguns deles policiais já nossos conhecidos), que dividiam os espaços da 2ª Companhia com a Coordenação do Curso de Formação de Soldados.

Buscamos fotografar o local de funcionamento do Curso (as instalações) e conhecermos de forma mais genérica, por meio da Coordenação, o andamento do mesmo. Além disso, acessamos informações que complementassem nossas incursões no “campo”. Isto foi feito por meio da leitura do Edital do Concurso e do Plano de Ensino, documentos que nortearam os encaminhamentos dados no Curso⁸².

Desse modo, tivemos um primeiro acesso ao ambiente, por meio “da voz oficial/institucional”.

Figura 07: Vista externa Polícia Militar da cidade de Francisco Beltrão – Paraná



Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 08: Vista externa Polícia Militar da cidade de Francisco Beltrão - Paraná



Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

82 Cabe ressaltar que solicitamos ao Comando, neste ínterim, para que repassassem aos alunos o fato de estarmos acompanhando seu processo formativo, de modo a desenvolvermos a tese de doutorado, e que nossa presença não estaria relacionada com os afazeres do Curso que realizavam. Que eles não deveriam, portanto, “temer” nossa presença.

Figura 09: Vista externa Polícia Militar da cidade de Francisco Beltrão - Paraná



Fonte: Arquivo pessoal (julho de 2010)

Figura 10: Vista externa Polícia Militar da cidade de Francisco Beltrão - Paraná



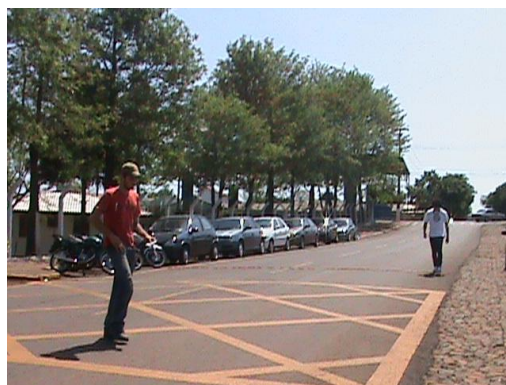
Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 11: Vista externa Polícia Militar da cidade de Francisco Beltrão - Paraná



Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 12: Vista externa Polícia Militar da cidade de Francisco Beltrão - Paraná



Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 13: Setor de atendimento ao público Parte interna da Polícia Militar



Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 14: Corredor de acesso ao estande de tiros (à esquerda) e ao campo de futebol (à direita)



Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 15: Vista do prédio de atendimento ao público e do COPOM (setor de telefonia)



Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 16: Campo de futebol



Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 17: Entrada do saguão com churrasqueira



Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 18: Ao fundo, sala que dá acesso ao estande de tiros



Fonte: Arquivo pessoal (julho de 2010)

Figura 19: Estande de tiros – parte interna



Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 20: Estande de tiros - parte interna



Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 21: Estande de tiros – parte interna



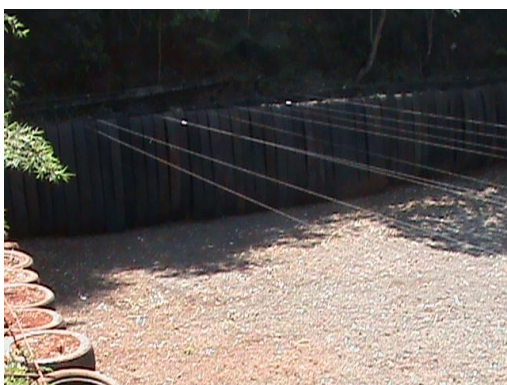
Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 22: estande de tiros – parte interna



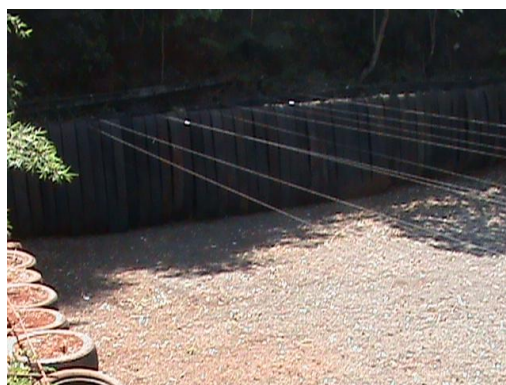
Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 23: Estande de tiros – parte interna



Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 24: Estande de tiros – parte interna



Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 25: Parte interna PM / pátio e setores Administrativos



Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 26: Ao fundo, prédio que concentra o tatame, uma das salas de aula e o refeitório



Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 27: Alunos saindo da sala de aula

Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 28: Tatame / espelhos

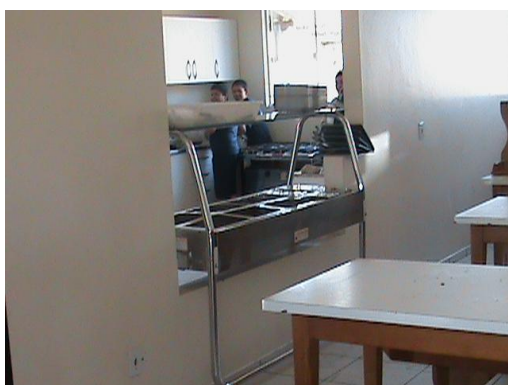
Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 29: Tatame

Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 30: Tatame

Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 31: Refeitório

Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 32: refeitório

Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 33: Alojamentos soldados

Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 34: Sala dentista / Sala “Projeto Formando Cidadão”

Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 35: Sala de Aula I

Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 36: Sala de aula II - Anfiteatro

Fonte: Arquivo Pessoal (julho de 2010)

Figura 37: Prédio Administrativo

Fonte: Arquivo Pessoal (agosto de 2010)

Figura 38: Prédio Administrativo

Fonte: Arquivo Pessoal (agosto de 2010)

6.4.1 O EDITAL DO CONCURSO PARA POLICIAL MILITAR/SOLDADO

O Edital que regulamentou o provimento de vagas do Concurso Público para Policiais Militares/Soldados (que redundou, por sua vez no Curso de Formação que passamos a acompanhar, no Paraná, no ano de 2010) foi o Edital nº 061, de 2009⁸³.

Este Edital apontou as regras para o Concurso Público destinado ao preenchimento de 1100 vagas de Soldado Policial Militar⁸⁴ (QPM 1-0) e Soldado Bombeiro Militar (QPM 2-0) da Polícia Militar do Paraná.

Quadro 02: Quadro de Vagas

Cargo/Função	Vagas ofertadas		Reserva de vagas Afrodescendentes *
	PM	BM	
Soldado 2ª classe	1.100	400	150
	Total de vagas ofertadas		

Correspondentes a 10% das vagas ofertadas.

Fonte: Edital 061 de 2009.

O Concurso Público foi estruturado em quatro fases, sendo a primeira fase eliminatória e classificatória, e as demais fases eliminatórias.

A primeira fase foi composta por uma prova escrita de conhecimentos, que compreendeu questões objetivas e subjetivas (exigindo o conhecimento de conteúdos advindos do Ensino Médio).

A segunda fase foi composta por exame de capacidade física, que compreendeu teste de suficiência física (shuttle run ou corrida de ir e vir; tração na barra fixa; corrida de 2.400 metros). Essa fase comprova o fato de que na Polícia Militar é dada uma importância significativa para os aspectos que se relacionam com a capacitação física dos candidatos e/ou dos futuros policiais.

A terceira fase, composta por exame de saúde, compreendeu avaliação

⁸³ Alguns elementos do Edital foram anexados a presente Tese, de modo a possibilitar um acesso mais detalhado aos conteúdos lá estabelecidos. Cabe ressaltar que este documento foi analisado e discutido, apresentando-se proposições que perpassam dentre outras coisas os requisitos ali colocados e que se direcionam para o controle dos corpos e ou do comportamento requerido dos candidatos.

⁸⁴ Registramos o fato de que nossa pesquisa se direcionou para o acompanhamento de cursos de formação de soldado policial militar, e não de soldado bombeiro militar.

médica, odontológica e psicopatológica (abrangendo uma enormidade de pré-requisitos que demonstram, mais uma vez, a importância dada na Polícia Militar para aspectos que se relacionam com a saúde física dos candidatos e/ou profissionais da corporação). Assim, denotamos que o uso da força (ou a capacidade do uso da força) ainda é o elemento central que identifica a função profissional dos policiais militares.

A quarta fase foi composta por exame social e documental. Elemento que, embora encontrado em outros concursos públicos, na Polícia Militar atinge uma proporção maior em termos de exigência de um determinado comportamento ético/moral requerido por parte dos candidatos a uma vaga na Corporação.

O Ingresso na Polícia Militar do Paraná

Para o ingresso na Polícia Militar do Paraná, o candidato deveria satisfazer todas as condições previstas no Edital nº 061 de 2009, sendo aprovado e classificado dentro do número de vagas existentes, conforme critérios estabelecidos também nesse Edital.

Logo após, deveria apresentar uma série de documentos no ato do ingresso, dentro do prazo previsto, sob pena de desclassificação. Os militares (ou ex-militares) das Forças Armadas, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares deveriam, ainda, apresentar certidão do Arquivo-Geral e do Serviço de Justiça e Disciplina da respectiva Unidade Militar em que serviam ou serviram, exceto na condição de prestação do serviço militar obrigatório.

Os candidatos incluídos na Polícia Militar do Paraná, após aprovação no Concurso regulado pelo Edital seriam matriculados em Curso de Formação de Soldado na condição de Soldados de 2.^a Classe.

O Curso de Formação de Soldados

O mesmo Edital apontou ainda para o fato de o Concurso público para Policial Militar/Soldado ser seguido pelo Curso de Formação. Curso este que teria por objetivo:

Propiciar ao militar estadual os conhecimentos necessários à

execução de **atividades de polícia ostensiva e da preservação da ordem pública**⁸⁵, através dos tipos, modalidades e processos de policiamento ostensivo e velado, previstos nas constituições federal e estadual e legislações e atos normativos vigentes"... Tendo "a duração de 970 (novecentos e setenta) horas-aula, em regime de dedicação exclusiva, incluindo atividades noturnas, feriados e finais de semana (Idem: 01).

O soldo dos alunos durante o transcorrer do Curso de Formação (correspondente à posição de Soldados de 2.^a Classe) foi apontado como sendo de R\$ 981,91 (novecentos e oitenta e um reais e noventa e um centavos). Tendo, ainda, os alunos direito a fardamento, assistência médico-hospitalar, psicológica e odontológica.

Após o período de formação e a consequente conclusão do Curso de Formação de Soldados PM ou BM, com aproveitamento (ou seja, sem pendências judiciais e extrajudiciais), e então já na condição de Soldado de 1.^a Classe, o vencimento a ser percebido pelo militar, ainda conforme o Edital, seria o de R\$ 1.818,13 (hum mil, oitocentos e dezoito reais e treze centavos).

O Edital trabalhou com a informação de que o Curso de Formação poderia ser realizado no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), Órgão de Apoio ao Ensino subordinado à Diretoria de Ensino da PMPR e localizado no município de São José dos Pinhais - PR, Bairro Guatupê.

Todavia, poderia ser descentralizado para quaisquer Unidades da Polícia Militar existentes no Estado, na capital e no interior, conforme as necessidades da Corporação e/ou disponibilidade logística e de docentes.

Ocorrendo isto, teriam preferência para frequentá-los os candidatos aprovados residentes na circunscrição territorial da Unidade, respeitando a ordem de classificação e número de vagas.

Por meio do Edital, foram destinadas até 50% das vagas para pessoas do sexo feminino, observada a ordem de classificação geral. Já para candidatos que se declarassem afrodescendentes, de acordo com o disposto na Lei Estadual, ficariam assegurados 10% do total das vagas ofertadas.

85 Grifo nosso. Como fica a questão da polícia comunitária diante da insistência em se manter os cursos de formação de policiais militares dentro dos padrões da polícia ostensiva?

6.4.2 O PLANO DE CURSO DE FORMAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES/SOLDADOS (Turma 2010) ESTADO DO PARANÁ

O documento que normatizou o Curso de Formação de Soldados Policiais Militares (CFSd PM - 2010), foi criado pelo Decreto Estadual nº 4.509, de 21 outubro de 1961, enquanto Regulamento do Centro de Formação e Aperfeiçoamento (RCFA). Objetivou orientar a formação dos futuros Soldados da Polícia Militar do Paraná, “dotando-os dos conhecimentos profissionais necessários à ocupação de cargos e ao exercício das funções próprias da Graduação de Soldado de 1ª classe de Qualificação Policial Militar Geral - QPMG 1-0” (Idem: 2).

O Plano, adaptado para o Curso de Formação de Soldado Policial Militar, turma 2010, visou normatizar os procedimentos a serem observados pela administração do ensino do 3º BPM, núcleo de Francisco Beltrão, pelos corpos docente e discente, durante o desenvolvimento do curso; e ainda estabelecer as bases gerais para o desenvolvimento e execução das atividades relacionadas com o ensino-aprendizagem a serem desenvolvidas pelo corpo discente.

Do ponto de vista do planejamento do ensino, os objetivos gerais do curso foram estabelecidos da seguinte maneira:

- a) Qualificar o Soldado de 2ª Classe, criando e desenvolvendo características imprescindíveis ao desempenho das funções do Soldado da PMPR.
- b) Estimular o espírito de corpo, o amor à carreira e a profissionalização, fornecendo ao Soldado de 2ª Classe os conhecimentos técnicos peculiares às atividades do Soldado da PMPR.
- c) Aprimorar o caráter e o condicionamento físico do Soldado de 2ª Classe, capacitando-o para o exercício das funções do Soldado da PMPR.
- d) Desenvolver no Soldado de 2ª Classe o condicionamento físico compatível com a atividade PM, disciplina consciente, valores éticos e morais, eficácia, eficiência e efetividade funcional, espírito de compromisso com a missão constitucional das Instituições Militares Estaduais, espírito de iniciativa, autoconfiança, autodomínio, espírito comunitário e capacidade para o trabalho em equipe (Idem: 2-3).

O Plano de Ensino apontou, ainda, um calendário de atividades:

- a) Início da 1ª Fase: 5 de julho de 2010.
- b) Término da 1ª Fase previsto: 29 de dezembro de 2010⁸⁶.

⁸⁶ O Curso, na verdade, foi encerrado na data de 07 de janeiro de 2011.

c) Início da 2ª Fase previsto: 30 de dezembro de 2010⁸⁷.

d) Término da 2ª Fase previsto: 30 de junho de 2011⁸⁸.

e) Término Geral: 1º de julho de 2011⁸⁹.

e) Formatura - previsão: 8 de julho de 2011⁹⁰.

e) Nº de Alunos: 140 (cento e quarenta), sendo 70 (setenta) em Pato Branco e 70 (setenta) em Francisco Beltrão.

A Primeira Fase do Curso

A primeira fase do curso, destinada às aulas nas diferentes disciplinas, ficou assim organizada:

1) O regime escolar será de 05 (cinco) dias semanais de efetiva atividade. Cada hora-aula terá a duração de 50 (cinquenta) minutos. Em princípio, são previstos 10 (dez) tempos de aula por dia, de segunda a sexta-feira, podendo conforme análise da Coordenação, após consulta ao Comandante do 3º BPM, ter na sexta-feira 05 (cinco) tempos de aula, totalizando uma carga-horária semanal de 45 (quarenta e cinco) horas-aula, que poderá ser ampliada para a complementação de atividades curriculares e extracurriculares. 2) O CFSd poderá ser empregado em formatura militar, que venha a ocorrer na área de abrangência do 3º BPM, desde que não venha a trazer prejuízo as aulas, pré-agendadas. 3) O CFSd poderá ser empregado em atividades extracurriculares de apoio operacional ao 3º BPM, após solicitação desse Comando a Diretoria de Ensino, uma vez que não haja prejuízo ao desenvolvimento das disciplinas do Curso. 4) Ao sábados e até mesmo à noite nos dias úteis, dependendo das necessidades de ajustamento do curso ou recuperação de aulas atrasadas, e ainda em qualquer dia da semana poderão ser programadas aulas, bem como, poderão ser planejadas atividades de policiamento em suas diversas modalidades, as quais terão um caráter

87 Esta fase começou na data de 25 de outubro de 2010, no período da tarde. Sendo que o primeiro e o Segundo Pelotões faziam um revezamento, ou seja, cada Pelotão atuava em um dia da semana (inclusive nos sábados e domingos).

88 Esta fase se encerrou na data de 13 de abril de 2011.

89 Ocorreu na data de 15 de abril de 2011.

90 Ocorreu na data de 20 de abril de 2011.

predominantemente técnico-pedagógico, tendo como objetivo precípua a prática de determinados conteúdos ministrados em sala de aula. 5) Atendendo situações excepcionais, a critério do Diretor de Ensino, mediante solicitação fundamentada do Comandante do 3º BPM, a duração da hora-aula poderá ser reduzida para o mínimo de quarenta (40) minutos. 6) O aluno que não alcançar aproveitamento mínimo em disciplinas será automaticamente reprovado na 1ª fase e desligado do Curso, devendo ser apresentado a DE para aguardar novo curso. 7) Aluno que já tenha reprovado uma vez na 1ª fase do Curso, em caso de nova reprovação nesta mesma fase será apresentado a DE com vistas a DP, para através de procedimento administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, sejam avaliadas suas condições de permanência ou não na Corporação (Idem: 3).

A segunda fase, destinada ao estágio probatório, ficou assim constituída:

1) Consistirá do Estágio Probatório Operacional (EPO), regulado por Portaria do Comandante Geral, e terá a duração de 06 (seis) meses e consistirá na 2ª fase do CFSd PM, sendo realizado após a aprovação do Soldado de 2ª Classe em todas as provas e exames previstos na Grade Curricular do Curso (1ª fase). Sendo que a aprovação no Estágio é considerada como pré-requisito para a formação total do Soldado da PMPR. 2) Durante o estágio o Soldado de 2ª Classe será avaliado quanto à sua aptidão e capacidade profissional para o desempenho do cargo, observados, dentre outros, os seguintes fatores: Assiduidade; Disciplina; Capacidade de iniciativa; produtividade; Dedicção ao trabalho; idoneidade moral; responsabilidade; capacidade técnica; eficiência. 3) No Estágio Probatório Operacional o Soldado de 2ª Classe deverá exercer quaisquer funções ou encargos afetos ao seu grau hierárquico, priorizando-se a atividade operacional. 4) Ao final do Estágio Probatório será emitido um conceito de aptidão profissional ao Soldado de 2ª Classe, devendo ser considerado aprovado (APTO) para a promoção à graduação de Soldado de 1ª Classe. 5) O Soldado de 2ª Classe considerado "INAPTO" (reprovado) no estágio probatório (2ª fase do Curso) deverá ser apresentado a DE com vistas a DP para abertura de procedimento administrativo que vise apurar a sua permanência ou não na Corporação, garantindo-lhe o contraditório e a ampla defesa. 6) Os conceitos de aptidão profissional serão emitidos a cada 30 (trinta) dias de Estágio, estabelecendo-se a data prevista de 30 de dezembro de 2010 como o marco inicial do EPO (Idem: 3-4).

Quanto ao local de funcionamento do Curso (das aulas), estipulou-se que o Terceiro Batalhão iria receber 140 alunos distribuídos entre as cidades de Pato Branco e Francisco Beltrão.

As Coordenações dos Cursos de Formação, uma em Francisco Beltrão e outra em Pato Branco, seriam designadas pelo Comandante do 3º BPM (Batalhão

da Polícia Militar) para realizarem missões específicas, definidas em leis, normas e regulamentos vigentes na PM/PR, e outras definidas pelo Comando do 3º BPM.

O corpo discente seria composto pelos aprovados no Concurso para Policial Militar/Soldados convocados através dos Editais de Concurso do CFSd 2010, da Diretoria de Ensino, e constantes do Termo de Matrícula a ser elaborado pelo 3º BPM (localizado na cidade de Pato Branco).

O corpo docente seria efetivado pelos Oficiais Instrutores propostos pelo Comandante do 3º BPM e designados pelo Comandante Geral da Corporação, após análise da Diretoria de Ensino. Os instrutores (todos policiais militares) foram escolhidos de forma conjunta entre o Coordenador do Curso da cidade de Francisco Beltrão (onde realizamos nossa pesquisa) e o Comando do 3º Batalhão.

O Horário de Atividades do Curso (das disciplinas) foi apresentado a partir de dois modelos possíveis de aplicação (Idem:15):

Quadro 03: Modelos de Horários das aulas

MODELO DE QTS

<u>HORARIOS</u>	<u>2ª Feira</u>	<u>3ª Feira</u>	<u>4ª Feira</u>	<u>5ª Feira</u>	<u>6ª Feira</u>
07:30 – 08:20	AULA	AULA	AULA	AULA	AULA
08:20 – 09:10	AULA	AULA	AULA	AULA	AULA
09:10 – 10:00	AULA	AULA	AULA	AULA	AULA
10:00 – 10:20	INTERVALO (20 MINUTOS)				
10:20 – 11:10	AULA	AULA	AULA	AULA	AULA
11:10 – 12:00	AULA	AULA	AULA	AULA	AULA

12:00-13:20	ALMOÇO				
-------------	--------	--	--	--	--

<u>HORARIOS</u>	<u>2ª Feira</u>	<u>3ª Feira</u>	<u>4ª Feira</u>	<u>5ª Feira</u>	<u>6ª Feira</u>
13:30 – 14:20	AULA	AULA	AULA	AULA	AULA
14:20 – 15:10	AULA	AULA	AULA	AULA	AULA
15:10 – 16:00	AULA	AULA	AULA	AULA	AULA
16:00 – 16:10	INTERVALO (10 MINUTOS)				
16:10 – 17:00	AULA	AULA	AULA	AULA	AULA
17:00 – 17:50	AULA	AULA	AULA	AULA	AULA

MODELO DE QTS ALTERNATIVO

<u>HORARIOS</u>	<u>2ª Feira</u>	<u>3ª Feira</u>	<u>4ª Feira</u>	<u>5ª Feira</u>	<u>6ª Feira</u>
07:30 – 08:20	AULA	AULA	AULA	AULA	AULA

08:20 – 09:10	AULA	AULA	AULA	AULA	AULA
09:10 – 10:00	AULA	AULA	AULA	AULA	AULA
10:00 – 10:20	INTERVALO (20 MINUTOS)				
10:20 – 11:10	AULA	AULA	AULA	AULA	AULA
11:10 – 12:00	AULA	AULA	AULA	AULA	AULA

12:00-13:20	ALMOÇO
-------------	---------------

<u>HORARIOS</u>	<u>2ª Feira</u>	<u>3ª Feira</u>	<u>4ª Feira</u>	<u>5ª Feira</u>	<u>6ª Feira</u>
13:30 – 14:20	AULA	AULA	AULA	AULA	***
14:20 – 15:10	AULA	AULA	AULA	AULA	***
15:10 – 16:00	AULA	AULA	AULA	AULA	***
16:00 – 16:10	INTERVALO (10 MINUTOS)				
16:10 – 17:00	AULA	AULA	AULA	AULA	***
17:00 – 17:50	AULA	AULA	AULA	AULA	***

Fonte: Plano de Curso de Formação de Policiais Militares/Soldados – Paraná - (turma 2010).

Conforme observação realizada, constatamos que o primeiro modelo (com aulas integrais inclusive nas sextas-feiras) foi efetivamente aplicado.

Quadro 04: Disciplinas do Curso

1ª FASE			
AREA DE ENSINO	Nº	DISCIPLINAS CURRICULARES	C/H
FUNDAMENTAL	1	DEONTOLOGIA POLICIAL MILITAR	15
	2	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	15
	3	POLICIA COMUNITARIA	40
	4	CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE DROGAS	15
	5	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	15
TOTAL FUNDAMENTAL			100
PROFISSIONAL	6	ARMAMENTO	40
	7	TIRO POLICIAL	60
	8	TÁTICAS PARA CONFRONTOS ARMADOS	40
	9	DEFESA PESSOAL	40
	10	PRONTO SOCORRISMO	25
	11	NOÇÕES DE DIREITO CIVIL, ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL	30
	12	DIREITO PENAL	30
	13	DIREITO PENAL MILITAR	30
	14	DIREITO PROCESSUAL PENAL E PENAL MILITAR	20
	15	LEGISLAÇÃO POLICIAL MILITAR	30
	16	LEGISLAÇÃO ESPECIAL	25

	17	EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR	80
	18	PRIMEIRA INTERVENÇÃO EM CRISES	20
	19	DIREÇÃO DEFENSIVA	15
	20	IDENTIFICAÇÃO VEICULAR	15
	21	PROCEDIMENTOS EM OCORRENCIAS MAIS FREQUENTES	20
	22	RELAÇÕES PÚBLICAS	10
	23	ETIQUETA SOCIAL	10
	24	INFORMÁTICA E REDAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS	20
	25	TELECOMUNICAÇÕES	15
	26	TÉCNICAS DE INFORMAÇÕES E INTELIGÊNCIA PM	15
	27	BOLETIM DE OCORRÊNCIA UNIFICADO - BOU	20
	28	ORDEM UNIDA	40
	29	PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS	20
	30	DEFESA CIVIL	10
	31	HISTÓRIA DA PMPR	15
	32	POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL	25
	33	POLICIAMENTO EM EVENTOS ESPECIAIS	20
	34	POLICIAMENTO DE GUARDA E ESCOLTAS	20
	35	POLICIAMENTO AMBIENTAL	20
	36	POLICIAMENTO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO	30
	37	TÉCNICAS DE ABORDAGEM	50
	38	OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS	30
TOTAL PROFISSIONAL			890
COMPLEMENTAR	39	VISITAS E PALESTRAS	10
	40	A DISPOSIÇÃO DO COMANDO	20
TOTAL COMPLEMENTAR			30
CARGA HORÁRIA TOTAL DA 1ª FASE			1020
2ª FASE			
ESTÁGIO PROBATÓRIO OPERACIONAL (EPO)			Duração de 6 (seis) meses

Fonte: Plano de Curso de Formação de Policiais Militares/Soldados – Paraná - (turma 2010).

A avaliação da aprendizagem dos alunos seguiria a seguinte estrutura, de acordo com o Plano de Ensino do Curso de Formação de Soldados (turma 2010):

(1) Verificação da Aprendizagem (VA): Processos utilizados ao final de uma ou de várias unidades didáticas (UD), como forma de verificar o rendimento do discente nas mesmas.

Sua duração não deveria exceder a 3 (três) horas. Além disso, foi feita recomendação para que o discente fosse submetido a somente uma VA por dia. Para VA da mesma disciplina, o intervalo mínimo deveria ser de cinco dias, com exceção das provas práticas.

(2) Verificação Final (VF): Para oferecer uma nova oportunidade aos discentes que não conseguissem atingir a média estabelecida para aprovação em alguma disciplina do curso.

Fez-se a sugestão para que não excedesse a 3 (três) horas. Segundo ainda o Plano de Ensino, deveriam abranger todos os assuntos que compusessem a disciplina, previstos no Plano de Matéria das respectivas disciplinas (PLAMA)⁹¹ e efetivamente ministrados.

(3) Verificação de Recuperação (VR): Tendo por fim avaliar o discente que, em princípio, mesmo já tendo realizado a VF não tenha atingido a nota mínima para aprovação ao longo do curso; devendo, ainda, abranger a totalidade dos assuntos que compusessem a disciplina, previstos no PLAMA e efetivamente ministrados.

As notas dos processos de avaliação variariam de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). Sendo a habilitação escolar o resultado da média das verificações classificatórias realizadas ao longo do curso.

A média mínima de habilitação por disciplina seria a de 7,0 (sete). O aluno que alcançasse média igual ou superior a 7,0 (sete) na(s) VA(s), por disciplina, ficaria dispensado de realizar a Verificação Final (VF). Sendo, ainda, considerado aprovado na respectiva Disciplina.

Caso a média obtida na(s) VA(s) fosse inferior a 7,0 (sete), o aluno seria submetido à Verificação Final (VF). Já o aluno que obtivesse na VF nota igual ou superior a 7,0 (sete), seria considerado aprovado. Caso a nota obtida na VF fosse inferior a 7,0 (sete), o aluno seria submetido à VR.

Na VF, por fim, a nota final da disciplina ficaria limitada a 7,0 (sete), mesmo que o resultado atingido na prova fosse superior a esse valor.

Sempre que em uma determinada disciplina o aluno realizasse Verificação Final (VF), ou Verificação de Recuperação (VR), as notas das referidas verificações corresponderiam à média da respectiva Disciplina, desconsiderando-se, para todos os efeitos, as notas das verificações anteriores.

O aluno que obtivesse na VR nota igual ou superior a 5,0 (cinco) seria considerado aprovado, de modo que nota inferior a 5,0 (cinco) na VR implicaria em reprovação na disciplina considerada.

A incidência na VR em mais de 2 (duas) disciplinas implicaria em reprovação

91 Ressalta-se o fato de que uma análise dos PLAMAs trabalhadas no Curso de Formação de Soldados (turma 2010) foi feita neste mesmo capítulo.

e desligamento do curso. Do mesmo modo, ficar para VR resultaria em classificação à parte no que dizia respeito à classificação geral do curso.

Portanto, os alunos com VR seriam classificados após o último colocado sem VR, mesmo que suas médias fossem superiores às médias finais dos alunos que não tinham VR.

A média de aprovação do curso, denominada média final de curso (MFC) seria composta pela soma de todas as médias das disciplinas, conforme fórmula abaixo.

$$\text{MFC} = \frac{\text{Disc. 1} + \text{Disc. 2} + \text{Disc. N...}}{\text{n}^\circ \text{ de disciplinas}}$$

Os instrumentos de medida de aprendizagem, assim chamados no Plano de Ensino, poderiam ser estabelecidos da seguinte maneira:

- (1) Prova escrita (objetiva, subjetiva e mista);
- (2) Prova oral;
- (3) Prova gráfica; e
- (4) Prova prática ou de execução.

Quadro 05: Constituição da Grade de Avaliação das Disciplinas

1ª FASE			
ÁREA DE ENSINO	Nº	DISCIPLINAS CURRICULARES	C/H
FUNDAMENTAL	1	DEONTOLOGIA POLICIAL MILITAR	1 VA
	2	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	1 VA
	3	POLICIA COMUNITARIA	1 VA
	4	CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE DROGAS	1 VA
	5	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	1 VA
PROFISSIONAL	6	ARMAMENTO	1 VA
	7	TIRO POLICIAL	2 VA
	8	TÁTICAS PARA CONFRONTOS ARMADOS	1 VA
	9	DEFESA PESSOAL	1 VA
	10	PRONTO SOCORRISMO	1 VA
	11	NOÇÕES DE DIREITO CIVIL, ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL	1 VA
	12	DIREITO PENAL	1 VA
	13	DIREITO PENAL MILITAR	1 VA
	14	DIREITO PROCESSUAL PENAL E PENAL MILITAR	1 VA
	15	LEGISLAÇÃO POLICIAL MILITAR	1 VA
	16	LEGISLAÇÃO ESPECIAL	1 VA
	17	EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR	2 VA
	18	PRIMEIRA INTERVENÇÃO EM CRISES	1 VA

	19	DIREÇÃO DEFENSIVA	1 VA
	20	IDENTIFICAÇÃO VEICULAR	1 VA
	21	PROCEDIMENTOS EM OCORRÊNCIAS MAIS FREQUENTES	1 VA
	22	RELAÇÕES PÚBLICAS	1 VA
	23	ETIQUETA SOCIAL	1 VA
	24	INFORMÁTICA E REDAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS	1 VA
	25	TELECOMUNICAÇÕES	1 VA
	26	TÉCNICAS DE INFORMAÇÕES E INTELIGÊNCIA PM	1 VA
	27	BOLETIM DE OCORRÊNCIA UNIFICADO - BOU	1 VA
	28	ORDEM UNIDA	1 VA
	29	PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS	1 VA
	30	DEFESA CIVIL	1 VA
	31	HISTÓRIA DA PMPR	1 VA
	32	POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL	1 VA
	33	POLICIAMENTO EM EVENTOS ESPECIAIS	1 VA
	34	POLICIAMENTO DE GUARDA E ESCOLTAS	1 VA
	35	POLICIAMENTO AMBIENTAL	1 VA
	36	POLICIAMENTO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO	1 VA
	37	TÉCNICAS DE ABORDAGEM	2 VA
	38	OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS	1 VA
COMPLEMENTAR	39	VISITAS E PALESTRAS	
	40	A DISPOSIÇÃO DO COMANDO	
2ª FASE			
ESTÁGIO PROBATÓRIO OPERACIONAL (EPO)			Duração de 6 (seis) meses

Fonte: Plano de Curso de Formação de Policiais Militares/Soldados – Paraná - (turma 2010).

Do ponto de vista da frequência mínima exigida para aprovação no curso, o Plano de Curso estabeleceu que deveria perfazer 85%, em todas as disciplinas constantes do currículo.

Seriam considerados reprovados do Curso de Formação de Soldado Policial Militar (turma 2010) os alunos que obtivessem média final da disciplina (MFM) menor que 5,0 (cinco), após a realização da VR, ou que ficassem para VR em mais de duas disciplinas. O mesmo também ocorreria com os que não alcançassem a nota mínima 5,0 (cinco) na Verificação de Recuperação ou que deixassem de realizar as provas previstas, sem motivo justificável ou sem que tivessem requerido em tempo hábil a realização das mesmas em 2ª chamada.

Já o desligamento do Curso dar-se-ia para os alunos que excedessem o limite de 15% de faltas em qualquer disciplina, sem que as mesmas tivessem sido consideradas justificadas (perante o Comandante do 3º BPM).

Ademais, seriam desligados do Curso os alunos que solicitassem e tivessem deferido seu pedido de desligamento, bem como aqueles que incidissem em quaisquer das condições de incapacidade física para o prosseguimento no curso,

devidamente comprovadas em inspeção de saúde⁹².

O mesmo ocorreria com aquele aluno que porventura viesse a omitir informações ou adulterar quaisquer documentos para ingressar na Corporação ou no Curso, sendo a adulteração ou omissão devidamente comprovada por procedimento disciplinar.

Por fim, a reprovação seria dada àquele que não atingisse a nota mínima 5,0 (cinco) quando submetido à Verificação de Recuperação (VR) em qualquer disciplina; ou que viesse a falecer durante a realização do curso.

Cabe salientar que constatamos no Plano de Ensino a possibilidade de desligamento do curso daquele aluno que viesse a cometer falta disciplinar grave, à luz do regulamento disciplinar do exército (RDE), utilizado também pela Polícia Militar⁹³.

A frequência aos trabalhos escolares seria considerada obrigatória e ato de serviço. Os alunos ainda seriam obrigados a participar de todas as atividades estabelecidas para o curso, sendo sua ausência considerada transgressão disciplinar, quando não justificada⁹⁴.

Ao aluno que faltasse a qualquer prova, teste ou exame sem motivo justificado seria atribuída nota zero. Por faltas não justificadas e/ou atrasos, poderiam ser responsabilizados disciplinarmente. Se justificadas, poderiam ser abonadas a critério do Comandante do 3º BPM, quando ultrapassassem o limite máximo de 15% (quinze por cento).

Somente o Comandante do 3º BPM, em caso de urgência e comprovada necessidade poderia dispensar o aluno de qualquer trabalho escolar. Sendo, contudo, atribuída ao mesmo a falta respectiva.

Desse modo, os professores/instrutores não poderiam dispensar os alunos

92 Percebe-se que a questão da aptidão física (e que se debruça por sobre o corpo dos candidatos e ou dos alunos do Curso) perpassa os documentos que nortearam a realização do mesmo.

93 Consta neste mesmo capítulo, mais para frente, uma análise mais detalhada do RDE. Outro documento que serviu como fonte reguladora das atividades do Curso de Formação de Soldados, turma 2010.

94 Grifo nosso. Entendemos que questões como estas reforçam haver, no “mundo da caserna”, ou seja, no mundo policial militar (desde o período destinado à formação dos policiais) uma forte padronização de comportamentos que “devem ser assimilados” por parte dos alunos, sob pena de estes sofrerem as respectivas “punições” regulamentadas.

de quaisquer atividades escolares⁹⁵.

Do ponto de vista do processo de ensino, o Plano de Ensino em tela apontou que as visitas e aulas externas poderiam ser programadas pelos Instrutores, sempre com antecedência mínima de 1 (uma) semana e mediante preenchimento do documento de Solicitação de Meios para Visita e Aula Externa. Tal documento seria submetido à apreciação do Comandante do 3º BPM.

No documento de solicitação, deveria constar:

- a) data e duração do evento;
- b) transporte necessário;
- c) objetivos da visita;
- d) atividades a serem desenvolvidas, e
- e) relacionamento com os objetivos do Curso.

Quanto aos deveres dos alunos, o Plano de Ensino estipulou:

Observar a disciplina adotada no 3º BPM⁹⁶, que se baseia no cumprimento do dever e visa aprimorar as qualidades morais do aluno, moldando o caráter na obediência espontânea às exigências escolares e aos preceitos regulamentares.

Prestar a máxima atenção aos estudos e trabalhos escolares, esforçando-se para obter maior aproveitamento no ensino.

Procurar enaltecer e elevar o nome da Polícia Militar no meio civil, o seu conceito, o prestígio da PMPR e assim o do 3º BPM, conduzindo-se quer na escola, quer fora dela da maneira mais correta, mais digna, mais disciplinada.

Acatar a autoridade do Chefe de Turma e tratá-lo com respeito.

Ser pontual e assíduo a todos os trabalhos escolares.

Ocupar em classe ou em formatura o lugar que lhe for designado, ficando responsável, no primeiro caso, pela respectiva carteira escolar.

95 Todas estas questões demonstram que na Polícia Militar existem regulamentações ligadas ao poder hierárquico, fortemente estabelecido, que implicam na consolidação de atitudes de subserviência estrita a este poder consolidado. Mesmo durante a realização de cursos de formação de futuros policiais. Se compararmos, por exemplo, o transcorrer das atividades escolares aqui analisadas com àqueles destinados aos alunos que freqüentam quaisquer outras instituições educativas (talvez com exceção dos internatos) veremos que para os primeiros existem muito mais deveres do que direitos, norteando suas ações. Já os alunos das demais instituições conduzem suas ações a partir de um número (assim nos parece) cada vez maior de direitos. Embora estes direitos, obviamente, sejam consolidados dentro de padrões especificados por cada instituição, de acordo com seus objetivos.

96 Vê-se uma série de recomendações acerca da disciplina a ser observada durante o Curso de Formação de Soldados. Um elemento que perpassa o processo educativo em toda a sua extensão e constitui um poderoso elemento “formativo” designado a moldar o comportamento ético/moral dos alunos.

Possuir e conservar o material exigido ou distribuído, conservando-o em perfeita ordem.

Colaborar na limpeza e conservação do Auditório e/ou Sala de Aula, do material escolar e de todo o material de uso coletivo.

Adquirir os livros e cadernos necessários e manter em dia cadernos nos quais estejam em resumo as aulas recebidas.

Quando a ação educativa não fosse suficiente para evitar desvios de conduta, a ação disciplinar far-se-ia sentir na forma indicada pela regulamentação disciplinar vigente na PMPR.

As proibições referentes aos alunos também foram estabelecidas no Plano de Ensino:

Ocupar-se durante as aulas, conferências ou exercícios no campo, de qualquer assunto ou trabalho estranho a eles.

Formar grupos ou promover algazarras nos corredores do aquartelamento e na sala de aula, perturbando o trabalho ou a boa ordem.

Distrair a atenção dos outros alunos durante as aulas, exercícios ou estudo, com objetos, ditos ou através de qualquer outro meio.

Quanto ao seu formato administrativo, a Direção de Ensino ficou assim instituída:

Um Diretor do Núcleo de Ensino: Comandante do 3º BPM;

Um Subdiretor do Núcleo de Ensino: Subcomandante do 3º BPM;

Dois Coordenadores, determinados pelo Comandante do 3º BPM: Um (1) em Pato Branco e um (1) em Francisco Beltrão, aos quais caberia a Chefia da Divisão de Ensino, da Seção de Expediente e da Seção Técnica de Ensino. Também seriam responsáveis pela organização, expedição e guarda dos documentos do Curso de Formação de Soldados (CFSd) e dos assuntos de rotina ligados à administração escolar⁹⁷.

Duas Seções de Ensino: Formadas pelo corpo de Instrutores e Monitores do Núcleo de Ensino (NE);

Duas Subchefias da Divisão de Ensino: Formadas por dois Auxiliares da

97 Na prática isto significou que cada Coordenador (de forma conjunta com seu assessor) ficou responsável por administrar todos os assuntos referentes ao andamento do Curso de Formação de Soldados, turma 2010, na sua respectiva área de abrangência: Pedagógico, disciplinar, administrativo, etc.

Coordenação do CFSd.

Constou no Plano de Ensino informações sobre a infraestrutura disponível para a execução do Curso de Formação de Soldados, turma 2010.

Do ponto de vista do alojamento, o 3º BPM dispunha, mais especificamente na cidade de Francisco Beltrão (cidade objeto de nosso estudo de campo), de um (1) Auditório e duas (2) salas de aula, com capacidade variando de 35 (trinta e cinco) a 80 (oitenta) alunos em cada. Ainda dispunha de um (1) Estande de Tiro e uma (1) Sala de Luta (tatame).

As demais instalações que se fizessem necessárias, como Ginásio de Esportes e pista de atletismo dependeriam de agendamento prévio junto às Prefeituras Municipais e/ou Instituições de Ensino (Faculdades).

Os alunos, caso fosse necessário, ocupariam os alojamentos existentes no local onde estaria sendo realizado o Curso⁹⁸, conforme critérios definidos pelo Comandante do 3º BPM e/ou pelos Coordenadores; e de acordo com as disponibilidades apresentadas pelo referido Comando.

A alimentação seria fornecida gratuitamente pelo 3º BPM, de acordo com as necessidades decorrentes do Quadro de Trabalho Semanal (QTS) e das escalas de serviço⁹⁹.

Para os deslocamentos (aulas realizadas fora das dependências da 2ª Companhia), visitas, viagens de estudo ou outras atividades relacionadas com o ensino, caberia ao Coordenador do Curso viabilizar o transporte, observadas as orientações emanadas do Comandante do 3º BPM.

Prescrições Diversas

Além das formaturas diárias, todos os alunos do 3º BPM poderiam ser convocados de modo a participarem das formaturas determinadas pelo Coordenador, como integrantes da tropa; bem como em outras solenidades cívico-militares a critério do Comandante do Núcleo de Ensino¹⁰⁰.

98 No caso de Francisco Beltrão a 2ª Companhia da Polícia Militar.

99 Os alunos teriam direito a efetuarem suas refeições (almoço) de segunda a sexta-feira, nas dependências da 2ª Companhia da Polícia Militar. O custeio destas refeições seria pago pelo Governo do Estado do Paraná.

100 De fato houve situações em que os alunos participaram de solenidades cívicas (como o sete de Setembro) tanto na

As Cerimônias Cívico-Militares e Escolares seriam oportunamente reguladas por Ordem de Instrução específica a ser elaborada pelo 3º BPM, em consonância com as normas em vigor.

O fardamento ou uniforme a ser usado nas diversas atividades do Curso seria definido pelo Comandante do 3º BPM, cabendo ao aluno providências no sentido de manter todos os uniformes regulamentares em condições de pronta utilização.

Além das leis, normas e demais regulamentos a que estariam sujeitos todos os integrantes da Corporação, os alunos matriculados no CFSd, turma 2010, estariam sujeitos às normas estabelecidas pelo presente Plano de Curso; como também pelo Sistema Disciplinar Especial (SDE)¹⁰¹, instituído pelo Boletim nº 049, de 16 de março de 2009 (referente à Portaria nº 294/CG, de 16 de março de 2009).

Inicialmente, não existiria a previsão de férias ou recesso escolar para o CFSd (turma 2010), salvo alterações no planejamento¹⁰². Alterações estas que seriam deliberadas através da Diretoria de Ensino da PMPR.

cidade de Francisco Beltrão quanto na cidade de Pato Branco.

101 Documento também analisado neste capítulo.

102 De fato não houve.

Observamos que trabalhos científicos não estavam previstos para o CFSd, turma 2010.

Ao iniciarem o Curso, os alunos seriam submetidos a um Período Básico de Adaptação com duração definida pelo Comando do 3º BPM, no qual permaneceriam aquartelados com a finalidade de conhecerem a rotina da PMPR, do 3º BPM e do Curso, e a elas se adaptarem.

Durante este período, receberiam instruções extras acerca de assuntos próprios da vida policial-militar, concomitantes às instruções recebidas através das disciplinas curriculares¹⁰³.

Cabe salientar que outras instruções foram feitas¹⁰⁴ referendando ações por parte da Coordenação do Curso, no sentido de orientar os passos que deveriam ser tomados, por exemplo, pelos “xerifes de turma”; bem como no sentido de estabelecer os trabalhos de limpeza (ou outras atividades) que poderiam ser realizadas pelos alunos (mostrando, dentre outras coisas, que estes estavam, desde o ingresso no Curso de Formação, à inteira disposição da Polícia Militar).

O Estágio Probatório - A Segunda Fase do Curso

Do mesmo modo que procedimentos (normas) foram criados para nortear o andamento do Curso de Formação de Soldados, turma 2010, em sua primeira fase (correspondente a fase das disciplinas), normas foram consolidadas de modo a disciplinar o Estágio Probatório Operacional (EPO) e estabelecer os critérios a serem observados para a emissão do Conceito de Aptidão Profissional dos Soldados de 2ª Classe da PM/PR.

Tudo com o objetivo de sistematizar os procedimentos dos Estabelecimentos de Ensino (EE) e/ou dos Núcleos de Ensino (NE) no tocante ao Estágio Probatório Operacional do CFSd; Definir responsabilidades; Fixar critérios objetivos para a emissão do Conceito de Aptidão Profissional, e Estabelecer parâmetros segundo os

103 Grifo nosso. Percebe-se que desde a elaboração do Plano de Ensino, documento que normatizou a organização das atividades referentes ao Curso de Formação de Soldados, já aparece a questão da prática disciplinar que nortearia as atividades diárias dos alunos. Notadamente no primeiro mês de atividades. Esta prática, consolidada por meio de atividades “extraclasse”, ou seja, para além das disciplinas do Curso, serviria como mecanismo (“pedagógico”) destinado a inculcar nos alunos o comportamento requerido por parte destes, enquanto profissionais “pertencentes ao mundo Policial Militar”. Mundo caracterizado por uma visão muito própria acerca de como atuar diante da questão da Segurança Pública.

104 A partir dos chamados “Casos Omissos”. Estes pontos foram apresentados, nesta tese, sob forma de anexo.

quais seriam atribuídos os conceitos “Apto” e “Inapto” para o Estágio Probatório Operacional do CFSd.

Neste sentido, o EPO foi apresentado como tendo a duração de 6 (seis) meses. Consistir-se-ia na 2ª fase do CFSd, turma 2010, sendo realizado após a aprovação do Soldado de 2ª Classe em todas as provas e exames previstos na Grade Curricular do Curso, mantendo caráter de pré-requisito para a formação do Soldado da PM/PR.

Durante o estágio, o Soldado de 2ª Classe seria avaliado quanto à sua aptidão e capacidade profissional para o desempenho do cargo, observados, dentre outros, os seguintes fatores:

- (1) Assiduidade;
- (2) Disciplina;
- (3) Capacidade de Iniciativa;
- (4) Produtividade;
- (5) Dedicção ao Trabalho;
- (6) Idoneidade Moral;
- (7) Responsabilidade;
- (8) Capacidade Técnica;
- (9) Eficiência.

No EPO, o Soldado de 2ª Classe deveria exercer quaisquer funções ou encargos afetos ao seu grau hierárquico, priorizando-se a atividade operacional.

O Soldado de 2ª Classe somente seria promovido à graduação de Soldado de 1ª Classe depois de submetido ao EPO e considerado “APTO”. O Conceito de Aptidão Profissional representaria o grau a ser atribuído ao Soldado de 2ª Classe por ocasião de sua avaliação no EPO, a qual consistiria num juízo de valor sobre a sua conduta, expressa em concordância com os padrões a serem exigidos de sua futura condição de Soldado de 1ª Classe da Polícia Militar do Paraná.

Este seria emitido através do processamento de todas as alterações observadas durante o estágio probatório, de modo que seu cálculo consistiria no resultado advindo de uma operação matemática em que, a partir de um valor padrão, seriam descontados pontos de acordo com os parâmetros estabelecidos no quadro abaixo.

Quadro 06: Referência para a Atribuição do Conceito de Aptidão Profissional¹⁰⁵

FALTAS	Pontos Negativos
1. Faltar à verdade ou omitir deliberadamente informações que possam conduzir à apuração de uma transgressão disciplinar;	0,5
2. Utilizar-se do anonimato;	0,3
3. Concorrer para a discórdia ou a desarmonia ou cultivar inimizade entre militares ou seus familiares;	0,5
4. Deixar de exercer autoridade compatível com seu posto ou graduação;	0,2
5. Não levar falta ou irregularidade que presenciar, ou de que tiver ciência e não lhe couber reprimir, ao conhecimento de autoridade competente, no mais curto prazo;	0,5
6. Retardar o cumprimento, deixar de cumprir ou de fazer cumprir norma regulamentar na esfera de suas atribuições;	0,5
7. Deixar de comunicar a tempo, ao superior imediato, ocorrência no âmbito de suas atribuições, quando se julgar suspeito ou impedido de providenciar a respeito;	0,4
8. Deixar de cumprir prescrições expressamente estabelecidas no Estatuto dos Militares ou em outras leis e regulamentos, desde que não haja tipificação como crime ou contravenção penal, cuja violação afete os preceitos da hierarquia e disciplina, a ética militar, a honra pessoal, o pundonor militar ou o decore da classe;	0,5
9. Deixar de instruir, na esfera de suas atribuições, processo que lhe for encaminhado, ressalvado o caso em que não for possível obter elementos para tal;	0,3
10. Deixar de encaminhar à autoridade competente, na linha de subordinação e no mais curto prazo, recurso ou documento que receber elaborado de acordo com os preceitos regulamentares, se não for da sua alçada a solução;	0,5
11. Desrespeitar, retardar ou prejudicar medidas de cumprimento ou ações de ordem judicial, administrativa ou policial, ou para isso concorrer;	0,5

¹⁰⁵ Vê-se aqui a enormidade de pontos que buscam nortear a “conduta” do profissional Policial Militar. Estes pontos, embora inegavelmente importantes para que a função profissional seja exercida de forma ilibada, parecem apontar para uma sobreposição de regulamentações que visam nortear a ação dos policiais a partir da “punição”, e não da motivação. Além do mais, a feita da avaliação dos alunos em EPO muito provavelmente apresentar-se-ia de maneira complicada, por parte dos avaliadores, uma vez que estes teriam que observar uma enormidade de quesitos de modo a adequar a avaliação dos alunos diante do quadro referencial de avaliação. Quadro que tenderia a se agravar uma vez que os avaliadores estariam atuando nas suas respectivas funções (como policiais) durante o período de acompanhamento e das respectivas feitura das avaliações dos alunos. Note-se, nem sempre de forma conjunta com os alunos observados (que então estariam estagiando nas ruas). Cabe salientar, ainda, que estes pontos avaliativos (disciplinares) foram retirados do Código Disciplinar do Exército (notadamente das páginas 14 a 22). Documento que, conforme já exposto, será apresentada ainda neste capítulo, de forma mais detalhada.

12. Apresentar parte ou recurso suprimindo instância administrativa, dirigindo para autoridade incompetente, repetindo requerimento já rejeitado pela mesma autoridade ou empregando termos desrespeitosos;	0,5
13. Deixar de comunicar, tão logo possível, ao superior a execução de ordem recebida;	0,4
14. Aconselhar ou concorrer para que não seja cumprida qualquer ordem de autoridade competente, ou para retardar a sua execução;	0,5
15. Deixar de cumprir ou alterar, sem justo motivo, as determinações constantes da missão recebida, ou qualquer outra determinação escrita ou verbal;	0,5
16. Simular doença para esquivar-se do cumprimento de qualquer dever militar;	0,5
17. Trabalhar mal, intencionalmente ou por falta de atenção, em qualquer serviço ou instrução;	0,5
18. Causar ou contribuir para a ocorrência de acidentes no serviço ou na instrução, por imperícia, imprudência ou negligência;	0,5
19. Disparar arma por imprudência ou negligência;	0,5
20. Não zelar devidamente, danificar ou extraviar por negligência ou desobediência das regras e normas de serviço, material ou animal da União ou documentos oficiais, que estejam ou não sob sua responsabilidade direta, ou concorrer para tal;	0,5
21. Não ter pelo preparo próprio, ou pelo de seus comandados, instruendos ou educandos, a dedicação imposta pelo sentimento do dever;	0,4
22. Deixar de providenciar a tempo, na esfera de suas atribuições, por negligência, medidas contra qualquer irregularidade de que venha a tomar conhecimento;	0,4
23. Deixar de participar em tempo, à autoridade imediatamente superior, a impossibilidade de comparecer à OM ou a qualquer ato de serviço para o qual tenha sido escalado ou a que deva assistir;	0,4
24. Faltar ou chegar atrasado, sem justo motivo, a qualquer ato, serviço ou instrução de que deva participar ou a que deva assistir;	0,5
25. Permutar serviço sem permissão de autoridade competente ou com o objetivo de obtenção de vantagem pecuniária;	0,5
26. Ausentar-se, sem a devida autorização, da sede da organização militar onde serve, do local do serviço ou de outro qualquer em que deva encontrar-se por força de disposição legal ou ordem;	0,4
27. Deixar de apresentar-se, nos prazos regulamentares, à OM para a qual tenha sido transferido ou classificado e às autoridades competentes, nos casos de comissão ou serviço extraordinário para os quais tenha sido designado;	0,5
28. Não se apresentar ao fim de qualquer afastamento do serviço ou, ainda, logo que souber da interrupção;	0,5
29. Representar a organização militar ou a corporação, em qualquer ato, sem estar devidamente autorizado;	0,5
30. Assumir compromissos, prestar declarações ou divulgar informações, em nome da corporação ou da unidade que comanda ou em que serve, sem	0,3

autorização;	
31. Contrair dívida ou assumir compromisso superior às suas possibilidades, que afete o bom nome da Instituição;	0,4
32. Esquivar-se de satisfazer compromissos de ordem moral ou pecuniária que houver assumido, afetando o bom nome da Instituição;	0,5
33. Não atender, sem justo motivo, à observação de autoridade superior no sentido de satisfazer débito já reclamado;	0,5
34. Não atender à obrigação de dar assistência à sua família ou dependente legalmente constituídos, de que trata o Estatuto dos Militares;	0,5
35. Fazer diretamente, ou por intermédio de outrem, transações pecuniárias envolvendo assunto de serviço, bens da União ou material cuja comercialização seja proibida;	0,5
36. Ter pouco cuidado com a apresentação pessoal ou com o asseio próprio ou coletivo;	0,3
37. Portar-se de maneira inconveniente ou sem compostura;	0,5
38. Freqüentar lugares incompatíveis com o decore da sociedade ou da classe;	0,5
39. Portar a praça armamento militar sem estar de serviço ou sem autorização;	0,5
40. Executar toques de clarim ou corneta, realizar tiros de salva, fazer sinais regulamentares, içar ou arriar a Bandeira Nacional ou insígnias, sem ordem para tal;	0,2
41. Conversar ou fazer ruídos em ocasiões ou lugares impróprios quando em serviço ou em local sob administração militar;	0,3
42. Disseminar boatos no interior de OM ou concorrer para tal;	0,5
43. Provocar ou fazer-se causa, voluntariamente, de alarme injustificável;	0,5
44. Usar de força desnecessária no ato de efetuar prisão disciplinar ou de conduzir transgressor;	0,5
45. Deixar alguém conversar ou entender-se com preso disciplinar, sem autorização de autoridade competente;	0,5
46. Conversar com sentinela, vigia, plantão ou preso disciplinar, sem para isso estar autorizado por sua função ou por autoridade competente;	0,5
47. Consentir que preso disciplinar conserve em seu poder instrumentos ou objetos não permitidos;	0,4
48. Conversar, distrair-se, sentar-se ou fumar, quando exercendo função de sentinela, vigia ou plantão da hora;	0,4
49. Consentir, quando de sentinela, vigia ou plantão da hora, a formação de grupo ou a permanência de pessoa junto a seu posto;	0,5
50. Fumar em lugar ou ocasião onde seja vedado;	0,3
51. Tomar parte em jogos proibidos ou em jogos a dinheiro, em área militar ou sob jurisdição militar;	0,5

52. Tomar parte, em área militar ou sob jurisdição militar, em discussão a respeito de assuntos de natureza político-partidária ou religiosa;	0,3
53. Manifestar-se, publicamente, o militar da ativa, sem que esteja autorizado, a respeito de assuntos de natureza político-partidária;	0,4
54. Tomar parte, fardado, em manifestações de natureza político-partidária;	0,5
55. Discutir ou provocar discussão, por qualquer veículo de comunicação, sobre assuntos políticos ou militares, exceto se devidamente autorizado;	0,5
56. Ser indiscreto em relação a assuntos de caráter oficial cuja divulgação possa ser prejudicial à disciplina ou à boa ordem do serviço;	0,5
57. Dar conhecimento de atos, documentos, dados ou assuntos militares a quem deles não deva ter ciência ou não tenha atribuições para neles intervir;	0,5
58. Publicar ou contribuir para que sejam publicados documentos, fatos ou assuntos militares que possam concorrer para o desprestígio das Forças Armadas ou que firam a disciplina ou a segurança destas;	0,5
59. Comparecer o militar da ativa, a qualquer atividade, em traje ou uniforme diferente do determinado;	0,5
60. Deixar o superior de determinar a saída imediata de solenidade militar ou civil, de subordinado que a ela compareça em traje ou uniforme diferente do determinado;	0,5
61. Apresentar-se, em qualquer situação, sem uniforme, mal uniformizado, com o uniforme alterado ou em trajes em desacordo com as disposições em vigor;	0,5
62. Sobrepor ao uniforme insígnia ou medalha não regulamentar, bem como, indevidamente, distintivo ou condecoração;	0,5
63. Recusar ou devolver insígnia, medalha ou condecoração que lhe tenha sido outorgada;	0,5
64. Usar o militar da ativa, em via pública, uniforme inadequado, contrariando o Regulamento de Uniformes do Exército ou normas a respeito;	0,5
65. Transitar o soldado, o cabo ou o taifeiro, pelas ruas ou logradouros públicos, durante o expediente, sem permissão da autoridade competente;	0,5
66. Entrar ou sair da OM, ou ainda permanecer no seu interior o cabo ou soldado usando traje civil, sem a devida permissão da autoridade competente;	0,5
67. Entrar em qualquer OM, ou dela sair, o militar, por lugar que não seja para isso designado;	0,5
68. Entrar em qualquer OM, ou dela sair, o taifeiro, o cabo ou o soldado, com objeto ou embrulho, sem autorização do comandante da guarda ou de autoridade equivalente;	0,5
69. Deixar o subtenente, sargento, taifeiro, cabo ou soldado, ao entrar em organização militar onde não sirva, de apresentar-se ao oficial-de-dia ou a seu substituto legal;	0,5
70. Deixar o comandante da guarda ou responsável pela segurança correspondente, de cumprir as prescrições regulamentares com respeito à entrada ou permanência na OM de civis ou militares a ela estranhos;	0,5

71. Adentrar o militar, sem permissão ou ordem, em aposentos destinados a superior ou onde este se ache, bem como em qualquer lugar onde a entrada lhe seja vedada;	0,5
72. Adentrar ou tentar entrar em alojamento de outra subunidade, depois da revista do recolher, salvo os oficiais ou sargentos que, por suas funções, sejam a isso obrigados;	0,5
73. Entrar ou permanecer em dependência da OM onde sua presença não seja permitida;	0,5
74. Entrar ou sair de OM com tropa, sem prévio conhecimento, autorização ou ordem da autoridade competente;	0,5
75. Retirar ou tentar retirar de qualquer lugar sob jurisdição militar, material, viatura, aeronave, embarcação ou animal, ou mesmo deles servir-se, sem ordem do responsável ou proprietário;	0,5
76. Abrir ou tentar abrir qualquer dependência de organização militar, fora das horas de expediente, desde que não seja o respectivo chefe ou sem a devida ordem e a expressa declaração de motivo, salvo em situações de emergência;	0,5
77. Desrespeitar regras de trânsito, medidas gerais de ordem policial, judicial ou administrativa;	0,5
78. Deixar de portar a identidade militar, estando ou não fardado;	0,5
79. Deixar de se identificar quando solicitado por militar das Forças Armadas em serviço ou em cumprimento de missão;	0,5
80. Desrespeitar, em público, as convenções sociais;	0,4
81. Desconsiderar ou desrespeitar autoridade constituída;	0,5
82. Desrespeitar corporação judiciária militar ou qualquer de seus membros;	0,5
83. Faltar, por ação ou omissão, com o respeito devido aos símbolos nacionais, estaduais, municipais e militares;	0,5
84. Apresentar-se a superior hierárquico ou retirar-se de sua presença, sem obediência às normas regulamentares;	0,5
85. Deixar, quando estiver sentado, de demonstrar respeito, consideração e cordialidade ao superior hierárquico, deixando de oferecer-lhe seu lugar, ressalvadas as situações em que houver lugar marcado ou em que as convenções sociais assim não o indiquem;	0,5
86. Sentar-se, sem a devida autorização, à mesa em que estiver superior hierárquico;	0,5
87. Deixar, deliberadamente, de cumprimentar superior hierárquico, uniformizado ou não, neste último caso desde que o conheça, ou de saudá-lo de acordo com as normas regulamentares;	0,5
88. Deixar o subtenente ou sargento, diariamente, tão logo seus afazeres o permitam, de apresentar-se ao seu comandante de subunidade ou chefe imediato, salvo ordem ou outras normas em contrário;	0,4
89. Recusar-se a receber vencimento, alimentação, fardamento, equipamento ou material que lhe seja destinado ou deva ficar em seu poder ou sob sua responsabilidade;	0,5

90. Recusar-se a receber equipamento, material ou documento que tenha solicitado oficialmente, para atender a interesse próprio;	0,5
91. Desacreditar, dirigir-se, referir-se ou responder de maneira desatenciosa a superior hierárquico;	0,5
92. Censurar ato de superior hierárquico ou procurar desconsiderá-lo seja entre militares, seja entre civis;	0,5
93. Ofender, provocar, desafiar, desconsiderar ou procurar desacreditar outro militar, por atos, gestos ou palavras, mesmo entre civis;	0,5
94. Ofender a moral, os costumes ou as instituições nacionais ou do país estrangeiro em que se encontrar, por atos, gestos ou palavras;	0,5
95. Promover ou envolver-se em rixa, inclusive luta corporal, com outro militar;	0,5
96. Autorizar, promover ou tomar parte em qualquer manifestação coletiva, seja de caráter reivindicatório ou político, seja de crítica ou de apoio a ato de superior hierárquico, com exceção das demonstrações íntimas de boa e sã camaradagem e com consentimento do homenageado;	0,5
97. Aceitar qualquer manifestação coletiva de seus subordinados, com exceção das demonstrações íntimas de boa e sã camaradagem e com consentimento do homenageado;	0,5
98. Autorizar, promover, assinar representações, documentos coletivos ou publicações de qualquer tipo, com finalidade política, de reivindicação coletiva ou de crítica a autoridades constituídas ou às suas atividades;	0,5
99. Autorizar, promover ou assinar petição ou memorial, de qualquer natureza, dirigido a autoridade civil, sobre assunto da alçada da administração do Exército;	0,5
100. Ter em seu poder, introduzir ou distribuir, em área militar ou sob a jurisdição militar, publicações, estampas, filmes ou meios eletrônicos que atentem contra a disciplina ou a moral;	0,5
101. Ter em seu poder ou introduzir, em área militar ou sob a jurisdição militar, armas, explosivos, material inflamável, substâncias ou instrumentos proibidos, sem conhecimento ou permissão da autoridade competente;	0,5
102. Fazer uso, ter em seu poder ou introduzir, em área militar ou sob jurisdição militar, bebida alcoólica ou com efeitos entorpecentes, salvo quando devidamente autorizado;	0,5
103. Comparecer a qualquer ato de serviço em estado visível de embriaguez ou nele se embriagar;	0,5
104. Falar, habitualmente, língua estrangeira em OM ou em área de estacionamento de tropa, exceto quando o cargo ocupado o exigir;	0,5
105. Exercer a praça, quando na ativa, qualquer atividade comercial ou industrial, ressalvadas as permitidas pelo Estatuto dos Militares;	0,5
106. Induzir ou concorrer intencionalmente para que outrem incida em transgressão disciplinar.	0,5

Fonte: Plano de Curso de Formação de Policiais Militares/Soldados – Paraná - (turma 2010).

Para efeito de aplicação da avaliação destinada a emitir o conceito de aptidão profissional no EPO, o Comandante designaria um Oficial Intermediário ou, na falta deste, um 1º Tenente como Presidente, juntamente com mais 3 (três) Oficiais subalternos para comporem a Comissão para Avaliação do Soldado de 2ª Classe.

A designação dos Oficiais avaliadores deveria ser homologada pelo Diretor de Ensino, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência em relação ao término da 1ª fase do CFSd.

Competiria aos Oficiais avaliadores observar direta e indiretamente a conduta dos Soldados de 2ª Classe ao longo do EPO, bem como coletar dados e documentos destinados a subsidiar o parecer da comissão no tocante à emissão do conceito de aptidão profissional.

Além da observação por parte da comissão avaliadora, durante o EPO, os Soldados de 2ª Classe estariam sujeitos à permanente avaliação por parte de todos os Oficiais e Graduados pertencentes ao EE ou NE, os quais comunicariam quaisquer alterações disciplinares constatadas, bem como aquelas que fossem trazidas aos seus conhecimentos através de terceiros.

Todas as alterações observadas deveriam ser transcritas em Ficha Individual de Ocorrência (FIO), as quais seriam utilizadas para o processamento do conceito de aptidão profissional.

Quadro 07: Ficha Individual de Ocorrência

Aluno: Nº: Curso:

DATA	ORIGEM	OCORRÊNCIA	SOLUÇÃO	RUBRICA

Fonte: Plano de Curso de Formação de Policiais Militares/Soldados – Paraná - (turma 2010).

Em caso de punição imposta pelo RDE, caberia à comissão juntar cópia do Boletim Interno que publicasse a solução.

No início de cada período de estágio seria atribuída ao Soldado de 2ª Classe a graduação 10,0 (dez) como ponto de partida para o cálculo do conceito. Sendo

descontada dessa graduação a pontuação devida a eventuais faltas cometidas e devidamente registradas na FIO.

Mensalmente, observadas as datas estabelecidas no Plano de Curso para a 2ª fase do CFSd, a Comissão de Avaliação do Estágio Probatório emitiria conceito para cada um dos Soldados de 2ª Classe¹⁰⁶, o qual seria registrado na Ficha de Conceito de Soldado de 2ª Classe, sendo encaminhada em seguida para que, num prazo de 3 (três) dias úteis, fosse homologada pelo Comandante do EE ou NE.

Em princípio, os avaliadores deveriam se valer de todas as fontes de informações que pudessem fornecer elementos para o estabelecimento do conceito dos Soldados de 2ª Classe. Mesmo a ocorrência de fatos que não culminassem no enquadramento disciplinar à luz do Regulamento Disciplinar do Exército.

A cada mês, a comissão de avaliação atribuiria ao Soldado de 2ª Classe uma Nota de Conceito de Aptidão Profissional (NCAP). A Média Final do Conceito de Aptidão Profissional seria obtida através da média aritmética de todas as avaliações mensais (seis meses) a serem realizadas no período do Estágio Probatório.

$$MFCAP = \frac{1^a \text{ NCAP} + 2^a \text{ NCAP} + 3^a \text{ NCAP} + 4^a \text{ NCAP} + 5^a \text{ NCAP} + 6^a \text{ NCAP}}{6}$$

Caso alguma das notas mensais do conceito de aptidão profissional fosse inferior a 7,0 (sete), competiria à comissão de avaliação exercer rigoroso acompanhamento do Soldado de 2ª Classe, em especial quanto aos atributos que precisariam ser melhorados.

O Soldado de 2ª Classe que obtivesse como resultado de 2 (duas) avaliações nota inferior a 7,0 (sete), seria considerado INAPTO, devendo ser desligado do curso. Do mesmo modo, seria considerado aprovado (APTO) no estágio probatório o Soldado de 2ª Classe que, não incidindo nas causas de desligamento, atingisse média final de conceito de aptidão profissional (MFCAP) igual ou superior a 7,0 (sete).

O Comandante do EE ou NE homologaria os Conceitos de Aptidão Profissional, desligaria os Soldados de 2ª Classe considerados INAPTOS e

¹⁰⁶ Documento apresentado, nesta tese, sob a forma de anexo.

encaminharia ao Diretor de Ensino o Termo de Encerramento da 2ª Fase do CFSd (Estágio Probatório Operacional) para homologação.

O Subcomandante do EE ou NE divulgaria a presente norma aos Oficiais e Praças da Unidade a fim de que seus integrantes conhecessem os critérios e procedimentos adotados para a apuração do conceito de aptidão profissional do CFSd.

O Coordenador do CFSd divulgaria a presente Norma entre os Soldados de 2ª Classe, a fim de que os mesmos passassem a conhecer de que maneira suas atitudes e procedimentos poderiam influenciar na emissão de seus conceitos por ocasião da realização do Estágio Probatório Operacional.

Prescrições Gerais

O conceito emitido ao final do curso consta da Folha de Alterações Funcionais do Soldado de 2ª Classe. Na emissão do conceito, a avaliação qualitativa se expressa através de uma nota que obedece a seguinte escala de correspondência:

- 1) De zero (0) seis e nove (6,9) - INAPTO;
- 2) De sete (7,00) a dez (10,0) - APTO.

Os Oficiais designados para comporem a Comissão de Avaliação do CFSd receberiam a gratificação de ensino correspondente a 2 (duas) horas-aulas por semana de Estágio.

Durante o período do EPO, Comandantes, Chefes ou Diretores sob cuja subordinação direta encontrassem-se os Soldados de 2ª Classe deveriam encaminhar à Comissão de Avaliação do CFSd cópia de todos os documentos referentes às alterações disciplinares registradas, independente da solução dada para o caso. O Soldado de 2ª Classe, punido disciplinarmente pelo Regulamento Disciplinar, teria descontado em seu conceito os valores:

Quadro 08: Valores para desconto – faltas disciplinares

1. Leve	1,0
2. Média	2,0
3. Grave	3,0

Fonte: Plano de Curso de Formação de Policiais Militares/Soldados – Paraná - (turma 2010).

De posse dos materiais básicos que norteariam o Curso de Formação de Policiais Militares/Soldados, turma 2010, e tendo realizado um primeiro olhar, notadamente por meio da aproximação para com a Coordenação do Curso, resolvemos intensificar o processo de observação *in loco*.

Neste sentido, a partir do mês de agosto, buscamos desenvolver um olhar mais atento acerca da “rotina” disciplinar exercitada no cotidiano do Curso de Formação, pois, conforme apontamos no projeto que deu ensejo à presente tese¹⁰⁷, partimos do entendimento de que

A crise institucional vivenciada pelas polícias, diante do modelo de atuação até então adotado (no bojo da crise social mais ampla, esboçada pelo conceito de modernidade tardia), que apresenta problemas em termos de legitimação social, acaba sendo enfrentada e ou 'acomodada' no âmbito formativo das corporações através de um processo microfísico que absorve temporal e espacialmente os saberes/poderes que se colocam em disputa diante de um novo modelo de formação policial (Jacondino, 2009: 06-07).

Desse modo, nosso objetivo foi o de: “Analisar, a partir dos regimes disciplinares consolidados nos cursos de formação de policiais militares (praças), os saberes e as práticas que envolvem a profissionalização da segurança pública” (Idem: 08).

Os objetivos específicos foram, então, consolidados com o intuito de:

Verificar de que forma o uso da força policial, elemento tido como definidor da função policial (e alvo preferencial dos debates em torno da mudança do comportamento das polícias), é tratado nos cursos de formação. Compreender a questão da 'micropolitização' dos instrumentos disciplinares que se fazem presentes na formação policial, ou seja, o peso que a organização militar, hierárquica, exerce sobre o cotidiano dos cursos de formação. Observar os elementos (saberes) constitutivos das práticas disciplinares na sua relação com a construção das tecnologias do eu por parte dos futuros policiais (Idem: 08 – 09).

107 Apresentado perante banca examinadora na data de 23 de setembro de 2009.

Já nossas hipóteses de trabalho apontaram para os seguintes pontos:

Nos cursos de formação dos policiais militares a ênfase tem recaído sobre a força física e o corpo adestrado. Esta supervalorização da formação física (militar) denota uma perspectiva profissional orientada para o uso da violência, para a cultura da violência. Os demais aspectos trabalhados nos cursos de formação de policiais militares (notadamente os advindos, mais recentemente, da área das ciências humanas) são trabalhados de maneira formal, não sendo incorporados nas práticas operacionais nem na conduta profissional adotada (Idem: 09).

6.4.3 OS REGIMES DISCIPLINARES E OS CÓDIGOS DE CONDUTA

Dessa maneira, interessou-nos acompanhar o Curso de Formação de Soldados, turma 2010, a partir de elementos que, para além das disciplinas (matérias), horários e normas oficiais, que estariam transcorrendo e compondo a ação temporal formativa, consubstancializariam a moldura organizacional (o “espírito” por meio do qual aconteceriam as práticas/rotinas diárias estabelecidas).

A partir de então, visamos observar o andamento do Curso de modo a compreendermos a “lógica” imposta. Isto foi feito por meio do acompanhamento das rotinas instituídas, tanto no período da manhã como no período da tarde, em diferentes tempos/momentos e/ou dias da semana¹⁰⁸.

A observação, neste momento, voltou-se para a compreensão das atividades que emolduravam, perpassavam e/ou “permeavam” o transcorrer das disciplinas, uma vez que estas pareciam envoltas por um esquema disciplinar/militarizado; instituído muito provavelmente com o objetivo de gerir e/ou condicionar o comportamento dos alunos. Atuando, deste modo, enquanto um saber/fazer profissional específico, balizado por determinados valores e atitudes a serem partilhados.

Buscamos perceber mais detidamente a rotina performática adotada no

108 Cabe salientar que por sessenta e cinco vezes estivemos na 2ª Companhia da Polícia Militar da Cidade de Francisco Beltrão e ou nos lugares onde estivesse sendo ministradas atividades referentes ao Curso de Formação de Policiais Militares (soldados), turma 2010. Isto foi feito em dias alternados (da semana) e em horários diferenciados. Horários que envolviam o início das atividades e ou o fim das atividades (matutinas e vespertinas), desenvolvidas pelos alunos. Este acompanhamento *in loco*, juntamente com a análise dos documentos que nortearam o respectivo Curso, forneceu a base de nossa pesquisa.

Curso, ou seja, os mecanismos de controle do tempo, do espaço (com a respectiva manutenção da hierarquia policial militar, que porventura estivesse sendo desenvolvida) e do controle do corpo (dos gestos/movimentos e “atitudes comportamentais” a serem desenvolvidas, aprendidas, exercitadas).

Enfim, buscamos apreender a lógica do “movimento” que estaria envolvendo o “Curso de Formação de Soldados”. Nome, aliás, sugestivo! Visamos, assim, depreender desta observação qual efetivamente era o comportamento profissional esperado.

Ademais, objetivamos também verificar como as diversas disciplinas (matérias) trabalhadas no curso se apresentavam em diferentes tempos/momentos, a partir da conformação de elementos como a carga horária apresentada. Para isso, buscamos acompanhar (conforme a oportunidade nos fosse dada¹⁰⁹) o andamento das matérias que estivessem ocorrendo nos momentos em que estivéssemos na Companhia.

Aproveitamos esta oportunidade única para registrarmos, inclusive por meio de fotografias, a moldura disciplinar rotinizada no transcorrer das aulas; procurando compreender que elementos estariam perpassando as várias disciplinas (matérias) curriculares, independente da área a qual cada uma pertencesse¹¹⁰.

Entendemos que isto nos permitiria desenvolver¹¹¹ uma compreensão mais aproximada acerca dos valores e posturas prevaletentes no cotidiano policial militar, pelo menos no que concerne ao Curso de Formação que nos propusemos acompanhar no Brasil¹¹².

Foi o que fizemos a partir do início do mês de agosto, quando passamos a acompanhar, no período da manhã e da tarde, em horários e dias da semana alternados, as atividades desenvolvidas pelos alunos.

109 Na medida em que fomos conversando com os instrutores e fomos obtendo a permissão para acompanharmos o andamento de determinadas disciplinas (matérias), fomos fazendo.

110 Campo jurídico, campo operacional policial, etc.

111 Mesmo que a partir de um olhar pontual e de certo modo fragmentado; uma vez que não teríamos como acompanhar a totalidade das matérias ministradas nem estarmos presentes na totalidade do tempo transcorrido para disciplinas específicas. Até porque não nos propusemos acompanhar disciplinas/aulas específicas, mas a totalidade do “movimento” que envolveu o Curso (as rotinas diárias que performatizaram os diferentes tempos/momentos do Curso).

112 O caso Paraguai apresentou-se de maneira um pouco diferenciada, em termos da inserção no campo.

As observações realizadas no período matutino, notadamente as que foram feitas no início da manhã, ou seja, por volta das 07h15min, nos possibilitaram visualizar uma rotina encabeçada por dois grupos que se formavam e se colocavam a postos no pátio da 2ª Companhia (denominados Pelotões)¹¹³.

Cada grupo/pelotão mantinha uma organização a partir da orientação recebida, num primeiro momento, por um aluno que se mantinha destacado daquele (denominado “xerife de turma”). Os Xerifes de turma comandavam as ações dos respectivos Pelotões, proferindo palavras de ordem, tais como: “Primeiro/Segundo Pelotão, sentido!” A este comando os alunos juntavam a perna esquerda à direita, batendo as mãos espalmadas fortemente ao lado do corpo.

A seguir, proferiam a ordem: “Primeiro/Segundo Pelotão, cobrir!”. A este comando os alunos estendiam o braço esquerdo à frente, palma da mão voltada para baixo, dedos esticados e em direção ao ombro esquerdo do colega que se encontrava na coluna da frente.

Logo depois, pronunciavam outras ordens de comando: “Primeiro/Segundo Pelotão, direita volver!”, “esquerda, volver!”. A partir destes comandos, os alunos voltavam-se para as respectivas direções, batendo fortemente as mãos ao lado do corpo ao final do movimento (mãos que se mantinham abertas).

E mais: “Primeiro/Segundo Pelotão, descansar!”. A este comando os alunos separavam a perna esquerda da direita e colocavam as duas mãos para trás, uma sobre a outra. Estas orientações eram repetidas inúmeras vezes, a cada dia. Com raras exceções, através das quais os alunos apenas se organizavam por meio dos Pelotões e, em seguida, se dirigiam para as salas de aula.

Cada xerife de turma mantinha uma lista com os nomes dos alunos de seu respectivo Pelotão. Chamavam os colegas pelo nome, registrando presenças e faltas. Tinham a responsabilidade de passar informações acerca dos alunos para a Coordenação do Curso (faltas, com ou sem justificativas; problemas de saúde ou outros; bem como as reivindicações advindas daqueles).

Do mesmo modo, realizavam rotineiramente a “inspeção da tropa” (as “revistas”), ou seja, a prática de andar por entre os dois Pelotões, conversando com alguns alunos, questionando-os sobre determinados assuntos e/ou verificando se

113 O conjunto dos dois Pelotões era chamado de “tropa” e sua distribuição se dava da seguinte forma: Havia dois grupos, cada qual com trinta e cinco alunos, dispostos a partir da organização de quatro colunas de oito a nove alunos, cada.

todos estavam vestidos adequadamente, barbeados, com o devido corte de cabelo e/ou se a roupa estava arrumada (se não estava “suja ou amassada”).

Estas práticas atuavam como instrumentos para que fosse garantida a aquisição de uma postura “alinhada”, cadenciada. De certa forma, atuavam enquanto componentes de despersonalização identitária de cada aluno, assim como o uso de uniformes iguais, de crachás com os nomes de “guerra”. Elementos que sedimentaram por sobre as identidades até então construídas, outras (demarcada pelo peso da corporação policial militar).

Além dos xerifes de turma (que a cada semana eram substituídos por outro aluno, do respectivo Pelotão), havia um terceiro xerife (chamado de “xerife geral”¹¹⁴). Este se manteve o mesmo durante todo o Curso, proferindo, na maior parte do tempo a voz de comando. Quando assumia esta incumbência, os xerifes de turma entravam em forma nos respectivos Pelotões aos quais pertenciam.

O xerife geral se referia à tropa (os dois Pelotões) pela alcunha de CFSd/2010¹¹⁵. Utilizava termos, como: “CFSd, apresentar armas!”. A este comando, todos os alunos levavam a mão direita, espalmada, ao lado da cabeça.

“CFSd, sentido!”. A este comando juntavam uma perna à outra, batendo fortemente com as palmas das mãos no lado do corpo.

“CFSd, descansar!”. A este comando, os alunos retornavam a posição através da qual mantinham as pernas afastadas (sempre com um movimento da perna esquerda) e as mãos sobrepostas atrás do corpo.

“CFSd, cobrir!”. A este comando, os alunos esticavam o braço esquerdo, mão espalmada para frente (em direção ao ombro do colega que se encontrava na coluna da frente) ou para a esquerda (de modo a darem a distância necessária do colega que se encontrava na fila ao lado).

“CFSd, firme!”. Comando dado com o intuito de reforçar a “postura corporal desejada”. Neste sentido, uma série de recomendações era dada, tanto pelo xerife geral quanto pelos xerifes de turma e/ou pelos Coordenadores do Curso. Dentre outras afirmações, foi dito: “Pancadas com as mãos nas coxas na hora de

114 O xerife geral, diferente dos xerifes de turma, manteve-se sempre o mesmo. Ficamos sabendo que, em grande medida, pelo fato de este aluno ter realizado, no passado, um Curso de Oficial do Exército. Isto teria feito com que tivesse introjetado os hábitos e a disciplina militar que o Curso de formação de soldados buscava desenvolver nos alunos.

115 Curso de Formação de Soldados/ turma 2010.

realizarem sentido deve ser de forma enérgica! É preciso dar um algo a mais!”. “CFSD, pancada única no sentido! Energia na tomada do movimento!”. “Peito estufado!”. Ou ainda: “Está ruim! É preciso antecipar o movimento!”. “É preciso buscar a perfeição! Eficiência total! Entendido?” Essas questões eram respondidas pela “tropa” sempre de forma conjunta e em tom alto: “Sim, Senhor!”.

“CFSD, meia volta, volver!”. A este comando, alunos davam uma volta inteira (sentido norte/sul) pelo lado esquerdo.

“CSFD, oitava à direita!”. “Oitava à esquerda!”. A estes comandos, os alunos respondiam voltando-se para os respectivos lados (direita ou esquerda, ou sentido leste/oeste), mas não num movimento completo, e sim por meio de um movimento parcial (ficando posicionados entre norte/leste ou entre norte/oeste; terminando na posição “sentido”).

“CFSD, fora de forma!”. A este comando, os alunos respondiam batendo o pé esquerdo no chão, com força, dando um passo amplo; ao mesmo tempo em que estendiam o braço direito à frente do corpo.

Em determinados momentos, ao invés de ordenar para que a tropa e/ou os respectivos Pelotões saíssem, o xerife geral dizia: “CFSD, marchando acelerado!”. A este comando, o primeiro aluno de cada coluna (de cada Pelotão), ao sair gritava: “Primeiro!”. O último de cada coluna ao sair gritava: “Último!”. O último do Pelotão a sair gritava “Último dos últimos”.

Por vezes, enquanto alunos se encontravam no pátio realizando os exercícios recebiam a ordem de “Ordinário, marche!”. A este comando, efetuavam a tradicional marcha (conhecida por nós, civis, por meio do Exército).

Em seguida, ouviam: “Alto!”. A este comando, paravam, batendo as mãos fortemente ao lado do corpo.

Em outros momentos, um dos oficiais da Coordenação do Curso assumia o comando da “tropa”, após ter sido apresentado pelo xerife geral¹¹⁶. Em seguida, o Oficial se dirigia à tropa, proferindo as seguintes palavras: “Bom dia, Senhores?!”. A resposta dos dois Pelotões, que era dada em uníssono (vozes em volume alto e em postura corporal firme), era a seguinte: “Bom dia, Senhor!”.

Quando os alunos eram questionados sobre algo, por parte da

¹¹⁶ O protocolo utilizado para isto era o seguinte, por parte do Xerife geral. Este dizia: “Bom dia Sargento! Apresento CFSD, sem faltas!”. Quando algum aluno estava ausente eram apresentadas as justificativas das faltas.

Coordenação de Curso, levantavam a mão esquerda, punho cerrado, com postura corporal “firme” e respondiam em voz alta: “Sim, Senhor!” ou “Não, Senhor!”. Após responderem, retornavam à posição “descansar”.

Quando a tropa inteira era questionada sobre algo, esta se mantinha na posição de “sentido” e respondia afirmativamente ou negativamente (sempre em voz alta e postura corporal firme).

Enquanto o Oficial falava, todos os alunos permaneciam em posição de sentido. Sem se mexer!

Observamos que todos possuíam crachás posicionados no lado esquerdo do peito. Estes crachás identificavam cada aluno a partir da exposição do seu nome, que vinha precedido pela palavra “Soldado”¹¹⁷.

Todos os alunos vestiam-se da mesma forma¹¹⁸, ou seja, com bonés de cor cinza, jaquetas pretas (quando fazia frio), calças ou abrigos azuis, calçados pretos. O cabelo de todos os alunos/homens mantinha-se cortado de acordo com o modelo militar¹¹⁹ e a “barba” estava sempre aparada.

Confirmamos a informação que havíamos recebido anteriormente sobre o número de alunas/mulheres, que era de cinco. Desproporção que insistia em se manter desde há muito tempo nos cursos de formação de policiais militares, fruto da concepção usual que teima em se manter e que entende que a profissão deve ser “exercida por homens”, uma vez que seria caracterizada pelo uso da força física¹²⁰.

Quando algum aluno chegava depois das 07h15min, literalmente corria para ocupar seu respectivo lugar no Pelotão ao qual pertencia.

Durante o tempo em que faziam ordem unida (e isto se repetia todos os dias, antes e após as aulas), os alunos ouviam uma série de recomendações, de prescrições ético-comportamentais, tais como as que se relacionavam com o

117 Desde as primeiras observações no campo ficou explícita a influência que os componentes disciplinares advindos das forças armadas (do exército) exerciam naquele contexto, conformando as rotinas diárias diante das quais os alunos estavam sendo submetidos.

118 Esta forma de se vestir perdurou até a chegada dos uniformes. Dia 20 de outubro de 2010. Com exceção da farda Panamá (camiseta de cor bege e boné bege, com a insígnia da Polícia Militar) que receberam em agosto.

119 Obtive a informação que o corte de cabelo devia ser feito “à máquina” e no número um.

120 A turma do Curso de Formação de Soldados que ocorreu no ano de 2008 e que acompanhamos na condição de instrutor (na disciplina de defesa pessoal) tinha duas alunas; num universo de trinta e cinco alunos.

comportamento que a Coordenação de Curso esperava de policiais militares, na Polícia, e que eram geralmente repassadas, reforçadas pelo xerife geral: “A maioria é cidadão de bem. Mas é preciso podar os maus elementos. Aquele que tiver má índole aqui, vai ter também lá fora!”. Ou ainda: “É preciso ser leal à instituição. Entregar o mau elemento!”.

E mais: “Não vou deixar denegrir a imagem da polícia! É preciso zelar pela corporação! Por isso, deve entregar o sujeito de má índole!”.

Ademais, presenciamos certo dia, o seguinte dizer: “Mesmo com o frio, ninguém pode usar “cachecol””. E mais: “Todos estão de crachá?”.

Os Oficiais da Coordenação do Curso (mais especificamente o Sargento, auxiliar da Coordenação), por sua vez, também repetiam questões ligadas ao comportamento dos alunos, como os que se voltavam para a hierarquia: “O comando não pode ser quebrado! Um aluno tomou a liberdade de falar diretamente com o Tenente ¹²¹...”. “Passou por cima do Sargento!”¹²².

Mais de uma vez, nas conversas que travamos com os Oficiais da Coordenação do Curso (sempre muito solícitos) e/ou com outros Oficiais (instrutores de algumas das disciplinas), ouvimos referências sobre “a importância que a parte disciplinar/militar” tinha nos Cursos de Formação de Soldados (turma 2010).

Isto pode ser constatado de várias formas. Em um determinado dia, quando conversávamos com um dos Oficiais da Coordenação do Curso, na sala destinada à administração, dois alunos se apresentaram solicitando permissão para entrarem. O primeiro entregou o “mate” que havia feito para o Oficial. O segundo solicitou material (plásticos) para cobrir os crachás de identificação dos alunos.

121 Coordenador do curso de formação de soldados (CFSD, 2010).

122 Referindo-se a um aluno que teria se reportado diretamente ao Tenente (coordenador do Curso) e não ao Sargento, para solicitar ajuda para a compra de colchões (para os alunos poderem dormir na Companhia até conseguirem ir para pensões na cidade). Neste “incidente” o Sargento afirmou: “Você foi militar quatro anos e sabe que não se pode quebrar a cadeia de comando! Entendido?”. Ao que o aluno respondeu: “Sim, Senhor!”. O oficial afirmou, ainda: “A punição será severa!” E antes de se retirar do local advertiu a tropa da necessidade de os xerifes de turma acompanharem os alunos que precisassem conversar com os oficiais da Coordenação: “Senão vai ser anotado imediatamente!”. Referindo-se ao fato de que existia uma planilha com o nome de cada aluno, através da qual cada “falta disciplinar cometida” seria anotada (sendo retirados pontos do mesmo) que no futuro prejudicariam a este em termos de sua classificação no Concurso para Soldado.

Ao entrarem na sala disseram: “Permissão, Senhor?”. Em seguida, colocaram a mão direita ao lado da cabeça (dedos esticados) ao mesmo tempo em que juntaram as pernas. Somente depois deste gesto, e após a permissão do Oficial, é que falaram.

Quando saíram da sala, e isto somente após o oficial ter permitido, fizeram posição de “sentido”, batendo fortemente as mãos, espalmadas ao lado do corpo. Logo depois, deram meia volta, para o lado esquerdo, com um movimento da perna esquerda, um passo amplo, batendo fortemente o pé ao chão.

A questão da hierarquia era constantemente reforçada, por meio de frases como estas, proferidas pelo auxiliar da Coordenação do Curso (Sargento): “Os Senhores não são mais de si mesmos! Nem do pai nem da mãe! São da Polícia Militar do Paraná! Alguma pergunta?”. Ao que a tropa respondia de forma conjunta: “Não, Senhor!”. Ou ainda: “Problemas?”. Ao que todos respondiam: “Não, Senhor!”.

Em determinada ocasião, uma aluna foi questionada sobre algo (inaudível) e respondeu (também de forma inaudível). Foi chamada à frente dos dois Pelotões e “pagou 10 flexões”, que começaram a ser contadas do número zero. Enquanto realizava as flexões, o Oficial disse: “Não errem depois do almoço para não dar rebuliço no estômago!”.

Neste mesmo dia, nos deslocamos até a cozinha e conversamos com um aluno que estava fazendo o “mate” dos Oficiais da Coordenação do Curso de Formação de Soldados. Ele afirmou que antes da primeira semana de aula, que começou no dia cinco de julho, o primeiro Pelotão já se encontrava na Companhia.

Os alunos deste Pelotão ficaram realizando uma série de exercícios de “ordem unida” neste período. Além disso, teriam efetuado a limpeza da Companhia e se deslocado para Pato Branco, a fim de providenciarem a documentação pessoal.

Ao falar sobre a rotina disciplinar existente na Polícia Militar, o aluno afirmou que esta, apesar de ser “bem puxada na Polícia”, “é pior no Exército”. Isto porque, para ele, os Oficiais da Polícia Militar eram mais “humildes”, ou seja, não exigiam tanto nem mantinham um grau tão elevado de distanciamento dos alunos e/ou dos soldados que se encontram nos graus inferiores da hierarquia (tal como acontecia no Exército).

Perguntamos se precisavam fazer exercícios de “ordem unida” também nos dias em que estivesse chovendo, já que estes exercícios eram feitos sempre na rua,

no pátio da Companhia. Ele respondeu que nos dias de chuva perfilavam ao lado do setor de comunicação com a sociedade (COPOM) que ficava dentro da Companhia.

Ali recebiam as instruções do dia e se deslocavam para as salas de aula; sempre mantendo a unidade, ou seja, a formação em dois Pelotões, perfilada a partir da estruturação das colunas e fileiras.

O aluno ainda fez observações quanto ao fato de que, para ele, no Curso de formação de soldados os pontos mais focados eram os que se relacionavam ao “cuidado com o corpo”, a importância de os alunos aprenderem técnicas de “artes marciais”, de “tiro policial”, bem como aprenderem questões do campo jurídico (segundo ele, a base do trabalho policial).

Além das recomendações que se reportavam ao alinhamento, à hierarquia e que reforçavam a disciplina; houve falas, notadamente advindas do xerife geral, no sentido de encaminhar atividades a serem feitas pelos alunos, direcionadas para a limpeza da Companhia.

“Vai ser feita supervisão das faxinas, que começa depois das 18h00min ou 19h00min¹²³”. “É preciso limpar aquele cantinho que ninguém olha”.

Ou ainda: “O telhado do pavilhão tem uma vassoura, parece que uma bruxa passou por ali!”. “Tem que ficar um brinco, inclusive a grama, a calçada!”. “Fazer um pente fino nos detalhes!”.

E mais: “O Sargento vai cobrar o detalhe!”. “Hoje antes da meia noite, a gente não sai daqui!”. E indicou: “O Primeiro Batalhão dá conta da limpeza das instalações (salas de aula) e o segundo dá conta da limpeza do pátio e da grama”.

Em outra oportunidade, chegamos na Companhia às 18h00min. Os dois Pelotões encontravam-se em forma, no pátio, e o Oficial, Coordenador do Curso de Formação de Soldados, dava instruções. “A partir de hoje o Primeiro Pelotão limpa o pátio e o outro Pelotão limpa as dependências internas”.

Conversei com alguns alunos antes de estes começarem a “faxina”. Explicaram que até então esta era feita exclusivamente nas salas de aula. Além disso, cada aluno ficava responsável “pela limpeza de um vidro”. Agora, a limpeza passaria a “ser geral”, ou seja, em toda a Companhia.

¹²³ Cabe ressaltar que a limpeza das salas de aula era feita diariamente. Já a limpeza das dependências da Companhia era feita nos dias estabelecidos pela Coordenação do Curso. Sempre depois do término das aulas (18h00min) e dos subsequentes exercícios de ordem unida que eram realizados no período vespertino (e que iniciavam após as 18h00min e perduravam, por sua vez, pelo tempo que a Coordenação do Curso entendesse viável e ou suficiente).

Alguns alunos disseram que eram frequentes as inspeções da limpeza feita pelos alunos, por parte da Coordenação do Curso. Se o Comando não aprovasse o trabalho realizado, poderia reter alunos nos finais de semana (houve casos em que alunos ficaram “presos” nas dependências da Companhia nos finais de semana).

Conforme relato dos alunos, os colegas que ficavam “detidos” nos finais de semana permaneciam nas dependências da Companhia, sem poder sair. Ocupavam o tempo fazendo a limpeza desta e participando das escalas de trabalho (a feitura da “guarnição” da Companhia¹²⁴).

Estas escalas de trabalho funcionavam da seguinte forma: uma primeira dupla de alunos (escalada para este dia) permanecia em frente à entrada da Companhia das 21h00min até as 24h00min. A segunda dupla assumia das 24h00min até as 03h00min. A terceira dupla entre 03h00min e 06h00min.

Além disso, um aluno ficava responsável pelo atendimento das chamadas telefônicas efetuadas pela população (no centro de atendimento telefônico, chamado, conforme já informamos, de COPOM) das 18h00min às 23h30min.

Todos os alunos que participavam das escalas dormiam nos aposentos da própria Companhia.

De todo modo, esse trabalho não atrapalhava e/ou interrompia a feitura da guarnição que grupos de alunos, previamente escolhidos, faziam todas as noites.

Um aluno afirmou que dentre as disciplinas ministradas no Curso, as “mais importantes” eram as advindas do campo jurídico. Ao ser questionado do porquê de esta afirmação, ele respondeu que mesmo os instrutores que não estavam trabalhando diretamente com disciplinas da área jurídica estariam enfatizando o conhecimento jurídico como o fundamental, “que norteia” o trabalho policial.

As prescrições comportamentais eram, enquanto isto, repetidas à exaustão. Tal como mostra esta fala do xerife geral: “A coisa está ficando cada vez mais exigida! Semana passada um policial antigo foi punido por andar no pátio de forma desleixada. Ficou detido e perdeu o final de semana. Imaginem, então, o aluno mexer estando em forma?!”. “Que isto sirva de lição!”.

A disciplina era cobrada insistentemente, conforme demonstram estes exemplos retirados da fala do Oficial da Coordenação: “Bom dia, Senhores? Como

124 O trabalho feito por grupos de alunos, todas as noites, e que consistia na feitura da “guarnição” da entrada das dependências da Companhia. Este trabalho era feito sempre por meio de duplas de alunos, em seus respectivos turnos.

foi o final de semana?”. Ao que todos responderam juntos e em voz alta: “Muito bom Senhor!”.

Novamente o Oficial: “Estamos aqui há dois meses. Já deveriam estar sabendo fazer posições de ordem unida!”. “A partir de hoje os Senhores serão cobrados!”. “É uma batida única de mãos, todos juntos!”. “Isto aqui não é brincadeira! Vão ficar todos, todos, detidos à noite!”. E perguntou: “Algum problema? Ninguém com saudade da mamãe? Alguém com saudade do Sargento? Algum pedido de baixa?”. Diante dos questionamentos, os alunos responderam: “Não, Senhor!”.

Em seguida, o Oficial voltou a se pronunciar: “Enquanto instrutor não chegar, ordem unida!”. Neste dia, o segundo Pelotão ficou realizando ações, neste sentido, até as 08h20min (ou seja, por aproximadamente quarenta minutos), quando chegou o instrutor da disciplina de policiamento ostensivo, que trabalharia com eles naquela manhã.

Também podemos observar outro exemplo, retirado da fala do xerife geral: “Eu não me importo de ficar preso uns cinco finais de semana. Isto já aconteceu várias vezes. Mas que têm gente fazendo os movimentos de má vontade, isto têm!”.

E prosseguiu: “Já avisei minha esposa que posso ficar até dezembro sem vê-la. Coração de pedra!”. “Tem gente que não merece, mas vai acabar pagando também”. “Tem muita coisa que pode comprometer o final de semana”. Então, “se vai entrar em forma, entra correndo!”. E mais: “Se está em forma, não mexe!”. “O nível de cobrança está aumentando!”.

Ou ainda: “É preciso se ater aos detalhes na hora de fazer sentido!”. “Detalhes da mão em concha, senão na hora da batida na coxa não faz barulho!”. “Não é para enfeite!”.

Também dizia: “É preciso contar ao comando o que aconteceu na vida pessoal, no final de semana. Se houve algum problema com civil, cidadão. Isto mostra lealdade ao comando. Não se pode esconder nada do comando!”.

Abaixo constam fotos que ajudam a “visualizar” melhor o que expomos acima.

Figura 39: Primeiro Pelotão faz “sentido!”, enquanto Segundo Pelotão faz “cobrir!”



Fonte: Arquivo Pessoal (agosto de 2010)

Figura 40: Xerifes observando Pelotões



Fonte: Arquivo Pessoal (agosto de 2010)

Figura 41: Pelotões fazem “cobrir!”.



Fonte: Arquivo Pessoal (agosto de 2010)

Figura 42: Xerife geral faz a “inspeção” enquanto alunos permanecem na posição “descansar!”



Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figura 43: “Xerife Geral” apresenta a “tropa” a um Instrutor do Curso.



Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figura 44: Oficial da Coordenação do Curso faz a “inspeção de rotina” na “tropa”!



Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figura 45: Alunos “marchando”!

Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figura 46: Alunos fazem “apresentar armas”!

Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figuras 47 e 48: Alunos realizando “marchando acelerado”!

Fonte: Arquivo Pessoal (Setembro de 2010)

Figura 49: Oficial da Coordenação do Curso fazendo a “inspeção de rotina”!

Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Figura 50: Pelotões realizando exercícios de “ordem unida”!

Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Figura 51: Alunos sendo orientados pelos “Xerifes de Turma”, enquanto “Xerife Geral” observa.



Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Figura 52: Aluno “pagando flexões”!



Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Figura 53: Aluna respondendo pergunta do Oficial da Coordenação do Curso.



Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Figura 54: Instrutor conversando com alunos



Fonte: Arquivo Pessoal (agosto de 2010)

Figuras 55 e 56: Alunos preparando e realizando o exercício: “Marchando acelerado”!



Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Figura 57: Alunos recebendo orientações do “Xerife Geral” antes da aula de Educação Física



Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figura 58: Alunos fardados, realizando exercícios de “ordem unida”!



Fonte: Arquivo Pessoal (novembro de 2010)

Figura 59: Instrutor conversando com a “tropa”!



Fonte: Arquivo Pessoal (novembro de 2010)

As análises efetuadas *in loco* e que se voltaram para a rotina do Curso de Formação de Soldados foram complementadas pelo estudo de documentos que, por sua vez, pudessem compor um material que complementasse os dados até então colhidos.

Deste modo, foram analisados os seguintes materiais: O Regulamento Disciplinar do Exército (R-4), utilizado também pela Polícia Militar do Estado do Paraná (enquanto força subsidiária do Exército Brasileiro), de modo a regular o comportamento dos profissionais desta corporação; e o Sistema Disciplinar Especial (SDE), que estava vigorando desde 2009 no âmbito dos Cursos de Formação das polícias militares do Estado do Paraná.

Por intermédio destes documentos, constatamos que a Polícia Militar

Paranaense utilizava-se do mesmo documento feito para as forças armadas (notadamente para o Exército brasileiro) como forma de regular as ações dos seus profissionais¹²⁵.

Este documento, na Seção I, que tratou da Finalidade e do Âmbito de Aplicação, referendou as seguintes questões:

Art. 1o O Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) tem por finalidade especificar as transgressões disciplinares e estabelecer normas relativas a punições disciplinares, comportamento militar das praças, recursos e recompensas. Art. 2o Estão sujeitos a este Regulamento os militares do Exército na ativa, na reserva remunerada e os reformados (2002: 01).

A Seção II do mesmo documento, que tratou Dos Princípios Gerais do Regulamento, apontou para os seguintes itens:

§ 2o O subordinado é obrigado a todas as provas de respeito e deferência para com os seus superiores hierárquicos. Art. 5o Para efeito deste Regulamento, a palavra 'comandante', quando usada genericamente, engloba também os cargos de diretor e chefe. Art. 6o Para efeito deste Regulamento, deve-se, ainda, considerar: I - honra pessoal: sentimento de dignidade própria, como o apreço e o respeito de que é objeto ou se torna merecedor o militar, perante seus superiores, pares e subordinados; II - pundonor militar: dever de o militar pautar a sua conduta como a de um profissional correto. Exige dele, em qualquer ocasião, alto padrão de comportamento ético que refletirá no seu desempenho perante a Instituição a que serve e no grau de respeito que lhe é devido; e III - decore da classe: valor moral e social da Instituição. Ele representa o conceito social dos militares que a compõem e não subsiste sem esse (idem: 01).

Ainda na Seção II, são expostos os Princípios Gerais da Hierarquia e da Disciplina Militar:

Art. 7o A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, por postos e graduações. Parágrafo único. A ordenação dos postos e graduações se faz conforme preceitua o Estatuto dos Militares. Art. 8o A disciplina militar é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo militar. § 1o São

125 O Regime Disciplinar do Exército (RDE) foi incorporado pela Polícia Militar Paranaense no ano de 2002 (por conta de ser força subsidiária das forças armadas). O RDE foi criado por meio do Decreto Presidencial nº 4.346, de 26 de agosto.

manifestações essenciais de disciplina: I - a correção de atitudes; II - a obediência pronta às ordens dos superiores hierárquicos; III - a dedicação integral ao serviço; e IV - a colaboração espontânea para a disciplina coletiva e a eficiência das Forças Armadas. § 2º A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos permanentemente pelos militares na ativa e na inatividade. Art. 9º As ordens devem ser prontamente cumpridas (Idem: 02).

Já o Capítulo II, na parte que trata das Transgressões Disciplinares (na Seção I), apontou o seguinte:

Seção I - Da Conceituação e da Especificação. Art. 14. Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio ofensivo à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe. § 9º São equivalentes, para efeito deste Regulamento, as expressões transgressão disciplinar e transgressão militar (Idem: 03).

O Capítulo III, quando trata das punições disciplinares (também na Seção I), regulamentou:

Art. 23. A punição disciplinar objetiva a preservação da disciplina e deve ter em vista o benefício educativo ao punido e à coletividade a que ele pertence. Art. 24. Segundo a classificação resultante do julgamento da transgressão, as punições disciplinares a que estão sujeitos os militares são, em ordem de gravidade crescente: I - a advertência; II - o impedimento disciplinar; III - a repreensão; IV - a detenção disciplinar; V - a prisão disciplinar; e VI - o licenciamento e a exclusão a bem da disciplina. Parágrafo único. As punições disciplinares de detenção e prisão disciplinar não podem ultrapassar trinta dias e a de impedimento disciplinar, dez dias. Art. 25. Advertência é a forma mais branda de punir, consistindo em admoestação feita verbalmente ao transgressor, em caráter reservado ou ostensivo. Art. 26. Impedimento disciplinar é a obrigação de o transgressor não se afastar da OM, sem prejuízo de qualquer serviço que lhe competir dentro da unidade em que serve. Art. 27. Repreensão é a censura enérgica ao transgressor, feita por escrito e publicada em boletim interno. Art. 28. Detenção disciplinar é o cerceamento da liberdade do punido disciplinarmente, o qual deve permanecer no alojamento da subunidade a que pertencer ou em local que lhe for determinado pela autoridade que aplicar a punição disciplinar. Art. 29. Prisão disciplinar consiste na obrigação de o punido disciplinarmente permanecer em local próprio e designado para tal. Art. 32. Licenciamento e exclusão a bem da

disciplina consistem no afastamento, ex officio, do militar das fileiras do Exército, conforme prescrito no Estatuto dos Militares (Idem: 04 - 05).

Já o Capítulo IV, que trata do Comportamento Militar, instituiu, com as respectivas explicações e gradações, as seguintes questões:

Art. 51. O comportamento militar da praça abrange o seu procedimento civil e militar, sob o ponto de vista disciplinar. § 1º O comportamento militar da praça deve ser classificado em: I - excepcional; II - ótimo; III - bom; IV - insuficiente; V - mau (Idem: 09 - 10).

Todos estes itens, advindos das regulamentações disciplinares/comportamentais, que delimitam o cotidiano dos Policiais Militares, demonstram haver uma relação bastante forte entre atuação profissional e conduta ético-comportamental. Conduta esta que deve ser aprendida e/ou preservada, tanto na esfera pública como na privada; tanto do ponto de vista do exercício do ofício (militar) quanto do ponto de vista da vida pessoal e/ou dos comportamentos apresentados em público, por parte dos policiais.

Embora encontremos prescrições comportamentais em todas e quaisquer instituições, consolidadas como modo de estas instituições atingirem seus objetivos, nas forças armadas (e nas polícias Militares) há uma sobreposição de valores que parecem buscar não só garantir a “ordem” institucional/formal, mas também transformar a identidade do profissional a partir de parâmetros considerados fundamentais para a preservação da corporação e/ou da própria identidade funcional/institucional.

Este padrão comportamental rigoroso que atinge a conduta dos sujeitos (na maneira do “dar exemplo à sociedade”) tende a consolidar uma identidade profissional/pessoal que vai para além da aquisição de técnicas e/ou de habilidades meramente funcionais. Elas tendem a atingir um grau de sofisticação que perpassa a resignificação valorativa que os sujeitos a ela expostos adquirem diante das experiências e conhecimentos até então adquiridos.

Um exemplo deste processo é o que se liga a visão que os alunos dos Cursos de Formação de Polícias Militares/Soldados desenvolvem sobre o cuidado a

ser dispensado para com o próprio comportamento, e que passa pela higiene pessoal, pela postura altiva, pela conduta honrada, pelo destemor diante do perigo e até mesmo diante da morte (em nome de uma “causa maior”) e para com a “preservação” da sociedade. Isto a partir de uma relação “masculinizada”, ou seja, advinda de um “olhar” que toma para o sujeito, para si, a manutenção da ordem e da justiça.

Esta relação pode ser retratada por meio do que Pierre Bourdieu vai chamar de “inconsciente androcêntrico”, ou seja, a naturalização da história corporal referendada por meio da percepção construída a partir de distinções cosmológicas, que dicotomizam e constroem um sentido imediato da realidade.

Neste sentido,

Essa construção social das estruturas cognitivas que organizam os atos de construção do mundo e de seus poderes... Longe de ser um ato intelectual consciente, livre, deliberado de um “sujeito” isolado, é, ela própria, resultante de um poder, inscrito duradouramente no corpo dos dominados sob forma de esquemas de percepção e de disposições (a admirar, respeitar, amar, etc.) que o tornam sensível a certas manifestações simbólicas do poder (BOURDIEU, 2005: 52 - 53).

Este poder, no caso dos policiais militares, se liga a uma série de restrições comportamentais/disciplinares que buscam subjugar a conduta profissional diante de um código que, grosso modo, mais “penaliza” as ações daqueles do que as recompensa.

Isto pode ser verificado por meio Regulamento Disciplinar do Exército, uma vez que este, após deter-se longamente na parte que expõe uma série de medidas punitivas para ações consideradas indisciplinadas, estabelece apenas o seguinte, em termos de “motivação” e/ou recompensa diante das “boas ações praticadas”:

CAPÍTULO V - RECURSOS E RECOMPENSAS - Seção III - Das Recompensas - Art. 64. As recompensas constituem reconhecimento aos bons serviços prestados por militares. Parágrafo único. Além de outras previstas em leis e regulamentos especiais, são recompensas militares: I - o elogio e a referência elogiosa; e II - as dispensas do serviço (Idem: 13).

No caso dos Cursos de Formação de PMs, para além das regulamentações

disciplinares advindas do Exército, existem ainda prescrições comportamentais consolidadas por meio do Sistema Disciplinar Especial (SDE). Sistema criado¹²⁶ como forma de estabelecer normas para “apuração e responsabilização das alterações administrativas disciplinares” ocorridas nos “períodos de realização de Cursos de Formação, Especialização e Aperfeiçoamento de Militares Estaduais” (p. 1).

Este Sistema, portanto, nos pareceu ter sido criado como forma de regular de forma específica o cotidiano formativo dos Policiais Militares. Deste modo, no Capítulo I, que trata da Finalidade e do Âmbito de Aplicação, o documento expôs o seguinte:

Art. 3º Para os fins do Sistema Disciplina Especial (SDE) consideram-se Alterações Administrativas Disciplinares (AAD) além das normas internas os regimentos internos, normas gerais de ação, portarias e determinações: I - as transgressões disciplinares previstas no regulamento disciplinar aplicado na PMPR, quando cometidas no âmbito restritamente escolar, e sejam consideradas pela autoridade competente para a aplicação da sanção como de pequena repercussão; II – os atos contrários às normas internas dos Estabelecimentos de Ensino (EE) ou Núcleos de Ensino (NE), das quais deve ser dada ciência formal ao corpo discente. Art. 4º Estão sujeitos ao SDE os militares estaduais pertencentes ao corpo discente dos EE e dos NE, mesmo quando na condição de adidos (2009: 04).

Quanto às competências para o julgamento e a aplicação das Medidas Corretivas Escolares (MCE), constantes no Capítulo II do Documento (nos casos de Cursos de Formação com características semelhantes ao que deu ensejo à nossa pesquisa), ficaram assim estabelecidas: “Art. 5º São competentes para julgar as AAD e aplicar as Medidas Corretivas Escolares (MCE) previstas nesta Portaria: I – Os Comandantes de EE ou de NE, a todo o corpo discente” (Idem: 04 – 05).

Do ponto de vista das Medidas Corretivas Escolares (MCE) a serem aplicadas aos alunos, o capítulo III do Documento em tela apontou o seguinte:

Art. 6º São Medidas Corretivas Escolares (MCE) as sanções administrativas aplicadas com finalidade de corrigir de forma célere e específica as AAD detectadas no período escolar - formação, especialização ou aperfeiçoamento, dos militares estaduais,

¹²⁶ Divulgado por meio do Boletim Geral nº 049, de 16 de março de 2009; fls. 04 a 08.

conforme abaixo especificado: I – Trabalhos Didáticos (TD), os quais deverão: a) seguir a temática, quantidade de folhas e prazo de entrega definidos pela autoridade que aplicar esta MCE; b) ser escritos seguindo as normas didáticas fixadas nas disciplinas do curso em questão; c) a critério da autoridade competente para a aplicação da sanção, ser apresentados aos demais discentes. II – Escalas Especiais (EEsp), limitadas a quatro escalas por alteração constatada, aplicadas aos efetivos escolares - Corpo Discente, estejam esses em regime de internato ou não, seguindo os seguintes critérios: a) uma EEsp – cumprimento de missões com duração de até quatro horas; b) duas EEsp – cumprimento de missões com duração de até oito horas; c) três EEsp – cumprimento de missões com duração de até doze horas; d) quatro EEsp – cumprimento de missões com duração de até dezesseis horas. III – Licença Cassada (LC), dos finais de semana e feriados, a vigorar como MCE para efetivos que estejam em regime de internato, seguindo os seguintes critérios: 1.uma LC – proibição de ausentar-se do aquartelamento por doze horas, devendo cumprir missões definidas; b) duas LC – proibição de ausentar-se do aquartelamento por vinte e quatro horas devendo cumprir missões definidas; c) três LC – proibição de ausentar-se do aquartelamento por trinta e seis horas devendo cumprir missões definidas; d) quatro LC – proibição de ausentar-se do aquartelamento por quarenta e oito horas devendo cumprir missões definidas; e) cinco LC - proibição de ausentar-se do aquartelamento por sessenta horas devendo cumprir missões definidas; § 1o Considera-se regime de internato para fins de aplicação do SDE e das MCE, o aquartelamento – permanência, do militar estadual durante todo o período de seu curso, seja ele de formação, especialização ou aperfeiçoamento, nas dependências do EE ou do NE. § 2o As MCE, uma vez definidas, deverão constar da Nota de Aplicação de MCE (NA-MCE), a qual deverá especificar as missões a serem cumpridas e os horários fixados para o cumprimento na conformidade do anexo II: Art. 7º As EEsp e as LC não poderão causar prejuízo às atividades escolares e seu cumprimento se dará em atividades internas – missões, junto ao EE ou NE (Idem: 05).

Fica claro por meio do Documento apresentado que as atividades do Curso de Formação de Soldados (turma 2010) eram perpassadas por procedimentos disciplinares específicos. Estes, por sua vez, colocavam para a Coordenação deste curso a possibilidade de “punir” determinados comportamentos (tidos como inapropriados por parte de alunos e/ou grupos de alunos).

Estas punições dar-se-iam por meio da realização de determinados trabalhos (escolares), como também por meio da detenção de alunos (notadamente nos finais de semana), impedindo-os de se deslocarem para suas residências.

Estes mecanismos de controle do comportamento dos policiais podem melhor ser analisados por meio da obra de Michel Foucault (2004), notadamente

quando estabelece os princípios constitutivos da disciplina, efetivados, segundo ele, por meio do “adestramento dos corpos”, ou seja, mediante a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame.

Ao fazer isto, Foucault buscou mapear os procedimentos micropolíticos que atuam de modo a sujeitar o comportamento dos indivíduos. Nesse sentido, podemos afirmar que os códigos ético/profissionais/comportamentais que perpassam os Cursos de Formação de Soldados (bem como a própria constituição hierárquico/militar presente nos ambientes policiais militares), são elementos poderosos de constituição (legal, e, portanto legitimada) de exercício de controle das atitudes profissionais requeridas.

A vigilância hierárquica, que corresponde, segundo Foucault, a um sistema de poder que se exerce por sobre o corpo dos outros, “integrado por redes verticais de relações de controle, exercidas por dispositivos/observatórios que obrigam pelo olhar, pelos quais técnicas de ver, operantes sobre a completa visibilidade dos submetidos, produzem efeitos de poder”, se articula, em grande medida, nos Cursos de Formação de Soldados por meio do olhar hierárquico/militar que institui uma cadeia de comando (punindo as ações que destoam do permitido e/ou do esperado).

Os códigos disciplinares/comportamentais, neste sentido, atuam enquanto instrumentos legais que permitem sedimentar, nos ambientes formativos dos policiais, uma vigilância constante. Esta se dá por meio de prescrições ético/atitudinais que conformam o perfil profissional desejado.

Desse modo, tanto o controle/acompanhamento diuturno que se faz dos alunos, que precisam ficar por meses a fio nas dependências da “caserna”; não só nos dias “úteis” da semana, mas, em alguns casos, também nos finais de semana, quanto a vigilância feita pelo comando militar (sedimentada pela Coordenação do Curso de Formação), através da qual policiais antigos “acompanham” as ações dos alunos (notadamente aquela realizada nos finais de semana e/ou quando estes saem para fora dos muros da “caserna”), conformam esquemas poderosos de delimitação de perfis profissionais/comportamentais.

Já a sanção normalizadora, que ainda, conforme Foucault atuaria enquanto um “sistema duplo de recompensa/promoção e de punição/degradação, instituído para corrigir e reduzir os desvios, especialmente mediante micro-penalidades baseadas no tempo (atrasos, ausências), na atividade (desatenção, negligência) e em maneiras de ser (grosseria, desobediência)”, e fundamentadas em Leis e/ou em

regulamentos “em que a identidade de modelos determina a identificação dos sujeitos” atua, nos Cursos de Formação de Soldados justamente por meio dos códigos disciplinares que instituem (juridicamente) as ações desejadas e/ou requeridas.

Notamos, porém, que, no caso das polícias militares, as formas de “punição/degradação” se sobrepõem às de “recompensa/promoção”. Este modelo acaba por gerar uma conformação profissional baseada mais no medo de errar e/ou na dependência do “mando” do que na confiança nas próprias habilidades e/ou na iniciativa diante das situações encontradas no ambiente de trabalho.

Várias prescrições acerca do comportamento dos alunos, efetivadas pela Coordenação do Curso e pelos instrutores que com eles trabalharam, e que acompanhamos durante a realização do Curso de Formação, mostraram que as micropenalidades perpassavam o tempo todo a vida/atividade daqueles, seja por meio de micropenalidades relacionadas ao tempo (os atrasos, a incapacidade de agir de acordo com o precedente que impõe para o policial a sujeição total à Corporação; as ausências frequentes e/ou não justificadas e a má postura durante a realização das atividades); as atividades (não respeitar a hierarquia e/ou não saber se conduzir como deve; ser negligente com o próprio corpo, com a roupa que usa e ou com o local de estudos/trabalho; conduzir com imperícia os instrumentos de trabalho policial – notadamente a arma de fogo); ou as maneiras de ser (ser desobediente e ou desrespeitoso; ser permissivo com atitudes que descaracterizam o perfil profissional/policial desejado, embasado numa postura ativa e ordeira).

Por fim, o exame, que, para Foucault representaria “a conjugação de técnicas de hierarquia/vigilância com técnicas de normalização/sanção”, por meio das quais “relações de poder criam o saber e constituem o indivíduo como efeito e objeto de relações de poder e de saber”, perpassava o Curso de Formação de Soldados por meio da conjugação entre o “olhar” hierárquico/militar (com o respectivo efeito de controlar cada passo dado pelo aluno) o processo de punição e/ou de correção de hábitos (com o respectivo controle sobre os esforços e atitudes dos alunos) e as respectivas disciplinas (matérias) do Curso (que mantinham um peso maior direcionado para a atuação técnico-operacional, em detrimento de um olhar mais crítico).

Todo este processo microfísico atuaria a fim de normatizar um comportamento profissional esperado. Comportamento baseado, assim o

entendemos, na prescrição atitudinal que ainda vê a tarefa policial enquanto aquela voltada, prioritariamente, para o uso da força, com a respectiva preparação que precisa ser feita, tanto do ponto de vista físico quanto do psicológico, para o cumprimento desta tarefa.

6.4.4 OS SABERES/PODERES

Ainda, com o intuito de melhor compreender as características que o Curso de Formação de Soldados adotava em termos de um modelo de atuação profissional, bem como verificar quais seriam as áreas de saber/poder¹²⁷ que estariam sendo conformadas a partir do conjunto das diversas disciplinas (matérias) trabalhadas no mesmo, buscamos ter acesso às Ementas e aos objetivos.

As disciplinas que compuseram o Curso que acompanhamos no estado do Paraná, no ano de 2010, foram elencadas da seguinte forma: Deontologia Policial Militar¹²⁸ (15 H), Direitos Humanos e Cidadania¹²⁹ (15 H), Polícia Comunitária¹³⁰ (40 H), Conhecimentos Gerais sobre Drogas¹³¹ (15 H) e Português Instrumental¹³² (15

127 Entendendo-se a relação saber/poder a partir das contribuições que Michel Foucault desenvolvera, ou seja, a partir da constatação de que os saberes (que não devem ser confundidos com os conhecimentos, dotados de uma conformação que os relacionaria com a verdade imparcial) seriam àquelas formas de saber que se debruçariam por sobre o comportamento dos sujeitos sociais; buscando justamente "afetá-los" em sua conduta. Saberes, portanto, que norteariam formas de sujeição dos comportamentos, baseados na construção do que também Foucault chamou de "jogos de verdade", ou seja, as tentativas de justificar os pontos de vista defendidos como sendo condizentes com a universalidade e ou a verdade fenomênica analisada.

128 Objetivos : Reconhecer os fundamentos éticos da Instituição Policial-Militar. Desenvolver atitudes, nas ações e operações policiais-militares, que estejam em consonância com os valores e deveres éticos e orientadas na promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania. Fortalecer o conceito moral e a credibilidade da Corporação junto à sociedade.

129 Objetivos: Conhecer o significado da cidadania, possibilitando a internalização de valores e de comportamentos, colocando a relação policial-cidadão numa situação de mútua compreensão, na busca de soluções amistosas frente a conflitos. Despertar o valor do ser humano, simbolizado no policial masculino e feminino, como componente fundamental e insubstituível da Corporação. Desenvolver o espírito da polícia cidadã, voltada essencialmente para a defesa da pessoa humana e dos seus direitos. Aprimorar as relações entre o policial e o cidadão, promovendo a expectativa de uma polícia sempre presente e pronta para atender em qualquer circunstância, tempo e lugar.

130 Objetivos: Conhecer os fundamentos doutrinários de polícia Comunitária. Saber da importância do controle da discricionariedade policial e envolvimento da PMPR na sociedade. Reconhecer a Polícia Comunitária como proativa e as formas como a PMPR programa o policiamento comunitário. Saber atuar como um policial comunitário.

131 Objetivos: Capacitar o Policial Militar a diferenciar substâncias entorpecentes e exercer seu "poder de polícia" neste tocante, conhecendo a Legislação pertinente. Proporcionar uma visão moderna sobre como pode agir para combater o tráfico e o uso de drogas ilícitas.

H), as quais compreenderam a área chamada de fundamental,¹³³ totalizando 100 h.

Já as disciplinas de Armamento¹³⁴ (40 H), Tiro Policial¹³⁵ (60 H), Táticas para Confrontos Armados¹³⁶ (40 H), Defesa Pessoal¹³⁷ (40 H), Pronto Socorrismo¹³⁸ (25 H), Noções de Direito Civil, Administrativo e Constitucional¹³⁹ (30 H), Direito Penal¹⁴⁰

132 Objetivos: Produzir textos, relatórios e boletins de ocorrências dentro do padrão culto da Língua Portuguesa. Falar e escrever a Língua Portuguesa conforme as normas estabelecidas.

133 Com exceção da disciplina de Polícia Comunitária, que inicialmente estava programada para ter 20 H mas passou para 40 H, as demais disciplinas desta área estavam programadas para terem 20 H cada. No entanto, passaram para 15 h. Esta área nos pareceu apresentar uma relação mais estreita, do ponto de vista teórico, com a questão da formatação de um modelo de policiamento a ser adotado no Estado do Paraná. Possibilitando espaços de discussão acerca dos rumos profissionais da polícia militar no contexto contemporâneo. No entanto, o que nossas observações de campo demonstraram foi que esta possibilidade teórica acabou subsumida diante de todo o contexto que absorveu o Curso de Formação de Soldados, com o seu regime disciplinar hierarquizado, com a manutenção da proposta de policiamento ostensivo, com a supremacia dada às áreas técnico-operacionais e a respectiva valorização do uso da força e da “destreza” corpóreo-operacional diante de possíveis resistências, impetradas por elementos contrários à manutenção da lei e da ordem social.

134 1. Objetivos: Conhecer o armamento e munição orgânicos da PMPR. Descrever suas características básicas. Compreender os princípios de funcionamento do armamento orgânico da Corporação. Manejar corretamente o armamento orgânico. Executar a manutenção do armamento utilizado em serviço.

135 O Plano desta Disciplina não apresentou os objetivos da mesma, mas os conteúdos programáticos relacionaram-se com os seguintes pontos: Instrução preparatória do atirador. Tiro básico com revólver. Tiro básico com pistola. Tiro de combate com pistola. Tiro de combate com armas portáteis, tais como a espingarda calibre 12.

136 Objetivos: Compreender os procedimentos táticos a serem aplicados em situações de confrontos armados. Compreender os efeitos psicofísicos decorrentes das situações de alto risco. Conhecer os traumas pós-confrontos (físicos, psíquicos, sociais e econômicos).

137 . Objetivos: Estimular o policial-militar a reconhecer e avaliar a situação de perigo iminente, e assim a escolher a tática defensiva adequada e aplicar a técnica apropriada com o nível de força necessária. Suprir o policial-militar com uma variedade de técnicas para defender e reter sua arma de fogo (armas curtas e armas longas) no caso da tentativa de ser desarmado (Sistema Lindel de Retenção de Armas). Encorajar o policial-militar a aplicar armas e táticas defensivas alternativas ao uso de força letal. Desenvolver as habilidades e autoconfiança necessárias para a defesa própria e de outros com técnicas eficazes e especialmente desenvolvidas para o serviço policial. Fornecer ao policial-militar um programa completo de treinamento defensivo.

138 Objetivos: Dominar as técnicas fundamentais de primeiros socorros. Desenvolver atividades simuladas para que o aluno automatize os procedimentos de salvamento. Incentivar o interesse pelo conhecimento das atividades de socorro.

139 Objetivos: Compreender o Direito Constitucional, dentro de um enfoque global. Conhecer os aspectos basilares da Teoria Geral do Estado. Interpretar os institutos jurídicos constitucionais aliando à necessidade de aplicar tais conhecimentos à atividade-fim. Conhecer os aspectos primordiais do Direito Civil. Interpretar os princípios doutrinários adotados pela Legislação Civil. Conhecer os diferentes aspectos técnico-jurídicos, relacionando-os com as necessidades de aplicá-los na atividade-fim. Interpretar os princípios doutrinários, a estrutura e a organização da Administração Pública brasileira, sob a ótica do Direito Administrativo. Internalizar a influência do Direito Administrativo na administração pública. Interpretar os princípios doutrinários

(30 H), Direito Penal Militar¹⁴¹ (30 H), Direito Processual Penal e Processual Penal Militar¹⁴² (20 H), Legislação Policial Militar¹⁴³ (30 H), Legislação Especial¹⁴⁴ (25 H), Educação Física Militar¹⁴⁵ (80 H), Primeira Intervenção em Crises¹⁴⁶ (20 H), Direção Defensiva¹⁴⁷ (15 H), Identificação H eicular¹⁴⁸ (15 H), Procedimentos em Ocorrências

do Direito Administrativo, relacionando-os com a necessidade de sua permanente aplicação na atividade policial-militar.

140 Objetivo: Conhecer os aspectos técnico-jurídicos, objetivando facilitar o entendimento e o significado dos tipos penais em espécie. Citar os tipos contravençionais em espécie, interpretando-os à luz da doutrina e da jurisprudência. Compreender os procedimentos jurídico-penais que deverão ser adotados em situações decorrentes de ações e ou operações policiais-militares. Interpretar os diferentes tipos penais, mencionando as suas peculiaridades, similitudes e diferenças. Demonstrar os diferentes aspectos técnico-jurídicos existentes na Parte Especial e na Legislação extravagante, relacionando-os com as necessidades de aplicá-los à atividade-fim. Distinguir os procedimentos legais que deverão ser adotados em ações e/ou operações policiais-militares, em situações que ocorram um delito.

141 Objetivos: Interpretar os princípios doutrinários adotados pela legislação Penal Militar - Parte Geral e Parte Especial. Conhecer os aspectos técnico-jurídicos, objetivando facilitar o entendimento e o significado dos tipos penais em espécie. Internalizar os tipos penais em espécie, interpretando-os à luz da doutrina e jurisprudência. Compreender os procedimentos jurídico-penais que deverão ser adotados em situações decorrentes de ações e ou operações policiais-militares.

142 Objetivos: Empregar os princípios doutrinários preconizados pela legislação Processual Penal Militar. Conhecer os aspectos técnico-jurídicos processuais, objetivando facilitar o entendimento e os seus significados. Compreender os procedimentos processuais que deverão ser adotados em situações decorrentes de ações e/ou operações policiais militares. Desempenhar as funções de escrivão em um inquérito policial militar e em autos de prisão em flagrante delito.

143 Objetivos: Conhecer a Legislação Federal e Estadual destinada à Polícia Militar do Paraná. Interpretar os aspectos fundamentais da Legislação Policial-Militar. Conhecer os aspectos legais existentes, relacionando-os com as necessidades do dia-a-dia. Compreender os procedimentos legais e/ou regulamentares que deverão ser adotados nas situações decorrentes de ações e ou operações policiais-militares.

144 Objetivos: Dar o conhecimento mínimo e indispensável ao policial-militar da legislação especial que deve se constituir num dos parâmetros para o seu comportamento no exercício profissional. Transmitir conhecimentos essenciais sobre juizados especiais criminais, uso e porte de armas de fogo, contra a criança e o adolescente, sobre tóxicos e entorpecentes, sobre abuso de autoridade, as contravenções penais, estatuto do idoso, etc.

145 Objetivos: Aprimorar e manter o vigor físico necessário ao desempenho das atividades policiais militares. Entender a necessidade da educação física para o aprimoramento do condicionamento físico e obtenção de saúde. Desenvolver a resistência muscular localizada, através de exercícios aeróbicos e anaeróbicos. Desenvolver a capacidade física, através de trabalhos cardiovasculares, cardiorespiratórios e neuromusculares.

146 Objetivos: Proporcionar uma visão moderna da doutrina de Primeira Intervenção em Crises tendo por base os conhecimentos de Gerenciamento de Crises. Capacitar o discente para agir tecnicamente quando se deparar com uma ocorrência crítica.

147 Objetivos: Dar o conhecimento mínimo e indispensável aos alunos sobre a disciplina, devendo-se constituir num dos parâmetros para o seu comportamento no exercício profissional. Qualificar o aluno, criando e desenvolvendo características imprescindíveis ao desempenho na função de Auxiliar de fiscalização. Estimular a pesquisa e o espírito de corpo, o amor à carreira e a profissionalização, fornecendo os conhecimentos técnicos peculiares às suas atividades.

mais Frequentes¹⁴⁹ (20 H), Relações Públicas¹⁵⁰ (10 H), Etiqueta Social¹⁵¹ (10 H), Informática e Redação de Documentos Oficiais¹⁵² (20 H), Telecomunicações¹⁵³ (15 H), Técnicas de Informações e Inteligência da PM¹⁵⁴ (15 h), Boletim do Ocorrência Unificado – BOU¹⁵⁵ (20 H), Ordem Unida¹⁵⁶ (40 H), Prevenção e Combate a Incêndios¹⁵⁷ (20 H), Defesa Civil¹⁵⁸ (10 H), História da PM/PR¹⁵⁹ (15 H), Policiamento

148 Objetivos: Compreender a importância e as informações contidas no número de identificação veicular. Analisar a legislação pertinente à identificação veicular e documental. Utilizar técnicas que possibilitem a identificação veicular e documental. Reconhecer que as técnicas e os procedimentos utilizados na identificação veicular e documental auxiliam na prevenção e repressão dos crimes relacionados à adulteração, roubo e furto de veículos.

149 Não conseguimos o Plano de Ensino desta disciplina.

150 Objetivos: Compreender a função social da imprensa. Compreender a Comunicação Social como fator preponderante na PMPR. Empregar corretamente as técnicas de expressão oral.

151 Objetivos: Aplicar as regras e normas fundamentais do bom convívio social. Conhecer as regras básicas do cerimonial civil e militar.

152 Objetivos: Conhecer o emprego da informática no âmbito da PMPR. Compreender os conceitos básicos sobre processamento de dados. Conhecer as vantagens e restrições ao emprego dos microcomputadores. Empregar o sistema operacional MS-WINDOWS. Conhecer e trabalhar no ambiente windows. Trabalhar com aplicativo editor de textos Word 7.0.

153 Objetivos: Conhecer o sistema de comunicações da OPM. Explorar os meios de comunicações em uso na OPM. Executar a manutenção de primeiro escalão nos equipamentos de comunicações.

154 Objetivos: Conhecer as características e missões da atividade de inteligência dentro da PMPR. Aplicar a metodologia para a produção do conhecimento, em todas as suas fases, identificando as técnicas no ramo de informação. Aplicar as técnicas de salvaguarda do conhecimento do ramo contra-informação. Reconhecer a importância da atividade de inteligência.

155 Objetivos: Dar o conhecimento mínimo e indispensável aos alunos sobre a disciplina, devendo-se constituir num dos parâmetros para o seu comportamento no exercício profissional. Qualificar o aluno para a correta utilização do Boletim de Ocorrência Unificado – BOU e Alerta de Veículo.

Qualificar o aluno, criando e desenvolvendo características imprescindíveis ao desempenho na função de Fiscalização. Estimular a pesquisa e o espírito de corpo, o amor à carreira e a profissionalização, fornecendo os conhecimentos técnicos peculiares às suas atividades.

156 (Grifo nosso) **Objetivos: Adquirir destreza e reflexos de disciplina. Desenvolver o sentimento de coesão e os reflexos de obediência que são fatores preponderantes na formação do soldado. Compreender a execução dos movimentos básicos de ordem unida, com correção, energia e marcialidade .**

157 Objetivos: Conhecer a teoria básica do fogo. Aplicar adequadamente os métodos de extinção de incêndios. Avaliar corretamente os sistemas de prevenção de incêndios.

158 Objetivos: Conhecer o sistema de defesa civil. Desenvolver atividades de defesa civil em suas diversas fases. Saber identificar as calamidades. Saber identificar produtos perigosos e medidas em caso de acidentes. Internalizar os procedimentos preliminares em caso de risco. Conhecer o formulário NOPRED.

Ostensivo Geral¹⁶⁰ (25 H), Policiamento em Eventos Especiais¹⁶¹ (20 H), Policiamento de Guarda e Escoltas¹⁶² (20 H), Policiamento Ambiental¹⁶³ (20 H), Policiamento de Trânsito Urbano e Rodoviário¹⁶⁴ (30 H), Técnicas de Abordagem¹⁶⁵ (50 H) e Operações Policiais Especiais¹⁶⁶ (30 H), compreenderam a área chamada de profissional, totalizando 890 h¹⁶⁷.

Esta área, que concentrou a maior parte das disciplinas e da carga horária do Curso se subdividiu da seguinte forma:

1º) Disciplinas do campo jurídico (Noções de Direito Civil, Administrativo e Constitucional, Direito Penal, Direito Penal Militar, Direito Processual Penal e Penal

159 Objetivos: Conhecer a evolução histórica da PMPR e sua participação no desenvolvimento do Estado. Reconhecer a importância da PMPR para a sociedade paranaense. Desenvolver o sentimento de amor à Corporação e o respeito às suas tradições.

160 (Grifo nosso) **Objetivos: Analisar a base de emprego da Polícia Militar, com relação a sua missão constitucional de preservação da ordem pública. Realizar ações policiais militares com base nos fundamentos legais e técnicos pertinentes, nas diversas situações que requer o engajamento da Polícia Militar. Identificar os documentos existentes na corporação relacionados a atuação operacional. Aplicar os procedimentos táticos e técnicos na execução do policiamento motorizado.**

161 Objetivos: Conhecer os diferentes aspectos técnicos dos Eventos Especiais. Compreender os procedimentos legais que deverão ser adotados nas diferentes situações de policiamento em eventos especiais, nas ações e operações policiais militares, desenvolvidas pela Corporação.

162 Objetivos: Conhecer as técnicas do Policiamento de Guarda e Escoltas e Segurança Física de Instalações e Dignitários. Empregar as técnicas e conhecimentos doutrinários do Policiamento de Guarda e Escoltas e Segurança Física de Instalações e Dignitários. Executar os serviços inerentes ao Policiamento de Guarda e Escoltas e Segurança Física de Instalações e Dignitários.

163 Objetivos: Conhecer a legislação federal e estadual relativa ao direito ambiental. Compreender o Poder de Polícia no policiamento ambiental.

164 Objetivos: Conhecer a legislação de trânsito. Executar as técnicas e táticas do policiamento de trânsito urbano. Executar as técnicas e táticas do policiamento de trânsito rodoviário.

165 (grifo nosso) **Objetivos: Internalizar conceitos e práticas das Técnicas de Abordagem.**

166 Objetivos: Analisar, avaliar e aplicar procedimentos policiais para a correta solução. Desempenhar função de comando de fração de tropa no emprego em ações eminentemente repressivas, pela detenção da técnica e capacidade de improvisar.

167 A desproporção de carga horária (bem como de disciplinas) que compunham esta área (se comparada à área fundamental) explicitou o fato de haver uma sobrevalorização dos aspectos operacionais, entendidos como àqueles que seriam capazes de sedimentar o papel profissional do policial militar. Papel este centrado, em grande medida, no uso da força e na consolidação de recursos físico-instrumentais; bem como no caráter efetivamente militarizado, direcionado ao enfrentamento das situações adversas à manutenção da ordem social.

Militar, Legislação Policial Militar e Legislação Especial), com 165 H.

2º) Disciplinas técnico-operacionais (Armamento, Tiro Policial, Táticas para Confrontos Armados, Defesa Pessoal, Pronto Socorrismo, Educação Física Militar, Primeira Intervenção em Crises, Direção Defensiva, Identificação Veicular, Procedimentos em Ocorrências mais Frequentes, Boletim de Ocorrência Unificado – BOU, Ordem Unida, Prevenção e Combate a Incêndios, Defesa Civil, Policiamento Ostensivo Geral, Policiamento em Eventos Especiais, Policiamento de Guarda e Escoltas, Policiamento Ambiental, Policiamento de Trânsito Urbano e Rodoviário, Técnicas de Abordagem e Operações Policiais Especiais, Relações Públicas, Etiqueta Social, Informática e Redação de Documentos Oficiais, Telecomunicações, Técnicas de Informações e Inteligência da PM), com 710 H.

Foi possível encontrar aqui uma conformação estrutural (por meio das disciplinas trabalhadas no Curso) que parecia confirmar as hipóteses de trabalho que deram ensejo à presente Tese. Dentre elas as que apontavam haver nos Cursos de Formação de policiais militares elementos que, advindos dos saberes do campo jurídico (propensos a sujeitar a atuação policial dentro dos cânones da soberania do Estado), bem como do campo técnico-operacional policial/militar (que enxerga a defesa da ordem social por meio da ação voltada para o confronto) manter-se-iam enquanto recursos poderosos e instrumentalizadores de um ser/fazer profissional que não estaria acompanhando, na velocidade esperada, os processos sócio-históricos embasados na democracia político/institucional forjada por meio do Estado Democrático de Direito.

Isto serviria para que se mantivesse um modelo de policiamento ostensivo que pouco estaria avançando, em termos da formação de seus quadros, no sentido da adoção de um policiamento comunitário.

Se analisarmos as disciplinas de “Técnicas de Informações e Inteligência da PM” e de “Procedimentos em Ocorrências mais Frequentes” trabalhadas no Curso, relacionando-as com as demais, veremos que a formação do policial, no sentido de uma atuação profissional que se baseie mais na utilização da inteligência e da competência técnica do que da utilização da força física, tem evoluído de forma gradual (e lenta).

Além disso, se levarmos em conta o universo de disciplinas oferecidas no Curso, como também a carga horária de cada uma, verificaremos que efetivamente há uma gama complexa de conhecimentos que envolvem a tarefa policial-militar.

Complexidade esta que não é apreendida pelos alunos, uma vez que não é possível que sejam aprofundadas (na medida desejada), as temáticas propostas pelas disciplinas num período de tempo tão escasso.

De todo modo, é possível afirmar que a perspectiva profissional que acaba prevalecendo se caracteriza, grosso modo, mais pela busca da capacitação física (destreza, resistência, força e agilidade corporal; bem como pelo manejo das técnicas que instrumentalizem o profissional policial na hora dos confrontos), do que pela apreensão mais profunda dos conhecimentos teóricos que subjazem à profissão.

Cabe aqui ressaltar uma análise produzida por autores como Tavares dos Santos, que afirmam que não é possível negar os avanços dos últimos anos no que toca ao tema da formação dos policiais brasileiros. Entretanto, tais avanços estariam sendo subsumidos, no caso da formação de policias militares, diante de práticas institucionais que mantêm padrões disciplinares que emperram a profissionalização das polícias em bases sócio-políticas democráticas.

Este embate e/ou limite perpassa os corpos dos policiais, os quais têm sido, sistematicamente, atravessados por disciplinas institucionalizadas que conformam o perfil profissional que tem sido consolidado por intermédio dos Cursos de Formação.

Dando prosseguimento a nossas análises, mais especificamente aquelas direcionadas a entender a dinâmica curricular posta para o Curso de Formação de Soldados que acompanhamos no Paraná, buscamos entrevistar alguns instrutores do Curso.

Isto nos permitiu, assim, compreender outros aspectos relacionados com a formação dos policiais militares, tais como os que se relacionavam com a falta de um corpo docente profissional (ou seja, que trabalhe apenas no ensino). Realidade ainda presente e que faz com que alguns policiais (notadamente os Oficiais) atuem enquanto instrutores, ao mesmo tempo em que mantêm suas funções operacionais rotineiras.

Do mesmo modo, a polícia militar de países como o Brasil preservam a prática de manter seus Cursos de Formação de Soldados atrelados às dependências físicas das Corporações (Batalhões e ou Companhias); utilizando-se de mão-de-obra eminentemente militar para ministrar as disciplinas aos alunos.

Esta conformação parece apontar também para uma realidade muito específica, no que se refere ao trato com o conhecimento, e que perpassa as

instituições policiais militares. Realidade que tende a perpetuar o saber prático/operacional como aquele que, efetivamente, forneceria o instrumental necessário à boa formação de um policial.

Deste modo, o saber policial se constitui enquanto um saber que, para além do campo jurídico e do campo que se volta aos direitos humanos e/ou para a humanização das práticas policiais, privilegia o fazer operacional (constituído por meio de um saber acumulado e legitimado pela corporação policial militar) como o mais importante.

Por meio das entrevistas buscamos perpassar por estas questões.

Deste modo, conforme obtivemos a permissão da Coordenação do Curso para conversar com os instrutores (e conforme fomos recebendo o aceite, por parte destes, no sentido da realização das entrevistas), fomos realizando as mesmas. Foram entrevistados cinco instrutores do Curso, dentre eles o Coordenador¹⁶⁸.

6.4.5 A ENTREVISTA COM OS INSTRUTORES DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS

Os entrevistados possuíam as seguintes graduações hierárquicas na Polícia Militar: um 2º Tenente, responsável pelas disciplinas de Policiamento de Guardas e Escortas (com 20 h/a) e Qualidade de Vida, que foi incorporada posteriormente no Currículo do Curso (com 12h/a); um Soldado, responsável pela monitoria¹⁶⁹ na disciplina de Defesa Pessoal (com 40h/a); um Capitão, responsável pelas disciplinas de Técnicas de Abordagem, Processo Penal e Processo Penal Militar (respectivamente com 40h/a, 20h/a e 20h/a); um 2º Sargento, responsável pela disciplina de Educação Física (com 80h/a); um 1º Tenente (Coordenador do Curso¹⁷⁰), responsável pela disciplina de Tiro Policial (com 60h/a).

Ao perguntarmos sobre o material utilizado nas aulas, os entrevistados informaram que, nas aulas teóricas, tais como a de Policiamento de Guardas e

168 Cuja entrevista completa será exposta, ainda neste capítulo, num outro momento.

169 O trabalho de monitoria, ou seja, de auxiliar do instrutor de determinada disciplina ocorria nas matérias práticas (que puderam contar com a presença de um instrutor - titular da disciplina - e um auxiliar - o monitor).

170 Foi promovido a Capitão durante o transcorrer do Curso de Formação.

Escoltas, Qualidade de Vida, Processo Penal e Processo Penal Militar, utilizaram power point, quadro negro, vídeos e/ou filmes instrucionais.

Nas aulas práticas, como as que predominaram nas disciplinas de Defesa Pessoal e Técnicas de Abordagem, utilizaram-se de armas de fogo, bastões, tonfas (PR 24), punhais (de madeira), algemas, armamento e “equipamento orgânico da Instituição”.

Estudos de caso foram utilizados como recurso didático em algumas disciplinas, de modo a aproximar o conteúdo trabalhado teoricamente com a realidade.

Quando questionados acerca das formas de avaliação que utilizaram e/ou utilizariam nas respectivas disciplinas, os entrevistados informaram que foram e/ou seriam feitas avaliação por meio dos seguintes critérios: no caso da disciplina de Policiamento de Guardas e Escoltas, haveria uma prova teórica com peso cem (100), com uma hora de duração, esta prova conteria questões de verdadeiro ou falso, além de questões subjetivas; já na disciplina de Qualidade de Vida não haveria avaliações; na disciplina de Defesa Pessoal seria feita uma avaliação, por meio da qual os alunos teriam que demonstrar, com o apoio de um colega, as técnicas aprendidas. Isto seria feito mediante sorteio aleatório de cinco números (de um total de quarenta); nas disciplinas de Processo Penal e Processo Penal Militar haveria, respectivamente, uma avaliação, por meio da qual os alunos teriam que responder a questões de verdadeiro ou falso e questões subjetivas (estudos de caso a serem analisados); quanto à disciplina de Técnica de Abordagem, esta teria duas avaliações, pelas quais os alunos teriam de demonstrar o domínio mínimo das várias técnicas de abordagem policial (o que seria feito por meio de sorteio de técnicas específicas a serem apresentadas por grupos de alunos); na disciplina de Tiro Policial haveria duas avaliações por meio das quais os alunos teriam de demonstrar domínio mínimo no manuseio de armas de fogo; já a disciplina de Educação Física teria duas avaliações, uma no início da disciplina e outra no final da mesma, de modo que fosse verificado o progresso obtido por parte dos alunos, em termos de condicionamento físico. Isto seria feito por meio do teste de Aptidão Física (TAF).

Ao serem perguntados sobre a proporção de aulas teóricas e práticas, no caso de alguma disciplina conter os dois elementos, os entrevistados afirmaram o seguinte: as disciplinas de Policiamento de Guardas e Escoltas e de Qualidade de Vida tiveram e/ou teriam uma proporção de aulas teóricas na ordem de 90%.

A disciplina de Defesa Pessoal, por exemplo, seria 100% prática (a teoria seria dada durante as aulas práticas). Já a disciplina de Técnica de Abordagem teria uma proporção de 80% de aulas práticas e de 20% de aulas teóricas, enquanto que as de Processo Penal e Processo penal Militar seriam 100% teóricas.

A disciplina de Educação Física teria uma proporção de 85% de aulas práticas, mas abrangeria alguns momentos em que aulas expositivas seriam ministradas a fim de que os alunos pudessem entender os métodos de trabalho físico propostos.

As aulas de Tiro Policial abrangeriam 70% de aulas práticas e 30% de aulas teóricas, através das quais seriam repassadas explicações técnicas sobre os procedimentos e a postura a adotar diante de situações de confronto armado.

Sobre as principais dificuldades que encontraram e/ou estariam encontrando no andamento do trabalho (enquanto instrutores do Curso de Formação de Soldados), o instrutor de Policiamento de Guardas e Escolta e de Qualidade de Vida respondeu que teve a preocupação de *“não deixar os alunos dormirem, fazer com que os alunos se interessassem pelas aulas. Principalmente nas aulas da tarde, pois os alunos têm cinco aulas de manhã e cinco aulas à tarde. A sala de aula era muito quente, o projetor multimídia estava com defeito, a imagem ficava muito escura”*.

O instrutor (auxiliar) da disciplina de Educação Física afirmou que, pelo fato de ter à sua disposição “uma ótima estrutura física para as aulas”, horários flexíveis, além da possibilidade de “conciliar as aulas e o trabalho operacional”, não teria encontrado dificuldades para desenvolver o trabalho.

Sobre a mesma questão, o instrutor de Abordagem Policial, Processo Penal e Processo Penal Militar não se manifestou sobre este ponto. Já o instrutor de Tiro Policial declarou que a estrutura era suficiente para o desenvolvimento das aulas, embora a quantidade de tiros efetuados, por aluno, tenha sido menor do que a de outros cursos. O instrutor de Educação Física afirmou que teve a estrutura necessária para desenvolver seu trabalho, apesar de ter improvisado, ou seja, se utilizado de parques, da estrutura física do Exército (pista), bem como de outros locais para desenvolver as atividades com os alunos.

Ao serem questionados se já haviam trabalhado como instrutores anteriormente, todos os entrevistados afirmaram que sim. Eles trabalharam inclusive em outros Cursos de Formação de soldados. Porém, há a exceção do instrutor (auxiliar) de Defesa Pessoal, que afirmou que trabalhou como docente, mas não em

Cursos de Formação de Policiais Militares.

Quanto aos critérios que foram e/ou seriam utilizados para a distribuição das aulas, bem como se teriam recebido informações sobre como proceder em relação a este aspecto, o instrutor de Policiamento de Guardas e Escolta e de Qualidade de Vida informou que a primeira disciplina foi oferecida a ele devido à sua “experiência e conhecimento nos assuntos na matéria”; quanto à segunda, esta lhe foi oferecida pelo fato de que “não houve outros interessados em ministrar a matéria, então o Coordenador me ligou e perguntou se eu gostaria, respondi que sim”.

O instrutor de Defesa Pessoal afirmou que foi convidado pelo instrutor da matéria (uma vez que as disciplinas práticas contaram com dois instrutores, um titular, encarregado da disciplina, e outro auxiliar, escolhido pelo primeiro), pelo fato de se conhecerem e terem afinidades, com relação à visão que têm sobre o que um “policial deve aprender em termos de defesa pessoal”.

O instrutor das disciplinas de Abordagem Policial, Processo Penal e Processo Penal Militar informou que foi escolhido pelo Coordenador do Curso pela experiência profissional e pelo conhecimento que possui na área do Direito. Conhecimento adquirido por conta da realização de Curso de Formação de Oficiais (que contém uma carga horária bastante extensa na área jurídica).

O instrutor de Educação Física assinalou que foi escolhido pela Coordenação do Curso devido à sua experiência e formação na área de Educação Física. Já o instrutor de Tiro Policial (Coordenador do Curso) informou que assumiu a disciplina por causa de sua experiência, e também como forma de acompanhar o andamento do Curso “mais de perto”, ou seja, ministrando aulas.

Questionados sobre como prepararam o material didático para ser utilizado nas aulas, bem como se houve alguma orientação neste sentido (havia um material padrão já desenvolvido pela Academia de Polícia De Curitiba?), ou se tiveram que desenvolver seu próprio material, o instrutor de Policiamento de Guardas e Escolta e de Qualidade de Vida apontou que em relação à primeira disciplina já havia material didático (apostila) pronto. Já em relação à segunda disciplina (que até então não estava programada para fazer parte do Curso), precisou elaborar um material.

O instrutor (auxiliar) da disciplina de Educação Física informou que havia um “Plano de Conteúdos” a serem ministrados por cada disciplina e que a partir do conteúdo a ser trabalhado “cada instrutor deveria providenciar o material didático para sua aula”.

O instrutor das disciplinas de Abordagem Policial, Processo Penal e Processo Penal Militar afirmou que “há uma ementa padrão onde tem que ser seguida, porém fica ao arbítrio do Instrutor complementar com material auxiliar e com experiências próprias da profissão”.

Já o instrutor de Educação Física informou que desenvolveu suas aulas “em cima do conteúdo proposto”, utilizando-se da criatividade para alcançar seus objetivos. O instrutor de Tiro Policial informou que os conteúdos já estavam expostos no Plano de Ensino de cada disciplina e, assim, caberia a cada instrutor desenvolver os trabalhos a fim de alcançar os objetivos elencados.

Questionados sobre o andamento das aulas, se teriam ocorrido interrupções nas mesmas, e em que proporção (dias da semana e horários) teriam sido ministradas as aulas das respectivas disciplinas, o instrutor de Policiamento de Guardas e Escolta e de Qualidade de Vida informou que não ocorreram interrupções e que as aulas tiveram tempo de duração de 5 horas/aula, de uma a duas vezes por semana (ou no período da tarde ou no da manhã).

O instrutor de Defesa Pessoal citou que estavam ocorrendo “algumas interrupções”, por conta de os horários serem organizados a cada semana. Isto estaria fazendo com que houvessem semanas em que não tiveram “aulas da disciplina que trabalhava, mas teve outras que houve várias aulas, dependendo também da disponibilidade de outros instrutores”.

Para este instrutor, “geralmente a proporção era de duas aulas, para cada Pelotão, por dia. Esporadicamente tinha mais aulas da nossa matéria no mesmo dia”.

O instrutor das disciplinas de Abordagem Policial, Processo Penal e Processo Penal Militar informou que “não estariam ocorrendo interrupções das aulas”. Já o instrutor de Educação Física informou que não estariam ocorrendo interrupções em suas aulas, ministradas uma vez por semana para cada Pelotão. A não ser em casos excepcionais, por meio dos quais tivesse que desempenhar suas funções enquanto policial.

O instrutor de Tiro Policial (Coordenador do Curso) afirmou que na sua disciplina não teriam acontecido “paradas”, a não ser por conta de necessidades de readequação de outras disciplinas (realização de provas e/ou recomposição de aulas de matérias que estivessem “atrasadas”).

Questionados quanto ao fato de terem ministrado aulas em outros Cursos de

Formação de Soldados, se teriam percebido alguma diferença significativa em relação a este Curso (realizado no ano de 2010), o instrutor das disciplinas de Policiamento de Guardas e Escolta e de Qualidade de Vida afirmou que “sim, a estrutura muda de batalhão para batalhão. Cada um organiza da melhor forma que pode, mas a maioria não tem estrutura cem (100%) adequada. Somente a Academia de Guatupe, em Curitiba, tem”.

O instrutor da disciplina de Defesa Pessoal informou que como não havia ministrado aulas em Curso de Formação de Soldados, anteriormente desenvolvidos, não tinha como opinar. Já o de Abordagem Policial, Processo Penal e Processo Penal Militar respondeu que havia ministrado “aula no Curso passado” (de 2008), bem como foi o Coordenador daquele Curso. Para ele, não “houve mudanças significativas em relação ao curso anterior”. Segundo o entrevistado, o Curso atual foi caracterizado pelo número maior de alunos. De resto, seria muito semelhante aos demais já efetivados anteriormente.

O instrutor da disciplina de Tiro Policial informou que neste Curso (2010) a estrutura física da 2ª Companhia estava mais completa (com anfiteatro). Porém, o material a ser disponibilizado para os alunos foi racionalizado numa proporção maior, por parte do Estado. O instrutor de Educação Física afirmou que não houve mudanças em relação aos Cursos anteriormente ministrados.

Ao serem perguntados sobre o fato de residirem e/ou trabalharem em outros municípios da Região Sudoeste do Paraná, o que os forçaria a se deslocar de modo a ministrarem as aulas no Curso de Formação de Soldados, a maior parte dos instrutores afirmou que sim, ou seja, que precisavam se deslocar para ministrarem as disciplinas.

Isso porque vários instrutores que estavam ministrando aulas na cidade de Francisco Beltrão também o faziam na cidade de Pato Branco. Situação que colocava para eles, independentemente do fato de morarem ou não em Beltrão, a necessidade de se deslocarem para ministrarem suas respectivas disciplinas.

Registramos, ainda, que um dos instrutores informou que residia na cidade de Dois Vizinhos, precisando se deslocar 50 km para ministrar suas disciplinas no Curso que estava transcorrendo na cidade de Francisco Beltrão.

Questionados se recebiam alguma remuneração para ministrarem as aulas e/ou se seriam compensados (com horas de folga, etc), os instrutores responderam que sim, que havia remuneração para seu trabalho. Cada instrutor, com graduação,

recebia o equivalente a R\$ 22,50 reais por hora/aula. Já os instrutores que tivessem especialização recebiam R\$ 27,50 reais por hora/aula.

Além disso, alguns entrevistados informaram que houve uma preocupação, por parte da Coordenação do Curso, no sentido de preservar os horários de folga dos policiais. Deste modo, teriam organizado o calendário das disciplinas a fim de que este não coincidissem com as folgas dos policiais/instrutores.

Questionados sobre o fato de a Coordenação do Curso ter confeccionado o material didático utilizado nas aulas, como também ter realizado reuniões com os instrutores para resolver de forma conjunta questões relativas ao Curso, os instrutores informaram que houve “uma reunião, no início do Curso”. Além disso, quando ocorriam problemas em alguma disciplina, “os instrutores resolviam diretamente com a Coordenação do Curso”.

Do mesmo modo, os instrutores afirmaram que não houve interferência, por parte da Coordenação, no trabalho desenvolvido por eles.

Sobre o fato de os alunos terem sido aprovados nas respectivas disciplinas, os instrutores que teriam encerrado as disciplinas com as quais trabalharam no Curso de Formação (a época da entrevista), informaram que sim. Embora alguns alunos tivessem “pegado recuperação”, ao final das avaliações todos foram aprovados.

Perguntados acerca da prática adotada em sala de aula para exporem os conteúdos, o instrutor de Policiamento de Guardas e Escolta e de Qualidade de Vida respondeu que intercalou a prática de aulas expositivas com a realização de seminários.

O instrutor de Defesa Pessoal informou que “como nossas aulas eram cem por cento práticas, fazíamos a parte expositiva explicando o objetivo prático do que estava sendo realizado e posteriormente os alunos faziam os exercícios, sendo que muitos apresentavam algumas variações de técnicas”.

Quanto ao instrutor das disciplinas de Abordagem Policial, Processo Penal e Processo Penal Militar, este informou que

na disciplina de Processo Penal foram aulas expositivas. Como a carga horária era pequena não nos possibilitou realização de aulas externas, como visita ao fórum para assistirem um julgamento no tribunal do júri. Porém, realizamos estudos de casos práticos na tentativa de uma melhor visão do aluno com a realidade do processo penal.

“Na disciplina de Técnicas de Abordagem eram aulas teóricas, com apresentação de vídeos e logo após vinham às aulas praticas, com correção de postura no momento da execução por cada aluno”.

Segundo o instrutor de Educação Física, as aulas seriam, na sua maioria, práticas, mas que durante as aulas teóricas (feitas com o auxílio de multimídia) eram explicados os exercícios que os alunos fariam, bem como os objetivos a alcançar com os mesmos.

Conforme o instrutor da disciplina de Tiro Policial, eram intercaladas aulas teóricas e práticas. Nas teóricas, feitas também com o auxílio de multimídia, teria buscado elucidar os elementos que compõem a técnica do tiro policial.

Perguntamos ao instrutor de Abordagem Policial, Abordagem Policial, Processo Penal e Processo Penal Militar sobre questões que teriam se modificado entre o Curso anterior (2008) e o atual (2010)¹⁷¹. Neste caso, o entrevistado informou que o que observou, “com bastante clareza, foi o nível cultural desse ultimo curso. Pessoas com melhor capacitação, especialização; talvez devido ao fato de que a turma de 2008 foram os últimos colocados daquele concurso e neste ultimo curso foram os primeiros colocados”.

Comentou, ainda, que “a qualidade das aulas ministradas pelos professores foi de melhor nível, agora. Aulas melhores preparadas, talvez pelo fato de praticamente, com raras exceções, foram os mesmos instrutores. Logo, com mais bagagem para melhor transmitir o conhecimento. E conseqüentemente alunos mais bem preparados para a atuação profissional”.

Do ponto de vista da infraestrutura ofertada nos dois momentos (Curso de 2008 e de 2010), o instrutor afirmou que “houve uma mudança significativa em termos de infraestrutura, em Francisco Beltrão, tendo em vista que no curso passado o auditório estava em construção e neste estava pronto. Conseqüentemente, os instrutores puderam contar com uma sala de aula adequada. O que também contribuiu decisivamente para uma melhor formação dos alunos”.

Quanto ao trabalho realizado pelas Coordenações, nos respectivos anos, o

171 Este instrutor, além de atuar no Curso de 2010 teria sido o Coordenador (e também instrutor) do Curso realizado no ano de 2008.

entrevistado afirmou que “a Coordenação foi mudada por questões técnicas de atribuições profissionais”. Para ele, “os atuais coordenadores conseguiram excelentes resultados na coordenação”.

Questionado se teriam ocorrido mudanças na grade curricular, comparando o Curso de 2008 com o atual, o instrutor informou que “não houve mudança no currículo do CFSD anterior”. Do mesmo modo, para ele, a carga horária teria sido a mesma nos dois Cursos. No entanto, frisou que disciplinas “chaves” como Técnicas de Abordagem, Direito Penal e Processo Penal “deveriam ter uma carga horária maior”.

Do ponto de vista disciplinar/comportamental exigido dos alunos durante o Curso de Formação de Soldados, perguntamos se houve mudanças entre aquele transcorrido no ano de 2008 e o atual. O entrevistado afirmou que não, de modo que as exigências e a rotina policial militar teriam permanecido as mesmas.

As entrevistas com os instrutores serviram para confrontarmos e/ou ratificarmos as informações obtidas por meio dos diálogos que estávamos tendo com a Coordenação do Curso, com os alunos, bem como por meio das observações realizadas.

Embora não tenhamos entrevistado a totalidade dos instrutores, ficaram claras questões como a da manutenção, nos Cursos de Formação de Soldados, de instrutores advindos da própria corporação. O que, obviamente, situa o trabalho docente dentro de uma perspectiva dependente do olhar policial, não sofrendo a interferência e/ou a contestação que poderia advir da presença de docentes ligados a outras instituições (com uma leitura sócio-política-institucional consolidada em bases outras, porque advindas de outros contextos).

Além disso, o fato de os instrutores serem também policiais fez com que desempenhassem suas funções (docentes) de modo fragmentado, uma vez que precisavam, constantemente, dividir o tempo entre as aulas ministradas e os trabalhos que desempenhavam enquanto policiais.

Isto trouxe uma situação para o Curso de Formação de Soldados, qual seja, a de que disciplinas estariam sendo adiadas e/ou ministradas de forma fragmentada (iniciadas em determinado momento, em seguida passando por uma pausa, e sendo retomadas num período posterior). Assim, houve um prejuízo para os alunos, do ponto de vista da continuidade do trabalho e/ou do acompanhamento/apreensão dos conteúdos (algo que se repete há muito no meio educacional militar).

Observamos a partir das entrevistas com os instrutores que a carga horária das disciplinas trabalhadas com os alunos (pelo menos nos casos de algumas matérias) foi elevada de forma significativa (se no início das aulas haviam duas horas/aula, com o tempo algumas matérias passaram a ser ministradas em cinco horas/aula ou até em dez horas/aula), abrangendo, por vezes, uma manhã e/ou uma tarde inteira.

Isto por conta de fatores como a necessidade de reposição de aulas que teriam ficado para trás, ou por conta dos próprios estágios dos alunos (que teriam começado antes do previsto), fazendo com que as aulas precisassem ser concentradas no período da manhã. Além disso, algumas vezes foram ministradas no anfiteatro, com a participação dos setenta alunos (os dois Pelotões).

Este processo tornou o acompanhamento das aulas, por parte dos alunos, bastante cansativo e desestimulante (até pelo calor que se fez presente durante boa parte do Curso).

De outro lado, verificamos que houve, por parte da Coordenação, a preocupação no sentido de selecionar instrutores que possuíssem experiência docente, assim como em adequar a respectiva disciplina com a formação do instrutor selecionado.

De todo modo, ouvimos de alguns alunos comentários sobre o fato de alguns instrutores terem mais dificuldades no trato com a matéria ministrada. Ademais, os materiais didáticos (normalmente apostilas), em alguns casos, teriam sido confeccionados numa proporção não condizente com a que norteou a matéria dada.

Levando-se em conta que alguns instrutores, por necessidade, precisaram confeccionar seus materiais didáticos, não é difícil imaginar que alguns devam ter encontrado maior dificuldade para prepararem estes materiais a contento.

O que mostra, dentre outras coisas, que mesmo que haja uma estrutura (do ponto de vista do ensino) advinda da Escola de Polícia (que se situa na cidade de Curitiba), esta estrutura não abrange na mesma proporção as várias áreas/disciplinas trabalhadas nos Cursos de Formação de Soldados. O que atinge, de igual modo, a própria Coordenação dos Cursos de Formação, uma vez que os policiais que assumem esta incumbência parecem ficar à mercê da própria sorte e/ou da própria competência, de modo a gerirem o processo pedagógico concernente aos Cursos.

De todo modo, para o foco central que balizou esta tese, advindo de um olhar sobre os regimes disciplinares adotados durante a realização do Curso de Formação de Soldados, ficou claro que o procedimento padrão adotado pelos instrutores, no trato com os alunos, foi baseado na hierarquia e na disciplina policial militar.

Basta lembrarmos as recorrentes “pagações” (flexões que os alunos que “cochilavam” nas aulas precisavam fazer), bem como o habitual ritual através do qual os alunos levantavam-se, quando da chega dos instrutores na sala de aula, sendo apresentados a este por meio do xerife de turma. Ritual que perfazia o andamento das aulas, quando um aluno, para se manifestar sobre algum tema, levantava a mão e solicitava ao instrutor permissão para falar.

Do ponto de vista das áreas que compunham o Curso, verificamos que o campo jurídico, como também o campo operacional/policial detinham uma importância maior, tanto em termos de carga horária trabalhada (devido ao número de disciplinas destas áreas) quanto em termos do olhar trazido pelos instrutores. Um olhar que se exprimia, por vezes, de maneira explícita, na direção da defesa dada ao trabalho policial embasado na capacitação técnica (no sentido do uso da força) e/ou no sentido do domínio das questões legais (vistas, em grande medida, como um recurso de defesa diante das constantes cobranças da sociedade por sobre o trabalho policial).

Neste sentido, as disciplinas mais voltadas a um olhar crítico que se debruça sobre o trabalho policial, tais como Policiamento Comunitário e Direitos Humanos, pareciam ficar diminuídas diante de um contexto caracterizado por uma prática pedagógica condicionada por meio de uma estrutura policial/militar legalista e embasada na atuação ostensiva.

Neste ínterim, como modo de nos colocarmos mais próximos da organização curricular, bem como da estrutura que estaria organizando as atividades oficiais do Curso (ou seja, as disciplinas ministradas), solicitamos à Coordenação para que nos fornecesse as respectivas grades semanais de oferta de disciplinas. Fomos atendidos no nosso pedido.

Abaixo, apresentamos alguns exemplos de como as disciplinas foram sendo colocadas no Curso (organizadas no tempo/espaço que conformou o mesmo).

Quadro 09: Quadro Amostral de algumas disciplinas trabalhadas no Curso de Formação de Policiais Militares/Soldados					
PERÍODO: 18 á 22 DE OUTUBRO DE 2010 - 1º PELOTÃO - FRANCISCO BELTRÃO					
	Seg 18/10	Ter 19/10	Qua 20/10	Qui 21/10	Sex 22/10
07:30 às 08:20 h	59 E.F.M	16 TIRO POLICIAL	8 DIR. DEFENSIVA	4 Dto Penal Militar	VA INF. INT. PM
08:20 às 09:10 h	60 E.F.M	17 TIRO POLICIAL	9 DIR. DEFENSIVA	5 Dto Penal Militar	Reposic Noc de Dto
09:10 às 10:00 h	61 E.F.M	18 TIRO POLICIAL	10 DIR. DEFENSIVA	6 Dto Penal Militar	Reposic Noc de Dto
10:00 às 10:15 h	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
10:20 às 11:10 h	46 TEC ABORD.	19 TIRO POLICIAL	11 DIR. DEFENSIVA	7 Dto Penal Militar	5 POL. EVENTOS
11:10 às 12:00 h	47 TEC ABORD.	20 TIRO POLICIAL	12 DIR. DEFENSIVA	8 Dto Penal Militar	6 POL. EVENTOS
12:00 às 13:30 h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
13:30 às 14:20 h	1 OPER POL ESP.	1 ETIQUETA SOCIAL	48 TEC ABORD.	8 POLICIA COMUN.	7 POL. EVENTOS
14:20 às 15:10 h	2 OPER POL ESP.	2 ETIQUETA SOCIAL	49 TEC ABORD.	9 POLICIA COMUN.	8 POL. EVENTOS
15:10 às 16:00 h	3 OPER POL ESP.	3 ETIQUETA SOCIAL	50 TEC ABORD.	10 POLICIA COMUN.	9 POL. EVENTOS
16:00 às 16:20 h	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
16:20 às 17:10 h	18 Proc Ocoren. Freq	VR Pol Guard Esco	62 E.F.M	11 POLICIA COMUN.	19 Dto Proc. Penal e M
17:10 às 18:00 h	19 Proc Ocoren. Freq	ADC	63 E.F.M	12 POLICIA COMUN.	20 Dto Proc. Penal e M
PERÍODO: 18 á 22 DE OUTUBRO DE 2010					
2º PELOTÃO - FRANCISCO BELTRÃO					
	Seg 18/10	Ter 19/10	Qua 20/10	Qui 21/10	Sex 22/10
07:30 às 08:20 h	40 TEC ABORD.	ADC	43 TEC ABORD.	4 Dto Penal Militar	VA INF. INT. PM
08:20 às 09:10 h	41 TEC ABORD.	1 ETIQUETA SOCIAL	44 TEC ABORD.	5 Dto Penal Militar	Reposic Noc de Dto
09:10 às 10:00 h	42 TEC ABORD.	2 ETIQUETA SOCIAL	45 TEC ABORD.	6 Dto Penal Militar	Reposic Noc de Dto
10:00 às 10:15 h	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
10:20 às 11:10 h	60 E.F.M	3 ETIQUETA SOCIAL	46 TEC ABORD.	7 Dto Penal Militar	5 POL. EVENTOS
11:10 às 12:00 h	61 E.F.M	4 ETIQUETA SOCIAL	47 TEC ABORD.	8 Dto Penal Militar	6 POL. EVENTOS
12:00 às 13:30 h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
13:30 às 14:20 h	1 OPER POL ESP.	17 TIRO POLICIAL	62 E.F.M	8 POLICIA COMUN.	7 POL. EVENTOS
14:20 às 15:10 h	2 OPER POL ESP.	18 TIRO POLICIAL	63 E.F.M	9 POLICIA COMUN.	8 POL. EVENTOS
15:10 às 16:00 h	3 OPER POL ESP.	19 TIRO POLICIAL	48 TEC ABORD.	10 POLICIA COMUN.	9 POL. EVENTOS
16:00 às 16:20 h	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
16:20 às 17:10 h	18 Proc Ocoren. Freq	20 TIRO POLICIAL	49 TEC ABORD.	11 POLICIA COMUN.	19 Dto Proc. Penal e M

17:10 às 18:00 h	19 Proc Ocoren. Freq	3 Dto Penal Militar	50 TEC ABORD.	12 POLICIA COMUN.	20 Dto Proc. Penal e M
OBS: V.F DE CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE DROGAS APÓS O EXPEDIENTE					
PERÍODO: 25 á 29 DE OUTUBRO DE 2010					
1º PELOTÃO - FRANCISCO BELTRÃO					
	Seg 25/10	Ter 26/10	Qua 27/10	Qui 28/10	Sex 29/10
07:30 às 08:20 h	65 E.F.M	21 TIRO POLICIAL	1 TAT. CON. ARM	11 Dto Penal Militar	10 POL. EVENTOS
08:20 às 09:10 h	66 E.F.M	22 TIRO POLICIAL	2 TAT. CON. ARM	12 Dto Penal Militar	11 POL. EVENTOS
09:10 às 10:00 h	67 E.F.M	23 TIRO POLICIAL	3 TAT. CON. ARM	1 Dto Penal Militar	12 POL. EVENTOS
10:00 às 10:15 h	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
10:20 às 11:10 h	9 Dto Penal Militar	24 TIRO POLICIAL	4 TAT. CON. ARM	14 Dto Penal Militar	13 POL. EVENTOS
11:10 às 12:00 h	10 Dto Penal Militar	25 TIRO POLICIAL	V.F. AMBIENTAL	15 Dto Penal Militar	14 POL. EVENTOS
12:00 às 13:30 h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
13:30 às 14:20 h	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO
14:20 às 15:10 h	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO
15:10 às 16:00 h	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO
16:00 às 16:20 h	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO
16:20 às 17:10 h	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO
17:10 às 18:00 h	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO
PERÍODO: 25 á 29 DE OUTUBRO DE 2010					
2º PELOTÃO - FRANCISCO BELTRÃO					
	Seg 25/10	Ter 26/10	Qua 27/10	Qui 28/10	Sex 29/10
07:30 às 08:20 h	65 E.F.M	68 E.F.M	1 TAT. CON. ARM	11 Dto Penal Militar	10 POL. EVENTOS
08:20 às 09:10 h	66 E.F.M	69 E.F.M	2 TAT. CON. ARM	12 Dto Penal Militar	11 POL. EVENTOS
09:10 às 10:00 h	67 E.F.M	5 ETIQUETA SOCIAL	3 TAT. CON. ARM	1 Dto Penal Militar	12 POL. EVENTOS
10:00 às 10:15 h	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
10:20 às 11:10 h	9 Dto Penal Militar	6 ETIQUETA SOCIAL	4 TAT. CON. ARM	14 Dto Penal Militar	13 POL. EVENTOS
11:10 às 12:00 h	10 Dto Penal Militar	7 ETIQUETA SOCIAL	V.F. AMBIENTAL	15 Dto Penal Militar	14 POL. EVENTOS
12:00 às 13:30 h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
13:30 às 14:20 h	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO
14:20 às 15:10 h	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO
15:10 às 16:00 h	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO
16:00 às 16:20 h	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO
16:20 às 17:10 h	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO
17:10 às 18:00 h	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO	ESTÁGIO

PERÍODO: 01 á 05 DE NOVEMBRO DE 2010					
1º PELOTÃO - FRANCISCO BELTRÃO					
	Seg 1/11	Ter 02/11	Qua 03/11	Qui 4/11	Sex 05/11
07:30 às 08:20 h	FERIADO	FERIADO	4 OP. POL. ESPC.	18 DTO PENAL MIL	73 E.F.M
08:20 às 09:10 h	FERIADO	FERIADO	5 OP. POL. ESPC.	19 DTO PENAL MIL	74 E.F.M
09:10 às 10:00 h	FERIADO	FERIADO	6 OP. POL. ESPC.	20 DTO PENAL MIL	23 DTO PENAL MIL
10:00 às 10:15 h	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
10:20 às 11:10 h	FERIADO	FERIADO	7 OP. POL. ESPC.	21 DTO PENAL MIL	24 DTO PENAL MIL
11:10 às 12:00 h	FERIADO	FERIADO	8 OP. POL. ESPC.	22 DTO PENAL MIL	25 DTO PENAL MIL
12:00 às 13:30 h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
13:30 às 14:20 h	FERIADO	FERIADO	E.P.O	26 TIRO POLICIAL	E.P.O
14:20 às 15:10 h	FERIADO	FERIADO	E.P.O	27 TIRO POLICIAL	E.P.O
15:10 às 16:00 h	FERIADO	FERIADO	E.P.O	28 TIRO POLICIAL	E.P.O
16:00 às 16:20 h	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
16:20 às 17:10 h	FERIADO	FERIADO	E.P.O	29 TIRO POLICIAL	E.P.O
17:10 às 18:00 h	FERIADO	FERIADO	E.P.O	30 TIRO POLICIAL	E.P.O
INSTRUTORES					
PERÍODO: 01 á 05 DE NOVEMBRO DE 2010					
2º PELOTÃO - FRANCISCO BELTRÃO					
	Seg 1/11	Ter 02/11	Qua 03/11	Qui 4/11	Sex 05/11
07:30 às 08:20 h	FERIADO	FERIADO	26 TIRO POLICIAL	18 DTO PENAL MIL	73 E.F.M
08:20 às 09:10 h	FERIADO	FERIADO	27 TIRO POLICIAL	19 DTO PENAL MIL	74 E.F.M
09:10 às 10:00 h	FERIADO	FERIADO	28 TIRO POLICIAL	20 DTO PENAL MIL	23 DTO PENAL MIL
10:00 às 10:15 h	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
10:20 às 11:10 h	FERIADO	FERIADO	29 TIRO POLICIAL	21 DTO PENAL MIL	24 DTO PENAL MIL
11:10 às 12:00 h	FERIADO	FERIADO	30 TIRO POLICIAL	22 DTO PENAL MIL	25 DTO PENAL MIL
12:00 às 13:30 h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
13:30 às 14:20 h	FERIADO	FERIADO	4 OP. POL. ESPC.	E.P.O	9 OP. POL. ESPC.
14:20 às 15:10 h	FERIADO	FERIADO	5 OP. POL. ESPC.	E.P.O	10 OP. POL. ESPC.
15:10 às 16:00 h	FERIADO	FERIADO	6 OP. POL. ESPC.	E.P.O	11 OP. POL. ESPC.
16:00 às 16:20 h	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
16:20 às 17:10 h	FERIADO	FERIADO	7 OP. POL. ESPC.	E.P.O	12 OP. POL. ESPC.
17:10 às 18:00 h	FERIADO	FERIADO	8 OP. POL. ESPC.	E.P.O	13 OP. POL. ESPC.

Fonte: Coordenação do Curso de Formação de Policiais Militares/Soldados (2010)

6.4.6 A ANÁLISE DAS MATÉRIAS

De posse de materiais concernentes ao Curso (Edital do Concurso, Plano de Ensino do Curso de Formação, Regime Disciplinar do Exército - usado pela Polícia Militar do Estado do Paraná, Regime Disciplinar Especial – voltado a normatizar as ações desenvolvidas nos Curso de Formação de Policiais Militares, Planos de Ensino das Disciplinas), bem como de posse de registros importantes e concernentes ao dia a dia do Curso (feitos por meio da observação participante e de entrevistas com os instrutores), resolvemos avançar para análises mais específicas. Essas análises voltaram-se a determinadas disciplinas/matérias ofertadas aos alunos.

O objetivo, neste momento, foi o de complementar os dados colhidos, e que levavam em conta, prioritariamente, o regime disciplinar existente e aplicado no cotidiano do Curso, retratando de que modo estes eram trabalhados nas diferentes matérias (independente da área a que pertencessem).

Deste modo, buscamos apreender os mecanismos disciplinares e a respectiva leitura (valores) que estariam conformando a base de sustentação (o modelo de polícia proposto) do Curso em tela.

O acompanhamento das disciplinas deu-se com base na conjugação de dois fatores: o primeiro foi embasado na tentativa de canalizarmos as observações acerca do que ocorria nas diferentes disciplinas, levando em conta o que perpassava a todas, ou seja, os valores que estariam ressaltando uma determinada postura a ser adotada pelos alunos; o segundo embasado no desenvolvimento de um trabalho de observação a ser feito em um contexto por meio do qual precisávamos solicitar a permissão, por parte dos instrutores, para acompanharmos as aulas.

Além disso, não nos programamos para acompanhar algumas matérias específicas, em detrimento de outras; mas sim para tentarmos acompanhar um número significativo das mesmas, buscando encontrar um denominador comum, o modelo de polícia, gestado e que estaria perpassando os diferentes campos do saber trabalhados por meio das respectivas matérias.

Fizemos isto levando em consideração as duas áreas por meio das quais as disciplinas do Curso foram elencadas (a área fundamental e a área profissional). No que concerne, ainda, à área profissional, visamos acompanhar, na medida do

possível, as matérias consideradas “muito importantes” no Curso. Com base no que instrutores, Coordenação do Curso e alunos apontaram nesta direção.

Policimento Comunitário

Tivemos um interesse especial em acompanhar a matéria de Policiamento Comunitário, tendo em vista que as discussões que se voltam para a mudança de perfil profissional a ser adotada pelos policiais advém, em grande medida, desta matéria.

Deste modo, buscamos autorização para observar o andamento da mesma. Como obtivemos a permissão (fomos bem recebidos pelo instrutor da matéria, um Tenente-Coronel), tentamos acompanhar as discussões travadas no Curso, por meio desta matéria.

Em um destes momentos, observamos que quando o instrutor adentrava a sala de aula, todos os alunos se levantavam para fazer “continência” (uma saudação). Somente após a fala do xerife geral e/ou do xerife de turma, apresentando o grupo ao instrutor, é que os mesmos se sentavam (isto após o próprio instrutor ter liberado o grupo para tal¹⁷²).

Um dos temas tratados foi justamente o concernente a polícia comunitária. Por meio da relação que se estabelece entre a polícia e os Conselhos Municipais de Segurança Pública. O instrutor afirmou que “polícia comunitária significa, dentre outras coisas, incentivar cidadãos para que participem de decisões relacionadas à qualidade de vida do bairro”. Portanto, um tema complexo e que abrange mais do que o mero policiamento.

A aula prosseguiu com as análises do instrutor acerca das motivações que concorrem para as formas de organização social, dentre elas, os anseios das comunidades.

Foi feita análise sobre a teoria da pirâmide de Maslow (teoria da administração que mostra os diferentes níveis de necessidade e satisfação humanas), bem como os diferentes graus de motivação existentes entre as pessoas e os grupos humanos.

Também foi apresentada uma abordagem, a partir do autor Chesnais, sobre

172 Este procedimento era repetido em todas as aulas/matérias.

violência urbana, e colocados os problemas para se motivar e sustentar a participação do público no que tange a questões que envolvam a segurança.

Alguns alunos apontaram para a falta de estrutura da polícia, de modo a atender melhor os chamados que são feitos para o COPOM (que é o setor da Polícia Militar que recebe as chamadas telefônicas advindas da população). Para estes alunos, o atendimento feito neste setor precisaria passar por uma reforma, sendo feito, ainda, por policiais melhor preparados.

Avaliaram também o fato de que a população quer resultados, e não entende os problemas enfrentados pela polícia, tais como a falta de infraestrutura.

Uma análise sobre os Conselhos Comunitários de Segurança Pública foi feita quando o instrutor afirmou que um dos desafios, neste sentido, tem sido o de desenvolver trabalhos conjuntos entre polícia e comunidade.

Segundo o instrutor, o ideal seria que “as comunidades não permanecessem dependentes da polícia, desenvolvendo a capacidade de tocarem os conselhos de segurança por conta própria”. Situação que, segundo ele, normalmente não acontece. Além disso, acrescentou que a área da segurança pública se vê envolvida por questões como a do ócio e a do abandono-pobreza, de uma parcela da população, que só fazem aumentar a violência.

Programas como o PROERD (Programa para a Erradicação da Violência e do uso de entorpecentes nas Escolas) realizado pela Polícia Militar paranaense foram citados como importantes formas de trabalho preventivo em relação à violência e ao uso de entorpecentes.

Outro ponto levantado foi sobre a demanda que se volta para o trabalho policial, que é cada vez maior, em contraposição ao efetivo da Corporação, que é pequeno. O que concorre, entre outras coisas, para limitar o acompanhamento das ações realizadas nas ruas, pelos policiais. Algo que enfraquece o controle do que é feito por estes, no seu cotidiano, gerando “brechas” que fragilizam a própria atuação profissional.

Uma forma de diminuir esta pressão sobre o trabalho policial, segundo o instrutor, seria as instituições fazerem sua parte diante de questões como a dos jovens infratores. “Uma associação comercial de um bairro onde se encontra um jovem problemático não pode fazer nada para auxiliá-lo? Para além de esperar a intervenção do Estado?”

No intervalo da aula conversamos novamente com o instrutor, que pareceu

ter recebido nossa presença com bastante otimismo, afirmando que os trabalhos que se voltam para a polícia são sempre bem vindos. E que a parceria Universidade-Polícia é uma parceria “que só tem a engrandecer a corporação policial”.

Ademais, disse que a Polícia Militar tem avançado na direção de um novo modelo de policiamento, com ênfase crescente na aproximação para com a comunidade. Entretanto, esta é uma mudança que depende da vontade política dos poderes constituídos, e que a mudança de hábito não é um processo fácil de concretizar em curto prazo.

Lembramos das falas dos alunos ao refletirem sobre o policiamento comunitário. Verificamos que não havia uma leitura predominante, mas sim posições que, por hora, defendiam o modelo de policiamento comunitário; mas que, em outros momentos, alertavam para o fato de que este ainda não era o modelo referendado pelas corporações policiais militares, dentre outras coisas pelo fato de os mesmos terem escasso número de policiais disponíveis para realizar este trabalho.

De todo modo, havia (há) um “encanto” pela farda e pelo policiamento combativo (que se volta para a aplicação da Lei e para o enfrentamento da criminalidade) que insiste em se manter, notadamente, no interior das Corporações Militares. E como estes têm sido os ambientes que recebem os Cursos de Formação dos novos policiais não é difícil imaginar que barreiras sejam criadas no sentido do avanço em direção a aceitação e aplicabilidade de outros modelos.

Figura 60: Instrutor entregando provas aos alunos – Policiamento Comunitário



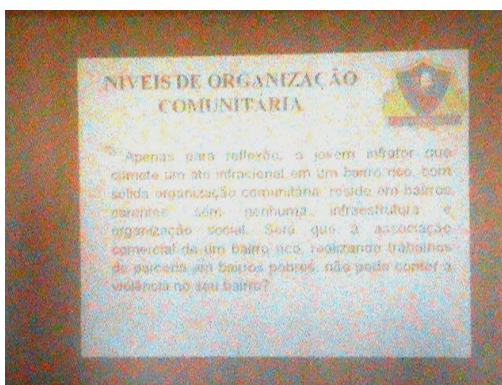
Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Figura 61: Aula de Policiamento Comunitário Anfiteatro (sala de aula II)



Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Figura 62: Imagem (Power Point) retratando pontos que envolvem o “Policiamento Comunitário”



Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Etiqueta Social

Acompanhamos também algumas aulas de Etiqueta Social, matéria que, a princípio, apresentava-se como inusitada num Curso de Formação de Policiais Militares. O instrutor da disciplina era um Major, que nos recebeu muito bem, concordando com o fato de acompanharmos as aulas.

Em uma das oportunidades, verificamos (por meio de uma aula ministrada no anfiteatro da 2ª Companhia) que foram dadas orientações concernentes à combinação que deve haver entre tons e cores, no uso dos trajes, por parte dos policiais militares. Tanto trajes de passeio quanto social.

Observação foi feita, neste dia, por parte do instrutor a respeito da restrição do uso de mini-saias por parte das mulheres policiais, pois isto “as colocariam muito provavelmente na boca do povo. Expondo-as e expondo a própria corporação”.

O uso de utensílios como brincos e pulseiras também foi analisado e foi dito que não podem chamar mais a atenção que a farda.

Os homens, segundo o instrutor, não poderiam usar brinco, mesmo não estando fardados. Informou que há regulamentação específica normatizando tais condutas na Polícia Militar, e que a desobediência é punida disciplinarmente. Para ele, “É preciso aceitar as regras do jogo”.

Utilizando-se do Power Point, apresentou modelos de vestimenta “apropriados” para os policiais: trajes de passeio, vestimentas a serem usadas em formaturas ou em outros eventos sociais (chegando ao detalhe de analisar a melhor

proporção de cores a serem combinadas).

Embora tenhamos observado que os próprios alunos criticavam a existência de uma disciplina como esta num Curso de Formação de Soldados, percebemos que esta fazia parte, de todo modo, de uma estratégia voltada a conformar a atitude dos alunos/policiais, no sentido de adotarem uma postura ético/comportamental balizada no cuidado de si.

Cuidado que passa pelo corpo, pela aparência (cabelo curto, barba feita, ausência de tatuagens) e pelas roupas a serem usadas. Conformando uma conduta caracterizada pelo regramento, pelo pundonor diante das regras de polidez desejadas pela Corporação. Tudo pelo fato de se acreditar que o policial é aquele que deve “prestar exemplo diante da população”. Exemplo de “boa postura, de correta ação” (conforme foi dito por alguns alunos entrevistados).

Deste modo, um senso estético (e político) foi trabalhado com os alunos do Curso, por meio da instituição de uma postura corporal (límpida, destituída de sujeira ou de vícios que pudessem desencaminhar o profissional do caminho reto, correto).

Isto tende a gerar uma leitura, do ponto de vista da segurança social, que leva em conta, notoriamente, os estereótipos comportamentais. Fato que se pode constatar por meio de um incidente ocorrido com uma colega da Universidade (recém-chegada à cidade de Francisco Beltrão). Esta colega foi abordada por um policial militar, em uma agência bancária da cidade, juntamente com sua tia, idosa, que a estava visitando.

O policial pensou que elas estivessem aplicando o “golpe do bilhete premiado” e as levou para uma Farmácia em frente à agência bancária onde se encontravam (de modo a tentar convencê-las a “reconhecer o delito que estariam praticando”). No entanto, ao perceber que elas não teriam cometido crime algum, acabou liberando as mesmas do local, pedindo desculpas pelo comportamento adotado.

Nossa colega, entretanto, fez questão de ir até a 2ª Companhia a fim de informar o Comandante. E para isso solicitou nossa ajuda.

O assunto tratado entre ambos girou basicamente sobre a construção de “estereótipos”, consolidados por uma parcela de policiais sobre pessoas que se comportam “fora dos padrões rotineiros da cidade”. Uma análise precedente, uma vez que nossa colega estava residindo na cidade de Francisco Beltrão há apenas

três meses; tendo vindo do Estado de São Paulo (assim como sua tia).

O que corrobora com a leitura de que o treinamento policial militarizado, com suas regras de etiqueta e postura comportamental embasadas na estrita observância do “uso correto” do próprio corpo (que passa pela forma de se vestir, de falar), acaba por consolidar um olhar preconceituoso com todos aqueles que escapam ao padrão normalizado de ser (que é dado social e culturalmente, mas que é filtrado pelos policiais como sendo a maneira “juridicamente correta” de se comportar).

Figura 63: Alunos de um dos Pelotões assistindo Aulas de “Etiqueta Social” no Anfiteatro



Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Figura 64: Imagem (Power Point) retratando a questão dos trajes sociais



Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Legislação Especial

Tivemos a oportunidade de assistir a algumas aulas da matéria de Legislação Especial da Polícia Militar, ministrada por um Capitão (que já havia sido Comandante da 2ª Companhia).

Em um dos dias de aula, acompanhamos as explanações, dadas no anfiteatro, sobre a questão das diferenças entre processo administrativo (que apresenta direito à ampla e legítima defesa) e procedimento administrativo (de caráter inquisitorial). Vale registrar que, neste dia, um aluno chegou atrasado e teve que “pagar dez flexões”.

As situações constitutivas de direitos foram expostas, como a “medalha de sangue” (a que os policiais tem direito quando submetidos à lesão grave, em serviço), e a promoção post-mortem ou por bravura. O instrutor explicou que para saber se o policial tem direito a algum destes benefícios faz-se, primeiro, uma

sindicância.

Temas como a da Apuração de Transgressão Disciplinar, via sindicância, foram apresentadas. Nestes casos, o Comandando de Batalhão é quem encaminha o procedimento, ou seja, um Coronel, Capitão ou Tenente.

Foi dito que o processo disciplinar redonda em diferentes formas de punição: advertência, impedimento, repreensão, detenção, prisão. E que quando resulta em prisão, o policial fica em cela especial. De todo modo, não haveria possibilidade de um policial de posto hierárquico menor julgar um caso envolvendo um policial de hierarquia superior. Fato que mostra haver, na polícia militar, uma divisão radical entre aqueles que administram a instituição, os Oficiais; e aqueles que se formam para trabalhar nas ruas das cidades, recebendo instruções dos primeiros.

Outro procedimento jurídico analisado foi o Inquérito Técnico, que visa apurar dano patrimonial causado no âmbito da Polícia Militar por funcionário/policial em serviço, acarretando sindicância.

Foi dada especial atenção à questão da colisão com veículo policial. Se o policial que estiver conduzindo o veículo for considerado culpado, este deverá pagar o valor estipulado, descontando-se de seu salário as prestações devidas, a cada mês. Por isso, segundo o instrutor, é imprescindível o cuidado para com a viatura militar.

O inquérito técnico serviria também para pesquisar causas de acidente envolvendo o uso de armas municionadas. Este se diferenciaria do Inquérito Policial Militar, que não faz mais parte da instância administrativa, já que visa apurar crime de natureza militar e é regido pelo Processo Penal Militar.

Enquanto o instrutor prosseguia com as explicações, um aluno “cochilou” na sala de aula (era 15h05min da tarde) e, por isso, “pagou dez flexões”.

Seguiram-se explicações sobre o procedimento disciplinar denominado de Instrução Reguladora Sanitária de Origem que, por meio de perícia médico-administrativa, visa comprovar doença que incapacite temporária ou definitivamente o policial militar, no sentido do exercício de suas funções profissionais.

Observamos que às 15h16min outro aluno “pagou quinze flexões”. Neste dia, estava muito calor dentro do anfiteatro e havia apenas um ventilador disponível no local.

O instrutor encerrou a aula chamando a atenção dos alunos para a questão

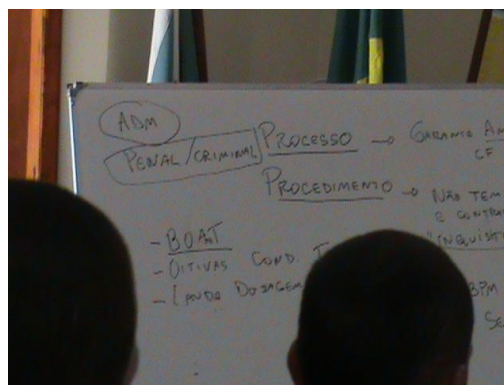
do acidente de serviço. Explicou que o uso dos coletes por parte dos policiais, quando em operações de risco, é um item obrigatório. Se não for usado e o policial for atingido por um projétil, não terá direito a receber os proventos do seguro.

Consideramos interessante o fato de o instrutor ter se reportado aos textos que estavam sendo apresentados em Power Point, afirmando que estes traziam termos “pejorativos” em relação aos policiais, como “adestramento” e “tropa”.

Segundo o instrutor, estes foram consolidados a partir de uma terminologia típica do tempo do Regime Militar. Para ele, termos como “adestramento” e outros seriam “mais adequados para o tratamento de cachorros e cavalos do que para pessoas”.

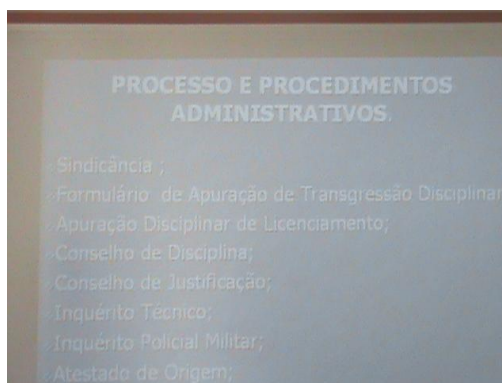
As aulas de Legislação Especial mostraram haver uma enormidade de pontos que regem o trabalho policial (pontos advindos do campo do Direito e que se voltam de forma mais específica para o universo da Corporação Militar), instituindo regramentos e punições, que são, por sua vez, encaminhados dentro do padrão hierárquico que constitui a Polícia Militar.

Figuras 65 e 66: Aula de “Legislação Especial” retratando a questão do Processo e do Procedimento Administrativo



Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Figura 67: Imagem (Power Point) retratando pontos sobre “processo e Procedimento Administrativo”



Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Procedimentos em Ocorrências Policias Mais Comuns

Tivemos a oportunidade de acompanhar algumas aulas da matéria de Procedimentos em ocorrências policias mais comuns. Em uma destas ocasiões, verificamos que o tema “homicídio no trânsito” foi abordado (aula ministrada no anfiteatro da 2ª Companhia).

O instrutor explicou que nestes casos o primeiro passo a ser dado pelo policial deve ser o de isolar o local para chegada do Instituto Médico Legal (IML) e de Criminalística. Além disso, o resgate das vítimas é o principal ponto a ser observado pelo policial e que este deve, ainda, encaminhá-las para o Hospital ou para Delegacia de Polícia.

Também tratou da importância do preenchimento do Boletim de Ocorrência de Trânsito (BOU) e do fato, segundo ele, de que a maior parte dos acidentes de trânsito envolver mortes por culpabilidade, ou seja, onde não há a intenção de matar.

A embriaguez ao volante foi analisada como um ato delitivo que precisa ser comprovado por meio do extilômetro (do bafômetro); e que diante da recusa por parte do cidadão abordado do exame este (em não havendo dano grave ou óbito), o policial deve efetuar multa. Se houver os agravantes anteriormente elencados, o policial deve levar o culpado para a Delegacia, podendo enquadrá-lo em dolo eventual.

Foi explicado aos alunos que a pessoa não é obrigada a se submeter ao teste do bafômetro. Neste caso, o policial deve preencher o Termo de Recusa de

Exame de Bafômetro e aplicar multa, sem a necessidade de levar o cidadão para a Delegacia (se não houver dano grave envolvido no acidente). Deste modo, o carro deve ser recolhido ou liberado para outro condutor habilitado.

Questões como a do limite de gestão de bebida alcoólica, detectada pelo bafômetro (que é de 0,10 a 0,29 para aplicação de multa, e de 0,30 ou mais para a aplicação de multa e criminalização) foram abordadas¹⁷³. Sobre essa questão, o instrutor explicou que há muitos municípios que não têm extilômetro (bafômetro) e que “muitos policiais fazem o Termo de Recusa do Exame de Bafômetro mesmo sem ter bafômetro!”

Durante o intervalo, ao conversarmos com os alunos, alguns deles afirmaram que no final de semana anterior, exatos vinte e um (21) alunos teriam ficado detidos no final de semana, por conta de não terem “limpado direito as dependências da Companhia” (estes alunos teriam ficado detidos e iriam, mais uma vez, ficar presos na 2ª Companhia). Também foi relatado que alguns alunos estavam ficando “detidos” nos finais de semana porque “os cadarços dos coturnos estariam desalinhados”; ou porque os “frisos das fardas não estariam bem feitos”.

Além disso, percebemos que alguns alunos estavam “revoltados”, pois matérias como “História da Polícia Militar” e “Etiqueta Social” não trariam contribuições para a formação do policial.

De todo modo, a questão disciplinar se fazia presente em todos os momentos do Curso. E era levada a cabo por meio de uma postura, advinda da Coordenação, que se voltava notadamente para a aplicação de castigos diante de ações consideradas reprováveis.

No retorno à aula, após o intervalo, foram vistos mais alguns pontos sobre casos de condutores de veículos que fogem das “blitz policiais”. O instrutor explicou que isto acontece, normalmente, por parte de condutores que “não têm habilitação para dirigir”. Por isso, nestes casos, os policiais “não devem utilizar arma de fogo para conter o motorista”.

Em seguida, o tema “bilhete premiado” ou estelionato foi abordado. Nos casos de patrulhamento de bancos, que são feitos, via de regra, nas cidades

173 Questões que demonstram haver uma gama de conhecimentos a serem assimilados pelos policiais de modo a realizarem suas tarefas profissionais com segurança, e dentro da Lei. Neste sentido, não é difícil imaginar que o trabalho policial é norteado (guiado) preponderantemente pelo saber jurídico (que por um lado, guia a conduta policial; mas que por outro lado, subjugua o profissional da segurança pública no sentido de este ancorar sua atuação dentro dos cânones legalistas – vendo todas as condutas a partir do parâmetro legal versus ilegal)

pequenas por policiais militares deve-se prestar atenção para com pessoas que “ficam de boabeira” na frente das agências bancárias.

Outros temas tratados foram o da “fraude por telefone” e o estupro e o atentado violento ao pudor, que tendem a gerar revoltas por parte da população e levar o policial a querer ser o “vingador” das vítimas e de seus familiares. Para o instrutor, os policiais devem tomar cuidado com estas situações, não se deixando “envolver emocionalmente”.

Esta matéria foi bem avaliada pelos próprios alunos, uma vez que aproximava os conhecimentos da realidade cotidiana a ser enfrentada pelo policial, depois de formado.

Mais uma vez se pode verificar a gama de conhecimentos que são necessários à tarefa policial. De todo modo, como a maior parte das aulas foi dada teoricamente, muito do que foi transmitido passava “ao largo” de uma compreensão mais eficaz, por parte dos alunos.

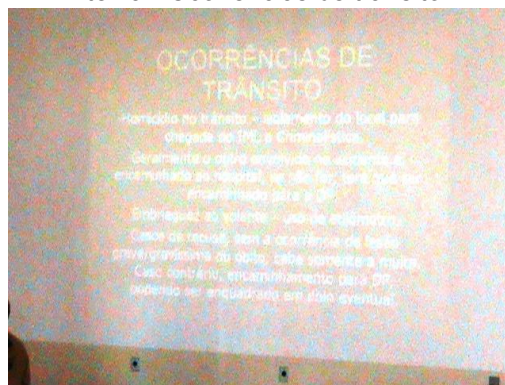
Questão que perpassou outras matérias do Curso, as quais exigiam um número muito grande de conteúdos a serem assimilados, mas que devido à carga horária insuficiente e à forma como eram transmitidas (a partir de uma ênfase teórica) não contribuíram para melhor qualificar a formação dos alunos.

Figura 68: Instrutor em aula de “Procedimentos Em Ocorrências Policiais Mais Comuns”



Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Figura 69: Imagem (Power Point) retratando tema: “Ocorrências de trânsito”



Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Operações Policiais Especiais

Acompanhamos também a matéria de Operações Policiais Especiais, ministrada por um Tenente. Solicitamos permissão para acompanhar algumas aulas e ele consentiu.

Num dos dias de observação, verificamos que as instruções se voltaram para a ação direcionada ao controle de multidões. Foram vistas, num primeiro momento, as características dos possíveis atores infracionais misturados à multidão. Atores estes que teriam o potencial de atuar no sentido de “contaminar” a esta, a partir de determinadas características portadas pelos primeiros, tais como serem impulsivos ou infratores da lei, psicopatas, sugestionários, cautelosos, hesitantes, apoiadores, resistentes.

A natureza da formação da multidão (denominada de “turba”) também foi analisada, podendo ser: casual ou sem planejamento; reunida ou com uma finalidade comum, embora sem a presença de líderes que possam organizá-la; coesa ou com uma finalidade comum e uma liderança bem definida.

A questão da agressividade ou das possíveis formas de violência empregadas pela multidão para alcançar seu objetivo foi outro ponto analisado. O MST foi utilizado como exemplo.

Também a disposição tática para o combate foi apresentada. Foi dito que já foram encontrados casos em que a “turba” teria se organizado para o ataque da seguinte forma: À frente iam crianças e mulheres (utilizando-se de paus e pedras), mais atrás a tropa de choque (portando armas de fogo) e o último grupo portando armas como “coquetel molotov”.

Ainda analisaram-se exemplos de fatores psicológicos, já que, segundo o instrutor, quanto maior o número de pessoas envolvidas na ação da turba, maior é a sensação de poder partilhado pelas pessoas. Este se dá por meio das seguintes características: o anonimato; o contágio; a imitação; o elemento da sugestão; a novidade, ou a quebra da rotina; a expansão de emoções reprimidas.

O instrutor explicou, ainda, como deve ser a ação policial direcionada contra os motins, afirmando que esta deve ser coordenada (com o uso dos escudos) e firme, mas com critérios. O exemplo usado foi o fato de que crianças não devem ser agredidas pelos policiais numa ação antimotim.

Outro ponto estudado foi o das possíveis ações da turba diante da polícia. A

possibilidade de esta utilizar-se de impropérios contra os policiais, impulsionar veículos ou lançar objetos contra a polícia, empregar fogo, depredar e saquear, utilizar-se de armas de fogo ou até mesmo oferecer resistência passiva.

Outra questão analisada foi a das formas de organização do tumulto ou do distúrbio civil. Observaram-se pontos como a da possível existência de um comando externo, de um comando interno, de redes de comunicação, de grupos de segurança e de grupos reserva.

Os grupos de agitação que trabalham com slogans, porta cartazes e/ou mastros e bandeiras (objetos que por sua vez podem ser utilizados contra os policiais) também foram analisados; bem como os grupos de remuniamento, ou aqueles que fornecem materiais a serem usados no confronto com a polícia. Do mesmo modo, a possível existência de franco atiradores que podem disparar contra a polícia ou contra pessoas da multidão.

A questão dos policiais que se infiltram na “orda” para obterem informações e/ou atuarem de forma a dispersar a multidão também apareceu.

Para o instrutor, o sucesso policial no combate de tumultos civis se dá por meio da ação firme da tropa, advinda de um comando bem estruturado. “Se a multidão não tiver medo da tropa, os policiais vão apanhar, ou mesmo morrer”. O impacto psicológico foi avaliado como deveras importante e dependente de demonstração de força feita pela tropa de choque (ou CDC).

Houve instrução acerca dos princípios que norteiam as ações das “tropas de choque”, tais como superação do efetivo e dispersão da turba.

Relatou-se também que os policiais devem ter cuidado com o uso dos agentes químicos, se estes forem utilizados na contenção de distúrbios, devendo ser lançados a favor do vento (uma vez que podem voltar-se contra os policiais).

O instrutor alertou, ainda, para o fato de que agentes químicos “não podem ser utilizados próximo de hospitais e escolas”. Do mesmo modo, foi dito que é importante o uso de máscaras, pela tropa, bem como o cuidado com a baixa ou alta concentração de agentes químicos, pois se esta for muito alta “as pessoas ficarão desnordeadas, tontas, e o objetivo do uso do A.Q. é o de dispersar a turba”.

Ainda foi dito que o uso de agentes químicos pode ser substituído pela utilização de “jatos de água” ou de “tintas inofensivas”, O que facilita na identificação das pessoas e na feitura das prisões.

A questão da chegada da tropa ao local do confronto foi analisada. Esta

deve ser feita rapidamente (depois que as formas de negociação falharem). Mas se for utilizado o CDC, este deve emitir “em alto e bom tom ordem para dispersão da turba!”. “Não pode haver xingamentos, por parte dos policiais, em relação à multidão”.

A ação do CDC deve levar em conta a importância no recolhimento de provas: filmes, fotografias, cartazes (para que, caso seja necessário, “a polícia justifique a sua ação”). Embora os órgãos de inteligência policial devam ser utilizados antes de se partir para o “uso da força”.

A importância da ocupação de área foi ressaltada, ou do realinhamento do CDC após a ação, uma vez que não pode haver dispersão. O instrutor ressaltou, ainda, as “prioridades no emprego dos meios”, que passariam pelo cuidado com as vias de fuga, não podendo haver dispersão de pessoas em direção a prédios públicos; pela demonstração de força ou a disposição da tropa a partir de uma formação disciplinada.

A importância da “carga de cassetetes” foi ressaltada, uma vez que esta possibilita ao C.D.C. avançar através da multidão numa velocidade adequada.

Sobre a formação de um Pelotão de CDC, o instrutor explicou que são necessários os seguintes itens: antes de tudo, trinta e um (31) homens distribuídos entre escudeiros, atiradores e homens do gás. Entretanto, conforme o instrutor apontou só existe CDC formado, no Estado do Paraná, na cidade de Curitiba. E que este normalmente é utilizado para ação em presídios, quando há rebeliões (tendo no comando geralmente um Tenente).

Os últimos pontos abordados trataram do uso de atiradores de elite, por parte da polícia, caso seja necessário preservar a integridade física dos policiais. Embora nestes casos todo o cuidado seja necessário, já que não se pode atirar contra a massa, uma vez que os projéteis lançados podem atingir várias pessoas.

As aulas de Operações Policiais Especiais mostraram, dentre outras coisas, que a função precípua da Polícia Militar é defender a integridade do Estado. Para isto, utiliza-se de saberes advindos da Psicologia, como modo de entender a conformação dos grupos (e as possíveis ações impetradas por estes contra a “ordem social” e ou “contra o Estado”).

Deste modo, fica evidente o limite de atuação da polícia militar, pois entre a defesa do Estado e a defesa da sociedade, ela tende a ficar com a primeira, por ser treinada para isso. Seus pressupostos caminham na direção da manutenção da

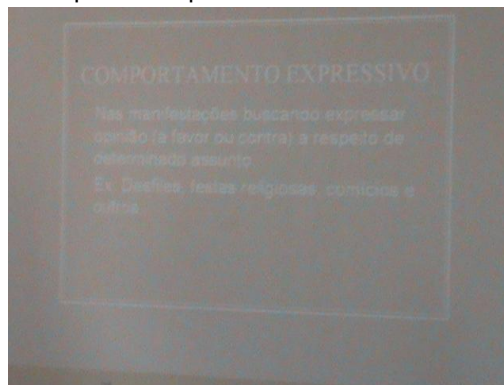
ordem e da defesa do patrimônio.

Figura 70: Aula de “Operações Policiais Especiais”



Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Figura 71: Imagem (Power Point) retratando questões que envolvem a “turba”



Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Ordem Unida

Além dos exercícios regulares de ordem unida, que ocorriam a cada dia, antes e ou depois dos horários destinados às matérias do Curso de Formação de Soldados, a matéria de Ordem Unida foi mais uma que acompanhamos. Nesta, os alunos faziam (repetiam) os mesmos movimentos que antecederiam e/ou sucediam as aulas. O instrutor era o auxiliar da Coordenação do Curso.

Em um dos dias de observação, verificamos que os alunos faziam movimentos com as “baionetas”, ou seja, armas longas que apresentam uma lâmina, no formato de “lança”, na ponta.

O instrutor coordenou uma série de exercícios, movimentos corporais, com os alunos. “Grupamento, posição descansar!”. A este comando, os alunos separavam as pernas e mantinham a arma ao lado da perna direita, em posição vertical (ponta da baioneta para cima).

“Grupamento, sentido!”. A este comando, os alunos mantinham as pernas unidas, sempre a partir de um movimento efetuado com a perna esquerda e colocavam a arma “colada ao corpo”, do lado da perna direita, ainda em posição vertical.

“Grupamento, posição de ombro/arma!”. A este comando, os alunos

mantinham a arma em frente ao peito (na posição vertical) no lado esquerdo, com a baioneta apontada para cima. Para chegar a esta posição precisavam realizar quatro movimentos cadenciados e coordenados (todos os alunos precisavam realizar os movimentos ao mesmo tempo).

“Guarnição, descansar armas!”. A este comando, os alunos realizavam cinco movimentos com as armas, cadenciados, de modo a retornar a posição de descanso.

O Oficial afirmava: “Não esqueçam de bater a mão com força!”. “Guarnição, direita volver!”. “Guarnição, esquerda volver!”. A estes comandos, os alunos giravam o corpo (sentido leste ou oeste, conforme comando recebido), mantendo a arma ao lado do corpo, na posição vertical.

Percebemos que os comandos (os exercícios de “ordem unida”) eram os mesmos realizados diariamente, nos horários que antecediam ou encerravam as atividades do período matutino e vespertino. Só que agora estavam sendo realizados com o uso da baioneta.

Enquanto repassava as ordens indicativas dos movimentos que deveriam ser feitos, o instrutor afirmava: “Quando passar a autoridade por vocês, vocês devem apresentar armas”. E ainda: “O barulho que vocês fazem vai mostrar a vibração do destacamento!”.

Enquanto alunos faziam exercícios de ordem unida, o Comandante do Batalhão aproximou-se e falou-nos sobre a matéria, afirmando que os exercícios que se exercitam por meio dela “hoje em dia são mais usados em situações como desfiles, sessões fúnebres, condecorações”.

Contudo, expos que estes exercícios também serviriam para “manter a disciplina do grupo”. Para “desenvolver o espírito de liderança, no caso de algum policial, mesmo que de baixo escalão, precisar liderar um grupo”.

Enquanto conversava com o Comandante do 2º Batalhão, o instrutor/Oficial mostrava os movimentos que deveriam ser realizados pelos alunos e afirmava: “Vai doer a clavícula, no início. Mas depois acostuma!”. E mais: “É importante a inclinação do cotovelo!”. “É importante bater na arma com vibração e energia, na hora de realizar os movimentos!”.

Em outra data, acompanhamos a prova de Ordem Unida aplicada a toda a “tropa”. Que foi feita no pátio da 2ª Companhia, em um dia com temperatura bastante elevada.

A avaliação consistiu justamente na análise dos movimentos corporais efetuados pelos alunos, sempre dispostos em dois grupos com seis pessoas cada um. O primeiro grupo efetuando os movimentos sem portar armas e o segundo portando a carabina (arma longa com lança na ponta).

O Oficial/assessor da Coordenação do Curso de Formação de Soldados e também instrutor na disciplina de Ordem Unida comandou os exercícios realizados pelos grupos de alunos que não portavam as armas. Todavia, o Oficial contou com a colaboração de outro Oficial para que fossem avaliados os alunos que realizariam os exercícios portando as carabinas.

Neste dia, foi possível observar mais detidamente os movimentos (exercícios corporais) exigidos na disciplina de ordem unida, envoltos por uma quantidade não desprezível de posições e por disposições¹⁷⁴ corporais a serem adotadas.

Fizemos questão de anotar alguns comandos/exercícios executados por alguns grupos como forma de explicitarmos o que acabamos de expor. Começaremos pela análise de algumas ordens de comando/exercícios dadas pelo Oficial que se dirigia aos grupos de alunos que não portavam as armas.

“Guarnição, com base ao aluno X, pela direita, perfilar!”. A este comando, todos olhavam para o aluno citado, que normalmente se encontrava à frente do grupo, e perfilavam.

“Guarnição, sentido!”. A este comando, os alunos aproximavam as pernas (sempre a partir de movimento efetuado com a perna esquerda) e batiam as mãos em concha ao lado do corpo.

“Guarnição, cobrir!”. “Firme!”. A este comando, alunos estendiam braço esquerdo (mão aberta) em direção ao ombro esquerdo do colega que se encontrava à frente, e em seguida adotavam a posição “sentido”.

“Uma oitava à direita!”. “Uma oitava à esquerda!”. A estes comandos, os alunos respondiam girando levemente o corpo para leste e/ou oeste (ficando numa

174 Ou seja, o trabalho corporal envolvia não apenas o movimento, mas uma determinada postura corporal a ser adotada durante a realização dos exercícios: Modo de olhar e para onde olhar, realização de movimentos cadenciados, realizados a partir da consolidação de uma disposição corporal específica (altiva). Todo este processo apresentava uma complexa rede de saber/poder que se direcionava a moldar uma postura corporal e “espiritual” específica, por parte dos alunos/policiais; uma vez que os exercícios não eram meros exercícios corporais, mas procedimentos de referência para a reconstrução ética (a relação consigo) política (as formas de se comportar a partir do mando advindo da Corporação) e estética (uma maneira de reencontrar a si por meio de uma nova identificação com seu próprio corpo e com suas disposições atitudinais).

posição intermediária, ou seja, a meio caminho entre norte/leste e ou entre norte/oeste). Sempre finalizando o movimento em posição de “sentido”.

“Guarnição, descansar!”. Diante deste comando, alunos separavam as pernas, a partir de movimento efetuado com a perna esquerda, e colocam as mãos para trás.

“Guarnição, sentido!”.

“Direita, volver!”. A este comando, alunos voltavam-se para o sentido leste, alinhando o corpo e ficando na posição sentido, ou seja, pernas unidas e braços estendidos e colados ao lado do corpo.

“Apresentar armas!”. Diante deste comando, alunos levavam a mão direita (dedos esticados) ao lado da cabeça.

“Descansar armas”. A este comando, alunos colocavam braço que estava ao lado da cabeça novamente esticado ao lado do corpo.

“Ordinário, marche acelerado!”. Diante deste comando, dobravam os braços ao lado do corpo (na posição horizontal) punhos fechados, e marchavam numa velocidade maior e mais intensa (com uma elevação maior dos joelhos).

“Guarnição, alto!”. A este comando, alunos paravam a marcha que estavam realizando, ficando na posição de sentido.

“Descansar!”.

“Marchando”. Diante deste comando, passavam a executar a marcha (só que desta vez sem a elevação mais intensa dos joelhos).

“Guarnição, alto!”.

“Descansar!”.

Outro grupo se apresentou e seguiram as orientações: “Guarnição, sem intervalo, perfilar!”. A este comando, os alunos, que então estavam com os braços estendidos e colados ao lado do corpo, elevavam as mãos até a lateral dos quadris (mantendo os punhos fechados e encostados nos quadris), o que fazia com que seus cotovelos “se abrissem”, possibilitando que entrassem em contato com o cotovelo dos colegas ao lado, perfilando.

“Guarnição, cobrir!”. A este comando, com base no aluno postado à frente (geralmente do lado direito do grupo), todos se alinhavam, estendendo agora o braço esquerdo à frente.

“Com intervalo, perfilar!”. Diante de tal comando, alunos esticavam a mão esquerda para o lado, a fim de manter uma posição de maior amplitude em relação

ao colega do lado. Faziam isto também estendendo o braço direito à frente do corpo, para manter uma distância maior em relação ao colega da frente.

“Frente para a retaguarda!”. A este comando, pulavam com os dois pés juntos, girando e ficando no sentido indicado pelo comando, ou seja, no sentido sul.

“Frente para a direita!”. “Frente para a esquerda”. A estes comandos, pulavam com os dois pés juntos, ficando de frente para a posição leste ou oeste, conforme o comando.

“Olhar à direita!”. “Olhar à esquerda!”. Diante destes comandos, os alunos voltavam a cabeça para a direção ordenada pelo comando. O restante do corpo não se movia.

Um terceiro grupo respondeu a outros tipos de comando: “Próximo grupo, entrar em forma pela altura, pela minha retaguarda!”. A este comando, o grupo (sempre de seis alunos) “perfila”, levando em conta a altura de cada aluno e ficando de frente para a sede da Companhia.

“Meia volta, volver!”. Diante de tal comando, alunos davam uma volta inteira, pela esquerda, ficando na posição sul.

“Ordinário, marche!”. A este comando, empreendiam uma marcha, cadenciando movimento das pernas com o dos braços (quando perna esquerda ia à frente do corpo, o braço direito era estendido também à frente do corpo).

A partir do comando “Acelerar armas!”, os alunos dobravam os braços ao lado do corpo (na posição horizontal), mantendo os punhos fechados e passavam a marchar de forma mais acelerada (com uma elevação maior dos joelhos).

“Alto!”. A este comando, batiam fortemente as mãos (abertas, em “concha”) ao lado do corpo, parando.

“Fora de forma!”. A este comando, batiam o pé esquerdo no solo, com força, e saíam de forma.

Depois, passamos a acompanhar um grupo de alunos que se utilizavam das baionetas. O outro instrutor comandou os exercícios. Alguns destes exercícios/comandos eram os mesmos que os demais grupos, que não portavam armas, estavam realizando: “Guarnição, cobrir!”. A este comando, alunos esticavam braço esquerdo, ao lado do corpo, de modo a manter uma distância específica do colega ao lado.

“Meia volta volver!”.

“Direita volver!”.

“Esquerda volver!

“Meia volta, volver!”.

“Guarnição, sentido!”.

“Firme!”.

“Ombro, armas!”. Diante deste comando, realizavam quatro movimentos, cadenciados, de modo a posicionarem as baionetas no ombro (sempre do lado esquerdo do peito).

“Descansar armas!”. A este comando, realizavam cinco movimentos de modo a colocarem as baionetas ao lado do corpo. Em posição vertical.

Diante do comando, “Apresentar armas!”, faziam quatro movimentos, de modo a colocarem as baionetas em frente ao peito.

“Ao solo, armas!”. A este comando, realizavam movimentos corporais para colocarem as armas no chão, sempre do lado direito do corpo, encostando o joelho direito no chão e mantendo a perna esquerda “agachada”. Finalizavam o movimento com o retorno do corpo à posição “sentido” (em pé).

“Apanhar armas!”. Realizavam o movimento de agachar (joelho direito ao solo e perna esquerda flexionada), de modo a apanharem a arma e retornarem à posição em pé.

“De arma na mão, em cadência!”. A este comando, colocavam as armas ao lado do corpo, na posição horizontal e marchavam.

“Alto!”.

“Fora de forma!”.

O relato dos exercícios serve para explicitar os detalhes, as minúcias exigidas dos alunos em termos do “adestramento” de seus corpos e de seus movimentos (que, do ponto de vista de uma formação profissional voltada para um trabalho a ser feito no “meio civil”, e não militar, apresentam-se como questionáveis).

Figura 72: Posição “descansar!”

Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figura 73: “Sentido!”

Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figuras 74 e 75: As várias posições de “alinhamento!”

Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figura 76: Movimento envolvendo apenas o olhar

Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figura 77: Alunos em “Ordinário, marche!”

Fonte: Arquivo Pessoal (agosto de 2010)

Figura 78: Alunos efetuando o movimento: “Frente para a retaguarda!”



Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figura 79: Alunos em: “Acelerado, marche!”



Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figura 80: Alunos com as carabinas e em “posição, sentido!”



Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figuras 81 a 82: Os vários movimentos feitos com as armas, dentre eles “ombro, armas!” E “armas ao solo!”



Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figuras 83 a 84: Idem

Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Defesa Pessoal

A disciplina de Defesa Pessoal foi uma das que acompanhamos mais de perto, porque apareceu (na fala dos alunos e da dos Oficiais) como uma das mais importantes para o Curso de Soldados.

Também porque tínhamos um interesse especial na matéria, uma vez que desde 2002 vínhamos desenvolvendo um trabalho, esporádico, na 2ª Companhia, buscando qualificar os policiais da cidade de Francisco Beltrão na área da defesa pessoal policial. Um trabalho que nos pareceu estar gerando frutos, tendo em vista que no Curso de Formação de Soldados (turma 2010) encontramos um ex-aluno trabalhando como instrutor da matéria de Defesa Pessoal.

Cabe salientar que foi por meio deste ex-aluno que fomos apresentados pela primeira vez aos alunos do Curso de Formação de Soldados. No dia da apresentação foi ressaltada a boa relação que havíamos estabelecido com a polícia e foi feita solicitação para que houvesse a colaboração de todos de modo que pudessemos ter acesso ao maior número de informações possíveis, o que tornaria possível a concretização de nossa Tese.

Em um dos momentos que acompanhamos as atividades da disciplina, pudemos verificar as orientações dadas aos alunos. Neste dia, o grupo (correspondente ao primeiro Pelotão) teve aula no Parque de Exposições da cidade de Francisco Beltrão, denominado “Parque Jaime Canet Júnior”. Os alunos se dirigiram a pé até o local, que fica a aproximadamente quinhentos (500) metros da

Segunda Companhia da Polícia Militar.

No trajeto cantaram uma determinada melodia, todos juntos e em voz alta¹⁷⁵.

Neste dia, os instrutores¹⁷⁶ da disciplina de Defesa Pessoal repassaram instruções no sentido de os alunos desenvolverem habilidade no uso da tonfa (o bastão policial, ou ainda, PR 24) com as duas mãos, já que em situação de “confronto” poderiam ter a “mão forte”, mais hábil, inutilizada.

Em determinado momento, todos os alunos do Pelotão “pagaram” dez flexões (pausadamente, ou seja, em três tempos). A “pagação”, assim ficamos sabendo, teria se dado por conta de um aluno que não estaria prestando muita atenção nos exercícios repassados.

Em momentos como este, ficava claro o modo como a questão disciplinar perpassa as atividades do Curso de Formação de Soldados (dentre elas as aulas das respectivas matérias).

Enquanto alunos faziam aula com o titular da disciplina, conversamos com o auxiliar. Este informou que a carga horária da disciplina de Defesa Pessoal seria de 40 horas, uma das mais longas do curso, devido à importância da mesma para o exercício da profissão de policial militar (que, segundo o entrevistado, se utiliza da força física de modo recorrente).

O auxiliar informou, ainda, que os alunos seriam instruídos para desenvolverem técnicas para o uso da algema policial, em defesas contra ataques proferidos com o uso de armas brancas e de fogo. Além disso, aprenderiam a aplicar técnicas com as mãos e com as pernas, bem como técnicas de torções articulares e outras.

Em outro momento (outra data), acompanhamos a aula de Defesa Pessoal

175 Posteriormente tivemos acesso a esta cantiga. Ficamos sabendo (e verificamos) que esta e outras eram entoadas em determinados momentos, no transcorrer do Curso (notadamente quando os alunos faziam atividades de Educação Física. Tias canções advinham das forças armadas e teriam sido adaptadas para a Polícia Militar: “Corridinha mixuruca, que não dá nem prá cansar. Eu aqui neste passinho vou até ao Ceará. Fraco é a vovozinha, a turma aqui é prá valer. A gente corre o dia inteiro e não se cança de correr”. Ou então: “Mochila pesada. Pistola, granada. A cara pintada, a água gelada. A noite escura não faz barulho. O curso PM está a fazer, pois PM se quer ser. Ouçam bem o que eu vou dizer: tem que ralar, querer vencer. Este é o lema que há de ser: Quando frio for intenso, ou o calor for de rachar; não se esqueça um só momento, que a PM não pode parar. Somos os homens da mochila, capacete e cantil; nossa força combativa está na ponta do fuzil. Somos fogo em movimento, ou no combate aproximado; nós fazemos os bandidos pedirem perdão por seus pecados”.

176 Instrutores, no plural mesmo, porque algumas disciplinas tais como defesa pessoal estariam sendo ministradas por um instrutor (o titular da disciplina) apoiado por um assistente.

realizada no tatame¹⁷⁷ que existe na Segunda Companhia. Os alunos treinaram, neste dia, técnicas de defesa pessoal contra ataques desferidos com armas brancas (facas, punhais).

No início da aula, o instrutor tratou da importância de o policial militar conhecer o próprio corpo, bem como de este saber usar o mesmo. “O corpo é um ótimo instrumento para a contenção física de pessoas, se bem utilizado. Não causa tantos danos quanto uma arma pode causar, seja ela a PR 24 ou a pistola”.

Após as observações efetuadas, os alunos realizaram exercícios de aquecimento muscular, alongamento e, a seguir, a aula propriamente dita teve seu início. As técnicas eram mostradas pelos instrutores e, logo em seguida, duplas de alunos repetiam os movimentos.

Em outra data, acompanhamos a prova (avaliação) da disciplina de Defesa Pessoal, aplicada para todo o grupo de alunos.

Esta consistiu no sorteio de cinco (5) números (feito por cada aluno que compunha as respectivas duplas), de um total de quarenta (40). Cada número correspondia a um movimento (uma técnica) específico que o aluno precisava demonstrar.

Figura 85: Alunos praticando com a “tonfa (PR 24), no Parque “Jaime Canet Junior”.
Praticavam com lado direito e esquerdo



Fonte: Arquivo Pessoal (agosto de 2010)

177 Local reservado para a prática de artes marciais. Apresenta material emborrachado (tatames) no chão para absorver o impacto dos corpos. Evitando deste modo as lesões.

Figura 86: Instrutores conversando com alunos antes de uma aula de “defesa Pessoal”



Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figura 87: Armas utilizadas nas aulas de “Defesa Pessoal”



Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figuras 88 e 89: Aplicação e ou defesa de “golpes traumáticos”



Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figuras 90 e 91: Técnicas de chaves e torções articulares



Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figura 92: técnica de estrangulamento

Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figura 93: Algemação, após imobilização

Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figura 94: Uso da “tonfa” para imobilizar

Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figura 95: Defesa de “arma branca”

Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Educação Física

A matéria de Educação Física foi uma das que manteve a maior carga horária no Curso de Formação de Soldados. Em várias ocasiões, percebemos (na fala dos instrutores e dos próprios alunos, bem como nas atividades cotidianas desenvolvidas no Curso) que um dos elementos extremamente valorizados era o que se ligava à consolidação da capacitação física dos policiais.

Deste modo, buscamos na medida do possível acompanhar esta matéria. Em um dos momentos, verificamos que o primeiro Pelotão se encontrava no anfiteatro da 2ª Companhia, no período da manhã, para desenvolver as atividades do dia.

Os alunos assistiram a um vídeo sobre motivação, que retratou a relação

entre funcionários e líderes. Segundo o instrutor da matéria, a história de “um líder que fazia com que seus funcionários se sentissem amados”. Esse líder era “Jesus Cristo”.

O instrutor de Educação Física, após o vídeo ter sido apresentado, afirmou: “Deus nos fez para sermos cada vez melhores!”. “No topo, é lá que a gente vai se encontrar!”.

O filme acabou sendo uma homenagem ao Oficial, assessor da coordenação do Curso de Formação de Soldados, pelo fato de este, segundo o instrutor de Educação Física, ter conquistado a disciplina dos alunos.

Para este instrutor, diferentemente de Pato Branco, onde a Coordenação do curso estaria enfrentando inúmeros problemas disciplinares, advindos dos alunos¹⁷⁸; em Beltrão o curso estaria transcorrendo dentro da “normalidade esperada”.

Alguns alunos falaram do fato de estarem sendo “lapidados”. Para outro, os “talentos” de cada um deveriam ser colocados a serviço do “trabalho da equipe”.

Alguns afirmam coisas do tipo: “Sempre se deve buscar melhorar. A missão, por mais difícil, deve ser cumprida!”.

O Oficial/assessor da coordenação do curso se pronunciou: “Todos nascemos com uma essência boa. Alguns são lapidados de forma positiva, outros de forma negativa”. E mais: “Não é humilhando vocês que nós vamos conseguir que vocês alcancem o objetivo”. “Queremos, na nossa caserna, pensar que estejam realmente dispostos a se doar”. “Não queremos funcionários públicos, apenas!”. “Busquem o topo, mas não percam a essência boa que vocês têm!”.

Um aluno falou: “É importante acreditar no colega. Ver o lado bom do colega”. Após estas falas, houve conversa entre o instrutor e o Oficial, na qual foi relatada a dificuldade que alguns alunos estariam enfrentando para a realização de determinados exercícios.

Neste dia, a aula de Educação Física girou em torno do que chamaram de “circuit” (ou circuito auxiliar) que se caracteriza por intercalar exercícios aeróbicos e anaeróbicos. As atividades transcorreram em um Parque da cidade, denominado de “Parque Alvorada”. Os alunos foram levados até lá em um micro-ônibus.

178 Em Pato Branco também estaria ocorrendo um Curso de Formação de Soldados, com 70 alunos. Segundo relatos de alguns policiais que estavam dando aulas nos dois lugares (Beltrão e Pato Branco) nesta cidade estariam ocorrendo uma série de problemas de “ordem disciplinar”. Foi-nos relatado também o fato de alguns instrutores estarem se “excedendo” nas aulas, como o instrutor de defesa pessoal que teria atingido um aluno por meio de um golpe, diante do questionamento feito pelo aluno sobre como sair de determinada situação de luta contra um “meliante”...

Acompanhamos a turma até o local e lá permanecemos por aproximadamente uma hora.

Retornamos com o grupo até a Companhia e então conversamos mais detidamente com o instrutor de Educação Física, que afirmou que esta matéria na Polícia Militar era praticada a partir de elementos disciplinares advindos do mundo militar, ou seja, do exército.

Neste sentido, nas competições que ocorriam, de acordo com o instrutor, quem “perde paga” flexões de braço e/ou abdominais (porque “não atinge a perfeição”). O “castigo” serviria como ferramenta para que se atingisse os objetivos, relacionados à aquisição de um bom condicionamento físico por parte dos alunos.

Para o instrutor, “a resistência física é importante para o policial militar, porque o tempo de trabalho” (organizado a partir de escalas de serviço) “é longo e eles têm que ter resistência”. E ainda: “Se o policial tiver que correr atrás de um meliante, precisará ter resistência!”.

Questionamos sobre outros critérios e ou objetivos a serem alcançados por meio das aulas de Educação Física. Ele respondeu que o condicionamento físico na Polícia Militar também é importante “para preservar a qualidade de vida dos policiais”, pois estes, desde o tempo de alunos, “passam por momentos estressantes” no seu cotidiano. Estando, por isso, sujeitos a “desenvolverem problemas de saúde como a depressão”.

A profissão de policial, segundo o instrutor, “intercala momentos bons, de realização; com momentos pesados, vivências traumáticas”.

E mais: “A polícia vive sendo pressionada para não ser violenta, por um lado; mas, por outro lado, é cobrada pela população para ser arbitrária”. O que mantém a atuação policial sob pressão constante.

Também houve relato, por parte do instrutor, sobre o fato de a disciplina de Educação Física ter uma carga horária de oitenta horas, uma das mais extensas do Curso. No entanto, o instrutor afirmou que depois de formados os policiais não são instigados, cobrados, para manterem a prática da atividade física.

Para ele, a continuidade da prática de exercícios físicos iria depender exclusivamente da iniciativa particular de cada comandante de Batalhão e/ou da Companhia.

O exemplo citado pelo entrevistado foi o da própria Companhia da cidade de Francisco Beltrão. Segundo ele, há alguns anos atrás um Comandante teria

instituído como norma que os policiais deveriam realizar atividades físicas pelo menos duas vezes por semana. Isto poderia ser feito por meio da prática de musculação, em alguma academia da cidade. Porém, a medida adotada, com o passar do tempo, perdeu força.

Nosso entrevistado ainda afirmou que, do ponto de vista da estrutura oferecida aos policiais para a prática de atividades físicas, haveria uma realidade longe da “ideal”. Apenas na Capital do estado do Paraná, Curitiba, existiria uma academia pertencente à Polícia Militar que possibilita aos policiais a continuidade das atividades físicas.

Para o instrutor, “A maioria dos policiais é obesa”. “Apenas alguns mantêm seus treinamentos depois de formados... Bancando do próprio bolso as atividades”.

Em outra data, acompanhamos o trabalho efetuado com os dois Pelotões, por meio da matéria de Educação Física, no período da tarde. Neste dia, encontramos os alunos em forma, no pátio da 2ª Companhia. Usavam roupas de ginástica, abrigos e ou roupas “camufladas” (parecidas com as do exército).

O instrutor de Educação Física organizou, para este dia, uma atividade com os dois Pelotões. Esta atividade consistiria na realização de exercícios na pista de decatlo do Exército.

Após os exercícios rotineiros de ordem unida os alunos realizaram exercícios de aquecimento e uma corrida de 2 km até o local (feita, na sua maior parte por uma estrada não pavimentada).

Acabamos dando carona para um aluno, que estava machucado, até o local da realização das atividades. O mesmo aluno afirmou que a questão disciplinar praticada nas dependências da Polícia Militar, no transcorrer do curso de formação, era mais intensa do que aquela existente no exército (o aluno teria passado um ano prestando serviços às forças armadas¹⁷⁹).

Chegando ao local reservado para as atividades do dia conversamos com os Coordenadores do Curso de Formação e com o instrutor da matéria de Educação Física. Explicaram que estariam organizando a atividade a partir da consolidação de oito equipes (oito grupos de alunos). Estas equipes participariam de uma “competição”, após terem feito um trabalho de reconhecimento dos “aparelhos”.

179 Embora esta informação contrastasse com a leitura advinda de outros alunos, que achavam a disciplina do exército mais “dura” e excludente, o fato é que retratava a existência de um padrão de cobrança comportamental nada desprezível (existente na polícia militar).

Segundo o Oficial/Coordenador do Curso, a ideia de consolidar equipes competitivas dar-se-ia com o objetivo de motivar os alunos para que desenvolvessem o “senso de trabalho em equipe”, pois precisavam entender que aquele que ficasse para trás estaria prejudicando o rendimento de toda a sua “equipe”.

Este senso de “equipe” deveria ser introjetado de modo a ser praticado quando os alunos estivessem trabalhando na Corporação, ou seja, após o período de formação.

Os alunos passaram a fazer um reconhecimento dos aparelhos. Alguns apresentaram escoriações devido ao impacto de seus corpos com os aparelhos. Além disso, todos estavam muito sujos, por conta dos exercícios praticados. Alguns aparelhos exigiam, dentre outras coisas, que os alunos rastejassem no chão.

Estava muito quente, temperatura nos trinta e três graus, e os exercícios transcorreram em local aberto, ou seja, sem proteção solar.

Em determinado momento, observamos que uma aluna estava chorando, pois enfrentava dificuldades para lidar com alguns aparelhos. O instrutor da matéria de Educação Física e o Coordenador do Curso conversaram com ela, tentando dar-lhe estímulo para que continuasse.

Saímos de lá às 16h00min, e os alunos ainda estavam na fase do reconhecimento dos aparelhos!

Estes exemplos mostram que a questão do condicionamento físico tem uma importância nos cursos de formação de soldados. É vista como elemento que possibilita ao policial manter-se “firme” diante de horários de trabalho “extenuantes” e, do ponto de vista psicológico, desgastantes.

Além do mais, retrata uma leitura que vê a tarefa policial como dependente de características como coragem, destemor e “insensibilidade” (diante da dor e ou do cansaço).

De todo modo, como o instrutor deixou claro, o fato é que esta cobrança com relação ao “físico” tende a afrouxar assim que os alunos começam a trabalhar. Isso mostra uma das dicotomias que perpassam o mundo do policial militar, a que mantém, de um lado, a extrema importância dada ao condicionamento físico (a capacidade do uso da força); e de outro lado, a que mantém uma postura pouco profissional direcionada à manutenção e/ou qualificação desta força física.

Este fato pode ser exemplificado por meio da experiência que tivemos

enquanto instrutores de Defesa Pessoal Policial, ministrada para membros da Polícia Militar da cidade de Francisco Beltrão. Desde quando trabalhamos com policial da RONE (um grupo tático considerado de elite), percebemos a quase total falta de conhecimentos, por parte deste grupo, acerca de técnicas de contenção física e/ou de uso da PR 24 (da tonfa policial).

Figura 96: Alunos chegando no “Parque Alvorada” para realizarem atividades físicas



Fonte: Arquivo Pessoal (agosto de 2010)

Figura 97: Fazendo “aquecimento!”



Fonte: Arquivo Pessoal (agosto de 2010)

Figura 98 e 99: Alunos realizando as atividades físicas previstas



Fonte: Arquivo Pessoal (agosto de 2010)

Figuras 100 e 101: Alunos realizando o “esfriamento muscular” para irem embora



Fonte: Arquivo Pessoal (agosto de 2010)

Figuras 102 e 103: Alunos em mais um dia de atividades físicas



Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figuras 104 e 105: Deslocando-se até a pista do exército para realizarem atividades físicas



Fonte: Arquivo Pessoal (agosto de 2010)

Fonte: Arquivo Pessoal (agosto de 2010)

Figuras 106 e 107: Alunos fazendo o “reconhecimento” da “pista do exército”



Fonte: Arquivo Pessoal (agosto de 2010)

Figuras 108 e 109: Alunos realizando as provas na “pista do exército”



Fonte: Arquivo Pessoal (agosto de 2010)

Figuras 110 e 111: Mais “aparelhos”



Fonte: Arquivo Pessoal (agosto de 2010)

Figuras 112 a 115: Outros aparelhos da “pista do exército”



Fonte: Arquivo Pessoal (agosto de 2010)

Tiro Policial

A matéria de Tiro Policial também foi objeto de acompanhamento. Cabe ressaltar que foi uma das matérias com maior carga horária no Curso de Formação de Soldados. Tida como uma das mais importantes, conforme apareceu na fala de instrutores e alunos. Foi ministrada pelo Coordenador do Curso.

Em um dos momentos/dias de observação, encontramos o Segundo Pelotão sendo orientado pelo instrutor da matéria. A aula, neste dia, ocorreu no anfiteatro e versou sobre a postura¹⁸⁰ a ser adotada pelos policiais no cotidiano profissional.

Neste momento, foi dito: “Não pensem e ou atuem como vítimas!”. “Antecipem-se às situações!”. E mais: “Tomem cuidado ao se deslocar em lugares públicos e/ou de grande movimentação de pessoas!”.

¹⁸⁰ A questão da postura e ou das disposições corporais era uma questão recorrente no Curso de Formação de Soldados. Para além de ser exercitada no dia a dia (por meio dos exercícios de ordem unida) perpassava várias matérias do Curso.

Para o instrutor, o policial “não pode se deixar dominar por nenhum cidadão!”. A partir destas orientações, passou a explicar a importância, para os policiais, do “uso correto do canivete”. Segundo o instrutor, este objeto poderia ser usado como arma em caso de extrema necessidade. Contudo, deveria ser portado pelo policial e manuseado com precisão, se preciso fosse.

Também afirmou: “É preciso saber acertar pontos vitais do oponente, em caso de luta, sem matá-lo!”. E fez algumas demonstrações de como usar a “arma”, com o auxílio de um aluno.

Conforme realizava os movimentos, explicava: “Saber usar um canivete ou uma faca é essencial para um policial. Este precisa saber que a própria empunhadura da arma permite usá-la de diferentes maneiras para o ataque”.

Após as demonstrações, foram retratadas questões concernentes ao tiro policial. O instrutor explicou que as instruções dar-se-iam, num primeiro momento, por meio do “tiro a seco”, ou seja, por meio da utilização da arma desmuniada. Isto para que os alunos fossem se acostumando aos poucos com as armas a serem utilizadas no trabalho policial (notadamente a pistola).

Seguiram-se explicações sobre as principais posições utilizadas para o tiro policial: “Posição wiver”, na qual o policial se mantém em pé, adotando uma posição “mais de lado” e/ou de perfil para o alvo.

“Posição isósceles”, na qual o atirador fica numa posição mais frontal e agachada, embora em pé. Essa posição é parecida com a de um “lutador de boxe”.

A questão dos “vícios” ou das posturas erradas na hora de se utilizar as armas de fogo foi apresentada, tais como a “mania de atirar com uma única mão”. A importância de os alunos aprenderem a atirar de todas as posições possíveis foi ressaltada (estando o policial “sentado”, “em pé”, “deitado”, “agachado”). Segundo o instrutor, as situações com as quais os policiais se deparam nas ruas são muito variadas. Afirmou: “Vocês vão correr, pular muros, ficar cansados, e depois irão atirar... Não vão encontrar uma situação ideal”.

Foram mostradas, via Power Point, situações de tiro policial em que três policiais atuam de forma conjunta (comumente utilizada para entrada de ambientes de risco). Técnica que, de acordo com o instrutor, exige uma “sincronia muito grande para funcionar”. Só podendo ser realizada após muito treinamento.

O instrutor chamou a atenção dos alunos, ainda, para a “posição sul”, através da qual a arma portada pelo policial fica apontada para baixo, enquanto este

se desloca em ambiente de risco ou após atirar e ter que prosseguir para alvos múltiplos.

Elementos que envolvem a precisão do tiro policial foram analisados, tais como a temperatura do cano da arma e a pressão atmosférica. Outra instrução repassada foi a que demonstrou que a parte do dedo que pressiona a arma também interfere na direção/precisão do tiro. Deste modo, a parte da ponta do dedo indicador é que deve pressionar o gatilho da arma, devagar e de forma contínua.

A questão da respiração, outro ponto que influencia na precisão do tiro policial, também foi analisada. Segundo o instrutor, o controle da respiração deve ser feito da seguinte maneira: o policial deve encher os pulmões de ar e quando for soltar o mesmo deve fazê-lo apenas em torno de 60% (neste ponto, deve ser feito o disparo com arma de fogo).

Ainda afirmou que: “Se o policial encher o pulmão demais ou de menos, seu braço vai tremer e ele vai errar o alvo”.

Outras questões como a do acompanhamento do alvo após a feitura dos disparos (o que no meio policial se conhece como *visada* ou *follow through*) foram analisadas.

Para o instrutor, a técnica de efetuar dois disparos seguidos (*double tap*) seria mais indicada para certas situações de confronto armado. Dois disparos no tórax “têm um efeito arrasador”, pois como esta parte do corpo é constituída, em grande medida, por água, é capaz de absorver “bem” um projétil (um disparo). No entanto, se receber impacto de dois disparos consecutivos não terá condições de se recobrar (devido ao choque causado no indivíduo).

Da mesma forma, detalhes como o cuidado na hora de guardar a arma (quando o policial não está em serviço ou quando está de férias) foram analisados. O instrutor alertou que o policial não pode esquecer sua arma em lugares em que os filhos ou a esposa possam achar.

Se deixarem a arma em casa, os policiais devem tirar o carregador da mesma, como também devem deixá-la travada. De todo modo, guardar a arma em casa não seria uma boa opção para os policiais. Os “malandros geralmente sabem onde mora o policial, e então podem cuidar quando este sai para poder furtar sua arma”. No caso de tirarem férias, a melhor opção é guardar sua arma no quartel, pegando um recibo.

Uma intrigante informação foi passada aos policiais: Para que “não ensinem

as mulheres a atirar, pois estas podem atirar nos próprios policiais”.

A questão da farda também foi discutida. Foi dito que o policial militar precisa acostumar-se com a farda, e que esta “não pode ser muito apertada, pois deste modo impede os movimentos”.

E mais: é importante “amaciar o coldre, quando este ainda está novo”, porque pode “segurar” a arma quando o policial for fazer o “saque”. Do mesmo modo, é fundamental “familiarizar-se com a arma nova”, pois esta pode “travar” na hora dos disparos.

Como sugestão o instrutor disse: “Então, se estiverem na viatura e ocorrer alguma situação onde precisem da arma, retirem ela do coldre e fiquem em posição sul (arma apontada para baixo) até chegar ao local para o qual forem chamados”. E ainda ressaltou: “Assim que se formarem vocês devem comprar um canivete, uma boa lanterna, um cinto melhor adequado ao trabalho de vocês”.

Insistiu, por fim, quanto ao fato de os alunos tomarem precauções no “estande de tiros”. Neste local, deveriam utilizar os equipamentos de proteção para ouvidos, olhos e o colete, para evitarem acidentes; até porque os instrutores com o tempo faziam exercícios no sentido de “xingarem, pegarem o lado emocional dos alunos”, para “ver a reação, sob pressão”.

Isto tudo para que “quando já estiverem trabalhando e enfrentarem uma situação de risco, nas ruas, não ‘batam pino’, ‘não colem as placas’”. Diante disso, afirmou: “Se não souberem a história da polícia vocês não vão reprovar no curso. O que precisam dominar são as técnicas de tiro, a defesa pessoal, para saírem para o trabalho e poderem voltar para casa no final do dia”.

Em outra oportunidade, acompanhamos mais uma vez a aula de Tiro Policial, agora no “estande de tiros”. Neste dia, o instrutor trabalhou as diferentes posições utilizadas para o tiro policial. Percebemos que os exercícios foram feitos por fases, para possibilitar o aprendizado gradual das “posições corporais” exigidas para a prática do tiro.

Na posição um, os alunos seguravam cinto e pegavam arma do coldre; na posição dois, os alunos retiravam a arma do coldre, até a metade; na posição três, mantinham a arma à frente do corpo, na linha da cintura; na posição quatro, atiravam, segurando a arma com o apoio das duas mãos.

A questão das diferentes formas de alimentação da arma foi vista, neste dia, sob três perspectivas e/ou sob três formas: uma primeira chamada administrativa,

em que os alunos colocavam o carregador na arma, que estava no coldre. Uma segunda, chamada tática, através da qual depois de efetuarem os disparos, os alunos deveriam ejetar o carregador da pistola, sempre olhando para o alvo, pegar outro carregador e colocar na arma. Uma terceira, por meio da qual os alunos efetuavam disparos e deixavam o carregador cair ao chão, colocando outro e prosseguindo com os disparos. Segundo o instrutor, a maneira de “Steven Seagal”.

As diferentes maneiras de alimentar a arma, ou seja, trazer para o “cano” o projétil a ser utilizado também foram vistas. A primeira chamada de método israelense, onde o policial faz “uma concha com a mão que não é usada para os disparos” e “bate” na parte de cima da arma, mantendo a mesma apontada para o alvo.

A segunda, denominada de método americano, onde o policial faz uma concha com a mão que não está portando a arma e “bate” na parte de cima da arma, mantendo a mesma apontada para baixo.

Em determinado momento, enquanto instrutor dava explicações, observou que um aluno tentava se proteger do sol (pois estava muito calor e o sol escaldante). Assim, disse: “Por que eu estou no sol e você na sombra? Venha para o sol também!”.

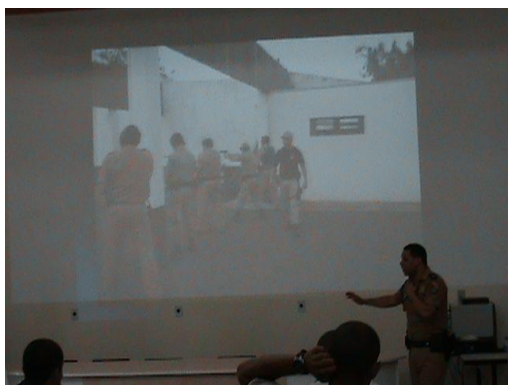
Tivemos oportunidade de acompanhar algumas aulas realizadas no “estande de tiros”, onde os alunos exercitavam disparos com a pistola e com outras armas (inclusive de cano longo). Embora fizessem uso de protetores de ouvido e de visão, não havia material de segurança suficiente para todo o grupo (de todo modo, não houve acidentes envolvendo os alunos do Curso).

Em determinadas aulas da disciplina de Tiro Policial foram feitos trabalhos “psicológicos com os alunos”. O auxiliar do instrutor de tiro policial, durante determinados exercícios, ficava pressionando, gritando com o aluno que iria “entrar em cena e efetuar os disparos”, para testar a capacidade de resposta diante de situações de risco.

Segundo o instrutor, isto ocorria porque depois de formados os alunos enfrentam situações de confronto armado. Situações nas quais precisarão agir sob pressão, tomando a decisão de atirar ou não (numa fração de segundos).

Neste sentido, os treinamentos foram feitos não só no “estande de tiros”, mas em ambientes preparados pelos instrutores para que pudessem ser simuladas situações de confronto armado.

Figuras 116 e 117: Imagens (Power Point) retratando posições de tiro policial



Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Figuras 118 e 119: Mais exemplos de posições para o tiro policial



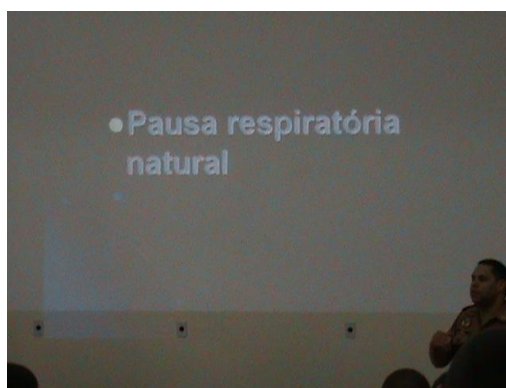
Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Figura 120: Uso correto do dedo no disparo da pistola na hora do “disparo com a pistola”



Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Figura 121: A importância da respiração na hora do “disparo com a pistola”



Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Figura 122: Instrutores conversando no “estande de tiros”



Fonte: Arquivo Pessoal (novembro de 2010)

Figura 123: Alunos “amaciando os coldres” (os cintos)



Fonte: Arquivo Pessoal (novembro de 2010)

Figura 124: “Posição Sul!”



Fonte: Arquivo Pessoal (novembro de 2010)

Figura 125: “Atirar!”



Fonte: Arquivo Pessoal (novembro de 2010)

Figura 126: Instrutor observa aluno praticando tiro com a pistola



Fonte: Arquivo Pessoal (novembro de 2010)

Figura 127: Aluno (xerife da Semana) entregando as pistolas para os colegas



Fonte: Arquivo Pessoal (novembro de 2010)

Figura 128: Alunos confeccionando os alvos para a prática do tiro policial



Fonte: Arquivo Pessoal (novembro de 2010)

Armamento

A matéria de Armamento também foi alvo de nossas observações. Em determinado dia acompanhamos uma aula realizada no anfiteatro e ministrada para os dois Pelotões.

A aula foi direcionada a fim de que os alunos manuseassem as pistolas (desmuniadas), colocando e tirando os carregadores da arma. Cada aluno ainda montou e desmontou a pistola pelo menos uma vez.

Em seguida, o instrutor repassou orientações sobre o desmonte de uma arma de “cano longo” e/ou de “longo alcance”. Falou da “capacidade de dano provocado por esta arma”, caso seja utilizada.

Detalhes como o do alcance dos projéteis disparados por tal arma (que possui um limite ideal de 25 metros de alcance) foram vistos. Entretanto, segundo o instrutor, se for utilizada num “raio de dez a doze metros causa um estrago fenomenal!”, uma vez que nesta distância mais de 70% dos projéteis atingem o alvo.

A técnica do “tiro instintivo”, ou seja, “sem alça de mira” também foi analisada. Isto porque muitos “confrontos” policiais se dão a poucos metros de distância dos “alvos”, ocorrendo em “frações de segundos”.

O instrutor insistiu para importância de os alunos conhecerem e cuidarem de todos os detalhes da arma, tal como o ferrolho, a menor peça da arma, porém um item muito importante.

Foram ressaltadas questões como o cuidado que os policiais devem ter para

não deixarem sozinhas, na viatura policial, as armas “calibre doze”. Descuido que por vezes ocorre e que facilita a ação de alguém mal intencionado, no sentido de este se aproximar e furtar a arma.

Por isso, seria importante que os policiais conhecessem e usassem a “bandoleira”, uma espécie de cinto acoplado à arma calibre doze e que permite ao policial prender a mesma ao seu corpo, tornando possível seu deslocamento.

O instrutor se ressentiu do fato de que “ainda hoje não existe uma estrutura que permita o treinamento continuado” dos policiais (depois de formados) no que tange à prática do tiro policial.

Por isso, a importância de se utilizar armamentos de manuseio simples, como revólveres (por apresentarem menos problemas de manuseio e exigirem processo de conservação mais simples).

Falou sobre a questão da “segunda arma” (lembramos que outro instrutor já havia comentado sobre este tema), afirmando que não “vale a pena” tê-la. Para este instrutor, seria mais interessante os policiais “trabalharem com o elemento surpresa, se antecipando às situações” ao invés de contarem com questões como a do uso de uma segunda arma.

O uso de armas de fogo por parte de civis foi analisado da seguinte maneira: “Existe uma crença equivocada de que o porte de armas vai espantar os bandidos”. Segundo o instrutor, o que ocorre é justamente o contrário, ou seja, a existência de armas nas residências “atrai” os “marginais” para estes locais.

Conforme apontou, 80% dos furtos residenciais são praticados por “meliantes” atrás de armas de fogo. Deste modo, o cidadão que tem uma arma em casa acaba contribuindo para “municar os meliantes com armamento”.

Durante a aula, o instrutor chamou atenção dos alunos para “alguns procedimentos de segurança que devem fazer parte do dia a dia do policial”. Foi utilizado como exemplo o caso de dois policiais assassinados na cidade de Onório Serpa, cidade da Região Sudoeste do Paraná (ressaltamos o fato de que o instrutor de armamento, à época dos homicídios, era Comandante na cidade de Onório Serpa), por isso, mostrou-se bastante abatido ao comentar o caso.

Usou o “caso Onório Serpa” como modelo para ressaltar a importância de os policiais se anteciparem às situações e tomarem certos cuidados (primordiais) para exercerem sua profissão com segurança. Deste modo, citou alguns erros de procedimento praticados pelos policiais:

1º) Estes teriam sido ameaçados e não teriam levado o caso ao conhecimento dos superiores (os homicidas eram membros de um grupo de “sem terra” de Honório Serpa). E afirmou: “Quando um policial é ameaçado o caso é grave e deve ser levado ao conhecimento do comando, para que uma resposta imediata seja dada!”.

2º) Foram fazer a segurança de uma “festa do interior”, onde se encontrava a família dos “meliantes”. Ao tentarem separar uma briga em que os indivíduos que haviam ameaçado os policiais estavam envolvidos (sem uso de coletes e desarmados), acabaram sendo assassinados pelo pai de um dos jovens envolvido na “briga”.

O atirador teria se aproximado do policial e com uma arma de cano longo o teria atingido no pescoço. Em seguida, o outro policial teria sido dominado e também alvejado por arma de fogo.

Em outra ocasião, acompanhamos a aula de armamento que transcorreu no estande de tiros da 2ª Companhia, e aonde os alunos efetuaram disparos com arma longa, sendo incentivados a manusear o armamento a partir de várias posições:

A chamada posição um, onde os alunos, agachados (sentados sobre um dos calcanhares) atiravam;

A posição dois, onde efetuavam tiros mantendo-se em pé;

A posição três, mantendo disparos ainda a partir da posição em pé, só que sem apontar para o alvo (no chamado “tiro instintivo”).

A cada apito do instrutor, um grupo de três alunos avançava e efetuava os disparos em cada uma das três posições. A arma usada possuía alcance de 80 metros.

O instrutor chamou a atenção para o fato de que a alça de mira não poderia ser focada, ou seja, de que os alunos não poderiam manter os dois olhos abertos na hora de efetuarem os disparos nos “alvos”. Eles deveriam utilizar apenas um olho.

Também reclamou da falta de coletes, pois não havia este equipamento de segurança em quantidade suficiente. Do mesmo modo, não havia protetores de ouvido e óculos para todos os alunos. Equipamentos de segurança que também são necessários no estande de tiros.

Percebemos que algumas armas falhavam na hora da execução dos tiros. Encontrando-se, algumas delas, bastante desalinhadas.

Em outra ocasião, acompanhamos, mais uma vez, a aula de armamento

(realizada no estande de tiros). Neste dia, verificamos que o instrutor da disciplina demonstrou não ser tão afeto à negociação policial, “dependendo do perfil psicológico apresentado pelo marginal” e da situação encontrada. Durante as instruções feitas com arma de longo alcance, afirmou: “Vocês devem utilizar o tiro com arma de longo alcance para atingir sua caça de forma mais eficaz...”.

Suas palavras davam uma conotação de incentivo a uma ação mais agressiva por parte da polícia militar, diante de situações de risco e/ou de iminente confronto com “marginais”.

Embora sua posição fosse, o tempo todo, justificada (“em caso de risco iminente, o policial deve agir rápido e com firmeza”), sua voz explicitava, segundo nosso entendimento, uma relação “conflitual” existente no Curso de formação de soldados, turma 2010. Por um lado, existia um movimento encabeçado por matérias como Direitos Humanos e que parecia apontar para a instauração de uma postura profissional mais afeta à negociação e ao uso de técnicas preventivas de policiamento.

De outro lado, havia uma postura que preservava os valores de uma polícia ostensiva, mais afeta ao combate, por meio de disciplinas como a de tiro policial e armamento.

Figura 129: Instrutor mostrando o mecanismo de funcionamento da pistola



Fonte: Arquivo Pessoal (novembro de 2010)

Figura 130: Instrutor mostrando o mecanismo de funcionamento da arma de cano longo



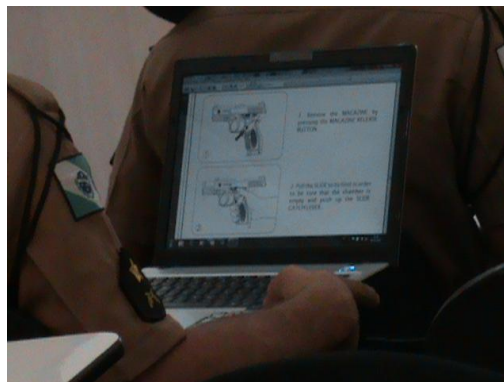
Fonte: Arquivo Pessoal (novembro de 2010)

Figura 131: Cada aluno tinha que ir à frente do grupo para desmontar e montar a arma



Fonte: Arquivo Pessoal (novembro de 2010)

Figura 132: Aluno pesquisando na “internet” sobre a pistola



Fonte: Arquivo Pessoal (novembro de 2010)

Figura 133: Aula no “estande de tiros”



Fonte: Arquivo Pessoal (novembro de 2010)

Abordagem Policial

Outra matéria que acompanhamos foi a de Abordagem Policial. Que também contou com uma carga horária alta.

Em um dos momentos de observação presenciamos um dos Pelotões no pátio da 2ª Companhia recebendo orientações do instrutor da matéria. Este chamava a atenção para o “padrão de abordagem” que, segundo ele, deveria “ser igual”, independente de o policial “ser mulher” ou ter uma “estatura baixa”.

Conforme o instrutor, a “entonação de voz é muito importante”, bem como o cuidado com as frases utilizadas nas abordagens, uma vez que as abordagens não poderiam dar vazão para “bate boca”. O policial “não pode xingar a população, os

cidadãos!”. Mesmo o “desocupado” não pode ser chamado de “vagabundo”. Mesmo a prostituta não pode ser ofendida, pois se o for “ela vai xingar o policial”. Para o instrutor: “Todos devem ser chamados de “cidadão””.

Neste dia, foram feitos exercícios correspondentes à técnica policial denominada “entrada em recinto fechado”, ou seja, a técnica correta (segura e técnica) que deve ser utilizada pelos policiais para entrarem em bares e/ou locais que estejam abrigando pessoas suspeitas ou procuradas pela justiça.

O local, que serviu de base para o treinamento, foi uma das salas de aula utilizadas no Curso de Formação de Soldados. Dois alunos entravam rapidamente nesta (o exercício supunha que seria um bar) ordenando para que todos os que se encontrassem no recinto (no caso, alguns alunos do Curso de Formação de Soldados, travestidos de cidadãos suspeitos, portanto armas e/ou drogas) colocassem as mãos na parede.

A técnica consistia em um aluno ficar fazendo a “vistoria” nos “suspeitos” e/ou nos “abordados”, enquanto outro observava a todos, mantendo a arma em mãos (na “posição sul”) apontada para baixo.

A instrução se deu no sentido de os alunos efetuarem buscas no corpo dos “suspeitos, a fim de encontrarem armas ou entorpecentes que porventura estivessem “escondidos”. Quando encontravam estes objetos, eram instruídos a ordenar (em voz alta e postura firme) para a pessoa se ajoelhar, cruzar os pés um sobre o outro e colocar as mãos na cabeça. Depois disso a algemavam.

Os procedimentos jurídicos a serem tomados durante e/ou após a abordagem também foram analisados. Vários alunos fizeram o exercício, sob a supervisão do instrutor e de um assessor.

Em outro momento, verificamos que os exercícios giraram em torno da abordagem de veículo conduzido por “cidadão” transportando entorpecentes e armas.

O procedimento (treinado no pátio da 2ª Companhia) consistia em uma dupla de policiais se aproximarem (com o giroflex do carro policial ligado) do veículo conduzido pelos “suspeitos” (no caso um veículo conduzido por outros dois alunos). A técnica consistia na abordagem do veículo, na descida do carro, na revista dos suspeitos, do carro e na algemação (caso necessário).

Em outro momento, acompanhamos a aula que ocorreu no Parque Jaime Canett Junior, localizado próximo à Companhia da Polícia Militar.

Às 13h30min todos os alunos dos dois Pelotões já estavam nas respectivas fileiras e colunas. Estava 33º graus, bastante calor!

Antes do começo da aula, os instrutores conversaram com os alunos, que permaneciam imóveis nas respectivas fileiras e colunas, chamando a atenção para questões como “disciplina, atenção, seriedade”. Foi dito que determinadas brincadeiras e posturas “desleixadas” que alguns alunos “insistiam” em manter já deveriam ter sido substituídas pelo domínio de determinados “comportamentos” e ou posturas.

A aula transcorreu a partir da realização de diversas “manobras” de abordagem, analisadas de forma conjunta entre instrutores e alunos. Mais uma vez se pôde constatar que o Curso, por meio de suas diversas disciplinas, exigia a incorporação de uma série de técnicas corporais (maneira de falar, de agir). Além disso, a questão disciplinar era recorrente.

Figura 134: Instrutores conversando com alunos antes do início da aula



Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figura 135: Iniciando técnica de abordagem em “suspeitos”



Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figura 136: Outras etapas da técnica de abordagem em “suspeitos”



Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figura 137: Revistando “suspeitos”



Fonte: Arquivo Pessoal (setembro de 2010)

Figuras 138 a 139: Outra técnica de “Abordagem Policial”. Agora em veículo conduzido por cidadãos que cometeram atos delitivos



Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Figuras 140 e 141: Continuação da técnica de abordagem em condutores de veículo, que praticaram ato delitivo



Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Figuras 142 e 143: revistando os “suspeitos”



Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Figuras 144 e 145: Prosseguem as revistas e, por fim, a algemação



Fonte: Arquivo Pessoal (outubro de 2010)

Figura 146: Entrada em recinto



Fonte: Arquivo Pessoal (novembro de 2010)

Figura 147: Enquanto um faz segurança, o outro policial se prepara para executar as "revistas"



Fonte: Arquivo Pessoal (novembro de 2010)

Figuras 148 e 149: Prosseguem as "revistas nos suspeitos"



Fonte: Arquivo Pessoal (novembro de 2010)

Figuras 150 e 151: Quando encontram entorpecentes e ou armas com alguém, o algemam



Fonte: Arquivo Pessoal (novembro de 2010)

Figura 152: Instrutor reforça a forma correta de “fazer a revista”



Fonte: Arquivo Pessoal (novembro de 2010)

As imagens colhidas em campo, junto às respectivas matérias do Curso, possibilitaram-nos adentrar de forma mais intensa o cotidiano formativo dos policiais militares paranaenses (turma 2010). Estas imagens foram utilizadas como forma de explicitarmos as observações in loco, que mantiveram a proposta de verificar as rotinas padronizadas existentes (notadamente os códigos de postura/comportamento existentes, bem como a disciplina corporal exigida dos alunos).

Tendo realizado a observação de algumas disciplinas que compuseram o currículo do Curso de Formação de Soldados, buscamos ratificar e/ou confrontar, por meio de entrevistas focais a serem realizadas com os alunos, as informações oficiais, advindas tanto da Coordenação quanto dos documentos que nortearam o

Curso, tais como o Edital, o Plano de Curso e os Códigos Disciplinares e as informações colhidas “em campo”, por meio das quais buscamos acompanhar a rotina desenvolvida no Curso.

Isto foi feito a fim de buscarmos complementar os dados que já possuíamos, completando as “lacunas” que houvessem, assim como de modo a avançarmos para o trabalho final concernente à Tese, ou seja, o trabalho de discussão, de análise dos elementos presentes no transcurso da realização do Curso de Formação de Soldados, turma 2010.

Neste sentido, consolidamos as questões para os alunos de forma a percorrermos os vários pontos de interesse da Tese (dentre eles o que envolvia a disciplina imposta e a conformação das ações dos alunos, no sentido da sua formação).

Buscamos, assim, por meio das informações colhidas, das entrevistas realizadas com estes, finalizar o trabalho de observação participante, entendendo que este processo deveria ser feito por meio de uma compilação e sistematização dos dados levantados até então, através das diversas fontes de pesquisa utilizadas. Para que, deste modo, pudéssemos delimitar o escopo da pesquisa, realizando assim a confrontação da realidade analisada com as hipóteses de trabalho.

As entrevistas com os alunos teriam então uma dupla função, a primeira de nos auxiliar a perpassar pelos vários elementos que compuseram a rotina do Curso; a segunda de confrontar a visão oficial, bem como a nossa própria visão enquanto “observadores externos” (situação que, se por um lado nos auxiliava no sentido de enxergarmos determinadas práticas por meio um olhar mais “neutro”, por outro lado, nos colocava diante de alguns limites para dar conta de entender alguns procedimentos típicos do ambiente militar).

6.4.7 AS ENTREVISTAS FOCAIS REALIZADAS COM OS ALUNOS

As questões que giraram em torno do ingresso dos alunos no Curso de Formação de Soldados, como também das exigências para a participação no Concurso Público para Policial Militar ratificaram muitas das informações apresentadas no Edital do Concurso (documento apresentado neste mesmo capítulo).

Entretanto, algumas questões chamaram a atenção, dentre as quais as que

retrataram o fato de que cinquenta (50%) das vagas teriam sido ofertadas para mulheres. Mulheres que enfrentaram dificuldades, principalmente quando da realização dos testes de aptidão física (mais especificamente na prova da “barra fixa”). Uma entrevistada comentou que de treze candidatas que teriam feito o teste com ela, apenas três foram aprovadas.

Houve também reclamações sobre o fato de os candidatos ao Concurso terem pago os exames médicos e laboratoriais, exigidos durante a realização das fases do Concurso. Alguns entrevistados afirmaram que o custo médio dos exames oscilou entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00 reais, devido ao fato de serem numerosos.

Já as questões que giraram em torno da fase pós-realização do Concurso, tais como as que se voltaram para as aulas do Curso de Formação, e que começaram oficialmente na data de dois (2) de julho; a chegada na Companhia; o que aconteceu nos primeiros dias de Curso e/ou as orientações que receberam, apresentaram alguns dados interessantes.

Quanto à definição do local de realização do Curso de Formação, foi ratificada a informação que constava no Edital, ou seja, de que esta dar-se-ia por meio de ordem de classificação no mesmo.

Segundo informações dos entrevistados, o Curso foi descentralizado (outro dado apontado pelo Edital, enquanto possibilidade), e passou a ocorrer nas cidades de Foz do Iguaçu, Pato Branco, Francisco Beltrão, Curitiba, Maringá e Londrina, locais onde existem Batalhões da Polícia Militar (com exceção da cidade de Francisco Beltrão, onde até à época da pesquisa existia uma Companhia).

Outra informação que apareceu foi a de que o primeiro Pelotão teria chegado à 2ª Companhia na data de 27 de junho, uma semana antes de começarem as aulas (e uma semana antes da chegada do segundo Pelotão).

Foi dito que, a princípio, haveria 30 vagas para a cidade de Francisco Beltrão. Entretanto, como foram feitas várias chamadas de candidatos ao Concurso, acabaram compondo o primeiro Pelotão um total de trinta e cinco (35) alunos. Num segundo momento, o 2º Pelotão também foi formado por trinta e cinco (35) alunos.

Segundo os entrevistados, na data de 25 de junho de 2010 (uma sexta-feira), saiu a lista com o resultado final de aprovação no Concurso para Policial Militar/Soldado. Esta mesma lista vinha acompanhada de convocação para que os classificados à fase posterior do Concurso (atrelada justamente ao Curso de Formação) se dirigissem de imediato para as cidades escolhidas, de modo a

começarem a nova etapa do Concurso. Os alunos teriam que estar nas respectivas localidades na data de 27 de junho.

Este prazo foi escasso, no sentido de permitir aos candidatos (notadamente os que moravam longe da Capital) deslocarem-se para as respectivas unidades da Polícia Militar que estariam sediando a fase do Curso de Formação.

De todo modo, os alunos que passaram a compor o primeiro Pelotão se apresentaram na 2ª Companhia na data de vinte e sete (27) de junho (neste primeiro momento havia um total de 26 alunos). Em 28 de junho foram até a cidade de Pato Branco para apresentarem e/ou conferirem documentação pessoal.

Foi dito por alguns entrevistados que durante a viagem até Pato Branco, que fica a aproximadamente 50 km de Francisco Beltrão (e onde se encontra o Batalhão que estaria sediando o Curso), foi mantido “silêncio total”.

Neste dia, as fichas individuais de cada um teriam sido preenchidas “em máquinas de escrever”, o que teria surpreendido alguns alunos que não conheciam o equipamento.

Quando questionados acerca da rotina instituída na primeira semana de Curso, alguns entrevistados afirmaram que esta teria se caracterizado principalmente pela “pressão psicológica intensa” direcionada aos alunos. Pressão referendada por expressões (advindas dos Oficiais que estavam recepcionando os alunos), tais como: “Seus corpos agora são meus!”. “Saudades da mamãe?”. “Alguém quer pedir baixa?”

Do mesmo modo, os alunos teriam passado por experiências, como a de ouvir uma piada (contada por um Oficial), e quando riam da mesma tinham que “pagar flexões”. Conforme relato de alguns entrevistados: “Pagamos flexões muitas vezes!”.

Além disso, precisavam pedir licença para fazer qualquer coisa, a fim de desenvolverem a disciplina e o respeito à hierarquia (segundo lhes afirmavam os Oficiais).

A questão da “apresentação pessoal” (barba feita, cabelo cortado no padrão específico) também foi outro item trabalhado nas primeiras semanas, segundo o relato dos entrevistados. Já os exercícios de “ordem unida” realizados no pátio da Companhia eram frequentes.

O grupo de alunos que acabou conformando o segundo Pelotão, por sua vez, teria recebido o Edital de convocação para o Curso de Formação de Soldados

na data de trinta e um (31) de junho, devendo se apresentar na 2ª Companhia em 5 de julho.

Um aluno comentou que teria passado a primeira semana do Curso de Formação na cidade de Foz do Iguaçu, e depois teria sido transferido para Francisco Beltrão “sem receber maiores explicações”.

Os alunos ficaram a primeira semana de Curso na Companhia, dormindo em colchões colocados no chão. Após este período foram para pensões (policiais antigos teriam auxiliado os alunos para que conseguissem moradias na cidade).

Receberam duas camisas (operação-verão), um boné, dois pares de meias, um calção de Educação Física e um par de tênis. Informação que ratificou o que as observações de campo haviam constatado.

Quanto à ajuda de custo para que pudessem se manter no Curso, foi dito que receberam, desde o final do primeiro mês de atividades, o valor de R\$ 941,00.

Perguntou-se sobre a questão da rotina durante o curso de formação: Que horas precisavam estar na companhia? Com que roupas? Qual a duração das aulas? Quantas aulas tinham durante o dia? Quantos dias na semana tinham aulas? Quais os horários de intervalo? Quando não tinham aula - por algum motivo - o que ficavam fazendo, normalmente?.

A maior parte das respostas se deu no sentido de referendar as informações já obtidas por meio das entrevistas com os Coordenadores do Curso de Formação, bem como por meio das observações de campo.

Os entrevistados afirmaram que no início do Curso, mais especificamente no primeiro mês, os alunos tinham de estar na Companhia às 06h30min. Depois, às 07h15 min, pois às 07h30min começavam as aulas. Até lá, os alunos ficavam fazendo exercícios de ordem unida, assim como recebendo instruções sobre o Curso.

As “revistas” feitas por parte da Coordenação e/ou pelos “xerifes” de turma eram frequentes, para ver se todos estavam com a “barba feita”, os “cabelos cortados conforme o padrão”. Alguns relatos evidenciavam que esta rotina teria sido introjetada pelos alunos, com o passar do tempo.

Foi dito, ainda, que o grupo formava-se por setenta (70) pessoas, organizado a partir da consolidação de dois Pelotões. Cada Pelotão tinha um “xerife” (um aluno), que a cada semana era substituído por outro, responsável por colocar o Pelotão em forma, anotar se não estava faltando alguém, apresentar a tropa para os

instrutores ou superiores hierárquicos, e ainda manter a disciplina da turma.

Estes também efetuavam o registro das aulas/disciplinas, auxiliando os instrutores neste aspecto. Além disso, todo e qualquer contato a ser feito entre alunos e a Coordenação do Curso (conduzida por um Tenente e um Sargento), precisava ser intermediada pelos xerifes de turma.

Quanto às roupas que usaram até a chegada dos fardamentos, segundo apontaram os entrevistados, se constituíram de camisetas brancas, calças jeans (azuis), calçados pretos, blusas pretas (no caso de estar frio). Os alunos teriam recebido, ainda, crachás de identificação.

Em relação ao funcionamento das aulas foi relatado que transcorreram, nos primeiros meses, de forma direcionada a cada Pelotão, ou seja, cada Pelotão – de 35 alunos – tinha aula em uma sala de aula específica (ou na sala de aula ou no anfiteatro) em uma disciplina específica e com um instrutor específico.

Contudo, a partir da segunda metade do Curso, os dois Pelotões passaram a assistir às aulas de forma conjunta (no anfiteatro). Isto por conta da realização dos Estágios e/ou por conta de aulas que teriam “atrasado” e precisaram ser repostas.

Quanto à estrutura das aulas, foram referendadas as informações já obtidas por meio de documentos, como o Plano de Ensino e por meio das observações de campo. Havia cinco aulas no período da manhã, sendo três antes do intervalo e duas após o intervalo (de 15min). A primeira aula do dia começava às 07h30min e a última terminava às 12h00min. No período das 12h00min às 13h00min, ocorria o almoço (feito na própria Companhia).

A partir das 13h15min, os alunos precisavam estar mais uma vez alinhados, “em forma”, no pátio da Companhia, de modo a realizarem os exercícios de ordem unida e receberem as instruções do dia. Às 13h30min começava a primeira aula do período da tarde (de um total de cinco), com um intervalo de vinte (20) minutos. Já as atividades da tarde se encerravam às 18h00min. Rotina que perdurava de segunda a sexta-feira.

Um dos entrevistados informou que no início do Curso não era permitido aos alunos utilizarem celulares. Conforme o tempo passou, foi sendo permitida a utilização dos celulares e de notebooks.

Quando não tinham aulas de alguma disciplina, devido à ausência de algum instrutor, normalmente faziam exercícios de “ordem unida” (principalmente no início do Curso). Passado algum tempo, estes exercícios foram substituídos por

orientações a respeito de ocorrências policiais mais comuns, encontradas pelos policiais militares.

Porém, em alguns momentos este tempo “ocioso” foi utilizado para que os alunos realizassem as avaliações (provas) de algumas matérias. Informações que também já haviam sido colhidas em campo.

Quando perguntados sobre o horário que permaneciam na Companhia após o término das aulas, alguns entrevistados responderam que as atividades (aulas) perduravam até às 18h00min. Após este horário, entretanto, “dependendo do humor do Sargento”, os alunos ficavam fazendo “exercícios de ordem unida” e/ou a “faxina da Companhia”. Houve um dia em que os alunos teriam ficado até às 23h30min “em forma”, recebendo “pressão psicológica”.

Quanto à limpeza da Companhia, foi relatado que no início do Curso de Formação cada aluno teria recebido “um vidro” para limpar, além de cada Pelotão ter ficado responsável pela limpeza da respectiva sala de aula. Depois, cada Pelotão passou a fazer a faxina de toda a Companhia, de modo que um grupo realizava a limpeza na parte interna dos prédios e/ou outro grupo na parte externa (no gramado, no pátio, nos carros).

Sobre a hospedagem na cidade, que ocorreu durante a realização do Curso, alguns entrevistados responderam que a maioria acabou residindo em “repúblicas” ou “pensões”, embora no início do Curso alguns alunos tenham ficado na própria Companhia (dormiam em colchões, às vezes, postos no chão, devido à falta de estrutura física que pudesse abarcar a estadia de todos). Apenas dois (02) alunos teriam permanecido nas dependências da Companhia.

Quanto à questão das instruções que tiveram acerca da relação para com os policiais mais antigos e/ou em relação aos superiores hierárquicos, bem como de que modo foram recepcionados durante a realização do Curso, alguns entrevistados afirmaram que “ficaram sabendo que os policiais mais antigos receberam instruções para manter distância dos alunos”. Talvez por conta de problemas que aconteceram entre estes e alguns alunos do Curso que ocorrera no passado.

De todo modo, os alunos salientaram que teriam recebido instruções no sentido de preservarem o respeito e a hierarquia diante dos superiores. Isto era feito, por exemplo, mediante a “continência” que faziam diante destes.

No entanto, a limpeza de algumas viaturas por vezes teria sido feita por “ordem” dos policiais mais antigos, mesmo não sendo uma tarefa a que os alunos do

Curso devessem se empenhar.

Foi relatada uma situação em que os alunos teriam participado de um jogo de futebol, contra os policiais antigos. Os alunos teriam vencido a partida. Quando a noite chegou e os mesmos encontravam-se dormindo (ainda no período em que a maioria teria ficado nas dependências da Companhia), teriam sido surpreendidos “por explosões de bombinhas” e por ordens de “pagar flexões”, advindas dos policiais antigos. Este teria sido “o único incidente do Curso”.

Foi feito comentário sobre o fato da presença dos alunos ter forçado os policiais mais antigos no sentido de se enquadrarem disciplinarmente, o que teria forçado também o comando a cobrar daqueles uma conduta disciplinar “exemplar”. Teria ocorrido um caso em que um policial antigo teria recebido apreensões dos oficiais e teve que “pagar flexões”.

Os alunos teriam ouvido por diversas vezes que, pelo fato de serem alunos (não serem “policiais de verdade, ainda”), estariam numa situação na qual “deviam ser subservientes” em relação a todos os membros da Corporação Policial Militar.

Mas apesar desta situação, os policiais antigos teriam ajudado os alunos a conseguirem moradias e teriam mantido uma relação de “camaradagem” para com eles.

O comando (a Coordenação do Curso), embora tenha sido exigente em termos de disciplina, também teria se aproximado dos alunos e/ou teria ajudado a resolver problemas para permanecerem no Curso.

Foi dito, ainda, que apesar da “disciplina na polícia militar” ser “severa”, esta se apresenta de modo que haja “proximidade” entre os membros que compõem a “hierarquia” (entre oficiais e não oficiais). Segundo os entrevistados, isto ocorre porque “Tenente, Sargento e policial trabalham juntos. Algo que não ocorre no Exército”.

Relatou-se ainda que os alunos sofreram cobranças por parte da Coordenação do Curso e dos instrutores para que desenvolvessem uma “disciplina consciente”. Teria sido dito a eles que enquanto alunos precisavam ser mais cobrados, pois com o tempo “absorveriam” a disciplina e o trabalho da policial militar.

O exemplo utilizado foi o das atividades físicas, bastante cobradas dos alunos. Atividades que, no entanto, após a formatura não são exigidas e/ou cobradas na mesma proporção. Isto, por um lado, foi visto pelos entrevistados como algo negativo. Mas, por outro lado, foi considerado como inevitável, até porque

“ninguém aguenta ser cobrado, nos mínimos detalhes, sobretudo o que faz o tempo todo. Como acontece enquanto se é aluno!”.

Por fim, alguns entrevistados afirmaram que teriam sido alertados para que não reproduzissem os “vícios dos policiais antigos”.

Ao serem questionados sobre as orientações que receberam no sentido da postura pessoal a ser adotada durante a realização do Curso de Formação, os entrevistados ressaltaram que foram alertados para o fato de que hábitos como os de beber e fumar, quando o policial está “fardado” não são permitidos na Polícia Militar.

Que mesmo o uso de óculos de sol é regulamentado na Polícia Militar. Não podendo, este, ser espelhado. Quanto às unhas, devem ser cortadas regularmente, o cabelo precisa ser cortado “à máquina e no número um (01)” (a cada quinze dias), a “barba” deve ser feita todos os dias (usando-se a navalha “de baixo para cima”).

Ademais, as roupas precisam estar “alinhadas”, ou seja, precisam estar preservadas nos “vincos” das camisas e nos “vincos” das calças. Foi relatado que existiam detalhes como os que se relacionam ao vinco da blusa que compõe a farda do aluno, que se diferencia do vinco da blusa que compõe a farda do policial já formado. Ainda, “coturnos” (calçados) deviam ser pintados e os cadarços serem amarrados alinhados (houve casos de alunos que ficaram “detidos” na Companhia por não terem amarrado os cadarços da maneira correta).

Os homens não podem usar brincos de nenhuma espécie. Para as mulheres, é permitido o uso de brincos pequenos (“nada de argolas”). Quando estas estiverem utilizando o boné da Polícia Militar devem manter o cabelo trançado. Ao utilizarem a boina, devem arrumar o cabelo por meio de um coque. A maquiagem não deve ser muito forte, embora tenham sido encorajadas a usar, de modo a dar um “toque feminino” ao trabalho policial.

As unhas devem ser pintadas com esmaltes claros, e os anéis, se forem utilizados, não podem conter pedras (devem ser lisos) e não podem ser utilizados em grande quantidade.

Estas questões, relacionadas à apresentação pessoal, eram rotineiramente lembradas e/ou observadas por meio das “inspeções” frequentes a que eram submetidos os alunos.

Na aula de Etiqueta Social que assistimos também apareceram questões como estas, bem como detalhes da combinação de cores e o tipo de vestimenta

mais adequada ao policial militar (mesmo este não estando fardado ou em “serviço”).

Perguntamos ainda sobre o “protocolo” que era frequentemente utilizado tanto pelo “xerife geral” na apresentação da turma aos instrutores ou superiores hierárquicos, quanto pelos próprios alunos ao se reportarem a algum Oficial. Os entrevistados disseram que seguiam o seguinte formato: “Soldado de 2ª classe, chefe geral do primeiro e segundo Pelotão, apresento Pelotão/CFSD pronto com ou sem faltas”. Se houvesse faltas, deveriam ser relatadas as justificativas. Já a apresentação individual, de cada aluno, era feita da seguinte forma: “Soldado de 2ª classe, fulano de tal, solicita permissão para falar com o Senhor fulano de tal”.

Alguns alunos informaram que esta “convenção” faz parte da rotina da Polícia Militar, uma vez que existem graus, ou seja, uma hierarquia que precisa ser “lembrada e respeitada” por todos.

Ao serem perguntados se receberam instruções acerca de maneiras de se comportar (em público) e/ou aonde poderiam ir (estando fora da Companhia), os entrevistados responderam que receberam orientações para não frequentarem “lugares incompatíveis com a classe”, tais como bares e prostíbulos. Além disso, deveriam tomar cuidado com pessoas que se aproximassem do policial para tirar vantagens e/ou para obter segurança pessoal.

Também receberam orientações quanto à postura a ser adotada no trabalho. Constantemente, ouviam que se a postura do policial for “firme, ereta, mantendo um olhar altivo, determinado”, dificilmente haverá a necessidade do “uso da força”.

De igual modo, esta postura altiva ajuda, segundo os entrevistados, para que a comunidade adquiria confiança em relação aos policiais, já que “policiais bem vestidos, com uma boa postura e cuidadosos em relação a si mesmos” são respeitados pelas pessoas.

Sobre isso, alguns alunos relataram o fato de terem sido repreendidos em determinado momento por policiais mais antigos, numa ocasião em que se encontravam reunidos com amigos (não policiais), no período da noite, em determinada rua da cidade. Estavam “de folga” das atividades relacionadas ao Curso. Os policiais que os abordaram teriam dito que “isto não é um comportamento aconselhável para policiais”.

Foi dito, ainda, que receberam orientações no sentido de não utilizarem nada que os identificassem como alunos de Curso de Formação de Policiais fora dos muros da Companhia, por uma questão de segurança.

Reportamo-nos, ainda, a questões como a do fardamento: Se receberam fardamento? Em que quantidade? Necessitavam usá-lo todo dia? Receberam orientação acerca do modo de se vestir fora do horário de funcionamento do curso? Diante das perguntas, os alunos responderam que teriam recebido, logo na primeira semana de Curso, duas camisas pólo, um boné, um tênis, dois pares de meia e um calção para a prática de Educação Física.

Já no período de início dos Estágios, receberam um fardamento (denominado “farda panamá”), de cor marrom e composto por uma “gandola” (camisa de botão) marrom, uma camiseta marrom, uma calça marrom, um “crussegum” (uma botina preta) e uma boina preta. A jaqueta, entretanto, que também deveria ter sido fornecida aos alunos, não teria chegado aos mesmos. Somente os alunos do Curso de Formação de Pato Branco teriam recebido.

Também teriam recebido cordel para colocarem no braço direito e um apito para ser utilizado nas ruas (notadamente no patrulhamento de trânsito).

Segundo relataram os alunos, normalmente, nos Cursos de Formação de Policiais Militares é utilizada a “farda safári” (camuflada, parecida com a utilizada pelo exército). Mas não teriam recebido este fardamento.

Perguntamos se receberam cinto, armamento e munições e, ainda, se poderiam utilizar as armas apenas nos horários de aulas destinadas a disciplinas como Tiro Policial ou Armamento, ou se durante a realização dos estágios poderiam usar as armas? Se se sentiam preparados para atuar nas ruas? Alguns entrevistados responderam que cada aluno recebeu um cinto preto, padronizado, ou seja, com um coldre, um porta-algemas, dois porta-carregadores e um porta-tonfa (PR 24).

Além disso, cada aluno teria recebido uma tonfa (PR 24) e uma algema (todas usadas). Chamou a atenção o fato de os alunos terem afirmado que a maioria das algemas teria vindo “sem chave de abrir”. Os entrevistados apontaram, ainda, que como os cintos eram padronizados, ou seja, com o coldre fixado do lado direito, os alunos “canhotos” encontraram dificuldades para o manuseio das armas.

Informaram também que não estavam utilizando as armas de fogo durante a realização dos estágios, pois não teriam recebido permissão para tal. Esta permissão só lhes seria dada quando tivessem finalizado as aulas de Tiro Policial e Armamento (obtendo aprovação nas mesmas).

Estariam, ainda, usando coletes balísticos, nos dias e horários da realização

dos estágios. Porém, o número (tamanho) dos coletes não seria adequado para todos os tipos físicos dos alunos.

Quanto à farda da Polícia Militar, esta estaria sendo utilizada somente nos dias de realização dos estágios.

Questionados sobre o fato de estarem recebendo suporte médico-odontológico, alguns alunos entrevistados afirmaram que sim, por meio do Sistema de Atendimento ao Servidor (SAS), o Plano de Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Paraná. Esse suporte médico era oferecido tanto aos alunos do Curso quanto aos seus familiares ou dependentes. Entretanto, afirmaram que este plano não cobre, todavia, atendimento odontológico, o qual estaria sendo feito na própria Companhia, por conta de haver um consultório odontológico instalado lá. Porém, relataram que apenas os casos de emergência eram atendidos.

Já sobre as refeições feitas na Companhia, os alunos responderam que estes eram fornecidos pelo Estado, e feitos no refeitório da Companhia. Já o café da manhã e a janta eram custeados pelos alunos. Ainda com relação às refeições, foi dito que quem “ficava detido na Companhia, nos finais de semana, recebia refeições, desde que solicitasse”.

Ao questionarmos os alunos sobre a existência de atividades que estariam desempenhando, para além das atividades em sala de aula, ou seja, se estas atividades estavam inseridas no cronograma do curso e ou se teriam efetuado algum trabalho de campo – para além dos estágios, os alunos responderam que teriam visitado o Museu Salto Segredo (localizado em uma cidade da Região Sudoeste do Paraná), denominado “força verde”. Teriam realizado “Blitz” de trânsito, com o apoio da Polícia Rodoviária Estadual. Além disso, assistiram à palestra sobre criminalística, visitaram o presídio estadual na cidade de Francisco Beltrão, onde realizaram “revistas nas celas” dos detentos.

Também fizeram exercícios de “guarda-escola”, visitaram o Corpo de Bombeiros (conhecendo a estrutura de trabalho da equipe de Francisco Beltrão).

Os alunos visitaram, ainda, o Departamento de Trânsito (DETRAN) e lá observaram a feitura das placas dos veículos. Visitaram, ainda, o Clube de Diretores Lojistas da cidade, trabalharam na segurança de jogos de futebol de campo, realizados na cidade de Francisco Beltrão.

Trabalharam na Expo-Pato, feira agropecuária e logística realizada na cidade de Pato Branco, e na Expobel, feira agropecuária e de vestuário realizada na

cidade de Francisco Beltrão. Ademais, alguns alunos participaram de atividades denominadas “operação arrastão”, na periferia da cidade, através da qual revistaram pessoas em bares e locais “suspeitos” (encontrando entorpecentes e deparando-se com pessoas que estavam respondendo por homicídio).

Nos dias primeiro e dois de dezembro, realizaram atividades “de campo”, na cidade de Cruzeiro do Iguaçu. Os entrevistados afirmaram que chegaram lá às 02h00min da manhã, sendo recepcionados com “bombas de efeito moral”. Além disso, tiveram que seguir um trajeto de 15 a 18 km no meio da mata, até chegarem ao local onde ficariam “acampados”.

Chegaram ao respectivo acampamento às 06h00min da manhã, e lá passaram a fazer uma série de exercícios físicos (em ambientes que haviam sido previamente preparados). Enquanto isso, as refeições eram escassas.

No dia dois, efetuaram o exercício que estava programado, na “pista” já reservada para este fim. Chovia intensamente neste dia, e eles atravessaram uma mata sem uso de canivetes ou facões para abrir passagem. Enquanto atravessavam a pista, eram obrigados a fazer paradas, frequentemente, para efetuarem flexões, abdominais, algumas vezes dentro da água. Da mesma forma, fizeram exercícios de “rolar na lama”.

Foi dito que alguns alunos foram empurrados, por superiores hierárquicos, para que afundassem na lama. Além disso, tiveram instrução acerca de distúrbio civil. Para isso, foram “trancados no ônibus e gás lacrimogêneo foi lançado” sobre eles.

Conforme os relatos, dormiram no chão, carregaram mochilas pesadas (a chuva fazia pesar ainda mais o material que carregavam). O trajeto foi acompanhado por aproximadamente dez policiais antigos que ficavam colocando “pressão psicológica” nos alunos, por meio de frases como: “Você é fraco!”. “Não serve para ser polícia!”.

Estes policiais possuíam apitos e os utilizavam próximo aos alunos, o que incomodava bastante, uma vez que já estavam cansados.

Perguntados sobre os objetivos a serem alcançados com estes exercícios, por parte do Curso de Formação de Soldados, os entrevistados responderam que servem para testar a capacitação física e psicológica dos policiais. Fatores de extrema importância para “o desenvolvimento das tarefas ligadas à profissão”. Alguns entrevistados, porém, afirmaram que não concordavam com a realização

destas atividades, pois as consideravam “humilhantes”.

Também perguntamos se existia algum regulamento que coordenasse as ações dos alunos durante o curso (algum código disciplinar), atuando com base em punições e/ou recompensas, e quais seriam estas. A maioria dos entrevistados informou que havia regulamentos e ações advindas da Coordenação do Curso no sentido de punir os atos considerados não-recomendáveis. Não havia, entretanto, ações voltadas ao reconhecimento e/ou para recompensar os alunos por ações praticadas.

Uma das formas de punição mais utilizadas era o “pagamento de flexões”. Outra forma de punição era o “aquartelamento”, ou o “ficar preso” nas dependências da Companhia nos finais de semana. Segundo os entrevistados, neste sentido, houve uma situação em que um Pelotão inteiro ficou “detido”.

Foi relatado, ainda, o caso de um aluno do Curso que “não pôde ir ao seu próprio noivado” porque mesmo não estando detido não poderia se deslocar para regiões do Estado do Paraná que ficassem fora da abrangência do Batalhão ao qual estava atrelado (Pato Branco).

Isto era uma regra que abrangia a todos os alunos do Curso. Desse modo, aqueles que moravam ou tinham parentes em outras regiões do Estado, não puderam visitar seus familiares durante a realização do Curso.

Ainda quanto às regulamentações disciplinares, foi dito que o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM), o mesmo do Exército Brasileiro, serviria de parâmetro para a avaliação das ações dos alunos no Curso. Mas o que estaria ocorrendo, na prática, seria uma forma de punição extra-oficial. Esta não acarretava em prejuízo “oficial” para os alunos, em termos de sua classificação no Concurso Público para o provimento do cargo de Soldado.

Entrevistados afirmaram ainda que a questão disciplinar era cobrada porque, na Polícia Militar, uma “elevada moral” é buscada. Disseram também que no início do Curso, quando alguém cometia um ato reprovado pelo Comando, todos os alunos “pagavam”. Com o tempo, as punições passaram a ser individualizadas.

As análises que se debruçaram por sobre as formas de incentivo, de motivação, voltaram-se para o fato de que estas advêm, em grande medida, do reconhecimento da população diante do trabalho policial realizado a contento (quando o policial demonstra, por exemplo, uma conduta ilibada).

Esta questão demonstra que a aceitação social do trabalho policial é um

elemento que está presente nos Cursos de Formação e na própria conduta dos policiais. Percebemos isto em vários momentos durante o tempo em que acompanhamos o Curso de Formação realizado no estado do Paraná.

Perguntamos se haveria alguma relação entre as práticas disciplinares existentes nas forças armadas (exército) e na Polícia Militar, e em havendo qual seria o diferencial. Alguns entrevistados responderam que na Polícia Militar a “parte psicológica é mais exigida”, uma vez que o policial estará atuando com a população, enfrentando uma gama enorme de situações. No Exército, a “parte física é mais exigida”. Segundo relatos, no Exército todo dia há a prática de atividades físicas (por aproximadamente uma hora e trinta minutos).

Além disso, para os entrevistados, a polícia abrange um conhecimento teórico mais amplo (advindo principalmente da área jurídica).

Foi dito que as próprias punições também são diferenciadas nas duas instituições. Na Polícia seriam informais. Já no Exército “tudo o que o soldado faz é anotado e entra em sua ficha funcional”.

Para outros entrevistados, a instrução na Polícia Militar é mais bem direcionada, pois mesmo as punições têm um objetivo (sendo justificadas, em alguns casos). Já no Exército, o aluno ou soldado é “humilhado, sem justificativa”. De acordo com entrevistados, isto ocorre porque o foco da Polícia é ensinar a tratar com o cidadão, enquanto o foco do Exército é eliminar o inimigo.

A questão dos direitos humanos, que foi trabalhada no Curso de Formação de Policiais Militares, foi utilizada como um diferencial, neste sentido. Do mesmo modo, a questão da polícia comunitária (que trabalha com a prevenção ao crime). O que, para alguns entrevistados diferenciaria a Polícia Militar do Exército.

De todo modo, foi dito pelos entrevistados que no Exército cada aluno tem seus próprios talheres, pratos, etc, e que todos “pagam” quando alguém comete um erro. Do mesmo modo, a apresentação pessoal (detalhes como os relacionados ao cuidado com a farda, os coturnos, etc) “é mais cobrada no exército”.

Afirmou-se que, entretanto, a questão disciplinar, respeito à hierarquia, postura pessoal e profissional, atenção e responsabilização diante das atividades a serem desempenhadas, é parecida em ambas as instituições.

Questionados sobre a quantidade de disciplinas existentes no Curso, bem como se haveria alguma com uma carga horária maior, e se os instrutores enfatizavam mais uma área específica de conhecimento em detrimento de outras, os

entrevistados responderam que havia um total de trinta e oito (38) disciplinas no Curso. As que tiveram carga horária maior perfizeram 80h. Foram citadas algumas disciplinas que, segundo os entrevistados, tiveram carga horária maior: Abordagem Policial, Tiro Policial, Educação Física, Armamento. A área do Direito, mesmo subdividida em várias matérias, também teve um “peso muito grande”.

De acordo com os entrevistados, o Curso teria se dividido nas seguintes áreas de conhecimento:

1) Operacional. Constituída por disciplinas como Abordagem Policial, Tiro Policial, Armamento, Educação Física, Defesa Pessoal. Segundo pudemos observar, a mais atrativa para os alunos.

2) Jurídica: Constituída por disciplinas como Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Penal Militar.

3) Comportamental/social: Constituída, por sua vez, por disciplinas como Etiqueta Social, Deontologia, Polícia Comunitária. Conforme relato dos alunos, com uma ênfase crescente, mas ainda insipiente diante das demais áreas/disciplinas.

Vale registrar que uma distribuição semelhante foi feita por nós, quando da tentativa de classificarmos as áreas de conhecimento que comporiam o Curso de Formação de Soldados.

Perguntados se todos os instrutores do Curso de Formação eram policiais, bem como se teve alguém de fora do meio policial ministrando aulas para os alunos, e de que modo os instrutores conduziam as aulas (em termos didáticos), os entrevistados responderam que sim (todos os instrutores eram policiais) e que alguns instrutores possuíam uma “didática melhor”. Entretanto, alguns tinham problemas para transmitir os conteúdos.

Foi dito que algumas disciplinas (do campo jurídico, notadamente), requerem a absorção de muita informação, além de serem dadas num período de tempo muito curto. Conforme o relato dos entrevistados, não “dá para absorver muita coisa” deste modo. Fora isto, o cansaço físico dos alunos foi considerado como um fator que prejudicou a concentração nas aulas (dormiam pouco, acordavam cedo, praticavam muita atividade física).

Além disso, alguns policiais antigos teriam dito para os alunos “que eles iriam aprender o ofício de polícia, mesmo, é na rua”.

Do ponto de vista dos conhecimentos necessários ao trabalho policial, houve caso de instrutores que teriam ressaltado a área operacional, em detrimento de

outras áreas. Alguns teriam afirmado aos alunos que “O que realmente vai resolver os problemas e salvar vidas, inclusive a do próprio policial é o conhecimento em técnicas de tiro policial e defesa pessoal”.

Outros instrutores teriam ressaltado a importância da área comportamental/social, por meio de afirmativas como: “É preciso que o policial tenha uma postura enérgica, mas educada, em relação aos cidadãos” e que o policial “preste auxílio no que for demandado pela população, mesmo que seja ajudar uma pessoa de idade a atravessar a rua”.

Conforme relatos dos alunos, as apostilas utilizadas nas matérias foram pagas por eles, e que nas aulas se mantinha uma disciplina maior do que a encontrada em cursos dados para civis (cidadãos não-policiais). O exemplo citado foi o fato de os alunos pagarem “flexões” quando “dormiam” ou quando o instrutor achasse que “alguém não estava prestando a devida atenção na sua aula”.

Além disso, foi relatado o fato de grande parte dos instrutores atuarem enquanto policiais e instrutores, ao mesmo tempo, o que fez com que, por vezes, os alunos não tivessem aulas (aulas que precisaram ser retomadas em períodos posteriores ou concentradas em um mesmo dia), acarretando em prejuízo didático.

Os entrevistados reforçaram o fato de que no início do Curso as aulas eram direcionadas para cada Pelotão, em separado. Depois de um tempo, estas passaram a ser dadas para os dois Pelotões de forma conjunta, abarcando de três a cinco horas/aula, por turno (ou seja, no período da manhã e no período da tarde).

Houve casos de disciplinas que começaram, tiveram uma pausa de até quarenta e cinco (45) dias, e depois foram retomadas. E ainda de matérias que terminaram e somente depois de trinta (30) dias foram feitas as avaliações (provas).

Relataram também que o material didático (apostilas) foi confeccionado por cada instrutor. Houve um caso em que uma apostila com cem (100) páginas teria sido feita para uma disciplina de apenas 15 horas/aula. Ademais, oito (8) instrutores ministraram mais de uma disciplina. E que a maior parte dos instrutores teria se utilizado de Power Point para ministrar as aulas teóricas.

Segundo os entrevistados, por fim, as avaliações das disciplinas (notadamente das teóricas), exigiam muito mais a “decoreba” do que a feitura de uma análise de cunho mais subjetivo acerca das questões.

Tais elementos reforçaram nossa leitura sobre o fato de que continuam sendo ministrados, nos Cursos de Formação de Soldados, conhecimentos num

número muito elevado (num período de tempo muito curto), bem como o fato de que os saberes, notadamente os jurídicos, acabam sendo “decorados” como forma de os alunos serem aprovados nas provas. Entretanto, não são, efetivamente, assimilados num formato que permita aos profissionais atuarem com segurança e competência.

De todo modo, pareceu-nos que os saberes jurídicos, embora continuem tendo um peso significativo nos Cursos de Formação, acabam sendo subsumidos por conta de uma postura profissional embasada (talvez como forma de adaptação diante de tantas questões e exigências, cobranças advindas da sociedade e da própria Corporação) num saber/fazer que tem por base o empírico (o “dar um jeito” nas situações a partir de uma experiência acumulada).

Ao serem questionados sobre os pontos focados nas aulas, os entrevistados responderam que a questão da atuação profissional embasada na ética e numa conduta humanitária foi bastante ressaltada, no sentido de o policial ajudar a população. Outros entrevistados ressaltaram pontos como: “Cada um deve ser tratado como merece. Pelego como pelego”.

De todo modo, os alunos salientaram que ficou claro, para eles, no Curso de Formação, que “hoje em dia o policial vai ter que responder por tudo que fizer”. Foi dito que “é necessário desenvolver uma postura mais técnica, pois a população, hoje em dia, é mais exigente”. Não por acaso o nível educacional, a formação escolar dos policiais, é cada vez mais alta.

Para alguns entrevistados, a própria formação dos policiais, hoje em dia, abrange um número maior de conhecimentos. Alguns citaram exemplos de pessoas da família, que são policiais e que teriam se formado há mais tempo. Estas pessoas não teriam passado por uma formação nos moldes das que ocorrem hoje, com uma gama maior de matérias, atividades e “cobranças sobre a polícia”.

Os entrevistados salientaram que a imagem da instituição perante a sociedade é algo que preocupa a Corporação Policial Militar, de modo que o cuidado com a imagem da mesma foi um elemento retratado nas aulas.

Perguntados sobre a característica fundamental que o Curso estaria adotando, em termos de modelo de atuação policial, os entrevistados afirmaram que embora tenha havido uma preocupação com a questão do policiamento comunitário, não há como efetuar “na prática, este tipo de policiamento”. Segundo eles porque não existe efetivo suficiente (número de policiais suficiente) para a realização de tal tarefa. Conforme relataram alguns alunos, “existem muitas cidades com apenas um

policial”.

Além do mais, o policiamento ostensivo, caracterizado por manter os policiais nas viaturas, rondando a cidade e esperando serem chamados ainda é o modelo que predomina.

Foi dito, ainda, que “não há uma interpretação clara, por parte da própria Polícia Militar do que seja policiamento comunitário”. Para os alunos, se não houver uma determinação “vinda de cima”, para a implementação de tal trabalho, este não vai ser feito.

Alguns entrevistados afirmaram que o policiamento comunitário não é uma modalidade fácil de ser desempenhada, pois a “sociedade é má educada”. Em policiamento de jogos de futebol, por exemplo, feito pelos alunos, estes teriam sido “destratados” por torcedores. Questões como estas fazem com que os policiais se sintam “acuados”, tenham “medo”.

Além do mais, faltam equipamentos para um trabalho melhor qualificado. O exemplo citado foi o do Fundo para a Modernização da Polícia Militar (FUNPM), que acaba sendo utilizado para o pagamento de policiais ou para consertar viaturas. Ou seja, acaba sendo desvirtuado de seu objetivo.

Para um entrevistado, entretanto, teria ficado claro que “o primeiro passo para a implementação da polícia comunitária é que o policial seja um policial cidadão. Ou seja, que respeite e seja respeitado”.

Perguntados sobre a relação que teria se estabelecido entre os professores e os alunos, durante as aulas, os entrevistados afirmaram que esta havia sido composta pela “camaradagem”, como também por uma forma de tratamento humano, apenas mantendo-se a “disciplina típica do meio militar”.

Também foram questionados se consideravam importantes todas as disciplinas que estavam sendo ministradas no Curso, bem como o tipo de avaliação utilizado pelos professores, nas distintas matérias; e sobre as exigências em termos dos conhecimentos a serem apreendidos. Diante de tais perguntas, os entrevistados responderam que matérias como a de Português Instrumental não acrescentavam “em nada” na formação policial (matéria com 15 horas/aula).

Do mesmo modo, a disciplina de Etiqueta Social, que teve 10 horas/aula e que não desenvolveu nenhuma forma de avaliação, não acrescentou conhecimentos “úteis” ao policiamento militar.

Entretanto, para grande parte dos entrevistados, a maior parte das

disciplinas ofertadas no Curso de Formação teria uma importância para a formação dos policiais. O que teria ocorrido seria que os alunos encontraram “dificuldades” no sentido de “relacionar os conteúdos trabalhados com a realidade das ruas”.

O exemplo citado foi o da disciplina de “Procedimentos em Ocorrências Mais Comuns”, criada com o intuito de aproximar os conhecimentos da realidade vivenciada pelo policial, no dia a dia. Mesmo tendo este objetivo e sendo “mais prática”, segundo alguns entrevistados, teria se mantido longe da realidade encontrada no Sudoeste do Paraná, onde existem tipos de ação criminal muito próprios e que se diferenciam dos encontrados em outras localidades do Estado. Para os entrevistados, “cada região tem um povo com hábitos e costumes diferenciados”, com práticas delitivas específicas.

Citaram o exemplo de Francisco Beltrão, onde questões como a da perturbação do trabalho e do sossego alheio, bem como da violência doméstica são as ocorrências encontradas em maior número. Isso foi verificado durante o trabalho realizado no Centro de recebimento de chamadas telefônicas da Polícia Militar de Francisco Beltrão (COPOM).

Do ponto de vista das avaliações das disciplinas e das exigências para aprovação, foi dito que a maioria das disciplinas desenvolveu avaliações por meio de provas (que, conforme a matéria, foram teóricas e práticas).

O sistema de avaliação explicitado foi o mesmo que já havíamos retirado do Plano de Ensino.

Perguntamos sobre a conduta dos colegas, bem como sobre a conduta dos policiais militares com os quais estariam se relacionando de forma mais próxima. Os alunos responderam que teriam percebido que os policiais não têm treinamento contínuo, o que concorre para que os profissionais fiquem defasados ou desqualificados com o tempo. Não há, como no Exército, treinamento continuado em teste de Aptidão Física (TAF), o que contribui para que policiais fiquem sedentários e “fora de forma, depois de formados”. Também foi dito que com o tempo “a hierarquia vai sendo afrouxada”.

Outro ponto analisado diz respeito ao fato de os alunos terem percebido que os policiais tendem a “andar em grupo”, de modo a se fortalecerem, uma vez que ao andarem com os colegas se sentem mais protegidos. Isto, inclusive, teria sido dito a eles.

Questionados sobre as atividades realizadas nos finais de semana, ou seja,

se eram liberados e/ou se precisavam ficar “aquartelados”, e como transcorria a rotina nestes casos, os alunos responderam que normalmente eram liberados das atividades relacionadas ao Curso nos finais de semana.

Entretanto, como precisavam se manter na região de abrangência do Batalhão, os que moravam ou possuíam parentes em outras regiões não puderam se deslocar para se encontrar com estes. Além disso, com o início dos Estágios passaram a não ter mais “folga nos finais de semana”.

Quanto às faxinas, os alunos afirmaram que quando algum deles ficava “detido” nos finais de semana, na Companhia, fazia a “faxina” (pintura, corte da grama), bem como limpava veículos policiais. A Coordenação do Curso teria deixado claro para eles que: “O quartel é a segunda casa do policial”. Por isso, deveria ser limpo constantemente, e preservado.

Perguntados sobre a relação entre este tipo de atividade e a formação do policial, alguns entrevistados responderam que haveria uma correlação, pois o “ficar preso tem uma finalidade educativa, faz com que se desenvolva a disciplina consciente”. Uma “escala de responsabilidade”. Dentre outras coisas, também para que se desenvolva o zelo pelo local de trabalho. Alguns entrevistados, neste sentido, afirmaram que: “Polícia é sacerdócio”.

Outros, todavia, reclamaram do fato de algumas punições terem sido aplicadas sem uma explicação plausível. Citaram como exemplo o fato de alguns alunos terem ficado presos, em finais de semana, pelo fato de “os cadarços dos calçados não estarem de acordo com o padrão desejado”.

Ainda citaram o exemplo do caso de um aluno que teria ficado preso, mais de uma vez, “porque não sabia assoviar”. Como existe “cantigas do quartel que realçam o assovio”, este aluno acabava sempre recorrendo na “falha”. Este tipo de castigo fugiria, segundo alguns entrevistados, a qualquer tipo de perspectiva educativa.

Solicitamos aos alunos para que explicassem melhor a questão das limpezas, das “faxinas” realizadas por eles, rotineiramente, na Companhia. Os alunos explicaram que esta atividade teria funcionado da seguinte forma: no início do Curso, cada Pelotão limpava a sala de aula que utilizava. Depois, a cada oito dias um Pelotão limpava a Companhia (com exceção dos finais de semana).

Já com o início dos Estágios, o Pelotão que não fosse “para a rua”, naquele dia (uma vez que revezavam esta atividade), ficava responsável pela limpeza da

Companhia.

Perguntados sobre as atividades que estariam desempenhando no Curso, para além das relacionadas com as disciplinas, os alunos responderam que a cada dia uma primeira dupla de alunos ficava de “guarnição” na entrada da Companhia, entre 21h00min e 24h00min. Em seguida, outra dupla assumia a tarefa, até às 03h00min. E por fim, uma terceira dupla ocupava “o posto” até às 06h00min. Esta tarefa era diária e feita sempre por duplas escolhidas pela Coordenação do Curso.

Havia também o atendimento, efetuado individualmente e diariamente no COPOM, das 18h30min às 23h30min. Em determinado momento, esta função passou a ser feita por quatro alunos/telefonistas (estes passaram a atender de forma alternada, ou seja, das 20h00min às 06h00min).

Outros três alunos ficavam responsáveis, a cada semana, por realizarem a limpeza da louça do refeitório (de segunda a sexta-feira).

Questionamos se existiria alguma atividade de lazer que realizavam depois do Curso, bem como, em havendo, onde seriam realizadas, e se estas eram incentivadas pela Coordenação. Os alunos responderam que ocorreram alguns jantares, como, por exemplo, o de aniversário de um dos membros da Coordenação do Curso, e também o ocorrido no término da disciplina de Defesa Pessoal. Fora isto, teria ocorrido partidas de futebol com policiais antigos.

Já sobre o horário em que, normalmente, iam para seus alojamentos, ao final do dia, os alunos responderam que, no início do Curso, dificilmente iam embora da Companhia antes das 20h00min, pois isto dependia mais do “humor do Sargento”. De todo modo, eram liberados das aulas às 18h00min.

Perguntados se houve casos de desistência do Curso de Formação e se ocorreram diferenças no trato dos superiores hierárquicos em relação às turmas (Pelotões), os alunos afirmaram que não (setenta alunos começaram o Curso e setenta estariam chegando à fase final do mesmo).

Quanto à existência de privilégios concedidos a algum dos Pelotões e/ou a algum aluno, os entrevistados informaram que não. Houve, por parte da Coordenação do Curso, uma estratégia no sentido de enaltecer a competitividade entre os dois Pelotões, para que cada um competisse e buscasse classificar melhor o seu grupo, diante do outro.

Para alguns entrevistados do segundo Pelotão, entretanto, teria havido privilégios para os do primeiro. O exemplo citado foi o “xerife geral”, que se manteve

o mesmo (o cargo foi ocupado por um aluno do primeiro Pelotão). Também foi citado o fato de que nos finais de semana, quando eram liberados para “viajar”, os alunos do segundo Pelotão, pelo fato de residirem fora da região de abrangência do batalhão, não puderam visitar parentes (como os do primeiro Pelotão fizeram).

Além disso, para estes entrevistados, os alunos do primeiro Pelotão, pelo fato de terem se classificado com melhores notas no Concurso para Soldado, teriam adotado inicialmente uma postura de “superioridade em relação aos alunos do segundo Pelotão”.

Perguntamos se os alunos acreditavam no fato de que a profissão de policial militar se diferencia das demais profissões. Alguns entrevistados afirmaram que o trabalho policial exige um grau de controle emocional muito grande; bem como uma disciplina mais rigorosa. Além disso, o policial detém um “poder” muito grande. Porém, recebe muita “cobrança por parte da população”.

Outros entrevistados relataram que a profissão de policial militar ainda hoje é “mal vista”, já que, por meio desta atividade, o profissional se envolve em problemas que não são dele, mas que devem ser tratados como se fossem dele.

Uma profissão que exige, ainda, trabalho em tempo integral. Englobando muitos conhecimentos e situações. Por fim, profissão que exige muita responsabilidade, pois lida com a vida das pessoas (o policial é o funcionário do Estado que primeiro entra em contato com as pessoas de baixa renda).

Questionamos os alunos acerca das possíveis leituras, advindas dos instrutores e/ou policiais mais antigos, sobre o trabalho policial. Informaram-nos que houve casos de instrutores que afirmaram: “Não se empolguem muito, para não se decepcionarem”. Outros instrutores deixaram transparecer que “o trabalho da polícia não possui respaldo” (uma vez que quando ocorrem prisões, logo o poder judiciário “dá um jeito de desconstruir o trabalho feito” pela polícia).

Alguns entrevistados salientaram que é notório o fato de que existe uma influência política por sobre o trabalho policial, o que retira a autonomia do próprio Comando. Instrutores teriam comentado questões desta natureza com os alunos, tais como quando o policial “multa alguém que cometeu uma infração de trânsito, mas este exerce influência política”. Fato que concorre para que o profissional possa ser “prejudicado”.

Os entrevistados deram o exemplo de que durante a realização dos Estágios, nas atividades voltadas ao controle de trânsito, a população teria

reclamado da atuação dos alunos, entretanto, estes estavam apenas fazendo o seu trabalho de rotina.

Questionados acerca do que há de bom na profissão de policial militar, os entrevistados afirmaram que a polícia dota o sujeito de um poder sem igual. Poder de afetar a vida dos outros, para o bem ou para o mal. Além disso, foi dito que esta profissão dota a pessoa de certa influência e status, uma vez que por meio da atividade policial se exerce uma forma de autoridade.

Mesmo havendo uma resistência, uma desconfiança acerca do trabalho policial, por parte da população, este profissional é dotado de respeito, uma vez que “não há como ignorar um policial”.

Alguns entrevistados afirmaram que o trabalho policial, pelo fato de ser uma forma de “serviço público”, dá estabilidade financeira. “Algo importante no mundo de hoje”. Outros afirmaram que o bom da profissão é que esta permite que você ajude as pessoas.

Para outros, é uma profissão que exige “adrenalina”. O policial recebe treinamento “para fazer coisas que jamais um cidadão comum poderá fazer”. O próprio respeito à farda (com os rituais existentes) foi apontado como positivo, pois gera uma atitude de orgulho “pela profissão”. “Em outras profissões você não vê isso”. Também afirmaram que “a farda chama a atenção de muitas mulheres”.

Ao falarem do salário recebido pelo policial militar, os entrevistados ressaltaram que este, em relação ao salário que grande parte dos trabalhadores brasileiros recebe, é um salário digno. Todavia, pela responsabilidade e riscos que a profissão policial exige, deveria ser maior.

Ao falarem acerca da visão que possuíam a respeito do trabalho policial antes de entrarem para o Curso, obtivemos respostas como: “Para mim, a profissão se resumia em dar tiro em bandido, dar paulada”. Para outros, ser policial requeria, antes de mais nada, “coragem e um espírito aventureiro”. Entretanto, depois de passarem pelo Curso de Formação perceberam que “é bem diferente disso”, pois a profissão “é bem mais burocrática e exige muito conhecimento para agir”.

Além disso, alunos informaram que grande parte dos policiais tem medo de agir hoje, em decorrência das consequências de seus atos. Outros afirmaram que não tinham a noção do quanto a profissão de policial, como tantas outras do serviço público, está sujeita às influências políticas.

Para outros, ainda, ser policial era trabalhar com uma área que não exigia

grande soma de conhecimentos. Algo que desmistificaram quando ingressaram na Polícia.

Por fim, houve quem afirmasse que tinha o entendimento de que ser policial era ser um “super herói”. Mas que hoje vê que não é nada disso.

Provocados no sentido de definirem a profissão policial, alguns afirmaram: Este é um “fiscal dos valores morais da sociedade”. Por isso, é uma “profissão nobre”. Uma profissão, ainda, que exige a aquisição de “conhecimentos variados”.

Perguntamos, ainda, se os alunos teriam ido para Pato Branco, onde fica o Batalhão, e o que teriam feito lá. Alguns entrevistados informaram que teriam ido a Pato Branco assinar documentos e participar de eventos comemorativos (cívicos). Também teriam ido fazer “limpeza” no Batalhão.

Informaram que na cidade de Pato Branco também estaria acontecendo um Curso de Formação com setenta (70) alunos. Outros afirmaram que os alunos de lá estariam sendo “beneficiados” com fardamentos e equipamentos, em detrimento dos alunos de Francisco Beltrão.

Por fim, solicitamos informações acerca do Estágio que teria começado no mês de outubro. Segundo foi informado, o Estágio estava abrangendo o trabalho dos dois Pelotões, um a cada dia (sempre das 14h30min às 19h30min) e também era feito por duplas ou por trios de alunos.

A principal atividade que estava envolvendo os Estágios se direcionava para o patrulhamento, a pé, nas cidades e envolvia a orientação para que os motoristas de veículos colocassem o cinto de segurança ou para que mostrassem os documentos de condutor. Nos bairros das cidades, consistia em “dispersar bêbados e/ou baderneiros dos pontos onde se encontravam”.

Como não andavam armados, os alunos estavam sendo orientados “a entrar em contato com a Companhia e pedir reforços, se fosse preciso”.

Alguns entrevistados afirmaram que teriam desenvolvido um olhar específico sobre o comportamento das pessoas. Como estas andam, como se vestem, o que fazem. Um olhar que foi “aprendido” durante o Curso de Formação.

De posse das informações advindas destas entrevistas, que em grande medida ratificaram muito do que já havíamos anotado em “campo” (por meio da observação realizada), bem como por meio das entrevistas efetuadas com os docentes do Curso e com a Coordenação; buscamos “finalizar” a incursão no campo, efetuando agora uma entrevista com o Coordenador do Curso de Formação

de Soldados.

Esta entrevista objetivou perpassar, mais uma vez, os vários elementos que compuseram o cotidiano do Curso, buscando apreender elementos que corroborariam para as análises já feitas e/ou que, numa outra direção, pudessem retificar e/ou confrontar alguns pontos.

Desta forma, poderíamos encerrar as incursões no campo e passar a organizar definitivamente os dados até então colhidos, finalizando o processo, ou seja, sistematizando e organizando as informações, como também confrontando estas diante das hipóteses de trabalho inicialmente elencadas.

6.4.8 ENTREVISTA COM O COORDENADOR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS (CFSd 2010)

Inicialmente, perguntamos sobre a consolidação do Curso de Formação de Soldados, como teriam sido escolhidos os coordenadores, as disciplinas e por quem. O entrevistado afirmou que os Coordenadores foram indicados em uma reunião que houve na cidade de Pato Branco.

Nesta mesma reunião, teriam sido discutidas questões como a do número de alunos que cada cidade receberia (Beltrão, a princípio, receberia um número menor de alunos). Mas, devido ao fato de a cidade estar recebendo um Batalhão, decidiu-se ampliar este número de alunos para setenta (70). O mesmo de Pato Branco.

De igual modo, as instalações necessárias para receber o curso foram discutidas. O Coordenador lembrou o fato de que Beltrão já havia recebido uma turma de formação de policiais militares (no ano de 2008), apresentando, portanto, as condições mínimas necessárias para o recebimento de novas turmas.

Segundo o relato do entrevistado, houve uma segunda reunião, em Curitiba, para que cada Coordenador escolhesse os respectivos instrutores do Curso. Alguns parâmetros foram usados para esta escolha, como: o instrutor deveria ser policial militar; ter conhecimento na área de atuação no Curso. Por exemplo, os dois instrutores de Defesa Pessoal, que atuaram na cidade de Francisco Beltrão foram escolhidos, um pelo fato de ser formado em Educação Física e ter praticado capoeira, e o outro por ter praticado Aikidô e Hapkidô com o entrevistador

(possuindo condições para atuar no Curso).

Na área jurídica, os instrutores deveriam ter formação em Direito e/ou ter feito Curso de Oficial da Polícia Militar, possuindo ainda Curso específico na área de atuação. Por exemplo, o curso de Polícia Comunitária habilitaria a trabalhar na disciplina de Policiamento Comunitário.

Questionado sobre o fato de ter trabalhado em outros cursos de formação, bem como sobre o diferencial que este Curso (de 2010) possuiria em relação aos anteriores, o Coordenador respondeu afirmativamente e acrescentou que já havia trabalhado em outros dois cursos.

O que mais teria chamado atenção dele neste Curso, em específico, teria sido a “racionalização” dos materiais que foram encaminhados para a concretização do mesmo. Usou como exemplo o Tiro Policial, que teria contado, agora, com menos projéteis (menos munição). Talvez pelo fato de “vários cursos de formação de policiais militares estarem acontecendo ao mesmo tempo, no Estado; escasseando os recursos disponíveis”.

De todo modo, para o entrevistado, o apoio que receberam da Prefeitura Municipal, cedendo transporte para o deslocamento dos alunos, quando necessário, bem como um multimídia para a utilização nas aulas (uma vez que o Governo do Estado não disponibilizou tais equipamentos), foi muito importante.

Questionamos sobre o fato de o Curso estar oferecendo as condições necessárias para uma formação qualificada dos futuros policiais, em termos de infraestrutura, apoio financeiro, qualificação na formação. O entrevistado informou que sim se pensasse em termos de infraestrutura, uma vez que a 2ª Companhia apresentava estande de tiro, duas salas de aula (sendo uma, um anfiteatro com lugar para oitenta pessoas) e tatame para treinos de defesa pessoal.

O apoio financeiro também estava em dia, já que os alunos passaram a receber desde o final do primeiro mês de Curso uma ajuda para a manutenção de suas despesas.

A alimentação dos alunos, ao meio dia (almoço), estava sendo mantida pelo governo do Estado.

O entrevistado reforçou o fato de que questões como transporte e alojamento teriam sido mais complicadas de resolver, mas com o apoio da Prefeitura e dos policiais mais antigos (que auxiliaram para que os alunos conseguissem lugar para morar na cidade), tudo teria sido resolvido.

Do ponto de vista da formação, apontou que teriam ocorrido algumas falhas por conta da defasagem de conhecimentos que alguns instrutores apresentaram. Citou como exemplo a disciplina de Técnicas de Abordagem Policial.

De todo modo, a Coordenação teria tentado contornar o problema, levando a experiência de outros policiais para aquela área.

Questionado sobre a avaliação da Coordenação acerca da formação (grau de escolaridade, e a própria condição social), dos alunos que estavam frequentando o curso de formação de policiais militares (praças), o Coordenador informou que a maioria dos alunos possuía ou estava cursando algum curso superior. Realidade nova na Polícia Militar, pois até então era comum os alunos possuírem formação de nível médio.

Tal mudança teria feito com que as cobranças por sobre os instrutores tivesse se desenvolvido, exigindo mais destes. O entrevistado deu o exemplo das disciplinas da área de Direito, “área muito importante para o trabalho policial”. Nestas, os alunos que possuíam diploma de Bacharéis e/ou estavam cursando Faculdade na área teriam contribuído para elevar as notas, bem como melhorado a participação nas aulas.

Perguntamos sobre o fato de ter havido alguma mudança de comportamento, por parte dos alunos, em relação às turmas anteriores, e em que aspectos. O entrevistado afirmou que esta turma (2010), mesmo possuindo um grau de instrução maior, teria se “comportado bem no Curso”. “Acatando o regime disciplinar imposto”. Regime disciplinar que, segundo ele, “faz parte do mundo policial militar”.

Outro fato positivo teria sido a ausência de situações que envolvessem “bebedeira” ou “brigas” (tanto entre alunos como entre alunos e “civis”), “coisa” que, segundo o entrevistado, “ocorria no passado”.

De outro lado, embora tenham acatado o regime disciplinar da “caserna”, alguns alunos teriam questionado algumas situações que envolveram os mesmos, tais como as que se relacionaram com a “marcha” e/ou o “dia de campo”. Alguns alunos teriam comentado: “Pô, eu sou pai de família. Formado em Curso Superior e tive que rastejar na lama”.

Porém, o Coordenador relatou que mesmo questionando algumas práticas os alunos teriam feito os exercícios solicitados sem “trazer transtornos maiores à Corporação”.

Questionado sobre a expectativa existente acerca da atuação dos novos policiais, o entrevistado afirmou que esperava que estes se tornassem “bons profissionais”. E mais, disse que hoje em dia a formação que os alunos recebem, na Polícia, é de qualidade. Principalmente, se comparada à formação dada no passado recente.

E acrescentou: “É claro que o comportamento pessoal de cada um já vem formado antes de entrarem aqui. O que se procura é padronizar uma conduta profissional esperada, mas não se pode garantir que todos irão fazer tudo certo, o tempo todo. Embora a turma seja muito boa”.

Também salientou que: “Agora estes futuros policiais estão na condição de alunos, mas com a realização dos estágios, que já começaram em outubro irão desenvolvendo uma visão mais aproximada do que irão encontrar no dia a dia. Com o fim das aulas, as escalas deles irão se alterar - uma vez durante o dia e outra vez à noite. As escalas também irão alterar as parcerias de trabalho”.

Segundo o entrevistado, isto vai dando uma compreensão mais exata das condições de trabalho do policial militar. Até porque, de acordo com ele, “a ideia é que fiquem quarenta e cinco dias em uma cidade” (da região sudoeste: Francisco Beltrão, Marmeleiro, Barracão, Realeza, Dois Vizinhos, Santo Antônio do Sudoeste, Capanema), “e os outros quarenta e cinco dias em outra cidade”. Isto fornecerá mais elementos para que os alunos entrem em contato com as “diferentes questões policiais”, ou seja, as várias situações com as quais se deparam os policiais, e que variam conforme a região e/ou a cidade.

O entrevistado aproveitou para repassar mais informações sobre o Estágio dos alunos do Curso de Formação, afirmando que este estaria sendo acompanhado por quatro pessoas, que dariam as notas de desempenho de cada aluno. Neste sentido, o Regulamento Disciplinar do Exército seria o instrumento que balizaria as atividades realizadas pelos alunos, durante o Estágio.

Segundo o Coordenador, durante o curso (as aulas), “tivemos o Regime Disciplinar Especial como regulamentador das atividades dos alunos”.

A respeito da visão relacionada ao papel da Polícia na sociedade atual, bem como se havia alguma diferença desta visão em relação à existente no passado recente, o entrevistado respondeu que a “polícia atua, cada vez mais, em várias áreas. Hoje se exige mais do policial em termos de técnica e de conhecimento jurídico. Também no trato com a população”.

Questionado sobre o nível de exigência do atual Curso de Formação de Soldados, se comparado aos anteriores (em termos de disciplina, de cobrança da conduta a ser adotada pelos alunos), o entrevistado afirmou que, neste Curso, houve preocupação maior com os primeiros quarenta e cinco dias, que são os de adaptação à caserna”.

Estes dias são “críticos”, tanto que, conforme o entrevistado, “depois disto é que passamos a aplicar de forma mais intensa os elementos que conformam “o regime disciplinar, tais como o ficar detido” e outros. Fato “que se repete nos Cursos de Formação da Polícia Militar, já há bastante tempo”. No entanto, o entrevistado alerta que “hoje há maior preocupação com os direitos dos alunos”. Não ocorrendo mais casos de “humilhação como no passado”.

Sobre a existência de orientação, para os alunos, para irem se adaptando ao denominado “mundo da caserna”, o instrutor afirmou que sim, uma vez que estes teriam sido instruídos para aprenderem, “aos poucos, o que é ser policial militar”. “A disciplina que envolve isto”.

O entrevistado acrescentou que teria sido dito aos alunos “que, pelo fato de serem soldados de 2º classe deviam subordinação a todos que se encontram no mundo policial militar”.

A questão da existência de disciplinas e/ou atividades consideradas mais importantes pela Coordenação do Curso foi respondida da seguinte forma: “A base continua sendo formada pela área do Direito, pela parte administrativa e pela que compõem a sobrevivência policial”. Para o entrevistado, a “sobrevivência policial” é composta por matérias como “Abordagem Policial, Tiro Policial, Armamento, Táticas de Confrontos Armados e Defesa Pessoal”. A “parte administrativa” é composta por disciplinas como “informática, Confecção de Documentação Interna, Trânsito e outras”. “Já a parte do Direito” é composta por “Direito Civil, Administrativo, Constitucional, Penal, Processual Penal, Processual Militar, Legislação Policial Militar”.

Ainda para o Coordenador do Curso, embora “este tripé forme a base de formação dos policiais, disciplinas como Direitos Humanos e Polícia Comunitária estariam ganhando destaque e, recentemente passando a compor os Cursos de Formação de Soldados”.

Ao ser questionada sobre o fato de ministrar alguma disciplina no Curso e/ou desenvolver alguma atividade junto aos alunos, o entrevistado informou que teria

ministrado a disciplina de Tiro Policial, com a qual “os alunos tiveram acesso às seguintes armas: revólver calibre 38 e 357, pistola 40, carabina, espingarda calibre 12, carabina 40, fuzil 7.62”.

Para ele, a “pistola foi arma mais usada. Com esta, os alunos deram aproximadamente cento e trinta (130) tiros. Com as demais armas, deram de vinte (20) e quarenta (40) tiros”.

Perguntamos também sobre os fatores que teriam contribuído para que o Curso tenha ocorrido na cidade de Francisco Beltrão. O entrevistado informou que a criação do 21º Batalhão, com sede neste município (abrangendo 27 municípios), teria sido o motivo principal.

Sobre o acompanhamento dado por parte da Coordenação diante das matérias ofertadas aos alunos, o entrevistado informou, num primeiro momento, que estas eram “ou só teóricas ou teóricas práticas”. Acrescentou que todas desenvolveram formas de avaliação por meio dos seguintes critérios: uma primeira avaliação, denominada avaliação de aprendizagem (V.A.); uma segunda avaliação, para quem ficasse em “recuperação”, denominada verificação final (V.F.), e uma terceira e última avaliação, denominada de verificação de recuperação (V.R.). A média, tanto para a V.A., como para a V.F., era 7,0. E a média da V.R. era 5,0.

O entrevistado salientou que “o aluno que tirasse menos de 4,0 na V.A ia direto para V.R. E durante o curso, o máximo de V.Rs que os alunos poderiam tirar era duas”. Segundo nos informou o entrevistado, dois alunos teriam pegado duas V.Rs.

Quanto aos Planos de Ensino, teriam vindo prontos e/ou já estabelecidos a partir da Academia da Polícia Militar, localizada em Curitiba. Já as apostilas e/ou os materiais utilizados nas aulas teriam sido confeccionados pelos próprios instrutores. Exceção a esta regra teria sido encontrada nas disciplinas de “História da Polícia, Direitos Humanos e Polícia Comunitária”, uma vez que já haviam apostilas desenvolvidas pela Academia de Polícia sobre estes temas, sendo o acesso disponível via intranet.

Segundo o entrevistado, ainda, teriam ocorrido problemas relacionados com a ausência de instrutores. Em alguns casos, por conta do fato de estes terem “tirado férias”, ou então em decorrência de estarem “em escala de serviço” (em suas cidades de origem), nos mesmos dias em que teriam que dar aulas no Curso de Formação; não conseguindo mudar as escalas e/ou trocar o trabalho com um

colega, para que pudessem se deslocar para Beltrão.

O entrevistado informou que nos casos em que não havia aula de alguma disciplina, “nós da Coordenação procurávamos usar o tempo para repassar instruções aos alunos sobre ocorrências mais comuns. Ou então repassar informações sobre documentos que os alunos precisavam apresentar. Ou ainda fazer com que eles fizessem ordem unida”.

Perguntamos sobre os principais pontos retratados na disciplina trabalhada pelo Coordenador do Curso. Ele informou que teriam sido as relacionadas a técnicas de uso da arma de fogo, a partir de diferentes posições e/ou contextos. Isto porque, para ele, “os alunos não irão encontrar situação ideal lá fora”. Por isso, a importância de dominarem a “técnica correta”, bem como o “tiro instintivo”.

Seria importante, ainda, para o entrevistado, que os alunos desenvolvessem a correção da postura, da respiração, das técnicas de carregamento da arma e outras habilidades fundamentais para o exercício da função policial.

Questionado sobre a característica fundamental, em termos de atuação profissional, que o Curso de formação de policiais (2010) estaria desenvolvendo, o entrevistado afirmou que teria “um perfil mesclado”, ou seja, “tanto polícia comunitária quanto polícia ostensiva”.

Já sobre a rotina dos alunos durante o transcorrer das atividades do Curso: Que horas tinham de estar na companhia? Com que roupas? Qual a duração das aulas? Quantas aulas tinham durante o dia? Quantos dias na semana tinham aulas? Quais os horários de intervalo?, foram repassadas informações que ratificaram os pontos por nós colhidos por meio da observação de campo e pelas entrevistas com os alunos.

Dentre outras coisas, o entrevistado reforçou o fato de que nas primeiras semanas de aula, os alunos precisavam estar na Companhia por volta das 06h30min. Conforme as semanas passaram, a exigência de horário passou para as 07h10min. Os alunos trajavam camisetas brancas (ou camiseta “operação verão”, da cor bege), calças jeans (azuis), tênis pretos.

Segundo o Coordenador, as aulas começavam às 07h30min, depois de os alunos fazerem “ordem unida”, serem “observados” quanto ao “asseio pessoal” (unhas cortadas, cabelo e barba feitos) e ouvirem as instruções do dia.

As aulas estendiam-se, no período da manhã, até às 12h00min, quando os alunos tinham intervalo para almoço, o qual era feito na própria Companhia (no

início, sem poder sair da mesma, até o início das atividades do período da tarde).

Às 13h15min, os alunos novamente entravam em forma para efetuarem exercícios de ordem unida e receberem instruções quanto ao Curso. Às 13h30min, começavam as aulas do período vespertino, que perduravam até às 18h00min.

As atividades diárias, do ponto de vista das disciplinas, totalizavam dez horas por dia, de segunda a sexta-feira. Tanto as aulas do período da manhã como as da tarde eram entremeadas por um intervalo de 10 a 15 min, para descanso.

Questionamos se houveram disciplinas com carga horária maior, atrelando a esta questão o fato de haver maior ênfase a estas disciplinas, bem como os critérios utilizados para esta definição de carga horária. O entrevistado informou que a carga horária total do Curso foi de 1.020 horas, e disciplinas como Defesa Pessoal, Educação Física e Tiro Policial tiveram uma carga horária maior.

Sobre os motivos para esta definição, o entrevistado afirmou que já teria vindo de Curitiba esta determinação. Afirmou, ainda, que a disciplina de Qualidade de Vida no Trabalho, que tratou de temas como alimentação, cuidados com a higiene pessoal e outros, por parte dos policiais, teria sido acrescentada no cronograma do Curso.

Foi dito, ainda, que “disciplinas como Direitos Humanos e Policiamento Comunitário têm uma carga horária muito grande! Não precisariam ter tamanho espaço no curso”. O que denota haver uma visão reticente em relação à entrada destas matérias nos cursos de formação de policiais militares, por conta de os Oficiais (ou uma parte destes) entenderem que os saberes indispensáveis para a atuação policial advêm da área técnico-operacional e/ou em decorrência de terem uma visão de segurança pública como caracterizada exclusivamente pelo enfrentamento da criminalidade.

Questionamos também acerca das atividades que os alunos desenvolviam para além das relacionadas com as aulas. Foi dito que as atividades terminavam às 18h00min. “Depois disso, os alunos ficavam, por vezes, fazendo ordem unida. Outras vezes faziam a limpeza da Companhia. Ou um ou os dois Pelotões”. De todo modo, sempre havia alunos que ficavam com a responsabilidade de fazer a “guarnição do quartel” e “atender no COPOM”. Isto começou já no final do primeiro mês de aulas.

Os alunos teriam trabalhado, também, em eventos da região (agrofeiras) e em eventos de futebol. Segundo o entrevistado, nestes eventos, não teriam ocorrido

problemas entre os policiais/alunos e/os cidadãos. Tudo teria transcorrido normalmente. “Apenas alguns casos de bêbados que foram retirados do local”.

Questionado acerca da leitura que a Coordenação do Curso tinha a respeito destas atividades (no sentido da formação dada aos alunos), o Coordenador afirmou que eram atividades típicas da “caserna” e que contribuíam de igual modo para que a formação do policial se desse “de modo mais completo”. Além do mais, a Coordenação teria recebido orientações para que os horários de aula fossem utilizados para que os alunos pudessem desenvolver trabalhos relacionados às mesmas.

Passado o horário das disciplinas, a Coordenação teve autonomia no sentido de realizar atividades que entendesse como importantes para a formação do grupo. Inclusive no sentido da formação disciplinar, comportamental dos alunos. Por isso, a realização da manutenção do quartel e os exercícios frequentes de ordem unida foram mantidos, “pois ajudam a desenvolver o espírito de grupo e a humildade dos alunos”.

Ainda questionamos sobre as atividades que os alunos teriam desenvolvido, do ponto de vista da formação, para além da sala de aula. O entrevistado informou que alunos trabalharam no COPOM, realizaram BLITZ em veículos, acompanharam abordagens policiais, trabalharam em eventos da região e passaram por “testes” psicológicos que “fazem parte da profissão, tais como os que ocorreram na marcha e/ou no dia de campo”. Atividade, esta, relatada pelos alunos quando das entrevistas focais.

Perguntado se houberam atividades de lazer realizadas pelos alunos durante o Curso de Formação, o entrevistado afirmou que houve “algumas jantas e jogos de futebol com policiais antigos”. Além disso, teria sido organizado pela Coordenação do Curso um passeio “na casa de campo de um dos alunos, que mora na região”.

De acordo com o entrevistado, “a Coordenação de Curso buscou também possibilitar que os alunos tivessem folga nos finais de semana. Na medida do possível”.

Perguntado se houve casos de desistência de alunos do curso de formação, o Coordenador informou que, num primeiro momento, quando o Curso contava com apenas vinte e seis alunos, houve uma desistência. Porém, quando a turma de setenta alunos foi formada não houve mais desistências.

Quanto ao incentivo durante a realização do Curso de Formação, no sentido

de os alunos realizarem atividades que os levassem ao “stress” psicológico, bem como quais teriam sido estas atividades, o entrevistado confirmou, dizendo que, durante as aulas de Tiro Policial “os instrutores teriam dado pilha nos alunos”. Do mesmo modo, no “dia de campo” também teria ocorrido um trabalho voltado ao stresse, uma vez que os alunos foram “sugados”.

Sobre a existência de uma orientação dada em relação aos policiais mais antigos, no sentido do comportamento que estes deveriam ter em relação aos alunos do Curso foi falado que aqueles teriam sido orientados a não exercerem nenhuma influência sobre os alunos. “Todavia, como os alunos estão na base da hierarquia, devem manter respeito aos superiores e obedecer à disciplina”.

Questionado acerca da relação que teria se estabelecido entre os instrutores e os alunos, bem como se teria havido por parte de Coordenação alguma orientação neste sentido, o entrevistado afirmou que “não tivemos problemas na relação entre os alunos e os professores”. Não entrando em mais detalhes sobre este ponto.

Com relação à atuação dos policiais nos dias de hoje, do ponto de vista da ética comportamental/profissional, o entrevistado afirmou que não observa ações correspondentes a “desvios de conduta”, numa proporção maior do que a “encontrada em outras profissões”. Para ele, “de forma geral, os policiais agem dentro do esperado. São bons profissionais”.

Já o olhar da sociedade sobre o trabalho da polícia foi avaliado pelo entrevistado da seguinte maneira: “Hoje a população não tem mais medo da polícia. Participa do trabalho da polícia. Acompanha a este. Há alguns dias atrás, um cidadão ligou, dando ideias de como os policiais deveriam agir, no trato com a população, quando realizam BLITZ de trânsito”.

E acrescentou: “Hoje, se há um direcionamento por parte da Polícia no sentido de um trabalho voltado ao policiamento comunitário e do respeito aos direitos humanos, é por conta da pressão da comunidade”.

Questionamos sobre o fato de a formação dos policiais militares estar atendendo a estas expectativas. O entrevistado ressaltou que sim, que a Polícia Militar está “no caminho certo”. A constituição de um policiamento comunitário foi o exemplo citado do avanço galgado pela Instituição, nos últimos anos. Entretanto, o entrevistado acrescentou que “é preciso afirmar que a polícia trabalha com a aplicação da força, quando necessário. E disto não pode abrir mão”.

Sobre o salário que recebem os policiais, foi dito que “é um salário razoável

para o policial se manter e manter sua família”.

Quanto à existência de assistência médico/psicológica disponível para os alunos, durante a realização do Curso, o entrevistado informou que receberam assistência, e que esta proveio do Sistema de Atendimento ao Servidor Público do Estado do Paraná (SAS). E afirmou também que: “Além disso, temos um dentista na Companhia” que atendeu os casos de emergência dos alunos.

Sobre carências existentes ainda na formação dos policiais, o Coordenador informou que “como já afirmei, elas se relacionam à falta de materiais e/ou a infraestrutura, como coletes, aparelhos multimídia” (foi a Prefeitura que conseguiu), “laboratório de informática” (também foi a Prefeitura que cedeu o laboratório que instalou no centro da cidade, para que os alunos do Curso de Formação de Soldados pudessem fazer a disciplina, uma vez que na Companhia não há laboratório de informática), “bem como o microônibus para transporte dos alunos”.

Questionado acerca do papel da polícia na sociedade atual, ele informou que “esta hoje em dia passou de uma polícia ostensiva, que coloca medo na população, para uma polícia comunitária”.

Segundo o entrevistado, o termo “polícia cidadã” retrata bem esta mudança, efetivada paulatinamente no estado do Paraná por meio do patrulhamento escolar, que, conforme ele, “já existe há algum tempo”. Estes seriam exemplos de um direcionamento no sentido do trabalho comunitário, por parte da Polícia Militar.

O Coordenador ainda disse que os “próprios Conselhos Municipais de Segurança, criados entre os anos de 2003 e 2004” teriam também representado “avanços na direção desta mudança”.

As análises efetivadas pelo Coordenador do Curso de Formação de Soldados, turma 2010, mesmo que advindas de alguém diretamente ligado ao aparato oficial do Curso, em grande medida, ratificaram a maior parte das informações dadas pelos alunos, bem como muitos dos pontos pelos quais perpassamos mediante as observações de campo.

Mostraram que o curso de formação de policiais militares/soldados ocorria dentro de um forte esquema disciplinar/comportamental (balizado, por sua vez, por procedimentos legais que ratificavam a hierarquia existente e preservavam a mesma). Mantendo os alunos reféns de uma proposta formativa que defendia a postura combativa (guerreira), com ênfase no uso da força como elemento central.

Do mesmo modo, esta estrutura trazia consigo a influência do aparato

jurídico, fortemente atrelado a uma criminalização da vida social. O que concorria para que a formação efetivamente dada se mantivesse fiel a pressupostos que caracterizam o modelo policial profissional tradicional, conforme Paula Poncione (2005). Por meio do qual o comportamento burocrático-militar e legalista (burocratizado e militarizado) é priorizado.

Toda a rotina do Curso, atravessada por exercícios freqüentes e constantes de ordem unida, as posturas corporais requeridas (altiva, resistente à dor e “nobre diante do perigo”), bem como a disciplina comportamental exigida dos alunos (que perpassava a higiene pessoal, o decoro e a reverência diante dos mais graduados) compunha um universo formativo que ratificava a figura do “soldado guerreiro”. Mesmo que não se possa negar que a presença de disciplinas (matérias) como direitos humanos (recentemente inseridas nos currículos dos cursos de formação de policiais, tanto militares como civis) esteja fornecendo elementos mais críticos para a formação dos profissionais da área da segurança pública.

CAPÍTULO VII

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O CURSO DE FORMAÇÃO DE SUBOFICIAIS NO PARAGUAI – 2009/TURMA 2010

7.1 A QUESTÃO POLICIAL NO PARAGUAI

Nos primeiros capítulos da presente tese, afirmamos que nosso trabalho, do ponto de vista do referencial empírico, abrangeria a formação de policiais militares/soldados, levando em consideração a realidade de dois países da América Latina, o Brasil e o Paraguai.

O caso paraguaio apareceu como objeto de estudo por conta da sugestão dada por nosso orientador, ao mostrar a importância que teria uma pesquisa realizada sobre a Polícia de um País tão próximo (principalmente do estado onde resido, o Paraná). País que tem sido objeto de constantes análises, feitas normalmente pelos meios de comunicação que retratam principalmente a violência social (fruto do tráfico de entorpecentes e do contrabando, que coloca um número considerável de cidadãos paraguaios na informalidade) e policial (vista, normalmente, como corrupta e truculenta) lá existente.

Segundo nosso orientador, estes dados retratados pela imprensa poderiam e/ou deveriam ser confrontados com pesquisas advindas do âmbito acadêmico brasileiro. Para isso, faltava um contato prévio para obter o apoio (e a permissão por parte das instâncias policiais paraguaias) a fim de desenvolvermos um trabalho neste sentido. Como nosso orientador tinha estes contatos, nos fez a proposta. Proposta que foi por nós aceita.

No Paraguai, mais especificamente, o trabalho de campo foi feito de forma diferenciada, se comparada ao Brasil, onde tivemos a oportunidade de acompanhar o andamento de um Curso de Formação de Soldados – Policiais Militares – por vários meses.

Deste modo, nossa pesquisa naquele País foi feita pelo período de alguns dias, no mês de dezembro de 2009, e voltou-se para a coleta de informações (obtidas por meio de análises documentais, entrevistas e fotos) que pudessem nos

ajudar a compreender como se dava o processo de formação dos policiais (Suboficiais).

As entrevistas foram feitas com instrutores do Curso de Formação, bem como com pessoas ligadas ao Ministério do Interior e às Academias de Polícia do Paraguai (responsáveis pela formação dos quadros policiais daquele País). Não o fizemos com alunos porque, naquele momento, não estava ocorrendo nenhum Curso de Formação, mas sim provas destinadas a selecionar candidatos que fariam parte do próximo Curso (a ser iniciado no ano de 2010).

Estas entrevistas, bem como os documentos que nos foram repassados, dentre outros os diagnósticos que organismos internacionais elaboraram sobre a polícia Paraguaia serviram para nos informar da realidade do trabalho policial lá desenvolvido. Também nos possibilitaram obter informações sobre o processo de formação adotado pelas polícias paraguaias, em se tratando de seus quadros policiais subalternos (Suboficiais, que correspondem aos policiais militares/soldados brasileiros), ou seja, aqueles que lidam diretamente com a população após o período de formação.

Se no caso Brasileiro tivemos a oportunidade de desenvolver uma pesquisa de cunho qualitativo (participante), mais pormenorizada; no caso Paraguai as entrevistas e o estudo dos documentos que retratavam a polícia daquele País nos possibilitaram desenvolver uma compreensão mais aproximada da realidade por meio da qual se dava o processo formativo dos policiais que lá trabalham.

Tendo em vista que não existem dados sobre este processo (pelo menos não encontramos pesquisas realizadas, no Brasil, sobre tal tema), é possível afirmar que a pesquisa por nós desenvolvida no Paraguai, sendo esta inédita, teve o mérito de trazer à tona, do ponto de vista acadêmico, a realidade da formação da polícia daquele País.

O resultado deste trabalho está exposto neste capítulo.

7.2 CARACTERÍSTICAS DA POLÍCIA NACIONAL DO PARAGUAI

O Paraguai mantém apenas uma Polícia, denominada de Polícia Nacional (PN). A Polícia Nacional¹⁸¹ (PN) possui perfil militarizado e adota tanto a função de policiamento ostensivo quanto investigativo. Organiza seus quadros a partir da divisão entre Oficiais (com formação voltada ao mando) e Sub Oficiais (com formação voltada para o trabalho a ser desempenhado nas ruas). Atua em todo o território paraguaio, País com superfície de 406.752 km² e que tem como idiomas oficiais o castelhano e o guarani, diante de uma população de aproximadamente 5.670.238 habitantes.

A estrutura da Polícia está localizada na Capital, Asunción, que concentra aproximadamente 1.500.000 habitantes. Foi criada no ano de 1843, durante o Governo do General Carlos Antônio Lopes (presidente entre 1844 e 1862). Este foi eleito com poderes extraordinários e numa condição política através da qual os direitos civis não eram garantidos constitucionalmente. Apesar disso, seu mandato é avaliado de forma positiva, uma vez que se entende que ajudou o Paraguai a atingir um grau de desenvolvimento e de independência nada desprezível.

Embora a Polícia Nacional tenha sido criada no século XIX, apenas no ano de 1941 foi criada, no Paraguai, uma Escola de Formação de Oficiais. A Escola “General José. E Diaz”. De todo modo, as funções precípuas da Polícia Nacional (como Polícia Nacional, como instituição autônoma e como órgão governamental destinado a preservar a ordem pública) só foram elencadas no ano de 1992, por meio do Artigo 175 da Constituição Nacional (outorgado neste mesmo ano) e da Lei Orgânica da Polícia Nacional (Lei nº 222/93).

O Artigo 175 da Constituição Nacional expõe a missão da PN ao afirmar que esta passaria a responder pela Segurança Interna da Nação, pela preservação da ordem pública legalmente estabelecida, assim como pelos direitos e pela segurança das pessoas, entidades e seus bens.

Além disso, determina que a PN se ocupe da prevenção de delitos, da execução dos mandatos de autoridade encabeçados por autoridades competentes.

181 Os dados apresentados aqui foram colhidos junto ao ISEPOL (Instituto Superior de Educação Policial do Paraguai), em dezembro de 2009. Reportam-se a um estudo (levantamento) feito no mês de julho deste mesmo ano para ser apresentado (via Power Point) na própria ISEPOL e/ou em eventos em que o perfil policial Paraguai precisasse ser mostrado

Além do mais, sob orientação judicial, investigará os delitos ocorridos no território paraguaio.

Já o Art. 3º da Lei 222/93 estabelece que cabe à PN ajustar o exercício de suas funções às normas Constitucionais e Legais, embasando sua ação no respeito aos direitos humanos.

O Art. 6º detalha as funções, obrigações e atribuições da PN:

1. Preservar el Orden Público legalmente establecido.
2. Proteger la vida, la integridad, la seguridad y la libertad de las personas y entidades y, de sus bienes.
3. Prevenir la comisión de delitos y faltas.
4. Investigar bajo dirección judicial los delitos cometidos en cualquier punto del territorio nacional, en las aguas públicas o el espacio aéreo.
5. Intervenir de oficio o por denuncias los hechos delictuosos, preservar el cuerpo del delito y secuestrar los instrumentos del delito que puedan servir en la investigación.
6. Solicitar de los Jueces autorización para allanar domicilios en los casos de prevención de delitos, pesquisas o detención de delincuentes. Esta autorización no será necesaria para entrar a establecimientos públicos, centros de reunión o recreo y demás lugares abiertos al público en las circunstancias previstas en la Ley.
7. Solicitar la presentación de documentos de identificación personal cuando el caso lo requiera.
8. Citar o detener a las personas conforme a la Ley y en el marco estatuido por la Constitución Nacional. La comparecencia de los citados deberá efectuarse en días y horas hábiles y ellos serán recibidos y despachados en el día y hora señalados. Toda demora será considerada abuso de autoridad.
9. Detener a las personas sorprendidas en la comisión de delitos y a los sospechosos, en la forma y por el tiempo establecidos en la Constitución Nacional y las leyes, haciéndoles saber la causa de su detención y los derechos que le asisten, poniéndolas a disposición de Juez competente.
10. Mantener y organizar en todo el territorio nacional el servicio de identificación personal, archivo y registro de antecedentes y del domicilio de las personas.
11. Expedir Cédulas de Identidad, Pasaportes, Certificado de Antecedentes, de Vida, de Domicilio, de Residencia y otros documentos relacionados con sus funciones.
12. Mantener copia actualizada del registro del parque automotor proveída por la Dirección General de los Registros Públicos.
13. Ejercer la vigilancia y el control de las personas en la frontera nacional.
14. Organizar el registro de extranjeros y controlar la entrada y salida de éstos conforme a la Ley.
15. Proceder a la búsqueda de las personas desaparecidas, así como de las cosas perdidas o sustraídas para restituirlas a sus legítimos propietarios.
16. Velar por las buenas costumbres, la moralidad pública y reprimir los juegos ilícitos y las actividades prohibidas de acuerdo con las normas legales pertinentes.
17. Reglamentar la tenencia de armas de uso civil y organizar el registro respectivo, de conformidad a las Leyes vigentes.
18. Garantizar las reuniones en lugares públicos preservando el orden y protegiendo los derechos de terceros.
19. Comunicar a la autoridad judicial el fallecimiento de personas sin parientes conocidos y adoptar las

primeras medidas cautelares de sus bienes. 20. Cooperar y coordinar con el organismo responsable en el control y la prevención de la producción, comercialización, tráfico, consumo, uso y tenencia de drogas y estupefacientes de acuerdo a los Tratados Internacionales y las Leyes vigentes en la materia. 21. Proteger las instalaciones de conducción y provisión de energía eléctrica, oleoductos, gasoductos, aguas corrientes, telefónicas y otros/ 22. Prevenir y combatir los incendios y otros siniestros que pongan en peligro la vida, la seguridad y propiedad de las personas. 23. Prevenir y reprimir las actividades relacionadas con el tráfico ilegal de personas, especialmente de mujeres y niños de acuerdo a las normas legales pertinentes. 24. Fiscalizar las actividades de los detectives particulares, empresas de vigilancias, serenos y de quienes ejerzan funciones afines. 25. Fiscalizar, con orden judicial, los registros de personas en hoteles, hospedajes y establecimientos afines. 26. Cooperar con los organismos responsables en el control de la asistencia de menores a salas de juegos de azar y espectáculos públicos para mayores. 27. Controlar conforme a la Ley el expendio y el consumo de bebidas alcohólicas. 28. Dictar reglamentos y edictos para el cumplimiento de sus fines de acuerdo con sus facultades regladas. 29. Reglamentar el uso de uniformes, armas, equipos y materiales de la institución. 30. Formar reservas para la defensa nacional. 31. Realizar intercambios de información a nivel nacional e internacional y cooperar con instituciones similares en la prevención e investigación de la delincuencia. 32. Prestar auxilio a las personas e instituciones que legalmente lo requieran. 33. Coadyuvar en la realización de las pericias que soliciten los Tribunales y Juzgados de la Nación u otros organismos nacionales para la averiguación de hechos delictuosos. 34. Cumplir y hacer cumplir las leyes, reglamentos y demás disposiciones relacionadas con las funciones que por la Constitución Nacional y por esta Ley se le asignan. 35. Coordinar con las Municipalidades y otras instituciones el control del tránsito en las vías terrestres habilitadas para la circulación pública. 36. Dar cumplimiento a los mandatos judiciales.

Segundo dados colhidos no ano de 2009, a PN contava com o seguinte efetivo: 3.193 Oficiais; 16.575 Suboficiais; 1.680 Funcionários (civis), totalizando 21.381 membros. O quadro de Oficiais era formado por 506 mulheres e 2.687 homens; o de Suboficiais por 1.508 mulheres e 15.067 homens. Por 1.033 funcionárias (mulheres) e por 580 funcionários (homens).

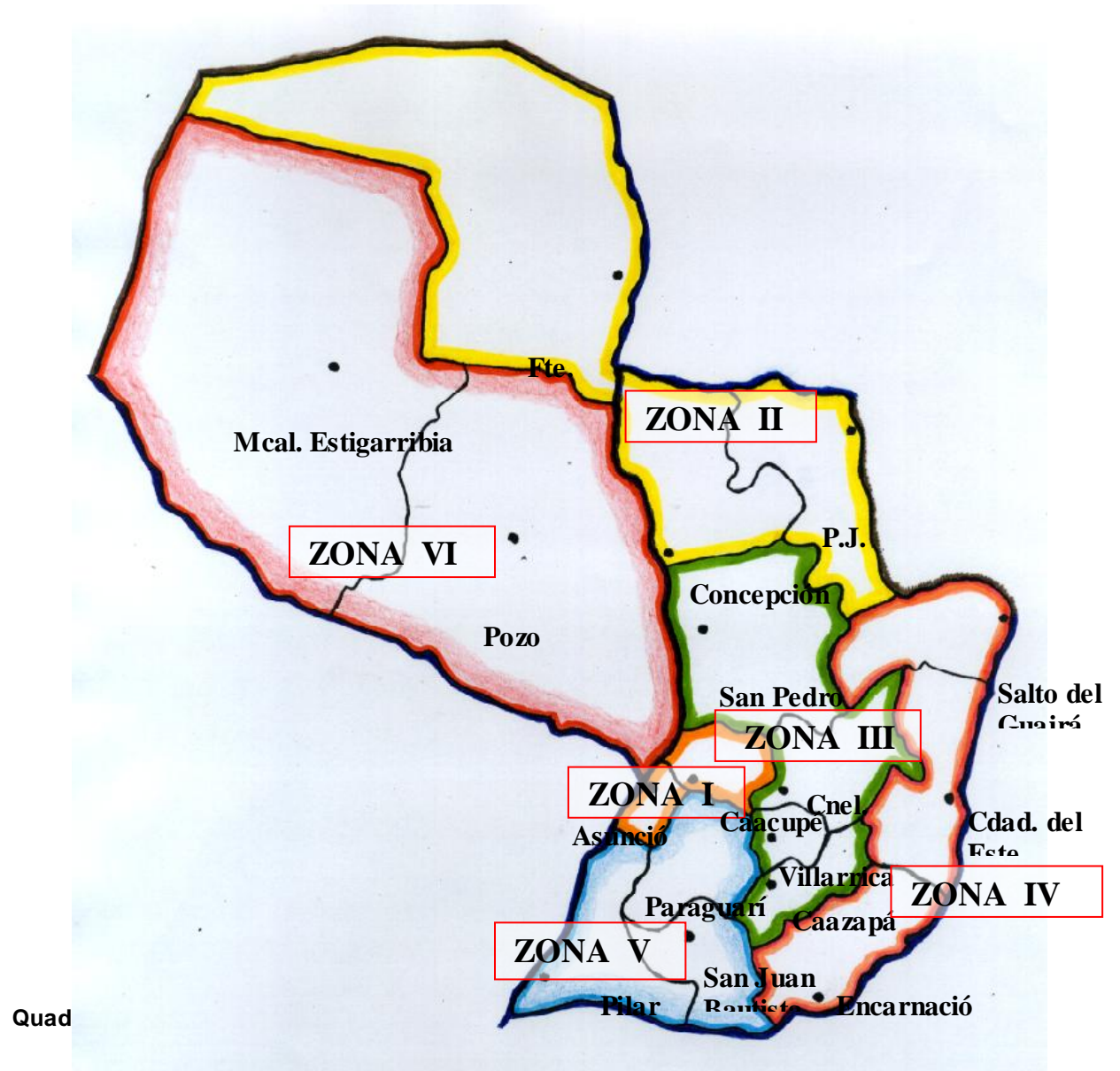
Figura 153: Edifício do Comando da Polícia Nacional do Paraguai

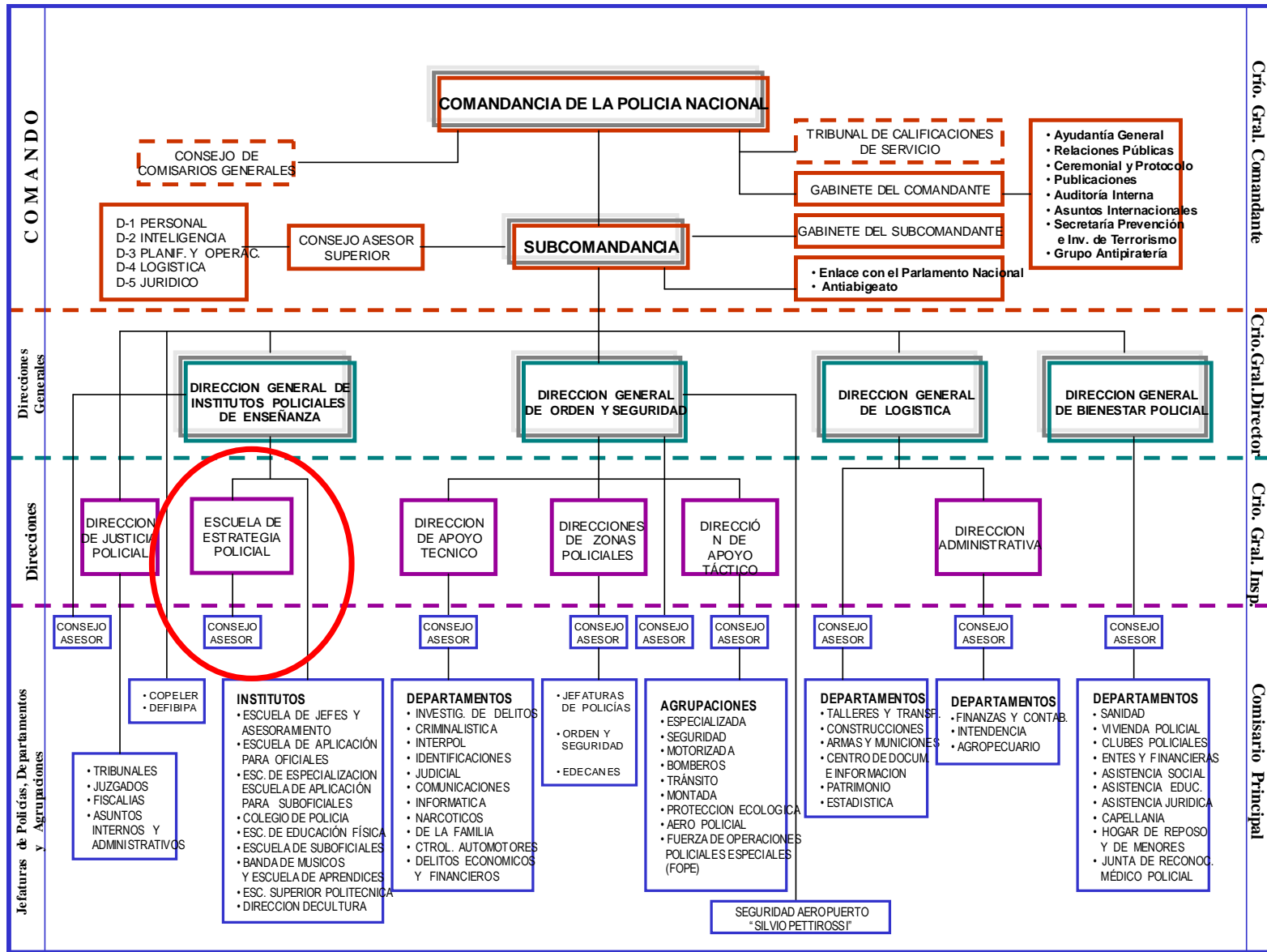


Fonte: Documentos fornecidos pela ISEPOL (dezembro de 2009).

**Figura 154: MAPA DEL PARAGUAY
DIVISION DE ZONAS POLICIALES**

- ZONA I:**
- METROPOLITANA
 - CENTRAL
 - CORDILLERA
- ZONA II:**
- CONCEPCIÓN
 - AMAMBAY
 - ALTO PARAGUAY
- ZONA III:**
- SAN PEDRO
 - CAAGUAZÚ
 - CAAZAPÁ
 - GUAIRÁ
- ZONA IV:**
- ITAPUA
 - ALTO PARANÁ
 - CANINDEYÚ
- ZONA V:**
- MISIONES
 - PARAGUARÍ
 - ÑEEMBUCÚ
- ZONA VI:**
- PDTE. HAYES
 - BOQUERÓN





A organização da PN, de modo a cumprir sua missão constitucional estabelecida no Art. 175 da Constituição Nacional (reforçada pela Lei 222/93), ficou assim estabelecida:

Comando

Art. 150. O comando é o órgão máximo das forças policiais paraguaias, responsável pela direção, planejamento, coordenação, controle e uso dos recursos atribuídos a ele; exercendo-se por meio da figura do Comandante e do Subcomandante da Polícia Nacional.

Art. 151. O comandante da Polícia Nacional é nomeado pelo poder executivo e exerce o cargo enquanto Comissário geral Comandante. É a mais alta autoridade da instituição, com jurisdição e Foro em todo o território da nação, investido com carácter exclusivo.

Art. 154. Integram o Comando da Polícia Nacional Paraguuaia: o Conselho de Comissários Gerais; os Tribunais de Classificação de Serviço; o Gabinete do Comandante.

Conselho de Comissários Gerais

Art. 155. É um corpo não permanente convocado e presidido pelo Comandante e composto por Comissários Gerais que estejam em serviço. Sua função é aconselhar o Comandante em questões de importância institucional. Sua organização e funcionamento são regidos por regulamento.

Tribunal de Qualificação de Serviço

Art.156. São agências competentes para emitir pareceres meritocráticos, premiações, distinções, promoções, baixas, reincorporações. Seus pareceres não podem ser contestados.

Gabinete do Comandante

Artigo 158. É formado por: Ajudante Geral; Secretariado privado; Relações Públicas e Assessores (Conselheiros).

Sub Comandante

Artigo 160. É nomeado por decreto do poder executivo. Substitui o Comandante em caso de ausência ou impedimento, mantendo os mesmos poderes daquele. Supervisiona as atividades institucionais e desempenha outras funções que lhe forem atribuídas pelo Comandante.

Direções Gerais

Artigo 166. Compõem as Direções Gerais: Ordem e Segurança; Institutos Policiais de Ensino; Logística; Bem-Estar Policial. As Direções-Gerais são exercidas pelos Comissários Diretores Gerais da área de Ordem e Segurança.

Direção Geral de Ordem e Segurança

Artigo 167. É o órgão central encarregado do cumprimento da finalidade fundamental da Polícia, conforme a Constituição Nacional Paraguaia e as Leis Nacionais previram. Integram a Direção Geral de Ordem e Segurança: As Direções das Zonas Policiais (que são seis); a Direção de Apoio Técnico; A Direção de Apoio Tático.

Direções de Zonas Policiais

Art.168. São órgãos que exercem a jurisdição e a competência em um espaço geográficos do território Nacional e se organizam sob a forma de agências de Polícia Departamentais.

A Direção de Apoio Técnico

Art.170. É o órgão encarregado de planejar, organizar e executar o apoio técnico-científico diante das funções policiais voltadas para a prevenção e a investigação. É formado pelos seguintes departamentos: Departamento de Investigação Criminal; Departamento de identificação; Departamento da Interpol; Departamento Judicial; Departamento de Comunicações; Departamento de Ciência da Computação; Departamento de Migração; Departamento de Narcóticos; Departamento de Assuntos de Família; Departamento Antisequestro; Departamento de Controle Automotivo.

A Direção de Apoio Tático

Artigo 171. É o organismo encarregado de apoiar as operações policiais nas diversas situações e regiões do País, quando a situação assim o requerer. É composto pelos seguintes grupos: Especializado; De Segurança; Motorizado; Bombeiros; Montado; De Proteção Ecológica; De Proteção Fluvial e Aérea.

Direção Geral de Institutos Policiais de Ensino

Artigo 172. É o órgão encarregado de planejar, organizar, dirigir, coordenar e monitorar os planos e programas de formação, especialização e desenvolvimento profissional, técnico, científico e cultural policial.

Direção Geral de Logística

Artigo 173. É o órgão responsável pelo planejamento, direção, organização e controle dos recursos materiais atribuídos à Polícia Nacional; realizando os processos de aquisição de bens e serviços para satisfazer as necessidades da Instituição.

Direção Geral de Bem-Estar Policial

Artigo 176. É o órgão responsável pela busca permanente de proteção para policiais e suas famílias, no que se refere à saúde, habitação, recreação, assistência social, educacional e outros, relacionados com o bem-estar dos mesmos.

7.3 A FORMAÇÃO POLICIAL NO PARAGUAI



A Polícia Nacional do Paraguai, através da Direção Geral do Instituto Superior de Educação de Polícia (ISEPOL), criado pela Lei n.º 2946 (datada de 21 de Junho de 2006) reestruturou o básico de sua concepção Curricular e do seu Sistema de Educação de Polícia.

A partir desta data, o Sistema de Formação Policial adotou como eixo articulador o campo das Ciências Policiais, estabelecendo quatro áreas de estudo: Área de Ciências da Segurança; Área Criminalística; Área Técnica; Área de Capacitação e Pós-Graduação.

7.3.1 Área de Ciência da Segurança

Esta distingue a carreira de Oficiais da de não Oficiais. A carreira de Oficial começa com a formação na Academia Nacional de polícia (com duração de três (3) anos). Ao final deste período, os que concluem os estudos recebem o diploma de Oficiais de Polícia (através do título de Oficial Ajudante de Ordem e Segurança). Já os que defendem uma Monografia, além de terem concluído o Curso, recebem o título de Licenciado em Segurança Pública e Privada.

A Carreira de Suboficiais (objeto de nosso olhar) começa com a formação no Colégio de Polícia "Sargento Ajudante José Merlo Saravia", que abrange um período de estudos de dois (2) anos, e está dividida entre o Setor de Ordem e Segurança e o de Segurança Urbana¹⁸². No final do Curso, os alunos saem diplomados enquanto Suboficiais Ajudantes de Ordem e Segurança, bem como com o título de Técnico Superior em Ordem e Segurança ou em Segurança Urbana.

7.3.2 Área de Investigações Criminais

Constitui uma opção profissional não obrigatória para a Carreira Policial. Oferece as carreiras de perito, por meio de especialidades, e a Licenciatura em Criminalística (concedendo, ao final de três (3) anos de estudos, o título de: Especialista em Acidentologia; Perito em identidade humana; Perito em balística forense; Especialista em documentologia; Especialista em produtos químicos; Perito em combate a sinistros).

7.3.3 Área Politécnica

É composta por disciplinas universais que complementam o trabalho da

182 Embora tenha sido apontado que a formação de suboficiais passaria a ser feito em dois anos, o que constatamos, quando estivemos no Paraguai, é que continua sendo feito em um ano. O Colégio de Polícia "Sgto. Ayudante José Merlo Saravia" é considerado a Sede Formativa de Suboficiais. No entanto, existem mais nove (11) filiais espalhadas pelo interior do País. Dentre elas, a da cidade de Mariano Roque Alonso (que recebe mais especificamente os alunos do Curso de Formação de Suboficiais da área de "Seguridad Urbana").

polícia. Integram esta área as seguintes unidades acadêmicas:

Escola de Educação Física: ao final de dois anos de estudo concede o título de Professor de Educação Física e Saúde. Dando a opção ao aluno que quiser seguir seus estudos por mais um ano de obter o título de Licenciado em Ciências do Esporte.

Escola de Estudos Musicais: ao final de três (3) anos de estudos fornece o título de Professor de Música Básica. Oferece a opção ao aluno que quiser seguir seus estudos por mais dois (2) anos de obter o título de professor Superior de Música e aos que quiserem estudar ainda por mais um (1) ano a possibilidade de obterem o título de Mestre Diretor de Orquestra.

7.3.4 Área de Capacitação e Pós-Graduação

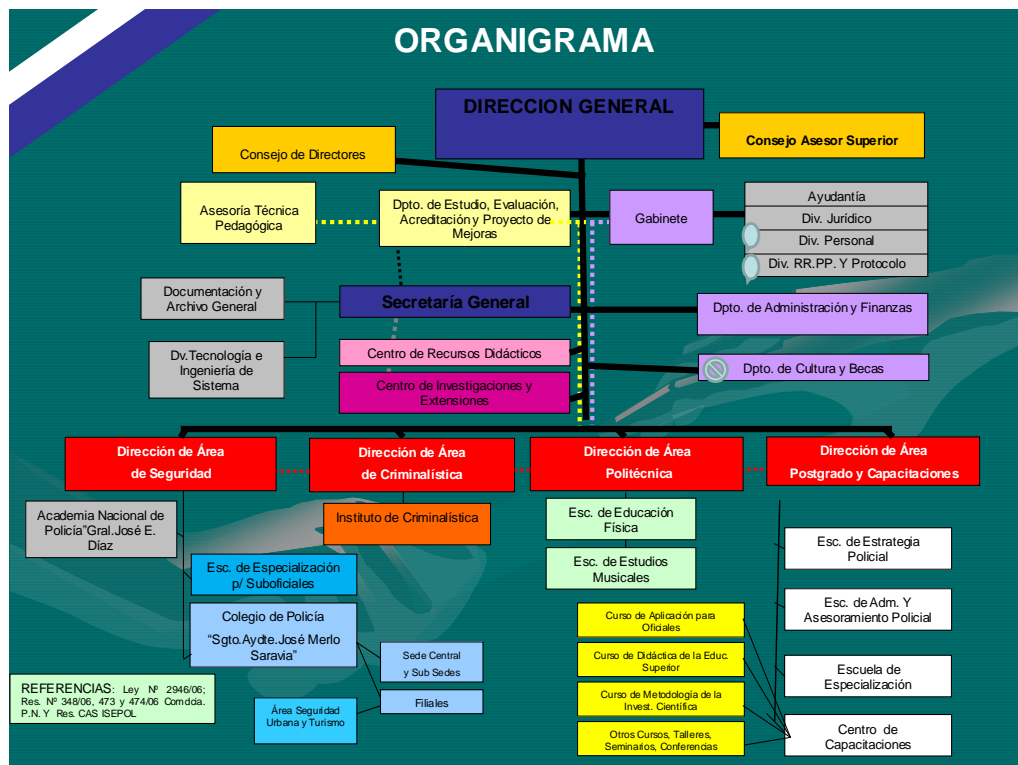
Pós-Graduação em Ciência da Segurança: A Escola de Especialização Profissional oferece aos Oficiais que queiram dar continuidade a seus estudos duas possibilidades para sua formação: na área de Segurança Pública e Privada e na área de Investigação e Inteligência. Os que fazem os Cursos ganham o título de Especialista em Segurança Pública e Privada ou em Especialista em Investigação e Inteligência.

Também são oferecidos cursos de Pós-Graduação consecutivos, nas escolas de Administração e Assessoramento Policial e na de Estratégia Policial, que dão os títulos de Mestre em Ciências Policiais.

Para preparar os Suboficiais para atuarem nas áreas de Investigação e Inteligência são oferecidos Cursos de Capacitação nas escolas de Especialização profissional e de Criminalística.

Além disso, o Centro de Capacitação promove, para pessoas detentoras de Cursos de Graduação (Cursos Superiores), capacitações, atualizações e aperfeiçoamentos em campos complementares aos da função policial, tais como didática superior, informática, comunicações e outros. Oferecendo certificações de acordo com a natureza dos cursos desenvolvidos.

Quadro 13: Organograma do Sistema de Ensino Policial Paraguaio



Fonte: Documentos fornecidos pela ISEPOL (dezembro de 2009).

7.4 A VIOLÊNCIA POLICIAL NO PARAGUAI

Conforme Relatório da Anistia Internacional, consolidado no ano de 2009¹⁸³, a Polícia Paraguaia utilizou-se de força excessiva e/ou de práticas de tortura contra populações camponesas, quando estas reivindicavam a posse de terras (relembramos o fato de que a questão camponesa no Paraguai é problemática e envolve parcela significativa de pessoas que foram alijadas da posse da terra. Ainda vale lembrar que grande parte da população Paraguaia vive no campo ainda hoje).

Um dos incidentes teria acontecido no mês de julho de 2009, quando um grupo de sessenta e cinco (65) camponeses que estavam acampados perto de uma propriedade privada foi atacado pela polícia (que, com aproximadamente trezentos – 300 - policiais teria aberto fogo, obrigando os camponeses a deitar de bruços no chão).

As ações policiais, segundo o Relatório da Anistia Internacional, foram compostas por pisoteamento, ameaça de queimá-los vivos e pelo ato de urinarem nestes. Além disso, alguns camponeses foram obrigados a comer terra, momento em que policiais teriam dito que esta seria a maneira mais rápida de terem a posse da terra.

No mês de agosto do mesmo ano uma manifestação pacífica, composta por aproximadamente sessenta (60) pessoas, foi violentamente interrompida por cerca de vinte e cinco (25) policiais. O evento foi consolidado por conta de pessoas estarem expondo seu desagrado diante do despejo ilegal de lixo a menos de cem (100) metros de suas casas.

A polícia teria disparado balas de borracha, utilizado os cassetetes e ainda chutado os manifestantes, ferindo onze (11) pessoas (inclusive uma mulher grávida).

Em dezembro deste mesmo ano, um Decreto Presidencial revogou uma Lei datada de 2003, a qual permitiu a criação de patrulhas civis armadas, denominadas "Comissões de Vizinhança de Segurança". Esta prática permitiu que alguns destes grupos, criados desde então, se envolvessem em ações violentas perpetradas contra

183 O mesmo ano escolhido para análise acerca da violência policial existente no Brasil, feito no capítulo VI. Retirado do site: <http://translate.google.com/translate?hl=pt-BR&langpair=en%7Cpt&u=http://www.amnesty.org/en/region/paraguay/report-2011>.
<http://www.amnesty.org/en/region/paraguay/report-2011>

camponeses e grupos indígenas que residiam em áreas isoladas do País.

Além destes fatos, e ainda de acordo com apontamentos da Anistia Internacional, o documento consolidado pela Comissão de Justiça e Verdade – feito com o intuito de trazer à tona casos de violações de direitos humanos cometidos durante o tempo em que o regime ditatorial vigorou no Paraguai – teria identificado 20.090 vítimas diretas de violações dos direitos humanos (que incluíam 19.862 casos de vítimas de detenção arbitrária ou ilegal, 18.772 casos de execução extrajudicial e 336 casos de desaparecimento forçado).

Até mesmo casos de violência sexual teriam sido cometidos contra meninas de 12 a 15 anos (enquanto estratégia repressiva). De todo modo, a violência cometida contra os povos indígenas existentes no Paraguai, conforme apontou o documento da Comissão de Justiça e Verdade, poderia ser interpretada como caso de “crime contra a humanidade”.

Do mesmo modo, uma reportagem de 21 de julho de 2009, do Diário “Brasil de Fato”¹⁸⁴ registrou que a repressão policial no Paraguai, diante de movimentos contestatórios advindos de grupos camponeses, não diminuiu no Governo do Presidente Fernando Lugo.

Tal informação alimentou ações por parte de Defensores dos Direitos Humanos, no sentido de solicitarem a saída do Ministro do Interior, Rafael Filizzola (que gerenciava o trabalho policial no Paraguai) e também de alertarem para a escalada da “luta antiterrorista” deflagrada pelo Ministério do Interior enquanto prática de Segurança Pública.

Relatos de ataques de grupos policiais contra camponeses acampados em frente a fazendas e/ou realizando atos de protesto continuaram sendo feitos, como o de cinco (5) de julho. Neste dia, integrantes da Federação Nacional Camponesa (FNC) acamparam a fim de realizarem uma mobilização a favor da reforma agrária e da negociação de suas dívidas.

Perto do acampamento ocorreu um assalto, acompanhado por assassinato, perpetrado contra o dono de um armazém. Supostas testemunhas informaram à polícia que os assassinos teriam se escondido no FNC (no acampamento dos

184 Encontrada no site: <http://www.brasildefato.com.br>, no link: <http://alainet.org/active/31857&lang=es>

camponeses). No dia posterior a polícia invadiu o local e, segundo informações, não teria respeitado “território, idade, sexo nem as condições físicas das pessoas para reprimir”. Na ocasião, cerca de cinquenta (50) membros do acampamento foram detidos. Fotos tiradas retratam várias outras pessoas feridas nas pernas, nádegas e rosto.

Este não teria sido um caso isolado, o que fez com que a imprensa e os defensores dos direitos humanos passassem a denunciar a não diminuição da violência policial, efetuada contra a população paraguaia, mesmo após quase um ano do Governo de Fernando Lugo (que assumiu na data de 15 de agosto de 2008).

Segundo informou o Diário Brasil de Fato, seis (6) camponeses foram executados neste tempo. Estes crimes foram realizados por civis armados e, pelo menos um, pela Polícia Nacional. O que corresponderia a uma média maior que a encontrada no governo anterior, encabeçado pelo representante do partido colorado, Sr. Nicanor Duarte Frutos, cujos assassinatos de agricultores somaram 18 em cinco anos.

Para os advogados que atuavam na área dos direitos humanos, no Paraguai, o “Governo Lugo” não estaria enfrentando a “cultura de violência arraigada na Polícia Nacional”. Pelo contrário, estaria estimulando a política de repressão, principalmente a voltada contra os movimentos sociais.

A “violência estrutural” existente e que cercava os policiais foi apontada como uma das causas fortes para que a prática policial violenta continuasse sendo uma realidade, mesmo numa época política caracterizada pela existência de um governo democrático.

Para um dos advogados entrevistados pelo Diário Brasil de Fato, “dos 22 mil Policiais existentes no Paraguai em 2010, 19 mil eram suboficiais” (com uma renda de Gs 1.230.000,00 – guaranis - ou seja, o correspondente a R\$ 487,00 – reais). Esse valor é menor do que o salário mínimo pago no próprio Paraguai.

Mesmo com um salário tão baixo, os policias eram obrigados a pagar o uniforme, a arma, a munição e o colete à prova de balas que utilizavam no trabalho. Além disso, atuavam em jornadas que poderiam chegar a 12 horas diárias.

O resultado disto, de acordo com depoimentos de advogados que trabalhavam no Paraguai, era que os policiais, para ganharem mais, acabam executando “bicos”, ou seja, desempenhando atividades tais como a de “seguranças

particulares”. Isto implica que fiquem reféns de interesses particulares, respondendo e/ou obedecendo apenas “a quem lhes pagava o salário”. Assim, adotando uma prática totalmente parcial e dependente do mando advindo de grupos privados.

Do mesmo modo, e ainda conforme relatos de advogados que trabalharam no Paraguai com a questão dos direitos humanos, existiria um desprezo pela vida, por parte da Polícia Nacional Paraguaia, resultado de anos de ditadura militar - 1954-1989. Daí o fato de práticas, como a tortura, serem empregadas enquanto métodos comuns de investigação.

Para o Advogado Andrés Ramirez, o “governo Lugo” errou ao não fazer uma “limpeza” nos quadros corruptos da Polícia Nacional Paraguaia, quando assumiu a Presidência do País. As expulsões, quando ocorreram, foram apenas entre os suboficiais (oficiais e comandantes foram preservados).

De acordo ainda com o Diário Brasil de Fato, o Ministro Raul Filizzola rebateu as críticas feitas contra ele, afirmando que a luta contra a corrupção no Ministério do Interior e na Polícia Nacional teria fortalecido durante seu mandato.

Segundo o Ministro, 144 policiais foram processados e outros 97 foram presos por participação em ilícitos. Entretanto, o Advogado Juan Martins criticou o fato de o Ministério do Interior não ter investigado as denúncias de tortura, efetuadas por policiais, feitas pela ONG Codehupy.

Torturas tais como a perpetrada contra agricultores pretensamente envolvidos em um ataque contra um posto policial, que teriam redundado numa ação por parte da polícia que envolveu a utilização de asfixia (com o auxílio de sacos plásticos) em alguns membros do grupo; bem como o amassamento dos testículos destes, como modo de obrigar os mesmos a “entregarem os culpados pelos ataques”.

Percebemos que, apesar de existirem controvérsias entre membros de ONGs e do Governo paraguaio, o fato é que a violência cometida pela Polícia Nacional contra a população (notadamente os índios e os agricultores) vem sendo denunciada há muito tempo. Não por acaso, fontes (instituições) diferentes acabam relatando os excessos de uso da força e/ou de práticas de tortura perpetradas contra a população por um número nada desprezível de policiais.

De todo modo, quando estivemos no Paraguai no final do ano de 2009 tivemos a oportunidade de ouvir relatos, como também presenciar a rejeição de

cidadãos diante do trabalho policial desenvolvido no País.

É possível creditar esta rejeição ao fato de que a Polícia Nacional se manteve atrelada a governos ditatoriais durante um longo tempo, desenvolvendo um trabalho avesso ao papel de quem deveria garantir os direitos constitucionais.

No que pese isto, as condições adversas para o desenvolvimento do trabalho da Polícia paraguaia contribuem para este quadro desalentador, que envolve despreparo profissional, violência atitudinal ligada a uma conformação organizacional militarizada, como também corrupção institucional¹⁸⁵.

No capítulo V da presente tese desenvolvemos apontamentos sobre a situação de trabalho na Polícia paraguaia num passado recente. Para isso, embasamo-nos no relatório do PNUD, que contou, para a sua elaboração, com o apoio da própria Polícia Nacional do Paraguai, como ainda na observação in loco que efetuamos no ano de 2009. Desse modo, acabamos por retratar, a partir dos documentos disponíveis e das observações feitas, a precária situação em que se encontrava a Polícia Nacional (PN).

Retomaremos alguns destes pontos aqui, de forma sintética, como meio de ressaltarmos as características adversas que a PN Paraguuaia tem enfrentado a fim de desenvolver seu trabalho sob bases profissionais, no contexto de uma sociedade democrática¹⁸⁶.

185 Que não é uma característica apenas da instituição policial, no Paraguai. No período que estivemos naquele País, para desenvolvermos nossas pesquisas, tivemos acesso a jornais, como também conversamos com diferentes profissionais que retrataram questões voltadas para a Polícia Nacional, referentes ao envolvimento desta com ações corruptas e/ou com extremas dificuldades no sentido de atender demandas e necessidades da população, no tocante à segurança (ficou claro que a PN é vista com desconfiança por significativa parcela da população do Paraguai).

186 Cabe salientar que estivemos no Paraguai no mês de dezembro de 2009 (em pleno governo Lugo, considerado o primeiro Presidente eleito efetivamente de forma democrática desde o período ditatorial), e verificamos uma série de questões problemáticas concernentes à Polícia Nacional, que permaneciam as mesmas do tempo em que o relatório do PNUD foi feito (relatório que foi consolidado entre os anos de 1999 e 2004).

7.5 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DA POLÍCIA NACIONAL DO PARAGUAI

Conforme registro feito pelo PNUD, por meio de pesquisa realizada em parceria com a PN Paraguaia, entre os anos de 1999 e 2004, esta não contava com uma visão clara de seu papel (de sua função). O mesmo diagnóstico foi feito em relação à missão institucional.

Do ponto de vista da estrutura, o diagnóstico apontou para a existência de uma inadequação. Fato que comprovamos por meio de nossa pesquisa, ao constatar a excessiva burocratização estrutural (com suas inúmeras subdivisões departamentais que, entretanto, pareciam não ajudar no sentido de colocar em prática as tarefas de cada setor).

A cultura institucional, de todo modo, foi considerada hierárquica e autoritária, por influência do passado ditatorial e pelo fato de basear sua estrutura no modelo militar. Aproximando-se, neste aspecto, da polícia militar brasileira.

O trabalho policial no Paraguai apresentava, ainda, um alto índice de dependência política externa, o que inegavelmente comprometia a seriedade e ou o profissionalismo do que era feito pela instituição. Fato que os próprios policiais entrevistados confessaram, quando da pesquisa do PNUD e quando da nossa intervenção, feita no ano de 2009.

Os recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos (incluídos os de informação) apresentavam-se extremamente inadequados. Fato que também constatamos quando de nossa pesquisa. A começar pelo Ministério do Interior, órgão governamental responsável pelo controle sobre a polícia, que não possuía dados (estatísticas) sobre o trabalho realizado pelos policiais (algo reconhecido pelos próprios funcionários do Ministério, por nós entrevistados).

Do ponto de vista da formação policial foi possível verificar uma estrutura inadequada, tanto na Academia de Polícia voltada para a formação dos Oficiais (ISEPOL) quanto na Academia voltada para a formação dos Sub Oficiais (Academia de Polícia “Ayudante José Merlo Saravia”, objeto de nosso olhar).

Isto porque embora fossem estruturas grandes, se pensadas do ponto de vista físico e do espaço reservado aos Cursos de Formação não apresentavam estande de tiros, tatames para a prática da defesa pessoal policial, sala de informática e bibliotecas (a única encontrada, na ISEPOL, apresentava uma

bibliografia defasada).

Não é difícil imaginar que o relatório feito pelo PNUD ainda em 2004 tenha apontado para o fato de os Oficiais apresentarem deficiências na sua formação, em termos da capacitação para a gerência e para o exercício do comando.

O relatório do PNUD ressaltou, ainda, que as Leis que trataram da PN Paraguaia não avançaram no sentido de instituírem a defesa das pessoas (superando a doutrina predominante, direcionada para a segurança nacional). O Artigo 175 da Constituição Federal Paraguaia, de 1992, não instituiu a questão da defesa dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos residentes no País.

Neste sentido, as Leis que se voltaram para o trabalho Policial (que se sucederam no tempo) acabaram reproduzindo os pressupostos anteriormente existentes. Desse modo, não serviu como instrumentos para que os avanços estruturais e cultural que envolvem o trabalho dos policiais.

Além disso, embora o Paraguai possua seis (06) zonas que articulam a atuação policial, o fato é que em grande medida as poucas orientações dadas no sentido da organização do trabalho voltaram-se para a Capital (Assunção) e região metropolitana. Deixando desassistidos (sem orientação) os policiais que trabalham no interior do País, o que gerou uma “anarquia organizacional” referendada pela falta de planejamento.

Segundo consta no relatório do PNUD, isto se deu por conta de a polícia paraguaia ter surgido na cidade de Assunção¹⁸⁷, recebendo suas principais orientações justamente no período em que prevaleceu a ditadura militar.

De todo modo, a PN recebeu suas diretrizes enquanto instituição e enquanto órgão de prevenção e ferramenta do Poder Público da Lei nº 222/93 (transformando-se em Polícia Nacional). Esta Lei, no seu Artigo 1º estabeleceu a organização, as funções, as atribuições e os fins da PN, agora com jurisdição em toda a República Paraguaia¹⁸⁸.

Independente disto, o perfil da Polícia Nacional Paraguaia foi consolidado por meio de uma história que conferiu a esta um caráter autoritário (militarizado e

187 As funções especializadas se concentram na Capital, bem como as áreas de logística, de administração e as que prestam assistência aos policiais e seus familiares.

188 Na parte que retrata as características da Polícia Paraguaia, consolidada ainda neste capítulo, aparecem de forma mais pormenorizada as características da PN.

que se manteve distante da população, uma vez que baseou sua atuação, via de regra, na repressão); uma incapacidade de articular seu trabalho por todo o território nacional; na falta de autonomia para desenvolver seu trabalho, diante das constantes intervenções de cunho político.

O documento consolidado pelo PNUD ressaltou, nesta direção, que a cultura prevalecente não permitia que o trabalho policial fosse feito com base no estrito cumprimento da Lei. Do mesmo modo, constatou que os marcos regulatórios (disciplinares) existentes e que serviam para normatizar o comportamento dos policiais não eram cumpridos (o documento deu a entender que estes marcos regulatórios existiam apenas no papel).

Fato comprovado pelas entrevistas com os policiais (feitas ainda para o relatório do PNUD) que mostraram que o respeito aos direitos laborais era problemático, uma vez que questões relacionadas às horas de trabalho, folgas e outros direitos eram constantemente desrespeitadas pelos superiores hierárquicos.

Além disso, a relação estabelecida entre Oficiais e Suboficiais (subalternos) manter-se-ia embasada em princípios de autoridade advindos do tempo dos regimes ditatoriais.

Esta e outras questões foram apresentadas pelo relatório do PNUD como devendo ser superadas. A modernização da PN, deste modo, foi avaliada como necessária, requerendo, para isso, a adoção de meios técnicos adequados para que fossem alcançados os seus propósitos funcionais.

Do mesmo modo, era necessário que a cultura predominante, militarizada, fosse substituída por outra, por meio da qual o caráter civil se fizesse presente.

De todo modo, o enfrentamento de questões como narcotráfico, falsificação de moedas e documentos, delitos econômicos, fraudes contábeis e informáticas, contrabando e outros crimes se apresentavam como problemáticos, pois para serem combatidos a contento exigiam uso avançado de tecnologia (realidade distante da polícia paraguaia).

Uma reestruturação do trabalho da PN deveria passar de igual modo, segundo o relatório do PNUD, pela questão das medidas substitutivas de prisão. O que contribuiria para desobstruir o trabalho policial, que acabava se dirigindo ao cuidado de presos.

Conforme relatos dos policiais entrevistados, esta realidade acabava

gerando riscos para a sociedade, uma vez que permitia que pessoas perigosas se mantivessem em liberdade; além disso, mantinha policiais encarregados pelo acompanhamento destas pessoas, retirando das ruas um efetivo que já se apresentava deficitário.

O mesmo processo ocorria nas penitenciárias, que envolviam trabalho policial (expondo os policiais a riscos desnecessários, subutilizando sua capacidade de atuação).

Do mesmo modo, a cobertura de demandas institucionais, tais como as que envolveriam custódia domiciliar, segurança de entidades estatais e financeiras (além de sedes diplomáticas e residências de autoridades) acabavam por sobrecarregar a PN.

Se somarmos a isso o fato de que, conforme relatórios do PNUD, a PN mantinha um trabalho voltado (incluindo dotação de espaços físicos) para idosos e menores, podemos constatar o contingente de mão-de-obra arregimentado para desenvolver trabalhos fora do âmbito de formação.

Do ponto de vista macroestrutural, o trabalho da PN foi apontado como inexistente, pois não existiam políticas estatais voltadas para segurança cidadã e para o enfrentamento da criminalidade.

Neste sentido, em termos de planejamento, a PN do Paraguai apresentava uma realidade considerada arcaica, uma vez que não contava com metas e políticas definidas, tampouco com um planejamento estratégico, organizacional e/ou tático.

O relatório do PNUD apontou também para o fato de não existir um sistema de informações por parte da PN. O que redundava em decisões que eram tomadas “às cegas”. O setor de “inteligência policial” era insuficiente e não contava com recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos para poder cumprir seu trabalho de forma adequada.

Quando efetuamos as visitas ao Ministério do Interior do Paraguai, observamos claramente que não havia recursos (materiais e humanos) suficientes para que fosse consolidado um sistema eficiente, que abarcasse controle e planejamento direcionado ao trabalho policial.

O setor do Ministério que se relacionava com a polícia inteira do Paraguai se resumia, grosso modo, a quatro salas (administradas por um ou dois funcionários cada uma), localizadas no segundo andar do prédio, contando com computadores

ultrapassados.

Do ponto de vista da estrutura policial, a composição interna era constituída por muitos oficiais, poucos suboficiais e pela presença elevada de civis (arregimentados para o trabalho policial sem, entretanto, passarem por treinamento para desempenharem suas funções).

Além disso, muitos policiais trabalhavam em áreas que não correspondiam às atribuições específicas da função policial, como as administrativas. Tal realidade foi por nós constatada, quando estivemos no Paraguai em 2009 (e se refletia na alta rotatividade dos cargos).

O relatório do PNUD apontou para o fato de que a questão financeira da PN apresentava um dos maiores problemas, consolidado por meio da diminuição sistemática de repasses para a já carente instituição policial.

Ao lembrarmos que um policial paraguaio (suboficial) recebia em dezembro de 2009 o equivalente a R\$ 470,00 (menos de um salário mínimo paraguaio), temos uma noção da situação dos trabalhadores paraguaios que atuavam no setor da segurança pública. Situação agravada pelo fato de os policiais terem de comprar suas armas (armas que não eram controladas pela instituição policial, o que significa dizer que cada policial poderia comprar um tipo diferente de armamento e de calibre a ser utilizado).

Do mesmo modo, não havia nenhuma espécie de treinamento em tiro policial nas escolas de polícia do Paraguai. Nestas, não existiam apostilas com as especificações requeridas nem munição para as práticas. Realidade encontrada na época da pesquisa do PNUD (efetuada entre os anos de 1999 e 2004) que pouco havia mudado em 2009.

Por outro lado, o relatório do PNUD apontou para o fato de que a PN fez investimentos pesados em termos de materiais voltados ao controle de desordens públicas. Assim, mostra-se que a ação policial no Paraguai se volta de forma recorrente para o controle da população, o que tivemos a oportunidade de verificar no período em que estivemos no País, comprovando que esta característica não havia mudado mesmo sob o governo de Fernando Lugo.

Outro ponto que mostrava a situação precária para a realização do trabalho policial no Paraguai diz respeito ao uso de veículos. Assim como indicou o relatório do PNUD, não era incomum ver os policiais que desempenhavam suas funções em

Assunção utilizarem-se de veículos particulares, para conseguirem desempenhar suas funções. Se isto acontecia na Capital do País, imagine no interior?

De fato, no ano de 2009 foi possível verificar a permanência de uma frota de veículos defasada. Composta por veículos muito antigos.

Todos estes elementos redundavam numa incapacidade, por parte dos policiais paraguaios, no sentido de atenderem a contento às demandas sociais por segurança. A função desempenhada pela PN, neste sentido, era tida como pouco valorizado. Não havendo possibilidade de se pensar em algo como um trabalho voltado ao policiamento comunitário.

Esta foi a mesma realidade encontrada por nós no ano de 2009. Embora alguns funcionários do Ministério do Interior tivessem afirmado que estaria sendo implementado um “modelo democrático” de policiamento (mais próximo da comunidade).

A verdade é que as carências relativas à formação dos policiais visualizadas entre os anos de 1999 e 2004 mantiveram-se (fora algumas poucas alterações) até o final do ano de 2009. Carências apresentadas, dentre outras coisas, por conta da formação altamente deficitária dada aos suboficiais e que passava por pontos como o uso da arma de fogo. Vale registrar aqui que os alunos dos Cursos de Sub Oficiais precisavam adquirir as armas e a munição a serem usadas no treinamento.

Situação agravada pelo fato de que cada aluno recebia o equivalente a R\$ 30,00 mensais para se manter no Curso de Formação (que no Paraguai tem a duração média de um ano).

Deste modo, embora o Ministério do Interior tenha buscado mostrar a existência de uma “transição para melhor”, persistiam os problemas relacionados ao uso da força, na PN, ainda no final de 2009 (os mesmos encontrados pelos membros do PNUD).

Problemas que se estendiam à área de investigação e operação policial, se entendidas a partir da garantia do respeito aos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos. Daí os recorrentes casos de denúncias diante do “abuso policial” cometido contra a população paraguaia.

Cabe ressaltar que o diagnóstico realizado entre os anos de 2005 e 2007 pelo Programa de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Harvard e que retratou a realidade paraguaia concernente à segurança pública e aos

direitos humanos (também apontada no capítulo V da presente tese) apontou para as fragilidades ligadas às práticas policiais efetivadas no País. Práticas tidas como necessárias, porém não suficientes em si mesmas para que se conseguissem bons índices de combate à insegurança.

Neste sentido, medidas alternativas à prisão foram avaliadas como tendo um maior potencial de diminuir a delinquência, já que auxiliariam na diminuição da população carcerária (gerando ambientes com menor violência e menor reincidência).

Outro elemento indicado, neste sentido, seria o concernente ao investimento a ser feito em programas de reabilitação e reintegração, tidos como inibidores de práticas delitivas reincidentes e capazes de ajudar no processo de transição para estilos de vida produtivos e não delitivos.

Do mesmo modo, o documento apontou para a necessidade de que fosse melhorada a eficiência judicial, a partir da redução da corrupção e do desenvolvimento de programas de proteção de testemunhas (ações já testadas com sucesso em outros países da América Latina).

Finalmente, para os relatores do estudo do Programa de Direitos Humanos acima citado, as políticas de justiça penal apresentar-se-iam como mais efetivas se abordassem as causas da delinquência (condições e ambientes propulsores de ações delituosas).

Tais políticas poderiam incluir programas dirigidos à juventude envolvida em risco, programas dirigidos ao controle de armas de fogo e que se voltassem também para medidas secundárias de prevenção, tais como as relacionadas à melhoria da iluminação das casas e ao estabelecimento de programas de vigilância nos bairros.

Notamos que estes elementos apareceram em decorrência de não haver, no Paraguai, um trabalho voltado para a prevenção da violência. Fato que concorria para que as ações policiais ocorressem de forma fragmentada, imediatista e, muitas vezes, truculenta, conforme constatamos por meio da imprensa nacional paraguaia e também de pessoas com as quais entramos em contato durante nossa estadia naquele País.

De todo modo, a recomendação feita para a PN por parte do programa de Direitos Humanos de Harvard revelou (e ratificou) algumas lacunas existentes na área de segurança pública do Paraguai, que deveriam ser sanadas. Lacunas que

passavam pela relação que se estabelecia entre o trabalho da Polícia Nacional e do Ministério Público, uma vez que este era feito de forma conjunta, mas não coordenada, gerando conflitos e desgastes institucionais.

Tal situação foi constatada pessoalmente, uma vez que o fato de a Polícia Paraguaia ser acompanhada (ou poder ser interpelada) por funcionários da Justiça gera frequentes indisposições entre as instituições (que passam por recíprocas denúncias e/ou acusações de corrupção e de ingerências funcionais).

Essas lacunas passavam, ainda, pela concretização de um trabalho sério que resultasse em denúncias diante das ações corruptas efetivadas por parcela dos policiais paraguaios.

O programa de Direitos Humanos de Harvard também recomendou que houvesse a manutenção de uma carga horária razoável de trabalho, bem como uma compensação salarial que ajudasse a reduzir a corrupção e o abuso policial. Saliou a importância de institucionalizar práticas de recrutamento ilibadas (não dependentes de injunções políticas), como ainda a implementação de mecanismos sérios de punição diante de casos de corrupção policial.

No período em que estivemos no Paraguai constatamos que a instituição policial era constantemente criticada (seja pela imprensa falada, escrita e/ou por pessoas com as quais mantivemos contato). Isto porque dentre outras coisas não contava com programas sérios e eficientes diante de questões como a da delinquência, mantendo práticas paliativas, como a de retirar das ruas pessoas que cometiam determinados delitos.

Internamente, a Polícia Paraguaia foi avaliada como sendo incapaz de implementar uma cultura de respeito ao profissionalismo e à especialização de funções, potencializando ao mesmo tempo sua capacitação.

Conforme já ressaltamos, o Ministério do Interior não recolhia dados estatísticos mais completos sobre o trabalho (e mesmo o efetivo) policial existente. A própria polícia não fazia este trabalho, pois não tinha efetivo suficiente voltado para este aspecto e não possuía recursos tecnológicos mínimos que possibilitassem que este trabalho fosse feito.

Esta falta de controle se estendia à falta de dados concernentes às pessoas presas e perpassava por questões como idade, antecedentes gerais, antecedentes policiais e índices de reincidência criminal.

De todo modo, não havia um trabalho voltado nem de perto ao policiamento comunitário (principalmente se fossem levados em consideração aspectos como a existência de um trabalho efetivo voltado à segurança da população, desenvolvido por meio da coordenação entre polícia e demais setores da sociedade paraguaia).

Conforme salientamos também no Capítulo V da presente Tese, os diagnósticos efetuados pelo Programa de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Harvard serviram para impulsionar o trabalho do Ministério do Interior, a partir da posse do Presidente Lugo (no ano de 2008), na direção do comprometimento diante de uma mudança cultural/institucional a ser feita no Campo da Segurança Pública Paraguaia.

Fato que pode ser comprovado por meio do documento intitulado “Plan de los 100 días del Ministerio del interior”, promulgado no ano de 2009 (analisado mais detalhadamente no capítulo V).

Embora este compromisso tenha sido adotado publicamente (documentado), o fato é que o trabalho feito pela Polícia Nacional paraguaia continuou apresentando inúmeras deficiências (até fins de 2009), embora tenha se passado mais de um ano após o Presidente Fernando Lugo ter assumido.

Quanto ao tema da formação dos policiais, objeto desta tese, a realidade (apresentada entre os anos de 1999 e 2004 pelos relatores do PNUD) era aquela marcada pela doutrina do passado (ditatorial e militarizada) e pela ausência de definição quanto ao perfil de polícia a ser adotada pela instituição (dentro de um modelo político democrático). Aspectos que serviam para fazer com que o processo educativo se desse de forma conservadora e tradicional.

Podemos afirmar sem medo que esta realidade se encontrava presente ainda em finais de 2009, quando estivemos no Paraguai. Aliás, retratando uma institucionalidade funcional muito parecida com a que encontramos na polícia militar brasileira, ainda presa a um modelo militarizado de formação e atuação.

Além disso, de acordo com os relatores do PNUD, a educação policial paraguaia era excessivamente formal, não capacitando os oficiais no sentido de exercerem a liderança, o comando e a gerência. Executada dentro de um quadro que mantinha um número excessivo de institutos de formação.

De fato, a estrutura funcional dos Institutos de Formação, bem como a que compunha a instituição policial, de modo geral, era extremamente complexa (fazendo

com que recursos fossem desperdiçados e que uma orientação mais clara não fosse implementada).

Por isso, a preparação para o exercício da profissão de quase a totalidade dos policiais foi tida como mínima ou muito baixa. Conforme o relatório do PNUD feito entre 1999 e 2004, o “nível de preparação era muito ruim”, sendo predominantemente militarizada e não contando com recursos humanos qualificados para o ensino policial.

Em 2009, constatamos uma tentativa de mudança por parte do Instituto Superior de Educação Policial (ISEPOL) no sentido de institucionalizar um processo formativo mais idôneo (por meio da eleição e manutenção de um corpo de professores que atuassem no apoio didático aos docentes envolvidos com as atividades de formação). Entretanto, as aulas nos Cursos de Formação (pelo menos se pensarmos no caso dos Suboficiais) continuavam sendo dadas por policiais (o mesmo que ocorre no Brasil). O que concorria para manter a formação presa a um viés militarizado.

Além disso, os estudiosos da Polícia Paraguaia (relatores do PNUD) indicaram que em todos os institutos de ensino havia uma defasagem (nos programas de estudos) muito grande. Fora o fato de que não havia um plano de especialização e aperfeiçoamento.

Em 2009, visualizamos uma situação parecida, pois embora tenhamos encontrado uma estrutura que previa a formação continuada (especializações) constatamos que esta se voltava basicamente para a carreira de Oficiais. Mais uma vez algo parecido com o que acontece no Brasil, onde os policiais (não oficiais) não encontram oportunidades e/ou estrutura que lhes dê condições para fazerem cursos (subsidiados pelo Estado), notadamente em áreas que se voltem para a qualificação da prática do tiro policial, para o uso correto das algemas e da tonfa, e para a defesa pessoal policial.

A reforma profissional da PN, ainda para os relatores do PNUD, deveria passar, no futuro, pela modificação curricular (notadamente no tocante aos direitos humanos, ausente no currículo de formação dos Suboficiais), e por pontos como negociação de conflitos; pela incorporação de aspectos como os da produção de materiais (didáticos); pela implementação de metodologias especializadas; pela execução de programas permanentes e conjunturais bem como pela especialização

policial.

Acabar com a situação dos “conscritos”¹⁸⁹ também foi apontado como fundamental para se instituir um profissionalismo policial, embasado no caráter voluntário, garantindo a estabilidade e o progresso na carreira.

No ano de 2009 encontramos uma realidade, do ponto de vista curricular, não muito diferente (com exceção ao fato de os alunos estarem tendo seminários sobre direitos humanos) e pelo fato de a ISEPOL estar avançando no trabalho voltado à construção de materiais didáticos a serem usados nos Cursos de Formação, tanto de Oficiais quanto de Sub Oficiais. No entanto, é preciso afirmar que estavam começando a amadurecer um trabalho, neste sentido.

De todo modo, para os relatores do PNUD, a doutrina de formação policial paraguaia não se dava sob bases democráticas (mantendo-se presa a um caráter militarizado que reforçava a obediência irrestrita do policial, que não deveria confrontar, discutir as disposições dadas, mas cumprir as mesmas).

Pelo que visualizamos em 2009, a partir das entrevistas efetuadas principalmente com instrutores de cursos de formação de suboficiais, esta prática encontrava-se ainda presente.

Além disso, o relatório do PNUD salientou que os Cursos de Formação eram feitos dentro de um padrão comportamental que mantinha discriminações de gênero, raça, credo religioso ou político.

Se levarmos em conta que grande parte dos alunos dos Cursos de Formação de Suboficiais advém de regiões interioranas do Paraguai (muitos alunos são descendentes de índios), apresentando inúmeras dificuldades de comunicação (muitos falam apenas o guarani e/ou falam muito mal o espanhol) e ou para lidar com as novas tecnologias, podemos imaginar o ambiente “problemático” que ronda os ambientes formativos de policiais naquele País. Fora o fato de que mulheres não são permitidas nas Escolas de Formação de Suboficiais.

Do ponto de vista da infraestrutura, conforme relatórios do PNUD, embora as instalações físicas do Colégio de Polícia Gerenal José E. Diaz (que concentrava a

189 Exercício obrigatório nas forças policiais, por um determinado período de tempo. Algo que a polícia Paraguaia herdou das forças armadas. Cabe salientar que os conscritos adentravam o universo policial sem passar por nenhum processo educativo e ou de treinamento, assumindo encargos de risco. O número destes, na PN, servia também para “maquiar” o número real de policiais disponíveis, uma vez que chegaram a representar 34% da força policial.

formação dos oficiais) apresentasse uma edificação moderna e ampla, não possuía infraestrutura adequada para a aplicação prática dos conhecimentos teóricos, inexistindo bibliotecas (ou quando havia estavam desatualizadas), laboratórios de informática e de criminalística, de idiomas, campos de tiro e outros.

A escola de Suboficiais “Sgt. Ayudante José Merlo Saravia” (onde se dava a formação dos Suboficiais) apresentava carências ainda maiores, ainda segundo o relatório do PNUD. Isto porque as aulas eram dadas em local aberto (sem proteção), mantendo um número elevado de alunos (dificultando o trabalho dos professores).

Quando estivemos no Paraguai, constatamos que esta realidade estava mudando, no caso da formação de suboficiais, pois as salas de aula haviam sido construídas para acomodar os alunos. Entretanto, fora isso não havia estande de tiros, tatame para treinos em técnicas de artes marciais (uso da força), laboratórios de criminalística, de conservação de local de crime e nem biblioteca.

Percebemos também que a infraestrutura destinada ao funcionamento do regime de internato apresentava precárias condições de uso (notadamente a que se destinava aos dormitórios dos alunos). As camas utilizadas pelos alunos para dormirem, por exemplo, eram montadas e desmontadas a cada dia.

Embora o Colégio Sargento Ajudante José Merlo Saravia mantivesse espaços amplos, não apresentava recursos adequados para que os alunos pudessem desenvolver seus estudos e/ou mesmo para que pudessem desenvolver atividades recreativas (os alunos mantêm uma rotina burocratizada e devem se recolher às 21h00min).

Conforme apontaram os relatores do PNUD, o sistema de educação policial paraguaio mantinha grandes debilidades, geradas dentre outras coisas por não existir um norte estratégico que agregasse os esforços de formação e pelo fato de não haver definição do perfil profissional esperado pela instituição.

Por isso, não era reforçado o papel civil do trabalho policial (os alunos eram tratados como futuros soldados das forças armadas), no cotidiano dos Cursos de Formação. Isso foi constatado no final de 2009 e se assemelha ao que ocorre no Brasil, nos Cursos de Formação de Policiais (soldados policiais militares).

Além do mais, o transcorrer das aulas dadas para os alunos dos Cursos de suboficiais, segundo o relatório do PNUD, apresentava uma estrutura que não permitia uma postura participativa (por parte dos alunos). E mais, não eram feitos

trabalhos em grupo e recursos de informática inexistiam.

É preciso destacar que esta mesma realidade nos pareceu persistir no ano de 2009, quando estivemos no Paraguai (pois recursos de informática continuavam não existindo e o perfil militarizado dos Cursos ainda era uma realidade, servindo para inibir a participação dos alunos).

De acordo com relatório do PNUD, os Cursos voltados para a formação de Oficiais mantinham um número elevado de matérias, implicando numa carga horária excessiva e numa enorme dispersão das atividades de formação policial.

Matérias importantes como Direitos Humanos apareciam, mas com uma carga horária muito baixa se comparada a disciplinas como Espanhol I e II, Redação I e II e Oratória (avaliadas como matérias desnecessárias pelos relatores do PNUD).

Já disciplinas como Educação Física eram subdivididas. Esta, mais especificamente, apresentava a seguinte conformação: Ginástica Esportiva, Ginástica Aeróbica, Ginástica Artística e Karatê (talvez o conhecimento mais direcionado para o uso moderado da força legal policial). De todo modo, a comissão que estudou a malha curricular dos cursos de formação dos Oficiais surpreendeu-se ao ver Ginástica Artística num curso de formação de policiais; encontrando, assim, dificuldades em entender qual a possível relação entre ambas.

Ainda há que salientar que não havia matérias voltadas a instrumentalizar o relacionamento da polícia com a comunidade, bem como não havia horas destinadas à formação prática (uma formação puramente teórica predominava).

Com relação à Escola de Suboficiais General José E. Díaz (uma das escolas, pois existiam e existem mais de uma em todo o Paraguai), foi observado que as matérias destinadas à área jurídica não se apresentavam a contento, se pensadas na direção de uma correta atualização profissional (a matéria de Direitos Humanos não aparecia).

Em 2009, percebemos que a escola José Merlo Saravía apresentava a disciplina de Direitos Humanos (no entanto, esta era ministrada apenas por meio de seminários).

Outras matérias não diretamente ligadas ao trabalho policial se faziam presentes na Escola de Suboficiais General José E. Díaz, à época da pesquisa efetuada pelo PNUD. Eram elas: Castelhana, Matemática, Espanhol - Guaraní, Ciências Naturais, Música, Artes Plásticas e Educação Artística, Física e Literatura,

as quais eram tidas como desnecessárias e/ou secundárias pelos relatores do documento. Ademais, a carga horária destinada a estas matérias era alta. Artes Plásticas, por exemplo, tinha 48 horas mensais, enquanto que Prática de Tiro tinha 24 horas mensais.

A matéria de Educação Física era supervalorizada (tinha 24 horas mensais), em detrimento de outras matérias (todas com 8 horas mensais). Com exceção de Procedimento Policial, Legislação Policial e Regulamento Disciplinar, ambas com 28 horas aula mensais.

Mesmo que não tenhamos tido condições de aprofundar uma análise específica acerca da carga horária das diferentes disciplinas que compunham o currículo do Curso de Formação de Suboficiais¹⁹⁰ (quando de nossa visita ao Paraguai no final de 2009), por meio das entrevistas realizadas com instrutores do Curso constatamos que a ênfase continuava sendo direcionada à apreensão de matérias da área jurídica, e embasada no uso da força (com predomínio da disciplina de Educação Física). Tal qual ocorre no Brasil.

De todo modo, o ambiente formativo (infraestrutura) não possibilitava, ainda, que os alunos pudessem desenvolver capacitação suficiente para o exercício de sua profissão.

7.6 A PESQUISA DE CAMPO REALIZADA NO ANO DE 2009 E QUE RETRATOU A FORMAÇÃO DOS POLICIAIS PARAGUAIOS (SUBOFICIAIS)

Após nos comunicarmos via e-mail com o contato paraguaio, o qual se prontificou em nos encaminhar até as Escolas de Polícia existentes naquele País, resolvemos nos deslocar pessoalmente até lá a fim de efetuarmos nossa pesquisa de campo.

Saímos do Brasil em direção ao Paraguai no mês de dezembro de 2009. Na chegada ficamos hospedados no “Hotel Hosteria” (localizado em frente ao terminal rodoviário da cidade de Assunción), na Avenida Fernando de La Mora.

No primeiro dia de trabalho, no período da manhã, nos dirigimos até o

¹⁹⁰ Trabalho feito posteriormente (e que aparece neste mesmo capítulo da tese).

escritório do contato paraguaio. No caminho, conversamos com o motorista de táxi que nos levou até o local desejado. Perguntamos sobre a segurança existente no Paraguai e, mais especificamente, em Assunción. Ele respondeu que mesmo no Governo do Presidente Fernando Lugo a segurança paraguaia andava mal, e que a população estava vivendo uma situação caracterizada por sequestros e por assaltos a banco (realizados por grupos armados que contavam, inclusive, com a presença de policiais paraguaios).

Ao falar sobre a Polícia Paraguaia, o motorista de táxi demonstrou certo desprezo. Afirmou: “La policía Paraguaia no és confiable”. Uma primeira leitura que foi se somando a outras e que nos mostraram que, de fato, perdurava no Paraguai uma visão negativa (quase que unânime) acerca do trabalho desenvolvido pelos operadores do direito (os Policias), por parte da população civil. Fosse esta população mais ou menos escolarizada.

Já no escritório, nos apresentamos ao contato e agradecemos a ajuda. Em seguida, ligações telefônicas começaram a ser feitas e uma primeira entrevista foi marcada ao Ministério do Interior (órgão que no Paraguai gerencia o trabalho policial realizado).

Chegamos a nosso destino às 11h00min da manhã do dia sete (07) de dezembro. Fomos apresentados à assistente do Vice-Ministro do Interior, responsável pelo setor de Assuntos políticos e pela Coordenação do Comitê Interinstitucional de População, que nos recepcionou bem e conversou conosco por alguns minutos.

Ressaltou não possuir conhecimentos mais precisos acerca das políticas voltadas para a área de segurança pública efetivadas pelo Ministério do Interior. Notadamente sobre a polícia paraguaia, pelo fato de sua área de atuação não envolver estas questões.

No entanto, corajosamente afirmou que no Paraguai não havia controle do número de policiais, nem informações sobre outros pontos concernentes às atividades desenvolvidas por estes. O Ministério do Interior estaria desenvolvendo no ano de 2009 um levantamento sobre estas questões.

Em seguida, fomos encaminhados ao “Diretor de Políticas de Seguridad Ciudadana” do Ministério do Interior. Mais uma vez fomos muito bem recebidos e presenteados com um livro que retratava questões voltadas à Segurança Pública

Paraguaiá.

Ficamos surpresos diante do fato de nosso entrevistado ter ratificado a informação acerca da falta de controle (de dados) por parte do Ministério do Interior acerca da polícia paraguaiá.

Logo depois, fomos apresentados aos demais funcionários do setor do Ministério. Mais informações nos foram repassadas, desta vez via *pen drive*. Essas informações eram mais especificamente acerca do levantamento feito por membros do PNUD, entre os anos de 1999 e 2004, que retratou a questão da polícia paraguaiá. Documento que acabou sendo importante para a realização de nosso trabalho.

Tivemos a oportunidade de visualizar a carência que tais funcionários encontravam, do ponto de vista material, para realizarem seu ofício. Além do mais, ficou claro que eles estavam diante de uma condição de total falta de informações e não tinham muita clareza do que fazer em termos da implementação de políticas voltadas ao campo policial.

Figura 155:
Prédio do Ministério do Interior



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 156:
Prédio do Ministério do Interior



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 157:
Placa indicativa dos Setores existentes no
Ministério do Interior



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

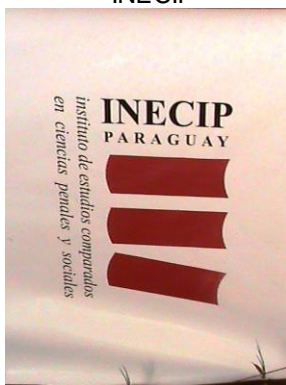
Figura 158:
Funcionários do Ministério do Interior



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Às 13h30min fomos levados até o escritório onde ficavam localizados o Instituto de Estudos Comparados em Ciências Penais e Sociais (INECIP) e a Coordenadoria de Direitos Humanos do Paraguai (CODEHUPY). Infelizmente, não tivemos a oportunidade de conversar com os representantes destes órgãos. A ideia era poder entrevistar pessoas ligadas aos Direitos Humanos para, desta forma, obtermos mais informações sobre o trabalho policial realizado no Paraguai.

Figura 159:
INECIP



Fonte: Arquivo Pessoal (dez. 2009)

Figura 160:
Evento sobre Direitos Humanos



Fonte: Arquivo Pessoal (dez. 2009)

De todo modo, tivemos a oportunidade, ainda na data de seis (06) de dezembro, por volta das 18h00min, de conversarmos mais detidamente com nosso interlocutor no Paraguai sobre a questão policial.

Verificamos que este era sociólogo e que possuía mais de vinte e seis (26) livros publicados. Sendo, ainda, um profundo conhecedor da realidade paraguaia.

Presenteou-nos com um de seus últimos livros (usado em nossa Tese), que em um de seus capítulos apresenta um consistente histórico político e social do País.

Retratou a profunda crise que as instituições políticas paraguaias estavam atravessando, como também que o então Presidente Fernando Lugo Mendes, eleito no ano de 2008 depois de dezenove (19) anos de um processo de transição para a democracia, estaria enfrentando inúmeras dificuldades relacionadas à falta de apoio Parlamentar para aprovar Leis importantes para o País.

Com relação à Segurança Pública, afirmou que esta era precária no Paraguai, sendo verdade que a polícia não encontrava respaldo junto à população. Casos de denúncias de corrupção policial eram frequentes, alertando para o envolvimento de policiais com grupos que assaltavam agências bancárias e/ou que subornavam motoristas advindos de outros Países do Mercosul (e que visitavam o Paraguai).

Além disso, não era incomum ver policiais paraguaios agirem de maneira parcial diante de questões que envolviam conflitos relacionados à posse de terra (no Paraguai a questão camponesa é muito presente e envolve conflitos entre populações que reivindicam a posse da terra, via reforma agrária; e grandes fazendeiros, notadamente brasileiros, que pagam grupos armados – dentre estes policiais – para enfrentarem os camponeses). Tema retratado em alguns dos livros de nosso interlocutor.

Às 19h00min, acompanhamos a filha do nosso contato em uma caminhada até a cidade de Caacupé, que fica a aproximadamente 40 km da capital e mantém um belo santuário religioso oferecido à “Virgem de Caacupé” (a figura religiosa que, para a cultura paraguaia, tem o mesmo grau de importância que a figura de Nossa Senhora Aparecida tem para os brasileiros).

Para homenagearem a Santa, milhares de pessoas saem todos os anos, na data de 07 de dezembro, de diversos lugares do Paraguai (muitos a pé) dirigindo-se até a cidade de Caacupé. Lá é realizada uma missa para homenagear a Santa (as

pessoas agradecem as graças alcançadas).

Cabe ressaltar que a religião Católica Apostólica Romana exerce grande influência na sociedade paraguaia. O evento que envolve ações de devoção à “Virgen de Caacupé” é o maior do País (praticado há trinta e seis – 36 - anos) e resulta num feriado nacional.

Fomos de ônibus até uma parte do trajeto e depois descemos para finalizarmos o trajeto a pé (andamos por aproximadamente 10 km!). Durante o evento tiramos algumas fotos. Visualizamos cartazes colocados às margens da rodovia, que dava acesso à Caacupé, denunciando a violência existente no Paraguai (o sequestro de um médico, Sr. Victor Rojas, que já durava 53 dias era então objeto de protestos).

Durante o trajeto verificamos a presença da polícia, que em determinados trechos consolidava um cordão a fim de impedir que os transeuntes utilizassem a totalidade da rodovia.

Percebemos que a população tratava a presença da polícia com indiferença e/ou até mesmo com certa dose de ironia. Ficou claro que havia um distanciamento muito grande entre população e policiais.

Ao chegarmos a Caacupé, observamos que milhares de pessoas cercavam a praça central da cidade (onde ficava a belíssima Catedral que deu lugar a missa). Algumas pessoas, para descansarem do longo trajeto (alguns caminhavam por mais de 50 km), deitavam-se ao redor da praça (pelo gramado).

Durante a realização da missa o Bispo Mario Melanio Medina proferiu críticas veementes aos poderes Legislativo e Judiciário existentes no Paraguai. Considerando-os “um desastre”. Do mesmo modo, se dirigiu ao Presidente Fernando Lugo (ex-bispo da Igreja Católica Paraguaia) afirmando que este “devia pedir perdão ao povo paraguaio” por não corresponder às expectativas depositadas nele.

Conversando com a filha de nosso contato soubemos que os policiais paraguaios padeciam de melhores salários (informação posteriormente confirmada), bem como que eram desassistidos por parte do Estado, sendo vítimas frequentes de ameaças advindas de traficantes.

Do mesmo modo, costumavam envolver-se de forma constante em assaltos a bancos e supermercados, negociando com os bandidos os saldos dos roubos. Práticas que, segundo nossa interlocutora, eram “tradicionais e persistiriam ainda por

muitas gerações de policias”.

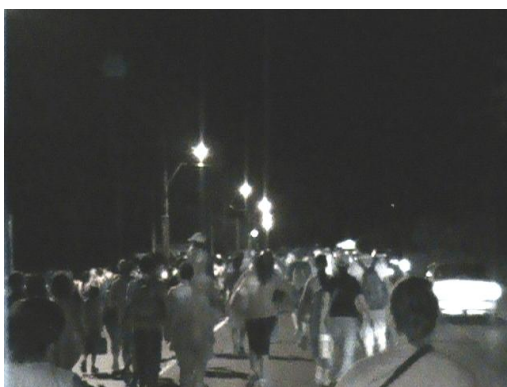
De todo modo, a fé do povo paraguaio e a força dos Bispos ligados à Igreja Católica (que ficaram expostos por meio do discurso feito na cidade de Caacupé e por meio da imprensa falada e escrita) demonstraram haver um déficit de atuação, por parte dos poderes públicos, no Paraguai. O que envolve o Parlamento (encabeçado por Partidos Políticos reacionários e que, segundo relatos, estariam ligados a grupos econômicos que buscam proteger interesses privados, em detrimento dos interesses da Nação), o Poder Judiciário (tido como corrupto), o Poder de Polícia (visto como distante da população, violento e caracterizado pelo despreparo e pela postura militarizada).

Tais questões permeavam os jornais em circulação, bem como os programas de televisão, notadamente os jornalísticos.

Deste modo, a fé da população paraguaia (constituída, em grande medida por índios e/ou descendentes de índios e por gente que ainda hoje vive no campo) acaba revelando uma condição social por meio da qual os projetos de modernização não se efetivaram, mantendo uma sociedade presa a condições de existência arcaicas e envolta por poderes institucionais que parecem funcionar apenas no discurso.

A caminhada até Caacupé mostrou-nos uma realidade por meio da qual pessoas (a maioria pobres) depositam suas esperanças (a cura de doenças de familiares, a proteção contra a violência e contra a pobreza extrema) na religião, e não nos poderes institucionais e sociais existentes.

Figura 161:
Caminhada até Caacupé



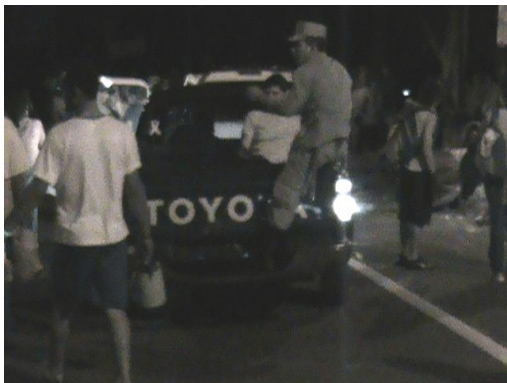
Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 162:
Caminha da até Caacupé



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 163:
Polícia Nacional do Paraguai



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 164:
Manifestação por segurança



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 165:
Manifestação contra os sequestros



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 166:
A multidão chega à Praça de Caacupé

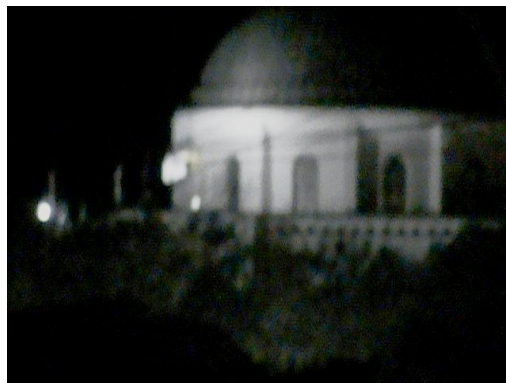


Figura 167:
A Polícia Nacional em Caacupé



Fonte: Arquivo Pessoal (dez. 2009)

Figura 168:
Imagem da Igreja de Caacupé



Fonte: Arquivo Pessoal (dez. 2009)

Na terça-feira foi feriado nacional no Paraguai (em função do evento dedicado à “Virgen de Caacupé”). Evento do qual participamos no dia anterior.

Aproveitamos para comprar alguns jornais e verificamos que tratavam, de forma incisiva, da corrupção existente no País por parte de órgãos e/ou poderes públicos. Retrataram o discurso do Bispo (ocorrido na Missa realizada na praça da cidade de Caacupé, no dia anterior), que se voltou contra o “descaso para com os pobres no Paraguai, por parte dos poderes públicos”.

A caminhada em nome da Santa, assunto do momento, foi retratada também pelo lado da segurança pública, uma vez que os jornais afirmaram que vários adolescentes e crianças que participaram do evento foram detidos por policiais e pela fiscalização (fiscalia) portando armas e consumindo bebidas alcoólicas ou entorpecentes.

Além disso, alguns peregrinos teriam passado mal por conta de terem ingerido alimentos preparados sem os devidos cuidados de higiene. No trajeto até Caacupé, foi possível visualizar inúmeras barracas nas quais as pessoas vendiam comida e bebida aos transeuntes. Muitas destas barracas realmente apresentavam condição precária, do ponto de vista da higiene.

Aos poucos, fomos identificando que a higiene, ou melhor, a falta de higiene perpassava por vários setores (por várias instituições, tais como a própria polícia) no Paraguai. A própria cidade de Assunción apresentava um aspecto de abandono (não era incomum ver lixo jogado nas calçadas da cidade), apesar desta ser a Capital paraguaia! Portanto, a cidade que apresenta melhor infraestrutura que as demais cidades do País.

O próprio Hotel onde ficamos hospedados apresentou condições de higiene criticáveis (o chuveiro só expelia água fria; a tomada existente no banheiro – a única existente no quarto que aluguei – estava sem o invólucro de proteção, ou seja, com a fiação exposta; no corredor do hotel, no primeiro piso, havia uma enorme infiltração de água que não foi tratada nos dias em que estivemos hospedados), mesmo que este fosse um hotel localizado numa região não periférica de Assunción.

Assistimos uma entrevista com um Comissário de Polícia, por meio de um programa televisivo local (canal 02), que retratou a questão da extorção de policiais na fronteira com o Brasil. O entrevistador da TV afirmava que eram comuns casos de denúncias envolvendo a ação corrupta de policiais, na fronteira entre os dois Países.

Solicitava ao policial para que este orientasse as pessoas de modo que pudessem se proteger ou para que pudessem denunciar tais práticas.

Na quarta-feira nos deslocamos até o Instituto Superior de Educação Policial do Paraguai (ISEPOL). Mais uma vez fomos bem recepcionados. Tivemos a oportunidade de conversar com o Secretário Geral do Instituto, que nos apresentou, via *power point*, o organograma (utilizado nesta tese) que retratava o modelo de educação utilizado pela polícia paraguaia.

Nesse momento, retratou as características da Academia de Polícia e dos Cursos oferecidos (já retratadas neste capítulo, na parte de se voltou para a contextualização da Polícia Nacional do Paraguai).

Cabe ressaltar que a ISEPOL é a Instituição que, no Paraguai, trata da formação dos policiais. É ela que estabelece os processos formativos, organiza os materiais e mantém (ou seleciona) os professores que atuarão nos Cursos.

Nosso interlocutor retratou, ainda, o fato de enfrentarem inúmeros problemas concernentes à infraestrutura (notadamente no setor de informática). De fato, tivemos a oportunidade de visitar os setores da ISEPOL, localizada numa área reservada da Capital paraguaia. Constatamos que, para além dos prédios e do amplo espaço físico (envolto por belos jardins), não havia setor de informática, sala de tiro, tatames para a prática do uso moderado da força. O ambiente era composto basicamente por setores administrativos.

Fomos apresentados a uma oficial que nos concedeu entrevista. Esta Oficial havia trabalhado nos últimos anos em Cursos de Formação de Suboficiais¹⁹¹. Além disso, marcou uma entrevista nossa com outro contato (outro Oficial que trabalhava como instrutor e como assessor do Diretor da Escola de Formação de Suboficiais do Colégio Sargento Ajudante José Merlo Saravia).

191 Esta entrevista será apresentada juntamente com a que efetuamos com outro Oficial (instrutor em Cursos de Formação de Suboficiais), nas dependências do Colégio "Sargento Ayudante José Merlo Saravia". Isto porque ambas as entrevistas retrataram a mesma questão, ou seja, o processo formativo de Suboficiais existente no Paraguai.

Figura 169:
Entrada da ISEPOL



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 170:
Espaço interno da ISEPOL



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 171:
Espaço interno da ISEPOL



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 172:
Espaço interno da ISEPOL



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 173:
Visão externa do auditório: ISEPOL



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 174:
Visão interna do auditório: ISEPOL



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 175:
Alunos de Curso de Formação (oficiais)



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 176:
Corredores internos da ISEPOL



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 177: Placa indicativa ISEPOL



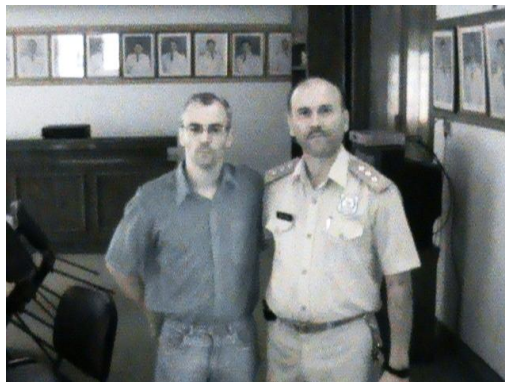
Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 178: Oficial Inspetora



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 179: Secretário Geral (ISEPOL)



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

À noite, tivemos a oportunidade de assistir novamente a um programa televisivo que retratava assuntos concernentes aos policiais paraguaios.

Uma das notícias retratou a visita que o Ministro do Interior fez a um policial que se encontrava hospitalizado. Este policial teria sido vítima de um atentado (feito por meio de bomba caseira), ocorrido enquanto dirigia seu carro.

Outra notícia que muito nos intrigou foi a que retratou o fato de o Comando da polícia ter instituído uma norma que proibia os recém-formados (Suboficiais) de estudarem (fazerem Curso Superior).

Na quinta-feira, no início da tarde, nos deslocamos até a cidade de Capiatá, onde ficava localizado o Colégio de Polícia “Sargento Ayudante José Merlo Saravia”, que recebia os alunos de Cursos de Formação de Suboficiais. Estava agendada uma entrevista com um Oficial Inspetor (assistente direto do Diretor do Colégio citado).

Infelizmente não foi possível efetuarmos a entrevista neste dia, uma vez que o mesmo precisou atender a uma ocorrência em uma cidade vizinha e acabou se atrasando.

De todo modo, como nos encontrávamos na escola, buscamos conversar com alguns policiais que por lá transitavam, para obtermos algumas informações.

Foi dito que o processo de seleção para o ingresso na Escola abarcava quatro (04) fases: Exames psicológicos, médicos, físicos e de conhecimentos teóricos (advindos do ensino médio).

Deste modo, soubemos que uma das exigências para os candidatos que quisessem concorrer a uma vaga para Suboficial era ter o Ensino Médio.

Outro dado apresentado se relacionou ao tempo para a concretização do Curso, que era de um ano. Além disso, soubemos que todos os anos ocorriam ingressos de aproximadamente um mil (1.000) alunos nos cursos de formação de suboficiais. De um total de três mil (3.000) inscritos.

Destes um mil (1.000), trezentos e cinquenta (350) ficavam na cidade de Capiatá (onde ficava localizada a principal Escola). Os demais eram distribuídos entre as demais onze (11) escolas subsidiárias espalhadas pelo País.

Quanto às atividades diárias realizadas pelos alunos, foi dito que estas transcorriam em período integral (manhã e tarde), de segunda a sexta-feira. As aulas começavam por volta das 07h00min da manhã e se estendiam até 19h00min. Com exceção das sextas-feiras, quando as aulas iam até as 17h00min. Momento em que

os alunos (que não fossem detidos no local por conta de terem cometido faltas disciplinares) eram liberados para se deslocarem para seus lares.

Entretanto, os mesmos deveriam retornar ao Colégio, fardados, no domingo por volta das 19h00min.

Perguntamos sobre as matérias trabalhadas no Curso e os entrevistados nos falaram que as que compunham a área jurídica, como Direito Penal, Processual Penal e Legislativo (Constitucional) faziam parte do mesmo.

Além destas, a disciplina de Educação Física era trabalhada, tendo uma importância grande no Curso. Perguntamos o porquê disto e foi dito que “como la policía trabaja para mantener el orden es necesario usar la fuerza para realizar su labor”.

Foi possível constatar, por meio da conversa (mesmo que tenha sido rápida), que existem muitas semelhanças entre os Cursos de Formação de Suboficiais paraguaios e os Cursos de Formação de Policias Militares (Soldados) que ocorrem no Brasil, tanto do ponto de vista dos pressupostos que embasavam a estes, do ponto de vista das matérias trabalhadas, quanto também da parte disciplinar utilizada (advinda do mundo militar), existente em ambos os casos (e que se expressava por meio de uniformes a serem usados pelos alunos; pelos “castigos” aplicados a eles, dentre eles o de manterem os cursistas presos no “quartel” como forma de punir as ações tidas como indisciplinadas).

Figuras 180 e181: Entrada do Colégio de Polícia para Suboficiais Sargento Ajudante José Merlo Saravia



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 182: Corredores do Colégio

Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 183: Setores destinados aos alunos

Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 184: Sala de aula**Figura 185:** Corredor do Colégio

Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

No retorno à Assunción (viagem que durou uma hora), foi possível observar melhor a pobreza, quase que generalizada, existente no Paraguai. Os ônibus que utilizávamos para nossos deslocamentos apresentavam péssimo estado de conservação. Além de serem muito antigos. Nesse sentido, os assentos de alguns motoristas eram amarrados com cordas. As portas dos ônibus eram mantidas abertas, de modo que pessoas pudessem entrar para vender alimentos (que iam desde refrigerantes, servidos em copos plásticos, até frutas). Os motoristas atuavam também como cobradores. Por vezes, paravam o ônibus para pegar (comprar) algum alimento (que consumiam ao mesmo tempo que dirigiam).

Seguidamente entravam pessoas no ônibus, portando imensas sacolas que

iam sendo depositadas, umas sobre as outras, na parte da frente do veículo, formando uma imensa barreira que impedia a visão da estrada.

À noite, assistimos a mais um programa televisivo (no canal 04), que apresentou reportagem sobre os sessenta e um (61) anos da promulgação dos Direitos Humanos. Neste mesmo Programa duras críticas foram feitas ao Governo Lugo, uma vez que este foi visto como ineficaz diante dos problemas crônicos enfrentados no País no campo da Segurança Pública, da saúde, da educação e da geração de empregos.

O sistema carcerário paraguaio foi apresentado como extremamente problemático. Os Poderes constituídos (Parlamentar, Judiciário e Policial) foram considerados ineficazes, além de apresentarem alto índice de casos de corrupção.

Outra questão transmitida foi a que se relacionava à aprovação de uma Lei (que estava sendo discutida) que permitiria o pagamento a informantes que contribuíssem com a Polícia para facilitar a captura de terroristas (sequestradores).

Tal Lei estava sendo vista como necessária por conta de ter se “instalado no Paraguai uma verdadeira indústria do sequestro”.

Na sexta-feira nos deslocamos, mais uma vez, até o Colégio de Polícia Sargento Ajudante José Merlo Saravia, localizado na cidade de Capiatá, para efetuarmos a entrevista agendada com o Oficial Inspetor.

Fomos, como sempre, bem recebidos. Desta vez conseguimos realizar a entrevista com o Oficial (instrutor de escolas de Suboficiais e assessor do Diretor Geral da Escola de Suboficiais Sargento Ajudante José Merlo Saravia) e tivemos a oportunidade de conhecermos melhor as instalações (a estrutura) do Colégio.

Cabe ressaltar que embora a estrutura destinada ao Curso de Formação de Suboficiais (encontrada em Capiatá) estivesse em boas condições (em termos de espaço e de número de prédios), não apresentava os recursos necessários para que uma formação qualificada fosse feita.

Afirmamos isto porque não existia estande de tiros, tatame, sala de informática, biblioteca e laboratórios no Colégio. Mesma realidade encontrada na ISEPOL, ou seja, no ambiente destinado à formação dos Oficiais de Polícia Paraguaio.

Ambos os lugares eram espaçosos e bonitos (e reservados). No entanto, não apresentavam estrutura condizente com uma formação policial minimamente

qualificada.

No Colégio Sargento Ajudante José Merlo Saravia existia muita área verde (pátios) e várias salas de aula, além de salas destinadas aos setores administrativos. Mas se resumia a isto.

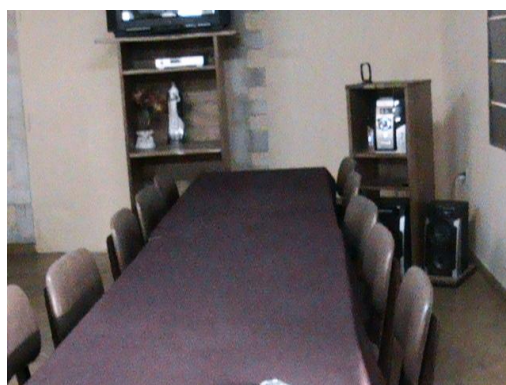
Fomos apresentados, após a entrevista, ao Comissário Diretor do Colégio, que nos recebeu muito bem. Este nos repassou, por *pen drive*, materiais sobre a Escola (a malha curricular do Curso de Suboficiais – para 2010; a Resolução nº 583, por meio da qual aprovaram o Regulamento de Admissão dos Aspirantes a Suboficiais; e o Regulamento Orgânico Funcional da escola, que delimitava as regras de funcionamento da mesma). Ganhamos inclusive um bótóm da Escola. Agradecemos o apoio recebido nos retiramos.

Figura 186: Pátio do Colégio



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 187: Refeitório



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 188: Pátio do Colégio



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 189: Grades das camas dos alunos



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 190: Setores administrativos



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 191: Gramados do Colégio



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 192: Cozinha do Colégio



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 193: Cozinha do Colégio



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 194: Inspetor Ajudante e Assessor do Diretor Geral da Escola de Suboficiais



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

Figura 195: Diretor Geral da Escola de Suboficiais



Fonte: Arquivo Pessoal (dezembro de 2009)

A inserção no Paraguai nos permitiu adentrar o campo formativo dos suboficiais daquele país (mesmo que de maneira diferenciada, se comparada à pesquisa que realizamos no Brasil). Inserção que mostrou haverem semelhanças para com o modelo de formação dos praças (policiais militares/soldados brasileiros). Notadamente no que concerne a formação disciplinar/comportamental (uma vez que lá o regime militar também funciona como base de sustentação do modelo formativo policial). Centrado no uso da força e no soldado combatente.

Toda a rotina disciplinar que permeava os cursos de formação de suboficiais (com seus códigos de deferência diante dos superiores hierárquicos, a conduta moral esperada, a higiene corporal sempre cobrada, os exercícios regulares – diários – de ordem unida, as ‘pagações’ diante de posturas consideradas inadequadas para soldados) era muito semelhante aquela encontrada nos cursos de formação de policiais militares/soldados encontrada no Brasil.

A própria malha curricular (próximo item deste capítulo) que emoldurava os cursos de formação de suboficiais apresentou semelhanças muito grandes (e que serão mais bem explicitadas em seguida) para com o currículo formativo por nós estudado, e que balizou o curso de formação dos policiais militares/soldados brasileiros (realizado no estado do Paraná em 2010). Ambos os currículos, grosso modo, enalteciam as matérias do campo jurídico (com ênfase na atuação policial embasada no combate a criminalidade) e aquelas matérias advindas do campo técnico-operacional (adstrito ao uso da força policial) e que, por sua vez, enalteciam a formação guerreiro/combativa, em detrimento de uma formação mais voltada ao policiamento comunitário e ou afeto a uma maior proximidade para com a população.

7.6.1 MALHAS CURRICULARES DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE SUBOFICIAIS – ÁREA DE ORDEM E SEGURANÇA

Ano 2010

Quadro 15: Malha Curricular (Curso Suboficiais) ano 2010.



Fonte: Escola de Policía Sargento Ajudante José Merlo Saravia

O Currículo oficial de todas as escolas de formação de suboficiais existentes no Paraguai normalmente é consolidado pela Escola (sede) Sargento Ajudante José Merlo Saravia. Embora tenha sido dito que cada instituição possa desenvolver atividades (ofertar disciplinas) para além do currículo mínimo proposto, buscando atender às especificidades do lugar (região geográfica e social) onde está sediada.

Cabe salientar, ainda, que não tivemos acesso (para além da malha curricular acima exposta) à carga horária, nem aos conteúdos programáticos das disciplinas que compuseram o currículo do curso de formação de suboficiais do ano

2010.

Recebemos um material mais completo, em momento posterior ao da visita ao Paraguai (depois que retornamos ao Brasil), já relacionado ao ano letivo (Curso) de 2011.

Entretanto, observamos que a grade curricular de 2011 havia absorvido (mantido) praticamente as mesmas matérias de 2010, perfazendo uma mudança pouco expressiva.

Deste modo, foi possível aferir que muito provavelmente também a carga horária de formação não tivesse se alterado significativamente de um ano para o outro.

De todo modo, resolvemos mostrar aqui a grade curricular do ano de 2011 para melhor especificarmos o conjunto de matérias que compunham e/ou compõem o currículo do curso de formação de suboficiais, pois embora este sofra mudanças graduais, a cada ano, nos parece manter o seu núcleo formativo embasado nas áreas técnico-operacional e jurídica. Muito semelhante ao que ocorre no Brasil, no caso dos cursos de formação de policias militares (soldados).

Ano 2011

Quadro 16: Malha Curricular (Curso Suboficiais) ano 2011

ÁREA Y MODALIDAD	MATERIA	HORAS SEMANALES		Total
		Primer Ciclo	Segundo Ciclo	
Ciencias Policiales				
Práctica	Procedimientos Policiales	4	4	136
Práctica	Uso de armas	6	6	204
Práctica	Investigación Policial y Criminalística	4	4	136
Práctica	Tácticas y técnicas operativas	4	4	136
Práctica	Defensa Personal	4	4	136
Teórica	Medicina Legal		4	68
Práctica	Género, familia y grupos vulnerables		4	68
Area Jurídica				
Teórica	Derecho Penal	4		68
Teórica	Derecho Procesal Penal		4	68
Teórica	Legislación Policial	4		68
Teórica	Nociones Básicas del Derecho y Leyes especiales	4	4	136

Doctrina				
Teórica	Ética y Doctrina Policial	4		68
Práctica	Policía Comunitaria		4	68
Práctica	Instrucción Policial	4	4	136
Formación General				
Práctica	Comunicación escrita y oral	4		68
Práctica	Redacción de documentos policiales		4	68
Práctica	Primeros Auxilios	4		68
Práctica	Educación Física	4	4	136
Actividades extra programáticas	Charlas, seminarios y actividades culturales	1	1	17
			TOTAL	1853
Actividad Co-Programática				
Práctica	Conducción de vehículos		4	64
Práctica	Instrucción montada		4	64
Práctica	Canes		4	64

Fonte: ACADEPOL

Por meio do documento foi possível verificar que a carga horária total dos cursos de suboficiais (ministrada no ano de 2011) seria de 1853 horas (maior que a encontrada no curso de formação de policiais militares – soldados – que ocorreu no Brasil, no estado do Paraná, no ano de 2010 que contou com 1020) e que ofereceu 38 disciplinas em seis (06) meses de Curso.

De todo modo, no curso de formação de suboficiais a área denominada de “Ciências Policiais” (e que compõem o núcleo correspondente, no Brasil, ao campo técnico-operacional) e a área denominada de “Área Jurídica” (correspondente à área de conhecimentos jurídicos, no Brasil) são as que detêm maior importância; em detrimento da área de “Formação Geral” (formada, num passado recente por disciplinas como Sociologia e Psicologia, por exemplo) e que se volta para a execução de procedimentos de rotina (administrativos, em grande medida). Com exceção da disciplina de Educação Física (com uma das maiores cargas horárias do curso de suboficiais), voltada para proporcionar o condicionamento físico considerado indispensável para o trabalho policial (perpassando todo o curso de formação de suboficiais).

As áreas de “Ciências Policiais” e a “Área Jurídica” correspondem respectivamente (grosso modo) ao núcleo técnico-operacional e ao núcleo de

conhecimentos jurídicos, que compuseram a grade curricular do Curso de Formação de Policiais Militares (soldados), ocorrido no estado do Paraná no ano de 2010, formando a chamada “área profissional”. O que mostra que há uma proximidade expressiva entre os dois cursos estudados, do ponto de vista da ênfase dada aos procedimentos policiais (técnicos, baseados na capacitação para o uso da força) e nos conhecimentos do campo jurídico.

Da mesma forma, ambos os cursos se aproximam no que concerne aos componentes disciplinares trabalhados por meio de matérias específicas (e não só por meio das práticas diárias, concernentes ao funcionamento do Curso).

Isto em detrimento de uma formação que seja capaz, efetivamente, de compor um quadro por meio do qual os policiais desenvolvam recursos mais próximos de um policiamento comunitário, uma vez que mantêm o modelo de polícia militar, por meio de uma prática caracterizada pelo policiamento ostensivo pró-ativo, ou seja, que aguarda a chamada da população para agir. Assim, interagindo com a comunidade apenas por meio de um trabalho calcado no patrulhamento das ruas.

As matérias (2011) do curso de formação de suboficiais apresentaram os seguintes objetivos:

Área de Ciências Policiales: Procedimientos Policiales¹⁹²; Uso de armas¹⁹³; Investigación Policial y Criminalística¹⁹⁴; Tácticas y técnicas operativas¹⁹⁵; Defensa

192 Objetivo: El alumno interpreta las figuras jurídicas de la Legislación Penal vigente y aplica los conocimientos adquiridos en los diversos procedimientos y operaciones policiales; privilegiando los derechos humanos y la seguridad ciudadana. Embora componha uma das maiores cargas horárias do curso (136 H) a diversidade e complexidade de situações que abarca (crimes contra a vida, contra o patrimônio, contra a integridade física das pessoas, etc) não pode ser vista, com eficácia, em dois semestres de curso.

193 Objetivo: Proporcionar a los aspirantes los conocimientos básicos sobre las armas de fuego y su uso correcto. Disciplina com a maior carga horária (204 H), e que apresentou – no ano letivo de 2011 – o uso de arma de fogo (podendo ser pistolas ou revólveres). Indicando que cada aluno faria trinta e dois (32) disparos. Mesmo que isto venha a ocorrer é uma quantidade de disparos muito pequena para que seja desenvolvida uma perícia no tiro policial. De todo modo, cabe salientar que a histórica situação dos alunos dos cursos de formação de suboficiais, no Paraguai, que precisam adquirir as próprias armas, nos parece ter persistido. Comprometendo a formação policial.

194 Objetivo: Enfoca los conocimientos básicos que necesita el futuro investigador y es parte del programa integral de la especialidad técnica del área de investigaciones, dentro del contexto de las funciones de la Policía Nacional. Facilita al futuro suboficial el conocimiento y la metodología para el esclarecimiento de un hecho punible utilizando técnicas modernas para levantar indicios y evidencias e identificar al o los supuestos autores. Embora com 128 horas a disciplina, pela complexidade de temas que aborda não pode dar conta de preparar os futuros policiais de forma competente para o exercício da função criminalística.

Personal¹⁹⁶; Medicina Legal¹⁹⁷; Género, familia y grupos vulnerables¹⁹⁸.

Área Jurídica: Derecho Penal¹⁹⁹, Derecho Procesal Penal²⁰⁰, Legislación Policial²⁰¹, Nociones Básicas del Derecho y Leyes especiales²⁰².

195 Objetivo: Enseñar a los aspirantes las distintas técnicas necesarias para un buen desempeño de sus labores policiales. Se divide en cuatro partes: Comunicación policial, tránsito, control de disturbios y registro de vehículos y de lugares cerrados. Embora a disciplina apresente carga horária de 128 horas, a quantidade de temas que abrange dificilmente serão dominados no período de dois semestres de curso.

196 Objetivo: Que el aspirante demuestre dominio de los aspectos tácticos operativos requeridos para su desempeño profesional, para poder defender su vida e integridad física y la de las personas en peligro, utilizando técnicas que respeten los derechos humanos, la vida y la integridad física del agresor hasta la última instancia. Embora tenha sido dito que os cursos de formação de suboficiais no Paraguai estariam sendo organizados a partir da transversalidade dos direitos humanos, delimitando o uso da força policial, a disciplina apresenta elementos confusos, ao inferir, por exemplo, que modalidades como kung fu, karatê e taekwon-dô fariam parte do aprendizado (ministrados por quem? E focando que aspectos?). De todo modo, a carga horária da disciplina é abrangente: 136 horas.

197 Objetivo: La utilización del conjunto de conocimientos médicos y biológicos utilizados para esclarecer los problemas que plantea el Derecho. El enfoque dado a la Medicina Legal con énfasis a la aplicación en el área policial, permitirá resolver con eficiencia las diversas situaciones a las que el suboficial de policía en su desempeño se halla expuesto a enfrentar. Disciplina com 64 horas e que se volta para aspectos variados como delitos sexuais; investigação de “delinqüências de origem patológica” tais como loucura; toxicomania e farmacodependência.

198 Objetivo: Que el alumno demuestre un comportamiento acorde con su rol de servidor público ante situaciones de violencia contra la mujer, intrafamiliar y trata de personas, y conoce los procedimientos penales y administrativos a realizar ante estas situaciones. Disciplina importante, ainda mais se levamos em conta que no Paraguai a questão da violência doméstica (de gênero, contra crianças e o tráfico de pessoas é muito intenso). Todavia, a carga horária da disciplina (64 H) muito provavelmente não permite que sejam aprofundados os temas (e as ações policiais mais adequadas) diante da complexidade de pontos que envolvem a questão da violência social Paraguaia.

199 Objetivo: Que el alumno conozca, interprete y aplique los principios generales del derecho penal en las intervenciones policiales. Disciplina com 128 horas.

200 Objetivos: Que el alumno demuestre, conozca, interprete y aplique los principios generales del derecho procesal penal en las intervenciones policiales. Disciplina com 64 horas.

201 Objetivos: Brindar al aspirante con el conocimiento de las funciones, atribuciones y fines de la Institución; como también de sus deberes, derechos y obligaciones, enmarcados en la Constitución Nacional y las distintas Leyes y Reglamentos, a fin de que el mismo pueda desenvolverse con eficiencia profesional. Disciplina com 64 horas, voltada ao conhecimento das Leis que regem o funcionamento da Polícia Paraguaia, bem como para que os policiais conheçam as normatizações disciplinares afetas a eles.

202 Objetivo: Como auxiliar de la Justicia, el Policía debe no sólo conocer, sino también aplicar ciertas leyes con acierto en sus procedimientos. Por esta razón, se presenta a los aspirantes un compendio de las distintas Leyes que tienen relación con su desempeño profesional. Com 64 horas e destinada a pontos como direito agrário, matrimônio, direito das crianças e adolescentes e proteção ambiental.

Área Doutrinária: Ética y Doctrina Policial²⁰³, Policía Comunitaria²⁰⁴, Instrucción Policial²⁰⁵.

Área de Formação Geral: Comunicación escrita y oral²⁰⁶, Redacción de documentos policiales²⁰⁷, Primeros Auxilios²⁰⁸, Educación Física²⁰⁹.

Retornamos à Assunción ao meio dia (12h00min). No período da tarde, estivemos uma vez mais no Ministério do Interior para agradecermos o apoio

203 Objetivo: Esta asignatura constituye en la formación del futuro de suboficial de policía una herramienta fundamental para la práctica de los valores morales e intelectuales. Enseña a los alumnos a valorar la institución policial, a sentirse parte de la misma con orgullo y respeto. Disciplina com 64 horas e voltada a fazer com que os alunos adotem os princípios éticos e doutrinários da polícia (respeitando a mesma).

204 Objetivo: Esta materia ayuda al futuro suboficial de policía a comprender mejor la problemática social, para aplicar con eficacia métodos y sistemas adquiridos en su misión preventiva en todas sus facetas. Disciplina importante, apesar de a carga horária destinada a ela (64 H) ser bem menor do que a destinada a outras. Apresenta de todo modo, um avanço, uma vez que nossas incursões no Paraguai mostraram que apenas recentemente a matéria de direitos humanos havia sido incluída nos cursos de formação (e mesmo assim apenas sob a forma de seminários)

205 Objetivo: Esta disciplina tiene por objetivo la realización de ejercicios que despierten el espíritu de cohesión y eleven la moral de los alumnos en las distintas actividades propias del Cuerpo de Cadetes, como ser presentaciones, rendición de honores, desfiles y paradas castrenses, entre otras cosas. Se divide en dos partes para su mejor organización: Escuela del Uniformado, y Saludos y honores – Servicio de Guarnición. Disciplina com 128 horas e destinada aos exercícios disciplinares.

206 Objetivo: Este programa se propone proporcionar al futuro policía conocimientos para el uso del lenguaje formal, enriquecer su conocimiento lingüístico y lograr la capacidad de dar, tanto en forma oral como escrita, una correcta información, teniendo en cuenta la propiedad, corrección y estilo. Com 64 horas e destinada a proporcionar aos alunos o uso correto da linguagem oral e escrita.

207 Objetivo: Esta materia tiene como fin que los futuros suboficiales puedan redactar documentos policiales de calidad, con precisión y claridad, en todas las actuaciones realizadas en ejercicio de sus funciones. Com 64 Horas e voltada a instrumentalizar os alunos para a redação de documentos oficiais.

208 Objetivo: Ofrecer los conocimientos necesarios para su desempeño en forma correcta cuando la situación lo requiera, brindando los primeros auxilios. Como no Paraguai não existem grupos de paramédicos os policiais acabam tendo que prestar os primeiros socorros a vítimas de accidentes de trânsito, etc. O que aumenta a responsabilidade social e técnica destes profissionais, bem como o rol de conhecimentos que devem ter para dar conta de suas funções.

209 Objetivo: La forma física, capacidad del cuerpo humano para satisfacer las exigencias impuestas por el entorno y la vida cotidiana, es un factor de suma importancia en la función policial. La forma física es un estado del cuerpo (y de la mente) que ayuda a desarrollar una vida dinámica y positiva y es posible que afecte a casi todas las fases de la existencia humana. Fuerza muscular, energía, vigor, buen funcionamiento de los pulmones y el corazón, y un estado general de alerta, son signos evidentes de que una persona goza de buena forma física. Disciplina com uma das maiores cargas horárias (136 H). O que demonstra a importância dada aos aspectos físicos no curso. Tal como ocorre no Brasil.

recebido. Conversamos com o responsável pelo setor de Políticas de Segurança Cidadã que nos repassou via *pen drive* mais informações.

Este falou sobre as críticas feitas ao Paraguai, por parte do Alto Comissariado das Nações Unidas (quando da comemoração dos sessenta e um anos da promulgação dos Direitos Humanos), no que tange aos direitos humanos, afirmando que realmente o País se encontrava diante de um enorme desafio no sentido de reverter um quadro crônico representado por carências e por desrespeitos cometidos contra a população mais pobre.

Agradecemos o apoio recebido e retornamos ao hotel. Despedimo-nos também do contato que nos recebeu no País, agradecendo o apoio e retornamos ao Brasil.

7.6.2 O PROCESSO DE SELEÇÃO PARA SUBOFICIAIS

O processo seletivo dos aspirantes a Suboficial que buscamos acompanhar no Paraguai (cuja formação ficou a cargo do Colégio de Polícia Sargento Ajudante José Merlo Saravia) foi regulamentado por meio da Resolução nº 583/2009, datada de 23 de setembro de 2009.

No Capítulo I, que tratou das Disposições Gerais, foram elencados os objetivos do documento, ou seja, que o mesmo se destinava a estabelecer as normas para o processo de seleção dos candidatos às vagas de Suboficiais. Tanto na Sede Central (localizada no Colégio Sargento Ajudante José Merlo Saravia) quanto nas diferentes filiais (relembramos que existiam onze filiais espalhadas pelo Paraguai, que recebiam alunos em Cursos de Formação de Suboficiais).

A totalidade destes órgãos recebia anualmente mil (1.000) alunos em Cursos de Formação. Destes, trezentos e cinquenta (350) ficavam em Capiatá, na sede (local que concentraria o processo seletivo).

Quadro 17: Escolas de Formação de Suboficiais localizadas no Paraguai

Fonte: ACADEPOL

Para coordenar o processo seletivo seriam criadas “Comisiones de Admisión”. As vagas destinadas a Suboficiais, segundo o Regulamento, seriam definidas pela Política Educacional encaminhada pela ISEPOL e projetadas a partir dos recursos orçamentários disponíveis e regulamentados pelo Poder Ejecutivo Nacional.

Chamou-nos a atenção o “Artículo 6º”, que dispôs sobre o fato de que o “Colegio de Policía habilita plazas únicamente para varones, excepto para el Área de Seguridad Urbana (Filial Nº 10) que habilita plazas para varones y mujeres”.

Do ponto de vista do perfil profissional esperado e das questões de gênero, foi possível observar que no Paraguai o papel de polícia é explicitamente visto como algo atinente a homens, o que denota a importância dada ao uso da força.

O mesmo documento, no Capítulo II (artigo 8º), estabeleceu as funções das Comissões de Admissão:

Administrar el proceso de selección, que comprende: entrega de carpetas, inscripción de postulantes, recepción de documentos, organización y control de actividades de los postulantes. Supervisar el desarrollo de los exámenes de admisión e intervenir en situaciones irregulares. Seleccionar a los ingresantes, conforme a los resultados de las pruebas. Decidir sobre otras situaciones que por su naturaleza le son inherentes.

Já o Capítulo III (artigo 10) estabeleceu os pré-requisitos para a participação no Concurso. Chamaram-nos a atenção os seguintes itens (que se diferenciavam

dos critérios utilizados no Brasil): Estado civil solteiro, sem filhos. Estatura mínima para homens: 1,60 m. Idade máxima de 25 anos.

Quanto ao critério “sem filhos”, buscamos entender melhor esta questão e ficamos sabendo que no Paraguai é comum os casais terem em média de sete a oito filhos. Além do mais, a cultura indígena permeia a sociedade, fazendo com que do ponto de vista sexual predomine a poligamia, prática que contribui para que o número de filhos aumentar de forma significativa.

A estatura exigida é menor do que a solicitada nos Concursos para Policiais Brasileiros. Isto porque a sociedade Paraguaia apresenta estatura média menor do que a encontrada aqui.

A questão da idade também chamou a atenção. No Brasil a idade máxima exigida para o ingresso na Polícia Militar (soldado) é de 30 anos; já no Paraguai, é de 25 anos. Isto está relacionado à qualidade de vida, uma vez que lá um número maior de pessoas desenvolve disfunções, do ponto de vista da saúde (justamente por conta da pobreza e dos hábitos), que gera um número maior de adultos comprometidos fisicamente.

Estes pontos nos fizeram pensar que os critérios para o ingresso na polícia, tidos, via de regra, como objetivos (racionais e profissionais) são na verdade dependentes de fatores sócio-históricos e culturais (atendendo, muitas das vezes, a critérios subjetivos).

Os documentos necessários à inscrição no Concurso, dentre outros, eram os seguintes: “Cédula de Identidad de los padres (fotocopias) o Certificado de Defunción, si fuere el caso (original)”. Algo curioso e diferente do caso Brasileiro. “Certificados de Antecedentes policial y judicial” e “Certificado de Vida y Residencia (dos originales)”.

Vemos que tanto no Brasil como no Paraguai existe uma preocupação no sentido de se verificar a vida pregressa dos candidatos. Há um cuidado maior do que o encontrado nos demais concursos públicos, no sentido de que sejam encontrados perfis comportamentais condizentes com o que se espera dos futuros profissionais da área da segurança pública.

Neste sentido, tal qual ocorre no Brasil, no Paraguai a polícia efetua um levantamento da vida pregressa dos candidatos a uma vaga enquanto policiais. Isto é feito por meio de entrevistas que são feitas junto aos familiares, vizinhos e colegas

de trabalho dos candidatos.

O Capítulo IV do documento tratou, por sua vez, dos exames de admissão para o ingresso no Colégio de Polícia. Estabeleceu que estes compreenderiam as seguintes áreas e fases: Exame Psicotécnico; Exame Médico; Exame de “Eficiência Física” e Exame de Conhecimento (abrangendo matérias que compunham o ensino médio: “Matemática, Historia y Geografía del Paraguay, Constitución Nacional y Castellano”). Muito semelhante ao que ocorre no Brasil, nos concursos destinados a policiais militares.

Os três primeiros exames possuiriam caráter excludente e eliminatório, ou seja, o candidato que recebesse a qualificação “não apto” em algum destes testes seria eliminado e não avançaria para as demais instâncias do Concurso.

Nas provas de conhecimento os candidatos deveriam completar o mínimo de 70% da pontuação total regulamentada.²¹⁰

O cronograma de atividades do processo seletivo para Suboficiais 2009/Turma 2010 ficou assim estabelecido:

Quadro 18: Quadro atividades processo Seletivo Concurso Suboficiais

FECHA	HORARIO	ACTIVIDADES
12 / Octubre/2009 al 19 / Diciembre / 2009	07:00 A 18:00 horas	Inscripción de Postulantes
Mes de Noviembre y Diciembre	07:00 a 11:00 horas	Examen Psicotécnico- de acuerdo al Número de Inscriptos,
REUNIÓN DE COORDINACIÓN CON LOS PROFESIONAL DE LA PARTE DE EDUCACIÓN FISICA		
LUNES 14/ DIC / 2009	07:00 a 11:00 horas	Demostración práctica – 1º grupo
MARTES 15 / DIC /2009	07:00 a 11: 00 horas	Demostración práctica – 2º grupo
PRACTICA DEL PROTOTIPO DE EXAMEN		

²¹⁰ Assim como o fizemos no Capítulo VI, concernente a pesquisa realizada no estado do Paraná e onde expomos que colocaríamos ao final do texto (sob notas de rodapé, os pontos concernentes ao Concurso para Policial Militar/Soldado), resolvemos adotar para este Capítulo o mesmo procedimento. Deste modo, serão encontrados no fim do texto (anexos) textos que retratam as minúcias que envolveram o processo seletivo para Suboficiais.

LUNES 22 /DIC/ 2009	07:00 a 11:00 horas	Practica de Prototipo de Examen
MARTES 23 /DIC/2009	07:00 a 11: 00 horas	Practica de Prototipo de Examen
EXAMEN MÉDICO – AÑO 2010		
LUNES 04 DE ENERO	07:00 a 11: 00 horas	PRIMER GRUPO
MARTES 05 DE ENERO	07:00 a 11: 00 horas	SEGUNDO GRUPO
MIÉRCOLES 06 DE ENERO	07:00 a 11: 00 horas	TERCER GRUPO
JUEVES 07 DE ENERO	07:00 a 11: 00 horas	CUARTO GRUPO
VIERNES 08 DE ENERO	07:00 a 11: 00 horas	AQ DISPOSICIÓN EXA. MÉDIC
ENTREVISTA PERSONAL		
LUNES 11 DE ENERO	07:00 a 11:00 horas	PRIMER GRUPO
MARTES 12 DE ENERO	07:00 a 11:00 horas	SEGUNDO GRUPO
MIÉRCOLES 13 DE ENERO	07:00 a 11:00 horas	TERCER GRUPO
JUEVES 14 DE ENERO	07:00 a 11:00 horas	CUARTO GRUPO
VIERNES 15 DE ENERO	07:00 a 11: 00 horas	A DISPOSICIÓN
EXAMEN FÍSICO		
LUNES 25 DE ENERO	07:00 a 11:00 horas	PRIMER GRUPO
MARTES 26 DE ENERO	07:00 a 11:00 horas	SEGUNDO GRUPO
MIÉRCOLES 27 DE ENERO	07:00 a 11:00 horas	TERCER GRUPO
JUEVES 28 DE ENERO	07:00 a 11:00 horas	CUARTO GRUPO
VIERNES 29 DE ENERO	07:00 a 11: 00 horas	A DISPOSICIÓN
EXAMEN DE CONOCIMIENTO		
LUNES 08 DE FEBRERO	07:00 a 11:00 horas	MATEMÁTICAS
MIÉRCOLES 10 DE FEBRERO	07:00 a 11:00 horas	CASTELLANO
VIERNES 12 DE FEBRERO	07:00 a 11:00 horas	HISTORIA Y GEOGRAFÍA DEL PARAGUAY

SÁBADO 13 DE FEBRERO	07:00 a 11:00 horas	CONSTITUCIÓN NACIONAL
LECTURA DE LA NÓMINA DE INGRESANTES		
MIÉRCOLES 17 DE FEBRERO	08:00 horas	EN LA SEDE CENTRAL
PRESENTACIÓN DE ASPIRANTES		
LUNES 27 DE FEBRERO	08:00 horas	EN LA SEDE CENTRAL

Fonte: ACADEPOL

O Plano de Curso coordenou, no caso brasileiro, a rotina a ser observada pelos alunos durante a realização do curso de formação de policiais militares/soldados. No caso paraguaio o Regulamento Orgânico Funcional do Colégio de Polícia Sargento Ajudante José Merlo Saravia regulamentou a rotina a ser respeitada, e seguida, pelos aspirantes a Suboficial.

No Capítulo I o documento o Colégio de Polícia Sargento Ajudante José Merlo Saravia foi conceituado como instituto de formação profissional superior, ficando responsável pela capacitação integral dos candidatos a Suboficial da polícia paraguaia. Tendo como fim:

Formar al futuro Suboficial de Orden y Seguridad la Policía Nacional, desde el punto de vista profesional, en los aspectos ético, moral, científico, técnico-táctico y operacional básico; Capacitar al futuro Suboficial para el ejercicio de la función policial y el cumplimiento de la misión constitucional asignada a la Policía Nacional.

Os objetivos do Colégio foram definidos da seguinte forma:

Fomentar el respeto irrestricto de la Constitución Nacional, los Derechos Humanos, las Leyes y Reglamentos en el desempeño personal y profesional del Suboficial. Desarrollar habilidades profesionales requeridas para salvaguardar la integridad propia y de terceros; derechos de las personas, prevenir y reducir la comisión de hechos punibles y preservar el bien comunitario. **Inculcar actitudes y valores como el patriotismo, la disciplina, vocación de servicio, solidaridad, abnegación, honestidad, integridad y otras virtudes** que se requieren para dar respuesta inmediata y pertinente a las demandas sociales de seguridad y bienestar. **Seleccionar Cadetes para Suboficial por su capacidad intelectual, física, psíquica,**

antecedente personal y vocación policial²¹¹. Brindar a los Cadetes para Suboficial una formación profesional sólida, para lograr el eficiente desempeño en los trabajos policiales que les permita tomar decisiones oportunas y acertadas en los distintos procedimientos.

É possível observar que os elementos atinentes à disciplina, à postura e ao comportamento aparecem como itens importantes, como objetivos a serem atingidos quando da formação de policias, no Paraguai. O mesmo ocorre nos Cursos de Formação de Policiais Militares que ocorrem no Brasil. O que denota uma concepção profissional embasada no militarismo, no legalismo e numa postura afeta aos preceitos hierárquico-institucionais.

Tudo isto dentro de um quadro que coloca a função policial como subsidiária do poder judiciário e dos códigos Penal e Processual Penal. O que faz com que os policiais adotem uma postura irremediavelmente ligada ao combate à criminalidade, não levando em consideração o aspecto da manutenção da paz social e/ou do atendimento de demandas não necessariamente ligadas ao crime.

No Capítulo II (que tratou da organização) ficou estabelecido que a mesma dar-se-ia da seguinte forma: Por meio da Direção; das Divisões; Seções; Oficinas e Repartições.

A Direção seria exercida por um Oficial Superior de Ordem e Segurança, com grau de Comissário Principal. Tendo como atribuições, dentre outras coisas dirigir, administrar, planejar e supervisionar as atividades do Instituto. Ditar resoluções, comandar atos que concedam distinções e honrarias. Aplicar sanções disciplinares.

O Diretor do Instituto seria assessorado pelo Conselho Assessor da Direção, formado, por sua vez, por um Coordenador de Filiais; Chefes Acadêmicos; Chefes de Corpo de Cadetes para Suboficial; Pessoal da Assessoria Pedagógica e Avaliação; pelos chefes de seção (a serem designados) das seguintes áreas: Seção de pessoal; seção de instrução, seção logística, seção jurídica e seção de sanidade.

Ao Conselho Assessor da Direção caberia orientar, coordenar, elaborar e supervisionar a execução das atividades policiais, jurídicas, administrativas e de ensino ocorridas no Instituto.

211 Grifos nossos. Para ressaltar os elementos centrais que perpassam a formação policial.

O Gabinete do Diretor seria assessorado, ainda, por um ajudante (secretário), composto por um Oficial Subalterno encarregado de redigir os documentos oficiais expedidos pelo Diretor, difundir as ordens emitidas, manter atualizada a agenda, cuidar dos documentos, manter a ordem interna; pela Oficina de ordens (composta por um Oficial Subalterno de Ordem e Seguridade), encarregado de tramitar as ordens dadas, receber e anunciar pessoas que venham ter com o Diretor, receber, registrar e distribuir documentos no interior do Instituto, **apresentar-se ao Diretor e ao Ajudante uma vez pela manhã e outra pela tarde**²¹², dentre outras coisas, e por uma pessoa responsável pelas Relações públicas.

As chefias acadêmicas (órgãos encarregados pela organização, planejamento, controle e execução dos processos acadêmicos do Instituto) ficariam responsáveis, dentre outras coisas por supervisionar o trabalho de professores e a ação dos alunos, de modo a manterem o desenvolvimento normal das atividades; aplicar sanções a professores, alunos e pessoas sob sua orientação direta, conforme as faltas (questões disciplinares) cometidas.

Integrariam a Chefia Acadêmica: O Conselho de Professores; A assessoria Pedagógica e de Avaliação; A Secretaria Acadêmica; O Centro de Recursos de Aprendizagem e A Oficina de Arquivo Documental.

As chefias de Corpo de Cadetes para Suboficial (encarregadas do cumprimento e execução das disposições legais e regulamentares do Instituto, assim como da Segurança Interna, instrução, alojamento, controle da alimentação, regime de saídas e disciplina de pessoal) caberiam, dentre outras coisas

Orientar la conducta de los Cadetes para Suboficial hacia una actitud de liderazgo, ética-moral definida y lealtad a los mandos

212 Grifo nosso. Era muito grande a quantidade de itens e subitens que formavam a estrutura de funcionamento do Colégio, bem como o número de chefias e de assessorias, etc, que compunham a hierarquia de pessoal a trabalhar no Instituto. Questão, aliás, que perpassava todas as instâncias (todos os órgãos e ou instituições) que conhecemos no Paraguai. Denotando que não havia naquele país uma otimização de recursos, de pessoal e da estrutura institucional utilizada. Questão problemática, ainda mais se levarmos em consideração os escassos recursos existentes no País. Além disso, essa complexa teia organizacional encobria uma cultura corporativista, patrimonialista e afeta ao uso de favorecimentos e ou a perseguições de cunho pessoal. Outro ponto que chamou a atenção foi o que se relacionou ao fato de existirem documentos (Resoluções, estatutos, etc) redigidos no Paraguai (e afetos a determinadas instituições) bastante avançados, do ponto de vista dos propósitos a serem atingidos. No entanto, tal como ocorre no Brasil muitos deles não saem do papel ou não avançam para além das “boas intenções”.

institucionales. Aplicar sanciones disciplinarias por faltas cometidas por el personal y Cadetes para Suboficial conforme a la ley y reglamentos.

Percebemos que os aspectos disciplinares eram constantemente ressaltados. De todo modo, chamou-nos a atenção o fato de haver encarregados de prestar os seguintes serviços, no interior das instalações do Colégio: “Zapatería”, ou seja, de recuperação de calçados e cintos dos alunos do Curso de Formação de Suboficiais. Do mesmo modo, havia a “sastrería” ou a manutenção das vestimentas dos alunos; e a lavanderia, para que as roupas pudessem ser lavadas seguidamente.

Estes procedimentos não existem nos Cursos de Formação de Soldados que ocorrem no Brasil, porque a ajuda de custo recebida pelos alunos durante a formação possibilita que estes paguem por estes serviços. No caso paraguaio, a ajuda de custo é de aproximadamente R\$ 30,00 mensais. Se não houver uma estrutura que ajude a estes durante o tempo que estão em curso torna-se difícil manter padrões mínimos de conduta e higiene.

Outro ponto que chamou a atenção foi o que se relacionou ao fato de existir uma seção de sanidade, responsável dentre outras coisas por executar tarefas para a proteção e a recuperação da saúde do pessoal que trabalha na Escola e dos alunos; também por propor medidas profiláticas de modo a garantir o asseio do pessoal e dos alunos e por fazer a desinfecção periódica das dependências da Escola.

Estes pontos mostraram como no Paraguai a questão da qualidade de vida, da higiene, é precária. Sendo uma preocupação constante por parte das instituições.

O Capítulo III estabeleceu os direitos dos alunos:

El Cadete para Suboficial tiene derecho a recibir alojamiento y alimentación. Recibir asistencia médica integral gratuita. Ejercer autoridad de acuerdo a su antigüedad. Vestir el uniforme de estación en los francos, ceremonias oficiales y otras actividades, conforme al Reglamento. Solicitar revisión de sus exámenes a fin de rectificar las calificaciones, si así correspondiere. Mantener informado a los padres y tutores de sus calificaciones en el Instituto. Obtener permiso en fecha onomástica, justificada con la presentación de su Cédula de identidad. Solicitar eximición del cumplimiento de las

órdenes e instrucciones de sus Superiores manifiestamente inconstitucional o ilegales. Utilizar en caso de emergencia para proteger la vida, la integridad física y los bienes de las personas de cualquier medio de transporte y comunicación disponible, comunicando el hecho al Superior inmediato. Recibir visitas de sus familiares conforme al horario que se establezca para el efecto. En caso de fallecimiento en acto de servicio, recibir los beneficios y honores. Podrá hacer uso de sus derechos como persona y ejercer las acciones correspondientes en salvaguarda de su honor, reputación e integridad.

Os deveres ficaram assim constituídos:

Asistir al camarada, colegas y personas que necesiten de su concurso en caso de urgencia. Honrar con su conducta pública y privada a su familia, la Institución y la patria. Visitar a los familiares y tutores en los días de franco. En caso de enfermedad durante el franco, vacaciones o permisos especiales, deberá acudir al Hospital de Policía y dará aviso inmediato de esa situación a la Jefatura de Cuerpo de Cadetes para Suboficial, en la Jefatura Académica de las Filiales o a la Oficina de Guardia correspondiente.

As obrigações ficaram assim elencadas:

Regirse por las disposiciones legales, el presente Reglamento y las Directivas establecidas. Obedecer las órdenes e instrucciones de sus Superiores conforme a la Constitución, la ley y los reglamentos. **Rendir los honores correspondientes, subordinación y obediencia, conforme al reglamento.** Vestir con pulcritud y prestancia los uniformes, sin alterarlos. Cuidar las armas, municiones y demás elementos en su poder. Guardar reserva sobre las actividades del Instituto. Por nota de Servicio de la Comandancia y la dirección del Instituto, apoyar las distintas dependencias de la Policía Nacional en los casos requeridos. **Comunicar donde corresponde cualquier hecho anormal que atente contra la disciplina, la moral y las buenas costumbres ocurridas dentro o fuera del Instituto.**

Do mesmo modo que no Brasil, onde os Cursos de formação de policiais militares são organizados com base em preceitos de ordem disciplinar; no Paraguai, a disciplina, o respeito à hierarquia e a conduta pessoal parecem ser elementos fortemente cobrados.

De todo modo, conforme os entrevistados apontaram, as regras que se reportam a uma conduta ilibada (honrada) nem sempre eram seguidas pelos superiores hierárquicos. Embora no Paraguai a questão dos direitos humanos

estivesse sendo vista (inclusive nos Cursos de Formação), ainda persistiam práticas institucionais embasadas num contato (entre policiais que ocupam a parte superior e inferior da hierarquia) embasado no distanciamento, no uso frequente de punições (castigos, tais como o ter que “pagar flexões” ou de ter de ficar detido nos finais de semana na Escola).

Como os Cursos ocorrem dentro de um modelo policial militarizado e fortemente hierarquizado (como no Brasil), estas práticas estariam se perpetuando.

Chamaram-nos a atenção as proibições referendadas aos alunos:

Participar en reuniones o actividades política partidaria en usufructo de licencia. Ejercer actividades deportivas fuera del instituto, que pudiera acarrear lesiones o daños físicos que le imposibilite cumplir cabalmente sus actividades. **Recurrir en lugares y participar de actividades sociales que no se ajusta a la honorabilidad y decoro.**

Temos aqui mais exemplos do controle que a Instituição exerce sobre os futuros profissionais da área da segurança pública, no Paraguai. Assim como no Brasil, os policiais não podem exercer atividades de cunho político. Algo curioso e um contra-senso, se pensado do ponto de vista do direito à participação cidadã.

Também como no Brasil, até mesmo a conduta social adotada “fora dos muros da escola” pelos alunos acabava sendo controlada. O que mostra que a formação policial (militarizada) adota padrões comportamentais que visam transformar o sujeito para além do acúmulo de conhecimentos técnicos que se voltam para o exercício do papel profissional a ser desempenhado²¹³.

Como não poderia deixar de ser, o Curso de Formação de Suboficiais no Paraguai está regido por procedimentos disciplinares e de respeito à hierarquia. Esses procedimentos foram elencados no Capítulo IV do regulamento Orgânico Funcional:

Art.156 El saludo entre uniformados es una demostración de

213 Sob a forma de anexos serão apresentados, ainda, os seguintes pontos, concernentes ao Regulamento Orgânico Funcional: “De la estadia; Del proceso de enseñanza, aprendizaje; Evaluación, exámenes y calificaciones; De los profesores e Instructores; Capítulo IV – De las faltas e sanciones.

cortesía, respeto y educación y se regirá en base al Reglamento respectivo. Art.157 El Cadetes para Suboficial tiene la obligación de saludar al Pabellón Nacional, a los Oficiales de la Institución en actividad y de la reserva, a los Cadetes y Suboficiales. Contestará correctamente el saludo que reciba de alumnos de otros Institutos. Art.158 El saludo se hará con la mano a la visera y comenzará tres pasos antes y finalizará dos pasos después de sobrepasarle al Superior. Art.160 Cuando una Agrupación o Pelotón se encuentra realizando trabajos de instrucción o Educación Física y aparece en las cercanías un Oficial con el Grado de Comisario General, el Jefe de Pelotón ordenará 'Firmes' y solicitará permiso para continuar, siempre y cuando no se trate de un superior directo, en ese caso ordenará 'Alto' y solicitará permiso para continuar. Art.162 Los Cadetes para Suboficial al dirigirse a sus Superiores deberán adoptar la posición firme a tres pasos al frente y saludar, anteponiendo la expresión: Permiso Mi... seguido del grado o cargo del mismo. Art.163 Encontrándose el Cadetes para Suboficiales en lugares públicos como ser cine, salones, templos, estadios, etc. saludará: Si se encuentra sentado: manteniendo la misma posición pero con postura erguida y pequeña inclinación de la cabeza. Si se encuentra de pie: saludar adoptando la posición de firme. En los vehículos de locomoción colectiva: se saludará con la mano a la visera, cuadrándose solamente cuando las circunstancias lo permitan²¹⁴.

Mais um elemento que se aproxima do padrão comportamental adotado nos Cursos de Formação de Policiais Militares/Soldados feitos no Brasil. Ancorados na divisão entre Oficiais (formados para exercerem o mando) e Suboficiais (formados para obedecerem). Baseados, ainda, no estrito cumprimento de ordens e na demonstração contínua de deferências. Tal qual ocorre no mundo militar.

Cabe lembrar ainda que nos Cursos de Formação de Suboficiais também eram utilizados uniformes do tipo militar (do mesmo modo que ocorre no Brasil, no caso dos cursos de formação de policiais militares). Diferenciando-se do caso brasileiro apenas pelo fato de no Paraguai a farda ser reservada para momentos cívicos ou para formaturas (devido à escassez de materiais).

Todos estes elementos retrataram a importância dada, nos cursos de formação de policiais militares, tanto brasileiros quanto paraguaios, aos elementos disciplinares (hierarquizados e militarizados). Elementos que atuam ao largo do currículo oficial dos cursos de formação, mas que consolidam uma postura policial/profissional específica (embasada no uso da força e no combate às ações de tipo criminal), conformando um modelo policial não afeto a proximidade para com a

214 Artigo que deixa claro a importância as questões atinentes ao respeito diante da hierarquia.

população, nem afeto a um trabalho preventivo e ou que se volte para o atendimento das demandas de preservação da paz social (que envolvem ações não necessariamente atreladas ao campo criminal).

7.6.3 AS ENTREVISTAS EFETUADAS COM OS INSTRUTORES DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE SUBOFICIAIS

Conforme exposto anteriormente, efetuamos entrevistas com dois Oficiais/Instrutores de Cursos de Formação de Suboficiais. Estas entrevistas foram fundamentais para que pudéssemos esclarecer aspectos referentes ao cotidiano formativo, bem como para explicitarmos a filosofia que perpassava os cursos de formação de Suboficiais.

Além do mais, como não tivemos a oportunidade de acompanharmos o andamento de cursos policiais, no caso paraguaio, os dados fornecidos por àqueles que trabalhavam nos mesmos foi de fundamental importância para balizar minimamente nossa visão acerca da realidade que cercava os processos formativos realizados naquele País.

As entrevistas estão abaixo transcritas. Assim o fizemos para compormos um quadro por meio do qual as informações obtidas por meio de documentos e pela bibliografia utilizada pudessem ser contestadas e/ou confirmadas. Obtendo-se, desse modo, uma aferição mais próxima da realidade.

Questionados acerca dos critérios exigidos para a inscrição no Concurso de Suboficiais os entrevistados afirmaram que, dentre outras coisas (e mais especificamente desde o ano de 1992, devido à promulgação da Constituição Nacional) era necessário que os candidatos tivessem concluído o Ensino Médio, não tivessem idade superior a vinte e três (23) anos e fossem homens. Com exceção da filial de número dez (10), localizada em Mariano Roque Alonso (que formava Suboficiais para atuarem na área de Seguridad Urbana), que aceitava mulheres nos seus quadros.

Segundo os entrevistados, teria sido instituído, recentemente, o sistema de leitura ótica das questões da prova de conhecimento. O que permitia uma resposta mais rápida via internet, aos candidatos. Isto teria contribuído também para que

diminuísem os casos de intervenção política que pudessem ocorrer durante o processo de seleção (fato comum até então).

Relataram que o concurso abrangia quatro áreas/fases: testes psicológicos, exames médicos, testes de aptidão física (abdominais, barra e corrida) e testes de conhecimento em História do Paraguai, Geografia, Matemática, Gramática (Castelhano) e Constituição Nacional (os candidatos deviam possuir formação de Ensino Médio).

Afirmaram que os três primeiros testes eram eliminatórios. E que o último (de conhecimentos) era apenas classificatório. Que as provas eram feitas normalmente entre os meses de dezembro e fevereiro e os testes eram regulamentados pela ISEPOL.

Além disso, como era prática comum fazerem um acompanhamento da vida pregressa dos candidatos, os entrevistados afirmaram que estes não poderiam ter antecedentes criminais nem tampouco estarem sendo julgados em tribunais de quaisquer espécie.

Foi dito, ainda, que a condição física dos candidatos era de fundamental importância, uma vez que o treinamento policial era feito com base no uso da força, o que requeria dos mesmos boa capacitação do ponto de vista físico.

Perguntamos do porquê disto e os entrevistados responderam que a polícia atua basicamente no combate à criminalidade. Daí a importância de o policial ter condições físicas e técnicas que lhe possibilitem realizar esta função.

Ao serem questionados sobre o número de jovens que buscavam uma vaga nos cursos de formação de suboficiais, os entrevistados afirmaram que era grande. A cada ano eram selecionados um mil (1.000) candidatos dentre um universo de aproximadamente três mil (3.000) inscritos.

Segundo apontaram os entrevistados, desde 2004 o Governo teria ampliado o número de vagas, de ingressos, para suboficiais. Notadamente a partir da implementação do “Projeto Paraguai Seguro”, que surgiu como tentativa de dar uma resposta aos anseios da população, que clamava por mais segurança.

De todo modo, para os entrevistados, havia uma grande procura por vagas nos Cursos de Formação de Suboficiais, por parte dos jovens paraguaios, devido estes, em sua grande maioria, advirem de regiões pobres e verem o ingresso na polícia como uma das únicas formas de saírem da “condição de miséria que vivem”.

Neste sentido, o ingresso na polícia acaba sendo um trampolim para uma nova realidade econômica e social.

Já os jovens advindos de famílias com maior poder aquisitivo, por sua vez, acabam ingressando nas forças armadas.

Foi dito que além das onze (11) Escolas (filiais) que recebem alunos em cursos de formação de suboficiais, havia mais duas, responsáveis respectivamente pela formação de policiais especializados em operações antidistúrbios e em operações especiais (sequestros, roubos a agências bancárias, etc). Estes últimos eram chamados de Forças Especiais (FOPE).

Alguns dos alunos que ingressaram em cursos para Suboficiais, nas diferentes filiais (e em Capiatá), após passarem por uma avaliação eram alocados nas duas escolas especializadas (antidistúrbios e FOPE).

Conforme os entrevistados, a formação dada nestas escolas era a mesma das demais, diferindo apenas pelo fato de que nestas os alunos recebiam treinamento específico, que perdurava por aproximadamente um mês.

Questionados acerca do tempo de duração dos Cursos de Formação de Suboficiais, os entrevistados informaram que estes tinham a duração de um ano (dois semestres). As aulas começam no final do mês de fevereiro, indo até o final do mês de junho, início do mês de julho. Neste momento, ocorria uma pausa de aproximadamente duas semanas, retornando na segunda quinzena de julho e se estendendo até o final do mês de novembro.

Os Cursos, deste modo, perfaziam dois semestres (chamados de ciclos formativos), durante os quais os alunos permaneciam sob o regime de internato, nas dependências das Escolas.

No primeiro ciclo ocorria uma formação geral, baseada em disciplinas como Sociologia, Psicologia, Polícia Comunitária (noções), parte jurídica (Código Penal e Processual Penal), Criminalística (lembramos que a polícia paraguaia atua tanto na área de policiamento ostensivo quanto no judiciário) e Direitos Humanos.

No segundo semestre (segundo ciclo), as matérias eram mais práticas. Havendo aulas de Controle de Distúrbios, Tiro Policial, Uso da Força.

A disciplina de Educação Física, entretanto, acompanhava todo o curso, devido à sua importância.

Para os entrevistados, de todo modo, havia sido instituída desde 2008 uma

transversalidade que perpassava a formação dos suboficiais (cujo eixo central era a área de direitos humanos). Já a formatura ocorria geralmente no mês de dezembro.

Segundo apontaram os entrevistados, todos os anos eram realizados concursos para Suboficiais, no Paraguai. Estes cursos ocorriam em Capiatá (na sede), que recebia cerca de trezentos e cinquenta (350) alunos, e mantinha a melhor estrutura.

Perguntados sobre o fato de os alunos receberem alimentação, vestimenta e outros recursos, os entrevistados afirmaram que sim. Aos alunos eram fornecidas três (03) refeições diárias. E, além disso, roupas eram providenciadas (uma farda e mais um conjunto composto por calção, camiseta, meias e tênis, de modo que os alunos pudessem participar das aulas de Educação Física). Foi informado que havia setores responsáveis pela limpeza e conservação das roupas e equipamentos utilizados pelos alunos.

Quanto ao soldo (ajuda de custo) que os alunos recebiam durante o Curso de Formação foi dito que era de quarenta e dois mil guaranis por mês (Gs 42.000,00). O equivalente, em 2009, a aproximadamente R\$ 30,00 mensais.

Quanto às matérias existentes nos Cursos de Formação, disseram-nos que abrangiam basicamente três áreas: jurídica, técnico-operacional e geral. Notamos uma semelhança muito grande para com o que ocorre no Brasil nos Cursos de Formação de Policiais Militares/Soldados.

Aproveitamos para perguntar qual destas áreas era mais valorizada (tinha um peso maior, no sentido do número de disciplinas e/ou por meio do enfoque dado aos cursos), segundo a opinião dos entrevistados. Afirmaram que a área técnico-operacional e a área jurídica acabavam tendo um peso maior. A primeira por conta de abarcar os conhecimentos essenciais para o exercício da profissão (Tiro Policial, Uso da Força). A segunda por instrumentalizar o uso da força (que só pode ser utilizada segundo critérios legais).

Neste sentido, a carga horária das matérias acabava sendo destinada, numa proporção maior, para estas áreas.

Tendo em vista que havíamos visitado as instalações do Colégio (em Capiatá), e percebendo que não havia estande de tiros e tatame para a prática das técnicas de contenção (uso da força), perguntamos como eram dadas as instruções em matérias como tiro policial e uso da força.

Os entrevistados afirmaram que não havia aula prática de tiro policial. As aulas transcorriam de forma teórica e os alunos aprendiam a manusear o armamento (montar e desmontar as armas). Até porque os alunos precisavam adquirir (comprar) as armas a serem utilizadas nas aulas e no trabalho, após a formatura. O Estado não fornecia, até então, as armas aos policiais.

Ficamos surpresos com a informação e perguntamos como os alunos faziam para adquirir as armas, uma vez que recebiam um valor baixo de ajuda de custo. Os entrevistados afirmaram, um tanto embaraçados, que muitos alunos não adquiriam armas, no tempo do Curso de Formação, justamente por conta de não terem condições econômicas para tal.

Esta situação fazia com que as aulas de tiro policial e mesmo as voltadas para o manuseio do armamento fossem dadas, em grande medida, de maneira “virtual” (meramente explicativas ou de forma puramente teórica).

Com relação ao uso da força, por conta de não haver tatame para os treinos, as aulas eram dadas no gramado existente no Colégio.

Perguntamos se havia alguma modalidade de luta que servia como parâmetro para as aulas (para o uso da força), e nos responderam que não. Em Capiatá, por exemplo, havia um instrutor formado em Karatê que dava instruções aos alunos, mas que nas demais filiais as aulas dependiam da formação de cada instrutor.

Foi possível constatar uma precariedade muito grande, existente no Paraguai, do ponto de vista da capacitação dos policiais para o uso da força moderada. O que explicava, em parte, as críticas advindas dos representantes dos direitos humanos e demais entidades e que apontavam para o despreparo profissional dos policiais paraguaios.

Além disso, não havia laboratório de informática na Escola. Diante disso, perguntamos se os alunos tinham alguma disciplina voltada para o uso deste recurso. Os entrevistados afirmaram que normalmente as aulas eram dadas em outros locais, previamente agendadas pela Direção do Colégio e que os alunos pagavam para ter acesso aos laboratórios alugados.

Perguntamos sobre a rotina das aulas. Foi dito que começavam na segunda-feira, por volta das 05h00min, quando os alunos deviam estar em pé para realizarem a limpeza das dependências da Escola, tomarem banho e o café da

manhã.

Às 07h00min, os alunos deveriam se apresentar no pátio da Escola, separados por Pelotões (igual ao que ocorre no Brasil), para realizarem exercícios de ordem unida. Logo em seguida, se dirigiam para as salas de aula.

As aulas, no período da manhã, perduravam até às 11h30min. As refeições eram feitas no próprio Colégio e os alunos descansam até às 14h00min ou 15h00min.

Achamos estranha esta afirmação e questionamos se havia uma regulamentação sobre o horário de retorno das atividades no período da tarde. Foi dito que é costume no Paraguai as pessoas dormirem um pouco após o almoço. Por isso, o retorno às atividades vespertinas se dava mais tarde.

No período da tarde, recebiam, por aproximadamente uma hora, instruções (palestras) sobre diversos assuntos que envolviam a área de segurança. Estas palestras eram feitas por representantes de ONGs, representantes dos Direitos Humanos e outras entidades.

Depois disto, os alunos passavam a assistir as matérias do Curso, até às 18h00min. Ao término das aulas do período vespertino os alunos voltavam a se agrupar no pátio da escola para realizarem os exercícios rotineiros de ordem unida e para receberem as instruções do dia e/ou da semana (tal qual ocorre no Brasil).

Em seguida (até às 19h00min), jantavam. O toque de recolher ocorria às 21h00min (cabe lembrar que os alunos ficam sob um regime de internato, pernoitando no próprio Colégio, durante a semana).

Na sexta-feira, as atividades são encerradas por volta das 17h00min, quando os alunos que não ficam presos na Escola (por terem cometidos faltas disciplinares) são liberados para irem para casa. Estes devem retornar à Escola no domingo às 19h00min.

Quanto a trabalharem em eventos fora da Escola, durante o Curso de Formação, foi dito que normalmente isto não ocorre. Os alunos costumam participar apenas de atividades cívicas e de trabalhos realizados no interior da própria escola, neste período. Isto é feito para se evitar problemas entre os alunos e a população.

Perguntados sobre as avaliações feitas por meio das matérias ministradas nos Cursos de Formação de Suboficiais, os entrevistados reproduziram as informações que localizamos por meio do Regulamento Orgânico Funcional.

Foi dito que os professores, de modo geral, requeriam por parte dos alunos a obtenção de conhecimentos a serem demonstrados por meio de provas escritas. Estas provas eram feitas no início do trabalho (não tendo peso oficial, mas servindo para que os docentes tivessem uma leitura acerca do nível dos alunos). Já as provas oficiais (chamadas de Primer Examen e Segundo Examen) eram realizadas ao final do primeiro e do segundo ciclo formativo (primeiro e segundo semestre do Curso, respectivamente).

Para os alunos que porventura fossem reprovados (não atingindo média de 70% nas provas, desde que estas reprovações não atingissem mais de 30% do número de matérias), eram realizadas provas de recuperação (que chamavam de “Examen Extraordinário de Regularización”).

Perguntados sobre o comportamento dos alunos durante o Curso, se este era condizente com a disciplina esperada, os entrevistados afirmaram que enfrentavam problemas neste sentido, pois grande parte dos alunos advinha de regiões do interior do País, não estando acostumados a viver sob um regime militarizado.

Muitos não tinham o hábito de tomar banho com frequência e eram desleixados com sua aparência, adotando uma postura pessoal distante da esperada de profissionais da área de segurança pública. Eram muito humildes, tendo medo de se expressar em público (muitos alunos enfrentavam sérias dificuldades, no sentido do uso correto da fala).

Ao serem questionados acerca da existência de algo parecido com um Estágio probatório, feito após a conclusão do Curso, os entrevistados afirmaram que existia. Mas que, de modo geral, este não era acompanhado mais de perto pelo Comando. Apenas nos casos em que ocorriam problemas de comportamento dos recém-formados, no trato com a população.

Perguntamos se isto ocorria, e qual era a frequência. Os entrevistados registraram que não ocorria com muita frequência.

Também perguntamos se havia um número grande de desistências por parte dos alunos, nos Cursos de Formação de Suboficiais. Os entrevistados afirmaram que esta ocorria, mas em número muito pequeno. Quando acontecia estava ligada, normalmente, à incapacidade de adaptação do aluno diante da rotina imposta nas escolas de polícia.

Neste sentido, os meses de fevereiro e março eram os mais críticos, uma vez que concentravam o tempo em que ocorria o maior número de desistências. Justamente em função das dificuldades de adaptação dos alunos diante das rotinas disciplinares constituídas com base no militarismo.

Deste modo, questões como o corte do cabelo (que deveria ser cortado à máquina), a verificação do corte das unhas (que deveriam ser mantidas curtas e limpas), o feitiço da barba (todos os dias), eram corriqueiras e perfaziam o cotidiano do curso.

Além disso, no primeiro mês de aulas os alunos não podiam sair das dependências do Colégio. Ficavam presos no regime de internato, realizando exercícios de ordem unida e aprendendo a adotar uma postura militarizada. Esta postura perpassava por pontos como a forma de andar (que deveria ser altiva), pelas continências (que deveriam ser feitas de forma correta, no momento correto, e firmemente).

Ainda perguntamos sobre a rotina durante a realização dos Cursos, no sentido das regulamentações disciplinares. Os entrevistados responderam que o regime predominante nos Cursos de Formação de Policiais, no Paraguai, era do tipo militar. Regime consolidado sob bases rígidas, em termos da postura a ser adotada no dia a dia. Como exemplo, citaram: os alunos deviam prestar continência diante dos professores (de modo geral, diante dos que possuíssem um grau hierárquico maior do que o deles). O mesmo valia para os Suboficiais, que deviam obediência diante dos Oficiais.

Ademais, havia regulamentos disciplinares (dentre eles o próprio Regulamento Orgânico Funcional) que estabeleciam normas de conduta que eram cobradas dos alunos. Neste sentido, toda e qualquer ação destes era avaliada por meio destas regulamentações. Diante disso, sanções poderiam ser aplicadas por causa das faltas cometidas (as faltas eram classificadas em faltas leves e graves. Cada uma com uma sanção específica a ser aplicada).

Segundo foi dito, as sanções mais aplicadas eram as que se voltavam para as flexões de braço e para a retenção dos alunos nas dependências da Escola (impedindo sua saída nos finais de semana ou feriados. Tal qual ocorre no Brasil nos Cursos de Formação de Policiais Militares/ Soldados). Até o ano de 2007, era comum os alunos ficarem até um mês detidos.

Perguntamos sobre o salário que recebia um Suboficial recém-formado. Foi respondido que era de um milhão e duzentos mil guaranis (Gs 1.200.000,00). Aproximadamente R\$ 480,00 (o que, em 2009 equivalia a um terço do que recebiam os policiais militares brasileiros). Menor do que o salário mínimo paraguaio, que girava ao redor de Gs 1.408.864,00.

Ao serem questionados sobre o nível de formação dado aos policiais paraguaios, os entrevistados salientaram que, embora este tivesse melhorado nos últimos anos, ainda apresentava problemas, deficiências.

O exemplo dado da mudança para melhor foi o fato de a polícia ter sido contemplada com a Escola de Capiatá, em 2007, que apresentava espaço e estrutura melhor. Além do mais, para os instrutores, o perfil policial estaria passando por um processo de transformação, notadamente após o período de redemocratização política do Paraguai.

Questões como direitos humanos passaram a ser discutidas (mesmo que por meio de palestras), enfatizando a necessidade de os policiais respeitarem a Constituição Nacional e os direitos das pessoas. A questão do policial prestador de serviços à comunidade estaria sendo incorporada aos poucos.

Nas próprias escolas de formação, a relação entre instrutores e alunos teria melhorado. Apesar de as exigências disciplinares terem se mantido, a manutenção do poder hierárquico teria se “humanizado”. Antes o ambiente era de “medo”. Atualmente, havia mais liberdade por parte dos alunos.

No entanto, teria se mantido a prática por meio da qual punições eram aplicadas de forma constante, diante das faltas disciplinares cometidas pelos alunos, muitas vezes, ocorridas por conta de estes advirem de contextos familiares caracterizados pela desestruturação. Além do mais, para um dos entrevistados, a própria população paraguaia exigia um policial violento.

Mas as deficiências, de acordo com os entrevistados, eram visíveis (não havia estande de tiros, tatames, sala de informática, laboratórios de criminalística). E ainda acrescentaram que não era possível assimilar todos os conhecimentos necessários ao trabalho policial em apenas um ano de curso. Deste modo, os alunos saíam das escolas com deficiências.

Para os entrevistados, ainda, era preciso fortalecer, melhorar a formação dos Oficiais, para que os Suboficiais pudessem ter parâmetros positivos de postura

profissional a ser adotada. De acordo com um dos entrevistados, “os maus exemplos são muitos”.

7.7 PROVOCAÇÕES: BALIZANDO AS IDÉIAS CENTRAIS QUE EMOLDURARAM A TESE

Com este Capítulo encerramos a presente tese. E com isso buscamos apresentar uma análise por meio da qual pudéssemos referendar os pontos que nortearam as pesquisas realizadas, bem como a perspectiva teórico-metodológica adotada.

A tese perpassou pela questão do poder, retratada já no capítulo dois. Isto porque a delimitação de nosso objeto de estudo, a formação de policiais militares/soldados, em sociedades regidas por sistemas políticos em vias de redemocratização, foi consolidada como forma de apreendermos os mecanismos de sujeição que se voltam para a formação dos controladores sociais (é necessário lembrar que nossos estudos abrangeram os policiais do Brasil, no estado do Paraná e o Paraguai).

Poder que, de modo geral, é tido como a relação na qual homens e mulheres (sujeitos e objetos do poder) atingem o direito de deliberar, agir e/ou mandar (impor a própria vontade) em contextos de interação social. Fenômeno social que nos intriga há muito, pois delimita a ação pela qual as subjetividades são moldadas, sem que o uso da violência, que aniquila as possibilidades de resposta seja utilizado.

As Ciências Sociais, cada uma à sua maneira, buscaram e buscam definir este fenômeno. A Ciência Política, ciência que primeiro estudou o poder o fez por meio de uma leitura centrada no Estado, procurando definir os elementos constitutivos e/ou as formas de organização deste; ou por meio da relação que se dá, em uma perspectiva macroestrutural, entre o Estado e a sociedade civil.

Já a sociologia, notadamente a sociologia Weberiana, referendou a questão do poder como a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social. Neste sentido, para autores como Weber o monopólio da coerção física legítima, elemento que melhor caracterizaria os modernos Estados-Nação, estaria ligado à

disputa entre diferentes grupos, com valores antagônicos e que se voltam para o poder.

Weber consolida, então, dois preceitos importantes, do ponto de vista sociológico, no tocante estudo do poder. O primeiro diz respeito ao fato de que o poder é uma estratégia, um recurso utilizado por diferentes grupos, em contextos sociais caracterizados necessariamente pelo antagonismo, pela disputa. O que mostra que a luta pela igualdade de direitos sempre é atravessada (se faz acompanhar) por desigualdades e ou por interesses antagônicos e que compõem o cosmos social.

O segundo diz respeito ao fato de o poder social ser a capacidade de determinação intencional ou interessada no comportamento dos outros, o qual é chamado por Max Weber de ação social. Deste modo, é possível afirmar, a partir de Weber, que o poder define os processos de interação social. Assim, a Sociologia abriu caminhos para uma interpretação do fenômeno do poder a partir de uma perspectiva social mais ampla. Não necessariamente restrita ao Estado.

Entretanto, grande parte dos esforços no sentido de analisar o poder, mesmo no campo sociológico, permaneceu ligada à interpretação marxista (notadamente ao estruturalismo de Louis Althusser) que via e/ou vê o poder como dependente do campo econômico. O poder seria, sob esta perspectiva, uma espécie de superestrutura social; decorrente de uma infraestrutura econômica.

Este postulado acerca do poder, conforme apontou Deleuze (2006) uma das figuras que melhor compreenderam o pensamento Foucaultiano, foi abandonado por Foucault. Em parte porque este não via o poder como elemento subordinado a outros tipos de relação (do tipo econômico, por exemplo). As relações de poder, para Foucault, teriam um papel diretamente produtor, pois são forças que se dirigem a outras forças, que atravessam corpos e consolidam subjetividades por meio de objetividades: saberes e estratégias (dispositivos) institucionalmente referendadas.

Do mesmo modo, o poder (poderes, na acepção Foucaultiana, já que para este não existiria uma forma única, nem específica de exercício do poder) não seria necessariamente propriedade de uns em detrimento de outros, mas, fruto de relações estratégicas que delimitariam ações e/ou possibilidades, num jogo ininterrupto de posições sujeitas a mudanças.

Neste sentido, o poder não estaria localizado apenas no Estado, já que

adviria de uma multiplicidade de engrenagens e de focos. Formando, por isso, uma microfísica do poder. O que nos leva a firmar que a polícia, enquanto instituição, não é um mero instrumento do Estado. Embora mantenha uma relação, para com este, de subserviência funcional. Isto porque a polícia, antes de qualquer coisa, exerce uma função específica e mantém, por isso, formas de racionalidade também específicas, uma vez que faz penetrar a disciplina em todas as esferas da sociedade. Logo, tem uma atuação independente do aparelho jurídico e político, com suas próprias regras e estratégias de atuação.

De todo modo, para Foucault, o poder ou os poderes, inclusive os advindos das diversas formas de saber - que por meio da autoridade adquirida nas sociedades modernas pela ciência buscam sujeitar os 'homens' de acordo com os preceitos, irremediavelmente políticos, que defendem - não é um atributo, uma essência. Isto porque é operatório e constituído por meio de relações de forças.

Deste modo, Foucault adota a perspectiva, notadamente na obra *Vigiar e Punir*, de que as sociedades modernas seriam caracterizadas por regimes disciplinares. E isso, novamente segundo Deleuze, foi erroneamente interpretado como uma análise centrada em uma instituição específica e/ou em um aparelho específico.

Em Foucault, as disciplinas seriam formas de aplicação do poder que, por meio de tecnologias sociais adotadas na modernidade ocidental, atravessariam todas as espécies de aparelhos e instituições. Completaríamos, conformando o 'espírito' das sociedades modernas. Por isso, para Foucault, o poder (ou poderes) estaria em todos os lugares.

Estas forças poderiam ser 'lidas', conforme apontou Foucault, pelo papel normativo que cumpririam, e que se voltou para os corpos dos indivíduos. Essa 'anátomo-política', como afirmou, teria surgido para compor a individualização do poder social no sentido da preparação dos indivíduos para assumirem as novas tarefas de comportamento desejáveis. Seja do ponto de vista de uma educação voltada para o trabalho, seja por meio de regras de conduta tidas como 'assépticas' e recomendadas, ousaríamos acrescentar, ao 'cidadão de bem', trabalhador e pagador de impostos.

Deste modo, para Foucault, como bem aponta Judith Revel, as sociedades ocidentais teriam saído de uma forma de organização dos poderes centrada na

soberania, advinda do tempo do Rei, e administrada por meio do reconhecimento dos signos de fidelidade e da amostra dos bens; para, a partir dos séculos XVI e XVII se organizarem de acordo com a idéia de produção e de prestação. Visando, agora, gerenciar a força de trabalho do capitalismo emergente.

Poder que se daria com o apoio da polícia e/ou da vigilância das populações. Tornando a polícia um instrumento poderoso, no sentido do exercício da disciplina social e da norma social a ser alcançada.

Para Foucault, a própria economia política não se encontra no aparelho de Estado, mas sim no nascimento das 'disciplinas', que visam então integrar o corpo e a 'alma' dos indivíduos, seus gestos, sua própria vida. Neste sentido, o poder dar-se-ia por meio da busca pela normalização das condutas. Não podendo ser, por isso, reduzido ao aspecto econômico, nem tampouco à lei ou à regra jurídica. Entendemos que é por intermédio deste viés que as polícias precisam ser estudadas.

Foucault ainda acrescentou à sua primeira leitura do poder disciplinar uma segunda que, de acordo com ele, teria se desenvolvido mais especificamente no Ocidente a partir dos séculos XVIII e XIX - caracterizando o que passou a chamar de sociedades de controle. Por meio dessa, o poder se exerceria não apenas pelas disciplinas individualizadas, mas pela constituição de populações, estatisticamente demarcadas, nas quais os indivíduos seriam inseridos.

O controle, portanto, complementaria a forma poder/disciplinar, instituindo a biopolítica ou política da vida, que perpassaria pela gestão da saúde, da higiene, alimentação, sexualidade, natalidade, etc, ancorada em dispositivos de biopoder localizáveis. Notadamente, por meio dos poderes/saberes advindos do discurso e das práticas científicas (aí entraria o papel das ciências humanas) que passam a esquadrihar, delimitar e propor regras 'profiláticas' de conduta individual e social.

Esta demarcação teórica veio acompanhada da análise da racionalidade política que passa a vigorar, segundo Foucault, nas sociedades contemporâneas. Esta racionalidade adviria do ordoliberalismo alemão, que se desenvolve após a 2ª guerra mundial, e do liberalismo americano que se apresenta após a segunda metade do século XX. Para Foucault o liberalismo (nas suas diferentes manifestações) seria, então, uma forma de exercício do governo que busca maximizar seus efeitos, reduzindo ao máximo seus custos, no sentido do modelo da produção industrial; mas, e também seria uma forma de governo que se abstém de

governar demais, buscando gerenciar a relação para com a população por meio da aplicação de técnicas e ações (poderes) cujo alvo é, justamente, esta população.

Insistimos quanto ao fato de que em ambos os casos, ou seja, tanto nos regimes disciplinares quanto na biopolítica, a polícia teria mantido um papel importante. No primeiro caso, enquanto aquela que disciplina os desvios de conduta individualmente praticados. No segundo caso, enquanto aquela que atua por meio da delimitação de uma população criminógena a ser confrontada, controlada, para que essa mesma população não contamine o restante da sociedade. Deste modo, atua de modo a coibir as práticas delitivas que atentem, antes de tudo, contra o patrimônio e/ou de modo a coibir as práticas que confrontem a ordem estabelecida.

O que mostra os limites da polícia, se pensado no sentido da absorção, por parte desta, de pressupostos universais (tais como os advindos dos direitos humanos), mesmo em modelos societários caracterizados pela democracia. Isto porque a polícia é um feixe, dentro do organograma de poder, que aglutina as formas punitivas e o exercício disciplinar que se volta ao controle das ações delitivas e ou não recomendáveis; elencadas dentro de uma conformação sociopolítica específica: a do capitalismo liberal.

De todo modo, Foucault vai apontar para o fato de que o Estado se utiliza da lei (da 'justiça') como suposto princípio do poder, consolidando discursos que colocam esta lei enquanto o instrumento que se opõe à guerra e às ilegalidades – sendo a cessação do crime e da barbárie. Para Foucault, entretanto, o poder do Estado não se exprimiria por meio da lei – pelo menos não no sentido propalado.

Para ele, a lei é mais uma forma de gerir os ilegalismos, historicamente caracterizados enquanto tal. Não por acaso, a partir do séc. XVIII a lei faz uma nova distribuição das delinquências citadas acima e que se direcionam agora contra o patrimônio e a propriedade privada. Deste modo, a lei não seria a delimitação de um ordenamento justo e racional para um ato deplorável (o crime); mas, a delimitação discursiva e prática que o saber/poder jurídico (ligado ao poder soberano, ao Estado) consolida e referenda ao discorrer sobre as possíveis formas de enfrentamento das ações praticadas pela população criminógena (que podem ser referendadas por meio dos direitos humanos).

A polícia, enquanto isso, estabelece seus próprios critérios (lógicas) para o enfrentamento desta questão. Essa, a partir da função 'educativa' disciplinar, adotou

práticas de enfrentamento diante dos ilegalismos que entende que deve combater (não à toa as polícias do mundo, independente do tipo de sistema político onde atuem), organizaram-se a partir da estrutura militarizada.

A prisão, por sua vez, como local de confinamento dos que não se adaptam às regras, às normas aceitáveis de conduta; dos que não foram docilizados politicamente, nem se tornaram economicamente produtivos, corporifica a ‘desumanização’ que a sociedade reserva para os desajustados. Mesmo que por meio da prisão, formas de ‘humanização’ tenham sido consolidadas. Advindas das práticas científicas da psicologia, da pedagogia e outras.

Não por acaso, perdura a evidência de que a prisão continua tão degradante quanto em décadas e/ou séculos passados, mesmo depois de todo o processo humanizante decorrente dos sistemas democráticos e/ou em vias de redemocratização.

Isto não significa que uma mudança de paradigma não possa vir a acontecer no interior deste modelo prisional (desumanizante). Isto vai depender, necessariamente, das forças (saberes e poderes) que, em disputa, arregimentem adeptos e/ou se façam legitimar na arena (no espaço social). Essa análise também serve para a polícia, uma vez que o modelo a ser adotado por ela será decidido pela justificação (legitimação) dos saberes/poderes que, em disputa, se fizerem vitoriosos.

Cabe lembrarmos, ainda, que segundo Bourdieu o Estado (que caracteriza como um arbitrário cultural) se consolidou, nas sociedades ocidentais modernas, por meio da violência simbólica, a fim de legitimar e naturalizar aquilo que é parcial e histórico. De todo modo, para Bourdieu, o Estado teria adquirido o sentido de um metacapital que articula e/ou perpassa os demais tipos de capital existentes: o campo da aplicação da força física (exército, polícia), o campo econômico, o campo cultural (informação) e o campo simbólico.

Por meio da concentração da força física (exército e polícia), o Estado arregimentou o mandato oficial (centralizado e disciplinado) para garantir a ordem social. Este tipo de capital foi acompanhado pela concentração do poder simbólico (consolidado por meio do capital jurídico), que, embora possuindo uma lógica própria, contribuiu para a implantação do processo de concentração do capital simbólico (na forma de Estado). O que se deu por meio da capacidade, e do poder, por parte do Estado, de nomear, substituindo as antigas honrarias estatutárias por

honorarias atribuídas por este Estado.

Deste modo, para Bourdieu a formação do Estado Moderno se fez acompanhar de uma violência simbólica e de um arbitrário cultural - legitimado pelo capital jurídico - que tende a criminalizar toda e qualquer ação socialmente praticada, em nome da preservação do patrimônio, da ordem, da 'paz' social. Isso reforça a explicação em relação ao por que os cursos de formação de policiais são caracterizados, demarcados fortemente pela presença do viés jurídico.

De todo modo, nas últimas décadas, tem-se presenciado a entrada, nos currículos dos cursos de formação de policiais militares, de saberes (notadamente de saberes advindos das ciências humanas) por meio dos quais questões de cunho sociológico e psicológico (que discutem aspectos do trabalho policial e da violência atitudinal dos policiais) rediscutem os modelos de policiamento (trazendo para a cena a proposta do policiamento comunitário) e se fazem presentes. Estes saberes encontraram espaços, nos cursos de formação policial, a partir do processo de redemocratização política que passou a se estabelecer em países como o Brasil e o Paraguai²¹⁵.

Como bem afirmou Anthony Giddens, a democracia (ideia com maior poder de energização do século XX) é um sistema que gira em torno da disputa política – via partidos políticos – em torno do poder. Este processo deve ocorrer de forma ilibada e dá espaços para que todos os grupos e/ou setores sociais se façam representar, a fim de que sejam garantidas as liberdades civis.

Por outro lado, não se pode esquecer que a democracia vigente nas últimas décadas tem sido aquela propalada pelos EUA, que trouxe consigo dentre outras coisas uma análise que propala a luta da democracia contra o terror. O que, pretensamente, dá direito aos EUA de invadir e/ou atacar outros países, inclusive desrespeitando a soberania nacional desses, bem como alguns tratados internacionais que tratam, justamente, da questão dos direitos humanos.

De todo modo, a democracia é uma ideia que tem ganhado força desde as últimas décadas do século XX. E necessariamente abriram-se espaços para que a

215 Conforme informamos na tese, o Rio Grande do Sul é emblemático neste sentido uma vez que, no ano de 2001, implantou (sob o governo do Partido dos Trabalhadores) o primeiro curso unificado de formação de policiais civis (escrivães e inspetores, que para participarem do concurso precisavam ter curso superior completo), militares e agentes penitenciários. Neste curso, foram ofertadas disciplinas (na parte básica) como 'Direitos Humanos', 'Abordagem Sócio-psicológica da Violência', 'Sociologia da Violência e Criminalidade' e 'Saúde Mental'.

discussão acerca dos direitos humanos se proliferasse (atingindo a questão do papel profissional a ser adotado pela polícia). Este embate acabou por atingir o próprio campo jurídico, enquanto aquele que referenda as mudanças sociais e institucionais pela presença do Estado e do poder soberano, no sentido da implantação dos direitos humanos – notadamente nos cursos de formação de policiais militares.

Por outro lado, conforme apresentado por meio das pesquisas feitas para a tese (referendadas nos capítulos seis e sete), o modelo de formação policial ainda se encontra ligado aos valores como os da preservação da disciplina (da ordem), do estímulo da bravura, por meio da qual se institui um 'espírito de corpo' no qual a honra pessoal é desenvolvida – condecorada – mas, em nome da manutenção dos altos valores morais retratados pela instituição, ancorados na agressividade e na masculinidade. Elementos que se voltam ao fortalecimento dos que devem combater as imoralidades, a falta de disciplina e os que atentam contra a ordem social.

Não por acaso os cursos de formação de policiais, notadamente de policiais militares, aqueles que são formados para exercerem o policiamento 'ostensivo', fardado, mantêm-se com características atreladas à formação técnico-operacional, a qual, por sua vez, se mantém dentro de uma filosofia que prega o uso da força como elemento-chave.

Enfim, mesmo que as interpretações de Foucault e Bourdieu sejam consolidadas a partir de pressupostos diferentes, é possível visualizar aproximações entre as duas perspectivas, no tocante ao estudo das polícias.

Uma primeira aproximação vai em direção à existência de campos (espaços) específicos que, no caso das polícias, separam a racionalidade, os procedimentos e as filosofias de trabalho dessas e das demais instâncias que conformam o sistema de justiça criminal e o próprio campo da segurança pública (notadamente da instância jurídica), embora estejam atreladas a esta instância.

Uma segunda aproximação vai mostrar que sob o capitalismo houve um adestramento do comportamento dos indivíduos, dos grupos sociais, que não se restringiu ao setor econômico, embora, por vezes, pudesse estar ligado a este elemento.

Os regimes disciplinares e a violência simbólica - via *ethos* valorativo e *exis* corporal solidificada - mostram como o corpo (o comportamento, a visão de mundo) dos indivíduos foi construído, de modo a preservar-se a ordem social e/ou um

consensus acerca do entendimento do mundo; e/ou de modo a se consolidarem processos de normalização dos comportamentos. Processo que foi ajudado pelas ciências disciplinares humanas que vão surgir a partir do século XIX. Embora estas mesmas ciências tenham desenvolvido parâmetros interpretativos, críticos, que se voltam para a defesa de novas construções subjetivas e/ou de ações comportamentais.

Neste sentido, tanto o conceito de violência simbólica quanto o de regimes disciplinares (e de sociedades de controle) contestam a interpretação que coloca o Estado e os mecanismos de poder como meramente negativos, bem como contestam o fato de que estes se dariam por meio da aplicação da violência (pois onde há violência não há exercício do poder), pela mentira ou pelo engodo. Ao contrário, vão mostrar que há um trabalho pelo qual se constrói uma racionalização (um entendimento do mundo), em torno do que deva ser o 'homem' e para onde suas ações devem ser direcionadas.

Mesmo que estejamos passando por mudanças importantes, do ponto de vista das subjetividades (conforme apontam autores como Anthony Giddens), retratadas pela 'crise de autoridade' (como aponta Richard Sennett), notadamente a que acomete as instâncias do poder político-institucional; não saímos de um sistema baseado no controle nem mesmo da disciplina, uma vez que as prescrições em torno do comportamento das populações e/ou dos indivíduos continua sendo praticada.

A discussão em torno da falta de disciplina que caracterizaria as sociedades atuais advém justamente dos poderes/saberes disciplinares que se debruçam, cada vez mais, por sobre o controle dos indivíduos, visando atingirem patamares de 'humanização' mais adequados. Numa imbricação constante para com a questão da crise de autoridade (tão bem trabalhada por Sennett).

Isto porque para este autor a crise das figuras de autoridade, vividas na contemporaneidade, não desconstrói a importância que a autoridade continua representando para a vida psíquica e social, pois continua sendo vista como aquela que garante a segurança, que é capaz de manter um padrão superior de julgamento, de impor disciplina, de apontar caminhos.

Questões que giram em torno do papel a ser desempenhado pelos Estados democráticos, no sentido de retomarem o papel de gestores do bem estar social das populações sob seu governo. O que faz com que estes mesmos Estados tenham

que arregimentar, dentre outras coisas, forças policiais que atuem de maneira condizente com o papel de protetores da vida e dos direitos dos indivíduos.

Não por acaso o campo formativo (policial) tem sido palco de embates entre diferentes saberes, conforme tivemos a oportunidade de visualizar, nas pesquisas realizadas no Brasil e no Paraguai.

Saberes, advindos das Ciências Humanas (Psicologia, Sociologia, Ciência Política e da própria Filosofia), que trazem para o currículo dos cursos de formação de policiais elementos normativos que são desenvolvidos por meio de matérias como ética profissional, violência social e institucional, modelos de policiamento e direitos humanos (embora a disciplina de Direitos Humanos apareça no rol das disciplinas jurídicas, entendemos que só entrou nos cursos de formação de policiais por meio da ‘pressão’ que a área das Ciências Humanas exerceu nos últimos anos, diante dos abusos cometidos pelos regimes ditatoriais).

Os saberes jurídicos, por sua vez, continuam exercendo forte influência comportamental, por sobre os policiais, uma vez que delimitam este dentro dos cânones do sistema de justiça criminal existente, a partir da vigência dos códigos penal e processual penal, bem como por meio do direito administrativo e do direito constitucional. Demarcando os horizontes de atuação profissional dos policiais (delimitando os limites e os instrumentos por meio dos quais estes irão exercer seu ofício).

De todo modo, e aqui se apreende o terceiro elemento normativo que se faz presente nos cursos de formação de policiais militares, os cursos de formação de soldados continuam sendo desenvolvidos em contextos (instituições) que preservam os valores e as práticas disciplinares advindas do mundo policial, e que por sua vez copiam e/ou ancoram seus fundamentos no modelo militar advindo das forças armadas.

Contextos demarcados, ainda hoje, pela presença de instrutores advindos da própria polícia e que mantêm os ‘recursos pedagógicos’, utilizados, centrados na manutenção da ordem hierárquica, por meio da qual as recorrentes ordens de pagar flexão e/ou de manter os alunos presos na ‘caserna’ nos finais de semana se consolidam como elementos mais do que naturais e esperados.

Este contexto faz com que a capacidade de determinar o comportamento dos alunos se exerça, tendo por base o uso de códigos disciplinares muito precisos,

reforçando a força do grupo, a honradez, caracterizando a capacidade de se seguirem as ordens e de enfrentar-se todo e qualquer obstáculo que se interponha entre o soldado e a ordem dada ('ordem dada, ordem cumprida'). Daí a importância da habilidade física (o uso da força) como matriz atitudinal, uma vez que esta traz consigo os valores da assepsia corporal e mental diante das fraquezas de ordem social e moral que devem ser combatidas.

Em grande medida, a habilidade em determinar o comportamento dos alunos, no sentido desejado, nos cursos de formação de policiais militares se dá por meio do exaustivo emprego das rotinas disciplinares que reforçam a força do corpo e da mente como forma de tornar tanto o profissional como o 'homem' por trás da farda alguém honrado e digno.

Deste modo, os processos identitários de reconstrução que acompanham os cursos de formação de soldados/policiais são consolidados por meio de exercícios marciais diários, tanto quanto ou mais do que por meio de conteúdos disciplinares (as matérias) transmitidos.

Os exercícios marciais trabalham de forma a elevar a moral do grupo – via recomposição das forças físicas e das técnicas de contenção – construindo a crença de que estão sendo transformados corpos e mentes frágeis (e corrompidas) em estruturas saudáveis, prontas para enfrentar dificuldades e obstáculos que a sociedade (as pessoas normais) não podem fazer.

A força deste processo (aparentemente contraditório, se pensado em contextos onde impera a democracia) parece residir no fato de que apresenta valores poderosos (tais como heroísmo, decência e dignidade) a jovens que, num primeiro momento, parecem buscar apenas um emprego e/ou uma fonte de renda, mas que alimentam o sonho de 'fazer a diferença na sociedade'.

Além disso, oferecem a possibilidade para que esses jovens desfrutem de reconhecimento e aprovação social, já que trabalharão como os 'defensores da sociedade'. Deste modo, os valores dos alunos (dos que recebem os efeitos do poder) se coadunam e/ou são retroalimentados pelo trabalho disciplinar feito nos ambientes formativos das polícias.

Ademais, é possível afirmar que o papel das percepções sociais ou das imagens sociais do poder, advindas dos jovens que buscam emprego na polícia, influencia a esfera de atuação do poder disciplinar existente nos ambientes

formativos de policiais militares. Isto porque as expectativas em torno do poder como algo justo e como instrumento que age de modo a preservar a ordem e a paz social são conformadas como um instrumento viável e passível de ser exercido.

Este modelo apresenta um inconfundível apelo (um charme) que mantém os cursos de formação atrelados a valores militarizados. A farda, a força, a honra e a dignidade da função de protetores sociais fazem com que os jovens entendam a vida policial como um ato de força (de poder), mas também de fé, ou seja, como uma função enobrecida, distinta e, por isso, altamente valorativa.

Isto tudo faz com que a burocracia que envolve o trabalho policial, notadamente os elementos que atrelam o papel profissional aos protocolos e cuidados advindos do sistema de justiça criminal, por meio do qual os policiais se encontram como funcionários subservientes e, diga-se de passagem, pouco valorizados, seja vista como suportável e/ou irrelevante.

É claro que esta leitura contrasta com a realidade profissional encontrada pelos policiais assim que se formam. Realidade composta pelo contato diário, por parte do policial, com as mazelas sociais, além dos salários baixos; pela descrença advinda de uma significativa parcela da população no valor da polícia, notadamente advinda de ambientes sociais em vias de redemocratização e que viveram o espectro das ditaduras militares; pela baixa qualificação para o uso da força e, mais ainda, para a prestação mais qualificada de atendimento diante das demandas sociais não diretamente atreladas ao viés criminal.

No entanto, é mais fácil subsistir diante desses pontos quando se reforça a crença na figura do policial herói. Alguns optam por isso, outros pela corrupção, o que certamente vem acompanhado, em um número significativo de casos, de uma dose de desencanto e decepção diante da profissão.

Este processo cíclico tem sido, de certa forma, confrontado pela presença de matérias advindas das Ciências Humanas, nos cursos de formação de policiais militares. E ou pela filosofia consolidada nas instâncias de poder político, dentre elas as Secretarias de Segurança Pública dos Estados, ao proporem novos modelos de atuação policial; notadamente o modelo de policiamento comunitário.

Neste, a função moralizadora (asséptica) da polícia, a característica do policiamento ostensivo e o caráter postural que se volta para o combate são substituídos pela aproximação dos policiais diante das comunidades. Por meio deste

modelo, busca-se fazer com que os policiais adotem a postura de agentes do controle social, sim, mas, enquanto funcionários públicos com a função precípua de orientar a população de modo que a mesma consolide processos societários embasados na pacificação.

Profissionais que, se preciso for, utilizem da força, mas sempre levando em consideração a defesa dos direitos humanos e não os interesses particulares de grupos específicos. Que sejam capazes de se utilizarem da força de maneira apropriada e que façam uso proporcional dessa, de forma técnica, qualificada e preferencialmente não letal. Que sejam capazes, ainda mais, de utilizarem recursos tecnológicos para se contraporem a ações criminais não convencionais e/ou mais complexas ou ainda para enfrentarem situações que envolvam técnicas de negociação.

Neste sentido, as mudanças mais significativas, em termos de mudança do perfil profissional a ser adotado pelas polícias em estudo, têm sido dadas pela área adstrita às Ciências Humanas (para Foucault, pelo campo do saber disciplinar). As experiências políticas na área da segurança pública parecem confirmar as afirmações de Foucault, quanto ao fato de que o poder cria saberes que disputam e/ou consolidam modelos de sujeição dos indivíduos e/ou dos grupos sociais, os quais não devem ser vistos apenas pelo lado negativo.

Se isto é fato, é notório que a entrada de concepções e práticas progressistas no campo da segurança pública se faz acompanhar por matérias e práticas disciplinares diferenciadas que tenham outros objetivos, no sentido da formação dos policiais. Se o modelo embasado no militarismo surgiu como forma de controlar as forças policiais (inibindo, por consequência, as práticas corruptas e/ou as ingerências externas), tal como foi feito nos EUA entre os séculos XIX e XX, o fato é que esse modelo, exportado para os demais países, dentre eles os da América Latina, atrelou a função da polícia à defesa do Estado.

Os modelos formativos, deste então, adotaram o uso da força como elemento fundamental da profissão. Por conseguinte, as áreas não criminais (prestação de outros serviços à população) ficaram desassistidas, bem como impediu-se uma conformação profissional que desse ensejo ao diálogo e à participação dos policiais que se encontram na hierarquia inferior, no sentido de proporem ações a fim de se sentirem valorizados no trabalho.

Como apontaram os autores que utilizamos no segundo capítulo da tese, o qual retratou aspectos do trabalho e da formação policial, impedir que os funcionários responsáveis pela preservação da democracia participem das questões que envolvem o seu trabalho é, no mínimo, contraditório (lembramos o fato de que no Brasil, no estado do Paraná, e no Paraguai os policiais não podem compor sindicatos, de modo a reivindicarem os seus direitos).

Ainda neste sentido, questões como a entrada de mulheres, negros ou pessoas advindas de grupos sociais minoritários (discriminados) nas forças policiais; bem como a incorporação de matérias que reorientem a atuação profissional são mais do que questões 'técnicas' (tida como neutras), pois demarcam proposições políticas.

Da mesma forma, mudar o modelo atual de formação policial, embasado no militarismo, na reificação da corporação e da hierarquia e no uso da força, requer uma formação que seja feita em outros ambientes e/ou no mínimo que seja contrabalançada por profissionais advindos de outras instituições, os quais possuam outras leituras sobre o papel a ser desempenhado pelos policiais. Aliás, tema retratado no capítulo quatro da presente tese, que apresentou (com o auxílio de vários estudiosos do tema) os elementos envolvidos na formação dos policiais brasileiros - notadamente dos policiais militares.

É claro que a formação mais qualificada dos policiais passa por recursos que lhes deem condições técnicas e tecnológicas de enfrentarem as ações criminais. Uma polícia que passe por restrições financeiras e técnicas, como as retratadas no capítulo cinco desta tese, o qual mostrou as precariedades enfrentadas pela polícia paraguaia, de modo a exercer de forma qualificada seu trabalho, vai encontrar inúmeras dificuldades no sentido de operacionalizar sua função.

Estas dificuldades, embora numa proporção menor, também são encontradas pela polícia militar do Paraná que, muitas vezes, precisa receber doações da comunidade para poder adquirir um tatame para a prática da defesa pessoal policial, ou então receber um cofre de uma agência bancária, de modo a poder guardar as armas e/ou documentos importantes que se encontrem em um Batalhão e/ou em uma Companhia.

O 'abandono' que sofre a instituição policial advém do fato de lidar com

aquilo que repulsa a sociedade - o uso da força contra ela mesma - principalmente se a sociedade estiver embasada em relações sociais caracterizadas por processos democráticos e em vias de universalizar direitos.

De todo modo, se autores como Bayley estão certos ao afirmarem que o uso da força é o elemento que caracteriza o trabalho policial²¹⁶; é preciso que os saberes disciplinares dialoguem com este elemento. Geralmente visto de maneira repulsiva e/ou como algo atinente ao mundo policial e, portanto, no que se refere à formação dos policiais, reservado estritamente ao trabalho de instrutores policiais.

Afirmamos isto porque entendemos que a formação policial está, sim, centrada, em última instância, no uso da força legal, elemento que não poderá ser mudado, independente do padrão profissional a ser adotado. E mais, que grande parte do que envolve os rituais que cercam a formação dos policiais militares se volta para a construção de valores atinentes ao uso da força - atrelados à agressividade, bravura, coragem.

Valores que não são negativos se tomados em si mesmos, mas que precisam ser canalizados por práticas corporais na direção de um substrato ético e estético que faça com que os policiais possam desenvolver outra relação com seu trabalho. Ou seja, se o que caracteriza o trabalho policial é o uso da força, é possível que toda uma cultura (valores e práticas) que se arregimenta em volta deste princípio-chave seja trabalhada de maneira diferente, ou seja, que não redunde na formação de policiais violentos e ou eticamente corruptos?

Referimo-nos ao que Foucault (2006) denomina de processos de subjetivação ou de modos de subjetivação. As práticas através das quais os sujeitos consolidam processos de constituição de si, e não apenas absorvem acriticamente as determinações advindas de forma, do ponto de vista de seu comportamento.

Segundo aponta Revel (2005), para Foucault haveria, num primeiro momento, três formas básicas de constituição de subjetividades: a primeira advinda

216 Conforme apontado no capítulo três da tese, para Bayley (2006, p. 20), o termo polícia traduz, mais precisamente, a existência de indivíduos autorizados por um grupo para se utilizar da força física como modo de serem regularizadas as relações interpessoais dentro deste mesmo grupo. Deste modo, elementos como o emprego de força física, o uso interno e a autorização coletiva caracterizariam mais especificamente o trabalho ou a função social da polícia.

de diferentes modos de investigação que buscam atingir o estatuto de ciência; a segunda advinda de práticas divisoras que dividem o sujeito no interior dele mesmo, ou em relação a outros sujeitos, para classificá-lo e fazer dele um objeto, como na divisão entre o louco e o são de espírito, o doente e o homem saudável, o homem de bem e o criminoso; a terceira que, por meio dos poderes que investem os sujeitos ao se servirem não somente dos modos de subjetivação já citados, inventam outros, por meio da governamentalidade política.

Num segundo momento de sua obra, entretanto, Foucault busca compreender como os sujeitos (objetivados) se relacionam consigo mesmos? Quais procedimentos mobilizam a fim de se apropriarem ou se reapropriarem de sua própria relação consigo?

De forma mais abrangente, Foucault (2006) vai retratar esta questão pela relação entre o 'cuidado de si', existente no período grego, e o 'conhece-te a ti mesmo' que passa a vigorar nos primeiros séculos do período cristão.

Para Foucault, haveria pelo menos três características que o 'cuidado de si' teria desenvolvido no período grego, na relação que o sujeito estabelece com ele mesmo:

1º) uma atitude geral, um certo modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações, de ter relações com o outro. A epimeleia Heautiou – o cuidado de si – é uma atitude para consigo, para com os outros, para com o mundo; 2º) É também uma forma de atenção, de olhar... É preciso converter o olhar, do exterior, dos outros, do mundo, etc, para 'si mesmo'... Estar atento ao que se pensa e ao que se passa no pensamento... Exercício e meditação... O sentido da epimeleia ... 3º) Designa também e sempre algumas ações que são exercidas de si para consigo; ações pelas quais nos assumimos, nos modificamos, nos purificamos, nos transformamos e nos transfiguramos. Daí uma série de práticas que são, na sua maioria, exercícios... As técnicas de meditação, as de memorização do passado, as de exame de consciência, as de verificação das representações na medida em que elas se apresentam ao espírito (Idem: 14 – 15).

Esta relação, segundo Foucault, teria se modificado, no Ocidente, a partir do período cristão e também no período moderno.

Por meio de uma doutrina geral do não-egoísmo, seja sob a forma 'moderna' de uma obrigação para com os outros (a coletividade, a classe,

etc.), seja sob a forma cristã de uma obrigação de renunciar a si... Moral do não-egoísmo (Idem: 18)...

No entanto, ainda para Foucault, uma razão mais essencial do que esta, ligada às questões de ordem moral, teria influenciado a mudança na relação que os homens buscam estabelecer consigo. Ela estaria localizada no 'momento cartesiano', ou seja, quando o Ocidente coloca o problema da verdade e da história da verdade. Requalificando o 'conhece-te a ti mesmo' (por meio da consciência de si), e desqualificando o 'cuidado de si', no momento em que desqualificou a necessidade que tinha, o sujeito, através das práticas e experiências - purificação, renúncias, conversões do olhar, modificações da existência - de pagar o preço para ter acesso à verdade.

Essa espiritualidade, que não deve ser entendida como renúncia de si, mas ao contrário, como busca de um cuidado para consigo, via exercícios e práticas que façam com que se possa melhor governar a si para, em um segundo momento, poder melhor governar os outros, foi esvaziada no ocidente, uma vez que o acesso à verdade passou a ser possível apenas por meio do conhecimento (e na modernidade, mais precisamente a partir do conhecimento científico).

Se pensarmos no quesito autocontrole, necessário aos policiais nos momentos em que fazem o uso da força; é possível ver que, com a exceção de alguma disciplina que possa fazer parte dos cursos de formação, tal como Psicologia da Violência e/ou Qualidade de Vida Policial²¹⁷, não existem elementos que concorram para que os alunos/policiais possam incorporar exercícios, técnicas, que os levem a cuidar de si.

O que geralmente acontece, sob este aspecto, é que os policiais, assim como os demais profissionais têm desenvolvido sintomas como estresse, depressão e outros, por conta das pressões do cotidiano profissional, recorrendo a medicamentos para combaterem os sintomas apresentados²¹⁸.

217 Matérias, aliás, muito recentemente incorporadas aos cursos de formação de policiais. E de forma muito tímida.

218 Pesquisadores do campo da saúde, tais como Maria Cecília de Souza Minayo, têm produzido trabalhos com policiais (civis e militares) que mostram que estes profissionais sofrem sérios problemas de saúde ocupacional. A Pesquisa intitulada "Estudo Comparativo sobre Riscos Profissionais, Segurança e Saúde Ocupacional dos Policiais Civis e Militares do Rio de Janeiro", publicada no ano de 2006 no Relatório final da SENASP, e que retratou o resultado do Concurso Nacional de Pesquisas

Embora nosso objetivo com a presente tese não seja o de apontar receitas ou propor currículos a serem aplicados nos cursos de formação de policiais militares/soldados, muito menos o de adentrar em questões de cunho psicológico, entendemos que uma mudança de postura (comportamento) por parte dos policiais na direção de uma intervenção menos truculenta e/ou mais equilibrada, na vida dos cidadãos, passa necessariamente por técnicas corporais (pelo corpo desses profissionais).

Até porque a rotina de trabalho desses gira, necessariamente, em torno da capacidade de lidar com situações sociais caracterizadas pela pobreza, pelas cisões societárias (situações conflitivas e/ou de tensão), bem como pelo uso, quando necessário, da aplicação da força. O que nos remete, mais uma vez, ao corpo dos policiais.

Corpo que é o alvo principal dos regimes disciplinares, das diferentes matérias que pretendem propor caminhos e/ou modos de atuação profissional, bem como das rotinas disciplinares estabelecidas nos cursos de formação que visam construir um corpo disciplinado/obediente, forte, rápido, pronto para o combate.

Corpo, ainda, que é alvo de inúmeras intervenções, do ponto de vista da aprendizagem de técnicas posturais e/ou comportamentais (militarizadas) que se direcionam para o domínio dos instrumentos (técnicas marciais, uso da arma de fogo, etc.) voltados para a intervenção profissional.

Conforme apontamos, a redemocratização política dos países latinoamericanos tende a fazer com que, no âmbito da segurança pública, sejam levados em consideração pontos como os da garantia dos direitos humanos. O que força as instituições policiais a repensarem seus modelos de atuação profissional (o

aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública, mostra o grau de sofrimento emocional e mesmo físico, pelos quais passam os policiais no cotidiano profissional. De todo modo, Foucault já apontava para o fato de que nas sociedades contemporâneas o poder médico se fazia presente de maneira cada vez mais intensa. Poder que se somava a outros (de cunho disciplinar) e que impunham procedimentos a serem desenvolvidos, por parte de grupos sociais e/ou de indivíduos, de modo que esses pudessem retomar suas vidas, ou seja, normalizar seus comportamentos (voltarem a ser saudáveis e produtivos). Neste sentido, a medicamentação da sociedade pode ser lida como uma forma de inverter a lógica dos problemas sociais, ou seja, esses deixam de ser questões coletivas (sociais) e passam a ser interpretados como problemas de ordem pessoal/individual (advindos de um fundo biológico ou mesmo psicológico). De modo a normalizar suas condutas sociais (conforme os parâmetros a serem atingidos), estes indivíduos passam a ser tratados por meio de medicamentos que atuam de modo a sanar os déficits bioquímicos localizados no cérebro (tais como os problemas de baixa produção de serotonina, que levam à depressão, etc.). Procedimentos que não lidam com as causas dos problemas e retiram dos indivíduos, em grande medida, a possibilidade de trabalharem, de digerirem estas questões.

exemplo recorrente, mas correto, é o da entrada nos cursos de formação de policiais militares de matérias advindas da área das ciências humanas).

Esta parece ser a forma, o 'processo de objetivação', mais eficiente para que sejam rearticuladas as ações formativas dos policiais, no sentido da superação das ações violentas diante da população. Entretanto, este caminho, se tomado isoladamente não parece propiciar a mudança atitudinal esperada, por parte dos policiais, na direção de uma postura profissional menos truculenta. Afirmamos isto porque no caso brasileiro vivencia-se um processo de redemocratização que já perdura por 22 anos. A atuação policial, neste tempo, parece ter mudado pouco. Ou seja, continua sendo marcada pela postura violenta e embasada no confronto diante de ações criminais.

Daí a necessidade de que a parte técnico-operacional, geralmente adstrita aos policiais, sofra intervenção. Para que as técnicas convencionais, voltadas para o uso da força sejam complementadas e/ou redirecionadas pela consolidação de outras, centradas na direção de um amadurecimento ético e, porque não, estético por meio do qual os policiais possam consolidar um sentimento profissional embasado na autovalorização e no autocontrole (não atrelado, simplesmente e ou necessariamente a uma hierarquia que lhes exige obediência irrestrita e uma postura agressiva, combativa; muitas vezes adotada sem que o policial tenha as mínimas condições para executá-la).

Sabemos que este elemento só terá êxito se, antes, ou ao mesmo tempo, for sanada uma série de outras questões, tais como as salariais, a infraestrutura e os recursos tecnológicos que permitam o bom desempenho no trabalho, o ambiente institucional e outros elementos externos. No entanto, insistimos para o fato de que é por meio da corporeidade que as mudanças mais profundas, formativas dos policiais, devem passar.

Lembramos, com Hugo Assmann que não devemos tratar o homem de forma fragmentada, ou seja, ora como um ser eminentemente racional, ora como um ser eminentemente corpóreo. Pois ele é as duas coisas ao mesmo tempo. Ele tem necessidades e desejos.

Ainda, com José Gaiarsa (1986), afirmamos que o corpo é a linguagem ou o que nos constitui, e não fomos educados para perceber. Deste modo, o corpo é o veículo pelo qual podemos perceber, num primeiro momento (se soubermos escutar

os sinais que nos envia), o que nos afeta; e num segundo momento, o veículo pelo qual podemos encaminhar procedimentos (técnicas) de construção identitária e/ou processos de subjetivação.

De todo modo, insistimos com Foucault para o fato de que o corpo é atravessado por poderes/saberes que o configuram numa ou noutra direção, por meio de práticas de conhecimento, notadamente por meio de saberes que se voltam para o comportamento do homem; por práticas de poder (disciplinares, que esquadrinham o controle do tempo e do movimento, institucionalmente delimitadas); e por fim, por meio de técnicas de si.

O campo educativo, por sua vez, conforme aponta Assmann (1994), tem sido atravessado, via de regra, por duas perspectivas. Por um lado, estão os preceitos advindos do liberalismo e do neoliberalismo, que buscam petrificar, objetivar os sujeitos históricos numa realidade sem história, sem sujeitos. A educação, neste sentido, se volta para a formação do capital humano de que as empresas precisam para aumentarem sua lucratividade, para atingirem seus objetivos. De outro lado, pelas correntes progressistas, que se voltam obcecadamente para questões como sujeito e consciência, por meio da crítica das injunções políticas e/ou institucionais que apequenam os homens.

Para Assmann, as perspectivas progressistas tendem a trabalhar com base em categorias mentalistas. É possível afirmar que, do ponto de vista dos cursos de formação de soldados, apontam para o fato de que os policiais precisam respeitar e defender os direitos humanos, bem como precisam atuar sob princípios éticos, etc.

Embora esses elementos sejam importantes, se pensados na direção de uma mudança comportamental a ser adotada pelos policiais, pois se somam a outras ações de cunho político e que pregam a necessidade de que uma nova formação seja dada a estes profissionais, eles tendem a se manter atrelados ao aspecto puramente racional e podem ou não ser *incorporados* pelos policiais.

Isto porque, ainda conforme Assmann, não existem sujeitos e/ou consciências abstratas, mas relacionadas aos indivíduos concretamente situados diante de um sistema social que intensifica seu controle sobre seus corpos, sobre seus valores, sensibilidades, necessidades e desejos, enfim, sobre as representações que esses sujeitos constroem sobre si mesmos e sobre suas possibilidades diante da existência.

Não esqueçamos que os policiais sofrem inúmeras pressões, inclusive advindas de parcela significativa da população, que incentiva os mesmos para que sejam truculentos e/ou que atuem de forma preconceituosa, contra determinadas minorias (homossexuais, negros, etc.). Qual das vozes falará mais alto?

O campo educativo dos policiais, conforme observamos, tem se mantido fortemente atrelado a uma postura autoritária e que não discute os pressupostos adotados – por exemplo, o respeito que os alunos devem demonstrar diante da hierarquia institucional existente nos ambientes policiais militares - passando por cima dos indivíduos, os mais interessados, afetados, por tais modelos/propostas.

Por outro lado, para nós, as propostas progressistas, no campo da educação policial, poderão ter êxito se não repetirem este erro (o de desconsiderar o corpo, os desejos e as aspirações ‘ideias’ dos alunos dos cursos de formação).

Deste modo, poderão avançar para a aplicação de modelos curriculares que solidifiquem, na conduta dos profissionais da segurança, atitudes duradouras porque embasadas no cuidado de si, amadurecidas por cada um dos indivíduos policiais. Ultrapassando as proposições que pregam, por vezes, que os policiais devem fazer as coisas por imposição ou porque precisam se adequar a determinados preceitos e valores.

Duas perspectivas equivocadas, a primeira porque não tolera questionamentos e impõe uma disciplina que sufoca os policiais, impedindo a participação destes nas decisões que envolvem seu trabalho e sua vida. A segunda porque pode redundar, uma vez mais, numa imposição autoritária que manteria os profissionais da segurança públicos reféns de proposições advindas de fora²¹⁹.

Assim, para que não se mantenha a dicotomia entre o trabalhador eficiente, mas não politizado; de um lado; versus o homem consciente, politizado, mas muitas vezes não eficiente, de outro lado, precisamos avançar para modelos educativos, na polícia, que abram espaços para uma transformação profissional que será, sem dúvida, disciplinar; todavia, que poderá auxiliar no sentido de abrir espaços para um trabalho de reapropriação das técnicas físico/comportamentais que compõem parte significativa da formação profissional, a ser feita pelos e para os sujeitos policiais.

Necessariamente, isto precisa passar pelo corpo dos policiais, fazendo com

219 Referimo-nos aqui, mais especificamente, às vozes que, ao denunciarem, com propriedade, os abusos cometidos pelos policiais nos períodos ditatoriais, ‘demonizaram’ a figura dos mesmos (por vezes, de maneira genérica).

que os valores que norteiam o uso da força não entrem em choque com os preceitos humanísticos que pregam a adoção de um procedimento profissional embasado em valores éticos e que respeitem os direitos humanos.

Por fim, como modo de comprovação dos elementos presentes no campo formativo dos policiais militares, que efetivamente arregimentem práticas e/ou experiências que norteiem mudanças comportamentais na direção de um policiamento profissional, não afeto às práticas truculentas, entendemos que pesquisas devem ser feitas na direção das modalidades e/ou pressupostos que, nos cursos de formação de policiais, perpassem pelas aulas que se voltem para a instrumentalização do uso da força policial (por matérias tais como Defesa Pessoal Policial e, até mesmo, pela Educação Física). Tendo em vista que essas solidificam posturas, atitudes a serem incorporadas, que atuam como poderosos instrumentos de construção de identidades profissionais/comportamentais. Seria possível, por meio destas áreas, desenvolverem-se novos enfoques éticos/comportamentais por parte dos policiais em curso?

CONCLUSÃO

Neste capítulo buscamos delimitar o escopo da tese, referendando os pontos que emolduraram a caminhada desenvolvida. Realizamos tal trabalho com o objetivo precípuo de sintetizar os elementos centrais pelos quais perpassamos, para que, deste modo, os interessados na temática “Segurança Pública e Sociedade” que entrem em contato com esta tese possam adquirir as bases necessárias de modo a efetuarem uma posterior leitura, mais detalhada, sobre a mesma.

Chamamos a atenção para o fato de que nossa proposta analítica levou em consideração, num primeiro momento, a sociologia das conflitualidades, desenvolvida no Brasil por Tavares dos Santos (1999, 2002) e outros, por meio da qual buscamos referendar a realidade social de países da América Latina (notadamente o caso brasileiro e o caso paraguaio).

Países que atravessam, no jovem século XXI, por um lado, questões como a do crescimento das formas (plurais) de conflitualidades, violências, modalidades criminais, crise das instituições de controle social, crescimento dos conflitos interpessoais e grupais. Mas que, por outro lado, buscam consolidar mecanismos estatal/institucionais que ancorem os padrões societários nos preceitos desenvolvidos pela democracia e consubstanciados nos direitos civis, políticos e sociais.

Esta situação foi analisada, também, por meio do conceito de modernidade tardia, retirado mais especificamente da obra de Anthony Giddens (1991, 2002, 2005), quanto por meio das contribuições teóricas advindas dos pós-estruturalistas, referendadas nesta tese, mais especificamente, pela obra de Michel Foucault (1985, 1985^a, 1994, 1999, 2001, 2003, 2004, 2006, 2008, 2008^a) uma vez que as contribuições trazidas por estas perspectivas compuseram um mosaico analítico que possibilitou-nos demarcar as ambivalências características das sociedades contemporâneas. Principalmente em termos da crise vivida pelos Estados, no sentido da manutenção de uma mínima coesão social.

O trabalho foi consolidado então, notadamente no capítulo II, a partir da tentativa de avançarmos de uma análise macroestrutural para uma investigação microsociológica, ancorada, então, na obra de Michel Foucault e na teoria

desenvolvida por este sobre a microfísica do poder e sobre os regimes disciplinares; bem como na obra de Pierre Bourdieu e na sua teoria dos campos e do hábitus (1980, 1984, 2005, 2005^a, 2005b), de modo a mantermos a abrangência necessária diante de uma complexa realidade que não mais pode ser apreendida por meio de uma interpretação dialética e ou a partir de um viés evolucionista.

No capítulo dois da tese, ainda, foi analisado o horizonte social caracterizado pela globalização e pela implementação de sistemas neoliberais, analisados por autores como Octávio Ianni (1999), Cornelius Castoriadis (1992) e outros. Elementos que trouxeram desgastes para o âmbito das relações sociais, caracterizados por fenômenos tais como a crise de autoridade pelas quais estariam passando as instituições que sustentam o modelo social vigente, analisadas, por sua vez, por autores como Richard Sennett (2001, 2004).

Por meio deste capítulo foi retratada, ainda, a precária situação encontrada pelos Estados-Nação, no sentido de manterem a legitimidade da coerção física legítima diante das novas conformações societárias (caracterizadas, então, pelo aumento das formas conflituosas, criminais) demarcadas fortemente pelo arrefecimento das formas de autoridade tradicionalmente consolidadas. A questão da segurança pública foi analisada por intermédio da leitura de autores como Zigmunt Baumann (1998, 1999), David Garland (1995, 2001), Loic Wacquant (2001) e outros, que apontaram para o acirramento, nas últimas décadas, do controle social/criminal, decorrente do abandono do Estado-providência, o aumento da cultura criminalizante, o processo de criminalização da miséria e dos miseráveis e o abandono do ideal de reabilitação.

Neste contexto, a questão dos cursos de formação de policiais militares/soldados foi analisada, diante de um contexto caracterizado pela presença crescente, e conflituosa, de saberes/poderes que parecem disputar modelos 'ideais' de formação profissional para o campo da segurança pública. Notadamente o saber/poder jurídico (que vê o Estado como uma reunião de indivíduos sob a lei do direito); o saber/poder advindo das Ciências Humanas (disciplinar-comportamental) e o saber/poder advindo do mundo policial/militar (hierárquico, burocrático e legalista).

No capítulo três, foram aprofundadas as leituras acerca do universo policial, a começar pelo próprio conceito de polícia e pela tentativa de esclarecer, de forma mais pormenorizada, os vários pontos que se ligam com o fazer profissional/policial.

Isto foi feito com o aporte das leituras de David Bayley (1975 ,2006), Egon Bittner (2003) e Herman Goldstein (2003). Nesse capítulo foram traçados os paralelos entre a realidade vivida pelas polícias de países desenvolvidos (notadamente dos EUA) e aquela vivenciada por policiais que trabalham em países que têm estabelecido, de forma recente, processos de redemocratização política, encontrando-se em vias de desenvolvimento político e econômico (caso do Brasil) e ou que enfrentam sérios problemas no sentido de estabelecerem processos confiáveis e duradouros de redemocratização (caso do Paraguai).

No capítulo quatro, foram desenvolvidas análises específicas acerca do trabalho e do campo formativo dos policiais brasileiros. Buscou-se retratar os elementos que estariam atuando de modo a compor as práticas violentas que subjazem à profissão, bem como indicar as carências, do ponto de vista da formação dada aos policiais militares. Por meio da leitura de autores como Tavares do Santos e Bretas (1997) foram apresentados os dois modelos clássicos de atuação policial, sendo que no Brasil teríamos assistido o surgimento de um terceiro modelo, embasado na violência atitudinal dos policiais. Virgílio Donici (1990) vai mostrar que a história das polícias no Brasil foi aquela por meio da qual estas mantiveram-se atreladas a um poder judiciário politiquero, corrupto e subjugadas por políticos patrimonialistas

Autores como Kant de Lima (1995) e Freire Costa (2003) vão analisar o 'paradoxo legal Brasileiro', por meio do qual os policiais tendem a tratar de forma diferenciada os cidadãos, conforme o nível sócio-econômico de onde advêm estes; bem como a relação que se dá entre parcela dos policiais e parcela da sociedade brasileira (notadamente aquela que mora nas grandes periferias).

Jaqueline Muniz (2001) vai aprofundar estudos sobre a formação dos policias militares, mostrando, dentre outras coisas, que estas surgiram enquanto organizações subordinadas aos Ministérios da Guerra e da Justiça Portuguesas. Que estas passaram por processos de militarização e que diante da Constituição 'cidadã' de 1988 encontraram-se defasadas, do ponto de vista tecnológico. A autora mostra, ainda, que as polícias militares brasileiras padecem do que chama de 'bacharelismo', ou seja, uma formação calcada em pressupostos advindos do código penal e processual penal (que por sua vez reforça, do ponto de vista do procedimento policial, uma ênfase no combate ao crime). O que concorre para que, de modo geral,

as polícias militares brasileiras encontrem-se despreparadas para atender questões não relacionadas ao controle do crime.

Paula Poncione (2005) vai mostrar como se processa a formação dos policiais militares do estado do Rio de Janeiro, chamando a importância para a questão da socialização dos policiais (que se dá, num primeiro momento, justamente nas escolas de polícia). Mostra, ainda, que a característica predominante da PM do Rio de Janeiro está ligada a burocratização e a militarização (embasada, portanto, num comportamento burocrático-militar e legalista). A autora chama a este modelo de “modelo policial profissional tradicional”. Chama atenção, ainda, para a irregularidade que perfaz os cursos de formação de policiais militares. Para a falta de corpo docente específico e para o fato de que o policiamento extensivo (predominante) não trata de itens como os ligados a administração de conflitos. Para a autora, ainda, a postura e/ou o mito do “soldado guerreiro” perduram enquanto componentes formativos, nos cursos (ressaltando a importância da força física e da virilidade).

Damasceno de Sá (2002) realiza uma pesquisa com oficiais da polícia militar do Ceará (1989), e retrata os processos de normalização das condutas .

Albuquerque e Paes Machado (2001) retratam os ritos de passagem na formação de oficiais policiais militares e a implicação disto para a formação da identidade do policial. Apontam para elementos como os que perpassam o conflito entre ‘currículo velho’ e ‘currículo novo’.

Nummer (2005), por sua vez, retrata a socialização dos policiais militares (praças), que ocorre no Estado do Rio Grande do Sul, durante a realização do Curso de Formação, entre os anos de 1999 e 2000. Centre suas análises no “governo de si”, nas técnicas e estratégias pedagógicas utilizadas no curso de formação (dando ênfase a pontos como os modos de vestir adotados, a postura corporal requerida, a limpeza do alojamento e outros).

Tavares dos Santos (2007), por fim, efetua um resgate das questões que envolvem a educação policial no Brasil, chamando a atenção para os problemas de atuação das forças policiais em sociedades complexas (que vivenciam os efeitos da Modernidade Tardia). Chama a atenção, do mesmo modo, para a crise do Estado-Nação, para a violência policial predominante, o caráter militarizado das polícias militares, a corrupção ainda existente, a dualidade de condutas operacionais, o foro

privilegiado nas justiças militares (estadualizadas), para a dominação masculina e/ou o machismo predominante nos cursos de formação de policiais militares (elementos que atuariam como uma espécie de currículo oculto).

Para o autor existiriam quatro questões envolvendo o universo policial brasileiro: Uma ligada a questão da modernização e transformação institucional; outra ligada a formação de policiais; outra voltada para as condições de trabalho e vida; e uma outra relacionada a questão do controle político por sobre o trabalho policial.

Para o autor a formação policial estaria atravessada pelos seguintes pontos: Supervalorização da cultura jurídica, fragmentação dos recursos operacionais, metodologia de ensino baseada na enumeração desproporcional de conteúdos (memorização), duplicação das instituições de ensino, herança militarista e jurídicista, segmentação corporativa, exaltação da disciplina e da hierarquia militar, arcaísmo pedagógico, dualidade das polícias, questão da seleção e da formação (envoltas pelo processo de socialização do policial às voltas com o 'currículo oculto'), dominação masculina, ausência de conteúdos referentes a sistemas de informação, dificuldade para reduzir criminalidade e violência (envoltas pela cultura institucional do "enfrentamento ao inimigo").

Os capítulos seis e sete, respectivamente, retrataram a formação dos policiais brasileiros e paraguaios. Estes capítulos, notadamente o capítulo seis, apresentaram os resultados de pesquisas de cunho qualitativo (embasadas no recurso metodológico advindo da observação participante).

No caso brasileiro, acompanhamos, durante aproximadamente seis meses (de julho de 2010 a janeiro de 2011), um curso de formação de policiais militares (soldados) que ocorreu na 2ª Companhia do Terceiro Batalhão de Polícia Militar, órgão sediado na Rua Peru n.º 477, bairro Luther King, cidade de Francisco Beltrão, Paraná.

A proximidade com a polícia local favoreceu uma inserção mais aprofundada no campo. Deste modo, efetuamos a observação do cotidiano do curso de formação, tiramos fotos, entrevistamos os policiais que faziam parte da coordenação do curso, bem como alguns instrutores e os alunos do curso. Além disso, conseguimos acessar materiais importantes que nortearam, do ponto de vista jurídico e disciplinar, o Curso de Formação. Compendo um rol de informações que balizaram um trabalho

bastante profícuo e por meio do qual se buscou retratar de forma fiel os valores e as práticas predominantes no Curso. Notadamente, as advindas e/ou coordenadas a partir dos regimes disciplinares existentes no *lócus* onde se deu o Curso.

No que concerne ao Paraguai, conseguimos desenvolver uma inserção exploratória, por meio da qual durante cinco dias (no mês de dezembro de 2009) efetuamos entrevistas com membros do Ministério do Interior (órgão que, no Paraguai, gerencia o trabalho feito pela polícia), com membros das Escolas de Polícia do Paraguai (notadamente do Instituto Superior de Educação Policial - ISEPOL – que coordena os processos formativos, policiais, no Paraguai, tanto de oficiais quanto de suboficiais), e com instrutores que trabalhavam em Cursos de Formação de Suboficiais. Além disso, tivemos acesso a materiais consolidados pela própria ISEPOL, e que retratavam aspectos relacionados ao trabalho policial bem como aspectos relacionados à estrutura institucional e de funcionamento dos cursos de formação dos policiais.

No Ministério do Interior, fomos agraciados com estudos sobre a realidade concernente à Segurança Pública Paraguaia, bem como por um estudo (realizado entre os anos de 1999 e 2004) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que retratou, de forma mais pormenorizada, a realidade do trabalho policial desenvolvido no Paraguai, bem como aspectos que se relacionavam mais especificamente com a formação das polícias daquele País.

Já na Escola responsável pela institucionalização dos parâmetros formativos e pela formação dos suboficiais paraguaios (Escola Sargento Ajudante José Merlo Saravia), localizada no Km 23 de La Ruta 2, ‘Mariscal Estigarriba’, na Cidade de Capiatá (que fica a aproximadamente 50 km de Assunción, capital do Paraguai), tivemos acesso a dois documentos importantes: a Resolução nº 583, que estabeleceu as normas que regularam o processo de seleção dos “aspirantes a Suboficiales Del Colegio de Policia ‘Sargento Ayudante José Merlo Saravia’”; e o ‘Regulamento Orgânico Funcional’, por meio do qual foram elencados os fins, objetivos e a organização do processo formativo adotado no Colégio de Polícia Sargento Ajudante José Merlo Saravia. Documento que estabeleceu, de igual modo, as formas de avaliação que foram instituídas, a organização do cotidiano (com as rotinas a serem assumidas) e os regulamentos disciplinares a serem adotados na Escola.

Neste sentido, no Paraguai, nossa pesquisa de campo buscou apreender os procedimentos administrativos, os processos disciplinares e os pressupostos que norteavam a formação dos Suboficiais (que correspondem aos policiais militares – soldados - no Brasil). Embora não tenhamos tido as mesmas condições obtidas no Brasil, no sentido de efetuarmos uma pesquisa participante em proporções mais satisfatórias, entendemos que a incursão no Paraguai apresentou um trabalho inédito e que levantou os elementos disciplinares (formativos) concernentes à realidade da formação policial paraguaia.

A pesquisa sobre a formação de policiais paraguaios se constituiu, então, como uma contribuição para o desenvolvimento de análises sociológicas que abarquem o mundo policial em um país ainda pouco estudado, sob este aspecto.

A tese teve como objetivo adentrar o cotidiano dos cursos de formação de policiais militares. O que pressupunha a entrada no universo de valores, normas e regras consolidadas nestes ambientes. Desta forma, buscou-se referendar os procedimentos de pesquisa a partir de um viés qualitativo, pois esse nos pareceu fornecer as situações e/ou instrumentos mais adequados para viabilizar a tarefa proposta.

Entendemos que conseguimos atingir os propósitos delimitados. E esperamos que o trabalho realizado venha a contribuir com os pesquisadores que se voltem para o estudo da realidade que cerca o trabalho policial desenvolvido nos Países da América Latina.

REFERÊNCIAS

AIGNEREN, M. **La técnica de recolección de información mediante los grupos focales**. CEO, Revista Electrónica, no. 7, fev. 2003. Disponível em: <http://huitoto.udea.edu.co/~ceo/>, acesso em 11 de abril de 2009.

ALBUQUERQUE, C. L.; MACHADO, E. P. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 05, jan/jun 2001, p. 214-237.

ALVAREZ, M. C.. Sociedade, poder e disciplina: história e reflexão. In: **Educação: Grandes Temas: Violência e indisciplina**, São Paulo, ano 1, N° 01, Jan/Mar 2007, p. 26-35.

ALVAREZ, M. C.; GUTTO, Maitê & SALLA, Fernando. A contribuição de David Garland para a sociologia da punição. In: **Tempo Social**. São Paulo, vol.18, nº.1, Jul 2006.

AMARAL, L. O. Os direitos humanos e violência policial. Uma polícia menos letal: o profissionalismo policial. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 63, mar., 2003.

ARON, R. **As etapas do Pensamento Sociológico**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ASSMANN, H. **Paradigmas educacionais e corporeidade**. 2ª ed. Piracicaba: UNIMEP, 1994.

BASTOS, A. R. La Libertad responsable, En: GUANES, G. G. **Los Duendes de la Rebeldía: Crónica da las Jornadas por la Democracia en Paraguay**, Asunción: Ediciones Nandutí Vive, 1987.

BAUMANN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BAYLEY, D. The Police and Political Development in Europe. **The Formation of National States in Western Europe**. Princeton: University of Princeton Press, 1975.

_____. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BITTNER, E. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BONI, Valdete & QUARESMA e Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer

entrevistas em Ciências Sociais. In: **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. www.emtese.ufsc.br

BOURDIEU, P. & WAQUANT, L.J.D. **Réponses: Pour une anthropologie réflexive**. Paris: Lê Seuil, 1992, p. 175-176.

BOURDIEU, P. **Le Sens Pratique**. Paris: Minuit, 1980.

_____. **Homo academicus**. Paris: Minuit, 1984.

_____. Espíritos de Estado: Gênese e estrutura do campo burocrático. In: **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. 7ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

_____. **O poder simbólico**. 8ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005a.

_____. **A dominação masculina**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005b.

BRAGE, L. B. **Bases metodológicas de la investigación educativa**. 2ª ed. Palma: Universitat de Les Illes Balears, 2004.

BRETAS, M. L. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo Social: Revista de Sociologia – USP**, v.9, n.1, 1997, p.79-94.

CALDEIRA, T. **Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp; Paralelo 34, 2000.

CAMPBELL, T. **Siete teorías de la sociedad**. Madrid, Cátedra, 1999.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto 3: o mundo fragmentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CASTRO, C. **O Espírito militar: Um estudo e Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Ltda, 1990.

CATTANI, A. D. **Trabalho e Autonomia**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura/Palmarinca, 1996.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Atlas, 1999.

CLÍNICA DE DERECHOS HUMANOS, PROGRAMA DE DERECHOS HUMANOS, FACULDAD DE DERECHO DE LA UNIVERSIDAD DE HARVARD E UNIVERSIDAD DEL PARAGUAY. **La Seguridad em el Paraguay: Análisis y respuestas em perspectivas comparadas**. Asunción, Paraguay, 2008.

COMANDANCIA DE LA POLICIA NACIONAL DEL PARAGUAY. Reglamento de Admisión de los Aspirantes a Suboficiales del Colegio de Policia “Sargento Ayudante José Merlo Saravia”, del Instituto Superior de Educación Policial (ISEPOL). Asunción,

23 de septiembre de 2009, p. 01 - 27.

COMISIÓN PERMANENTE DE ESTUDIOS DE LEYES Y REGLAMENTOS (COPELER). **Plan Estratégico - Seguridad Pública (2009 – 2013)**. Asunción, 2009a, p. 01-18.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Tercer informe sobre la situación de los derechos humanos en Paraguay**. OEA/Ser. LV/II.110, doc. 52, cap. II, 2001.

COMITÉ DE IGLESIAS PARA AYUDA DE EMERGENCIA. **Situación de los derechos humanos en el Paraguay**. Asunción: El Comité de Iglesias para Ayuda de Emergencia, p. 29-30, 2001.

CORCUFF, P. **As Novas Sociologias: Construções da realidade social**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

COSTA, I. F. **Polícia e Sociedade no Brasil: o Caso de Salvador**. Tese de doutorado defendida junto ao Instituto Superior de Economia e Gestão. Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas e Sociais da Universidade Técnica de Lisboa, 2003.

DELEUZE, G. **Conversações**. 4ª reimpressão. Rio de Janeiro: 34ª ed., 2004.

_____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DONICCI, V. L. **Polícia, guardiã da sociedade ou parceira do crime: um estudo de Criminologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2º v.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. In: **Marx, Karl, Engels, Friedrich. Obras escolhidas**, Vol. 3. São Paulo: Alfa-Omega, s/d, p. 7-143.

FARINA, B. N. **El último Supremo**. Paraguay, El Lector, 2003, p. 157-88

FEDOZZI, L. **Orçamento participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1997.

FERNANDES, E. R. **Política e Segurança**. São Paulo. Alfa-ômega. Ed. Sociologia e Política, 1973.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004

FOGEL, R. Estructura socioeconómica y procesos políticos. In: **Sequías en las Humedales: Estudios de la Realidad Nacional**. Paraguay, Pilar, 2009.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985a.

_____. **Em defesa da sociedade: Curso de Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Segurança, território, população: Curso dado no College d France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes. 2008.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. Curso do College de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008ª.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

_____. **História da Sexualidade III: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. **A hermenêutica de Si**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Dits et écrits**. Paris: Gallimard, 4º vol. ,1994.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

GABALDÓN, L. G.; BIRKBECK, C. H. **Policía e Fuerza Física. Perspectiva Intercultural**. Venezuela: Editorial Nueva Sociedad, 2003.

GAIARÇA, J. A. **O que é corpo**. 1ª edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

GARLAND, D. **The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary, Society**. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

_____. **Punishment and modern society: a study in social theory**. Oxford: Claredon Press, 1995.

GIDDENS, A. **Mundo em Descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GOLDSTEIN, H. **Policinando uma Sociedade Livre**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

GOODE, E & BEN-YEHUDA, N. **Moral Panics: The Social Construction of Deviance**. Malden: Blackwell Publishing, 2003.

GORZ, A. (Org.). **Crítica da Divisão do Trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

GROSSI PORTO, M S. Análise Weberiana da Violência. In: Coelho, M.F. P. et Alii, **Política, Ciência e Cultura em Max Weber**. Brasília: Ed. UnB / Imprensa Oficial, 2000.

HABERMAS, J. **Teoria de la Acción Comunicativa: Complementos y estudios previos**. México: Juan Pablo Editores, 1989.

HOBBS, T. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclasiástico e Civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. **Do Cidadão**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCACIÓN POLICIAL (ISEPOL). **Reglamento Orgánico Funcional del Colegio de Policía para Suboficiales "Sargento Ayudante José Merlo Saravía"**. Asunción, sem data.

JACONDINO, E. N. **Projeto de Tese: Saber/Poder e corpo: os regimes disciplinares e a construção microfísica da profissionalização da Segurança Pública**. Porto Alegre, 2009, p. 01-114.

LAKATOS, E. M & MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LAPASSADE, G. **As microssociologias**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

LASCH, C. **A cultura do Narcisismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

LECHNER, N. **Lãs sombras del mañana: la dimensión subjetiva da policía**. Santiago de Chile: LOM, 2002.

LIMA, R. K. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

LIMA, R. K; et AL. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: Uma Bibliografia. In: **BIB**, 2000, 50 (2), p. 45-123.

LOCKE, J. **Segundo Tratado sobre o Governo**. Textos Seleccionados. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Os Pensadores.

_____. **Dois Tratados sobre o Governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARTINS, J. S. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo, Contexto,

2008, 208 pp.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MINISTÉRIO DEL INTERIOR DEL PARAGUAY. **Plan de los 100 días del Ministerio del interior**. Asunción, p. 01-10, 2009.

MONJARDET, D. **O que faz a polícia: sociologia da força pública**. São Paulo, Editora da USP, 2003.

MORIN, E. **O paradigma perdido: a natureza humana**. 5ª edição. Lisboa: Publicações Europa-América, 1973.

_____. **O método I: A natureza da natureza**. Europa-América, Portugal, 1994.

_____. **O método II: a vida da vida**. 2ª edição. Lisboa: Publicações Europa-América, 1980.

MOURA, A. Rumo à entropia: a política econômica, de Geisel a Collor (pg. 55). In: (Bolívar Lamounier, organizador): **De Geisel a Collor, o balanço da transição**. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

MUNIZ, J. **A crise de identidade das polícias militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional**. Security and defense Studies Review, v. 01, 2001.

NEVES, J. M. D. **A face oculta da organização: a microfísica do poder na gestão do trabalho**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NUMMER, F. V. **Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar**. Niterói: EdUFF, 2005.

PASSETTI, E. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez, 2003.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. DIRETORIA DE PESSOAL. CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO. Concurso Público para preenchimento de Vagas de Soldado Policial Militar (QPM 1-0) e de Soldado Bombeiro Militar (QPM 2-0). In: **Edital n.º 061/2009**. Curitiba, 24 de novembro de 2009, p. 01-36.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. DIRETORIA DE ENSINO. TERCEIRO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR (PATO BRANCO E FRANCISCO BELTRÃO). **Plano de Curso n.º 001/2010 – Curso de Formação de Soldados**. Curitiba, maio de 2010, p. 01-39.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. ESTADO MAIOR 1ª SEÇÃO. **Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências (Decreto nº 4.346)**. Curitiba, 26 de Agosto de 2002, p. 01-28.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. QUARTEL DO COMANDO-GERAL. AJUDÂNCIA-GERAL. BOLETIM GERAL Nº 049. **Institui o Sistema Disciplinar Especial no âmbito da PMPR**. CURITIBA, 16 de março de 2009, p. 01-23.

PONCIONI, P. **O Modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 3, set/dez., 2005, p. 585-610.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Informe Final Del Proyecto de Apoyo Institucional Del PNDU a La Policía Nacional de Paraguay**. p. 01-97, 2009.

REVEL, J. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Clara luz, 2005.

RIBEIRO, M. Cidadania: Interrogações ao conceito para a compreensão dos movimentos sociais. In: **Caderno de debates nº 2: Movimentos Sociais e Estado: limites e Possibilidades**. (Vários organizadores). Porto Alegre: Centro de Assessoria Multiprofissional, 2001.

ROUSSEAU, J. J. **Do Contrato Social. Textos Selecionados**. São Paulo: Abril Cultural, 1973^a. Os Pensadores.

_____. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Abril Cultural, 1973b. Os Pensadores.

_____. **O contrato social e outros escritos**. São Paulo: Editora Cultrix LTDA, s/a.

SÁ, L. D. **Os filhos do Estado: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da polícia militar do Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da política, UFRJ, 2002.

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública -. **Projeto Segurança Pública para o Brasil & Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/senasp/mapa>. Acessado em 23/03/1999

SENNETT, R. **Autoridade**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Respeito: A formação do caráter em um mundo desigual**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, A. M. **Corpo, ciência e mercado: reflexões acerca da gestão de um novo arquétipo de felicidade**. Campinas, SP: Autores Associados: Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, P. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

SOARES, L. E. ROLIM, M. & RAMOS, S. **Síntese do relatório de pesquisa do Ministério da Justiça (SENASP/PNUD)**, P. 1-11, 2009.

SORJ, B. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

STRAUSS, A. L. **Espelhos e máscaras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. In: **Tempo Social: Revista de Sociologia – USP**, v. 9, n. 1, p. 155-167, 1997.

_____. **Marchas, regressos e contrapassos na educação policial no Brasil**. Ciência, Política e Sociedade: As ciências sociais na América do Sul. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/ Sulina, 2007.

_____. As conflitualidades como um problema sociológico contemporâneo. In: **Revista Sociologias - Dossiê Conflitualidades**. Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFCH - UFRGS, Porto Alegre, ano 1, n. 1, janeiro-junho de 1999: 10-13.

_____. Violências, América Latina: a disseminação das formas de violência e o estudo sobre conflitualidades. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002: 16-32.

_____. A violência como dispositivo de excesso de poder. In: **Revista Sociedade & Estado**. Brasília, UnB, v. 10, n. 2, julho-dezembro 1995, p. 281-298.

_____. (Org.). **Violências em tempo da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999^a.

TAYLOR, I. **Crime in context**. Cambridge: Polity Press, 1999.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOQUEVILLE, A. **A Democracia na América. Textos Selecionados**. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 185-320. Os Pensadores.

_____. **A Democracia na América. Leis e Costumes**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WELLER, W. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. In: **Educação e Pesquisa**, v. 32, n.2, 2006, p. 79.

WEBER. M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, vol. 1.

_____. Ensaio de sociologia e outros escritos. In: **Os Pensadores**, XXXVII. São Paulo: Abril Cultural, 1974, pp. 249-55.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. In: **Revista Tempo Social**, nº 9 (1): 5-41, São Paulo: USP, maio de 1997.

ANEXOS

ANEXO A

O Edital nº 61- 2009 – Concurso para Policial Militar/Soldado do Estado do Paraná

Nas disposições preliminares o Edital nº 61- 2009 apontou para o fato de que o Concurso Público seria executado, em sua primeira e terceira fase (que trataria da avaliação psicopatológica dos candidatos) pela Coordenadoria de Processos Seletivos da Universidade Estadual de Londrina (Cops/UEL). Sendo as demais fases de responsabilidade da Diretoria de Pessoal (DP) por intermédio do Centro de Recrutamento e Seleção (CRS) da Polícia Militar do Paraná.

Da Inscrição

Segundo o Edital a inscrição no concurso deveria ser efetuada a partir das 17h do dia 27 de novembro de 2009 até as 23h do dia 17 de dezembro de 2009. Somente via Internet. No ato da inscrição o candidato deveria optar por uma única função: Ou de Policial Militar ou de Policial Bombeiro Militar.

Do mesmo modo, o candidato deveria assinalar o local para realização da Prova Escrita de Conhecimentos e posteriormente, se aprovado dentro no número previsto de vagas, para a realização dos Exames de Capacidade Física e Psicopatológico. Indicando uma entre cinco cidades do Paraná: Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá.

A relação geral dos candidatos com inscrições homologadas seria divulgada por meio de edital específico, no dia 15 de janeiro de 2010, no site www.cops.uel.br. Os locais de provas seriam divulgados pela Internet no mesmo endereço eletrônico.

Na data de 27 de janeiro de 2010 o candidato deveria imprimir o Cartão de Inscrição, disponível também no mesmo endereço eletrônico, no qual estaria indicado o local, o horário e o endereço de realização da Prova Escrita de Conhecimentos.

O Cartão de Inscrição seria exigido para o ingresso do candidato na sala de prova, não podendo ser substituído por outro documento de identificação, ainda que oficial.

Das Condições de Ingresso na Polícia Militar do Estado do Paraná

Os candidatos aprovados em todas as fases do Concurso Público (dentro do limite de vagas estabelecidos) somente ingressariam na Polícia Militar do Paraná se atendessem os seguintes requisitos:

- a) Ser brasileiro.
- b) Ter concluído o Ensino Médio (ou equivalente).
- c) Não se encontrar denunciado em processo criminal pela prática de crime de natureza dolosa e nem possuir antecedentes criminais ou policiais incompatíveis com a carreira militar.
- d) Estar em dia com as obrigações relativas ao serviço militar.
- e) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- f) Ter no mínimo 18 (dezoito) e no máximo 30 (trinta) anos de idade no ato do ingresso²²⁰.
- g) Não ter sido excluído ou licenciado a bem da disciplina da PMPR, das Forças Armadas ou de outras Forças Auxiliares.
- h) Como servidor público, não ter sido demitido a bem do serviço público ou por ato de improbidade administrativa.

Do processo de seleção – Concurso de Soldados/2010

O Concurso Público em tela foi realizado por meio de quatro fases, sendo a primeira fase eliminatória e classificatória, e as demais fases eliminatórias.

1.^a fase – Composta por uma Prova Escrita de Conhecimentos, que compreenderia Prova Objetiva e Prova Subjetiva.

2.^a fase – Composta por Exame de capacidade física, que compreenderia teste de suficiência física.

3.^a fase – Composta por Exame de saúde, que compreenderia avaliação médica, odontológica e psicopatológica.

²²⁰ Um diferencial, pois nos demais concursos públicos normalmente não são estabelecidos limites de idade que atinjam esta proporção.

4.^a fase – Composta por Exame social e documental²²¹.

Da prova escrita de conhecimentos

Esta abrangeria 48 (quarenta e oito) questões objetivas de múltipla escolha, contendo cinco alternativas em que somente uma seria correta, e 2 (duas) questões discursivas na área de conhecimentos gerais.

A Prova Escrita de Conhecimentos seria elaborada contendo conteúdos em nível de ensino médio.

Cada uma das questões objetivas valeria 1 (um) acerto. A nota de cada uma das questões discursivas valeria de 0,0 (zero) a 5,0 (cinco).

Seriam corrigidas as questões discursivas dos candidatos que obtivessem pelo menos 50% de acerto na Prova Objetiva, correspondendo a no mínimo 24 questões (no limite de quatro vezes o número de vagas, seguindo a ordem de classificação).

No caso dos candidatos a Soldado Policial Militar seriam corrigidas as questões discursivas somente dos 4.400 (quatro mil e quatrocentos) primeiros classificados em ordem decrescente do número de acertos nas questões objetivas da Prova Escrita de Conhecimentos.

A prova foi marcada para o dia 7 de fevereiro de 2010, nas cidades de Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá, em locais e horários divulgados no site www.cops.uel.br.

O candidato deveria comparecer ao local designado para a realização de Prova Escrita de Conhecimentos às 13h. A duração da Prova Escrita de Conhecimentos seria de 4 (quatro) horas.

As respostas às questões objetivas lançadas no cartão-resposta seriam corrigidas por meio de processamento eletrônico, e tanto as questões objetivas quanto às questões subjetivas seriam de caráter eliminatório, devendo o candidato obter, no mínimo 50% de acertos em cada uma delas.

²²¹ Outro elemento que embora seja encontrado em outros concursos públicos, na Polícia Militar atinge uma proporção maior. O que denota o grau de exigência, em termos do comportamento ético/moral dos candidatos.

Provas: Áreas de conhecimento, número de questões e tipo de questões

Área do conhecimento	Número de questões	Tipo de questões
Língua Portuguesa	10	objetiva
Matemática	10	objetiva
Estatuto da Criança e do Adolescente	8	objetiva
Ciências da Natureza	10	objetiva
Ciências Humanas	10	objetiva
Conhecimentos Gerais	2	discursiva

Critérios para avaliação das questões discursivas

Elementos de avaliação	Nota máxima
Observância das normas de ortografia, pontuação, concordância, regência e flexão.	1
Paragrafação, estruturação de períodos, coerência e lógica na exposição das idéias.	1
Pertinência da exposição relativamente ao tema e à ordem de desenvolvimentos propostos.	3
Nota por questão	5

Por ocasião da realização da prova, todos os candidatos inscritos seriam identificados por coleta da impressão digital.

O resultado final da primeira fase do Concurso Público seria consolidado a partir dos seguintes critérios:

1º critério: Seriam considerados aprovados os candidatos que acertassem no mínimo 24 (vinte e quatro) questões objetivas e que obtivessem, no mínimo nota 5 (cinco) nas questões subjetivas. Seriam automaticamente excluídos do Concurso Público os candidatos que não obtivessem o número mínimo de acertos previstos neste item.

2º critério: Os candidatos aprovados na Prova Escrita de Conhecimentos, conforme o 1º critério seriam classificados de acordo com o resultado do somatório de pontos obtidos na prova escrita.

Pontuação obtida na Prova Escrita conforme Área do Conhecimento

ÁREA DE CONHECIMENTO	FÓRMULA	PONTOS
Língua Portuguesa	Nº de acertos x PESO 2	2 0
Matemática	Nº de acertos x PESO 1	1 0
Estatuto da Criança e Adolescente	Nº de acertos x PESO 1	8
Ciências da Natureza (Química, Física, Biologia)	Nº de acertos x PESO 1	1 0
Ciências Humanas (História, Geografia, Soc., Fil.)	Nº de acertos x PESO 2	2 0
Conhecimentos Gerais/Atualidades	Nota x PESO 3	3 0
Total máximo de pontos da Prova Escrita de Conhecimentos		9 8

No caso dos candidatos a Soldado Policial Militar o Edital estipulou que só seriam convocados à fase subsequente do Concurso Público os 3.300 (três mil e trezentos) primeiros classificados em ordem decrescente dos pontos obtidos na Prova Escrita de Conhecimentos. Incluídos os candidatos (as) que se declarassem afrodescendentes em face das vagas preferenciais.

Para os demais candidatos que fossem aprovados e não convocados, poderiam ocorrer novas convocações, visando o preenchimento das vagas que por ventura não tenham sido preenchidas.

O Exame de Capacidade Física (ECAFI)

O Exame de Capacidade Física (ECAFI) compreenderia o Teste de Suficiência Física (TSF) aplicado aos candidatos concorrentes tanto às vagas PM quanto às vagas BM, e o Teste de Habilidades Específicas (THE) aplicado aos candidatos concorrentes às vagas BM (que tivessem sido aprovados no Teste de Suficiência Física). Sendo realizados nas cidades onde o candidato realizou a 1ª

Fase (Prova Escrita de Conhecimentos).

O Exame de Capacidade Física para candidatos a Soldado Policial Militar (de caráter eliminatório) realizar-se-ia por meio da aplicação do Teste de Suficiência Física. Compreendendo as seguintes provas:

- Shuttle run (traduzido: corrida de ir e vir). Com o objetivo de avaliar a agilidade neuro-motora e a velocidade. Cada candidato teria direito a 02 tentativas (duas). Sendo, o tempo de execução livre a critério do candidato.

- Tração na barra fixa. Com o objetivo de medir a força muscular de membros superiores. Cada aluno teria direito a apenas 01 (uma) tentativa e o número de repetições seria livre, ou seja, a critério do candidato(a).

- Corrida de 2.400 metros. Com o objetivo de verificar a capacidade aeróbica do candidato(a). Com 01 (uma) tentativa e tempo de execução livre e ou a critério do candidato(a).

Para ser considerado(a) APTO(A) o(a) candidato(a) deveria fazer uma somatória de no mínimo 11 (onze) pontos de um total máximo de 15 (quinze) pontos. Seria considerado(a) INAPTO(A) o candidato(a) que não alcançasse o mínimo exigido²²².

Por ocasião da realização do Exame de Capacidade Física e Testes de Habilidades Específicas os candidatos teriam que, obrigatoriamente, apresentar, sob pena de não realizarem os testes, atestados médicos considerando-os APTOS para a realização dos exames. Isto deveria ser feito dois dias antes da data marcada para a realização dos referidos exames. Na Seção de Educação Física da Diretoria de Ensino PMPR (SEFID/DE) ou através de SEDEX especificado no Edital.

Os Atestados Médicos deveriam conter, obrigatoriamente, nome e número do CRM legível do médico que os fornecesse, preferencialmente impresso.

Um modelo de Atestado (s) Médico (s) constou como Anexo III do Edital.

²²² As exigências em termos de capacitação física comprovam o fato de haver, nas carreiras policiais – e mais especialmente nas policiais militares – uma propensão à valorização da força e ou das aptidões físicas. Em nenhuma forma de concurso público se vê este tipo de exigência - teste físico como pré requisito ao ingresso no cargo - que não seja para a ocupação de cargo de policial.

O Exame de Saúde

O exame de saúde, de caráter eliminatório, compreenderia avaliação médica, odontológica e a avaliação psicopatológica.

Conforme constou no Edital:

Esses exames têm por finalidade detectar condições mórbidas que venham a constituir-se em restrições ao pleno desempenho das atividades inerentes à carreira militar estadual ou que no exercício das atividades de policial militar ou de bombeiro militar possam expor o candidato ao agravamento dessas condições mórbidas ou eventualmente a risco de vida pessoal ou a integridade física de terceiros, selecionando o candidato apto ao exercício pleno das funções da carreira de militar e atividades inerentes a ela. Está compreendida, nessa fase do Concurso, a verificação de condições físicas que não voltadas à morbidez sejam consideradas impeditivas à realização do Exame de Capacidade Física, face **o intenso esforço físico a que serão submetidos os candidatos**²²³.

As avaliações constantes do Exame de Saúde seriam realizadas nos locais, datas e horários constantes de Edital específico (que seria divulgado para a convocação dos candidatos).

As avaliações seriam procedidas por Juntas de Inspeção de Saúde, constituídas por Médicos e Dentistas, e por Psicólogos e Psiquiatras designados para essa finalidade.

Por ocasião da realização da avaliação médica, cada candidato deveria, obrigatoriamente, apresentar os resultados dos exames laboratoriais, cuja data da realização deveria ser inferior a 90 (noventa) dias da apresentação, sob pena de não ser submetido ao exame médico e ser desclassificado do Concurso.

As avaliações clínicas e laboratoriais listadas abaixo teriam de ser custeadas pelos candidatos:

- Hemograma completo;
- Glicemia de jejum;
- Creatinina sérica;
- Sorologia para lues (VDRL quantitativo);

²²³ Grifo nosso. O Edital do Concurso para policial Militar/ Soldado em vários pontos apontou para a questão da capacitação física e, neste caso, para o fato de que o “condicionamento físico” seria um elemento extremamente valorizado (buscado) durante o Curso de Formação. Elemento fundamental para o exercício da atividade profissional.

- Machado Guerreiro;
- Gama GT;
- Parcial de urina;
- Radiografia de tórax PA com laudo;
- Eletrocardiograma de repouso com laudo;
- Eletroencefalograma com laudo e exame;
- Laudo de acuidade visual com e sem correção;
- Laudo de avaliação oftalmológica conforme anexo "V";
- Exame de audiometria com laudo;
- Radiografia panorâmica odontológica com laudo;
- Toxicológico clínico, a ser realizado em laboratório oficialmente reconhecido e a critério do candidato(a), por meio de coleta de material orgânico – cabelo - em recipiente de prova e contra-prova, cujo resultado deverá apresentar negatividade para: Anfetaminas [anfetamina, metanfetamina, efedrina, ecstasy (MDMA, MDEA, MDA, metadona)]; Opiáceos (morfina, codeína, dihidrocodeína); Barbiturados (fenobarbital, amobarbital, pentobarbital, butabarbital, secobarbital); Canabinóides (maconha); Benzodiazepínicos (flurazepan, oxazepan etc.) e Cocaína (metabólitos);
- Teste diagnóstico de gravidez.

Segundo constou no Edital em tela:

Sendo a gravidez constatada no exame clínico ou por meios laboratoriais, constituir-se-á em impeditivo, **vez que, encerradas as fases do Concurso, os candidatos classificados dentro das vagas ofertadas serão incluídos na PMPR (como Soldado de 2.^a Classe) para a realização do Curso de Formação, no qual serão exigidos, em grande parte da respectiva carga horária, intensos esforços físicos nas disciplinas de educação física militar, ordem unida, tiro policial, defesa pessoal e estágios de policiamento²²⁴ nas diversas modalidades para candidatos a Soldado Policial-Militar.**

Além destes exames, a critério da Junta de Inspeção os candidatos deveriam realizar também os seguintes exames complementares, no prazo de 7

²²⁴ Em qual outro concurso público a gravidez apresenta-se como impeditivo à feitura e ou ao prosseguimento nas diferentes fases da realização de um concurso público?

(sete) dias úteis, para realização de nova inspeção de saúde:

– Eletrocardiograma de esforço e/ou ecocardiograma, para candidatos cujos laudos de eletrocardiograma de repouso suscitarem dúvidas quanto à aptidão física para ingresso na Polícia Militar;

– Radiografia simples de coluna PA e Perfil, para candidatos portadores de desvios da coluna;

– Eletroencefalograma - será considerado(a) apto(a) candidato(a) que apresentar resultado nos grupos I e II, sendo considerado(a) inapto(a) os(as) candidatos(as) que apresentarem resultados nos grupos III e IV;

– Radiografia simples da coluna e escanometria de membros inferiores, para candidatos portadores de báscula de bacia; e

– Ressonância magnética de joelhos, para candidatos que tenham se submetido à cirurgia de joelho.

As Juntas de Inspeção de Saúde, a seu critério poderiam solicitar outros exames, se necessário, com a finalidade de esclarecerem dúvidas diagnósticas ou suscitadas pelos laudos dos exames apresentados pelos candidatos.

A incapacidade para ingresso na Polícia Militar, diagnosticada pelas Juntas de Inspeção de Saúde, seriam atribuídas aos candidatos que:

a) não preenchessem os índices mínimos constantes deste Edital e/ou incidissem nas condições incapacitantes, impeditivas **ou excedessem a proporcionalidade de peso e altura prevista no Edital**²²⁵;

b) apresentassem alterações nos exames complementares, consideradas incompatíveis com a atividade de policial militar ou de bombeiro militar;

c) deixassem de apresentar algum exame relacionado no presente Edital ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;

d) incidissem em condição clínica que, embora não constasse do Edital seja considerada incapacitante para a atividade de policial militar ou de bombeiro militar pela Junta de Inspeção de Saúde.

225 Questões de peso e altura, embora sejam questões subjetivas (podem mudar com o passar do tempo) fornecem, do ponto de vista da função policial militar, subsídios que tem perdurado no tempo e que ratificam a valorização dos componentes físicos, requeridos dos candidatos, para o exercício profissional.

O Edital também apresentou índices mínimos exigidos²²⁶:

a) Em termos de acuidade visual.

b) Em termos de senso cromático.

c) Em termos de avaliação odontológica foram apresentadas as situações admitidas.

d & e) Em termos de motilidade foram apresentados os limites mínimos para a extremidade superior e inferior.

f) Também foram apresentados os Índices cardiovasculares permitidos.

g) Os índices audiométricos exigidos.

As condições incapacitantes foram esmiuçadas no Edital, por meio de uma série de disposições referentes a uma enormidade de deformidades relacionadas a:

a) Cabeça e pescoço.

b) Ouvido e audição.

c) Olhos e visão.

d) Boca, nariz, laringe, faringe, traquéia e esôfago.

e) Dentes.

f) Pele e tecido celular subcutâneo. Salientou-se, para este ponto, a seguinte análise exposta por meio do Edital, em termos de situação incapacitante para o ingresso na polícia militar:

Tatuagens, se expressando motivos obscenos, ofensivos ou de morte, que possam ser consideradas como manifestações de desequilíbrios psíquicos, não sendo toleradas em hipótese alguma na cabeça, pescoço e abaixo do terço distal do braço, antebraço e mão. Presença de piercing para candidatos do sexo masculino em qualquer área do corpo e para candidatas do sexo feminino em regiões do supercílio, nariz, lábios, língua, mamas e órgãos genitais.

g) Pulmões e paredes torácicas.

h) Sistema cardiovascular.

i) Abdome e trato digestivo.

j) Aparelho gênito-urinário.

k) Aparelho osteo-mio-articular.

226 Estes índices, que fazem parte do Edital de Concurso Público para Policial Militar em tela atingem um grau de detalhamento (e exigência) consideráveis, em termos da "condição física" dos candidatos.

l) Doenças metabólicas e endócrinas.

m) Sangue e órgãos hematopoiéticos.

n) Doenças neuropsiquiátricas.

o) Tumores e neoplasias.

p) Doenças sexualmente transmissíveis. O Edital apontou para o fato de que *qualquer DST é incapacitante*²²⁷. Sendo toleradas cicatrizes sorológicas para lues.

q) Condições ginecológicas.

O Edital também apontou para a necessidade de haver proporcionalidade entre peso e altura, medido pelo IMC (Índice de Massa Corpórea) sendo considerados aptos os candidatos que estiverem dentro dos seguintes limites:

1) Sexo masculino: IMC entre 18 e 30.

2) Sexo feminino: IMC entre 18 e 28.

Seria, ainda, incapacitado todo candidato que tivesse realizado cirurgia de obesidade a menos de 2 anos da data da inspeção de saúde²²⁸.

Além de todos estes exames, o exame Psicopatológico também seria aplicado nas cidades onde os candidatos tivessem realizado a 1ª Fase e a 2ª Fase.

O Exame Psicopatológico, de caráter eliminatório, teria como objetivo indicar os candidatos em suas

características intelectivas, motivacionais e de personalidade compatíveis com a multiplicidade, periculosidade e sociabilidade das atribuições da função policial militar, além do porte de arma de fogo, e contra-indicar aqueles que apresentem características psicológicas incompatíveis com tais atribuições, de acordo com os parâmetros do perfil psicológico estabelecido para o cargo.

227 O conteúdo do Edital pareceu-nos apontar para uma relação entre DST e comportamento sexual “desviante” e ou repreensível, do ponto de vista de uma moralidade a ser preservada. Principalmente pelos policiais, àqueles que no trato com a população devem “dar bons exemplos”. Por várias vezes ouvimos de policias militares (oficiais ou não oficiais) que “o policial é aquele que deve dar o exemplo”, “comportar-se de forma adequada e ilibada”, “manter um padrão moral exemplar”. Frases que demonstram haver um componente ético-comportamental muito forte permeando a atuação profissional. Pelo menos, enquanto um ideal a ser buscado. Ideal este que nos remete à questão de que a profissão policial é, em grande medida, o braço do Estado que busca introduzir “pedagogicamente”, na população, um “certo agir”, considerado “moralmente correto”.

228 Todas estas exigências, do ponto de vista da “funcionalidade orgânico-física” dos candidatos a um cargo de policial militar apontavam, insistimos, para o fato de que a condição física é um elemento supervalorizado no mundo policial militar. Sendo requerido numa proporção bem maior do que as encontradas para a ocupação dos demais cargos públicos. Daí nossa busca por entender como o controle dos corpos se consolida nos cursos de formação de soldados, instituindo um padrão comportamental/profissional específico.

O Exame Psicopatológico seria realizado por meio de provas coletivas, aplicadas simultaneamente a todos os candidatos, em igualdade de condições e em dias e horários divulgados previamente.

Seriam contra-indicados os candidatos que apresentassem características incompatíveis com o perfil psicológico estabelecido pela PMPR para o exercício da função e/ou a presença de qualquer um dos tipos de transtornos mentais e comportamentais apresentados conforme classificação do Código Internacional de Doenças (CID-10), e detectada por meio dos testes utilizados e ou por meio de entrevista complementar.

Tabela do Perfil Profissiográfico apresentado no Edital

Característica	Parâmetro	Descrição
Controle emocional	Elevado	Habilidade de reconhecer as próprias emoções diante de um estímulo, controlando-as de forma que não interfiram em seu comportamento.
Ansiedade	Diminuída	Preocupação antecipada com aceleração das funções orgânicas que podem afetar sua capacidade de reação diante de situações de estresse.
Impulsividade	Diminuída	Incapacidade de controlar as emoções e tendência a reagir de forma brusca e intensa diante de um estímulo interno ou externo.
Domínio psicomotor	Adequado	Habilidade cinestésica para movimentar o corpo com equilíbrio, atendendo às solicitações psíquicas e/ou emocionais.
Raciocínio espacial	Adequado	Capacidade de visualização, isto é, de formar

		representações mentais visuais e manipulá-las transformando-as em novas representações.
Atenção Concentrada	Elevada	Capacidade de abstrair-se de tudo e fixar a atenção em um objeto.
Autoconfiança	Adequada	Atitude de autodomínio, presença de espírito e confiança nos próprios recursos, estabelecendo contatos de forma resoluta e decidida, acreditando em si mesmo.
Resistência à frustração	Elevada	Habilidade de manter suas atividades em bom nível quando privado da satisfação de uma necessidade pessoal, em uma dada situação profissional ou pessoal.
Inteligência	Adequada	Grau de inteligência global dentro da faixa média, aliado à capacidade de incorporar novos conhecimentos e reestruturar conceitos já estabelecidos.
Memória	Elevada	Capacidade para memorizar sons e imagens, principalmente fisionomias, tornando-as disponíveis para a lembrança imediata.
Agressividade	Levemente elevada	Energia que dispõe o indivíduo a enfrentar situações adversas, direcionando-a de forma que seja benéfica para si e para a sociedade, mostrando-se uma pessoa combativa.
Adaptabilidade	Elevada	Capacidade do indivíduo adaptar seu

		comportamento às mais diversas situações.
Flexibilidade	Elevada	Capacidade do indivíduo agir com desenvoltura nas mais diversas situações e/ou idéias.
Maturidade	Adequada	Desenvolvimento físico e psicológico de acordo com a idade cronológica.
Responsabilidade	Elevada	Capacidade do indivíduo tomar decisões, assumindo suas consequências.
Dinamismo	Elevado	Capacidade de desenvolver atividades intensas.
Iniciativa	Elevada	Capacidade em empreender e propor novas atitudes e/ou idéias.
Fluência verbal	Elevada	Capacidade em comunicar-se de forma compreensível e agradável.
Sociabilidade	Elevada	Capacidade em conviver em grupos de forma a proporcionar a possibilidade de trocas afetivas.
Capacidade de liderança	Elevada	Capacidade de gerenciar grupos em todos os seus aspectos.
Fobias	Ausentes	Medo irracional ou patológico de situações específicas como animais, altura, água, sangue, fogo etc., que levam o indivíduo a desenvolver evitação ou crises de pânico.
Honestidade	Elevada	Respeito aos limites

		alheios com probidade e decoro.
--	--	---------------------------------

O Edital deixou claro que não seriam, em hipótese alguma, realizados novos testes aos candidatos contra-indicados²²⁹.

O Exame Social e Documental

Também de caráter eliminatório, visava comprovar a idoneidade moral e a conduta dos candidatos. O Exame Social e Documental constaria, neste sentido, de pesquisa social feita por meio do preenchimento de questionário (Formulário de Dados Biográficos) bem como por meio de diligências feitas por policias militares nos arredores de trabalho e de vida dos candidatos (por meio da “ambiência doméstica e social”) entrevistando e pedindo informações sobre os candidatos, que se estenderiam inclusive pelo período de formação.

Deveriam, ainda, serem anexadas às seguintes certidões:

- a) Certificado de conclusão e Histórico Escolar do Ensino Médio;
- b) Certidão de Crime Eleitoral e de Quitação Eleitoral;
- c) Certidão da Vara de Execução Penal da Comarca de sua residência;
- d) Certidão do Cartório do 1º Ofício do Distribuidor da Capital (somente para quem reside em Curitiba);
- e) Certidão do Fórum Criminal da Comarca de sua residência;
- f) Certidão de Antecedentes Criminais expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná e/ou do Estado onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos;
- g) Certidão da Justiça Federal;
- h) Para os ex-militares das Forças Armadas, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares deverão apresentar ainda:

229 Temos aqui mais um exemplo da incidência cada vez maior de exigências físico/comportamentais requeridas aos candidatos ao cargo de policial militar. De todo modo, as análises de Michel Foucault sobre os poderes/saberes (notadamente os saberes médicos) que permeiam cada vez mais a funcionalidade institucional, delimitando um grau específico de normalidade exigida por sobre os grupos sócio-profissionais, pareceram-nos atuais; notadamente no caso do ingresso na polícia militar, por ser uma atividade que lida com o uso da força e que exerce um poder deveras impactante nas sociedades.

i) Certidão das Justiças Militares Estaduais (para ex-militares estaduais incluindo os da PMPR) ou da Justiça Militar Federal (para ex- militares federais).

As diligências teriam por objetivo verificar in loco se o comportamento, de um modo geral, bem como se a conduta social do candidato não estaria contrariando²³⁰:

a) os requisitos estabelecidos pelo Edital para ingresso na PMPR;

b) as obrigações e deveres inerentes ao futuro militar, de acordo com o previsto no Código da Polícia Militar do Paraná.

As diligências de Ambiência Social destinar-se-iam a verificar se os candidatos:

a) Não teriam envolvimento com pessoas comprometidas com ilícitos.

b) Se, nos locais que trabalha ou trabalhou, as atividades são ou eram idôneas e lícitas. Em caso positivo, se o comportamento é ou era compatível com a condição de futuro militar (assíduo, pontual, honesto e relaciona-se ou relacionava-se bem com os colegas).

c) Se os locais onde freqüentou ou costuma freqüentar são compatíveis com a condição de futuro militar, tendo em vista as pessoas que o freqüentam e as atividades que ali são realizadas.

Já as diligências de ambiência doméstica destinar-se-iam a:

a) Verificar se o candidato era possuidor de condições mínimas de higiene pessoal.

b) Se não residia sob o mesmo teto com pessoas envolvidas em ilícitos.

A entrevista com os candidatos teria por finalidade comparar os dados fornecidos pelos candidatos e por terceiros com o apurado nas diligências realizadas, esclarecer dúvidas, levantar outras informações julgadas necessárias e dar condições de emitir parecer conclusivo sobre a aprovação ou reprovação do candidato.

Os Pedidos de Informações visariam coletar dados relativos aos antecedentes do candidato a partir dos seguintes órgãos:

a) Instituto de Identificação do Paraná;

b) Escolas Públicas/Particulares;

230 Vê-se que o grau de exigência acerca de um determinado padrão comportamental requerido dos candidatos vai se explicitando no Edital de Concurso.

- c) Secretaria de Estado da Educação do Paraná;
- d) Firmas Públicas/Particulares;
- e) Organizações Militares
- f) Departamento de Polícia Federal - Seção Paraná;
- g) Delegacias Policiais;
- h) Varas de Inquérito;
- i) Varas Criminais;
- j) Varas de Execução Penais;
- k) Juizados Especiais;
- l) Registros de Ocorrências Policiais (Boletins de Ocorrência);
- m) Outros órgãos julgados necessários.

Seria desclassificado do Concurso Público previsto o candidato que tivesse sido considerado contra-indicado nesta fase ou em concursos anteriores da PMPR no Exame Social e Documental; “bem como aqueles que durante a realização de qualquer fase do certame faltarem com o respeito, a disciplina e a ética social²³¹ com qualquer dos examinadores, concorrentes ou pessoas que porventura estejam nos locais de exame”.

²³¹ cremos que aqui aparece mais um elemento que reforça o que estamos afirmando sobre a questão comportamental requerida dos candidatos a um cargo de policial militar.

ANEXO B

Casos Omissos Explicitados no Plano de Ensino do Curso de Formação de Policiais Militares/Soldados – 2010


- a) A critério do Comandante do 3º BPM e sempre que o desenvolvimento do Curso possibilitar serão promovidas palestras, conferências, competições esportivas, visitas e viagens de estudos visando ao desenvolvimento do espírito de corpo, ao aprimoramento da aptidão física e à ampliação de determinados conteúdos ministrados em sala de aula;
- b) O desenvolvimento de atividades extraclasse não previstas e que impliquem em comprometimento do calendário escolar dependem fundamentalmente de consulta preliminar o Coordenador da referida turma e da aprovação do Comandante do 3º BPM;
- c) O Estágio Supervisionado, as atividades sociais e demais atividades extraclasse desenvolvidas pelos alunos deverão ser relatadas ao Coordenador de Curso, para possibilitar o controle estatístico com vistas à elaboração do relatório anual de ensino, a ser encaminhado para a Diretoria de Ensino ao término do ano letivo; de acordo com as informações relatadas formalmente pelas seções e outros setores de assessoramento do curso;
- d) As atividades de instrução em área rural (marchas e estacionamentos) poderão ser desenvolvidas, desde que não comprometam o calendário escolar previsto, dependendo ainda da aprovação do Comandante do 3º BPM;
- e) Os Coordenadores do Curso serão designados pelo Comandante do 3º BPM, tendo missões específicas, definidas pela Portaria de ensino de 2008, pelas Normas para o Funcionamento do Curso de Formação de Soldados (Portaria do CG nº 969/DE/1998 - aditamento ao BG nº 237/1998) e outras atribuições a critério da Diretoria de Ensino, objetivando assegurar a consecução dos objetivos do Curso;
- f) Todos os alunos concorrerão à escala de Chefe de Turma, competindo-lhe as atribuições que lhe forem conferidas pelo Coordenador do Curso;
- g) O Chefe de Turma deverá apresentar-se diariamente ao Coordenador do Curso, por ocasião do início e término das atividades escolares, devendo ser este o intermediário para as ligações dos alunos com o mesmo;
- h) Durante o desenvolvimento do Curso os alunos ficarão diretamente subordinados ao Comandante do 3º BPM, para efeito de serviço, instrução, justiça e disciplina;
- i) O atraso do docente, num tempo superior a 15 (quinze) minutos para início da instrução, será considerado como falta;
- j) Em caso de faltas, as aulas deverão ser repostas, em princípio nas sextas-feiras à tarde e nos sábados pela manhã, preferencialmente na mesma semana em que ocorrer a falta;
- k) O aluno que for flagrado usando de meios ilícitos na realização de qualquer Verificação deverá receber nota ZERO na referida prova, ficando sujeito às sanções disciplinares previstas em regulamento;
- l) Ao flagrar a utilização de meios ilícitos para a realização de

- qualquer Verificação, o responsável pela aplicação da prova fará de imediato a apreensão da mesma, devendo arrolar testemunhas, preencher o auto de apreensão da prova, ao qual anexará, se possível, o meio utilizado para o ilícito;
- m) O aluno mais antigo, em cada turma, é o responsável pela carga de materiais e equipamentos existentes na sua respectiva sala de aula, devendo zelar pela sua conservação e guarda;
- n) Ao aluno é vedada a utilização de computadores, fax e telefones da administração do 3º BPM, sem autorização de quem de direito;
- o) Ao aluno é vedada a entrada ou permanência nas Seções Administrativas do 3º BPM e do CFAP, devendo, se necessário o contato, fazê-lo através do Coordenador;
- p) O Comandante do 3º BPM deverá apresentar o Relatório Final do Curso (Anexo K), elaborado pelo Coordenador do Curso, no prazo de até 15 dias úteis após a conclusão do mesmo, devendo uma via ser arquivada na P/3, e outra ser encaminhada para o Diretor de Ensino;
- q) Será distribuída uma via do Plano de Curso ao Chefe de Turma, devendo o mesmo dar ciência aos demais integrantes do Curso (Anexo N);
- r) **Os alunos poderão prestar serviços durante o período do curso em apoio ao 3º BPM, bem como poderão ser aplicados em outras atividades, a critério do Comandante do 3º BPM²³²;**
- s) Poderá ser instituída NGA – Normas Gerais de Ação, criadas pelos Coordenadores e aprovadas pelo Comandante do 3º BPM;
- t) Os casos omissos ao presente Plano de Curso serão resolvidos em conformidade com a legislação em vigor;
- u) Os casos não previstos serão decididos pelo Comandante do 3º BPM.

232 Grifo nosso. De fato, os alunos acabaram desenvolvendo uma rotina durante o Curso de formação através da qual participavam freqüentemente de “mutirões” de limpeza da 2ª Companhia, bem como da guarnição da entidade; dentre outras atividades concernentes à sua formação enquanto policiais militares.

ANEXO C

Documento para aferição de aprendizagem dos alunos do Curso de Formação de Policias Militares/Soldados – 2010 (Papeleta de Notas Padrão)

		PAPELETAS DE NOTAS	
		Curso: _____ / Turma: _____	
		DISCIPLIN _____	
		A: _____	
		INSTRUTOR: _____	
		Verificação de Aprendizagem	
o	NOME	NOTA	ASSINATURA
1			

Notas digitadas em _____/_____/_____ _____ Responsável p/ Digitação	Expedidas em _____/_____/_____ _____ Aux. de Coordenação	Divulgadas em _____/_____/_____ _____ Coordenador
--	---	--

* Verificação Final
** Verificação Recuperação

Obs.:

- 1ª Via - Após assinada, retornar ao Auxiliar da Coordenação.

ANEXO D

Modelo de Ficha de Conceito de aluno Policial Militar/Soldado de 2ª Classe Curso de Formação de Policias Militares/Soldados – 2010

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ DIRETORIA DE ENSINO NUCLEO DE ENSINO – 3º BPM FICHA DE CONCEITO DE SOLDADO DE 2ª CLASSE							
LIAÇÕES	AVA	OTA	DATA	RUBRICA			
				PRES	MEMBRO 1º	MEMBRO 2º	MEMBRO 3º
1ª	Avaliação		/ /				
2ª	Avaliação		/ /				
3ª	Avaliação		/ /				
4ª	Avaliação		/ /				
5ª	Avaliação		/ /				
6ª	Avaliação		/ /				
MÉDIA FINAL							
FINAL	RESULTADO	Avaliado:RG:					
()	APTO	OPM:.....					
()	INAPTO	Rubrica:.....				Data:	
		/ /					

(Ref. Port. do CG nº 403, de 5 maio 06)

CIENTE DOS ALUNOS PLANO DE CURSO 001/2010 (CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS PM – Turma – 2010/3º BPM)

NOME COMPLETO	RG	ASSINATURA

ANEXO E

Curso de Formação de Suboficiais – ano 2009/Turma 2010 - Regulamentações

CAPÍTULO IV

De Las pruebas de Admisión

SECCIÓN II

Del Examen Psicotecnico

Para o Exame Psicotécnico, o primeiro a ser feito, seria formada uma Comissão Examinadora integrada por profissionais da Sede Central e da Filial de número 10 (responsável pela formação da área de “Seguridad Urbana”), que trabalhariam de forma conjunta com a Seção de recursos Humanos do Departamento de Pessoal.

O teste abrangeria as seguintes áreas:

a. Personalidad	40 PUNTOS
b. Inteligencia	30 PUNTOS
c. Carácter	20 PUNTOS
d. Fluidez verbal	10 PUNTOS
TOTAL	100 PUNTOS

A exigência mínima em termos de pontuação (para aprovação) seria de 60 pontos (60%).

SECCIÓN III

Del Examen Médico

Regido também por uma Comissão Examinadora, formada para a sede (Capiatá) e para a área de Seguridad Urbana (Mariano Roque Alonso). Compreenderia os seguintes aspectos: “Odontológico. Otorrinolaringológico.

Dermatológico. Oftalmológico. Cardiológico. Urológico. Traumatológico. Radiológico. Clínica médica. Clínica laboratorial. Ginecológico (para mujeres, da Filial Nº 10 “Área de Seguridad Urbana”).

Assim como no caso brasileiro, no Paraguai existe uma preocupação muito grande em relação à capacitação física dos candidatos a policial. Embora esta preocupação também exista nas demais instituições públicas, quando da realização de seus processos seletivos, no caso da Polícia o grau de detalhamento (e de exigências) é notoriamente maior.

O que ressalta o fato de que o uso da força (com os respectivos atributos físicos requeridos) é o elemento central que permeia os processos seletivos, bem como a própria função profissional a ser desempenhada pelos policiais. Independente do País em que estes trabalhem²³³.

Chamou-nos a atenção o fato de que tuberculose, reumatismos, lepra, lábios leporinos, perda de dentes (numa proporção maior do que 60% da dentição), sinusites, bronquites e laringites tenham aparecido enquanto pré-requisitos físicos em um processo seletivo.

De todo modo, tornou-se evidente o fato de que grande parte da população paraguaia vive em estado de pobreza extrema. Esta convive de perto com afecções e/ou problemas de saúde que não são encontrados nos demais países (notadamente em países desenvolvidos). Daí a necessidade de colocarem (explicitarem) em seus processos seletivos itens que se relacionem a estes pontos.

Outro elemento que nos chamou a atenção foi o que se referia ao fato de a Resolução nº 583 colocar a homossexualidade como uma das “afecciones de La psiquis”. Isso demonstra, por um lado, que para o Comando da Polícia Paraguuaia a função policial só poderia ser exercida por aqueles que demonstrassem possuir características masculinas, referendadas pela virilidade e pela heterossexualidade. Por outro lado, mostra um caso de homofobia institucionalizada em pleno século XXI!

233 A Resolução nº 583, que regulamentou o processo seletivo dos candidatos a uma vaga como Suboficiais dispôs sobre a existência de quinze (15) itens (com os respectivos subitens, que giravam ao redor de 73 pontos) que poderiam tornar incapazes (inaptos) candidatos a uma vaga no Concurso.

SECCIÓN IV

Del Examen de Eficiencia Física

O exame de Eficiência Física estaria a cargo de uma Comissão Examinadora, composta por professores de Educação Física da Escola de Educação Física da ISEPOL. Nomeados por Resolução.

A prova abrangeria uma primeira área, denominada de “estática” e avaliada por meio da aferição do índice de massa corporal (IMC). Não podendo, o candidato, apresentar sobrepeso nem estado nutricional deficiente. Outro ponto que mostra a preocupação com aspectos relacionados à compleição física dos candidatos a um cargo enquanto policiais.

A segunda área, denominada de “dinâmica” seria composta pelas seguintes provas (com os respectivos valores):

Fuerza de brazos: 25 puntos

Fuerza abdominal: 25 puntos

Resistencia: 50 puntos

Os candidatos deveriam obter pontuação mínima equivalente a de 60% da prova.

Os testes de aptidão física seriam coordenados a partir dos seguintes parâmetros:

Los postulantes deberán asistir al examen de eficiencia física, con la siguiente indumentaria deportiva: **Varones:** remera blanca, pantalones cortos de color negro, medias blancas y calzado deportivo. **Mujeres:** remera blanca, pantalón de buzo de color azul oscuro o negro, media blancas y calzado deportivo. La administración de las pruebas se hará conforme al reglamento de la Escuela de Educación Física de la Policía Nacional que es como sigue: **Para varones – Test de Fuerza de Brazos:** Flexión de brazos en la barra. Sin tiempo: **Posición Inicial:** El examinado empuña la barra con la palma de las manos hacia adelante, los brazos extendidos, el cuerpo en posición vertical y los pies

suspendidos del suelo. **Tiempo 1:** Flexionar los brazos hasta que el mentón sobrepase la parte superior de la barra. **Tiempo 2:** Volver a la posición inicial extendiendo los brazos. Durante la ejecución del ejercicio; el cuerpo deberá estar suspendido en posición vertical, y no se deberá pedalear, ni lanzar las piernas del cuerpo. El conteo se hará cada vez que el cuerpo vuelva a la posición inicial. **Para Mujeres - Test de Fuerza de Brazos** Flexión de brazos en el suelo ("lagartija"). Con tiempo de 1 min.: **Posición Inicial:** La examinada se apoya en el suelo con apoyo de la punta de los pies y las manos, con brazos extendidos, en posición decúbito ventral. **Tiempo 1:** Flexionar los brazos, sin apoyar el pecho. **Tiempo 2:** Volver a la posición inicial extendiendo los brazos. El conteo se hará cada vez que el cuerpo vuelva a la posición inicial. **Test de Fuerza Abdominal.** Tiempo 1 minuto: **Posición Inicial:** El examinado se ubicará acostado en posición decúbito dorsal, con las piernas unidas y extendidas, brazos extendidos hacia atrás en prolongación del cuerpo. **Tiempo 1:** Se flexionan las piernas, se levanta el tronco llevando los brazos extendidos en posición horizontal por fuera de las rodillas y las palmas de las manos hacia adentro. **Tiempo 2:** Volver a la posición inicial. **Test de Resistencia:** 3.000 metros. Será realizado en la pista de atletismo. Consiste en recorrer en el menor tiempo (no mayor a 14 minutos para varones y 20 minutos para mujeres), la distancia indicada.

Tal qual ocorre no Brasil, os concursos para policiais no Paraguai compreendem testes de aptidão física. Elemento que reforça a tese de que o uso da força e os atributos físicos são considerados recursos essenciais ao exercício da profissão.

SECCIÓN V

De Los Exámenes de Conocimiento

Os exames de conhecimento estariam a cargo de professores examinadores designados pela ISEPOL. As provas abarcariam questões a serem respondidas por escrito, com noventa (90) minutos de duração cada uma.

As questões seriam de múltipla escolha (contendo quatro opções de resposta). Contendo, cada prova/matéria, vinte e cinco (25) questões.

CAPÍTULO VI

De las Disposiciones Aclaratorias y Finales

Conforme apontou o “**Artículo 50**”:

“Los postulantes deberán asistir a las actividades del proceso de selección con vestimenta adecuada y observar buen comportamiento, respeto hacia sus compañeros, docentes e instructores y cumplir las instrucciones dadas por estos últimos”.

Realmente foi possível verificar que havia, norteando todo o processo de seleção, um cuidado para com as questões que envolviam a postura adotada pelos candidatos (respeito à hierarquia, pronto atendimento às ordens dadas e cuidado com o asseio pessoal).

Elemento que foi confirmado por nossos entrevistados (instrutores dos Cursos de Suboficiais), bem como pelo Diretor da Escola de Formação Sargento Ajudante José Merlo Saravia.

Mais um elemento que aproximava o processo formativo dos policiais paraguaios daquele encontrado nos cursos de formação de policiais militares/soldados feitos no Brasil.

ANEXO F

Curso de Formação de Suboficiais – ano 2009/Turma 2010 - Regulamentações

De la estadia

A estadia dos alunos dar-se-ia na forma de internato. Já as saídas da Escola seriam regidas por duas condições. Uma primeira, denominada de saída ordinária (concedida nos sábados, domingos e feriados). Uma segunda, chamada de saída extraordinária (concedida de forma individual ou coletiva, sendo considerado caso a caso).

Os alunos seriam submetidos periodicamente a exames laboratoriais, a fim de que fossem detectadas enfermidades (principalmente as infecto contagiosas).

Del proceso de enseñanza/aprendizaje

Art.77. El proceso de enseñanza, aprendizaje tendrá una relación directa entre la teoría y su transferencia a la práctica y variable las técnicas metodológicas utilizadas: Exposición oral o audio visual; Charlas expositivas; Discusión dirigida o demostraciones prácticas; Taller de investigación y de trabajo práctico; Plenaria, paneles, conferencias; Visitas académicas; Otras alternativas que permitan de manera eficiente la transferencia de conocimiento y aprendizaje para los Cadetes para Suboficial.

Embora não tenhamos acompanhado as aulas, não foi difícil detectar que a proposta didática não poderia ser cumprida, diante da escassez de recursos e de infraestrutura.

Evaluación, exámenes y calificaciones

Os exames, com carácter diagnóstico e formativo (feito por ciclos, somando-se as notas obtidas), poderiam ser escritos, orais ou práticos, conforme os objetivos a serem alcançados.

A avaliação dos alunos seria feita por meio dos seguintes critérios: “La participación en clase. Los trabajos prácticos. Las pasantías, trabajos de campo o

servicios y la eficiencia de carácter profesional demostrada. Las pruebas o exámenes finales por ciclo”.

Os exames seriam feitos da seguinte forma: Provas explorativas e formativas, tendo valor meramente conceitual para o professor (ou seja, não tendo qualificação numérica). Feitos no início das atividades (ciclos) e durante o transcurso dos mesmos. Antes das provas finais.

O primeiro exame seria realizado no final do primeiro ciclo, com valor de 100% (com carácter eliminatório, ou seja, os alunos que não obtivessem aprovação neste exame não seguiriam em frente no Curso).

O segundo exame se realizaria ao término do segundo ciclo, tendo também valor de 100%. A nota deste seria somada a do primeiro, dando a média total, por disciplinas, para cada aluno.

O exame extraordinário seria feito fora das datas oficiais, em caso de aluno que não tenha tido condições de efetuar os compromissos de determinada disciplina.

O exame extraordinário de regularização seria aplicado ao aluno que tivesse obtido rendimento abaixo do esperado nas disciplinas (num total de 30% das mesmas), em um dos dois ciclos.

A qualificação de rendimento seria feita por meio da seguinte escala:

Siglas	Conceptos	Equivalencias
E	Excelente	5,00
MB	Muy Bueno	4,00
B	Bueno	3,00
A	Aceptable	2,00
I	Insuficiente	0,01 – 1,99

De los egresados

Conforme apontou o Art. 99, os alunos que se formam no Colégio de Polícia estão aptos a:

Desempeñarse en los distintos cargos, funciones y servicios que corresponden al Suboficial Ayudante. **Realizar procedimientos policiales, conforme a la Constitución Nacional, las leyes y los reglamentos.** Redactar correctamente informes, actas, partes

policiales y otros documentos, conforme a las normas y guías de procedimientos. Planificar y ejecutar investigaciones policiales sobre hechos conductas y denuncias dentro del nivel de su competencia. Conducir operaciones de vigilancia, seguridad de las personas, mantenimiento del orden público, en coordinación con otras entidades públicas y privadas. **Demostrar aptitud física requerida para el cumplimiento eficiente de su cometido. Demostrar habilidades en el empleo eficiente y uso de las armas. Manifestar ética profesional, honestidad, lealtad y espíritu de cuerpo en su desempeño.**

Mais uma vez se observa que a formação de policiais (Suboficiais) no Paraguai volta-se para a aplicação da Lei, a partir de um rigoroso processo de autodisciplina; bem como para a aplicação do uso da força física (inclusive por meio do emprego de armas). Tal qual ocorre no Brasil, no caso da formação de policiais militares/soldados.

Buscamos informações acerca da formação mais específica da área de “Seguridad Urbana” (feita de forma exclusiva na filial de número 10, na cidade de mariano Roque Alonso).

O Regulamento Orgânico Funcional forneceu as explicações de que precisávamos, quando apontou (no Art. 100) que esta área (Segurança Urbana) consistia na atividade de

concienciación, sensibilización, prevención, asistencia profesional, investigación sociológica, relacionamiento humano y restablecimiento del orden en el área urbana, dentro del marco de la Constitución Nacional, las Leyes y Reglamentos vigentes. **Art.101 La misión del Colegio de Policía “Sgto. Aydt. José Merlo Saravia”, Filial N° 10 Mariano Roque Alonso, Área de Seguridad Urbana, capacita a los Cadetes para Suboficial en la formación profesional básica, integrando conocimientos, actitudes, valores, habilidades y destrezas requeridas, para la prevención y mantenimiento del orden y seguridad en la vida urbana.** Art.102 En los procesos de formación se propicia: - El respeto irrestricto de la Constitución Nacional, los Derechos Humanos, las Leyes y Reglamentos en el desempeño personal y profesional del Suboficial. - El desarrollo de habilidades profesionales requeridos para salvaguardar la integridad física, bienes y derechos de las personas, prevenir y reducir la comisión de hechos punibles y preservar el bien comunitario. - **Las actitudes y valores como el patriotismo, la disciplina, vocación de servicio, solidaridad, abnegación, honestidad, integridad, y otras virtudes que se requieren para dar respuesta inmediata y pertinente a las demandas sociales de seguridad y bienestar.** Art.103 Tiene como

visión la búsqueda de la excelencia profesional en su gestión educativa, formadora de Suboficiales competentes y comprometidos con la Seguridad Urbana, capaces de dar respuesta oportuna y pertinente a los desafíos dinámicos en el contexto social.

De todo modo, uma função interessante, mais voltada para a prevenção do que para o combate diante da criminalidade. Admitindo nos seus quadros inclusive a presença de mulheres. Infelizmente, das onze (11) escolas de Formação de Suboficiais apenas uma (01) tratava deste tipo de formação.

Quanto às áreas que compunham a formação dos Suboficiais foi apontado pelo documento, no seu Art. 105, o seguinte:

Formação Jurídica, Técnico-Operacional (embasada no uso da força, tiro policial, dentre outras) e Formação Geral (composta, dentre outras áreas por Direitos Humanos. Recentemente adotada nos Cursos de Formação, após a efetivação de uma parceria com a Cruz Vermelha).

De los profesores e instructores

Os professores seriam admitidos por meio da realização de Concurso de mérito e por meio de averiguação de atitudes. Compondo o seguinte quadro: Professores Policiais, selecionados entre Oficiais e Suboficiais. Catedráticos Civis, integrados por docentes de reconhecida preparação intelectual e moral.

As categorias professorais seriam as seguintes:

Professores Titulares, que exercem as disciplinas de forma permanente, sendo responsáveis pelo desenvolvimento das mesmas.

Professores Adjuntos e Suplentes, que colaboram para o desenvolvimento normal da matéria, exercendo as funções docentes na ausência do titular, devido a impedimento ou doença.

Instrutores: São aqueles que ministram cursos adicionais para fornecerem um treinamento integral aos alunos do Colégio.

O Art.109 expôs os requisitos para o professorado dos Cursos de Suboficiais:

Ser ciudadano paraguayo, poseer título universitario, haber cursado estudios de perfeccionamiento o especialización en los Institutos Policiales de Enseñanza, o poseer título habilitante que le acredite como docente. Gozar de buena reputación y demostrar aptitudes inherentes a los fines institucionales. Tener una personalidad equilibrada, buena salud y ascendencia moral.

Embora o Regulamento Orgânico Funcional permitisse o trabalho de pessoas não pertencentes aos quadros da polícia, nos Cursos de Formação de Suboficiais; o fato é que as matérias na sua totalidade acabavam sendo ministradas por Oficiais. O que mantinha os Cursos de Formação reféns de uma filosofia calcada na prática policial militarizada, não abrindo espaço para que novas visões adentrassem o ambiente formativo.

Processo semelhante ao do encontrado no Brasil, no caso dos Cursos de Formação de Policiais Militares/Soldados.

De las faltas y sanciones

De acordo com o Regulamento Orgânico Funcional, configurariam faltas as infrações ou transgressões atinentes aos deveres e obrigações policiais, previstas por meio de documentos específicos (bem como por meio do próprio Regulamento Orgânico).

As foram distribuídas da seguinte forma: Faltas leves (num total de 139) e faltas graves (num total de 94).

As sanções aplicadas conforme cada falta teriam caráter corretivo. Sendo individualizadas.

As sanções para faltas leves seriam as seguintes:

Apercibimiento verbal o escrito. Presentaciones en hora establecida. Privación de horas de Casino. Disposiciones para trabajo intelectuales o manuales o ejercicio físico (trotos, flexiones y ejercicios variados en horas establecidas). Sin franco hasta ocho (08) días.

Já para as faltas graves seriam as seguintes:

Remisión al Instituto. Privación total o parcial de vacaciones. Sin franco hasta quince (15) días, por resulta de la Comisión de Investigación y Aplicación de medidas disciplinarias o hasta treinta (30) días, por resulta de sumario de la Dirección de Justicia Policial. Baja, por la resulta de la Dirección de Justicia Policial.

Cada falta seria acompanhada por circunstâncias atenuantes e/ou agravantes. Verificamos aqui a questão disciplinar, punitiva, sendo regulamentada nos cursos de formação de suboficiais paraguaios. Tal qual ocorre no Brasil, onde abundam os regulamentos que se voltam para a punição das ações praticadas no interior das escolas de formação de policiais militares/soldados.

Além de terem de cumprir com as obrigações diárias, os alunos seriam convocados a trabalhar nas seguintes funções, durante o tempo em que transcorresse do Curso de Formação:

Enquanto “Oficiais de Reten”, ou seja, como ajudantes de guarda (escolta) do Colégio. Enquanto “Jefe de Relevos”, isto é, enquanto ajudantes do chefe de guarda. Enquanto “Sentinelas”. Enquanto “Estafetas” (prestando apoio ao oficial de guarda). Enquanto “Adjuntos de Semana”, ou seja, atuando enquanto auxiliares de Oficiais nas atividades mais variadas.